UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ISRAEL DAVID DE OLIVEIRA FROIS

OS TUBARÕES DO CAPITAL NOS MARES DA EDUCAÇÃO CAPIXABA: VINTE ANOS DA ATUAÇÃO MOVIMENTO EMPRESARIAL ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO (2003-2023)

VITÓRIA
2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

CENTRO DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ISRAEL DAVID DE OLIVEIRA FROIS

OS TUBARÕES DO CAPITAL NOS MARES DA EDUCAÇÃO CAPIXABA: VINTE ANOS DA ATUAÇÃO MOVIMENTO EMPRESARIAL ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO (2003-2023)

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do título de Doutor em Educação, na linha de pesquisa Educação, formação humana e políticas públicas.

Orientadora: Dra. Sandra Soares Della Fonte

VITÓRIA

2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ISRAEL DAVID DE OLIVEIRA FROIS

OS TUBARÕES DO CAPITAL NOS MARES DA EDUCAÇÃO CAPIXABA: 20 ANOS DA ATUAÇÃO DO MOVIMENTO EMPRESARIAL ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor em Educação.

Aprovada em 26 de junho de 2025.

COMISSÃO EXAMINADORA

Professora Doutora Sandra Soares Della Fonte
PPGE/Universidade Federal do Espírito Santo

Professor Doutor Marcelo Lima
PPGE/Universidade Federal do Espírito Santo

Professor Doutor Gustavo Moura de Cavalcanti Mello
PPGPS/Universidade Federal do Espírito Santo

Professor Doutor André Silva Martins
Universidade Federal de Juiz de Fora

Professora Doutora Erika Moreira Martins
Universidade de Lisboa

Documento assinado digitalmente conforme descrito no(s) Protocolo(s) de Assinatura constante(s) neste arquivo, de onde é possível verificar a autenticidade do mesmo.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Ata da sessão da defesa de Tese do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, do discente **Israel David de Oliveira Frois,** candidato ao título de Doutor em Educação, com defesa realizada presencialmente e remotamente, às 16 horas do dia 26 de junho do ano dois mil e vinte e cinco. A presidente da Banca, Sandra Soares Della Fonte, apresentou os demais membros da comissão examinadora, constituídos pelos Doutores: Marcelo Lima, Gustavo Moura de Cavalcanti Mello, André Silva Martins e Erika Moreira Martins. Em seguida, cedeu a palavra ao candidato que, em trinta minutos, apresentou sua Tese intitulada "OS TUBARÕES DO CAPITAL NOS MARES DA EDUCAÇÃO CAPIXABA: 20 ANOS DA ATUAÇÃO DO MOVIMENTO EMPRESARIAL ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO". Terminada a apresentação do aluno, a presidente retomou a palavra e a cedeu aos membros da Comissão Examinadora, um a um, para procederem à arguição. A presidente convidou a Comissão Examinadora a se reunir em separado para deliberação. Ao final, a Comissão Examinadora retornou e a presidente informou aos presentes que a Tese foi **APROVADA**. A Presidente alertou que o aprovado somente terá direito ao título de Doutor após o cumprimento de todas as obrigações Curriculares e Regimentais do PPGE e da homologação do resultado da defesa pelo Colegiado Acadêmico. Então, deu por encerrada a sessão da qual se lavra a presente ata, que vai assinada pelos membros da banca examinadora.

Vitória, 26 de junho de 2025.

Professora Doutora Sandra Soares Della Fonte
PPGE/Universidade Federal do Espírito Santo

Professor Doutor Marcelo Lima
PPGE/Universidade Federal do Espírito Santo

Professor Doutor Gustavo Moura de Cavalcanti Mello
PPGPS/Universidade Federal do Espírito Santo

Professor Doutor André Silva Martins
Universidade Federal de Juiz de Fora

Professora Doutora Erika Moreira Martins
Universidade de Lisboa

Documento assinado digitalmente conforme descrito no(s) Protocolo(s) de Assinatura constante(s) neste arquivo, de onde é possível verificar a autenticidade do mesmo.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

REGISTRO DE JULGAMENTO DA TESE DO CANDIDATO AO GRAU DE DOUTOR PELO PPGE/UFES.

A Comissão Examinadora da Tese de Doutorado intitulada "OS TUBARÕES DO CAPITAL NOS MARES DA EDUCAÇÃO CAPIXABA: 20 ANOS DA ATUAÇÃO DO MOVIMENTO EMPRESARIAL ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO", elaborada por **Israel David de Oliveira Frois,** candidato ao Grau de Doutor em Educação, recomendou, após a apresentação da Tese, realizada no dia 26 de junho de 2025, que esta seja **(assinale um dos itens abaixo):**

(X) Aprovada

Destacam-se a qualidade do texto, a consistência teórica e a amplitude da tese. Recomenda-se a sua publicação em vários formatos.

( ) Reprovada

Os membros da Comissão deverão indicar a natureza de sua decisão através de sua assinatura na coluna apropriada que segue:

Sandra Soares Della Fonte — Documento assinado digitalmente gov.br SANDRA SOARES DELLA FONTE Data: 27/06/2025 11:00:21-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br

Marcelo Lima

Gustavo Moura de Cavalcanti Mello

André Silva Martins

Erika Moreira Martins

Documento assinado digitalmente conforme descrito no(s) Protocolo(s) de Assinatura constante(s) neste arquivo, de onde é possível verificar a autenticidade do mesmo.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA

O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
MARCELO LIMA - SIAPE 1781213
Departamento de Educação, Política e Sociedade - DEPS/CE
Em 01/07/2025 às 15:24

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link: https://api-lepisma.prod.uks.ufes.br/arquivos-assinados/1157300?tipoArquivo=O

Documento assinado digitalmente conforme descrito no(s) Protocolo(s) de Assinatura constante(s) neste arquivo, de onde é possível verificar a autenticidade do mesmo.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA

O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
TANIA MARA ZANOTTI GUERRA FRIZZERA DELBONI - SIAPE 2243465
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE/CE
Em 01/07/2025 às 17:53

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link: https://api-lepisma.prod.uks.ufes.br/arquivos-assinados/1157516?tipoArquivo=O

Documento assinado digitalmente conforme descrito no(s) Protocolo(s) de Assinatura constante(s) neste arquivo, de onde é possível verificar a autenticidade do mesmo.

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

---

Frois, Israel David de Oliveira, 1985-
F929t Os tubarões do capital nos mares da educação capixaba : 20 anos da atuação do Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação / Israel David de Oliveira Frois. - 2025.
538 p. : il.

Orientadora: Sandra Soares Della Fonte.
Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação.

1. Aparelho privado de hegemonia empresarial. 2. hegemonia. 3. intelectual orgânico. 4. Política educacional. 5. Espírito Santo. I. Soares Della Fonte, Sandra. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Educação. III. Título.

CDU: 37

DEDICATÓRIA

Para os lutadores e as lutadoras do magistério capixaba.

AGRADECIMENTOS

A Sandra Soares Della Fonte pela condução acolhedora e generosa do processo de orientação. A sua competência técnica e o seu compromisso ético-político foram como um farol, levando-me a encontrar os caminhos da autonomia. Essa segunda experiência só fez aumentar a minha admiração pela professora, pesquisadora, orientadora e, sobretudo, pelo ser humano que você é.

Ao professor Renê Silveira pelas contribuições generosas na qualificação I, sem as quais a estrutura deste trabalho não teria alcançado a organização necessária ao seu desenvolvimento.

Ao professor Marcelo Lima pela leitura atenta e pelas contribuições relevantes nas duas qualificações (I e II).

Ao professor André Silva Martins pela leitura criteriosa e pelas grandiosas contribuições e reflexões no processo de qualificação deste trabalho.

À professora Erika Moreira Martins pela leitura generosa e pelas sugestões na qualificação II.

Ao professor Gustavo Moura de Cavalcanti Mello pelo aceite em compor a banca de defesa.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Ufes pela seriedade e compromisso com a educação pública.

Aos professores Douglas Christian Ferrari de Melo e Rodrigo Sarruge Molina pelo diálogo durante a disciplina “Gramsci: pensamento político, filosófico e educacional”, em 2022/1.

À Fapes pela concessão da bolsa durante os últimos 18 meses da pesquisa.

A Gabriela, meu Amor, fiel companheira de todas as horas, pela paciência, doçura e delicadeza forjadas nos momentos mais duros e difíceis. Suportamos e vencemos juntos!

Aos familiares amados, abrigo seguro, Deosmiro e Selma (pais), Raquel, Sula e David (irmãos), pela compreensão, amor, carinho e livros presenteados. Ao sobrinho Noah pelo sorriso que enche a alma de esperança. A Giovana, Isabela e Gabriel, pelas palavras e gestos de apoio, amor e carinho.

Aos amigos que, “cheios de luz, inspiração, rompendo a escuridão”, buscaram-me, estenderam as mãos nos piores dias. Em especial, Fabio Boscaglia, grande amigo e maior incentivador, cujo coração nobre tanto me ensina. Estendo ainda a minha gratidão à Raquel Mascarenhas, Robson Vieira, Douglas Noé, Fabiano Honorato, Gilson Brás, Wander Demartini, Miguel Vinícius e Anael.

Aos meus companheirinhos fiéis Lino, Serena e Flor, pelo afeto durante a escrita da tese.

Ao amigo e camarada Swami Bérgamo pelo exemplo de luta, pelas conversas enriquecedoras, pela sugestão da temática a ser enfrentada em prol do magistério capixaba e pelas pistas e

indicações realizadas ao longo da pesquisa. Estendo a gratidão aos camaradas do coletivo sindical e popular Resistência e Luta ES e da Ação Popular Socialista.

Ao amigo Miguel Vinícius pela solidariedade no compartilhamento das angústias e lutas da vida de trabalhadores que ousam estudar.

Ao professor Daniel Nascimento pelos diálogos e pelas questões levantadas.

Aos amigos, colegas e estudantes da EEEFM Caboclo Bernardo, em Aracruz, pela torcida e solidariedade durante o biênio em que estivemos juntos. Especialmente aos amigos João Alberto, Geziane, Gabriela e Josiane.

Aos amigos, colegas e estudantes da EEEFM Clotilde Rato, Serra, pelo apoio, acolhimento e trocas, em especial, Ákilla, Raíza e Mariana.

Aos colegas da Turma 18D de 2021/2 pelos diálogos e provocações enriquecedoras.

Se Tubarões fossem homens
[...]
Naturalmente também haveria escolas nas
grandes caixas
Nessas aulas os peixes pequenos aprenderiam
Como nadar para a garganta dos tubarões
Eles aprenderiam, por exemplo a usar a geografia
A fim de encontrar os grandes tubarões, deitados
preguiçosamente por aí
Aula principal seria naturalmente a formação
moral dos peixes pequenos
Eles seriam ensinados de que o ato mais
grandioso e mais belo
É o sacrifício alegre de um peixe pequeno
E que todos eles deveriam acreditar nos tubarões
Sobretudo quando esses dizem que velam pelo
belo futuro dos peixes pequenos
[...]
Brecht (2013, p. 53)

RESUMO

Indaga-se o lugar que o Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação (Meesa) tem ocupado no campo das políticas educacionais no Espírito Santo e em que medida o Meesa expressa a lógica de organização dos movimentos empresariais nacionais e internacionais no campo da educação. Sob o fundamento do materialismo histórico-dialético, especialmente do referencial teórico de *Antonio Gramsci*, objetiva-se analisar o projeto educacional do Meesa, assim como a sua atuação nas políticas educacionais no Espírito Santo, para apreender o significado de suas formulações para a educação pública, o seu modus operandi, os seus vínculos com outras organizações e a atuação de seus intelectuais orgânicos na construção e na conformação da hegemonia burguesa no campo educacional capixaba. As análises empreendidas revelam a forte presença do Meesa nos rumos político-econômicos do estado por intermédio dos Planos de Desenvolvimento do ES (ES 2025, ES 2030 e ES 500 Anos). A organização conseguiu congregar várias facetas das formas de organização, articulando a representação político-econômica empresarial, encoberta com o verniz da responsabilidade social e da defesa do bem comum, com o objetivo explícito de intervir em diversas frentes das políticas públicas. Desse modo, ampliou a hegemonia burguesa na condição de intelectual orgânico coletivo, visto que elabora e difunde ideias, e trabalha para construir unidade e estratégia de classe. Nos 20 anos de atuação, o Meesa conseguiu galgar níveis de intervenção na educação passando por três principais momentos: o primeiro (2003-2013), caracterizado pelas primeiras formulações de caráter mais corporativo, no qual buscou associar o saque aos fundos públicos ao treinamento de força de trabalho instituído no Plano ES 2025 e atualizado no ES 2030; o segundo (2014-2018), definido pela consolidação das suas formulações, por meio da articulação e mediação com o aparelho estatal a fim de conduzir o modelo pedagógico e de gestão empresarial do Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE), a ser implantado na rede pública estadual (Programa Escola Viva) e na rede pública de Vitória; o terceiro (2019-2023), marcado pela difusão, reprodução e execução das formulações direcionadas às redes municipais capixabas. Nesse percurso, percebe-se a crescente capilaridade do movimento, possibilitada pelas associações da Rede Empresarial, bem como pela estruturação de sua equipe interna, que passou a contar com consultores precarizados, a fim de conduzirem o plano de ampliação das Escolas em Tempo Integral para os municípios capixabas. Nesse momento, a sua perspectiva de educação integral configura-se como uma pseudo-integralidade, isto é, uma unilateralidade formativa, direcionada aos interesses da classe dominante e, por isso, esterilizada de qualquer intenção de enriquecimento cultural humano. O maior desafio no campo educacional capixaba é o de compreender as estratégias, as táticas e os nexos classistas das formulações do empresariado, identificar, disputar e ocupar as trincheiras, preparar e empunhar as armas teórico-práticas para efetivar o enfrentamento, a luta política contra a hegemonia burguesa que atravessa toda a tecitura societária.

Palavras-chave: Aparelho privado de hegemonia empresarial; hegemonia; intelectual orgânico; Política educacional; Espírito Santo.

ABSTRACT

This study investigates the role that the Espírito Santo em Ação Business Movement (Meesa) has played in the field of educational policies in Espírito Santo, and to what extent Meesa reflects the organizational logic of national and international business movements in education. Based on the theoretical framework of *Antonio Gramsci*, the aim is to analyze Meesa's educational project, as well as its role in shaping educational policies in Espírito Santo, in order to understand the meaning of its formulations for public education, its modus operandi, its connections with other organizations, and the role of its organic intellectuals in building and shaping bourgeois hegemony in the educational field of the state. The analysis reveals Meesa's strong presence in the political-economic direction of the state, mainly through the Espírito Santo Development Plans (ES 2025, ES 2030, and ES 500 Years). The movement has managed to combine various organizational facets, articulating business political-economic representation, veiled by the rhetoric of social responsibility and the common good, with the explicit goal of intervening in multiple areas of public policy. In doing so, it has tended to expand bourgeois hegemony as a collective organic intellectual, since it produces and disseminates ideas and works to build class unity and strategy. Over its 20 years of operation, Meesa has achieved increasing levels of influence in education through three main phases: the first (2003–2013), marked by initial corporate-oriented proposals that linked the appropriation of public funds to workforce training defined in the ES 2025 Plan and updated in ES 2030; the second (2014–2018), defined by the consolidation of its formulations through articulation and mediation with the state apparatus to implement the pedagogical and business management model of the Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE) in the state public network (Programa Escola Viva) and the municipal network of Vitória; and the third (2019–2023), characterized by the dissemination, reproduction, and implementation of its proposals in the municipal education systems of Espírito Santo. Throughout this process, the growing capillarity of the movement is evident, made possible by the associations within the Business Network and the structuring of its internal team, which came to include precariously hired consultants to lead the plan for expanding Full-Time Schools in the municipalities. At this stage, its concept of full-time education is revealed as a pseudo-integrality—a unilateral formative approach aligned with the interests of the dominant class, devoid of any intention of human cultural enrichment. The greatest challenge in the educational field in Espírito Santo is to understand the strategies, tactics, and class-based connections of business formulations, to identify, dispute, and occupy the trenches, and to prepare and wield theoretical-practical tools to engage in political struggle against the bourgeois hegemony that permeates the entire social fabric.

Keywords: Private apparatus of business hegemony; hegemony; organic intellectual; educational policy; Espírito Santo.

RESUMEN

Se investiga el lugar que ha ocupado el Movimiento Empresarial Espírito Santo em Ação (Meesa) en el campo de las políticas educativas en Espírito Santo, y en qué medida el Meesa expresa la lógica organizativa de los movimientos empresariales nacionales e internacionales en el ámbito educativo. Fundamentado em el materialismo histórico-dialécto, y especialmente em el marco teórico de Antonio Gramsci, se propone analizar el proyecto educativo del Meesa, así como su actuación en las políticas educativas en Espírito Santo, con el objetivo de comprender el significado de sus formulaciones para la educación pública, su modus operandi, sus vínculos con otras organizaciones y la actuación de sus intelectuales orgánicos en la construcción y conformación de la hegemonía burguesa en el campo educativo capixaba. Los análisis realizados revelan la fuerte presencia del Meesa en las orientaciones político-económicas del estado, mediante los Planes de Desarrollo del ES (ES 2025, ES 2030 y ES 500 Años). El organización logró articular diversas facetas organizativas, combinando la representación político-económica empresarial con un barniz de responsabilidad social y defensa del bien común, con el objetivo explícito de intervenir en varias áreas de las políticas públicas. De este modo, amplió la hegemonía burguesa en calidad de intelectual orgánico colectivo, al elaborar y difundir ideas y trabajar en la construcción de unidad y estrategia de clase. En sus 20 años de actuación, el Meesa logró escalar niveles de intervención en la educación, pasando por tres momentos principales: el primero (2003–2013), caracterizado por las primeras formulaciones de carácter más corporativo, que asociaban la apropiación de fondos públicos con la formación de mano de obra, establecida en el Plan ES 2025 y actualizada en el ES 2030; el segundo (2014–2018), definido por la consolidación de sus formulaciones mediante la articulación y mediación con el aparato estatal para implementar el modelo pedagógico y de gestión empresarial del Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE) en la red pública estadual (Programa Escola Viva) y en la red pública de Vitória; y el tercero (2019–2023), marcado por la difusión, reproducción y ejecución de sus formulaciones en las redes municipales del estado. En este recorrido, se observa la creciente capilaridad del movimiento, posibilitada por las asociaciones de la Red Empresarial y por la estructuración de su equipo interno, que pasó a contar con consultores precarizados, con el fin de conducir el plan de expansión de las Escuelas de Tiempo Integral en los municipios. En esta etapa, su perspectiva de educación integral se configura como una pseudo-integralidad, es decir, una unilateralidad formativa orientada a los intereses de la clase dominante y desprovista de cualquier intención de enriquecimiento cultural humano. El mayor desafío en el campo educativo capixaba consiste en comprender las estrategias, tácticas y nexos clasistas de las formulaciones empresariales, identificar, disputar y ocupar las trincheras, preparar y empuñar las armas teórico-prácticas para hacer frente a la lucha política contra la hegemonía burguesa que atraviesa todo el entramado social.

Palabras clave: Aparato privado de hegemonía empresarial; empresariado; hegemonía; intelectual orgánico; política educativa.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Rede Empresarial do Espírito Santo 134
Figura 2 - Mapa de atuação do ICE 240
Figura 3 - Linha do Tempo Integral 357
Figura 4 - Concepção do Modelo em Tempo Integral 357
Figura 5 - Etapas da Implantação das ETI 362
Figura 6 - Assembleia Extraordinária Geral de Eleição da Diretoria do triênio 2022-2025 366

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Organograma do Meesa 2004/2005 138
Gráfico 2 - Organograma do Meesa 2006/2007 138
Gráfico 3 - Organograma do Meesa 2007/2008 139
Gráfico 4 - Organograma do Meesa 2009 139
Gráfico 5 - Organograma do Meesa 2010 140
Gráfico 6 - Espírito Santo: formação de técnicos especializados (2009) 157
Gráfico 7 - Recurso por fonte financiadora 162
Gráfico 8 - Recurso por Grupo do Projeto 162
Gráfico 9. Organograma 2013-2016 195
Gráfico 10 - Quantitativo de integrantes do Núcleo de Educação do Meesa por ano 285
Gráfico 11 - Transferência da Metodologia da Pedagógica e de Gestão da “Escola da Escolha” 362

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Descritores "Empresários, educação e Espírito Santo" (BDTD) e "Empresários AND "educação do Espírito Santo" (Google Acadêmico).....31
Quadro 2 - Descritor “Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação” (BDTD e Google Acadêmico).....33
Quadro 3- Organizações mantenedoras e parceiras do movimento TPE. 87
Quadro 4- Perfil das empresas mantenedoras (2023/2024).....128
Quadro 5- Conselho deliberativo do Meesa 2023 131
Quadro 6- Diretoria Triênio 2022/2025 133
Quadro 7- Agrupamento das estratégias do ES 2025 162
Quadro 8 - Propostas e objetivos do Plano ES 2030 para a educação capixaba 197
Quadro 9 Demonstrativos financeiros do Instituto Fucape de Tecnologias Sociais relativos ao Programa Coordenadores de Pais (PCP) 201
Quadro 10 - Programa Coordenadores de Pais (2012-2018).....203
Quadro 11 Metas estratégicas para Educação no Plano ES 2030.....205
Quadro 12 - Lista de unidades do Programa Escola Viva por ano de inauguração 229
Quadro 13 - Manifestações contra o Programa Escola Viva por município. 231
Quadro 14 - Competências do Meesa estabelecidas pelo Termo de Cooperação Técnica nº 12/2015 234
Quadro 15 - Competências da Sedu estabelecidas pelo Termo de Cooperação Técnica nº 12/2015 236
Quadro 16 - Atuação do ICE no processo de implementação da metodologia de escolas em tempo integral. 243
Quadro 17 - Demonstrativo Contábil do Meesa: exercícios 2017-2018 280
Quadro 18 – Demonstrativo Contábil do Meesa: exercícios 2018-2019.....281
Quadro 19 - Demonstrativo Contábil do Meesa: exercícios 2019-2020 282
Quadro 20 - Demonstrativo Contábil do Meesa: exercícios 2020-2021 283
Quadro 21 - Demonstrativo Contábil do Meesa: exercícios 2021-2022 284
Quadro 22 - Diretores e funcionários do Núcleo de Educação: 2019/2023 286
Quadro 23 - Participação do Meesa na pauta da educação durante o triênio 2019-2022.....305
Quadro 24 - Formações ministradas pelo Meesa e/ou pelo ICE em Cachoeiro de Itapemirim entre 2018-2020.....327

Quadro 25 - Valores do Proeti repassados por município aderente à relação com o Meesa..336
Quadro 26 - Competências da Semed Vila Velha no Acordo de Cooperação nº 002/2021...343
Quadro 27 - Competências do Meesa no Acordo de Cooperação nº 002/2021.....345
Quadro 28 - Competências da Assevila no Acordo de Cooperação nº 002/2021 347
Quadro 29 - Competências conjunta, Assevila e Meesa, no Acordo de Cooperação nº 002/2021 348
Quadro 30 - Turno Único da ETI 359
Quadro 31 - Formações realizadas pelo Meesa no contexto da implementação do modelo das ETI.....363
Quadro 32 - Demonstrativo Contábil do Meesa: exercícios 2022-2023 370

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Valores gastos no Programa Nossa Bolsa: 2007 a 2013 155
Tabela 2 - Custo mensal por aluno do programa Bolsa Sedu segundo o curso: Espírito Santo, 2010 158
Tabela 3 - Recursos por fonte financiadora 163
Tabela 4. Maiores doações para campanha de Renato Casagrande (PSB), em 2014. 189
Tabela 5. Maiores doações para campanha de Paulo Hartung (PMDB), em 2014. 189

LISTA DE SIGLAS

Adel - Associação para o Desenvolvimento de Linhares

AEC - Associação Empresarial de Cariacica

AEV - Associação Empresarial de Viana

Ales - Assembleia Legislativa do Espírito Santo

Amear - Associação Movimento Empresarial Aracruz e Região

APHE – Aparelho Privado de Hegemonia Empresarial

APL – Arranjo Produtivo Local

Ases – Associação de Empresários da Serra

Assedic - Associação Empresarial de Colatina e Região

Assenor – Associação de Empresarial do Litoral Norte

Assevila - Associação de Empresários de Vila Velha

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

Bird– Banco Internacional para Reconstrução e desenvolvimento

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

BM – Banco Mundial

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAE - Conselho Estadual de Alimentação Escolar

CBC - Currículo Básico Comum

Cepal - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

CIA – Central Intelligence Agency

Cives - Associação Brasileira de Empresários para a Cidadania

Cedac - Centro de Educação e a Documentação para Ação Comunitária

CEE – Conselho Estadual de Educação

Ceemit - Centro Estadual de Ensino Médio em Tempo Integral

Cenpec – Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária

CEO – Chief Executive Officer

CLAPCS - Centro de Pesquisas em Ciências Sociais

CLACSO - Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CMDC – Conselhos Municipais da Criança e do Adolescente

CMV – Câmara Municipal de Vitória

Consed – Conselho Nacional de Secretários de Educação

Criad –Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente

CT – Comitê Temático

DEM - Democratas

DIT – Divisão Internacional do Trabalho

DSC – Discurso do Sujeito Coletivo

EMEFTI - Escolas Municipais de Ensino Fundamental em Tempo Integral

ETI - Escola em Tempo Integral

EQV – Escola que Vale

Faes - Federação da Agricultura e da Pecuária do Estado do Espírito Santo

Faesa – Faculdade de Administração Espírito-santense

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FHC – Fernando Henrique Cardozo

Fecomercio - Federação do Comércio, Bens, Serviços e Turismo do Estado do Espírito Santo

FEF - Fórum de Entidades e Federações do Estado

Fetransportes - Federação das Empresas de Transportes do Estado do Espírito Santo

Fiesp – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

Findes - Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FMI – Fundo Monetário Internacional

Funpaes - Fundo Estadual de Apoio à Ampliação e Melhoria das Condições de Oferta da Educação Infantil no Espírito Santo

Fust – Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações

FV – Fundação Vale

GEA – Guarapari em Ação

Gife - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

GT – Grupo de Trabalho

IAD - Inter-American Dialogue

IAS – Instituto Ayrton Senna

Ibef - Instituto Brasileiro de Executivos em Finanças

ICE - Instituto de Corresponsabilidade pela Educação

IES – Instituição de Ensino Superior

IGPM – Índice Geral de Preços - Mercado

IJSN – Instituto Jones dos Santos Neves

ILA – Instituto Líderes do Amanhã

IEE – Instituto de Estudos Empresariais

IFTS – Instituto Fucape de Tecnologias Sociais

IN – Instituto Natura

IQE – Instituto Qualidade no Ensino

IU – Instituto Unibanco

LEP – Laboratório de Estudos Políticos

Mare - Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado

MBC – Movimento Brasil Competitivo

MCE – Movimento Colabora Educação

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MEC – Ministério da Educação

MEP – Mapa de Educação Profissional

Messes - Movimento Empresarial Sul do Espírito Santo

MPES - Ministério Público do Espírito Santo

OI – Organismo Internacional

OCDE - Organização para a Cooperação e desenvolvimento Econômico

OEA - Organização dos Estados Americanos

OEI - Organização dos Estados Ibero-Americanos

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

OM - Organizações Multilaterais

OS – Organizações Sociais

Oscip – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público

Paes – Pacto pela Aprendizagem no Espírito Santo

Paic – Programa de Alfabetização da Idade Certa

PAN – Partido dos Aposentados da Nação

Parc - Parceria pela Alfabetização em Regime de Colaboração

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PCP – Programa Coordenadores de Pais

PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação

PDRE - Plano Diretor da Reforma do Estado

PFL – Partido da Frente Liberal

PHS – Partido Humanista da Solidariedade

Pisa - Programa de Avaliação Internacional de Estudantes

PL – Partido Liberal

PLC – Projeto de Lei Complementar

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMGP – Programa de Modernização da Gestão Pública

PMN – Partido da Mobilização Nacional

PMV – Prefeitura Municipal de Vitória

PNBE - Pensamento Nacional das Bases Empresariais

PND – Programa Nacional de Desestatização

PNE – Plano Nacional de Educação

PP – Partido Progressista

PPP – Parceria Público-Privada

PPS – Partido Popular Socialista

PR – Partido Republicano

PRN - Partido da Reconstrução Nacional

Proemi – Programa Ensino Médio Inovador

Prona – Partido da Reestruturação da Ordem Nacional

PRP – Partido Republicano Progressista

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSC – Partido Social Cristão

PSD – Partido Social Democrático

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSDC – Partido Social Democrata Cristão

Psol – Partido Socialismo e Liberdade

PV – Partido Verde

PT – Partido dos Trabalhadores

PT do B – Partido Trabalhista do Brasil

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PTC – Partido Trabalhista Cristão

PTN – Partido Trabalhista Nacional

Seadh – Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos

Sedu – Secretaria de Estado da Educação

Seme – Secretaria Municipal de Educação

Senai – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SGD – Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente

Sindipúblicos – Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos do Estado do Espírito Santo

Sindiupes - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Espírito Santo

SER – Superintendência Regional de Educação

STF – Supremo Tribunal Federal

Sinepe - Sindicato das Empresas Particulares de Ensino do Estado do Espírito Santo

TPE – Todos pela Educação

TCES - Tribunal de Contas do Espírito Santo

TJES - Tribunal de Justiça do Espírito Santo

UCL – Universidade Centro Leste

Ueses – União dos Estudantes Secundaristas do Espírito Santo

Umes – União Municipal de Estudantes Secundaristas

Undime - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Ensino

Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Unicamp – Universidade Estadual de Campinas

Unicef - Fundo das Nações Unidas para Infância e Juventude

USP – Universidade de São Paulo

UVV – Universidade de Vila Velha

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 23

INTRODUÇÃO 30

1. TUBARÕES DA EDUCAÇÃO: A AMEAÇA À EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA 49

1.1 A ASCENSÃO NEOLIBERAL E A INTENSIFICAÇÃO DO AMERICANISMO 49

1.2 NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO: DOS *VOUCHERS* À REFORMA EMPRESARIAL DA EDUCAÇÃO 56

1.3 A TERCEIRA VIA E A NOVA PEDAGOGIA DA HEGEMONIA: O VERNIZ NEOLIBERAL QUE FORTALECE OS EMPRESÁRIOS NA EDUCAÇÃO 62

1.4 A ATUAÇÃO DO EMPRESARIADO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: AS BASES NACIONAIS PARA A ATUAÇÃO DO MEESA 74

2. O MOVIMENTO EMPRESARIAL ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO: A ORGANIZAÇÃO ASSOCIATIVA PATRONAL E EMPRESARIAL 112

2.1 CONTEXTO POLÍTICO E ECONÔMICO DA ATUAÇÃO INICIAL DO MEESA 112

2.2 ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO EMPRESARIAL ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO 122

2.3 APONTAMENTOS INICIAIS SOBRE A DINÂMICA DE ATUAÇÃO DO MOVIMENTO EMPRESARIAL ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO 144

3. AS PRIMEIRAS FORMULAÇÕES DO MOVIMENTO EMPRESARIAL ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO PARA A EDUCAÇÃO (2003-2013) 151

3.1 BOLSA SEDU E NOSSA BOLSA: O EMPRESARIADO NA DISPUTA DO FUNDO PÚBLICO 154

3.2 O ENFOQUE NO DESENVOLVIMENTO DE CAPITAL HUMANO E O INÍCIO DO EMPRESARIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO ESPÍRITO SANTO 159

4. O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA CONSOLIDAÇÃO DAS FORMULAÇÕES DO MEESA PARA A EDUCAÇÃO (2014-2018) 183

4.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO POLÍTICO-ECONÔMICA 184

4.2 TRIÊNIO 2013-2016: O COMITÊ DE CAPITAL HUMANO E INCLUSÃO SOCIAL E A READEQUAÇÃO DO MEESA ÀS DEMANDAS DO PLANO ES 2030 194

4.3 A ENTRADA DO MEESA NA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA: EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL E TREINAMENTO DE FORÇA DE TRABALHO 204

4.3.1 A Escola de Tempo Integral na Rede Municipal de Vitória/ES 210

4.3.2 As relações entre o Meesa e o aparelho estatal do Espírito Santo 218

4.3.3 O Termo de Cooperação Técnica entre a Sedu e o Meesa e a operação do Programa Escola Viva 232

4.3.4 O Instituto de Qualidade no Ensino (IQE) 237

4.3.5 O Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE) 239

4.3.6 O modelo Escola da Escolha 244

4.4 TRIÊNIO 2016-2019: ORGANIZAÇÃO E PREPARAÇÃO DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO PARA A AMPLIAÇÃO DA ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA 249

5. O MEESA E A DIFUSÃO, REPRODUÇÃO E EXECUÇÃO DAS FORMULAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO (2019-2023) 270

5.1 CONTEXTO POLÍTICO ESTADUAL DAS ELEIÇÕES DE 2018 E O MEESA 270

5.2 O NÚCLEO DE EDUCAÇÃO DO MEESA E A MÍMESE DOS GRANDES TUBARÕES DA EDUCAÇÃO 276

5.2.1 A ampliação precarizada da equipe interna do Meesa durante o triênio 2019-2022 279

5.3 TRIÊNIO 2019-2022: "BEBER NOVOS HORIZONTES" 298

5.3.1 O Eixo de Mobilização e Engajamento do Núcleo de Educação do Meesa 305

5.3.2 O Eixo de Monitoramento e Articulação do Núcleo de Educação do Meesa 310

5.3.3 O Eixo de Execução do Núcleo de Educação do Meesa 319

5.3.4 A primeira onda: o Meesa na ampliação das Escolas em Tempo Integral nas redes municipais 324

5.3.5 A implantação do modelo de Tempo Integral do Meesa no município de Vila Velha 339

5.3.6 Ampliação da execução para os municípios de Cariacica, Aracruz, Linhares e Serra (2021-2022) 350

5.3.7 Das articulações e planejamentos à implantação das Escolas em Tempo Integral: o Programa de Implantação de Escolas em Tempo Integral 357

5.3.8 Etapas de Implantação das Escolas em Tempo Integral 361

5.4 TRIÊNIO 2022-2025: 20 ANOS DA ATUAÇÃO DO APARELHO PRIVADO DE HEGEMONIA EMPRESARIAL CAPIXABA 366

CONSIDERAÇÕES FINAIS 384

REFERÊNCIAS 399

APÊNDICE A – LISTA DOS DOCUMENTOS ANALISADOS 424

APÊNDICE B – MANTENEDORAS E PARCEIRAS DO MOVIMENTO TPE 430

APÊNDICE C – PRIMEIROS ASSOCIADOS ILA 433

APÊNDICE D – COMPOSIÇÃO DAS MESAS DIRETORAS (2003-2025) 434

ANEXO A – TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 0113//2014 437

ANEXO B – AVISO DE CHAMADA PÚBLICA DO PROCESSO Nº 69806624 449

ANEXO C – DISPENSA DE LICITAÇÃO DO PROCESSO Nº 69806624 450

ANEXO D – CONTRATO DE ALUGUEL DE IMÓVEL ENTRE SEDU E AEV 451

ANEXO E – TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 12/2015 (PROCESSO Nº70554897) 499

ANEXO F – ORDENS DE PAGAMENTOS REALIZADOS PELA SEFAS EM FAVOR DA FUCAPE 514

ANEXO G – ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 002/2021 (PROCESSO Nº 48850/2021) 515

ANEXO H – ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 033/2021 (PROCESSO Nº22071/2021) 528

ANEXO I – ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 005/2021 529

ANEXO J – ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 006/2021 530

ANEXO K – RESUMO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 004/2024 343

ANEXO L – EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 003/2023 535

ANEXO M –ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 081/2024 536

APRESENTAÇÃO

> As mais brilhantes aparências podem encobrir as mais vulgares realidades. O mundo vive sempre enganado pelos ornamentos.
> Shakespeare (2013, p. 75)

Sob o encanto e a égide de expressões ambíguas que sugerem um ambiente amplamente democrático (parceria, colaboração, responsabilidade social, participação e diálogo), frações da classe dominante nacional buscam consolidar a sua influência no campo educacional para aprofundar a hegemonia burguesa. Com a alcunha de "terceiro setor" e pelas ações de fundações, associações e Organizações Não Governamentais (ONGs), o empresariado mostra-se para a sociedade com uma pretensa neutralidade e independência do Estado (chamado de "primeiro setor") e do mercado (indicado como "segundo setor"). Assim, "[...] o terceiro setor coloca-se como não contaminado pelo lucro e sua lógica, que caracteriza o mercado, nem pela luta pelo poder e pela perspectiva universalista própria das ações estatais [...]" (Martins; Groppo, 2010, p. 3). Fundamentando-se nas teses da "Terceira Via" (Giddens, 2001a), a sociedade civil é concebida como terceiro setor.

Nesse compasso, o chamado "terceiro setor" tem alargado as suas iniciativas junto ao Estado para "[...] garantir o 'bom' funcionamento do sistema de vida, forjando nas classes subalternas um padrão de comportamento ético-político adequado à lógica econômica vigente, a ela se incorporando e a retroalimentando" (Martins; Groppo, 2010, p. 110). Trata-se de uma pseudoneutralidade dos aparelhos privados de hegemonia que tentam esvaziar o sentido do conceito de "sociedade civil", bem como a sua relação com a realidade concreta no âmbito da sociedade de classes, pois, dentro da acepção gramsciana, o conceito de sociedade civil "[...] não é independente nem do Estado e nem do mercado, muito menos, despolitizado ou desideologizado. Pelo contrário, visto como um dos elementos que compõem a relação orgânica e dialética que se estabelece entre estrutura e superestrutura social [...]" (Martins; Groppo, 2010, p. 110). A despeito dos ornamentos retóricos e da aparência "brilhante" de representação democrática, o que se nota é o empenho de frações de classe na construção e na consolidação de uma nova sociabilidade burguesa.

Entende-se que o chamado terceiro setor, por intermédio da estratégia das Parcerias Público-Privadas (PPP) nas políticas públicas, corresponde à expressão do ideário da Terceira via de "[...] uma nova sinergia entre os setores público e o privado [...]"(Giddens, 2001b, p. 109). Desse modo, a noção de "Terceiro setor" é mobilizada "[...] tanto para que o Estado não seja mais o principal executor das políticas sociais como para que o conteúdo mercantil possa, através das parcerias, aprofundar a lógica de mercado nas políticas públicas, 'qualificando-as'"

(Peroni, 2013, p. 13).

O ideal de "Terceira Via", concebido pelo intelectual inglês Anthony Giddens,[1] "[...] expressa a visão de mundo do setor corporativo-multinacional – de que o mercado global somente funciona com eficácia se a participação do governo for mínima (Giddens, 2001a, p. 20). Para o sociólogo, "O Governo e o mercado não são suficientes para resolver os principais desafios das sociedades modernas. A sociedade civil – a esfera fora do Estado e do mercado – tem de ser fortalecida e conjugada com o governo e os negócios" (Giddens, 2008, p. 441). Com essa proposição contraditória, ele é responsável por renovar e flexibilizar o neoliberalismo e "[...] vem sendo o principal discurso político-ideológico a referendar a práxis hegemônica das elites dominantes e dirigentes do capitalismo global" (Martins; Groppo, 2010, p. 83).

Ao considerar os efeitos negativos do neoliberalismo que emergiu nos anos 1980, com Thatcher, Reagan e Pinochet, e o esgotamento do modelo de Estado de Bem-Estar social, a "Terceira Via" de Giddens propõe uma "[...] certa 'humanização' do Estado neoliberal e da sociedade de livre mercado" (Martins; Groppo, 2010, p. 91), buscando a legitimação de um projeto global para uma nova sociabilidade adequada à construção da coesão social, no qual o Estado passa por reformas e as frações de classe burguesa que compõem a sociedade civil ganham relevância na sua articulação, direção e construção do consenso. Nesse sentido, as articulações dos aparelhos privados de hegemonia que atuam no campo da educação têm se dedicado a criar condições para se tornarem hegemônicas no pensamento educacional, da proposição à execução de programas e de políticas educacionais, sustentadas por um dos dogmas do neoliberalismo de Terceira Via: a formação de "Capital Humano" (Martins; Groppo 2010).

Essas alterações são correspondentes às novas determinações no modo de produção capitalista que se materializam em mudanças "[...] no conteúdo e na forma de organização do trabalho e da produção, nas relações de poder e nas relações sociais globais que correspondem a um patamar superior da civilização urbano-industrial" (Neves, 2005, p. 20). Nesse sentido, essas mudanças configuram-se como

> [...] estratégias burguesas de superação da crise estrutural da acumulação do capital; de reestruturação das relações internacionais, regionais e nacionais de poder, a partir do que se convencionou chamar de fim da Guerra Fria, assim como da organização do cotidiano dos cidadãos em face da crescente racionalização das relações urbano-industriais (Neves, 2005, p. 20).

[1] Anthony Giddens, sociólogo inglês, foi assessor do primeiro-ministro inglês Tony Blair (Partido Trabalhista). Sua abordagem política de "Terceira via" orientou politicamente o governo Blair. Giddens foi reitor da *London School Economics*, maior centro do pensamento liberal europeu (Neves, 2005), entre os anos de 1997 e 2003.

O cenário contemporâneo de aumento do desemprego de forma massiva, o aprofundamento da precarização das relações de trabalho e das condições básicas de vida, bem como a preocupação com movimentos subalternos de contestação da ordem vigente fez com que o capital redirecionasse as suas estratégias para a formação do consenso (Neves, 2005).

De acordo com Neves (2005, p. 24),

> A politização da sociedade civil propiciou à burguesia um novo conteúdo e uma nova forma às suas estratégias de dominação, transformando-a, simultaneamente, de modo mais equilibrado em classe dominante e classe dirigente. Com a conquista dos aparelhos privados de hegemonia de tipo tradicional, a criação de novos aparelhos ou o controle e a refuncionalização de espaços difusores de ideias das classes dominadas, essa burguesia vem conseguindo, historicamente, traduzir seu domínio econômico-político em direção de toda a vida social.

O aprofundamento da participação política de frações da classe dominante faz parte da conformação de um "bloco histórico" com vistas a garantir a sua supremacia ao interseccionar o consenso, via aparelhos da sociedade civil, e a coerção, via aparelhos da sociedade política, que integra, dialeticamente, o que Gramsci denomina de Estado Integral (Gramsci, 2022). A consolidação do "bloco histórico" atual lança mão dos aparelhos privados de hegemonia, mediados pelos seus intelectuais orgânicos (Martins; Groppo, 2010), para a manutenção do *modus operandi* capitalista.

Cabe salientar que o "bloco histórico" é constituído pelo conteúdo econômico-social e pela forma ético-política. Portanto, é na unidade-distinção entre o conjunto das relações sociais de produção capitalista (estrutura) e o conjunto de ideologias ou visões de mundo (superestrutura) gestadas na concreticidade das relações sociais de produção alienadas, que compreendemos a capacidade dos aparelhos privados de hegemonia de dirigir o mundo para uma sociabilidade burguesa atualizada e conformada à busca para a superação da crise estrutural da acumulação do capital (Mészaros, 2009).

No caso particular do Brasil, o processo de reforma do Estado teve início no apagar das luzes do século XX e, inicialmente, sob a influência da atmosfera do Consenso de Washington,[2] que promoveu o desenvolvimento de uma série de reformas de caráter neoliberal, cujo objetivo estava intimamente ligado às demandas de expansão do capital (Harvey, 2005) na dinâmica de ampliação da mais-valia global. Assim, desde o primeiro presidente eleito de forma direta,

[2] "A expressão *Consenso de Washington* surgiu da denominação dada por John Williamson, economista e pesquisador do *Institute of International Economics*, sediado em Washington, para a convergência de pensamento sobre as políticas públicas dos anos 1980, a partir dos governos de Ronald Reagan e George Bush" (Martins, 2015, s.p.).

Collor de Melo (1990-1992) do Partido da Reconstrução Nacional (PRN),[3] observou-se o início do processo de reformas neoliberalizante do aparelho de Estado brasileiro, que prosseguem, depois da renúncia de Collor em meio ao processo de *impeachment*, com seu sucessor legal, Itamar Franco (1992-1993) do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), e que aprofundam e se destacam no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).[4]

Dessa maneira, a reforma gerencial do aparelho de Estado brasileiro, iniciada na década de 1990 e coordenada por Luiz Carlos Bresser Pereira,[5] abriu espaços para "[...] o trinômio articulado do ideário neoliberal para políticas sociais, qual seja: a privatização, a focalização e a descentralização" (Behring; Boschetti, 2006, p. 156). Cabe salientar que Bresser Pereira, depois de "estagiar" na Inglaterra, retornou disposto a aplicar os princípios da "Terceira Via" na reforma do Estado brasileiro, promovendo-o de patrimonial a gerencial (Martins; Groppo, 2010).

O enlace com o capital seguiu nos governos ulteriores de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e de Dilma Rousseff (2011-2016), ambos do Partido dos Trabalhadores (PT) em aliança com frações do empresariado nacional e sob o apoio de partidos políticos do espectro do centro e da centro-direita. Assim, observou-se o aprofundamento das políticas na lógica do neoliberalismo de Terceira Via (Neves, 2005) por meio das Parcerias Público Privadas (PPP), além de reformas que retrocederam as políticas educacionais no Brasil. Em destaque, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), gestado com o DNA empresarial por intermédio do movimento "Todos pela Educação", Instituto Ayrton Senna e Itaú Social (Malini, 2009). Tais reformas estiveram, em meio a contradições, em certa sintonia com as propositivas formuladas pelos organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e outros.

Se, naquele contexto, já se podia perceber as possibilidades e ações de concessões à iniciativa privada, nos últimos anos, depois do golpe parlamentar, jurídico e midiático desferido

---

[3] Em 12 de abril de 1990, por meio da lei nº 8.031, a Presidência da República na figura de Collor de Melo cria o Programa Nacional de Desestatização (PND).

[4] Com o intuito de acelerar ainda mais o processo de desestatização, em 1997, FHC altera os procedimentos referentes ao PND, revogando a Lei nº 8.031, de 1990. Depois sanciona uma lei substitutiva, a saber, Lei nº 9491, de 09 de setembro de 1997, que ganhou um perfil menos burocrático, com o intuito de acelerar as vendas do patrimônio do povo brasileiro.

[5] Luiz Carlos Bresser Pereira foi ministro da Administração Federal e Reforma do Estado no Governo FHC (1995-1998) e responsável pelo Plano Diretor da Reforma do Estado (PDRE).

em 2016 (Mattos; Bassone; Mamigonion, 2016), impedindo o cumprimento integral do mandato do governo Dilma Rousseff, percebemos o aprofundamento dos retrocessos nas políticas públicas, como a aprovação, no governo do pemedebista Michel Temer (2016-2018), da Emenda Constitucional nº 95/2016, que congelou os gastos públicos sociais em 20 anos e a problemática Reforma do Ensino Médio, Lei n° 13.415/2017, com implicações gravíssimas à educação. O desmonte das políticas públicas prosseguiu, de forma acentuada, no governo capitaneado por Bolsonaro (2019-2022) que, com o tom da extrema direita de beligerância política e de obscurantismo, conseguiu reunir condições para aprovar pautas aprovar pautas neoconservadoras (Harvey, 2014) especialmente no que diz respeito à condução das políticas educacionais e ambientais (cf. Silva Júnior, 2020).

Esse breve olhar panorâmico coloca em evidência o privilégio de sua lógica no cenário político brasileiro. Embora o governo Bolsonaro (Partido Social Liberal em associação com PRTB)[6] seja marcado pela posição neoconservadora e tenha marcas bastantes distintas dos governos anteriores, sobretudo dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), a perspectiva de vínculos com o setor privado na educação é aprofundada, por meio do Decreto n° 10. 195 de 31 de dezembro de 2019,[7] que trata da reestruturação do Ministério da Educação (MEC), sob o comando do então ministro Abraham Weintraub (2019-2020) que autoriza instituições privadas a participarem, em conjunto com o ministério, de avaliações, monitoramento e ações respectivas à educação básica.

A sequência histórica decorre com ares de dramaticidade, pois as eleições presidenciais de 2022 colocaram no horizonte, de um lado, a continuação da escalada autoritária e neoconservadora bolsonarista representada pela candidatura de Jair Messias Bolsonaro (PL), que poderia ter consequências nefastas para a classe trabalhadora e para os grupos subalternos e, de outro, uma frente ampla liderada pelo candidato Luíz Inácio Lula da Silva (PT), articulada com representantes do espectro da esquerda, do centro e de parte da direita liberal.[8]

Portanto, não se pode negar a importância da eleição de Lula, sobretudo no sentido de refrear a sanha neoconservadora e a sua escalada autoritária iminente, conforme os atos

---

[6] Jair Messias Bolsonaro foi eleito pelo Partido Social Liberal (PSL) coligado com o PRTB. Em 12/11/2019, anunciou sua saída do PSL e, após ficar dois anos sem partido, filiou-se, em 2021, ao Partido Liberal (PL).

[7] Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.195-de-30-de-dezembro-de-2019-236099560. Acesso em: 17 jun. 2022.

[8] A coligação "Brasil da Esperança", com a chapa Lula/Alckmin, foi composta pelo (a): PT; PCdoB; PV; PSB; Federação Psol-Rede; Solidariedade; Avante; Agir; e Pros. Tal chapa contou ainda com o apoio explícito, no segundo turno, com Fernando Henrique Cardoso (PSDB); José Serra (PSDB); Aloysio Nunes (PSDB); ex-presidentes do Banco Central Henrique Meireles (União Brasil) e Armínio Fraga; Simone Tebet (MDB); João Amoedo (Novo) os economistas liberais Pedro Malan e Persio Arida; e outros.

golpistas de 8 de janeiro de 2023 evidenciaram. Contudo, no que concerne aos rumos das políticas educacionais, as contradições relacionadas à privilegiada participação do empresariado nos rumos da educação foram mantidas.[9]

Inserido nesse contexto, o estado do Espírito Santo (ES) participa da crescente atuação da iniciativa privada na educação pública via fundações e associações vinculadas à grandes empresas que atuam, ora como mantenedoras de programas, ora como subsidiadoras e avaliadoras de propostas educativas. No entanto, no ES, é possível visualizar a atuação sistemática de um grupo de empresários de vários setores, com ampla força política, que se congregam dentro de uma rede, organizam-se e articulam-se para propor um novo modelo de desenvolvimento para o Estado. Trata-se do Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação (Meesa), fundado por 16 empresários e institucionalizado em 2003, sob o apoio político do ex-governador Paulo Hartung (2003-2010). De acordo com o movimento, por meio de seu endereço eletrônico, a finalidade da organização é ser

> [...] protagonista no desenvolvimento do pensamento empresarial, participando ativamente das agendas relevantes do país e do estado, promovendo a formação de novas lideranças, monitorando as ações perante as estratégias de longo prazo, com foco permanente no equilíbrio institucional e na maior qualificação da relações público-privadas (Espírito Santo em Ação, s.p.). [10]

Ao participar de forma privilegiada da concepção dos Planos de Desenvolvimento do Estado,[11] ES 2025 (2006), a reformulação do ES 2030 (2013) e a revisão com o ES 500 anos (2024), o Meesa torna-se o principal agente privado que tem buscado interferir nas políticas públicas do ES. No campo educacional, sua atuação tem sido feita a partir da intenção de desenvolver o capital humano capixaba seguindo os padrões internacionais. Como se verá na introdução, várias pesquisas têm tangenciado a atuação desse movimento na educação

---

[9] Por exemplo, "A MegaEdu, organização social apoiada pela Fundação Lemann para operar dentro dos Ministérios da Educação e das Comunicações na formulação da "Estratégia Nacional de Educação Conectada", que foi lançada dia 26/09 pelo presidente Lula, é apenas o "guarda-chuva" de uma coalizão que envolve outras 14 ONGs interessadas em ditar a política educacional digital do país. E contam com o apoio institucional e financeiro de empresários como Abílio Diniz, Moreira Salles, Pedro Passos, Luiza Trajano, além de fundos norte-americanos." (Freitas, 2023, n.p.) (Disponível em: https://avaliacaoeducacional.com/2023/10/01/o-mec-e-a-inocente-influencia-das-ongs/. Acesso em: 04 maio 2024).

[10] Endereço eletrônico do Meesa, página "Conheça o ES em Ação". (Disponível em: https://es-acao.org.br/conheca-o-es-em-acao/#:~:text=%C3%89%20motivador%20trabalhar%20em%20um,o%20melhor%20e%20mais%20justo.&text=Atuo%20na%20implanta%C3%A7%C3%A3o%20do%20modelo,em%20escolas%20do%20Ensino%20Fundamental. Acesso em: 4 maio 2024).

[11] Trata-se de um planejamento a longo prazo desenvolvido pelo Estado do Espírito Santo em parceria com o Meesa e a Petrobrás, com o objetivo de definir metas, prioridades, estratégias e diretrizes para o desenvolvimento do Espírito Santo. Em 2006, foi elaborado o Plano ES 2025 que, em 2013, foi atualizado no ES 2030 e, em 2024, está sendo novamente renovado no ES 500 anos.

capixaba, mas sem tomá-lo como objeto de estudo. Enfrentar essa lacuna é, a nosso ver, relevante. Para além de especificidades locais, pesquisar a atuação do Meesa pode oferecer indícios dos projetos e ações do empresariado brasileiro em relação à educação.

INTRODUÇÃO

Certa é a inspiração do Galileu brechtiano: “E não existe obra de ciência que somente um homem possa escrever” (Brecht, 1991, p. 163). Sendo a ciência um empreendimento coletivo, indagamos como tem se movimentado a produção acadêmica em relação à atuação dessa organização empresarial na educação capixaba.

Com o intuito de realizar um levantamento de pesquisas que fazem a discussão sobre a atuação de redes empresariais na educação capixaba, mais especificamente do Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação, efetivamos buscas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no Google Acadêmico, entre os meses de março a junho de 2022. Em ambos os catálogos, utilizamos os seguintes conjuntos de descritores: primeiramente, “Empresários, educação e Espírito Santo” (BDTD) e “Empresários” AND “educação do Espírito Santo” (Google Acadêmico);[12] e depois, “Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação”.

Como procedimentos de análise para a seleção dos trabalhos, fizemos a leitura dos títulos e dos resumos, bem como averiguamos como ocorrem as menções aos descritores. Feito isso, selecionamos aqueles trabalhos que apresentam potencialidade de diálogo com o nosso projeto, destacando as aproximações, distanciamentos e as possíveis lacunas no trato do objeto “Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação”, principalmente, no que tange à educação. Uma vez selecionadas as pesquisas, buscamos identificar algumas tendências da produção acadêmica a fim de situar a presente proposta de pesquisa.

Na plataforma de pesquisa da BDTD com o descritor “Empresários, educação e Espírito Santo”, obtivemos o total de 19 (dezenove) trabalhos. Retirados 3 (três) trabalhos repetidos e 12 (doze) produções (dissertações e teses) com discussões distantes do cerne dos descritores, chegamos à seleção de 4 (quatro) dissertações, a saber: Gaspar (2016) que trata do programa Escola em Tempo Integral e as figurações de atores (Estado, parcerias e empresas) na política estadual de educação do Espírito Santo; Dornellas (2011) que discute as influências empresariais na educação, em especial, no “Programa Escola que Vale” (EQV) da Fundação Vale, que teve atuação em vários estados brasileiros, incluindo o Espírito Santo; Malini (2009), pois aborda a formação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e a relação do movimento “Todos Pela Educação” (TDE), assim como faz menção ao Espírito Santo e à

[12] Modificamos os descritores “Empresários, educação e Espírito Santo” utilizado no BDTD, pois no Google Acadêmico, tal descritor resultou em milhares de trabalhos (36.800). Para conseguir refinar a busca, chegamos ao descritor “Empresários” AND “Educação do Espírito Santo”.

Secretaria Estadual de Educação (Sedu/ES) naquele contexto; e Teixeira (2018), haja vista a temática relacionada ao campo empresarial e industrial e a educação profissional no ES (Quadro 1).

Já as buscas na plataforma do Google Acadêmico se valeram dos descritores "Empresários" AND "educação do Espírito Santo" e alcançou 100 resultados. Retirados 27 destes por serem trabalhos duplicados, monografias e Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) ou material didático/cartilhas ou estarem indisponíveis para a leitura, alcançamos 73 estudos. Nos mesmos moldes anteriores, investigamos como ocorrem as menções ao "Espírito Santo" e aos "empresários", considerando a educação como mediação entre os dois termos. Dos 73 trabalhos, selecionamos 12 (doze) nos quais há maior correspondência ao conjunto dos termos dos descritores e/ou que apesentam potencialidade de contribuição para a percepção e discussão da temática.

Portanto, considerando as duas plataformas de buscas (BDTD e o Google Acadêmico), chegamos ao total de 17 (dezessete) trabalhos (Quadro 1) para análise, distribuídos entre sete artigos (41%), seis dissertações (35%), duas teses (12%), um capítulo de livro (6%) e uma publicação em anais de evento (6%).

Quadro 1 - Descritores "Empresários, educação e Espírito Santo" (BDTD) e "Empresários AND "educação do Espírito Santo" (Google Acadêmico)

PORTAL	QUANT.	SELECIONADOS	AUTOR/ANO	TIPO
BDTD	19	"As figurações na política estadual de educação em tempo integral". PPGE-UFES/ES.	Gaspar, 2016	Dissertação
		"O projeto educativo da Fundação Vale: uma investigação sobre o Programa Escola que Vale". PPGE-UFJF/MG.	Dornellas, 2011.	Dissertação
		"O consenso como ponto de partida? uma análise dos papéis desempenhados pelos atores participantes na formulação do plano de desenvolvimento da educação" PPGE-UFJF/MG.	Malini, 2009.	Dissertação
		"A trajetória histórica dos modelos de formação profissional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Espírito Santo (1952-2002)". PPGE-UFES/ES.	Teixeira, 2018	Dissertação
Google Acadêmico	100	"O público e o privado nas políticas de educação profissional do Espírito Santo".	Lima; Peterle; Almeida, 2016	Artigo
		"Interesses do Empresariado em torno do Projeto Escola Viva".	Lima; Sperandio; Costa, 2020	Artigo
		"O gerencialismo e a educação no Espírito Santo".	Peterle; Lima; Alvarenga, 2020	Artigo
		"Gerencialismo e as políticas Educacionais no Espírito Santo".	Peterle; Lima, 2017	Anais
		"Mercantilização da educação: do gerencialismo ao empresariamento da oferta escolar".	Lima; Peterle, 2021	Artigo
		"A Parceria Público-Privada no bojo da reforma neoliberal do estado e da crise	Matos; Alcântara; Costa, 2021	Capítulo de Livro

		estrutural do capitalismo: o caso Espírito Santo”		
		“Programa Escola Viva no Estado do Espírito Santo: reflexões acerca da gestão educacional”.	Matos; Alcântara; Costa, 2020	Artigo
		“Educação básica em disputa: o jogo dos empresários no mercado mundial do conhecimento no século XXI”. UFF – RJ.	Souza, 2019	Tese
		“A reforma do ensino médio no governo do Michel Temer (2016-2018)”. UFMG – MG.	Costa E Silva, 2019	Dissertação
		“Uma experiência do Programa Ensino Médio Inovador em Ananindeua- Pará”. UFPA – PA.	Castro, 2017	Tese
		“Tecendo palavras e contrapalavras sobre o Pacto pela Aprendizagem no Espírito Santo (PAES): por uma alfabetização dialógica”. PPGEH-IFES/ES.	Machado, 2021	Dissertação
		“Fundação Victor Civita e a rede de entidades públicas e privadas na educação”.	Souza; Araujo, 2021	Artigo
		“Gestão do Investimento Social Privado em Projetos de Desenvolvimento Local- O Caso de uma Escola de Turismo no Estado do Espírito Santo”	Kamel; Alves, 2012	Artigo

Fonte: Elaborado pelo autor

Com o objetivo de afunilar a procura e evidenciar o nosso objeto de estudo no cenário das pesquisas já realizadas, utilizamos também o descritor “Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação” (Meesa). Na Biblioteca Nacional de Dissertações e Teses (BDTD), alcançamos três resultados, sendo que dois deles constam também nos resultados da seleção no Google Acadêmico deste mesmo descritor (Mascarenhas, 2014; Rainha, 2012). O terceiro trabalho (Maio, 2016) resultante da busca foi dispensado visto que trata de aspectos da comunicação de organizações no contexto da sociedade midiatizada, sem mencionar o Espírito Santo e tampouco o Meesa. A mesma busca na plataforma eletrônica do Google Acadêmico resultou em 36 trabalhos. Destes, 17 (dezessete) resultados corresponderam a trabalhos repetidos, citações, guia didático e trabalho de conclusão de curso de graduação com nenhuma menção ao Meesa. Restaram, então, 19 resultados - entre tese[13], dissertações, artigos e outros.

Quanto a esse conjunto de produções, percebemos duas tendências: a principal, com 14 trabalhos, aborda o Meesa de modo marginal na pesquisa; e uma secundária, com 5 trabalhos, toma esse movimento como objeto direto de investigação.

Selecionamos os cincos (5) trabalhos que têm como o objeto central de estudo o Meesa (Gonçalves; Patez; Zorzal; Silva, 2011; Gonçalves; Zorzal; Silva, 2011; Gonçalves; Zorzal; Silva; Palassi, 2009; Gonçalves, Zorzal; Silva; Palassi, 2010; Rainha, 2011). Dos trabalhos em

[13] A única tese encontrada na busca foi a de Érika Leal (2018), intitulada “Avaliação dos efeitos e dos impactos do programa de apoio à pesquisa em empresas-PAPPE-subvenção econômica à inovação”. Nesse trabalho, há apenas uma menção ao ES em Ação por meio de uma citação indireta de um documento de Arranjos Produtivos Locais, sem nenhuma análise ou desenvolvimento sobre o documento ou sobre o Meesa.

que o Meesa aparece de forma periférica, selecionamos aqueles com potencial de análise no que diz respeito à influência do Meesa na educação capixaba. Mais precisamente escolhemos os dois trabalhos que discutem a Escola em Tempo Integral e Meesa (Oliveira; Lirio, 2017; Moscon Oliveira *et al*., 2021). Então, alcançamos o total de 7 (sete) trabalhos para análise e diálogo (Quadro 2).

Quadro 2 - Descritor "Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação" (BDTD e Google Acadêmico)

PORTAL	QUANT.	SELECIONADOS	AUTOR/ANO	TIPO
Google Acadêmico	36	"Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação: Trajetória, Redes e Poder sob a perspectiva do discurso do Sujeito Coletivo". UFES – ES	Gonçalves; Patez; Zorzal E Silva, 2011	Artigo
		As Elites Empresariais e o Estado: Intermediação de interesses, discursos e estratégias de poder numa fração do Estado brasileiro — o caso do Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação. UFES - ES	Gonçalves; Zorzal E Silva, 2011	Anais de evento
		Associativismo e Representação Institucional: o Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação. UFES – ES	Gonçalves; Zorzal E Silva; Palassi, 2009	Anais de evento
		"Sociedade civil e representação política: O caso da ONG Espírito Santo em Ação". UFES – ES	Gonçalves, Zorzal E Silva; Palassi, 2010	Anais de evento
		"Articulação de interesses entre setor privado e poder público: o Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação e o governo do estado do Espírito Santo". UFES – ES.	Rainha, 2012	Dissertação
		"O projeto escola viva: a política de educação neoliberal de Paulo Hartung, no Espírito Santo (2003-2016)". UFES – ES.	Oliveira; Lirio, 2017	Artigo
		"A educação pública nos municípios do Espírito Santo e a presença do setor privado: um estudo preliminar. UFES – ES".	MOSCON Et Al., 2021	Capítulo de livro
BDTD	3	Trabalho Já Selecionado Na Busca Do Google Acadêmico (RAINHA, 2012).		

Fonte: Elaborado pelo autor.

Com os diferentes descritores já indicados, chegamos, por fim, ao total de 24 (vinte e quatro) trabalhos selecionados para o nosso desembarque no terreno do conhecimento produzido até então e, por nós, almejado. Ao nos depararmos com esse conjunto de produções, percebemos algumas tendências. Por vezes, uma entidade privada é tomada como objeto de investigação. Esse é o caso de Teixeira (2018) que estuda o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), uma entidade de direito privado, gerida pela Confederação Nacional da Indústria, mas sustentada por recursos públicos. A autora indaga a trajetória histórica dos modelos de formação profissional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Espírito

Santo de 1952 a 2002. Observa que, nesse período, o Senai/ES passa a priorizar o financiamento e o atendimento acelerado às demandas empresariais do que propriamente as questões pedagógicas. Assim, a instituição desloca seu projeto de um ensino para o emprego para o ensino para a empregabilidade.

Por seu turno, um amplo conjunto de produções tem ressaltado, de modo crítico, a intervenção do setor privado na educação brasileira como uma ameaça ao direito à educação na medida em que instaura uma lógica privatizante e gerencial.

Souza (2019) investiga a disputa pela educação básica no jogo dos empresários no mercado mundial do conhecimento a partir do estudo do *modus operandi* da empresa internacional de consultoria McKinsey & Company, com destaque para as repercussões no Brasil e em Portugal. Salienta que a lógica de reformas empresariais para a educação básica que são exportadas mundialmente envolve as estratégias de consultocracia em rede e os fundamentos da eficácia gerencialista.

Malini (2009) analisa o processo de formulação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) apresentado pelo Governo Federal em abril de 2007. Mais precisamente, destaca que o PDE foi gestado com um DNA empresarial, via influência do Movimento Todos pela Educação, Itaú Social e o Instituto Ayrton Senna em uma grande composição de forças: " [...] o surgimento do PDE se deu pela associação entre grupos de empresários paulistas e o Governo Federal, no caso o MEC além de outros grupos como a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Ensino, a UNDIME e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, a UNESCO" (Malini, 2009, p. 58).

Dornellas (2011) chama a atenção de como a noção de responsabilidade social tem motivado preocupações e intervenções empresariais no campo educacional. Seu foco recaiu sobre o Programa Escola que Vale, estruturado pela Fundação Vale (FV), o Centro de Educação e a Documentação para Ação Comunitária (Cedac) e as prefeituras locais de cidades do Espírito Santo, Maranhã, Minas Gerais e Pará. O intuito desse Programa foi desenvolver cursos de capacitação de professores atuantes no ensino fundamental das redes municipais do país

Já Costa e Silva (2019) investiga a formulação da Reforma do Ensino Médio regulamentada pela Lei n. 13.415/2017 e afirma que ela foi fortemente influenciada pelos organismos internacionais em consonância com as demandas do empresariado brasileiro e do grupo conservador que assumiu o governo brasileiro com Michel Temer.

Souza e Araújo (2021) afirma a existência de uma rede de entidades privadas que se articulam à Fundação Victor Civita por intermédio dos editoriais de pesquisa, a fim de viabilizar

estudos com o objetivo de fortalecer o projeto privatista de educação e agudizar as desigualdades

A exceção a essa abordagem crítica em relação à presença do empresariado na educação brasileira é o trabalho de Alves, Ferraz e Kamel (2012), uma vez que os autores fazem a defesa da parceria Público-Privada na Educação Profissional no município de Anchieta-ES, valendo-se do ideal de capital social com vistas à promoção do desenvolvimento local (Alvez; Ferraz; Kamel, 2012).

No conjunto dessas produções críticas sobre a chamada parceria público-privada, por vezes, há menção ao Espírito Santo, como ocorre em Dornellas (já citado), mas também na tese de Castro (2017) que discute as Parcerias Público-Privadas do Programa Ensino Médio Inovador em Ananindeua (Pará), aludindo a duas situações vinculadas às parcerias da Sedu/ES ao Instituto Unibanco; e na dissertação de Costa e Silva (2019) que versa sobre a Reforma do Ensino Médio no Governo Temer e faz referência às Parcerias Público-Privadas entre a Sedu/ES e os Institutos Natura, Unibanco, Instituto de Corresponsabilidade pela Educação e Fundação Carlos Chagas.

Como mencionado, quanto às produções com alusão ao Movimento Espírito Santo em Ação, a maioria aborda essa organização de modo periférico na pesquisa em função de um outro objeto de pesquisa. Encontramos essa situação em Machado (2020) que buscou compreender, a partir da filosofia da linguagem bakhtiniana, as bases teóricas e metodológicas que fundamentam os materiais didáticos do Pacto pela Aprendizagem no Espírito Santo (Paes), no que se refere ao ensino de Língua Portuguesa no 1° ano do ensino fundamental. A autora observa que o Paes foi implementado em 2017 durante a gestão Paulo Cesar Hartung no Governo do estado do Espírito Santo e de Haroldo Corrêa Rocha na Secretaria de Educação de Estado (Sedu/ES), em parceria com seis instituições do chamado terceiro setor, a saber: Espírito Santo em Ação, Instituto Natura, Instituto Unibanco, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Instituto Ayrton Senna e Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE). Para a autora, esse Pacto configurou-se como uma política de cunho gerencialista e privatizante, pautada na falta de diálogos e o silenciamento de professores, movimentos sociais, associações científicas e do que vinha sendo produzido pela única Universidade pública de nosso estado.

Além da pesquisa de Machado, encontramos ainda 10 (dez) trabalhos que tratam das chamadas parcerias público-privadas no âmbito da educação do ES,[14] incluindo aquelas

[14] Seis dessas produções foram desenvolvidas e/ou orientadas pelo Dr. Marcelo Lima,[14] vinculado ao Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE/UFES), atuante na linha de "Educação, Formação Humana e Políticas

capitaneadas pelo Meesa (Gaspar, 2016; Lima; Peterle; Almeida, 2016; Lima; Sperandio; Costa, 2020; Peterle; Lima; Alvarenga, 2020; Peterle; Lima, 2017; Peterle; Lima, 2021; Matos; Alcantara; Costa; 2021; Matos; Alcantara; Costa, 2020; Moscon Oliveira *et al.*; 2021; Oliveira; Lírio, 2017). Em seu conjunto, esses estudos questionam o modelo gerencial e empresarial imposto por essas parcerias na educação pública capixaba.

Especificamente em relação ao Espírito Santo em Ação, Lima, Peterle e Almeida (2016) e Lima e Peterle (2021) apontam que, em 2009, o Governador do estado, Paulo Hartung (mandato de 2003 a 2010), em articulação com o ES em Ação, implantou o Plano Emergencial de Qualificação Profissional que ficou conhecido como Bolsa Sedu. Tal programa consistia na compra de vagas em escolas da rede privada e da federal de cursos técnicos para atender alunos da rede pública. Em novo mandato para o governo do estado, Paulo Hartung (2015-1019), novamente em articulação com o ES em Ação, criou em 2015 o "Escola Viva", estabelecido pela Lei Complementar 7.992 de 2015, como Programa de Escolas Estaduais de Ensino Médio em Turno Único. Esse programa foi elaborado pelo Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE) e inspirado no modelo da "escola da escolha" de Pernambuco que consistia em educação em tempo integral com currículo flexível, de cunho neoliberal, antecipando-se ao que viria ser o modelo da reforma do Ensino Médio aprovada em 2017.

Lima, Sperandio e Costa (2020) observam que a implantação do programa Escola Viva ocorreu por meio de práticas autoritárias e gerencialistas, ignorando a participação de alunos e professores:

> A implementação deste modelo de Escola, apesar dos protestos contrários de professores e alunos, foi aprovada na assembleia legislativa, a toque de caixa, sem participação do Conselho Estadual de Educação, o que denota sintonia do governo Paulo Hartung para com as demandas do empresariado local, principalmente com aluguéis de espaços que pertenciam a empresas do grupo "ES em ação" (Lima, Sperandio, Costa, 2020, p. 131).

Matos, Alcântara e Costa (2020) indicam que à Secretaria de Educação do estado do Espírito Santo coube o custeio da escola, ao Espírito Santo em Ação o aperfeiçoamento técnico dos princípios e diretrizes desse modelo de escola, por meio de ferramentas de gestão e mecanismos de controle e de avaliação, e ao ICE a gestão dos centros Escola Viva. Segundo os autores, o modelo implantado impôs à educação capixaba um viés empresarial calcado na eficiência, controle e metas.

Públicas", e supervisor de trabalhos relacionados, principalmente, à educação profissional e, mais recentemente, à reforma do ensino médio.

Gaspar (2016) observa que, para além dos contornos políticos dessa política, o Espírito Santo em Ação também influenciou a definição do prédio que alocaria o projeto-piloto da Escola Viva. Em sua conclusão, no entanto, considera que a atuação da referida ONG nada mais foi do que "um "apoio moral", no sentido de se apresentarem como proponentes também de um novo modelo educacional que seria a solução para as "mazelas da escola pública", colocando o empresariado capixaba, por meio de sua representação institucional, como grandes agentes da transformação social" (Gaspar, 2016, p. 156).

Como afirmamos, há 5 (cinco) trabalhos que tomam o Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação como objeto de estudo para discutir a representação de interesse empresarial do movimento na política do estado do ES. Essas produções são pioneiras no estudo desse movimento, sendo produzidas junto ao curso de Ciências Sociais (UFES), vinculadas a projetos de pesquisa[15] realizados pelo Laboratório de Estudos Políticos (LEP).[16]

Os estudos de Gonçalves, Patez, Zorzal e Silva (2011), Gonçalves, Zorzal e Silva e Palassi (2009, 2010) centram-se na caracterização geral do Meesa como representação política do empresariado capixaba na busca pela influência e construção de um projeto político no ES. Para tanto, situam o surgimento do Espírito Santo em Ação a partir do contexto político capixaba nos anos 2000. Indicam que essa organização buscou superar interesses privados corporativos a fim de organizar ações coletivas de caráter político (Gonçalves, Patez, Zorzal, Silva, 2011). Com isso, em consonância com outras organizações nacionais, instaurou um modo de diversificação da representação política empresarial fora dos canais tradicionais como partido ou estrutura sindical oficial (Gonçalves, Zorzal, Silva, 2011). Rainha (2011) destaca que a base de atuação do movimento não se deu no legislativo capixaba, mas em parcerias com o Executivo estadual. Tal fato fez a atuação do Espírito Santo em Ação nos seus primeiros oito anos coincidir com os Governo Paulo Hartung. Nesse contexto, o movimento forjou uma aparência de consenso social e representatividade democrática via parceiras com o poder público e outras entidades.

[15] Projetos intitulados: "Instituições, atores e processos políticos: dimensões da democracia no Espírito Santo", com duração entre 2008 e 2009 (coordenado por Marta Zorzal e Silva e Márcia Prezotti Palassi); e "Trajetórias, Redes e Poder: Articulações entre Sociedade Civil e Sociedade Política no estado do Espírito Santo", entre 2009 e 2010 (coordenado por Marta Zorzal e Silva). No período subsequente, não foi dada continuidade a esses projetos.

[16] O Laboratório de Estudos Políticos (LEP), criado em 2001, tem como objetivo elaborar estudos sobre comportamento político, instituições políticas, movimentos sociais e sobre políticas públicas nos diversos âmbitos da federação brasileira. Professoras do curso de Ciências Sociais vinculados ao LEP: Marta Zorzal e Silva (coordenadora); Adélia Miglievich Ribeiro Euzeneia Carlos; Márcia Prezotti Palassi.

Tal como o personagem mitológico Jano, admiramos o que foi produzido ao mesmo tempo em que olhamos para frente com o intuito de avançarmos. Não se trata, portanto, de ir avante solitariamente. Avançamos dentro de uma tradição acadêmica de pesquisas que já desenvolveram reflexões e sínteses relevantes. Nesse sentido, o diálogo com a produção existente nos permite situar e justificar a presente tese.

A nossa pesquisa situa-se no conjunto de produções acadêmicas críticas à intervenção do empresariado educação. Essa tem sido a tendência predominante na produção acadêmica analisada. Contudo, sabemos que, do ponto de vista ideológico, é forte o consenso social que enaltece o papel redentor do setor privado diante da recorrente desqualificação do sistema brasileiro de educação pública.[17] Nesse sentido, cabe-nos contribuir para pôr em xeque tal imposição.

Conforme pôde ser observado, especificamente quanto ao ES em Ação, temos, por um lado, pesquisas no campo educacional que tangenciam as primeiras parcerias do Governo estadual com esse movimento por meio dos Programas Bolsa-Sedu e Escola Viva, respectivamente iniciados em 2009 e 2015, mas sem eleger esse movimento como objeto de estudo; por outro, produções que têm o Meesa como objeto de pesquisa, sem tratar da especificidade da educação. A presente tese situa-se nesse hiato acadêmico, buscando fazer essa interseção. Em outras palavras, interessa-nos tematizar e problematizar os projetos educacionais dessa organização. Ressaltamos ainda que produções específicas sobre o ES em Ação figuram como as primeiras sistematizações críticas sobre essa organização, subsidiando o conhecimento sobre o início de sua atuação no Espírito Santo. Há que se considerar que o Meesa continua ativo no cenário capixaba atual e que, em 2025, completou vinte e dois anos de existência. Nesse sentido, já possui uma trajetória que pode ter avançado em relação às características e estratégias assumidas em sua atuação inicial. Captar essa dinâmica histórica, tendo como eixo a educação, é um desafio desta tese. Isso porque, para além de especificidades locais, pesquisar a atuação do Meesa pode oferecer indícios dos projetos e ações do empresariado brasileiro em relação à educação.

Nessa direção, define-se a seguinte **questão-problema** desta tese: qual é o lugar que o Meesa tem ocupado no campo das políticas educacionais no Espírito Santo? Quais têm sido os seus projetos para a educação capixaba e quem tem sido os seus intelectuais orgânicos nesse

[17] Menezes (2024) relata a pesquisa realizada por Thais Rodrigues Marin que analisou 1.197 artigos de opinião e 145 editoriais publicados pelo jornal *Folha de S. Paulo* entre 2005 e 2020, revelando a insistente narrativa privatista veiculada pela grande imprensa brasileira. Marin observa que a desqualificação da educação pública de modo geral no Brasil respalda, em especial, as iniciativas de reforma empresarial da educação que temos hoje.

âmbito? Em que medida o Meesa expressa a lógica de organização dos movimentos empresariais nacionais e internacionais no campo da educação?

Diante dessas indagações, apresentamos o nosso **corpo hipotético.** O Meesa é um aparelho privado de hegemonia de frações da classe burguesa capixaba que surge como um dos sujeitos políticos envolvidos nas formulações ligadas à geração de capital humano e a ações mais corporativas junto ao poder Executivo e alcança, ao longo de seus vinte anos de existência, um lugar protagonista como formulador, executor e implantador de políticas educacionais no ES, com o aumento da capilaridade de suas intervenções na educação pública e uma maior complexidade e organização interna na área da educação. Detalhemos esse corpo hipotético.

O Meesa apresenta-se e busca legitimar-se como representante de interesses coletivos da sociedade capixaba sob o nome fantasia de "ES em Ação". No entanto, cadastrada com a Razão Social de "Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação", tem a sua natureza jurídica de "associação privada", e sua atividade principal é a "organização associativa patronal e empresarial". O Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação pode ser considerado um aparelho privado de hegemonia de frações da classe burguesa capixaba que conta com seus intelectuais orgânicos na formulação de propostas e na disputa para a conformação do consenso na área educacional. Em vista disso, exercem função de organização da cultura de forma a dar homogeneidade e coerência aos seus pressupostos, além de exercerem função diretiva política nos espaços pelos quais perpassam.

Tal organização compreende um arranjo de frações da classe burguesa capixaba de vários setores (comunicação, agronegócio, transporte, educação, indústria etc.) e articula uma rede empresarial em todo território capixaba, sendo a entidade patronal mais bem articulada do ES, com várias frentes de atuação. Entendemos que a educação é uma trincheira estratégica na forma de atuação do Meesa.

Entretanto, a estrutura interna do movimento com a educação pública tem se complexificado ao longo dos anos. Inicialmente, o foco do movimento era mais diretamente ligado à comunicação, à gestão e planejamento, à tecnologia e inovação e à atuação política (comitês de 2006, ano da conclusão do ES 2025). Os rastros deixados pelo movimento nos levam a supor que, a partir do projeto "Escola Viva",[18] no segundo momento do Governo Paulo Hartung (2015-2018), há uma atuação mais sistemática junto à secretaria estadual de educação.

[18] Programa de Escolas Estaduais de Ensino Médio em Turno Único, denominado de "Escola Viva" e instituído pela Lei Complementar nº 799 que, a partir de 2015, foi implementado pelo governo Paulo Hartung (PMDB) no estado do Espírito Santo e ampliado nos anos subsequentes. Em 2019, em função da mudança no Executivo estadual, com o governo de Renato Casagrande (PSB), houve uma adequação do programa, com alteração da nomenclatura para Programa de Educação em Tempo Integral por intermédio da Lei Complementar 928/2019.

O último momento, a partir de 2019, notamos uma arquitetura interna mais articulada, com uma equipe mais numerosa e a expansão da atuação dessa organização para as redes municipais do ES. Portanto, se, inicialmente, a atuação do Meesa estava centrada no governo estadual, por meio de articulações com a Secretaria de Educação no processo de implantação do Programa Escola Viva, atual Escola em Tempo Integral (ETI), a partir dos anos de 2021 e de 2022, há uma difusão de sua atuação junto a várias secretarias municipais de educação na ampliação das ETI (Cachoeiro de Itapemirim, Aracruz, Serra, Vila Velha, dentre outros).

Além disso, suspeitamos que os intelectuais orgânicos do movimento foram gestacionados, a princípio, sob inspiração e intercâmbio com experiências empresariais na educação de outros estados, sobretudo de Pernambuco (vinculados ao Instituto de Corresponsabilidade pela Educação – ICE) e Ceará (experiência de Sobral, Veveu Arruda). Entendemos que o início da formação de lideranças via Instituto Líderes do Amanhã (ILA) constituiu um novo momento do Meesa. Ao buscarmos pistas deixadas nos espaços de acesso público, notamos vínculos com intelectuais à frente de projetos privatistas na área da educação (como Cláudia Constin) e com entidades empresariais nacionais voltadas à educação (Fundação Lemann, Todos pela Educação, Institutos Unibanco, Ensino Br e outros). Desses, notadamente, o Todos Pela Educação (TPE) apresenta um caráter subsidiador de análises do cenário educacional e inspiração para a atuação do Meesa.

De acordo com o Meesa, os seus principais pilares são: a educação, a formação de lideranças e a gestão pública eficiente. As suas posições e a sua construção conduzem às seguintes hipóteses:

- o Meesa conseguiu galgar espaço político como formulador, executor e implantador de políticas educacionais no ES. Ao longo dos seus mais de vinte anos de atuação, o movimento se estruturou e aprofundou a complexidade de atuação, por meio de inúmeras parcerias com outros institutos e fundações. A educação tem uma posição estratégica na sua forma de interferir, sobretudo na preocupação de uma educação pública voltada para a formação de "capital humano" para atender o desenvolvimento econômico sustentado, previsto no Plano ES 2025, atualizado no ES 2030 e ES 500 anos, em processo de revisão (2024). Para isso, o movimento articulou a Escola em Tempo Integral (Antiga "Escola Viva") em conjunto com a Sedu-ES e seus parceiros (ICE) e, mais recentemente, expande-se para vários municípios capixabas (Cachoeiro, Cariacica, Serra, Aracruz etc.). Se inicialmente o Meesa tinha uma posição mais de articular e intermediar parcerias no campo educacional, recentemente, há um

envolvimento mais profundo e capilarizado no processo de formulação, execução e implantação dos programas e políticas educacionais.

É provável que o nível de intervenção do Meesa nas secretarias não seja homogêneo, isto é, há diferentes níveis de intervenção dentro das redes que o movimento tem entrada. É possível que as aproximações e entradas do Meesa nas secretarias ocorram mediante a sua postura sedutora-agressiva, pois, em tese, não há custo para o Estado, em virtude das empresas parceiras que custeiam os programas e projetos. No entanto, o Meesa atua de forma a disputar a mediação da distribuição de recursos públicos para o setor privado, especialmente para as suas mantenedoras. Ataca, assim, os recursos públicos ao mesmo tempo em que propaga a ideia de que trabalha voluntariamente e com recursos privados, ao passo em que o formato empresarial de educação e a perspectiva ideológica liberal são violentamente empurrados para dentro das redes e incorporadas sem espaço para o diálogo com os sujeitos envolvidos no processo escolar (comunidades escolares, sindicatos dos trabalhadores, coletivos de professores, representação estudantil).

- Nesse sentido, inferimos que, no período de sua fundação até o ano de 2023 (período analisado nesta pesquisa), o Meesa passou por três momentos no que concerne à educação, a saber: o momento inicial, das **primeiras formulações** (2003-2013), no qual a educação é secundária nas ações e proposições do movimento, assim como há ausência de uma arquitetura interna e de dirigentes dedicados, exclusivamente, ao segmento educacional. Nesse período, a maior expressão do movimento quanto à educação está na formulação do ES 2025, evidenciando a educação como formadora de capital humano para atender o crescimento sustentado do ES e, associado à este fator, nota-se as demandas corporativas do setor educacional privado, com os programas "Bolsa Sedu" e "Nossa Bolsa"; o momento da **construção da consolidação das formulações** (2014-2018), em que há um envolvimento sistemático do Meesa na educação estadual do governo de Paulo Hartung, com a formulação do "Programa Escola Viva", o envolvimento com instituições parcerias (ICE) e a mobilização de arrecadação por meio das empresas mantenedoras. Nesse contexto, nota-se a transição para o início da participação dos primeiros dirigentes formados pelo ILA no âmbito do Meesa e ainda não se percebe uma arquitetura interna ampla para a educação, mas é criado o "núcleo de educação", com uma técnica pedagógica responsável; e o momento da **execução e difusão das formulações** (2019-2022), no qual o movimento ganha complexidade maior de atuação, o cargo de "executivo de educação" do movimento é

criado, bem como uma equipe para tratar da educação é organizada, o "núcleo de educação" (com duas analistas de educação e uma articuladora de políticas educacionais, todas com formação pedagógica).[19]

Nesse sentido, esse terceiro momento é o da ampliação do Meesa na educação capixaba, com uma maior capilarização, estendendo-se da Secretaria Estadual de Educação para as secretarias municipais. Esse movimento de capilarização indica a intensificação de seu poder hegemônico. A sua atuação é aprofundada para uma dinâmica executora de formações e direção para a inserção do Programa Escola em Tempo Integral (ETI) em vários municípios capixabas.

- Por conta dessa complexificação de sua atuação ao longo do tempo, o Meesa passa a contar com uma equipe mais estruturada para atender área da educação. Todos os esforços iniciais nos conduzem a inferir que, no Meesa, no período entre 2019 a 2022, tenha dois grupos de sujeitos na área da educação: o quadro pertencente às frações da classe empresarial, com formação de alta qualificação em áreas da economia e gestão, que desempenham a função diretiva dentro do movimento e que se articulam aos executivos estadual e municipais das secretarias de educação; o quadro técnico-pedagógico, com menor qualificação universitária com formação com ênfase pedagógica e em gestão.

  Notamos, ainda, que, neste último grupo, alguns sujeitos transitaram entre instituições parceiras (Instituto Unibanco e Ensina Br). Além desses dois grupos, pressupomos a presença de um terceiro grupo, composto por representantes das instituições parceiras que fazem intercâmbios e subsidiam materiais e formações. Logo, o quadro de intelectuais orgânicos do Meesa é composto pelos sujeitos integrantes das frações da classe empresarial ou cooptados por elas. Deste modo, "é verdade que a própria função organizativa da hegemonia social e do domínio estatal dá lugar a uma certa divisão do trabalho e, portanto, a toda uma gradação de qualificações, em algumas das quais nãos mais aparece nenhuma atribuição diretiva e organizativa" (Gramsci, 2004, p. 21).

  Nesse sentido, entendemos que, entre os sujeitos, há algumas possíveis clivagens das diferentes funções operadas, desde aquelas mais operacionais do ponto de vista técnico-pedagógico (as pedagogas do Meesa), àquelas político-diretivas relacionadas a

[19] No dia 26 de julho de 2022, a nova diretoria do Meesa foi empossada com um novo formato para o triênio 2022/2025. O cargo de executivo de educação (ocupado por Luciano Gollner) foi subtraído e uma novo cargo institucional de "diretor de educação" foi criado. Portanto, o novo responsável pela educação no Meesa é Rodrigo de Oliveira Gama, gerente geral de Gestão de Pessoas, Saúde e Segurança da ArcelorMittal Tubarão.

organização das estratégias junto às secretarias municipais e estadual (empresários executivos do Meesa). Há, ainda, aquelas relacionadas às formulações das políticas educacionais e dos modelos e projetos compatíveis com a composição de uma concepção de mundo coerente com os anseios e necessidades da classe dominante (internos e externos ao Meesa vinculados às redes nacionais e internacionais) na construção da hegemonia.

- A formação de novos quadros políticos-diretivos empresariais contém grande relevância para a organização. Por isso, o Instituto Líderes do Amanhã foi criado pelo Meesa em 2010 e as atividades formativas foram iniciadas em 2011. Com o viés neoliberal, o ciclo formativo (2022), que conta com leituras de autores clássicos do liberalismo,[20] da escola austríaca,[21] escola de Chicago,[22] dentre outras, é voltado para jovens aprovados no processo seletivo e que tenham participação societária em empresas ou que sejam indicação de uma das empresas mantenedoras do instituto.

  Com a intencionalidade da formação de lideranças, o Meesa sai do estágio econômico-corporativo e do grau da consciência de solidariedade econômica entre os membros da classe para um momento mais articulado, no qual "[...] se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados" (Gramsci, 2022, v. 3, C13, § 17 p. 41).[23]

---

[20] Destaque para os livros "O que se vê e o que não se vê", de Frederic Bastiat, e "Da liberdade individual e econômica", de John Stuart Mill.

[21] Escola do pensamento econômico ultraliberal originada no final do século XIX por economistas austríacos, como Carl Menger, Eugen Von Böhm-Bawerk e Ludwing Von Mises. No século XX, o nome mais influente dessa escola foi Friedrich Haeyk, Nobel de Economia em 1974. No ciclo formativo de 2022, o livro utilizado foi "As seis lições", de Ludwing Von Mises.

[22] Termo dado à escola de pensamento neoliberal desenvolvida na Universidade de Chicago nos anos de 1950. Milton Friedman foi um dos professores expoentes da defesa das concepções neoliberais e influenciou um grupo de economistas denominados de "Chicago boys" (Harvey, 2008). Desta escola de pensamento, o ciclo formativo do ILA (2022) contou com o livro "Fatos e falácias da economia", de Thomas Sowell.

[23] Tal movimento restringe-se à passagem da classe *em si* à classe *para si*, isto é, a formação da consciência de classe que leva os sujeitos constituintes de uma mesma classe social a se organizarem coletivamente na luta pela hegemonia. Não se trata, portanto, da categoria gramsciana de catarse, pois o filósofo sardo emprega "[...] a expressão 'catarse' para indicar a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) ao momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isto significa, também, a passagem do 'objetivo ao subjetivo' e da necessidade à liberdade'. A estrutura, de força exterior que esmaga o homem, assimilando-o e o tornando passivo, transforma-se em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético-política. A fixação do momento 'catártico' torna-se assim, parece-me, o ponto de partida de toda filosofia da práxis; o processo catártico coincide com a cadeia de sínteses que resultam do desenvolvimento dialético" (Gramsci, 2022, vo. 1, C10, § 6, p. 316). Entende-se, em Gramsci, por passagem ao momento ético-político àquele no qual se alcança a universalidade do gênero humano e, por certo, para isso acontecer é condição *sine qua non* a superação do modo de produção capitalista. Além disso, conforme

Então, há elementos que ajudam a sustentar a posição do vínculo e intencionalidade da formação para a direção, como demonstram os seguintes exemplos: o executivo de educação do Meesa (2019-2022) Luciano Gollner,[24] formado pelo Instituto Líderes do Amanhã (ILA), espaço em que também foi diretor de comunicação (2013) e de formação (2014); o caso de Orlando Bolsonelo Caliman (filho de Orlando Caliman, um dos fundadores), secretário executivo do Meesa (2019-2022), diretor institucional do ILA em 2013 e presidente em 2014; o caso da ex-coordenadora de gestão de projetos (2019-2022) do Meesa Lara Ghiotto, gerente de projetos do Ensina Br (parceira do ES em Ação), associada do ILA.

Cabe destacar que um dos fundadores do Instituto Líderes do Amanhã (ILA) e membro do Conselho Curador deste instituto, Aridelmo Teixeira, fundador de uma faculdade de negócios em Vitória e ex-presidente institucional do Meesa (2016-2018), coordenou o comitê de "Desenvolvimento de Capital Humano" do Meesa e esteve à frente do Programa "Escola Viva", no período em que presidiu o movimento (2016-2018). Para além do ILA, que é um instituto orgânico ao Meesa, observamos o aprofundamento da formação sob os auspícios empresariais na criação do programa *Be Leader*, que é uma iniciativa do Meesa que congrega instituições parceiras (estaduais, nacionais e internacionais) que ofertam cursos (gratuitos e pagos) para formação de "novas lideranças".

O *Be Leader* tem quatro eixos de atuação: empreendedorismo; empreendedorismo social; gestão pública; e articulação política. Especialmente no eixo empreendedorismo, alguns institutos foram criados para atender as demandas regionais da formação de lideranças vinculadas a Rede Empresarial do ES, por exemplo: Aliança Jovem – Associação para o Desenvolvimento de Linhares (Adel); Líderes do Futuro – Associação Empresarial de Colatina e Região (Assedic); Jovens Líderes – Associação Movimento Empresarial Aracruz e Região (Amear); Instituto Mais Líderes – Movimento Empresarial Sul do Espírito Santo (Messes), todas com o formato de formação muito próximo ao do ILA e com a mesma perspectiva política neoliberal.

salienta Saviani (entrevista), "[...] o conceito de catarse', em Gramsci, circunscreve-se ao âmbito da filosofia da práxis, isto é, do marxismo" (Cardoso, 2014, p. 202).

[24] Desde a posse da nova diretoria (2022/2025), Luciano Gollner ocupa o cargo de Secretário Executivo do Meesa. No endereço eletrônico do movimento, foram atualizadas as suas novas funções, a saber: gestão da entidade, tanto administrativa-financeira como das áreas de Formação de Liderança, Gestão Pública, Estratégia de Longo Prazo e Comunicação, além de liderar o Núcleo de Educação do Meesa.

Ao desenvolver um raciocínio sobre os elementos que precisam convergir para a existência de um partido, Gramsci registra:

> Fala-se em capitães sem exército, mas na verdade é mais fácil formar um exército do que formar capitães. Tanto isso é verdade que, mesmo um exército já formado pode ser destruído se lhe faltam os capitães, enquanto a existência de um grupo de capitães harmônicos, coeso entre si, com objetivos comuns, pode rapidamente formar um exército, mesmo onde não existe nada (Gramsci, 2022, v. 3, C14, § 70, p. 322).

O Meesa atua como um partido, no sentido gramsciano, pois o seu lugar de aparelho privado de hegemonia lhe garante uma atuação que converge com os elementos indicados pelo filósofo da Sardenha e coloca em relevo a importância da formação de lideranças para a construção e a manutenção da hegemonia.

- O ideal de educação pública que inspira a atuação do Meesa e a formação de liderança direcionada para os quadros político-diretivo seguem preceitos que fazem lembrar a "sala da predestinação social" de Huxley, com o processo Bokanovsky,[25] pois, naquele mundo distópico, "quanto mais baixa é a casta menos oxigênio se dá" (Huxley, 2009, p. 22). A escola pública tem sido assentada em uma condição de esvaziamento dos conteúdos sistematizados e, consequentemente, das condições para o desenvolvimento de uma práxis revolucionária, além de ser violentada com os ares tóxicos neoliberais via lógica do empreendedorismo, projeto de vida e protagonismo acrítico.

  Esse ideário converge para a conservação da subalternidade por meio do consenso passivo. Neste caso, a menor quantidade de "oxigênio" para as classes subalternas contrasta com a formação de elevada qualificação ofertada às frações das classes empresariais, desde a educação básica privada, passando pela formação superior e chegando à formação específica de liderança. Desse modo, o empreendedorismo ganha outros contornos, tendo em vista que a lógica liberal converge para a manutenção e ampliação da condição social de dominação desta classe.

Diante do exposto, o nosso **objetivo geral** consiste em analisar o projeto educacional do Meesa, assim como a sua atuação nas políticas educacionais no Espírito Santo, para apreender o significado de suas formulações para a educação pública, o seu *modus operandi*, os seus vínculos com outras organizações e a atuação de seus intelectuais orgânicos na construção e na conformação da hegemonia burguesa no campo educacional do estado do ES.

[25] Na distopia "Admirável mundo novo", de Aldous Huxley (2009), o processo Bokanovsky é um dos principais instrumentos da estabilidade social via incubação e reprodução de homens e mulheres condicionados e padronizados, em grupos uniformes.

Tomando-se esse contexto de estudo, tem-se como objetivos específicos: a) analisar o contexto político-econômico da atuação do empresariado na educação pública brasileira e as suas relações com o Estado; b) caracterizar o processo de formação histórica do Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação e apresentar as suas bases gerais; c) identificar e mapear os projetos, os programas e ações do Meesa para a educação pública capixaba; d) e analisar os projetos, programas e ações do Meesa, bem como as formulações e estratégias dos seus intelectuais orgânicos para a educação pública do Espírito Santo e as suas relações com movimentos empresariais e internacionais no campo da educação.

Nosso "fio de Ariadne" para a compreensão dos fenômenos relacionados à atuação dos intelectuais orgânicos do Meesa na educação pública capixaba é fundamentado no materialismo histórico-dialético, especialmente a partir da categoria gramsciana de "intelectual orgânico". Tal como Teseu enfrentou o monstro mitológico munido do novelo provido pela apaixonada Ariadne, sob o arcabouço teórico marxista, enfrentamos o desafio de perquirir os intelectuais orgânicos vinculados ao Meesa.

Nesse compasso, partimos do método do materialismo histórico-dialético, pois oferece instrumentos valiosos para a compreensão e aproximação do real concreto. Para Marx (2011, p. 78), método é "[...] o modo do pensamento de se apropriar do concreto, de reproduzi-lo como concreto mental". O olhar imediato, pautado na aparência, não consegue capturar toda a dinâmica da realidade social, "[...] aliás, toda ciência seria supérflua se houvesse coincidência imediata entre a aparência e a essência das coisas" (Marx, 2008, p. 1080). Por isso, debruçamo-nos na dialética e, consequentemente, nas suas categorias (contradição, totalidade e historicidade) e no "[...] reconhecimento das múltiplas determinações materiais que condicionam o objeto de pesquisa" (Rodríguez, 2014, p. 150).

Em termos metodológicos, para nos aproximarmos do objeto investigado, recorremos à análise documental, pois os documentos "[...] oferecem pistas, sinais, vestígios e compreender os significados históricos dos materiais [...]" (Evangelista, 2012, p. 58) é tarefa do pesquisador. Assim, a nossa análise se propõe a perscrutar os textos dos documentos, tal qual fundamentado por Evangelista e Shiroma (2019, p. 89), isto é, buscando decifrar "[...] os objetivos anunciados ou velados de determinada política, para entender como se articulam ou afrontam o projeto hegemônico burguês, como impactam a luta de classes [...]", tendo em vista que os documentos de política educacional "[...] são fontes que oferecem pistas das quais podemos retirar as evidências do projeto capitalista com um duplo objetivo: apreendê-lo em suas determinações causais e colaborar com 'a tarefa de romper com a lógica do capital'[...] (Mészaros, 2010, p. 45)" (Evangelista; Shiroma, 2019, p. 89).

Nesse sentido, valemo-nos de relatórios de atividades, termos de cooperação técnica, demonstrativos financeiros, apresentações institucionais, planos estratégicos, vídeos institucionais, transmissões on-line de painéis, palestras e entrevistas, artigos institucionais, reportagens e entrevistas na mídia aberta e demais documentos disponíveis em meios digitais (Apêndice A). A partir da compreensão de Evangelista (2009), buscamos não apenas o sentido dos documentos, mas fizemos o esforço de construir conhecimentos que possibilitem a compreensão dos projetos históricos e políticos presentes nas fontes, muitas vezes omitidos ou circunscritos nas suas entrelinhas.

Inspiramo-nos em Evangelista e Shiroma (2019, p. 93) para empreender o esforço de "[...] extrair dos documentos dados da realidade objetiva [...]" a partir de uma posição ativa no processo de produção do conhecimento. Assim, localizamos, selecionamos, lemos, ouvimos, transcrevemos, relemos, sistematizamos, analisamos as pistas presentes nas fontes documentais para, enfim, "[...] discutir, elucidar, desconstruir compreensões de mundo. Produzir conhecimentos sobre documentos é produzir consciência [...] sobre a hegemonia burguesa" (Evangelista; Shiroma, 2019, p. 93).

Para atender o objetivo posto, além desta introdução, estruturamos a presente tese em cinco capítulos. No primeiro capítulo, discutimos a atuação do empresariado na educação pública brasileira no contexto das reformas do Estado, da dinâmica gerencialista ao processo de empresariamento da educação. Tratamos, ainda, da centralidade da concepção da Terceira Via de Giddens na constituição do Estado brasileiro e a ampliação da lógica da mercantilização da educação por meio das Parcerias Público Privadas (PPP).

No segundo capítulo, abordamos aspectos gerais do Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação, apresentando o contexto político-econômico de sua gênese, a sua visão, sua missão, os seus objetivos, a sua organização, a sua estrutura, as suas características, bem como as suas interrelações com o poder público.

No terceiro capítulo, debruçamo-nos na análise do momento inicial do movimento (2003-2013) quanto às primeiras formulações educacionais, contextualizando o cenário político, as contradições e os vínculos do Meesa com o aparato estatal.

No quarto capítulo, analisamos o segundo momento de (2014 a 2018) da consolidação das formulações, colocando em debate as mudanças na política capixaba e a atuação mais orgânica do movimento junto ao Estado.

No quinto e último capítulo, colocamos em análise o terceiro momento (de 2019 a 2023), da execução e difusão das formulações para a educação, considerando a maior complexidade

da organização no que tange à educação, o processo de capilarização do movimento e o esteio político-econômico daquele contexto.

Nas considerações finais, retomamos os resultados obtidos, discutindo em que medida essa organização empresarial local oferece indícios da lógica de organização e dos projetos e ações do empresariado brasileiro em relação à educação.

1. TUBARÕES DA EDUCAÇÃO: A AMEAÇA À EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

Para abordar a atuação do empresariado na educação pública brasileira, tomamos como contexto as reformas neoliberais do Estado, sua dinâmica gerencialista e o processo de empresariamento da educação. Para a efetivação de tal tarefa, inicialmente discutimos o processo de ascensão do neoliberalismo como intensificação do que Gramsci, no século XX, chamou de americanismo. A reflexão gramsciana aparece como uma inspiração a ser atualizada, tendo em vista que se situa no início do século XX quando a hegemonia estadunidense se entrelaça com o modelo fordista de racionalização da produção. Tomamos emprestadas as contribuições de Gramsci para compreender o capitalismo neoliberal como intensificação dessa hegemonia sob novos contornos. Em seguida, colocamos em debate as influências do neoliberalismo na educação, tomando como base a análise de Freitas (2018) sobre a reforma empresarial da educação. Tratamos, ainda, da centralidade da concepção da Terceira Via de Giddens na constituição do Estado brasileiro e a ampliação da mercantilização da educação por meio das Parcerias Público Privadas (PPP) e dos aparelhos privados de hegemonia do capital. Por fim, discorremos sobre a atuação do empresariado na educação brasileira. Sabemos que esse fenômeno é complexo e pode ser tratado a partir de várias frentes. Optamos por chamar atenção da presença empresarial no campo educacional via institutos, fundações e associações. Tuteladas por frações da burguesia nacional, com o incentivo e apoio de Organismos Internacionais (OIs), tais entidades têm como estratégia de construir consensos para incidir sob as políticas públicas educacionais, constituindo um "mar de tubarões" da educação.

1.1 A ASCENSÃO NEOLIBERAL E A INTENSIFICAÇÃO DO AMERICANISMO

No centro do capitalismo, os ventos começaram a mudar de direção nos finais dos anos 1960. A relativa calmaria da "era de ouro", balizada pelo *Welfare State*, via-se ameaçada pelos "ares" da crise. Notamos que, no período entre 1969-1973,

> [...] o mundo capitalista estava sendo afogado pelo excesso de fundos; e com poucas áreas produtivas reduzidas para investimento, esse excesso significava forte inflação. A tentativa de frear a inflação ascendente em 1973 expôs muita capacidade excedente nas economias ocidentais, disparando antes de tudo uma crise mundial nos mercados imobiliários (Harvey, 2014, p. 136).

Somado a isso, ocorreu o choque do Petróleo gerado em consequência ao apoio dos EUA e da Inglaterra ao Estado de Israel com uma participação decisiva na Guerra do Yom Kippur, na qual a Liga Árabe se mobilizou para lutar pelas terras perdidas para Israel na Guerra dos Seis Dias (1967). Em protesto ao apoio estadunidense à Israel, a Liga Árabe embargou a exportações de petróleo para o Ocidente, promovendo o aumento do preço do barril de petróleo em 400% (Hobsbawm, 1995), agravando o quadro de colapso em cadeia da economia mundial. "Em consequência, as décadas de 1970 e 1980 foram um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político" (Harvey, 2014, p. 140).

Nas palavras de Hobsbawm (1995, p. 281), "A era de ouro perdeu o seu brilho" e o consenso sobre o Estado de bem-estar social e a política Keynesiana perderam a sua força. Portanto, "A única alternativa oferecida era propagada pela minoria de teólogos econômicos ultraliberais" (Hobsbawm, 1995, p. 398) que, antes mesmo da crise, já atacavam o modelo de Maynard Keynes. Por exemplo, Friedrich Von Hayke, em 1947, organizou o *Mont Pélerin Society* (na Suíça), com a participação de Ludwig von Mises, Milton Friedman, Karl Popper, James McGill Buchanan e outros, para a defesa intransigente de um liberalismo econômico radical (neoliberalismo) e condenação de qualquer forma de planejamento estatal (Harvey, 2008).

Com apoio financeiro e político de poderosos, como os irmãos Charles e David Koch[26], por membros da família Rockefeller,[27] por fundações empresariais, como a *Willian Volker Fund*,[28] e sob a aclamação das premiações do Nobel de Economia para Hayek, em 1974, e Friedman, em 1976,[29] o neoliberalismo ganhou força política e respeitabilidade acadêmica (Harvey, 2008). Assim, "A teoria neoliberal, em especial em sua versão monetarista, passou a ter influência prática numa variedade de campos políticos" (Harvey, 2008, p. 31).

Em 1979, observamos, na Inglaterra e nos EUA, "[....] a dramática consolidação do neoliberalismo como nova ortodoxia econômica de regulação da política pública no nível do

[26] Financiavam o *Center for Study of Public Choice*, um centro de propagação do livre mercado e de oposição aos postulados intervencionistas, social-democrata e socialistas.

[27] A Universidade de Chicago, nascedouro dos "espadachins" do livre mercado (Buchanan, Friedman e Haeyk), foi instalada com importante aporte de recursos do magnata J. D. Rockefeller (Freitas, 2018).

[28] Trata-se de uma fundação empresarial criada em 1932 em Kansas (Missouri) pelo magnata Willian Volker com intuitos filantrópicos. Com a sua morte em 1947, o seu sobrinho Harold W. Luhnow passou a colocar os fundos da instituição para a promoção dos ideais do livre mercado. A fundação foi um importante canal de financiamento do pensamento neoliberal e conservador dos EUA, arcando, por exemplo, com os custeios para a primeira reunião da *Mont Pèrelin Society* na Suíça em 1947.

[29] "Esse prêmio específico, embora assumisse a áurea de um Nobel, não tinha nenhuma relação com os outros prêmios, estando como estava sob o estrito controle da elite bancária" (Harvey, 2008, p. 31)

Estado" (Harvey, 2008, p. 31), com a eleição de Margareth Thatcher e com as mudanças draconianas da política monetária no âmbito do governo Carter,[30] seguida pela eleição de Ronald Reagan, em 1981, evidenciaram a tendência a consolidação de um novo consenso político-econômico, vinculado à neoliberalização (Harvey, 2008).

Neste sentido,

> A extensão da influência da economia neoclássica que, em sociedades seculares ocidentais, foi tomando cada vez mais o lugar da teologia, e (via a hegemonia cultural dos EUA) a influência da ultraindividualista jurisprudência americana encorajaram essa retórica. Ela encontrou expressão política na primeira-dama britânica Margaret Thatcher: "Não há sociedade, só indivíduos" (Hobsbawm, 1995, p. 330).

Com esta ampla transformação político-econômica, ficavam flagrantes as necessidades das alterações superestruturais para a conformação e remodelamento do bloco histórico, pois o tipo de ser humano fordista, conformado à realidade de uma sociedade cujas relações de forças geraram o modelo de Estado do bem-estar social, garantidora do pleno emprego e da seguridade social, tornou-se incompatível com as novas demandas de expansão da acumulação do grande capital.

Por isso, a necessidade de a burguesia promover uma revolução cultural no último quarto do século XX, para dar correspondência à demanda estrutural, tornando imprescindível "[...] o triunfo do indivíduo sobre a sociedade, ou melhor, o rompimento dos fios que antes ligavam os seres humanos em texturas sociais" (Hobsbawm, 1995, p. 328). Nesse caso, tornou-se imperiosa a conformação de um outro tipo de ser humano, flexível, competente e desarticulado dos laços sociais coletivos e, portanto, um tipo de homem conformado às necessidades do modelo de acumulação flexível.

Todavia, este processo não ocorreu apenas através da persuasão e da propaganda. Gramsci (2022, v. 1, C10, § 15, p. 326) alerta que "[...] esperar que a sociedade civil se adapte a nova estrutura, que o velho *homo oeconomicus* desapareça sem ser sepultado com todas as honras que merece, é uma nova forma de retórica econômica, uma nova forma de moralismo econômico, vazio e inconsequente". Portanto, para o marxista sardo a reestruturação do Estado (sociedade política) e da sociedade civil são indispensáveis:

> Entre a estrutura econômica e o Estado com a sua legislação e a sua coerção, está a sociedade civil, e esta deve ser radical e concretamente transformada não apenas na letra da lei e nos livros dos cientistas; o Estado é o instrumento para adequar a sociedade civil à estrutura econômica, mas é preciso que o Estado 'queira' fazer isto,

[30] Naquele ano, Paul Volker, presidente do *Federal Reserve Bank*, estabeleceu o abandono os princípios do *New Deal* e as políticas Keynesianas para favorecer as políticas destinadas a contenção da inflação, sem considerar as consequências para o emprego. Estas medidas ficaram conhecidas como "choque Volker" (Harvey, 2008).

> isto é, que o Estado seja dirigido pelos representantes da modificação ocorrida na estrutura econômica (Gramsci, 2022, v. 1, C10, § 15, p. 325-326).

Cabe trazer à memória a experiência política chilena que serviu de laboratório para o neoliberalismo, a partir de 11 de setembro de 1973, depois do golpe comandado pelo general Augusto Pinochet contra o governo progressista, eleito democraticamente, presidido por Salvador Allende. Tal golpe foi financiado pelas elites chilenas, apoiado por corporações estadunidenses, pela CIA e pela Secretaria de Estado do governo Nixon, sob a direção de Henry Alfred Kissinger. Além disso, a ditadura de Pinochet contava com o apoio, os elogios e as relativizações dos proeminentes teólogos do capital, Friedman, Mises, Hayek, Buchanan etc. Durante a ditadura Pinochet, os chamados "Chicago boys" ajudaram a conduzir a economia chilena.

Dentre as suas ações, Harvey (2008, p. 18) destaca:

> [...] negociaram empréstimos com o Fundo Monetário Internacional. [...] Reverteram as nacionalizações e privatizaram os ativos públicos, liberaram os recursos naturais (pesca, extração de madeira, etc..) à exploração privada e não-regulada (em muitos casos reprimindo brutalmente as reivindicações das populações indígenas), privatizaram a seguridade social e facilitaram os investimentos estrangeiros diretos e o comércio mais livre.

O caso chileno é didático para explicitar o compromisso dos neoliberais com a liberdade econômica para a burguesia, nem que, para se chegar a ela, seja necessário que se dobre ao alto grau de coerção via violência de um golpe e de uma ditadura militar. Conforme abertamente Hayek afirmou em entrevista: "Pessoalmente eu prefiro um ditador liberal do que um governo democrático sem liberalismo".[31] Nesse sentido, retira-se o véu do autoritarismo no qual o neoliberalismo se esconde (Harvey, 2008) e fica translúcido que sequer o valor abstrato da democracia liberal é defendido, pois o único valor venerado é o da liberdade econômica e individual.

Nesse prisma, ratifica Hayke: "A democracia é um meio, não um fim. [...] O fim deve ser a liberdade individual".[32] Com essa defesa implacável do ideal neoliberal de liberdade individual absoluta, os seus defensores "[...] não se abalavam com as evidentes injustiças sociais do capitalismo de mercado irrestrito, mesmo quando (como no Brasil durante a maior parte da década de 1980) não produzia crescimento econômico" (Hobsbawm, 1995, p. 400).

---

[31] Entrevista de Hayek cedida ao jornal El Mercurio, em 12 de abril de 1981, Santiago, Chile (Disponível em: https://puntodevistaeconomico.com/2016/12/21/extracts-from-an-interview-with-friedrich-von-hayek-el-mercurio-chile-1981/. Acesso em: 10 jul. 2023).

[32] Trecho de citação de Hayek no artigo de Caldwell e Montes (2015, p. 100) "La democracia es um médio, no um fin; un método para acción colectiva. El fin debe ser la liberdad personal".

Notamos que com o uso da força e do consenso, a sociedade política e a sociedade civil, isto é, o Estado Integral articula-se dialeticamente para a conformação de um novo bloco histórico que, por sua vez, refletido na formação humana nos possibilita ver que o próprio ser humano "[...] deve ser concebido como um bloco histórico de elementos puramente subjetivos e individuais e de elementos de massa e objetivos ou materiais" (Gramsci, 2022, v. 1, C10, § 48, p. 408-409). Ao passo que "o Estado tem e pede o consenso, mas também 'educa' este consenso através das associações políticas e sindicais, que porém são organismos privados, deixados à iniciativa privada da classe dirigente" (Gramsci, 2022, v. 3, C1, § 47, p. 121).

Destarte, percebeu-se um verdadeiro esforço programático em defesa dos ideais neoliberais, muitas vezes velados sob as pautas progressistas liberais de liberdades individuais. Quando alçaram ao poder estatal, as forças neoliberais lançaram as suas armas "[...] de persuasão, cooptação, chantagem e ameaça para manter o clima de consentimento necessário à persuasão de seu poder. [...] esse foi o ponto forte particular de Thatcher e Reagan" (Harvey, 200, p. 25).

De acordo com Falleiros, Pronko e Oliveira (2010), destaca-se, ainda, o relevante papel desempenhado pelo Banco Mundial (BM) e do Fundo Monetário Internacional (FMI), via concessão de empréstimos, projetos de assistência e a notória difusão do ideal de formação de "capital humano".

Ao criticar os limites da economia clássica, baseada na tripartida dos fatores de produção (terra, capital, trabalho), Theodore Schultz, no livro *O capital Humano: investimentos em educação e pesquisa* (1973), propõe pensar o crescimento econômico a partir de uma abordagem sobre o investimento no ser humano e na pesquisa. Para o economista estadunidense

> A característica distintiva do capital humano é a de que é ele parte do homem. É *humano* porquanto se acha configurado no homem, e é *capital* porque é uma fonte de satisfações futuras, ou de futuros rendimentos, ou ambas as coisas. Onde os homens sejam pessoas livres, o capital humano não é um ativo negociável, no sentido que possa ser vendido. Pode, sem dúvida, ser adquirido, não como um elemento de ativo, que se adquire no mercado, mas por intermédio de um investimento no próprio indivíduo. Segue-se que nenhuma pessoa pode separar-se a si mesma do capital humano que possui. Tem de acompanhar, sempre, o seu capital humano, quer sirva na produção ou no consumo (Schultz, 1973, p. 53, grifos do autor).

A partir de uma concepção a-histórica e construída se desvinculando das distinções de classe, Schultz (1973, p. 35) afirma que "os trabalhadores transformaram-se em capitalistas, não pela difusão da propriedade em ações da empresa [...], mas pela aquisição de conhecimentos e de capacidades que possuem valor econômico". A partir de uma redução do trabalhador à condição de capital, na qual este seria o proprietário do capital humano, criou-se uma equivalência - com *animus decipiendi* – entre os proprietários dos meios de produção

(verdadeiros capitalistas) e os trabalhadores. Esse ideal de Schultz foi recuperado, atualizado em articulação com o ideal de capital social pelos defensores do neoliberalismo de Terceira Via, a partir da década de 1990 (Lima; Martins, 2005).

Os Organismos Internacionais, portanto, atuaram como intelectuais coletivos desempenhando função formuladora, executora, educadora e difusora de uma nova sociabilidade vinculada ao que mais adiante chamaremos de americanismo na fase neoliberal, configurando-se como guardiões dos interesses do capital e sob o controle predominante dos EUA (Alvim, 2004).

No contexto do *Welfare State*, as organizações como Banco Mundial, a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Unesco[33] tiveram papel educador pró-americanismo envolvendo, respectivamente: a difusão da ideologia desenvolvimentista, a harmonização entre a modernização econômica e o conservadorismo político e a formação de intelectuais orgânicos ao projeto anglo-americano (Falleiros; Pronko; Oliveira, 2010). Já com a ascensão neoliberal, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) se tornaram o epicentro do processo de difusão e implantação da ortodoxia do livre mercado, por intermédio dos empréstimos aos países periféricos, condicionando-os a seguirem as diretrizes de reajustamento econômico e as reformas do aparelho estatal,[34] alterando o sentido de governo, movido pela lógica do desenvolvimento, para o de governança, operado pela lógica da globalização econômica neoliberal.

Nesse caso, o "[...] o neoliberalismo resultou numa articulação estratégica que configurava o novo papel do Estado, a nova sociabilidade e o conjunto de instrumentos voltados à viabilização do amplo projeto de mundialização do capital" (Falleiros; Pronko; Oliveira, 2010, p. 70).

Nesse cenário de reestruturação econômica pela via neoliberal, observa-se a necessidade de articular um reajustamento econômico, político, jurídico e cultural. Dito de outra maneira, infere-se que, em decorrência da crise do capital e das necessidades da recomposição das taxas de lucro – em queda –, tornou-se imperioso o reajustamento estrutural (econômico/ser) e superestrutural (político, jurídico e cultural/ pensar). Tal alteração pode ser vista dentro da

[33] A Unesco foi a responsável pela criação, em 1957, da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), do Centro de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS). Em 1967, a Unesco patrocinou a criação do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO).

[34] Integravam a cúpula da rede de poder político, financeiro e intelectual que desembocou no Consenso de Washington as seguintes instituições: Departamento do Tesouro, o Banco Mundial, o FMI, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a USAID e os principais *think tanks* estadunidenses (Pereira, 2009).

imprescindibilidade da recomposição do bloco histórico (estrutura/superestrutura - ser/pensar) dentro de um contexto de intensificação do "americanismo" e superação do fordismo.

Devemos lembrar que a construção da hegemonia americana, nomeada por Antonio Gramsci como "americanismo", orientou-se e se sustentou pela base produtiva fordista. O espelhamento entre o modelo de produção de bens e a produção de um modo de vida, isto é, uma concepção de um novo tipo de ser humano, foi o pilar necessário para o desenvolvimento da hegemonia estadunidense. Segundo Gramsci, "Na América, a racionalização determinou a necessidade de elaborar um novo tipo humano, adequado ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo" (Gramsci, 2001, v. 4, C22, § 2, p. 248), haja vista que "[...] os novos métodos de trabalho são indissociáveis de um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida; não é possível obter êxito num campo sem obter resultados tangíveis no outro" (Gramsci, 2001, v. 4, C22, § 2, p. 266).

Gramsci reforça ainda que o fenômeno de tipo americano é "[...] o maior esforço coletivo até agora realizado para criar, com rapidez inaudita e com uma consciência do objetivo jamais vista na história, um novo tipo de trabalhador e de homem" (Gramsci, 2001, v. 4, C22, § 2, p. 266).

Para o marxista sardo, o americanismo pode ser entendido como uma Revolução Passiva,[35] isto é, uma "revolução pelo alto" ou uma "revolução sem revolução", na qual os grupos e as classes dominantes, em virtude de pressões externas (políticas e culturais) e/ou exercidas pelos grupos e classes subalternas (mesmo desarticulados e difusos), são levados a promover uma mudança na direção política para que a ordem social não se altere. Tais mudanças acolhem formas de planejamento/programação econômica com o intuito de preservar o capitalismo (Gramsci, 2022; Del Roio, 2009). Trata-se, portanto, de uma revolução burguesa e é por este entendimento que Gramsci traduz o americanismo e fordismo.

Entretanto, concordamos com Coutinho (2012) no que diz respeito à inadequação do uso da categoria de *revolução passiva* para expressar as reformas neoliberais. O *americanismo* e *fordismo* constituíram um processo que envolveu a *restauração*, isto é, uma reação conservadora às possibilidades de uma revolução por baixo, e *renovação*, ou seja, a satisfação de algumas demandas populares pelo alto. Tal movimento gerou uma *revolução-restauração* (revolução passiva) conforme ocorrido no contexto do W*elfare State*, no qual demandas populares foram consideradas nas políticas sociais.

[35] O conceito de Revolução passiva foi desenvolvido por Gramsci a partir dos seus estudos para entender o Risorgimento italiano.

No contexto da ascensão neoliberal, não há a *renovação*, há apenas a *restauração*, constituindo o que Gramsci denominou de "contrarreforma" (conceituação marginal na obra gramsciana), haja vista que, no contexto neoliberal, há a retirada de direitos trabalhistas, previdenciários, sindicais etc. Nesse sentido, busca-se a restauração das condições favoráveis ao livre mercado, predominando o velho sobre o novo (Gramsci. 2002, v. 5, C, § 7) [36].

Desse modo, o neoliberalismo corresponde à intensificação do americanismo que se rearticula como amparo superestrutural ao processo de *restauração* do capital, no sentido de reajustar o pensar ao ser, forjando um tipo de consciência e de humanidade compatível com a acumulação flexível e as novas demandas do capitalismo mundializado.

1.2 NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO: DOS *VOUCHERS* À REFORMA EMPRESARIAL DA EDUCAÇÃO

Antes de avançarmos, compete-nos buscarmos as contribuições dos pensadores neoliberais no processo de reforma educacional nos EUA, com reverberações nos países que seguiram a cartilha neoliberal do Consenso de Washington.

O processo de reforma empresarial na educação iniciada nos EUA vincula-se ao contexto de emergência dos ideais neoliberais consolidados na política pública no último quarto do século XX e a ascensão de uma "nova direita" que se caracterizava por comungar o neoliberalismo com o autoritarismo social (Freitas, 2018).

Ao analisar as origens da reforma empresarial na educação, Freitas (2018), remete-se ao estudo de Nancy MacLean, presentes no livro *Democracy in Chains: the deep history of the radical right's stealth plan for America*. MacLean realizou a sua pesquisa na *George Mason University* (Virgínia), local onde encontrou, acidentalmente, em um casebre abandonado no campus universitário, no ano de 2013, vários arquivos no nome de James McGill Buchanan.[37]

Nesse trabalho, a historiadora estadunidense elaborou uma sistematizada análise dos documentos encontrados, evidenciando o *modus operandi* de Buchanan em seu *Study of Public*

---

[36] Gramsci faz pouca utilização do termo contrarreforma e, na maioria das vezes, esse uso se refere ao movimento pelo qual a Igreja Católica, no Concílio de Trento, reage contra a Reforma Protestante. No entanto, em algumas oportunidades, Gramsci estende o termo a outros contextos históricos, por exemplo, do florescimento das comunas na Itália pré-renascentista ou das utopias como reações modernas e populares à contrarreforma. Para o marxista sardo, "A Contra-Reforma, [...] de resto, como todas as restaurações, não foi um bloco homogêneo, mas uma combinação substancial, se não formal, entre o velho e o novo" (Gramsci, 2002, v. 5, C, § 7, p. 143).

[37] Entre os arquivos, foram encontradas cartas confidenciais que tratavam de transferências milionárias para a Universidade no nome de Charles Koch (Monbiot, 2018) (Disponível em: https://esculca.gal/nancy-maclean-democracia-aprisionada-a-historia-profunda-do-plano-oculto-da-direita-para-a-america/. Acesso em: 12 jul. 2023).

Choice, que servia como um projeto propulsor dos ideais liberais, intimamente alinhados à produção dos intelectuais da "escola austríaca" (Ludwig von Mises e Friedrich Hayek) e ao "supremacismo de proprietários" de John Carlhoun.[38] Tratava-se de "[...] um programa oculto para suprimir a democracia em favor dos muito ricos" (Monbiot, 2018).

A partir dessas referências, Buchanan desenvolveu a sua "teoria da escolha pública" (*Public Choice*), em que defendia, dentre vários aspectos, a liberdade individual absoluta. Prescrevia uma "revolução constitucional", na qual os órgãos decisores e as instituições seriam reformadas devolvendo para os indivíduos os poderes, segundo o autor, monopolizados pelo Estado.

Com base nesse ideário, Buchanan implementou a ideia de "escolha da escola", no episódio em que a Suprema Corte americana decretou o fim da segregação racial nas escolas dos EUA na década de 1950. Por meio dos *vouchers,*[39] Buchanan enfrentou o Estado permitindo que os pais dos estudantes brancos sulistas mantivessem a segregação em relação aos estudantes negros (Freitas, 2018).

A partir de então, os neoconservadores adotaram a propaganda dos *vouchers* para difundir o direito individual dos pais escolherem a escola na qual seus filhos iriam estudar. Tal argumento se apresentava impregnado da ideologia individualista e meritocrática e, portanto, carregada de darwinismo social:

> [...] a experiência mostrou que esta proposta continuou seu caminho original de amplificar a segregação das escolas (não só por raça, mas por gênero e nível socioeconômico), criando 'trilhas' que escolhem os estudantes segundo o dinheiro que carregam no bolso: uma elite (branca e mais rica) estuda em escola privada e quando necessário tem os *vouchers* para pagá-la com dinheiro público; uma classe média branca estuda em escolas privadas de menor custo ou públicas terceirizadas e pode também pagá-las com *voucher*, adicionando algum pagamento extra; e os muito pobres (e negros) continuam estudando nas escolas públicas que sobreviveram à privatização, ou nas terceirizadas de baixa qualidade (Freitas, 2018, p. 18).

Com estas premissas perversas, observamos "[...] a natureza profundamente antidemocrática do neoliberalismo, apoiada pelo autoritarismo dos neoconservadores" (Harvey, 2008, p. 219), pois defendem e buscam implementar programas e reformas que desarticulam a luta dos trabalhadores, ao passo em que criam novos patamares de precarização da força de

---

[38] John Carlhoun "Argumentava, na primeira metade do século XIX, que a liberdade consiste no direito absoluto de usar a propriedade – inclusive os escravos – segundo o desejo de cada um. Qualquer instituição que limitasse este direito era, para ele, um agente de opressão, que oprime homens proprietários em nome das massas desqualificadas" (Monbiot, 2018, s.p.).

[39] Apropriação da ideia proposta por Milton Friedman (1955) em seu livro intitulado *The role of government in education*.

trabalho (Freitas, 2018), com vistas a recomposição da acumulação, em um cenário tendencial de queda da taxa de lucro.

Em um processo de expansão das fontes reificáveis, a sociabilidade burguesa opera submetendo tudo o que for possível - ou criando condições para tornar possível-, à forma-mercadoria. Com esta ênfase mercantil sustentada pelo processo de acumulação em que "[...] a conexão social entre as pessoas é transformada em um comportamento social das coisas" (Marx, 2011, p. 158), observamos os mais diversos aspectos da vida social passando pelo processo de reificação.

Nessa lógica radicalizada pelo neoliberalismo, os direitos sociais são transformados em serviços comercializáveis, os indivíduos são destituídos dos vínculos sociais e transformados em vendedores privados de si mesmos no livre mercado (Chauí, 2017). Assim, a retórica da meritocracia, da competição e do darwinismo social é defendida e difundida com vias a desenvolver e legitimar o consenso de "[...] um individualismo violento (mascarado de empreendedorismo) que lança a juventude em um vácuo social, no qual conta apenas o presente, a 'luta pela própria sobrevivência [...]" (Freitas, 2018, p. 23-24).

O ideário do liberalismo clássico, com a acepção de que conforme cada indivíduo persegue o próprio interesse privado, o interesse geral é alcançado, não passa de uma frase abstrata sem sustentação dentro da própria pela lógica formal. Visto que "[..] cada um obstaculiza a afirmação do interesse do outro" (Marx, 2011, p. 156), deduz-se, então, que em lugar de uma "[...] afirmação universal, resulta antes uma negação universal" (Marx, 2011, p. 156), na qual se estabeleceria uma *bellum ommium contra omnes* (guerra de todos contra todos), como sugerira Hobbes. No entanto, operando com a lógica dialética, Marx indica que "[...] o próprio interesse privado já é um interesse socialmente determinado, e que só pode ser alcançado dentro das condições postas pela sociedade e pelos meios por ela proporcionados; logo, está vinculado à reprodução de tais condições e meios" (Marx, 2011, p. 157).

Portanto, o discurso meritocrático e ultraindividualista propagado pelos neoconservadores assenta-se nas condições de alterações da estrutura econômica provocadas pela crise do capital e, por isso, busca correspondência superestrutural na conformação de um senso comum remodelado à essas condições, em um cenário em que a garantia do pleno emprego não existe mais e que o Estado é atacado, fragilizado e esvaziado dos seus atributos de formulador e executor de políticas sociais.

Em especial, no âmbito educacional, cria-se uma engenharia voltada à contrarreforma empresarial na educação. Tal engenharia, ancorada em Buchanan, Hayek e Mises,

> Pensa a escola como uma ‘empresa’, as escolas de menor qualidade devem sucumbir às de maior qualidade, sendo fechadas; os estudantes de menor desempenho devem sucumbir aos de maior qualidade, sendo barrados em sucessivos testes; os professores de menor qualidade devem sucumbir aos de maior qualidade, sendo demitidos. Tal como ‘empresa’, os processos educativos têm que ser ‘padronizados’ e submetidos a ‘controle’” (Freitas, 2018, p. 28-29).

Se nessa concepção a escola deve ser submetida às regras corporativas do mercado, a sua oferta deve obedecer à lógica de serviços, na qual o público-alvo não é compreendido como cidadão, com direito ao acesso à formação humana, mas sim como clientela e, portanto, como consumidores potenciais de um serviço que visa a escolarização mínima, com as competências exigidas pelo mercado.

Nesse entendimento, o Estado deve abrir espaço para o mercado e a sua lógica mercantil de operação, pois “Para o neoliberalismo, o parâmetro de funcionamento da sociedade é a própria ‘organização empresarial’” (Freitas, 2018, p. 49). Assim, o aparelho de Estado deve passar a ser visto e gerido como uma grande empresa.

As experiências dos EUA apontam que o processo de reforma empresarial da educação e a sua consequente privatização ocorre mediante procedimentos que envolvem a padronização por meio de bases nacionais curriculares, testes censitários de larga escala e a responsabilização verticalizada (*Accountability*) (Freitas, 2018).

O processo de padronização via bases nacionais curriculares, ao enfatizar o “básico” e vinculá-lo aos testes padronizados, reduz o acesso ao saber sistematizado, tornando a educação escolar presa nos processos de formação para o atendimento das demandas mercadológicas, valorizando as competências e habilidades basilares para esse fim. Exclui-se, dessa maneira, os conteúdos propedêuticos relevantes para a formação do pensamento crítico e, por intermédio da inclusão nas bases das habilidades socioemocionais, opera-se a busca da conformação dos estudantes em uma concepção de mundo dirigida e organizada pelos intelectuais orgânicos ao capital.

Conforme indica Freitas (2018, p. 83)

> A insistência da reforma empresarial para que a escola se restrinja à ‘aprendizagem das disciplinas básicas’ é uma demanda de longa data do *status quo*, assustado com a possibilidade de que os processos de trabalho inevitavelmente baseados em maior tecnologia, ao demandarem mais instrução, acabem por ‘educar demais a mão de obra’, levando-a a níveis de conscientização maiores que mobilizem e coloquem em xeque o próprio *status quo*.

Por sua vez, os testes censitários ou avaliações em larga escala criam mecanismos de comparação entre escolas públicas e privadas, sem considerar os fatores sociais dos educandos, as condições de trabalho docente, de infraestrutura escolar e de valorização do professor/a.

Segundo Freitas (2018, p. 80), "A finalidade última dessa engenharia é criar as condições para induzir a privatização da educação, estipulando metas que são difíceis de serem atingidas, nas condições atuais de funcionamento da educação pública, desmoralizando a educação pública e o magistério".

Com base nesse sofisma, as escolas públicas são colocadas em xeque e, por isso, criam-se condições retóricas e consensos para o fechamento de turmas, turnos e escolas com baixos rendimentos nos testes, bem como para os processos de terceirizações e privatizações.

Observa-se que as avaliações em larga escala são difundidas e dirigidas por Organismos Internacionais (OI), como o Banco Mundial (BM) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que referenciam mundialmente o Programa de Avaliação Internacional de Estudantes (Pisa), no processo de avaliação de políticas educacionais (Freitas, 2018). Então, a vida escolar passa a ser guiada pelos resultados dessas avaliações, a qualidade escolar é averiguada com uma nota e não se discute os objetivos e finalidades da educação. Mais que isso, "[...] as avaliações de larga escala nacionais e internacionais emergem como um instrumento político de promoção da internacionalização da política educacional" (Freitas, 2014, p. 53). Assim, o Pisa é estabelecido como padrão de "qualidade" referenciado como régua global, fomentando o controle sobre a gestão e sobre a atuação dos trabalhadores da educação.

Tais Organismos Internacionais (OI) ou Organizações Multilaterais (OM) têm uma atuação no campo educacional muito além das avaliações em larga escala. O Banco Mundial, por exemplo, a partir das condicionalidades para a concessão de empréstimos (Shiroma, 2020), evoca a descentralização do Estado na área da educação (assim como nas áreas da saúde e infraestrutura) para o florescimento do mercado nos países periféricos (Banco Mundial, 1997),[40] constrói propostas de reformas que visam reduções de gastos públicos na área da educação e que apontam para a desresponsabilização do Estado (Botiglieri; Neto, 2014), além de difundir o ideal de formação de capital humano (Falleiros; Pronko; Oliveira, 2010). Dentre as principais diretrizes para o campo educacional difundida pelo Banco mundial, destacam-se: o foco do gasto público no ensino básico; a descentralização e a consequente municipalização do ensino fundamental; o incentivo aos processos de privatização e terceirização dos serviços

[40] "Embora o Estado ainda tenha um papel central na provisão garantida de serviços básicos – educação, saúde e infraestrutura -, não é óbvio que deva ser o único provedor, ou mesmo que deva ser provedor. As decisões do Estado em relação à provisão, financiamento e regulamentação desses serviços devem basear-se nas vantagens relativas dos mercados, da sociedade civil e dos órgãos do governo. [...] O Estado tem muito a ver com a adoção pelos países de instituições sob as quais o mercado possa florescer (Banco Mundial, 1997, p. 28/30).

educacionais; e o conjunto de indicações de ajustes na legislação educacional, com o objetivo de desregulamentação da gestão e das instituições escolares (Minto, 2006).

Sob a lógica de uma governança global, os Organismo Internacionais se articulam para buscar a superação das fronteiras nacionais e incidirem sobre os Estados, compelindo-os "[...] à negociação, ao intercâmbio, à coordenação e à cooperação [...]", conduzindo-os ao processo de "[...] transnacionalização das políticas públicas" (Bortot; Scaff; Souza, 2023, p. 5). Na educação, tais organismos se mobilizam para incidir nas reformas educacionais via elaboração de consensos, de agendas e de eventos transnacionais, os quais visam ampliar o alcance da governança pró-mercado no campo educacional. Tal mobilização ocorre por meio da articulação de redes de governança que congregam os Organismos Internacionais, os governos nacionais, os aparelhos privados de hegemonia e as corporações multinacionais que atuam como intelectuais orgânicos a serviço da expansão e do engajamento do setor privado na educação (Shiroma, 2020).

Os Organismo Internacionais exercem a sua influência pela via da pressão e/ou persuasão exercida por um grupo político em defesa de interesses específicos (*lobbying*) e de uma causa (*advocacy*). Além de influir na construção de mecanismos de responsabilização vertical (*accountability*), nos quais observam-se a transferência da responsabilidade para os/as professores/as, os/as pedagogos/as e demais trabalhadores da educação do sucesso ou fracasso a partir dos resultados nos testes. É por isso que o mantra da educação proclamada pela reforma empresarial na educação é o de "foco nos resultados". Nesse sistema meritocrático, incentiva-se a competição entre as escolas e os/as trabalhadores/as da educação, fazendo o uso mecanismos de premiações e punições.

De acordo com Freitas (2018), não há evidências empíricas concretas que sustentem a posição privatista, pois os métodos são questionáveis, além de haver inconsistências técnicas, acompanhadas de resultados insuficientes e inexpressivos que não sobrevivem a análises mais rigorosas.

Devemos considerar, ainda, que

> A despeito dos problemas técnicos, a questão é que a produção de 'política com evidência', ao centrar-se na organização e análise dos números, oculta as concepções que jazem a estes e impede uma discussão sobre a concepção de educação e de sociedade que deve orientar o que entendemos por ser uma boa educação (Freitas, 2018, p. 61).

Portanto, os efeitos dessa política encampada pelos reformadores empresariais promovem níveis mais severos de exclusão e subordinação, haja vista que nesse processo, observa Freitas (2018, p. 82), ocorrem duas reduções: "[...] reduz-se o foco do que se considera

uma ‘boa educação’ para o que se considera uma ‘boa aprendizagem’ [...]; coloca-se ênfase no ‘direito de aprender’ e não no ‘direito de ser educado’”.

Desse modo, esse movimento descarta qualquer possibilidade de formação humana ampla e vincula-se a um processo segmentado, básico e empobrecido, voltado ao desenvolvimento de competências e habilidades para conformar os grupos e classes subalternas às demandas do mundo do trabalho. Não à toa os responsáveis pela reforma empresarial defendem com entusiasmo a profissionalização no ensino médio, sobretudo em um cenário de fomento de um mercado da formação (Lima, 2016).

Ao analisar os resultados da reforma empresarial da educação nos EUA, Freitas (2018) indica que se, por um lado, as políticas dos reformadores fracassaram, pois não evidenciaram resultados verdadeiramente convincentes, gerando mais segregação e exclusão, por outro, tais políticas foram muito bem sucedidas no processo de promoção da privatização via destruição da escola pública pela transferência de recursos públicos para as empresas terceirizadas, como no caso das escolas *charters*,[41] e da introdução de mecanismos e concepções típicas da forma de administração e gestão empresarial nas redes públicas, tais quais; controle de gestão via privatização; controle do processos pedagógicos; controle das agências formadoras do magistério; controle da organização da instrução (materiais didáticos e plataformas); além de o surgimento de um mercado de consultoria e assessoria educacional.

Dessa maneira, se é verdade que os ideais neoliberais e neoconservador estadunidense influenciaram as dinâmicas políticas e educacionais da América Latina e, diretamente no caso do Chile (Augusto Pinochet) e especialmente no caso brasileiro (anos 1990), também é verdadeiro que, na virada do milênio, outro verniz neoliberal tomou o primeiro plano dos discursos e práticas políticas. É sobre isso que nos debruçamos agora.

1.3 A TERCEIRA VIA E A NOVA PEDAGOGIA DA HEGEMONIA: O VERNIZ NEOLIBERAL QUE FORTALECE OS EMPRESÁRIOS NA EDUCAÇÃO

Com a queda do muro de Berlim (1989) e o desmantelamento do bloco soviético (1991) (Hobsbawm, 1995), emergiu a falácia do “fim da história” (Fukuyama, 1992), com a tese de que o estágio final da história se apresentava com a vitória do liberalismo econômico sobre o socialismo. Em outros termos, o capitalismo seria o mais alto ponto possível da sociedade

[41] A expressão *School Charter* (*Charters*) diz respeito às escolas públicas terceirizadas, isto é, administradas pela iniciativa privada.

contemporânea, para este autor. No cenário da educação, por sua vez, embebido por essa ideologia a-histórica, notou-se o crescente implemento da força política empresarial na condução das políticas e práticas educacionais.

No campo teórico, observamos a emergência dos ideais pós-modernos, com a recusa à razão, à universalidade e ao ideal de emancipação (Wood, 1999). Mesmo em período anterior ao fim da Guerra Fria, teóricos de várias matizes endossavam, em níveis distintos, as premissas similares, pelo anúncio do *fim da Era Moderna* (Mills, 1975), do *fim da ideologia* (Bell, 1980) ou do advento da *sociedade pós-industrial* (Touraine, 1973; Bell, 1977), com vistas a desenvolver a noção de um novo mundo, sem antagonismo de classe, articulado à forja de um novo padrão de sociabilidade burguesa (Martins et al., 2010).

Dentro dessa concepção, a posição do canadense Jean-François Lyotard (1993, p. 69) é destacada, pois advogou que

> Na sociedade e na cultura contemporânea, sociedade pós-industrial, cultura pós-moderna, a questão da legitimação do saber coloca-se em outros termos. O grande relato perdeu sua credibilidade, seja qual for o modo de unificação que lhe é conferido. [...] Pode-se ver neste declínio dos relatos um efeito do desenvolvimento das técnicas e das tecnologias [...] que eliminou a alternativa comunista e que valorizou a fruição individual" (Lyotard, 1993, p. 69)

Nesse contexto, o receituário neoliberal do Consenso de Washington[42] (cf. Batista, 1994), voltado para o ajustamento da macroeconomia dos países periféricos, representou a consolidação da globalização econômica e da hegemonização do neoliberalismo. Via-se, então, uma "[...] articulação estratégica que configurava o novo papel do Estado, a nova sociabilidade e o conjunto de instrumentos voltados à viabilização do amplo projeto de mundialização do capital" (Falleiros; Pronko; Oliveira, 2010, p. 70).

Desse modo, as medidas neoliberais operadas nos países periféricos promoveram graves contradições, sobretudo na América Latina, com destaque nas diretrizes de ajustamento macroeconômico, da reforma do Estado e das políticas sociais propostas pelo Banco Mundial.

---

[42] O Consenso de Washington pode ser compreendido como o coroamento do processo de hegemonia neoliberal e do imperialismo estadunidense, haja vista a força do poder do complexo *Wall Street*, Departamento do Tesouro dos EUA e FMI, bem como a consolidação da arquitetura financeira internacional amplamente favorável aos EUA (Harvey, 2008). Trata-se de um receituário pautado nas ideias das maiores autoridades da economia mundial (a alta burocracia das agências econômicas do governo dos Estados Unidos, o *Federal Reserve Board*, as agências financeiras internacionais, membros do Congresso norte-americano e consultores econômicos) com as seguintes práticas sugeridas: disciplina fiscal; privatização de empresas públicas; ampla desregulamentação da economia; proteção à propriedade privada; liberalização de fluxos de investimentos estrangeiros; reformas tributárias; estabelecimento de taxas de juros positivas e outras (Martins, 2015, s.p.) (Disponível em: https://latinoamericana.wiki.br/verbetes/c/consenso-de-washington. Acesso em: 11 jul. 2023).

De acordo com Harvey (2008), o processo de neoliberalização na América Latina[43] gerou estagnação na década de 1980 e repentinos saltos de crescimento seguidos de colapso da economia na década de 1990. Para o autor, além da disparada do crescimento da economia informal "[...] quase todos os indicadores globais de saúde, expectativa de vida, mortalidade infantil etc., mostram perdas e não ganhos em bem-estar a partir dos anos 1960" (Harvey, 2008, p. 168).

Hobsbawm (1995, p. 552) inferira que "À medida que se aproxima o milênio, tonava-se cada vez mais evidente que a tarefa central da época não era regozijar-se sobre o cadáver do comunismo soviético, mas uma vez, pensar nos defeitos inatos do capitalismo", sobretudo, tratando-se das políticas neoliberais, com a sua intransigência no que concerne à liberdade individual absoluta e de mercado, com as graves consequências para as frações de classe e grupos subalternos.

Nesse cenário, observamos um ambiente contraditório, pois coincide com o processo de complexificação e robustecimento da sociedade civil, no qual reside tanto os maiores empecilhos para a superação da sociedade burguesa, em decorrência da atuação dos aparelhos privados de hegemonia, quanto as condições propícias para a emergência de conflitos sociais e da organização e da luta da classe trabalhadora.

Nessa relação de forças, observamos que

> [...] a complexificação da sociedade civil terá claramente uma relação direta com a busca pelas classes dominantes de fazer face a ela, visando superar, tanto nos planos especificamente nacionais e regionais quanto em nível mundial, a possível contradição entre o alargamento da participação política e a apropriação privada da produção da vida (Neves; Sant'anna, 2005, p. 20).

É nessa conjuntura que ganha destaque a estratégia da Terceira Via que busca suprimir esses potenciais conflitos gerados pela direita radical neoliberal, eliminando, assim, a oposição à sua hegemonia, encobrindo-a com o véu ideológico de um caminho alternativo, ao passo em que busca resgatar a coesão social ameaçada pelas políticas neoliberais.

Chauí (1999, s.p.) é precisa ao destacar a origem da fórmula da Terceira Via

> [...] foi empregada pelo fascismo para indicar um projeto e um programa econômico, social e político que se pretendia equidistante do liberalismo e do socialismo/comunismo. Reapareceu nos anos 40 nos discursos de Perón e consolidou o peronismo. Em outras palavras, outrora como agora, a ideia de Terceira Via tem a pretensão de colocar-se além da direita liberal e da esquerda socialista-comunista.

[43] Além do caso chileno, conforme já indicado, podemos apontar outros, como: o argentino, no governo Carlos Menen; o mexicano, no governo Carlos Salinas; o peruano, no governo Alberto Fujimori.

A proposição da Terceira Via pressupõe uma humanização (inalcançável) do Estado neoliberal e da sociedade de livre mercado (Groppo; Martins, 2008). Embora o seu maior intelectual – o sociólogo inglês Anthony Giddens – tenha negado o vínculo com o neoliberalismo e se coloque como alternativa a este modelo,[44] fica evidente em seus escritos que se trata de uma atualização envernizada em moldes que visam fomentar uma nova sociabilidade burguesa, na qual o Estado deve ser reformado e posto à serviço do capitalismo, a sociedade civil deve ser reinventada (*sociedade civil ativa*) e os indivíduos educados para essa nova sociabilidade, a partir da constituição de uma nova pedagogia da hegemonia (Neves, 2005).

Para Giddens (2001a, p. 166), "[...] não há mais alternativa conhecida à economia de mercado; a competição de mercado gera ganhos a que nenhum outro sistema pode se equiparar" (Giddens, 2001a, p. 166). Com essa afirmação, a Terceira Via se afasta de qualquer concepção transformadora do *status quo* e, advogando em favor do liberalismo, declara a morte do socialismo.

Ao mesmo tempo em que se propõe ir além das formas tradicionais de esquerda e direita, a Terceira Via não consegue encobrir a sua ligação imbricada ao capital. Do seu programa emerge um modelo que toma para si a alcunha de *nova social-democracia* (Martins; Neves, 2005),[45] mas que, na verdade, mantém premissas básicas do neoliberalismo.

Concordamos com Groppo e Martins (2008, p. 221) para quem a Terceira Via atua e se faz "[...] tão somente nos marcos do capitalismo e, ainda mais estritamente, do capitalismo gerado pelo neoliberalismo, pela globalização e pelos demais elementos do atual processo de desenvolvimento do capital, que tem na financeirização uma de suas marcas características". Por isso, vale enfatizar que se trata de um neoliberalismo de Terceira Via.

Direcionado às forças do campo político da centro-esquerda que alçaram ao poder em virtude das contradições geradas pelas políticas neoliberais,[46] a Terceira Via reordena essas frações das forças progressistas para os laços do capital e elabora uma redução da noção de democracia, restringindo-a, sob o alicerce liberal, ao direito à participação formal e à liberdade

[44] O autor afirma que "A política da terceira via não é uma continuação da filosofia do neoliberalismo, mas uma filosofia política alternativa a ele" (Giddens, 2001a, p. 40).

[45] A Terceira Via pode, ainda, ser denominada como: centro radical, centro-esquerda, nova esquerda, social-democracia modernizadora ou governança progressiva (Lima; Martins, 2005).

[46] O novo trabalhismo inglês, os democratas estadunidenses, os social-democratas alemães, os socialistas franceses, e outras vertentes da social-democracia ou social-liberalismo.

de iniciativa na vida social, além do diálogo com a aparelhagem do Estado (Lima; Martins, 2005).

Desse modo, o neoliberalismo de "[...] Terceira Via procura esconder ou minimizar a grande contradição existente no capitalismo, qual seja a socialização da participação política convivendo com a apropriação privada dos bens sociais, culturais e econômicos" (Lima; Martins, 2005, p. 46). Por esse caminho, a participação política não resulta em transformação social, isto é, nada de revolucionário acontece.

Em síntese, a Terceira Via nega a história como processo de luta de classes, nega a centralidade da categoria trabalho para a constituição humana, reduzindo-a a noção de ocupação/emprego (Lima; Martins, 2005).

Por seu turno, na concepção de Giddens (2001a), a Terceira Via faz a defesa de uma nova sociabilidade burguesa, fundada em quatro teses basilares (Martins et al., 2010): uma "nova ordem pós-tradicional"; uma "globalização intensificadora"; uma sociedade civil ativa para democratizar a democracia e; um Estado para uma nova ordem democrática.

O primeiro pressuposto, ancorado em princípios liberais e em uma moral individual e social durkheimiana, advoga a constituição de uma "tradição reflexiva", capaz de estabelecer um modelo reflexivo e dialógico conciliatório de interesses de classe. Pauta-se, desse modo, na crise da tradição, em uma cultura cosmopolita e em um novo individualismo,[47] entendido como a "expansão da reflexividade social", na qual novas identidades são construídas a partir de valores liberais de "[...] aceitação das diferenças culturais e pela contestação dos antagonismos de classe" (Martins et al., 2010, p. 119).

Soma-se, ainda, as aproximações aos teóricos da sociedade da informação (Castells, 1999), pois, nega-se a categoria "trabalho" e se eleva, em abstrato, um mundo em que a informação está disponível para o uso de todos os indivíduos, promovendo, então, a maior interatividade social e criatividade para se adaptar as inconstância e instabilidades do sistema econômico (Groppo; Martins, 2008), desembocando na construção de uma *sociedade civil ativa* (Lima; Martins, 2005).

O segundo pressuposto reproduz a imagem de uma *aldeia global*, ressaltando os efeitos culturais em um mundo interconectado pelos meios de transporte e comunicação. Assim, as mudanças de hábitos, os novos costumes e valores são universalizadas, pois "[...] a globalização

[47] A aproximação de Giddens com a perspectiva neoliberal fica mais evidente quando este autor compartilha os mesmos princípios de postulados por Hayek, como o de um *individualismo como valor moral* radical, como evidenciam Lima e Martins (2005).

não é apenas um fenômeno econômico, mas é, sobretudo, uma manifestação cultural, a transformação do tempo e do espaço em nossas vidas" (Giddens, 2001b, p. 44). Enquanto a mundialização do capital financeiro é tida como inevitável, nega-se o aprofundamento da hierarquização da Divisão Internacional do Trabalho (DIT), responsável por centralizar a riqueza e espalhar desigualdade pelo mundo.

Com esses dois primeiros pressupostos, a Terceira Via passou a articular princípios e estratégias para aperfeiçoar as relações de poder dominante e, por isso, volta a sua atenção para a sociedade civil (terceira tese) e para a aparelhagem estatal (quarta tese): ambas devem adequar-se ao irremediável mercado.

Afirma Giddens (2001a, p. 167):

> Precisamos reconectar essas três esferas (Estado, mercado e sociedade civil) por meio de um novo contrato social, adequado para uma era em que a globalização e o individualismo andam lado a lado. O novo contrato ressalta os direitos e as responsabilidades dos cidadãos. As pessoas não devem se limitar a receber da sociedade, mas se voltar para ela. O preceito "nenhum direito sem responsabilidades" se aplica a todos os indivíduos e grupos. O governo deve manter um papel regulamentador em muitos contextos, mas tanto quanto possível deve se tornar um facilitador, proporcionando recursos para que os cidadãos assumam a responsabilidade pelas conseqüências de seus atos.

Ao elaborar uma retomada durkheimiana, a Terceira Via propõe que "[...] renovar ou recriar a sociedade civil significaria abrir um espaço para a 'restauração das solidariedades danificadas' e para a promoção da 'coesão cívica' – ou coesão social" (Lima; Martins, 2005, p. 52). Com aproximações à concepção liberal de sociedade civil (contratualista lockeana), notamos que todo caráter conflituoso de classe na sociedade civil é negado em prol da reinvenção de uma pretensa *sociedade civil ativa* que se torna o lugar da colaboração, da solidariedade, da harmonia entre as classes e da liberdade de escolhas individuais. Percebe-se, então, que a sociedade civil ativa expressa a busca da renovação da política e se constitui como "[...] espaço da realização do 'eu' e de encontro com o outro para o fortalecimento da coesão social" (Martins et al., 2010, p. 128).

Nesse entendimento, Lima e Martins (2005, p. 53) indicam que a Terceira Via sugere que os novos organismos sociais sejam as referências para o fortalecimento da coesão social, com atributos de

> [...] proteção da esfera estatal; de prevenção de crimes pelo incentivo da ação comunitária; do estímulo à família democrática; do incentivo ao envolvimento cívico dos indivíduos e grupos, articulando liberdade individual com solidariedade e responsabilidade social para a criação de um sistema moral capaz de garantir o pleno exercício da 'cidadania renovada' e da harmonização social por meio de um pacto para a promoção do bem comum.

Essa visão deslocada da realidade, que assenta a sociedade civil de maneira harmônica e independente do Estado e do mercado, configura-se como uma estratégia burguesa para a manutenção da dominação via arrefecimento das forças antagônicas presentes em uma realidade profundamente contraditória. Lembramos que, na perspectiva gramsciana, a sociedade civil é concebida em uma relação dialética de unidade-distinção com o aparelho estatal (sociedade política), integrando o que o marxista sardo denominou de Estado Integral: "[...] por 'Estado' deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho 'privado' de hegemonia ou sociedade civil" (Gramsci, 2022, v. 3, C6, § 137, p. 256). Portanto, os aparelhos privados de hegemonia estão, na verdade, sob aparência de privados e em constante disputa pela hegemonia.

Quando trata do Estado, a Terceira Via vislumbra, como orientação básica de suas proposições políticas, a reforma da aparelhagem estatal configurando um "novo Estado democrático", capaz de conciliar as reinvindicações conflitantes na sociedade (Giddens, 2001b). Além do mais, nessa reforma, o Estado deveria criar condições para o surgimento de novas organizações e para a participação direta do seio da aparelhagem do Estado. Nessa lógica, "[...] o Estado não deve remar, mas assumir o leme: não apenas controlar, mas desafiar" (Giddens, 2001a, p. 16).

A renovação do aparelho estatal da Terceira Via sugere o princípio de governabilidade, buscando a sintonia entre o público e os organismos da sociedade civil, configurando o que se definiu como "público não-estatal". Nesse caso, o Estado necessita de reformas que incluem: "descentralização administrativa, democratização, transparência, eficiência administrativa, espaços de participação e a função reguladora dos riscos sociais, econômicos e ambientais" (Lima; Martins, 2005, p. 51)

Assumindo o caráter pedagógico na Terceira Via, o Estado se tornaria o propulsor de um novo *ethos* ao recriar a sociedade civil ativa, renovada e condicionada à organização participativa, com vias a consolidar a coesão social por meio do empreendedorismo social, da ação voluntária dos indivíduos que, atentos e informados, atuam na prestação de serviços, desvinculando-se de ativismos reivindicatórios ou contestatórios (Lima; Martins, 2005).

Martins et al. (2010, p. 143) apontam que

> Nessa configuração, o Estado não pode ser nem mínimo nem máximo, mas, precisamente, um Estado forte, 'gerencial' ou 'necessário'. Sua função é administrar os riscos sociais, financeiros e ambientais; induzir o desenvolvimento econômico; organizar uma 'sociedade do bem-estar (a sociedade civil ativa) e produzir uma nova sociabilidade comprometida com a renovação da cultura cívica da sociedade, a partir de uma arena social e política mais ampla.

Com a pretensão de “democratizar a democracia”, o neoliberalismo de Terceira Via” fundamenta as suas ações nas relações entre o público e o privado. Busca-se, com uma retórica perfumada de ares democráticos, legitimar o controle burguês nas decisões e na condução da aparelhagem estatal. Vendem esse ideal como se o interesse público geral estivesse no cerne das políticas públicas e nas proposições e ações do empresariado, este representado pelos seus organismos, isto é, pelos aparelhos privados de hegemonia.

É sob essas premissas que a nova pedagogia da hegemonia se pauta para o processo de forja de um novo consenso na contemporaneidade. Essa construção de um novo senso comum faz-se a partir da captura teorias sociológicas e filosóficas buscando a unidade intelectual e moral para a conformação do novo bloco histórico (Martins et al., 2010).

Martins et al. (2010) elencam diversas posições teóricas que promovem o ideal de que, nessa fase do capitalismo, vigoraria um “mundo novo”, corroborando, de diferentes maneiras, com a proposição da Terceira Via e da sua pedagogia da hegemonia. Pode-se pensar que esses arcabouços teóricos não possuem relevância na medida em que estão distantes das massas. Aqui podemos repetir o que Gramsci afirmou em relação aos grandes sistemas filosóficos tradicionais e à religião do alto clero:

> [...] estes sistemas são desconhecidos pelas multidões, não tendo eficácia direta sobre o seu modo de pensar e de agir. Isto não significa, por certo, que eles sejam desprovidos inteiramente de eficácia histórica: mas esta eficácia é de outra natureza. Estes sistemas influem sobre as massas populares como força política externa, como elemento de força coesiva das classes dirigentes, e, portanto, **como elemento de subordinação a uma hegemonia** exterior, que limita o pensamento original das massas populares de uma maneira negativa, sem influir positivamente sobre elas, como fermento vital de transformação interna do que as massas pensam, embrionária e caoticamente, sobre o mundo e a vida (Gramsci, 2022, v. 1, C11, § 13, p. 115, grifo nosso).

Portanto, a base gnosiológica da Terceira Via é sustentada por teorias (ou fragmentos dessas teorias) que são incorporadas e articuladas a fim de produzir uma forma de conceber o mundo enviesada para a subordinação. Esse processo não ocorre sem a devida formação de intelectuais orgânicos ao projeto do capital que organizam e difundem os pressupostos da reforma intelectual e moral. Opera-se, então, em busca da conformação de um novo senso comum, pois “[...] toda filosofia tende a se tornar senso comum [...]” (Gramsci, 2022, v. 1, C11, § 12, p. 101).

Essa articulação, apontam Martins et al. (2010, p. 152), baseia-se em dois aspectos: “[...] ordenar em diferentes planos da vida social (formulação política, formação de intelectuais, organização do senso comum) a viabilidade do capitalismo de face ‘humanizada’ e reafirmar a inviabilidade da teoria marxista para explicar o mundo contemporâneo”.

Portanto, a Terceira Via reafirma o compromisso com o *status quo* ao posicionar a sociedade civil e o aparelho estatal de forma indiferenciada e imune à luta de classes. Com isso, funda-se em premissas a-históricas e fragmentadas, naturaliza-se o capitalismo, as desigualdades e não cabe aos seres humanos "[...] a direção do processo histórico" (Lima; Martins, 2005, p. 48).

O novo Estado da Terceira Via pede o consenso e educa-o para a sua consolidação, visando "repolitizar" os sujeitos, tornando possível "[...] criar, via educação, esse novo indivíduo capaz de assumir uma postura responsável e ativa diante das vicissitudes do mundo capitalista instável e conturbado, mas imponderável [...]" (Martins; Groppo, 2010, p. 99). Tal indivíduo "repolitizado" pela pedagogia da hegemonia deve ser capaz de se adaptar às mudanças constantes, precisa ser ativo, voluntariar-se e buscar as condições de empregabilidade.

Em termos específicos educacionais, a Terceira Via acolhe fundamentos da Teoria do Capital Humano (Theodor Schultz) e da Teoria do Capital Social (Fukuyama, Putnam e Coleman)[48] e faz da educação um mantra para o processo de desenvolvimento econômico (Martins; Groppo, 2010).

Para Giddens (2001a, p. 78-79, grifo nosso),

> A principal força no desenvolvimento do **capital humano** obviamente deve ser a educação. É o principal investimento público que pode estimular a eficiência e a coesão social [...]. A educação precisa ser redefinida de forma a se concentrar nas capacidades que os indivíduos poderão desenvolver ao longo da vida. [...] A aprendizagem (e o esquecimento – ser capaz e descartar velhos hábitos) é essencial para o trabalho na economia do conhecimento.

Notamos como a educação tem lugar especial no ideário da Terceira Via, pois é interposta como principal investimento estatal para forjar o indivíduo eficiente e ativo e, com o intuito de manter firmes as ligaduras do tecido social, sem rupturas dos laços de subordinação. Para que isso ocorra, afirmam Martins e Groppo (2010, p. 102), "[...] é preciso aprender a desaprender, ou seja, é preciso ter a prontidão para reciclar seus saberes", esquecer e abandonar hábitos e valores que são incompatíveis com o novo mundo sugerido pela Terceira Via.

Nesse sentido, faz-se a defesa do triunfo de uma "[...] 'sociedade do conhecimento', na qual a 'reflexividade' é fundamental, e a educação é o processo decisivo para a criação do

[48] Robert Putnam (2006) [...] defende a tese de que Estado e mercado funcionam melhor nas formações sociais em que a cultura cívica é mais desenvolvida", isto é, onde o nível do capital social é mais avançado (Lima; Martins, 2010, p. 139). Segundo Martins e Groppo (2010, p. 100), o "[...] capital social é a 'capacidade' de articulação de grupos de indivíduos e/ou comunidades locais para resolver problemas sociais imediatos, revertendo a pobreza em uma atitude não passiva diante do Estado".

indivíduo reflexivo" (Martins; Groppo, 2010, p. 102). Assim, ficam explícitos os vínculos da Terceira Via com a "pedagogia das competências", em que vigora a ênfase no "aprender a aprender"[49] e na afirmação de que o acesso ao conhecimento nunca esteve tão democratizado.

Além do chamado capital humano, Giddens ainda defende o capital social, valendo-se de metáfora com o capital financeiro:

> O cultivo do **capital social é essencial para a economia do conhecimento** [...]. O capital social se relaciona com as redes de confiança que os indivíduos podem formar para obter apoio social, assim como o capital financeiro, o capital social pode ser expandido – investido e reinvestido. [...] (O capital social) é de importância extrema para a sociedade civil – torna possível a civilidade cotidiana, crucial para a vida pública eficaz. No contexto da nova economia, [...] está na base das redes que desempenham um importante papel na inovação (Giddens, 2001a, p. 82-83, grifo nosso).

Portanto, articulando as ideias sistematizadas nos EUA por James Coleman, Francis Fukuyama (capital social) à concepção de Amartya Sem (capacidade social)[50], a Terceira via orienta a construção de uma nova sociabilidade em que busca incentivar e direcionar as (pseudo)soluções para problemas sociais, por meio da articulação, mobilização e intervenção política de agrupamentos de indivíduos ou comunidades locais, diante de uma posição ativa diante do aparelho estatal, isto é, mediante parcerias com a aparelhagem estatal e também com os aparelhos privados de hegemonia (Lima; Martins, 2005).

Com isso, a noção de capital social é utilizada pela Terceira Via incorporando as "[...] noções de 'pobreza' e de 'desenvolvimento social sustentado' para orientar a definição de políticas sociais neoliberais focalizadas" (Lima; Martins, 2005, p. 62). Faz isso, ignorando as dinâmicas imperialistas e o cerne das desigualdades perpetradas pelo capitalismo, e educando o consenso de que há uma nova realidade incompatível com as possibilidades de transformação via políticas universalizantes e emancipatórias.

Não por acaso, o ideal de capital social (sobretudo o de Putnan) foi adotado pelos Organismos Internacionais (ONU, BM, BID e FMI), movendo o discurso dessas instituições supranacionais mais ao centro, haja vista o teor ortodoxo neoliberal de suas posições que atravessaram a segunda metade do século XX. Melo (2005) argumenta que tal deslocamento dos OIs para a perspectiva da Terceira Via ocorreu em virtude dos riscos que os problemas

---

[49] Duas das principais referências globais para tais concepções são: Jacques Delors, em um relatório da Unesco (1998) intitulado "Educação: um tesouro a descobrir"; e Philipe Perrenoud, em sua obra "Construir as competências desde a escola" (1999).

[50] "O conceito de Amartya Sen de 'capacidade social' é um ponto de partida adequado. [...] As políticas projetadas para promover a igualdade devem ser focalizadas no que Sen chama de 'conjuntos de capacidades – a liberdade total de uma pessoa buscar o seu bem-estar" (Giddens, 2001a, p. 91).

sociais gerados pela ortodoxia neoliberal (aumento da concentração de renda e da desigualdade social) provocaram ao ordenamento social. Portanto, tornava-se imperativa a mudança de rota.

Estabelece-se, assim, na Terceira Via, um vínculo entre as noções de capital social e o capital humano, no qual busca-se uma intervenção educacional ampla, uma pedagogia da hegemonia (Neves, 2005), com a repolitização do indivíduo, com objetivo de formar uma sociedade civil ativa. Ao mesmo tempo em que essa dinâmica favorece o empresariado com a ampliação dos seus laços no aparelho estatal por intermédio dos aparelhos privados de hegemonia (associações, fundações e institutos), transfere para o indivíduo a responsabilidade pela empregabilidade, pelo seu sucesso ou fracasso, incumbindo-o, ainda, pela resolução voluntariosa das questões que atravessam a sua comunidade, mediante ao empreendedorismo social.

Nesse aspecto, a educação tem lugar de destaque na concepção da Terceira Via, conforme enfatiza Giddens (2001b, p.119) ao lembrar o mantra proferido por Tony Blair as descrever as três principais prioridades de seu governo: "educação, educação, educação". No quadro específico da educação formal, a educação escolar é vista sob o horizonte de formação de mão de obra, pois o governo existe para "[...] promover o desenvolvimento ativo do capital humano através de seu papel essencial no sistema de educação" (Giddens, 2001b, p. 57).

Em suma, essa consonância entre a formação de indivíduos vinculados à construção de uma sociedade civil ativa e os aparelhos privados de hegemonia, defendida pela Terceira Via, fortalece os processos de reforma do Estado e, em especial, a reforma empresarial da educação. Isso se dá na medida em que ocorre a transferência das políticas públicas estatais para a esfera privada por intermédio, sobretudo, do chamado "terceiro setor", "[...] também conhecido como 'público não-estatal', 'público, porém, privado'" (Cêa; Viriato; Cavalcante, 2005, p. 56).

Nesse entendimento, o terceiro setor é concebido como independente do Estado e do mercado e, a partir desta pretensa neutralidade, a sociedade civil é esvaziada de sua dimensão conflituosa. Então, "É nesse entrelaçamento entre público estatal e público não-estatal que o denominado "terceiro setor" ganha relevância, firmando uma concepção de sociedade civil descolada da possibilidade de controlar o poder do Estado" (Cêa; Viriato; Cavalcante, 2005, p. 57).

Visto dessa maneira, o aparelho de Estado é destituído de suas funções no que diz respeito às políticas sociais, transferindo-as para a sociedade civil ativa, especialmente via parcerias públicas-privadas (PPP), entidades da sociedade civil, as quais se colocam com finalidades supostamente públicas e não lucrativas (Cêa; Viriato; Cavalcante, 2005).

Trata-se, portanto, de um eufemismo político para o processo de privatização das políticas públicas, pois as parcerias público-privadas ditas sem fins lucrativos não são caracterizadas pelo altruísmo e benevolência, como o empresariado faz crer. Essas iniciativas supostamente "puritanas" são pavimentadas de intenções classistas tais quais as ações dos industriais americanos do tipo Ford criticadas por Gramsci: "É certo que eles não se preocupam com a 'humanidade', com a 'espiritualidade' do trabalhador, que, no nível imediato, são esmagadas" (Gramsci, v. 4, C 22, § 11, 2022, p. 267).[51]

A suposta filantropia[52] evocada pelos aparelhos privados de hegemonia pode ser vista como "[...] uma espécie de elogio do vício (a produção da desigualdade) à virtude" (Fontes, 2020, p.19), dentro da lógica de produção de caos social disseminado pelo capitalismo. Ao mesmo tempo, a atuação dos aparelhos privados de hegemonia empresarial se faz pela captura acrítica de demandas das lutas sociais, incorporando-as às suas iniciativas, com o objetivo escamotear as lutas populares e os conflitos de classe (Farias, 2022).

Retomamos a afirmação de Fontes (2019, p. 19) de que "Não existe capitalismo filantrópico", porque o objetivo dos aparelhos privados de hegemonia é o de defender o capitalismo frente aos seus próprios "vícios", bem como o de assegurar as posições sociais e ampliar circunstâncias de lucratividade, ao mesmo tempo em que conseguem corresponder à um mínimo de reivindicações como forma de controle social e manutenção da coesão social.

Portanto, uma vez que estabelecemos as principais premissas e o *modus operandi* do neoliberalismo de Terceira Via, a seguir, voltamo-nos para a atuação do empresariado na educação brasileira no contexto das reformas do aparelho estatal iniciado na década de 1990.

---

[51] No parágrafo 11 do caderno 22 (2022), Gramsci analisou os mecanismos de proibicionismo e puritanismo com relação ao alcoolismo e ao sexo e a sua relação com a racionalização do trabalho. O controle da moralidade, isto é, da vida íntima dos trabalhadores são colocados como necessidades do novo método americano de produção.

[52] Várias são as tentativas de qualificar a atuação de aparelhos privados de hegemonia e de empresários junto ao Estado. Por exemplo, o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife) que atua numa perspectiva classista voltada aos interesses dominantes faz o uso da expressão "filantrocapitalismo". Tal termo foi popularizado por Matthew Bishop e Michael Green no livro *Philanthrocapitalism: How the Rich Can Save the World* (2008), no qual defendem que os princípios do capitalismo podem ser aplicados à filantropia (Disponível em: https://gife.org.br/a-economia-de-amanha-um-guia-do-filantrocapitalista/. Acesso em: 31 out. 2024). Ball e Olmedo (2013), por seu turno, utilizam a expressão "Nova Filantropia" para diferenciá-la da "filantropia tradicional" ("filantropia 1.0"), caracterizada por uma caridade paliativa, e da "filantropia 2.0", marcada por uma caridade para o desenvolvimento. Assim, a "nova filantropia" ("filantropia 3.0") é definida como caridade lucrativa na medida em que "[...] querem ver impactos claros e mensuráveis e resultados de seus 'investimentos' de tempo e dinheiro" (Ball; Olmedo, 2013, p. 34). Esses autores denominam a "nova filantropia" também como "filantropia de rede", em virtude da lógica das relações articuladas entre os sujeitos e organizações ditas filantrópicas. Embora façam críticas às contradições da chamada "nova filantropia", insistem no uso da expressão que, a nosso ver, mais serve para confundir do que revelar as verdadeiras intenções das frações burguesas que operam sob tal lógica de dominação do aparelho estatal e de políticas públicas. Nesse aspecto, o ar de puritanismo emanado pelos aparelhos hegemônicos não se sustenta. Por isso, reiteramos o que afirma Fontes (2019, p. 19): "Não existe capitalismo filantrópico".

1.4 A ATUAÇÃO DO EMPRESARIADO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: AS BASES NACIONAIS PARA A ATUAÇÃO DO MEESA

A história da atuação privada no Brasil é longa e nos remete ao primeiro século da colonização portuguesa, com a chegada de irmandades católicas incumbidas do processo de catequese - responsável por um verdadeiro etnocídio indígena -, e da instrução dos filhos dos portugueses. Muitos trabalhos já deram conta da historicização da educação brasileira e dos sujeitos políticos envolvidos na sua concepção e direção. Dentre eles, o trabalho de Saviani (2007), certamente, destaca-se pela extensão e pelo rigor teórico-metodológico.

Por este motivo e pelo fato de o nosso objeto ser uma rede empresarial que nasce no início do século XXI, o nosso intuito é dar um enfoque mais recente da atuação do empresariado na educação brasileira, principalmente no contexto das grandes reformas neoliberais no mundo, com as suas reverberações no cenário brasileiro a partir dos anos 1990 e 2000 para dar suporte contextual ao processo de criação do Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação (Meesa).

Antes, todavia, lembramos que o empresariado laico começa a ter uma participação maior na cena político-educacional brasileira com a política privatista no campo social encampada pela ditadura empresarial-militar, no pós-golpe de 1964. Pois até então, a Igreja Católica exercia o domínio no campo privado da educação. Nesse contexto de consolidação do capitalismo monopolista no Brasil, o empresariado leigo passou a dividir com a Igreja, progressivamente, a educação privada voltada para a classe dominante nacional (Cêa; Sobrinho, 2008).

Já no processo de distensão da ditadura empresarial-militar era possível observar um aumento expressivo do empresariado leigo na educação privada. Porém, ainda se observava o predomínio da igreja católica. Isto pode ser exemplificado com os privilégios galgados pela igreja no corpo da Constituição Federal (CF) de 1988, no que diz respeito à educação, colocando-a "[...] como principal sujeito político no setor privatista educacional em nossa sociedade" (Cêa; Sobrinho, 2008, p. 134).

O processo de redemocratização evidenciou o aumento da participação política, sufocada nos anos da ditadura. A luta pelas eleições diretas, as reinvindicações pela anistia e pelos direitos políticos e sociais, a emergência de movimentos sociais e de partidos políticos populares, a elaboração da CF, a emergência de novas e/ou renovadas organizações empresariais, revelavam uma sociedade civil mais robusta e complexa, palco de lutas políticas por projetos conflitantes (Falleiros; Pronko; Oliveira, 2010).

Nesse panorama, a sociedade civil passou a ser encarada por forças populares de forma idealizada, segundo Fontes (2006, p. 225):

> A sociedade civil, assim encarada, seria o momento socialista da vida social, o momento virtuoso. Por seu turno, o Estado era confundido ora com a ditadura, ora com a ineficiência e a incompetência derivadas de sua íntima conexão com o setor privado. Essa idealização fazia quase desaparecer do cenário as entidades empresariais.

Por meio de uma concepção dicotômica entre Estado e sociedade civil, e desconsiderando o peso sócio-histórico das organizações privadas empresariais, frações populares e progressistas passaram a superdimensionar

> [...] o caráter emancipador dos instrumentos da democracia direta e, por isso, aceitar acriticamente as novas estratégias da pedagogia da hegemonia, que têm no estimulo à ampliação dos instrumentos da democracia direta, na organização da sociedade civil um vetor importante da legitimação social ao projeto burguês de desenvolvimento e de sociabilidade pós-desenvolvimentismo (Neves, 2005, p. 87).

No entanto, a hegemonia burguesa opera tanto na máquina estatal quanto na sociedade civil, articulando a coerção com a forja do consenso ativo e passivo, ampliando-se pela elaborada construção de organismos, isto é, de aparelhos privados de hegemonia que atuam, imbricados ao aparelho estatal, com o intuito de consolidação hegemônica e de inviabilizar as lutas da classe trabalhadora e dos grupos subalternizados.

Isso não significa que a história esteja consumada. Significa, tão somente, que há uma força dominante em uma realidade profundamente conflituosa. Por isso, a própria

> [...] modernização capitalista empreendida pelo Estado sob a orientação burguesa ofereceu as pré-condições objetivas para que a classe trabalhadora [...], com diferentes níveis de consciência política, edificasse na sociedade civil uma significativa rede de aparelhos privados de hegemonia (partidos, sindicatos, movimentos sociais, etc.) com vistas a difundir e consolidar uma proposta contra-hegemônica de sociabilidade para a sociedade brasileira (Neves, 2005, p.88).

Enquanto nos anos finais da década de 1980 se observaram avanços no cenário político nacional, com o recuo das forças autoritárias e conservadoras e com as conquistas democráticas, mesmo que sob uma ótica liberal e reformista, na década seguinte (1990), constatou-se a "[...] recomposição, consolidação e aprofundamento da hegemonia burguesa brasileira" (Neves, 2005, p. 89).

O contexto de ascensão dos postulados neoliberais de Terceira Via na política brasileira, na década de 1990, favoreceu a empreitada de frações da classe dominante. Esse cenário mobilizou parcelas empresariais que reuniram força para disputar, ampliar e garantir espaço na educação brasileira e nas políticas educacionais públicas. É a partir desse último momento que manteremos os limites da nossa tarefa analítica.

Cabe salientar que o Brasil, país dependente e situado na periferia do capitalismo, ingressou tardiamente no projeto neoliberal, em relação aos demais países latino-americanos (Mello; Falleiros, 2005). Isso ocorreu de modo mais aprofundado nos governos Fernando Henrique Cardoso (1995-1998, 1999-2002), já sob a influência dos ideais do neoliberalismo de Terceira Via e sob o comando do então titular do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (Mare), Luiz Carlos Bresser-Pereira (1995-1998), eternizado por seus projetos de reformas gerenciais do Estado brasileiro.

A partir da compreensão gramsciana de Estado Integral, compreendemos que as reformas do aparelho estatal e a construção de uma nova sociabilidade burguesa estão reciprocamente articuladas às demandas da expansão do capital. Trata-se, portanto de um reordenamento para a recomposição da hegemonia burguesa, "[...] sob a direção do setor financeiro nacional e internacional associado ao longo dos anos 1990" (Falleiros; Pronko; Oliveira, 2010, p. 82) que integrou a economia brasileira, de forma subordinada, à globalização econômica.

Por conseguinte,

> [...] a construção de uma nova sociabilidade pautada na participação como colaboração de todos em prol de uma harmonia social vem-se dando sob a batuta do Estado Educador, em duas frentes fundamentais: **a educação política**, difundida pela crescente atuação social empresarial no país, e a **educação escolar** das novas gerações de trabalhadores e cidadãos brasileiros (Falleiros; Pronko; Oliveira, 2010, p. 86, grifo nosso).

Nesse âmbito, Neves (2005) destaca três etapas do projeto de sociabilidade do neoliberalismo de Terceira Via. São elas: a etapa do **ajuste econômico** que se desdobra do início da década de 1990 até o plano real (1990-1994); a da **restruturação das funções econômicas e ético-políticas do Estado**, envolvendo os dois governos FHC (1995-2002); e a do aprofundamento da **"radicalização democrática"**, englobando os dois governos Lula e, a partir da caracterização realizada por Neves (2005), incluímos nesta etapa os governos Dilma (2010-2014, 2015-2016), como continuidade do momento iniciado por Lula. Tal período foi interrompido via golpe parlamentar, jurídico e midiático desferido em 2016 (Mattos; Bassoni; Mamigonion, 2016), capitaneado por Michel Temer e pelas forças aliadas que assumiram o governo (2016-2018) que, junto com o governo Bolsonaro (2018-2022), marcam o momento em que a lógica de coesão social, cara à Terceira Via, é rompida e substituída pela lógica neoconservadora. A eleição de Lula para o terceiro mandato (2022-2026), por seu turno, caracteriza a retomada do neoliberalismo de Terceira Via e, portanto, da pretensa reconstituição da "radicalização democrática".

No primeiro momento, o governo Collor de Melo (PRN), ao seguir as diretrizes do FMI e do BM, introduziu uma série de medidas neoliberalizantes de desmonte do aparato estatal, como a abertura da economia ao mercado mundial, a precarização das políticas públicas e o incentivo às privatizações. Essa ofensiva neoliberal encampada pelo governo encontrou eco nas frações empresariais ligadas ao mercado financeiro e na mídia.

Iniciou-se, também, "[...] um processo de desqualificação da política e dos políticos por meio de denúncias de corrupção e de combate ao sindicalismo autônomo dos trabalhadores" (Neves, 2005, p. 92), encaminhado pelos meios de comunicação de massa que, convenientemente, colaboraram para o remodelamento da sociedade civil, possibilitando a proliferação de novos movimentos sociais, desvinculados das lutas de classe, e de organizações não-governamentais (ONGs) e associações de interesses corporativos (Neves, 2005).

No que diz respeito à educação política, destaca-se, nesse período, o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), criado em 1987, responsável pela difusão dos primeiros passos relacionados à "democracia dialógica", apregoando a renovação política por intermédio da "colaboração social", "participação" e da valorização de "arranjos democráticos", pressupostos da Terceira Via, mesmo antes de sua sistematização mais elaborada e programática (Martins, 2005).

A criação da Associação Brasileira de Empresários para a Cidadania (Cives) também expressou esse movimento empresarial "dialógico", no qual lideranças mais progressistas do PNBE se aproximaram do Partido dos Trabalhadores (PT), possibilitando a construção de laços com a principal força política da esquerda nacional.

No campo da educação escolar, observou-se o Plano Decenal de Educação para Todos (1994), no governo Itamar Franco (PMDB). Tal plano, cujo caráter subsidiador das linhas de ação foram dados pela Unesco, Cepal, e Pnud, atribuía as oportunidades educacionais como forma de combate das desigualdades.

Nessa concepção,

> [...] as desigualdades estariam fundadas na distribuição díspar das oportunidades educacionais, enquanto a estratégia de abrandamento da miséria e desenvolvimento econômico se basearia na reestruturação da gestão educacional, na difusão do acesso à educação e na formação da cidadania para o desenvolvimento, mediante acordos entre Estado, instituições privadas e organismos financiadores externos (MELO, 1998) (Falleiros; Pronko; Oliveira, 2010, p. 89).

Embalados sob o mantra do desenvolvimento do capital humano, atualizado com o ideal de capital social, os organismos internacionais colocaram-se como principais difusores das diretrizes e diagnósticos para educação escolar pública, destacadamente nos países da América

Latina. Tais organismos diagnosticaram que a educação escolar estaria em crise, em decorrência das transformações tecnológicas, no mundo do trabalho, nas atribuições do aparelho estatal e das novas formas de participação na sociedade. Falleiros, Pronko e Oliveira (2010, p. 89) sintetizam que

> O debate em torno da escola pública frente às demandas por novas qualificações e por uma nova cidadania subsidiou reformas educacionais na região, guiadas pelo projeto da melhoria da 'qualidade' da educação construído no âmbito dos organismos financeiros internacionais e da Unesco e consolidado com o apoio de dirigentes nacionais.

Neves (2005) adverte que, além da difusão do ideário de "qualidade total" na educação, notou-se outras transformações na educação escolar, como no entendimento de funções escolares que passou a qualificar os dirigentes em gestores escolares. Percebeu-se, ainda, o processo de cooptação de um importante intelectual coletivo vinculado à aparelhagem estatal, o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), que passou "[...] de órgão contestador das políticas oficiais, nos anos finais da ditadura militar e nos anos de abertura política, em instrumento difusor das políticas neoliberais para a educação básica" (Neves, 2005, p. 92).

O segundo momento, da restruturação das funções econômicas e ético-políticas estatal, foi gestado com a ampliação da desertificação neoliberal (Antunes, 2005), com a adoção de políticas de descentralização, fragmentação e focalização, "[...] privatização acelerada, informalidade descompensada, desindustrialização avançada e financeirização desmesurada" (Antunes, 2005, p. 165).

Esse processo teve como principal diretriz o Plano Diretor da Reforma do Estado (PDRE), elaborado pelo Mare, em 1995. Ao apresentar as justificativas para a efetuação da reforma do Estado, os formuladores do documento argumentaram que

> A reação imediata a crise – ainda nos anos 80, logo após a transição democrática – foi ignorá-la. Uma segunda resposta igualmente inadequada foi a neoliberal, caracterizada pela ideologia do Estado mínimo. Ambas revelaram-se irrealistas: a primeira, porque subestimou tal desequilíbrio; a segunda, porque utópica. Só em meados dos anos 90 surge uma resposta consistente com o desafio de superação da crise: a ideia da reforma ou reconstrução do Estado, de forma a resgatar sua autonomia financeira e sua capacidade de implementar políticas públicas (Mare, 1995, p. 15-16).

Percebe-se que a bifurcação sugerida entre o neoliberalismo e a reforma do Estado, na verdade, tratou-se de um entroncamento entre o neoliberalismo e a Terceira Via de Giddens, resultando no chamado neoliberalismo de Terceira Via.[53] Isso fica mais inequívoco quando, no

[53] Quatro anos depois da publicação do PDRE, Fernando Henrique Cardoso participou da primeira "Conferência de Governança Progressista" ou "Terceira Via" (1999), repetindo a sua participação nos anos seguintes (até 2002). Em 1999, a conferência ocorreu em Florença, na Itália, e as intervenções de FHC foram incisivas na

PDRE, ressalta-se que a reforma do Estado, com a redefinição de suas funções, impõe-no deixar "[...] de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento" (Mare, 1995, p. 17), pois ao Estado reformado, parafraseando Giddens (2001a), não é preciso remar, basta assumir o leme.

Nesse entendimento, o PDRE impôs como inadiáveis as seguintes mudanças: ajustamento fiscal; reformas econômicas orientadas para o mercado; reforma da previdência social; inovação dos instrumentos de política social; reforma do aparelho do Estado, com vistas a aumentar a sua governança (Mare, 1995).

Com essas premissas, "[...] reformar o Estado significa transferir para o setor privado as atividades que podem ser controladas pelo mercado" (Mare, 1995, p. 17). Salienta-se, ainda, outro processo, "a descentralização para o setor público não-estatal da execução de serviços que não envolvem o exercício do poder do Estado, mas devem se subsidiados pelo Estado, como é o caso dos serviços de educação, saúde, cultura e pesquisa científica (Mare, 1995, p. 17-18).

Esse Programa de Publicização se "[...] expressou na criação das agências executivas e das organizações sociais, bem como da regulamentação do terceiro setor para a execução de políticas públicas" (Behring; Boschetti, 2006, p. 154). Ao viabilizar as chamadas parcerias com ONGs e instituições supostamente filantrópicas para o implemento de políticas sociais, o Estado passou a fomentar o processo de desprofissionalização e, consequentemente, de voluntariado não-remunerado, vinculados ao ideal de sociedade civil ativa. Além disso, envernizou o caráter neoliberal de suas proposições privatistas com elementos de solidariedade e com expressões ambíguas, como publicização e público "não-estatal".

A partir dessa contrarreforma (Behring; Boschetti, 2006)[54], o aparelho de Estado ganha uma base gerencial inspirada na administração de empresas e se estabelece a tônica das "parcerias" entre Estado (estrito) e sociedade civil, com novos marcos legais criados para ancorar as demandas do neoliberalismo de Terceira Via.

---

defesa da reforma do Estado. (Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos/2o-mandato/1999-1/63.pdf/view. Acesso em: 28 jul. 2023).

[54] As autoras argumentam que as experiências de reformas do século XX estiveram vinculadas a demandas da classe trabalhadora e, portanto, são patrimônio da esquerda. Mesmo que as estratégias revisionistas (Berstein, Sorel, Kautsky etc.) devam ser questionadas e criticadas e o horizonte reformista tenha abdicado, no geral, da superação revolucionária do capitalismo, as pautas das lutas eram a melhoria das condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora. Evidentemente não foi esse o caso da contrarreforma ocorrida no Brasil, na década de 1990.

Nesse período, a educação política para a construção de uma nova sociabilidade neoliberal foi comandada pelo Programa Comunidade Solidária, sob direção da própria presidência da república (FHC), criado no início do mandato, dia 12 de janeiro de 1995, a partir do Decreto nº 1366/1995. Tal programa, fundamentado na narrativa de solidariedade, ficou na incumbência de transferir as responsabilidades do Estado para os indivíduos, as famílias e as comunidades em temas relativos à defesa de direitos e promoção social, tal como atuou como promotor e divulgador da ideia de terceiro setor (Neves, 2005).

O Programa Comunidade Solidária também exerceu influência essencial na elaboração da Lei nº 9637/1998, do Programa Nacional de Publicização (PNP), referendando as Organizações Sociais (OS), da Lei nº 9608/1998, que dispõe sobre o serviço voluntário e da Lei nº 9790/1999 que criou a figura jurídica denominada de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips). Assim, foram criados mecanismos institucionais e legais para constituir termos de parceria, cooperação e contratos de gestão (Neves, 2005).

No âmbito da sociedade civil, observou-se o alvorecer de grupos empresariais organizados sob a égide de uma pretensa responsabilidade social,[55] como o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife), criado em 1995 e o Instituto Ethos de Responsabilidade Social (1998). De acordo com Martins (2005), ambos representam organizações caracterizadas por produzir ideais comprometidos com a construção e sistematização de uma nova sociabilidade, no mesmo sentido e sob a inspiração dos chamados *think tanks* dos EUA,[56] isto é, aparelhos privados de hegemonia. Além desse tipo de organização, destacam-se, ainda, um segundo tipo diretamente vinculado às empresas, por intermédio de suas fundações e institutos, como: Fundação Bradesco; Fundação Belgo-Mineira; Itaú Social; Fundação Lemann; e outras.

Já no ano 2000, foi criada uma organização denominada Comunitas, sob a iniciativa e responsabilidade da primeira-dama Ruth Cardoso. Com o intuito de garantir o prosseguimento do Programa Comunidade Solidária depois do mandato de FHC, a Comunitas herdou o aparato

[55] O ideal de "responsabilidade social empresarial" é uma concepção que expressa uma superação da noção de "filantropia empresarial". Nesse deslocamento, evidencia-se a organicidade e força ideológica do setor privado que reordena as relações entre o aparelho estatal e a sociedade civil: "A intervenção social dos empresários, realizada de forma tópica, fragmentada e difusa, em geral motivada pelo desprendimento ou espírito altruísta do burguês, transformou-se em algo orgânico à classe proprietária, operacionalizando, portanto, seu projeto de sociabilidade" (Martins, 2010, p. 151).

[56] Traduzida muitas vezes como laboratórios ou fábrica de ideias, a expressão *think tanks* diz respeito a organizações de pesquisa sobre políticas públicas que se dedicam ao estudo acadêmico e interdisciplinar. A partir de sua longa história que principia no início do século XX nos EUA, Teixeira (2007) situa que, com o fortalecimento dos conservadores no governo Reagan, os *think tanks* intensificam a função de influenciar o debate sobre políticas (*advocacy*) e passam a priorizar mais o *marketing* de ideias, influenciando a agenda pública, seja por contatos no governo, seja pelos meios de comunicação. Este tipo de organização está mais associado à representação e à defesa de interesses particulares.

público do programa e continuou as atividades para obtenção de consenso na sociedade civil (Neves, 2005).

No que diz respeito à educação escolar, nota-se o avanço do movimento de vincular a escola pública ao fator de desenvolvimento. Sob o esteio do BID, "[...] a educação é entendida como essencial à conservação das relações sociais capitalistas contemporâneas por conjugar a conformação política e econômica das futuras gerações" (Falleiros; Pronko; Oliveira, 2010, p. 89).

Dessa maneira, o Estado passou a assumir mais enfaticamente a tarefa de educador do consenso e à educação básica foi atribuída a função de formação e conformação ético-política da classe trabalhadora ao renovado projeto dominante. Assim, assumiu-se, no Brasil, a ênfase na gestão da qualidade em que ressoavam as diretrizes gerenciais das empresas privadas. Nesse aspecto, foi destacado o papel do Banco Mundial que fomentou a reestruturação educacional endossando programas escolares guiados pela padronização curricular e avaliações nacionais (Falleiros; Pronko; Oliveira, 2010).

Salienta-se, ainda, a pedagogia das competências, ligadura teórica que articulou a construção de uma nova sociabilidade no âmbito escolar, constituiu um dos pilares da Lei nº 9394/1996, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), somada à noção de desenvolvimento pessoal e qualificação para a atividade profissional (Falleiros; Pronko; Oliveira, 2010). Em um cenário de instabilidade e incertezas provocado pela dinâmica do capital, o destaque na pedagogia das competências norteava o processo de formação para a adaptabilidade da classe trabalhadora à essa realidade de contínua precarização do mundo do trabalho. Ressalta-se que a LDB abriu espaços para a participação de instituições privadas "sem fins lucrativos" na educação pública superior. Dessa forma, aparelhos privados de hegemonia do empresariado passaram a contar com recursos públicos.

No âmbito econômico, os governos FHC caracterizam-se pela reestruturação produtiva, com fortalecimento da exportação de *commodities*, privatizações e forte entrada de capital estrangeiro. Assim, "Adaptava-se *externamente* ao mundo globalizado e desintegrava-se *internamente*, aumentando significativamente o grau de dependência aos capitais forâneos" (Antunes, 2005, p. 133, grifos do autor). Enquanto a equipe econômica do governo psdebista seguia a cartilha do consenso de Washington, frações do empresariado nacional tinham seus anseios frustrados, pois desejavam uma política econômica mais voltada para os seus interesses internos.

O descontentamento com a equipe econômica de FHC mobilizou essas frações da burguesia nacional a tensionar o jogo de forças com o governo e sinalizar uma aproximação com a oposição petista. Para Bianchi (2010, p. 257-258),

> [...] o baixo grau de conflituosidade do empresariado com a candidatura de Lula da Silva representava dois fatores: a confiança de que sua eleição não significaria uma ameaça à propriedade nacional e estrangeira, e a política do candidato de oposição não produziria uma descontinuidade radical da política econômica.

Essa condição demonstra a guinada do PT ao centro que, "De partido de esquerda *contra a ordem* foi, pouco a pouco, metamorfoseando-se em partido *dentro da ordem*" (Antunes, 2005, p. 165, grifos do autor). Sob esse aspecto, "Mesmo com discordâncias internas no partido, a nova postura adotada previa um discurso moderado, a valorização da política no contexto democrático e a relevância da negociação e da tática de alianças para chegar ao poder" (Martins, 2016, p. 18). Vale enfatizar que, para Gramsci,[57] o transformismo ocorre quando grupos de intelectuais ou grupos radicais com histórico de militância popular são cooptados pela classe antagônica e, por isso, passam ao campo moderado ou conservador (Gramsci, 2015, v. 5, C8, § 36).

Sob a orientação de pactuar capital-trabalho, o *transformismo* petista levou-o a articular uma aliança com o Partido Liberal (PL), na qual José de Alencar, senador liberal e empresário mineiro do setor industrial, foi convidado para ocupar a candidatura de vice-presidência, na disputa do pleito de 2002.

Tal pactuação pôde ser expressa, ainda, na "Carta ao povo brasileiro" (Lula da Silva, 2002), em que, o candidato à presidência defendia o respeito aos compromissos e contratos internacionais já firmados pelo Estado brasileiro, comprometendo-se a uma transição moderada que combinaria equilíbrio fiscal e crescimento econômico (Martins, 2016). Neste documento, é cristalina a posição em busca de apoio de frações empresariais nacionais descontentes com a equipe econômica do governo FHC, pois o caminho econômico apresentado era o de "[...] aumentar e melhorar a qualidade das exportações e promover uma substituição competitiva de importações no curto prazo" (Lula da Silva, 2002, s.p.).

Então, sob o apoio político de partidos do espectro de centro e centro-direita e com a articulação do empresariado de um "Manifesto de apoio a Lula",[58] dirigido pela Cives, somado

[57] Nesta passagem, Gramsci analisa o processo de formação do Estado moderno na Itália e os movimentos dos agrupamentos políticos naquele contexto.

[58] Ainda antes do primeiro turno das eleições de 2002, setores da Fiesp, da Bovespa, da Febraban e um grupo de mais de 100 empresários aderiram e assinaram o "Manifesto de apoio a Lula" (Martins, 2016).

aos votos tradicionais da esquerda, a ampla coalizão petista conseguiu levar Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da república.[59]

Desse modo, com os governos Lula da Silva, inicia-se o terceiro momento, no qual se constatou a continuidade das reformas e desregulamentações e, sobretudo, o aprofundamento da chamada **radicalização democrática**, iniciada nos governos de FHC e que criou as bases de sustentação das reformas educacionais empreendidas pelos governos seguintes (Lula, Dilma e Temer).

Foi criado, na esfera da Secretaria-Geral da Presidência, o Sistema Nacional de Democracia Participativa, com a Lei nº 10683/2003.[60] Assim, ampliaram-se os canais de diálogo (fóruns, conselhos, conferências e ouvidorias etc.) entre o Estado (estrito) e sociedade civil. Dentre os canais criados, o mais relevante foi o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), órgão de caráter consultivo com função de dar assessoria à Presidência na formulação de políticas públicas no campo econômico e social.

Este canal de "concertação", isto é, espaço de diálogos e debates com vistas à conformação de consensos, deixou manifesto o "novo contrato social" construído com a ampla coalizão que elegeu o governo petista (Martins, 2016). Nesse sentido, criou-se um ambiente privilegiado para o desenvolvimento e ampliação de uma sociedade civil ativa, nos moldes da Terceira Via.

Martins (2016) aponta, com base nas "cartas de concertação", [61] que o CDES se trata de um espaço público não estatal, baseado em uma representação plural da sociedade civil. Assim, institui um novo caminho para o Brasil pautado na subordinação do Estado à sociedade civil, mediante a processos de diálogos que encaminhem propostas consensuais para o desenvolvimento econômico e social do país. Celebra-se, então, um novo contrato social com intuito de dar coesão à sociedade brasileira, em um movimento conciliatório que tentou invisibilizar os conflitos de classe.

De acordo com Freitas (2011, p. 10),

---

[59] Concordamos com Antunes (2005, p. 134, grifos do autor), quando lembra que "[...] o Brasil é um país dotado de um conservadorismo enorme, particularmente em seus segmentos dominantes e proprietários, dotados de um traço quase *prussiano*, que sempre procuram impedir que as mudanças indispensáveis para o resgate da dignidade da classe trabalhadora venham a ocorrer. Nessa contextualidade, a vitória eleitoral e política de Lula e do PT teve um significado real e simbólico muito expressivo. Bastaria dizer que se trata, pela primeira vez, de uma candidatura de *origem operária*, talvez a mais importante de toda a história social do Brasil, que chega ao poder".

[60] Revogada em 2017, no Governo Temer.

[61] Inacessíveis até o dia 29 de julho de 2023. O Governo Lula, eleito em 2022, assim que iniciou o mandato, reativou o conselho que, remodelado, passou a chamar "Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável" (CDESS). O novo endereço eletrônico deste conselho está em processo de construção, por isso não foi possível encontrar os materiais dos governos petistas anteriores.

> Ao criar uma distinção entre 'público' e 'público não estatal', diferenciando ambas da noção de 'privado', criou-se uma esfera jurídica e ideológica confortável para que os partidos políticos, mesmo que de esquerda, uma vez no poder, defendam posições privatistas disfarçadas de públicas não estatais.

A partir da promoção do ideal de *corresponsabilidade* entre Estado (estrito) e sociedade civil, o governo Lula aprofunda a perspectiva de um Estado neoliberal de Terceira Via[62] com a "radicalização democrática", subordinando o Estado aos interesses dos aparelhos privados de hegemonia vinculados ao empresariado ou mesmo diretamente às lideranças empresariais: "[...] o setor empresarial ocupou um lugar privilegiado" (Martins, 2016, p. 22) no CDES, o que revela a estratégia do governo Lula em abrir canais de participação privilegiada para as frações empresariais no seio do aparato estatal.

Nesse aspecto, o transformismo petista (Coelho, 2005) para o capital envolveu a pactuação de novo contrato social, no qual verificou-se um aprofundamento de uma nova relação entre Estado e sociedade civil mediante uma agenda de desenvolvimento e acesso ao consumo. Ao passo em que mantiveram as políticas macroeconômicas endossadas pelo Banco Mundial, o ajuste fiscal e a continuação da reforma neoliberal do Estado iniciada nos anos 1990. Este último quesito pode ser exemplificado com a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parcerias público-privadas no âmbito da administração pública (Brasil, 2004).

Esse foi o contexto nacional de criação do Meesa, em 2003, tal qual o da emergência de novos institutos, fundações e redes empresariais, ou seja, aparelhos privados de hegemonia do empresariado. Superando os modelos tradicionais de representação política, as frações empresariais se lançaram às novas ferramentas da Terceira Via para influir em políticas públicas que atendessem aos seus anseios de classe.

Na educação não foi diferente, a tônica da pretensa responsabilidade social e do ideal de voluntariado ganhou amplos contornos pela ação midiática. Em especial, com o projeto "Amigos da escola", dirigido pela Rede Globo, maior rede privada de comunicação do país (Souza, 2008). Assim, buscou-se a construção de um consenso sobre a revisão da função do Estado e da responsabilização dos indivíduos para a suposta superação das mazelas sociais do país, dentre elas as educacionais, alvo do projeto.

---

[62] Para Melo e Falleiros (2005, p. 188), novas demarcações semânticas se apresentaram naquele contexto, pois o bloco petista no aparelho do Estado queria '[...] ser visto como condutor de um projeto de sociedade e de sociabilidade diferente em relação ao dirigido por aquele no poder nas gestões FHC e, por isso, combate a expressão 'Terceira Via', mas não consegue (e nem pretende) se desvencilhar de seus propósitos.

Especificamente sobre o ideal do voluntariado, destacou-se o "Instituto Faça Parte" ou Instituto Brasil Voluntário, criado em 2001 por Milu Villena associada à "[...] Heloísa Coelho (Rio Voluntário), José Roberto Marinho (Fundação Roberto Marinho), Maria Helena Johannpeter (Grupo Gerdau/Centro de voluntariado do Rio Grande do Sul), Roberto Kablin (SOS Mata Atlântica) e Valdir Cimino (Instituto Viva e Deixe viver)" (Martins, 2016, p. 35).

Nesse contexto e a partir do Instituto Faça Parte,[63] foi construída uma teia de interrelações e parcerias entre alguns institutos, empresas, organismos internacionais (Unesco e Unicef) e órgãos como o MEC, o Consed e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). Assim, a partir de uma aliança entre empresas, organizações da sociedade civil e governo, em 2005, com o documento "10 causas e 26 compromissos", nasce o embrião daquilo que seria o Todos pelo Educação (TPE), por meio do Pacto Nacional pela Educação que, em seguida (2006), recebeu o nome de Compromisso Todos pela Educação.

O governo Lula, sobretudo por meio do ministro da educação Fernando Haddad (2006-2012),[64] participou ativamente do movimento. A presença do ministro Haddad no lançamento nacional do Compromisso Todos pela Educação, ocorrido em 6 de setembro de 2006, "[...] evidenciou o elo entre o Poder Executivo e o movimento [...]" (Martins, 2006, p. 43). Esse alinhamento entre o Governo Federal e o TPE fica evidente com o lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) articulado ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pelo Decreto nº 6.094/2007. O decreto foi publicado com o mesmo nome do movimento à época e, por isso, passaram a se nomear de Movimento Todos pela Educação (Martins, 2016).

O Movimento Brasil Competitivo (MBC), por meio da sua principal liderança, Jorge Gerdau, "[...] presidente do conselho superior do Movimento, foi um dos principais articuladores da criação do TPE" (Lamosa, 2021, p. 147). Além do mais, o MBC foi um grande difusor das pedagogias do capital, assim como formador de intelectuais orgânicos ao projeto hegemônico do capital por intermédio dos Seminários de Educação Brasil Competitivo,

[63] Priscila Cruz, diretora-executiva do TPE era a coordenadora do Faça Parte em 2005.

[64] De acordo com Martins (2016), desde as primeiras reuniões do movimento, em 2005, alguns integrantes do governo estiveram presentes, como: Fernando Haddad, ministro da Educação; Franscisco das Chagas Fernandes, secretário de Educação Básica; José Henrique Paim Fernandes, presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); Gabriel Chalita, presidente do Consed; e Maria do Pilar Lacerda, presidente da Undime (todos ocupando o cargo no ano de 2005). O presidente do Inep, Reynaldo Fernandes (2005-2009), e a secretária de Educação Básica do MEC, Maria do Pilar Lacerda (2007-2012), foram convidados a compor o TPE como sócios-fundadores, compondo a equipe técnica do movimento.

realizados entre os anos de 2004 e 2008 (Silva; Lamosa, 2021).[65] Para Leher (2018) o MBC atua em coalizão com o TPE, mas atua de maneira distinta: o primeiro, com uma atuação mais geral relacionada às mudanças na estrutura de gestão e do processo pedagógico[66]; o segundo, de forma mais enfática propondo, organizando e definindo leis, regulamentações e participando dos processos decisórios relacionados às políticas públicas educacionais, isto é, atua como partido do empresariado, no sentido gramsciano (Farias, 2022).

Fazem parte do rol de sócios-fundadores do TPE: grupos empresariais de diversos setores; entidades de classe; Organismos Internacionais; acadêmicos de universidades públicas e privadas; parlamentares; prepostos vinculados aos governos; entidades e conselhos Federal, Estadual e municipal; centros de responsabilidade social empresarial; movimentos empresariais; institutos de pesquisa; fundações e institutos empresariais; mídia; centros de voluntariado; religiosos; Ongs na área da educação e de outras áreas (cf. Martins, 2013, p. 169-173).[67]

Presidido por Priscila Cruz, o TPE mantém em sua estrutura os seguintes aparelho administrativos: **Conselho Deliberativo**, constituído por Binho Marques, Claudia Costin, Eduardo Mazzilli de Vassimon, Giovanni Harvey, Nina Beatriz Stocco Ranieri, Paulo Sergio Kakinoff, Ricardo Ubiraci Sennes e Priscila Cruz; **Conselho Consultivo**, composto por Ana Maria S. Diniz D'Avila, Ana Amélia Inoue, Antônio Jacinto Matias, Fernando Luiz Abrucio, Jair Ribeiro da Silva Neto, Maria Lucia Meirelles Reis, Mozart Neves Ramos, Rodolfo Villela Marino; **Conselho Fiscal**, no qual fazem parte Américo Mattar, Anna Maria Temoteo Pereira, Gilberto Bagaiolo e Junio Fuentes; e o **Conselho do Fundadores**, Américo Mattar (Fundação Telefônica/Fundação Tellescom), Anna Maria Temoteo Pereira (Associação Despertar), Gilberto Bagaiolo *(PricewaterhouseCoopers),* Junio Fuentes (Suez Brasil), Jorge Gerdau Johannpeter (Grupo Gerdau), Daniel Feffer (Suzano Papel e Celulose), Danilo Santos de Miranda (Sesc-SP), Jayme Sirotsky Grupo RBS), Luis Norberto Pascoal (DPaschoal), Milú Villela Itaú), Viviane Senna (Instituto Ayrton Senna) e Wanda Engel Aduan (Instituto Unibanco).

---

[65] A primeira edição do Seminário Internacional de Educação Brasil Competitivo contou com a participação de Philipe Perrenoud, renomado sociólogo suíço (Silva; Lamosa, 2021).

[66] O MBC criou o Programa Modernizando a Gestão Pública (PMGP). Tratou-se de um programa amplo, para além do campo da educação (saúde, segurança pública e meio ambiente), com o desenvolvimento de programas de meritocracia, reestruturação de processos e monitoramento de metas e resultados (Silva; Lamosa, 2021).

[67] Listagem completa dos sócios-fundadores.

Considerando que o empresariado estruturou o TPE como um *think tank* – precisamente, um aparelho privado de hegemonia – do campo educacional com o objetivo de construir e difundir consensos para a educação do Brasil (Martins, 2009) e que conquistou uma ampla rede de financiadores e parceiros, conforme os exemplos do Quadro 3 (Apêndice B [Quadro completo]), este movimento compromete-se, exclusivamente, com as estratégias de construção hegemônica das frações de classe empresariais.

Quadro 3- Organizações mantenedoras e parceiras do movimento TPE.

Organização	**Perfil**	**Campo de Atuação**	**Abrangência de Atuação**	**Principais Iniciativas**
Fundação Vale	Fundação / Instituto Empresarial; associado ao Gife.	Educação, Defesa de Direitos, Esporte, Geração de Trabalho, Saúde	ES, MA, MG, MS, PA, RJ	Projetos integrados às comunidades onde a Vale atua.
Fundação Lemann	Fundação / Instituto Familiar (Jorge Paulo Lemann); associado ao Gife.	Educação, Impacto Social, Lideranças	Nacional	Apoio no suporte técnico em política de alfabetização, em boas práticas de gestão e formação de professores e recursos digitais.
Instituto Unibanco	Fundação / Instituto Empresarial; associado ao Gife.	Educação, Defesa de Direitos	Nacional	Elabora soluções de gestão para melhorar os resultados do Ensino Médio em escolas públicas.
Instituto Natura	Fundação / Instituto Empresarial; associado ao Gife.	Apoio à gestão de organizações da sociedade civil Educação	Internacional	Apoio no suporte técnico em política de alfabetização e Educação e mobilização para as Consultoras de Beleza.
Imaginable Futures	Fundação / Instituto Familiar (Grupo Omidyar); associado ao Gife.	Educação, Direitos Humanos e equidade racial	Internacional	Defesa e apoio de políticas afirmativas.
Fundação Bradesco	Fundação / Instituto Empresarial; associado ao Gife.	Educação	Nacional	Ensino gratuito presencial e EaD com foco na inclusão social.
Instituto Gol	Fundação/Instituto Empresarial.	Educação, Cultura, Esporte e Meio Ambiente	Internacional	Apoio à programas educacionais, culturais, esportivos e ambientais.
Instituto Península	Fundação / Instituto Familiar (Abílio Diniz); associado ao Gife.	Educação, Esporte	Nacional	Desenvolve um núcleo de pesquisas e estudos sobre políticas públicas de formação docente, com cursos, materiais etc.

Fundação Lúcia & Pelerson Penido (FLUPP)	Fundação/Instituto familiar (Penido)	Desenvolvimento e defesa de direitos	SP	Ações de *Advocacy,* prêmios, seminários e parcerias em formações iniciais e continuadas.
Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal	Fundação / Instituto Familiar (Gastão Vidigal); associado ao Gife.	Educação, Primeira Infância, defesa de direitos, assistência social	Nacional	Promoção do desenvolvimento na primeira infância, políticas públicas para crianças de 0 a 6 anos.
Fundação Roberto Marinho	Fundação / Instituto Familiar (Marinho); associado ao Gife.	Comunicação, Cultura e Artes, Educação, Geração de Trabalho e Renda, Meio Ambiente	Nacional	Apoio à gestão de organizações da sociedade civil, produção de conteúdo e Formação profissional e cidadã.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024), com base nas informações disponíveis no Gife (2024) e nos endereços eletrônicos das organizações.

Desse modo, adotam um receituário de formação humana restrita para a classe trabalhadora brasileira, ao passo em que propagam o discurso de representação dos interesses do "bem comum" e advogam a ambígua ideia responsabilidade social como estratégia de dominação e forja do consenso na sociedade brasileira.

Para Martins (2009, p. 26),

> Sua penetração nas instâncias do Executivo e do Legislativo, e a transformação de sua proposição em lei, embora definida sob o argumento da 'parceria', é, de fato, uma tática empregada nas relações de hegemonia. O que significa dizer que empresários organizados no TPE demonstram compreender que a configuração da sociedade brasileira na atualidade exige ações mais articuladas e requintadas, quando comparadas com as ações do passado.

Esta penetração não ocorreu apenas com a atuação do TPE. Ao analisar a estrutura do PDE, Malini (2009) inferiu que o processo foi gestado com DNA empresarial e contou também com ampla participação do Instituto Ayrton Senna (IAS) e da Fundação Itaú Social (FIS),[68] com a transferência de tecnologias de monitoramento e avaliação ao MEC, dando suporte às ações do PDE, além das concepções de regulação de políticas públicas gerencialistas, típicas do mundo corporativo.

O TPE apresenta-se como o principal organizador de uma articulação do empresariado e as suas respectivas fundações, com preceitos basilares de promoção da responsabilidade social empresarial e implemento de uma cultura de avaliação em larga escala com foco em resultados.

[68] Ambas as instituições têm representantes na estrutura organizacional do TPE, como o caso de Viviane Senna (IAS) e Milu Villela (FIS), sócias-fundadoras do TPE.

Assim, colocam a educação como estratégica de desenvolvimento econômico social, cultural e político da nação (capital humano) imbricado com o fortalecimento da capacidade de atuação ativa das comunidades ou de indivíduos (capital social) na resolução de questões sociais imediatas (Martins, 2016).

Ao analisar o papel dos aparelhos privados de hegemonia empresarial (APHE), com enfoque na atuação da Fundação Lemann e do Todos pela Educação (TPE), Farias (2022, p. 15) indica que as entidades que prestam apoio financeiro (mantenedoras/financiadoras) são as responsáveis não apenas pela captação e injeção de recursos, mas também pela função primordial de sistematizar e dirigir a pauta empresarial, bem como de organizar e comandar as Frentes Moveis de Ação (Farias, 2022).

Para Farias (2022, p. 15),

> As Frentes Móveis de Ação Empresariais são ações coletivas táticas de articulação e de aliança política organizadas e dirigidas pelos APHEs intra e entre-classes e frações de classes, para unificar as pautas conjunturais de grande relevância e, por fim, para viabilizar o projeto estratégico empresarial na educação.

Nesse caso, o TPE lança mão de um projeto educacional que se propõe a organizar a educação pública brasileira, com o intuito de adaptá-la às demandas do capitalismo contemporâneo. De acordo com Martins (2016), isso ocorre sob a âncora teórica da pedagogia dos resultados e teoria das competências. Sob a premissa da "competência básica" necessária, o TPE defende uma matriz curricular que restringe o acesso ao conhecimento sistematizado e, portanto, limita e reduz a formação humana da classe trabalhadora.

Em estreita relação com a mídia privada, parceira do movimento,[69] o TPE foi projetado como se fosse o maior especialista nacional de educação. Os seus formadores de opinião são sempre consultados, prioritariamente, nos assuntos relevantes do país. O movimento, em parceria com a Associação Nacional de Jornais (ANJ), criou um curso de jornalismo da educação para formar profissionais especializados, além de atuar na sugestão de pautas e subsidiar informações e dados educacionais (Martins, 2016).

Outras formas de atuação do movimento se dão por meio da prática de defesa de uma causa, de uma bandeira (*advocacy*), sob a forma de *lobbying*, que é o trabalho feito por um grupo político junto às instâncias executivas e legislativas, o qual busca influenciar/pressionar a formulação e execução de políticas públicas. Dessa forma, o TPE se volta, então, para o

[69] Organizações Globo, Grupo Bandeirantes, Grupo Abril, Grupo RBS, Tv Rede Brasil Sul e TVI.

legislativo, com a intenção de influir na concepção de leis e, como já visto, para o executivo por intermédio de acordos e conquista de espaço político no âmbito do aparelho estatal.

Para o TPE, o Brasil viveria uma crise da educação básica, no que diz respeito à qualidade, à responsabilidade e ao gerenciamento. Na ótica do movimento, trata-se, portanto, de "[...] crises interligadas, uma vez que a crise da qualidade da educação pública seria resultado da incapacidade gerencial do Estado em administrá-la e da falta de responsabilização da sociedade em pressionar/fiscalizar governos" (Martins, 2016, p. 47).

Por isso, o TPE, a partir do preceito de influenciar na construção de mecanismos de responsabilização (a*ccountability*), busca, na perspectiva empresarial, ressignificar o conceito de qualidade, reduzindo-o aos resultados das avaliações de aprendizagens, medidos pelos testes e avaliações em larga escala (Shiroma, Garcia e Campos, 2011). A sequência sugerida de avaliação, prestação de contas e responsabilização coloca o foco nos trabalhadores da educação. Assim, a despeito das condições estruturais e sociais do contexto de cada comunidade escolar, o TPE relaciona os problemas educacionais apenas ao aspecto técnico e gerencial.

Com a proposição de uma nova cultura de corresponsabilidade pela educação, o movimento critica o funcionalismo público, responsabiliza os professores e diretores escolares (chamados de gestores) pelos maus resultados, ao mesmo tempo em que advoga a convergência e sinergia entre as políticas públicas, o empresariado e as suas instituições/fundações para o êxito na educação.

O TPE delineou estratégias para ampliar a adesão ao movimento para todo o território nacional, com divulgações e intensificação de vínculos com estados e municípios, com vistas a influir em políticas públicas. Além disso, com este mesmo objetivo, buscou a interlocução com vários setores da sociedade, como os representantes de governos, da mídia, de empresários, de lideranças religiosas, de institutos e fundações, de organismos internacionais (Martins, 2016). Sobre este último grupo, observa-se que a abrangência de atuação do TPE não se limitou ao território brasileiro, pois

> Como parte de uma estratégia maior de construção de um movimento regional pela educação, o TPE também participou de eventos em países da América Latina e da América Central. O resultado dessa articulação foi o surgimento de grupos análogos ao TPE em pelo menos oito países da região. Com o apoio do BID, o TPE promoveu, junto a esses outros grupos do tipo, presentes em 13 países latino-americanos, a Rede Latino-americana de Organizações da Sociedade Civil para a Educação (Reduca) (Martins, 2016, p. 88).

Assim, em 16 de setembro de 2011, ocorreu, em Brasília, o último dia do "Congresso Internacional Educação: Uma Agenda Urgente", promovido pelo TPE, em parceria com o BID. Nesse momento, foi realizado o "Encontro Latino-americano de Organizações da Sociedade

Civil para a Educação", cujo objetivo era a criação da Reduca. Sob a iniciativa e direção do TPE e sob a inspiração da ação empresarial na educação estadunidense,[70] a Reduca, desde a sua origem, congregou empresários renomados no plano nacional e regional, como Jorge Gerdau Johannpeter, Milu Villela, Viviane Senna, João Paulo Lemann (Brasil), Alejandro Ramírez Magaña e Claudio X. González (México), Nicanor Restrepo (Colômbia) e outros (Martins, 2019).

Com a "Declaração de Brasília, ato de constituição da Reduca, foram apresentadas as finalidades da rede, dentre elas, destacamos duas: "[...] trocar conhecimento e aprender coletivamente e ter uma voz coletiva no nível regional" (Martins, 2019, p. 110). Assim, a Reduca se estruturou como uma "rede de redes" que valoriza a troca de experiências entre as entidades integrantes e busca promover alto impacto nas reformas empresariais das políticas educacionais na região do continente americano.

Martins (2016, p. 116) infere que

> Se, de forma isolada, os grupos locais se utilizam de diversas táticas para incidir na educação pública, todas eles têm como horizonte impulsionar as reformas educativas em seus países de origem a partir dos temas comuns à REDUCA. Para tanto, pressionam e/ou atuam junto aos governos na busca de mudanças do marco legal referente à educação e na elaboração de políticas públicas.

Dentre as organizações que compõem a Reduca,[71] o TPE foi apresentado como modelo, em virtude do êxito encontrado nas articulações com o aparelho estatal e com a ampla entrada e apoio da mídia. O próprio movimento se coloca como um caso exemplar de resposta à proposta da ONU à iniciativa *Education for all*, em Dakar, no ano de 2000.

---

[70] O marco para a mobilização empresarial nos EUA foi o relatório *A Nation at Risk* (Uma nação em risco), publicado pela *National Commission on Excellence in Education*, em 1983, no governo Reagan. Tal relatório descreveu um quadro de crise e caos na educação dos EUA que colocava em risco a competitividade internacional do país. Para não ameaçar a posição de maior potência dos EUA, o ideal de "qualidade educacional" foi colocado como principal diretriz das políticas educacionais, desde então. Na década seguinte (anos de 1990), no governo de Bush, foi lançada a campanha América 2000, com promoção de reformas escolares, adoção de testes nacionais, metas novas diretrizes curriculares, culminando, mais adiante (2002), na promulgação da lei *No Child Left Behind Act* (Nenhuma criança deixada para trás) (Martins, 2019). Esta lei foi a primeira lei de responsabilização *(accountability)* dos EUA e teve forte repercussão na América Latina entre os privatistas da educação e exerceu influência nas políticas educacionais. No Brasil, as provas nacionais, como o Ideb e a Prova Brasil, são exemplos da influência do modelo empresarial americano (Freitas, 2018).

[71] Além do TPE (Brasil) fazem parte da Reduca: *Proyecto Educar* 2050 (Argentina); *Fundación Empresarios por la Educación* (Colômbia); *Fundación Educación* 2020 (Chile); *Fundación Empresarial para el Desarrollo Educativo* (El Salvador); Grupo Faro (Equador); *Empresarios por la Educación* (Guatemala); *Fundación para la educación* Ricardo Ernesto Maduro Andreu (Honduras); *Mexicanos Primero* (México); *Unidos por la Educación* (Panamá); *Juntos por la Educación* (Paraguai); *Asociación Empresarios por la Educación* (Peru); *Educa* (República Dominicana); *Foro Educativo Nicaragüense Eduquemos* (Nicarágua); *Reaching U* (Uruguai).

Nessa perspectiva, observa-se que o interesse vai além da questão nacional, pois há articulações entre frações da burguesia nacional e regional com os organismos internacionais na conformação de um projeto de educação (Martins, 2016).

Esse processo não está vinculado apenas ao século XXI. Durante o século XX, sob outras estratégias e condições, a incidência de Organismos Internacionais sob as políticas educacionais nacionais já era notável. No entanto, a partir das alterações político-econômicas, técnicas e sociais ocorridas na periferia do capitalismo, na década de 1990 e o início dos anos 2000, a teoria do capital humano foi remodelada para um mundo em que o trabalho é precarizado e os direitos foram ceifados: "A partir da noção de 'empregabilidade', seu enfoque passa a ser o dos recursos humanos com o diferencial de não mais admitir o conceito de emprego" (Martins, 2016, p. 61).

Para Melo (2005, p. 70),

> Objetivando instituir uma nova linguagem hegemônica nos anos 1990, organismos internacionais como o FMI e o Banco Mundial fazem a apologia de uma cidadania ativa, dirigindo as ações entre países e indivíduos para ações de interdependência, de colaboração, evocando a imagem de uma sociedade harmoniosa, em que instituições sociais, comunidades e cidadãos participariam ativamente de seus destinos e de seu progresso e sucesso no novo mundo do trabalho a partir de habilidades e competências.

O discurso dos organismos internacionais, como o do Banco Mundial, direcionou-se para ênfase do desenvolvimento da força produtiva mais capacitada para o aumento a competitividade via educação escolar. Sobretudo em um contexto de emergência econômica dos anos 2000, no qual o Brasil passa a configurar um grupo de países emergentes ao lado da Rússia, Índia, China e África do Sul (Brics).

Desse modo, a partir do documento "Aprendizado para todos: investir nos conhecimentos e competências das pessoas para promover o desenvolvimento", o Banco Mundial (2011) lançou a "Estratégia 2020" e procurou influenciar nas reformas dos "[...] sistemas de educação dos países e construir um banco de dados de alta qualidade para subsidiar reformas educacionais em nível global" (Martins, 2016, p. 24), por meio de políticas e mecanismos de responsabilização (*Accountability*) dos trabalhadores da educação.

Segundo o ideário do Banco Mundial (2011, p. 3),

> A nova estratégia centra-se na aprendizagem por uma simples razão: o crescimento, desenvolvimento e redução da pobreza dependem dos conhecimentos e qualificações que as pessoas adquirem, não no número de anos que passaram sentados numa sala de aula. No nível pessoal, embora um diploma possa abrir as portas para um emprego, são as competências do trabalhador que determinam a sua produtividade e capacidade para se adaptar a novas tecnologias e oportunidades.

A partir de premissas utilitaristas e com doses de darwinismo social, opera-se para realocar as origens das contradições geradas pelo modo de produção capitalista para fora da história de forma indiferenciada, negando os conflitos centro-periferia na dinâmica global do capital, ao passo em que nega, também, conflitos entre as classes internas.

Nesse movimento de reduzir a educação a uma mínima escolarização voltada para a profissionalização e empregabilidade, o Banco Mundial (2011, p. 3) advoga que

> No nível social, pesquisas recentes mostram que o nível de competências de uma força de trabalho – medido pelos resultados de avaliações internacionais de estudantes, como o Programa Internacional para a Avaliação de Alunos (PISA) e as Tendências Internacionais no Estudo da Matemática e das Ciências (TIMSS) – preveem taxas de crescimento económico muito mais elevadas que as médias de escolaridade. Por exemplo, um aumento de um desvio-padrão nas notas de leitura e matemática dos estudantes (equivalente aproximadamente a uma subida do ranking de desempenho de um país, da mediana para os 15 por cento do topo), está associado a um aumento muito elevado de 2 pontos percentuais no crescimento anual per capita do GDP.

Um dos programas financiados pelo Banco Mundial é o Programa de Promoção da Reforma Educativa da América Latina (Preal). Criado em 1995, tem o "[...] objetivo de monitorar o progresso da educação na região latino-americana" (Uczak, 2014, p. 111), por meio do amplo envolvimento de líderes empresariais no nível político (Martins, 2019). Dentre as suas recomendações, o Preal indica a aplicação periódica de avaliações em larga escala (nacional e internacional) e, ainda, analisa e compara os resultados entre os países.

É importante evidenciar que a direção do Preal fica por conta de um convênio com a ONG *Inter-American Dialogue* (IAD),[72] com sede nos EUA (Washington), e a *Corporación de Investigaciones para el Desarollo* (Cinde), com sede no Chile (Santiago). O Preal conta com o apoio financeiro da *Agency for International Development* (Usaid), do Banco Interamericano (BID), do Banco Mundial, do *Global Development*, da *Research Network*, da *International Association for the Evaluation of Educational Achievemen*t (IEA), *Fundación Avina*, *GE Fundation*, e outras (Uczak, 2014).

Portanto, o Preal atua como uma *think tank*, isto é, como uma instituição que produz estudos, pesquisas, análises e recomendações com o objetivo de criar consensos e influir na concepção e execução de políticas públicas. Assim, o Preal enfatiza em seus projetos, a colaboração entre a sociedade civil e os governos para a melhoria dos sistemas de educação e

[72] A IAD é uma ONG criada em 1982 por iniciativa da família Rockefeller e do Departamento do Estado dos EUA em um contexto de redemocratização da América Latina (Uczak, 2014), Assim como a IAD, Uczak (2014, p. 103) entende "[...] o Preal como uma 'versão atualizada' da intervenção dos Estados Unidos via Usaid, na educação latino-americana".

o fortalecimento da gestão (Martins, 2016). Difundem em seus documentos a noção de responsabilidade social e promovem a estratégia de incorporação de intelectuais e empresários para atuarem nos organismos.

Concordamos com Martins (2016, p. 25), quando aponta que os organismos internacionais atuam como intelectuais orgânicos coletivos, visto que "[...] mobilizam setores; promovem parcerias; exercem influência e pressões sobre os governos no sentido de reformar as políticas educacionais, incorporando outros sujeitos nos processos decisórios, sobretudo os setores empresariais".

Porém, há limites nas influências que tais organismos exercem nacionalmente, em decorrência das dinâmicas locais de casa país. Por isso, a estratégia de incorporar intelectuais vinculados às universidades, às redes empresariais nacionais, à mídia. Como no caso do Todos pela Educação (TPE), no qual vários de seus integrantes foram incorporados à organismos como o Preal (Maria Helena de Castro, Cláudio de Moura Castro e Simón Schuwartzman), a Unesco (Milu Villela, Viviane Senna e outros) etc.

Desse modo, com uma agenda educacional internacionalmente estruturada, os Organismos Internacionais conseguem, em meio às idiossincrasias nacionais, fazer valer a tônica de reformas empresariais e das tendências pedagógicas pró-capital.

Em síntese, podemos afirmar que a reforma gerencial do aparelho de Estado brasileiro, iniciadas na década de 1990 e continuadas nos anos 2000, favoreceram o alvorecer de institutos, fundações e associações empresariais – aparelhos privados de hegemonia – no campo educacional. Tais entidades cresceram sob a tutela de frações da burguesia nacional, com o incentivo e apoio de Organismos Internacionais (OIs) e com a estratégia de construir consensos para incidir sob as políticas públicas educacionais, constituindo um "mar de tubarões" da educação.

A começar pela Fundação Roberto Marinho, criada em 1977 pelo proprietário do Grupo Globo, Roberto Marinho, apresenta-se como organização sem fins lucrativos com a finalidade de desenvolver ações nas áreas educacionais, patrimoniais e ambientais, no sentido de cumprir com o ideal de responsabilidade social.

Esta Fundação conta com a parceria de instituições, como: Cieds; Fundação Bradesco; Fiesp, Senai e Sesi; Rede Globo; Fundação Itaú; Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI); Unicef; Ciee (Pernambuco, Minas Gerais, Rio Grande do Sul); Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Sustentável; Fundo de Amparo e Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp); Gerar (Paraná e Santa Catarina); Eletrobrás; Fundação Maria Cecília Souto Vidigal; Fundação Vale; Facebook; Google; Instagram; *The Freedom Fund* e; *Childhood* Brasil.

Dentre os projetos desenvolvidos na área educacional, destacam-se:

- o Telecurso 2000, inicialmente chamado de telecurso 1º e 2º grau (década de 1980), tal programa conta com repasses público e privado (Neves, 2005). Atualmente o telecurso não é ofertado mais na TV Globo. Os cursos são oferecidos na estrutura física da Escola Fundação Roberto Marinho, localizada do Rio de Janeiro, ou no formato digital. Além dos cursos, a fundação disponibiliza materiais e kits pedagógicos. Além disso, desde 2020, o telecurso oferece formação para docentes, em uma ação concebida pela equipe do Led – Laboratório da Fundação Roberto Marinho e que foi desenvolvida com a colaboração de uma equipe técnica interinstitucional envolvendo o Instituto Reúna, Instituto Península, Instituto Itaú Social, Fundação Telefônica Vivo (Escola Digital), Ensina Brasil e *Google for Education* Brasil. [73]
- O Canal Futura, canal de televisão brasileiro pertencente à Fundação Roberto Marinho, instituição educativa privada do conglomerado de mídia Grupo Globo inaugurado em 1997 e que transmitia o Telecurso, conta com uma programação educativa voltada para uma audiência assistida em instituições como escolas, presídios e hospitais (Sandaniel, 2021), além de conter programas em que se ressalta o empreendedorismo.
- O programa Aprendiz Legal, uma iniciativa voltada para a educação profissionalizante, que se apoia na Lei nº 10.097/2000, a Lei da Aprendizagem, com a oferta de vários cursos, como: Mundo do trabalho; Ocupações Administrativas; Aprendiz na Industria da Carne; Agronegócio; Auxiliar de Alimentação e; Auxiliar de Produção Industrial. Tal programa é fruto da parceria da Fundação Roberto Marinho com o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), a Associação Nacional de Administração (ANA) e Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável (Cieds).[74]

Outro tubarão da educação é a Fundação Lemann. Fundada em 2002 e presidida pelo bilionário Jorge Paulo Lemann, apresenta-se como uma organização de filantropia familiar fundamentada em duas vertentes estratégicas, a educação e a formação de lideranças. Sua atuação tem abrangência nacional, tendo em vista que 25 estados da federação recebem apoio do ecossistema de impacto da instituição.

De acordo com a página oficial da organização, eles atuam em três frentes, quais sejam:

---

[73] Informações retiradas da página oficial da Fundação Roberto Marinho (Disponível em: https://telecurso.frm.org.br/. Acesso em: 31 maio 2024).

[74] Informações retiradas da página oficial do programa (Disponível em: https://aprendizlegal.frm.org.br/aliancas. Acesso em: 31 maio 2024).

- Universalização da alfabetização, que conta com duas iniciativas: a Parceria pela Alfabetização em Regime de Colaboração (Parc), programa cofinanciado pela Fundação Lemann e Instituto Natura, gerido e implementado pela Associação Bem Comum na oferta de suporte técnico para os Estados desenvolverem políticas públicas focadas na alfabetização na idade certa. Além do Programa Educar Pra Valer, nos mesmos moldes de cofinanciamento e implementação, tem como objetivo o fornecimento de apoio técnico aos municípios na execução de boas práticas de gestão, a partir do exemplo de Sobral, Ceará.[75]
- Aprendizagem adequada, ao qual desenvolve dois programas: o Formar, gerido por uma organização sócia da Fundação Lemann, o Instituto Gesto, é direcionado à formação para o aprimoramento da gestão das redes públicas no Brasil por intermédio de troca de experiências entre as redes participantes (municipais e estaduais) e pelo acompanhamento das políticas educacionais. O programa Plantar, por seu turno, também gerido pelo instituto Gesto tem a sua atuação no apoio às secretarias de educação no que diz respeito às ações e constituição de políticas públicas de conservação da Amazônia.[76]
- Tecnologia e informação, frente em que a Fundação Lemann atua com apoio e financiamento das seguintes organizações: a Associação MegaEdu, criada em 2022, atua no processo de conectividade das escolas e dispõe do apoio do BID, *Imaginable Futures*, *UK Governanment*, *Vélezreyes+*, *Brazil Fundation* e do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES);[77] o programa ImpulsiONar, que objetiva dar suporte às secretarias municipais de educação no incremento de estratégias de combate e prevenção de defasagens em português e matemática via modelo pedagógico e apoio de organizações que ofertam e implementam formação de professores e utilização de *edtechs*, recursos educacionais digitais; [78] a Rede Brasileira de Aprendizagem Criativa (RBAC), em parceria com a Fundação Lego, que promove o intercâmbio de experiências entre os membros da rede;[79] o Programa Educação Conectada, em parceria

[75] Ambos programas, Parc e EPV, estão presentes em solo capixaba. Disponível em: https://fundacaolemann.org.br/educacao-publica-de-qualidade/aprendizagem. Acesso em: 31 maio 2024.

[76] (Disponível em: https://fundacaolemann.org.br/educacao-publica-de-qualidade/politicas-educacionais. Acesso em: 31 maio 2024).

[77] (Disponível em: https://www.megaedu.org.br/. Acesso em: 31 maio 2024).

[78] (Disponível em: https://programaimpulsionar.com.br/sobre-o-programa/. Acesso em: 31 maio 2024).

[79] (Disponível em: https://aprendizagemcriativa.org/. Acesso em: 31 maio 2024).

com O BNDES e o Itaú Social, apoiando a universalização do acesso à internet de banda larga e o fomento da utilização do uso pedagógico de tecnologias na educação básica.[80]

O Banco Itaú também mergulhou para unir-se ao cardume insaciável. Desde 1993, desenvolve ações na área da educação, como a criação do Prêmio Itaú-Unicef (1995) e Programa da Melhoria da Educação do Município (1999), por exemplo. Assim, o Programa de Apoio Comunitário, posteriormente chamado de Programa Itaú Social, levou à criação da Fundação Itaú Social, em 2000. No ano de 2008, ocorreu a sua fusão com o Unibanco, originando o Itaú Unibanco *Holding* S.A., maior conglomerado financeiro do hemisfério sul[81], controlado pelas famílias Moreira Salles, Setúbal e Villela, No entanto, são mantidas separadamente as respectivas fundações de cada empresa: a Fundação Itaú Social e o Instituto Unibanco.

Sob o enfoque de desenvolver ações e projetos com incidência sobre políticas públicas que promovam mudanças na educação a Fundação Itaú Social, ao longo dos anos, implementou os seguintes programas: Escrevendo o Futuro (2002); Itaú Social Voluntário (2003); Jovens Urbanos (2004); portal online iVoluntários (2005); Comunidade Presente e Itaú Criança (2006); Tutoria e Programa Coordenadores de Pais (2008); curso avançado de Avaliação Econômica de Projetos Sociais (2010); Avaliação e Aprendizagens e criação do Ciclo de debates em Gestão Educacional (2011); Rede de Avaliação Econômica de Projetos Sociais (2012); Redes de Territórios Educativos (2016); Missão em Foco (2017).

Em 2024, os programas mantidos pela Fundação Itaú Social são:

- Programa Melhoria da Educação, com a finalidade de ofertar formação continuada para gestores educacionais, tanto pedagógica quanto administrativo-financeira;[82]
- Escrevendo o Futuro, o programa mobiliza ações para a formação de docentes de Língua Portuguesa em ambiente autoinstrucional em sua página oficial e conta com a parceria do Consed, Undime, Fundação Roberto Marinho e outros;[83]

[80] (Disponível em: https://educacaoconectada.mec.gov.br/o-programa/sobre. Acesso em: 31 maio 2024).

[81] Matéria intitulada "Itaú e Unibanco anunciam e criam maior grupo financeiro do hemisfério sul" (Disponível em: https://m.folha.uol.com.br/mercado/2008/11/463386-itau-e-unibanco-anunciam-fusao-e-criam-maior-grupo-financeiro-do-hemisferio-sul.shtml. Acesso em: 1 jun. 2024).

[82] (Disponível em: https://melhoriadaeducacao.org.br/. Acesso em: 1 jun. 2024).

[83] (Disponível em: https://www.escrevendoofuturo.org.br/cursos-online. Acesso em 1 jun. 2024).

- Leia como uma criança, consiste na oferta de cursos online e materiais digitais e impressos destinados a creches e a pré-escolas, por meio das secretarias de educação;[84]
- Edital Fundos da Infância e da adolescência. Trata-se da seleção e apoio de ações voltadas para o referido público com recursos que seriam destinados ao pagamento de impostos e;
- Desenvolvimento de pesquisas aplicadas relacionadas à educação, como: Cada Hora Importa; *Education Policy Outlook* 2021; Educação Não Presencial na Perspectiva dos Estudantes e suas Famílias; Pesquisa Undime sobre volta às aulas; Panorama das Organizações da Sociedade Civil de Atuação Socioeducativa; Pesquisa Nacional com Secretarias de Educação e outras.[85]

O Instituto Unibanco, criado em 1982, inicialmente era voltado para projetos em diversas áreas. Em 2002, o instituto decidiu direcionar a sua atenção e programas ao campo educacional, lançando-se profunda e vorazmente nesse mar. Desse modo, o instituto apresenta-se atrelando a sua atuação à melhoria da gestão educacional, segundo a qual, ocorre por meio do seu apoio e desenvolvimento de soluções de gestão para aumentar a eficiência do ensino nas escolas públicas. Para tal, conta com a parceria das seguintes organizações: Ação Educativa; Instituto Rodrigo Mendes; Instituto João e Maria Aleixo; Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe); Instituto de Estudos Avançados; Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper); *Stanford University; London School of Economics and Political Science* (LSE) e outros.

Ao longo dos anos de atuação, o Instituto Unibanco desenvolveu os seguintes programas: o Projeto Jovem de Futuro, com o piloto lançado nos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo (2007/2008), tal programa foi implementado no Ceará (2014), no Espírito Santo, Pará e Piauí (2015), na rede mineira (2019) e gaúcha (2023); o Programa Estudar Vale a Pena, piloto lançado no estado de São Paulo (2010), e expandido para o Espírito Santo, Goiás e Ceará (2017); a construção do Ensino Médio Inovador (ProEMI), em 2011, que fora articulada ao Jovem de Futuro, com o intuito de desenvolver propostas curriculares inovadoras. Tal proposta fora implementada, em 2012, nos estados do Ceará, Goiás, Mato Grosso do Sul, Pará e Piauí; Lançamento de editais de Gestão Escolar para a

[84] (Disponível em: https://www.itausocial.org.br/divulgacao/leia-com-uma-crianca/. Acesso em 1 jun. 2024).

[85] (Disponível em: https://www.itausocial.org.br/programas/pesquisas/. Acesso em: 1 jun. 2024).

Equidade (2014); Diálogos sobre Gestão Escolar, Seminários; o Centro de Pesquisa Transdisciplinar em Educação (CPTE).

Destas iniciativas, destacamos duas:

- Centro de Pesquisa Transdisciplinar em Educação, criado em 2015 e institucionalizado em 2020, o CPTE tem a pretensão de contribuir para o aprimoramento da política educacional por meio da produção de conhecimentos e qualificação do diálogo público. Assim, atua com a estratégia de incentivar pesquisadores, redes, centros e fóruns de pesquisa na área de gestão educacional. Os eixos principais das pesquisas desenvolvidas são: Avaliações Jovem de Futuro; Ciência de dados na educação; Desigualdade; Novo Ensino Médio; Gestão Financeira; Liderança e Gestão Escolar; Sustentabilidade.[86]
- o Programa Jovem de Futuro foi lançado em 2007 com a pretensão de contribuir para a garantia da aprendizagem, por meio de uma gestão orientada para o avanço da educação pública. Empreendido em parceria com as secretarias estaduais de educação, o Jovem de Futuro oferta para as unidades escolares e para toda a rede uma metodologia e ferramentas que dão assistência ao trabalho de gestão. Suas ações foram estruturadas nos seguintes eixos que se articulam no chamado "Circuito de Gestão": governança, assessoria técnica, formação, mobilização e gestão do conhecimento. Estabeleceu-se, assim, o Sistema de Gestão para o Avanço Contínuo da educação (Sigae), uma ferramenta que possibilita o monitoramento e a avaliação de todas etapas do referido circuito.[87]

Criado em 2010, pela empresa Natura Cosméticos S.A., o Instituto Natura identifica-se como uma organização sem fins lucrativos que atua em parceria com diversos setores da sociedade com o objetivo de uma pretensa transformação da educação. A atuação deste tubarão se inicia no Brasil, mas, em 2020, expande-se para os mares de outros cinco países Latino-americanos (Argentina, Chile, Colômbia, México e Peru). Dentre os parceiros de suas iniciativas, estão: Associação Bem Comum; Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais (FGV/Ebape); Centro de Inovação para a Educação Brasileira (Cieb); Consed; *Community of Research on Excellence For All* (Crea); Fundação Itaú Social; Fundação Lemann; Fundação Roberto Marinho; Instituto Ayrton Senna; Instituto de Corresponsabilidade

[86] (Disponível em: https://www.institutounibanco.org.br/iniciativas/centro-de-pesquisa-transdisciplinar-em-educacao-cpte/. Acesso em: 1 jun. 2024).

[87] (Disponível em: https://www.institutounibanco.org.br/iniciativas/jovem-de-futuro/. Acesso em: 1 jun. 2024).

pela Educação (ICE); Instituto Sonho Grande; Instituto Unibanco; Todos Pela Educação; Undime e outros.

Segundo o Instituto, sua forma de atuação global é estruturada em três fundamentos, quais sejam:

- Apoio à implementação de políticas públicas de educação em duas frentes: na Parceria pela Alfabetização em Regime de Colaboração (PARC), em conjunto com a Fundação Lemann e Associação Bem Comum, conforme já indicado.[88] Além do apoio a execução e expansão do Ensino Médio Integral, por meio de uma aliança firmada com o Instituto Sonho Grande e o ICE que atua em duas trincheiras: a primeira consiste no apoio à implantação, expansão e consolidação da Política Ensino Médio Integral, com suporte técnico, estratégico e pedagógico aos estados parceiros; a segunda, abarca o *Advocacy*, a comunicação e produção de conhecimento. Em parceria firmada com o Instituto Sonho Grande, o Instituto Natura apoiou a criação do Centro de Evidências da Educação Integral (CEEI), uma iniciativa do Insper encarregada de conceber, organizar, sistematizar e difundir conhecimento sobre educação integral.[89]
- Articulação das agendas prioritárias da educação capitaneada pelo movimento Todos Pela Educação;
- Educação e mobilização para as Consultoras de Beleza Natura, com a oferta de formação para as Líderes de Negócios e Consultoras de Beleza Natura.

Um tubarão da educação com forte incidência na educação pública brasileira é o Instituto Ayrton Senna (IAS), criado por Viviane Senna, em 1994, ano do trágico acidente do piloto de Fórmula 1 que dá o nome à organização. O IAS se caracteriza como organização sem fins lucrativos pretensamente comprometida em fomentar o potencial de estudantes do país. Apresentam-se como defensores de uma educação integral que possibilite pessoas mais autônomas, com maior renda, melhor saúde, maior estabilidade e satisfação pessoal, além da expectativa de uma sociedade caracterizada pelo crescimento econômico, redução das desigualdades, diminuição da violência, envolvimento cívico, sustentável e com inovação em todas as áreas.

As iniciativas do Instituto Ayrton Senna são as seguintes: Diálogos Socioemocionais, proposta para o desenvolvimento de competências socioemocionais dos estudantes; *My Life*

[88] Disponível em: https://www.institutonatura.org/iniciativa/alfabetizacao/. Acesso em: 1 jun. 2024).

[89] (Disponível em: https://www.institutonatura.org/ensino-medio/. Acesso em: 1 jun. 2024),

educação socioemocional, trata-se de um programa complementar ao currículo escolar para o florescimento de competências socioemocionais desenvolvido em parceria com a empresa Conexia Educação, do Grupo SEB, responsável pela sua implementação, desde a formação dos docentes até o acompanhamento do processo; Acelera Brasil, criado em 1997, o projeto de aceleração da aprendizagem para alunos do 3º ao 5º ano do Fundamental anos iniciais em situação de defasagem; Fórmula da Vitória, apoio às secretarias de educação no processo de construção de políticas de gestão e formação de educadores com objetivo da recomposição da aprendizagem em Português e matemática nos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano); Volta ao Novo, parceria com a Undime, no contexto da pandemia do Covid-19, com o objetivo de formar técnicos das secretarias de educação no desenvolvimento de competências socioemocionais dos docentes; Educação pelo Esporte, criada em 1995 em parceria com a Universidade de São Paulo (USP), tal iniciativa investe no potencial educativo das práticas esportivas; Se Liga, criado em 2001 como alternativa de inserção dos estudantes do 3º ao 5º ano do ensino fundamental que não sabiam ler e escrever e, portanto, não eram contemplados pelo programa "Acelera Brasil".

Tais organizações apresentadas são todas associadas ao Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife), criado em 1995, que se apresenta como referência brasileira no que se refere ao investimento social privado. O Gife congrega, ao todo, um cardume com 170 associados entre empresas, fundações/institutos empresariais, fundações/institutos familiares; fundações/institutos independentes e fundações/organizações sem fins lucrativos (Gife, 2024). Desse total, 93 são enquadradas na área da educação,[90] tais como: Fundação Vale; Fundação ArcelorMittal; Instituto Votorantim; Instituto Península; Fundação Bradesco; Fundação Maria Cecília Couto Vidigal; Fundação Telefônica Vivo; Instituto Claro; Instituto SEB Educação e outros.

Nota-se que a atuação do empresariado na educação via institutos e organizações visa possibilidades de mercado em atividades, como: busca ativa de alunos faltosos e em risco de evasão;[91] plataformas de monitoramento de avaliações, indicadores e circuito de gestão escolar;[92] materiais didáticos físicos ou digitalizados; programas de formação de docente e de gestor escolar etc.

---

[90] (Disponível em: https://gife.org.br/associados/. Acesso em 1 jun. 2024).

[91] Podemos exemplificar com o programa da Fundação Vale "Territórios em rede", com atuação em municípios do ES, MG e PA.

[92] Circuito de Gestão do Instituto Unibanco, com forte atuação na rede estadual do Espírito Santo.

Assim, com uma agenda bem definida, esses aparelhos privados de hegemonia empresarial atuam para diminuir o tamanho do investimento diretamente no aparelho estatal, com objetivos de obter recursos públicos, conceber e executar as políticas educacionais. Portanto, buscam o controle da gestão educacional e a participação, cada vez mais ampliada, nos processos decisórios e diretivos junto ao aparelho estatal. Fazem isso como se representassem toda a sociedade, mas não conseguem esconder totalmente as suas intenções de classe.

Enfatizamos que, para conquistar sucesso em suas iniciativas, as frações da classe dominante nacional "[...] em larga medida apoiadas pelas burguesias internacionais, operam um *mix* de medidas consensuais e ditatoriais para a desorganização da classe trabalhadora" (Mota; Evangelista; Castelo, 2021, p. 2). Dessa maneira, a educação, sequestrada pela reprodução capitalista, tem os seus processos educativos e as suas ferramentas de ensino-aprendizagem, bem como o processo de formação mantidos como reféns da lógica mercantil.

Progressivamente, os aparelhos privados de hegemonia do capital vão ampliando o cativeiro, lançam mão de ideologias que propagam consensos e assediam violentamente educação pública com a força do capital, construindo aquilo que Gramsci chamou de "hegemonia encouraçada de coerção" (Gramsci, 2022).

Ancorados em concepções privatistas da educação, esses aparelhos de hegemonia do capital interconectam-se aos seus interesses comuns relativos aos ganhos com o controle da educação via privatização e terceirizações, aos ganhos com a financeirização da educação, isto é, quando a educação é transformada em ativo controlados por fundos financeiros e ao domínio da formação da concepção de mundo das classes e grupos subalternos.

Todo esse processo iniciado com o ideário neoliberal gerencialista da educação na década de 1990 foi se espraiando, ao mesmo tempo em que foi cedendo espaço à participação direta do empresariado nas ações e decisões governamentais nos anos 2000 em diante. Isso ocorreu de tal forma que "[...] o que antes ditava as regras, hoje as elabora e as opera por dentro das estruturas de gestão, configurando o que chamamos de empresariamento" (Lima; Peterle, 2021, p. 8).

Nesse caso, o empresariamento da educação permite a reocupação das atribuições do aparelho de Estado pelos aparelhos privados de hegemonia empresarial:

> [...] dado ao fato de que a gestão privada deixa de ser ideológica para assumir, criar e executar projetos públicos educacionais, uma vez que a interferência do setor privado se dá por dentro das escolas e dos sistemas de ensino, interferindo na gestão, na definição dos objetivos educacionais, na organização curricular, na formação docente e até mesmo no ensino (Lima; Peterle, 2021, p. 8).

Multiplicam-se, então, (pseudo)soluções para a educação. Mas, primeiro, as frações burguesas utilizam o artifício de atacar o funcionalismo público, os trabalhadores da educação e a própria estrutura pública, para depois apresentarem as saídas que, curiosamente, são direcionadas às suas próprias instituições e fundações ou às demandas do mercado.

Podemos exemplificar uma dessas "soluções" com o Programa Ensina Brasil,[93] iniciado em 2011, atua como uma Oscip e opera em vários municípios e estados brasileiros. Trata-se da importação do modelo estadunidense *Teach for all* (TFA), metodologia com entrada em 47 países.[94] Tal programa é voltado à captação de jovens recém-formados em qualquer curso superior, mesmo sem licenciatura, para a atuação temporária na educação pública como professores. Financiado, principalmente, pela Fundação Lemann e Itaú Social, o Ensina Brasil, nos mesmos moldes do TFA, em uma abordagem salvacionista, precariza o trabalho docente, ignora o processo de formação acadêmica de professores voltado para a educação formal, terceirizando-o, ao passo em que entrega os estudantes como cobaias de uma experiência estadunidense com sérias implicações no processo de terceirização da educação pública, as escolas *charters* (Freitas, 2016).

Em suma, infere-se que a inserção do empresariado na educação é uma ameaça ao direito à educação, na medida em que os interesses corporativos vislumbram possibilidades de lucro com o processo de mercantilização da educação. Com essa ampliação da lógica do capital, fomenta-se a desigualdade no acesso à educação de qualidade, reduz-se a autonomia educacional via enfraquecimento dos mecanismos de gerenciamento democrático da escola, bem como da práxis docente, tendo em vista que as organizações empresariais impõem metodologias e abordagens formativas compatíveis com as suas demandas mercantis, ao mesmo tempo em que operam construindo, conformando e consolidando uma sociabilidade burguesa.

Nota-se que, ao decorrer dos anos 2000, os aparelhos privados de hegemonia empresarial ampliaram os seus tentáculos no aparelho estatal neste processo de empresariamento da educação sob o subterfúgio de "radicalização democrática" iniciado no governo Lula da Silva.

---

[93] O Meesa é uma das instituições que compõem o grupo de parceiros técnicos do Ensina Brasil e o ES contém dois municípios inseridos no programa, Vitória e Cariacica (Disponível em: https://www.ensinabrasil.org.br/quemsomos. Acesso em: 17 ago. 2023).

[94] É uma rede internacional de uma ONG estadunidense chamada *Teach for American*. Criada por Wendy Kopp, "A TFA forma professores em seis semanas e é sustentada com dinheiro que inclui financiamento privado oriundo de Fundações da Família Walton e de Bill Gates" (Freitas, 2016).

Os governos Dilma Rousseff (2010-2014; 2014-2016), no que lhes concerne, constituíram o prosseguimento desse modelo de governança. Contudo, foram anos caracterizados pelo acirramento da crise econômica nos países periféricos, em decorrência, sobretudo, do fim do ciclo de alta dos preços das *commodities*. Em consequência, observou-se o aumento inflacionário, a redução do crescimento econômico e a queda da produção industrial. Tal situação gerou uma reação de aprofundamento do caráter neoliberal do governo com cortes de gastos públicos, aumento dos juros, aceleração dos processos de privatizações e concessões de empresas estatais para a iniciativa privada (Maciel, 2013), ao mesmo tempo em que se continuavam os ditos espaços de "concertação", dentro do ideário da Terceira Via de "democratização da democracia".

Esse contexto de crise econômica somado ao de grave crise política interna culminou no golpe parlamentar, jurídico e político contra o governo Dilma Rousseff, que evidenciou a fragilidade do modelo de democracia liberal, em especial, na sua versão de presidencialismo de coalisão. Assim, com a perda da base parlamentar que compunha o governo, a flagrante parcialidade da Operação Lava-jato, o financiamento de manifestações contra o governo por grupos empresariais, como a Fiesp e a ampla conivência e cobertura midiática que dirigia a opinião pública pró-*impeachment*, Dilma Rousseff foi afastada do cargo da Presidência da República após três meses de tramitação do processo iniciado no Senado (Mattos; Bassone; Mamigonion, 2016).

A desfaçatez do golpe deferido foi tão explícita que, como forma de compensar a leviandade, os senadores, com o aval do Ministro Lewandowski (STF), decidiram pela manutenção dos direitos políticos de Dilma Rousseff. Assim, a primeira mulher eleita no Brasil foi destituída sem quaisquer provas contundentes dos crimes imputados à sua gestão. Meses depois do *impeachment,* auditores do Tribunal de Contas da União a isentaram de todos supostos atos irregulares.[95]

Na realidade, a fissura no bloco de poder se ampliou progressivamente na medida em que as respostas às demandas do capital exigiam medidas autoritárias[96] para a recomposição da

---

[95] Matéria intitulada "TCU absolve Dilma no caso da refinaria de Pasadena" (Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/tcu-absolve-dilma-no-caso-da-refinaria-de-pasadena/#:~:text=O%20Tribunal%20de%20Contas%20da,seria%20eleita%20presidente%20em%202010. Acesso em: 31 maio 2024); Reportagem com o título "Justiça mantém decisão que isenta Dilma Rousseff de 'pedaladas fiscais'". (Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/politica/justica-mantem-decisao-que-isenta-dilma-rousseff-de-pedaladas-fiscais/. Acesso em: 31 maio 2024).

[96] Dentre tais medidas, Leher (2019, p. 4) destaca aquelas relacionadas às "[...] exigências em relação à apropriação privada do fundo público, aos direitos trabalhistas, à previdência social, à exploração das commodities, ao agronegócio, à remoção de obstáculos e entraves ambientais e à flexibilização da demarcação dos territórios dos povos indígenas [...]".

acumulação de capital (Leher, 2019). Notou-se, portanto, um processo de ruptura de caráter neoconservador como resposta à crise econômica e à queda das taxas de lucro. Desse modo, o referido golpe pode ser entendido como uma "[...] saída burguesa brasileira para se adaptar ao novo momento do neoliberalismo no mundo, e se conectar com as exigências do ambiente internacional, de imensa liquidez de capitais buscando desesperadamente nichos de valorização [...]" (Behring, 2018, p. 62). Estabeleceu-se, assim, uma recomposição do bloco no poder com fim de promover a aceleração e a intensificação da contrarreforma neoliberal pelas mãos do, até então, vice-presidente, Michel Temer (PMDB).

Possuidor de um léxico mesoclítico compatível com a sua postura conservadora, Temer assumiu a cadeira presidencial, em 31 de agosto de 2016, para o exercício do programa "Uma ponte para o futuro" (PDMB) que, na verdade, tratou-se de uma guinada reacionária e antipopular com sérias implicações nas políticas públicas sociais. Esse foi o caso da Emenda Constitucional nº 95/2016, que congelou os gastos públicos sociais em 20 anos e da Lei nº 13.429/2017, responsável pela contrarreforma trabalhista, a qual possibilitou a terceirização de atividades-fim, o enfraquecimento dos sindicatos e dentre outros agravantes que afetaram a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

No campo educacional, Temer nomeou Mendonça Filho (DEM, atual União Brasil) para o Ministério da Educação (MEC). Seu primeiro ato público como ministro foi a recepção de representantes do movimento Escola Sem Partido (Rodrigues, 2016), fato que evidencia o perfil ideológico daquele governo. Para além do aceno convidativo aos movimentos reacionários contra a educação, o governo Temer foi o responsável pela arbitrária dissolução da composição do Fórum Nacional de Educação (portaria nº 577/2017), pela reforma do Ensino Médio, estabelecida pela Lei n° 13.415/2017 e pela implementação da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), com amplo apoio e direção empresarial.

Leher (2019, p. 4) esclarece que "[...] o governo Michel Temer apenas iniciou o processo de recalibração do padrão de acumulação. Objetivando seguir na mesma agenda regressiva, sem alternativas exequíveis e realistas, o bloco no poder convergiu no apoio à candidatura de Jair Bolsonaro". Assim, no ano de 2018, em uma eleição marcada pela difusão de *fake news*, pela perseguição judiciária e prisão do principal candidato opositor, Lula da Silva (PT), que liderava a corrida presidencial, Jair Messias Bolsonaro (ex- Partido Social Liberal – PSL, atual Partido Liberal - PL) foi eleito presidente do Brasil. Sua eleição representou a confluência de forças neoliberais, neopentecostais, militares e olavistas, que materializou a intensificação do reacionarismo e do autoritarismo no Estado brasileiro (Leher, 2023).

O governo Bolsonaro teve como baliza de atuação da política de destruição, como se pode evidenciar em seu pronunciamento, em 17 de março de 2019: "Nós temos é que desconstruir muita coisa. Desfazer muita coisa. Para depois nós começarmos a fazer. Que eu sirva para que, pelo menos, eu possa ser um ponto de inflexão, já estou muito feliz" (Valor, 2019).[97] Foram muitas as ações de devastação, como: crimes contra a saúde pública durante a pandemia;[98] crimes de ódio; corrupção e crimes eleitorais; ataque contra a transparência pública e acesso a dados; ataque ao funcionalismo público e às instituições públicas, sobretudo das áreas ambientais e educacionais; combate ao processo de demarcação de terras indígenas; loteamento de instituições e órgãos públicos; entre outros.[99]

Especificamente no campo da educação, Bolsonaro optou pela fração mais ideológica de sua base. Os dois primeiros titulares da pasta de Educação, Ricardo Velez (janeiro de 2019 a abril de 2019) e Abraham Weintraub (abril de 2019 a junho de 2020), vinculavam-se ao ideário olavista[100] e aos dogmas do movimento Escola Sem Partido. Em seguida, depois de quase um mês sem comando, o MEC foi assumido pelo pastor presbiteriano Milton Ribeiro (julho de 2020 a março de 2022),[101] que deu continuidade à política reacionária e destrutiva até a sua saída após o envolvimento, junto a outros pastores, no escândalo de corrupção denominado "Bolsolão do MEC".[102]

Dentre as pautas mais enfatizadas pelos ministros bolsonaristas, destacaram-se as ideológicas, como o projeto Escola Sem Partido, a Educação Domiciliar (*homeschooling*) e as Escolas Cívico-Militares Destas, a única concretizada foi a última, por meio do Decreto nº 10.004/2019, instituindo o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares.[103]

---

[97] Reportagem intitulada "Nós temos é que desconstruir muita coisa, diz Bolsonaro durante jantar" (Disponível em: https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/03/18/nos-temos-e-que-desconstruir-muita-coisa-diz-bolsonaro-durante-jantar.ghtml. Acesso em: 30 maio 2024).

[98] A gestão criminosa da pandemia no governo Bolsonaro permitiu 75% das 690 mil mortes, segundo a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) (Disponível em: https://abrasco.org.br/wp-content/uploads/2023/11/20231116_Abrasco_Dossie_Pademia_de_Covid-19_versao-final.pdf. Acesso em: 3 jun. 2024).

[99] Conferir "Dossiê Bolsonaro" (Disponível em: https://www.dossiebolsonaro.com. Acesso em: 25 maio 2024.

[100] Para Álvaro Bianchi (2021), Olavo de Carvalho (1947-2022) foi um dos principais influenciadores da nova direita no Brasil, reconhecido por seu pensamento marcado pelo irracionalismo e por teorias conspiratórias. O autor destaca que o Olavismo não é a causa, mas um reflexo das demandas ideológicas da nova direita brasileira (neoconservadores), sustentando um discurso anticientífico que rejeita a ciência e a academia em virtude da mobilização e engajamento em uma "guerra cultural".

[101] O último ministro da Educação de Bolsonaro foi Victor Godoy Veiga, ex-auditor federal da Controladoria-Geral da República, sem nenhum histórico de formação ou atuação na área da educação.

[102] Matéria da Revista Isto É intitulada "O bolsolão do MEC virou o maior escândalo de corrupção do governo Bolsonaro" (Disponível em: https://istoe.com.br/o-mensalao-de-escandalo-bolonaro/. Acesso em: 30 maio 2024.

[103] Revogado pelo Decreto nº 11.611/2023 pelo governo Lula.

Se, inicialmente, a escolha de Bolsonaro para a condução da pasta da educação estava atrelada ao núcleo ideológico e prescindiu da fração empresarial educacional dentro do MEC,[104] em função da manutenção do apoio de grupos neopentecostais e outras frações reacionárias, em um segundo momento, a partir de Weintraub, ao mesmo tempo em que a operação da "guerra cultural" era colocada como ordem do dia, o governo corrigia a rota ao permitir a colaboração do empresariado (Institutos Natura, Ayrton Senna, Unibanco, Fundação Lemann e Todos Pela Educação) em prol de uma "agenda da aprendizagem" (Freitas, 2019).[105]

A ligação do governo Bolsonaro com o empresariado da educação foi mais evidentemente expressa pelo ministério da Fazenda, chefiado pelo *Chicago Boy,* Paulo Guedes. Uma das medidas encaminhadas pelo governo foi a Lei nº 14.284/2021, Lei do Auxílio Brasil,[106] que no seu artigo 5º instituiu o "Auxílio Criança Cidadã", um mecanismo de *vouchers* voltado para a educação infantil. Outro exemplo foi o da Portaria nº 2117/2019, que alvoroçou o setor privado de plataformas digitais, pois tal medida possibilitou o aumento da carga horária de 20% para 40% EaD para os cursos presenciais de graduação (Leher, 2023). Soma-se também todo o processo de estrangulamento orçamentário e a refuncionalização das Universidade Federais (cf. Silva *et al.*, 2023), com objetivos corporativos em relação à ampliação do setor privado.[107]

A sequência de crimes de Jair Bolsonaro e os avanços das investigações poderiam desencadear um processo de *impeachment* com reais e plausíveis motivações. No entanto, as frações do capital viam com preferência a manutenção daquele governo, pois a ordem do capital era a de "domesticar Bolsonaro" e evitar a sua deposição,[108] na manutenção de uma espécie de frente única neoliberal com Bolsonaro.

---

[104] Inicialmente havia negociações em torno do nome de Mozar Ramos, do Instituto Ayrton Senna (IAS), para ocupar o ministério da Educação. Segundo o próprio Mozar, o convite teria sido feito por Bolsonaro. No entanto, em reação às manifestações da base evangélica, que queriam um representante das pautas conservadoras, Bolsonaro voltou atrás e negou que teria feito o convite e afirmou que se tratava de *fake news* (Disponível em: https://exame.com/brasil/mozart-neves-fui-convidado-para-o-mec-bolsonaro-disse-que-foi-fake-news/. Acesso em: 01 nov. 2024).

[105] Blog do Freitas. "MEC reúne secretários e entidades do terceiro setor". (Disponível em: https://avaliacaoeducacional.com/2019/04/30/mec-reune-secretarios-e-entidades-do-terceiro-setor/. Acesso em: 30 maio 2024).

[106] Esta lei foi revogada pelo governo Lula pela Lei nº 14.6012023 (Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14284.htm. Acesso em: 31 maio 2024).

[107] Reportagem intitulada "Empresária da educação, irmã de Paulo Guedes defende universidades fora da alçada do MEC" (Disponível em: https://esquerdadiario.com.br/spip.php?page=gacetilla-articulo&id_article=26257. Acesso em: 31 maio 2024).

[108] Teoria e Debate. "Frente única burguesa sustenta Bolsonaro" (Disponível em: https://teoriaedebate.org.br/2020/08/13/frente-unica-burguesa-sustenta-bolsonaro/. Acesso em: 30 maio 2024).

Contudo, a escalada autoritária e o *modus operandi* de contínua instabilidade política inflamada por Bolsonaro, somada a sua incapacidade de construir consensos com setores mais abrangentes, colocaram em risco o reestabelecimento da economia brasileira no contexto pós-pandêmico. É nesse cenário que ocorre uma espécie de ruptura entre Bolsonaro e frações do empresariado, a partir do manifesto "Em defesa da Democracia e da Justiça",[109] articulado pela Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) e assinado por inúmeras instituições empresariais, como a Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (Fecomércio), Federação Nacional de Saúde Suplementar (Fenasaúde), Grupo de Institutos e Fundações de Empresas (Gife) e Todos pela Educação (TPE). Além de contar com a assinatura de diversos sindicatos, associações, universidades, ONGs, artistas, políticos, juristas etc.

Sobre a incapacidade de construir consensos, em especial na educação, a posição do movimento Todos pela Educação (TPE) foi paradigmática, visto que a princípio se manifestou com certa parcimônia em relação ao governo Bolsonaro, limitando-se às críticas do foco governista às guerras ideológicas[110] ou às situações mais pontuais. Apenas em 2022, último ano de mandato, observou-se um volume maior de notas públicas e posicionamentos mais duros em relação àquele governo, como o caso da análise realizada pelo TPE, intitulada "Quatro anos de descaso com a educação".[111]

Leher (2019, p. 9) infere que

> É perceptível uma contradição estrutural entre a agenda do bloco no poder e a do núcleo ideológico. O bloco defende uma pauta ultraliberal sustentada por forças autocráticas, mas não quer abraçar a difusão do irracionalismo nem do antissecularismo, característicos da Escola Sem Partido, conjugados com o fundamentalismo religioso. Essa não é a pauta da escola capitalista no século XXI.

Nesse sentido, ficou explícito o descompasso entre as demandas estruturais de recomposição do processo de acumulação via sujeição do trabalho ao capital e a tônica superestrutural neoconservadora na área educacional. Visto dessa maneira, se a contrarreforma neoliberal pôde ser entendida como a *restauração* do livre mercado, isto é, o predomínio do velho sobre o novo, a tentativa de aprofundamento da contrarreforma educacional guiada pela

---

[109] Conferir documento "Em defesa da democracia e da justiça" (Disponível em: https://static.poder360.com.br/2022/08/integra-carta-fiesp-democracia.pdf. Acesso em: 30 maio 2024).

[110] "Para o Brasil crescer, precisamos melhorar os resultados educacionais e não de guerras ideológicas", Priscila Cruz (TPE) (Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/noticias/para-o-brasil-crescer-precisamos-melhorar-os-resultados-educacionais-e-nao-de-guerras-ideologicas-afirma-priscila-cruz/. Acesso em: 30 maio 2024).

[111] Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/noticias/mec-jair-bolsonaro-descaso-com-a-educacao-basica/. Acesso em: 30 maio 2025.

dimensão dogmática neopentecostal e olavista visava fazer preponderar o arcaico sobre o velho, reconduzindo a superestrutura a um passado muito mais remoto e, portanto, suprimindo as condições para a geração de uma sociabilidade compatível com o capitalismo do século XXI.

Diante de um cenário em que se anunciava uma escalada golpista, somado às preocupações populares com o avanço da destruição ambiental, educacional e de outras ordens, em um possível segundo mandato de Bolsonaro e, sobretudo, incluindo as necessidades burguesas de reestabelecimento do desenvolvimento econômico e da formação de capital humano ajustada ao capital, a frente amplíssima (mais do que 2002) liderada por Lula da Silva (PT) e Geraldo Alckmin (PSB) venceu o difícil pleito de 2022.

Em que se pese a importância histórica da vitória contra os arroubos autoritários de Bolsonaro, as contradições do governo Lula transbordaram logo no processo de transição de governo, o qual se observou no anúncio da composição de grupos técnicos e os seus coordenadores a presença expressiva de nomes vinculados às fundações e institutos empresariais. Além disso, como atividade da transição presidencial, Fernando Haddad (PT) reuniu-se com alguns empresários, como Jorge Paulo Lemann (Fundação Lemann), Neca Setúbal (Fundação Itaú), Priscila Cruz (TPE) e Cláudia Constin (FGV), para discutir os rumos da educação brasileira.[112]

Reestabelece-se, assim, o período de "radicalização democrática", na qual é nítida as prerrogativas de grupos empresariais educacionais nos debates e na incidência sobre as políticas de educação. Lembramos que uma das primeiras medidas do governo Lula, em 2023, foi a recriação do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS),[113] espaço de "concertação" revogado por Temer.

A indicação de Camilo Santana (PT) como titular da pasta de Educação revela as intenções de aproximação do governo petista com as fundações empresariais, visto que, enquanto chefe do executivo estadual, aprofundou o modelo de educação privatista de Sobral no Estado do Ceará. Sobral que fora chamada de "Cingapura brasileira" por gestores da Fundação Lemann.

---

[112] Matéria intitulada "Para quem os sinos se dobram no grupo de Transição Presidencial no campo da educação" (Disponível em: https://esquerdaonline.com.br/2022/11/15/para-quem-os-sinos-dobram-no-grupo-de-transicao-presidencial-no-campo-da-educacao/. Acesso em: 30 maio 2024).

[113] Reportagem da Agência Brasil intitulada "Lula assina decreto que recria Conselhão" (Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2023-05/lula-assina-decreto-que-recria-o-conselhao#:~:text=O%20presidente%20Luiz%20In%C3%A1cio%20Lula,mais%20diversos%20segmentos%20da%20sociedade. Acesso em: 30 maio 2024).

Também do Ceará, Isolda Cela Arruda foi fortemente recomendada pelo TPE assumindo, então, a Secretaria Executiva do MEC. Isolda mantém fortes vínculos também com a Fundação Lemann, que financiou a formação de seu esposo, Veveu Arruda, ex-prefeito de Sobral. Outros nomes como Katia Schweickardt (integrante da Fundação Lemann), empossada como Secretária de Educação Básica do MEC, Getúlio Marques, da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica e Manuel Palácios, presidente do Inep, também são conhecidos pelos vínculos com entidades privatistas.[114]

As contradições ficam ainda mais explícitas quando a secretária de Educação Básica, Kátia Schweickardt, convidou a Associação MegaEdu, instituição financiada pela Fundação Lemann, para operar dentro do MEC (via acordo de cooperação)[115] na formulação da "Estratégia nacional de Educação Conectada" lançada no dia 26 setembro de 2023, pelo presidente Lula. Além de ganhar o poder de opinar sobre a conexão das escolas públicas à internet, a MegaEdu ganhou uma cadeira no Conselho Gestor do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), entidade que define a alocação de recursos bilionários em projetos de redes de conexão à internet.[116]

Todo esse cenário revela o processo de aprofundamento das reformas do Estado que criou as bases e ampliou as possibilidades de participação privada no aparelho estatal, da concepção à execução de políticas públicas. Mesmo que no governo Bolsonaro a atuação empresarial no MEC tenha exercido um papel menos protagonista, em função da força do núcleo ideológico, esse não foi o caso nas esferas municipais e estaduais. Assim, notabilizou-se um crescente aumento das fundações privadas e das associações sem fins lucrativos (Fasfil). Só entre 1996 e 2005 o crescimento foi de 215,1%, (Neves, 2010). Em 2024, o número absoluto dessas fundações e associações chegou a 879.326, de acordo com o Mapa das Organizações da Sociedade Civil.[117]

---

[114] Matéria com o título "MEC do governo Lula: educação à serviço da iniciativa privada" (Disponível em: https://www.esquerdadiario.com.br/spip.php?page=gacetilla-articulo&id_article=55110. Acesso em: 30 maio 2024).

[115] Extrato do Acordo de Cooperação entre a Associação MegaEdu e MEC (Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/extrato-de-acordo-de-cooperacao-502846204. Acesso em: 31 maio 2024).

[116] Matéria intitulada "Lula abre espaço para Grupo Lemann influenciar decisões de R$ 6,6 bilhões na educação" (Disponível em: https://politicalivre.com.br/2023/09/lula-abre-espaco-para-grupo-de-lemann-influenciar-decisoes-de-r-66-bilhoes-na-educacao/#gsc.tab=0. Acesso em: 31 maio 2024). Reportagem com o título "Lemann, Abílio Diniz, Moreira Salles, Pedro Passos, Luiza Trajano e fundos norte-americanos influenciam MEC na conexão nas escolas" (Disponível em: https://capitaldigital.com.br/lemann-abilio-diniz-moreira-salles-pedro-passos-luiza-trajano-e-fundos-norte-americanos-influenciam-mec-na-conexao-de-escolas/. Acesso em: 31 maio 2024).

[117] Disponível em: https://mapaosc.ipea.gov.br/mapa. Acesso em: 30 maio 2024.

Tal participação foi galgada pela atuação empresarial coletiva e organizada no processo de reestruturação do Estado brasileiro. Assim, por meio dos aparelhos privados de hegemonia, as frações empresarias vinculadas às empresas, indústrias, bancos e associações patronais foram conquistando espaço na trincheira das políticas públicas, como no caso do Movimento Brasil Competitivo (MBC), criado em 2001 e ampliado nos anos seguintes sob a liderança dos empresários Jorge Gerdau Johannpeter (Grupo Gerdau), Élcio Anibal de Lucca (Serasa *Experian*), Edson Musa (Caloi), Antônio Maciel Neto (Grupo Itamaraty, Ford, Suzano e Papel Celulose) e outros (Martins, 2019), o movimento constituiu um verdadeiro esforço do empresariado para engajar e difundir o ideal de aumento da competitividade do país.

Em seguida, damos enfoque na atuação do empresariado na concepção, sistematização, execução e difusão de políticas educacionais no estado do Espírito Santo. Nesse caso, o Meesa ocupa lugar privilegiado e, por isso, adiante debruçamo-nos sobre o nosso objeto de pesquisa.

2. O MOVIMENTO EMPRESARIAL ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO: A ORGANIZAÇÃO ASSOCIATIVA PATRONAL E EMPRESARIAL

2.1 CONTEXTO POLÍTICO E ECONÔMICO DA ATUAÇÃO INICIAL DO MEESA

O Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação (Meesa) foi institucionalizado em 2003, sob o apoio político do ex-governador Paulo Hartung (PSB). Tal movimento foi concebido em meio a um contexto de crise político-econômico-institucional no Estado capixaba (Rainha, 2012), dos anos de 1990 ao início dos anos 2000, "[...] produzida por diversos escândalos de corrupção e até pela significativa penetração do crime organizado nos espaços de poder, envolvendo importantes autoridades políticas e agentes públicos dos mais diversos setores da administração estadual" (Oliveira; Lírio, 2017, p. 275).

Tal situação de crises que caracterizaram o panorama político-institucional capixaba daquele período, iniciara-se no governo de Gerson Camata (1983-1986), do PMDB, e fora, progressivamente, exacerbando-se nos governos ulteriores de Albuíno Azeredo (1991-1994), do Partido Democrático Trabalhista (PDT) e de Vitor Buaiz (1995-1998), do Partido dos Trabalhadores (PT). A situação se tornou insustentável no governo de José Ignácio Ferreira (1999-2002), do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), que esteve diretamente envolvido em acusações criminais realizadas pelo Ministério Público do Espírito Santo (MPES). Incluem-se, ainda, as acusações que pesavam sobre as principais lideranças da Assembleia Legislativa do Espírito Santo (Ales) e que, por isso, solaparam o ambiente político-institucional do Estado naquele contexto (Rainha, 2012).[118]

Conforme observa Rainha (2012, p. 75),

> No Espírito Santo houve um fortalecimento pernicioso do Legislativo, devido à concentração de poder de algumas figuras parlamentares que passaram a utilizar o 'poder de chantagem para espoliar o Executivo. O Legislativo inverteu a lógica que corresponde ao modelo típico em que cabe ao Executivo definir as estratégias de negociação com o Legislativo. Os parlamentares, através de projetos cuja constitucionalidade era questionável, chegaram até mesmo a "usurpar" a atribuição do Executivo de legislar sobre tributação.

Rainha (2012) salienta que não houve um fortalecimento do poder Legislativo como um todo, mas sim o fortalecimento estrito de lideranças internas do parlamento estadual, caracterizadas por serem predatórias e conservadoras. Este ambiente de insegurança institucional, somado às desconfianças com as representações tradicionais (Federações, por

[118] Para maior detalhamento do contexto referido, conferir o trabalho de Rainha (2012).

exemplo) inseridas naquele contexto político, contribuiu para a reorganização de frações do empresariado em um outro modelo de representação.

Em entrevistas[119] com membros-fundadores, pode-se perceber as preocupações das frações empresariais com as dificuldades que o referido contexto demandava dentro da lógica das representações tradicionais.[120]

> Esse grupo [de corrupção], que dominava Executivo, Legislativo e Judiciário, e os impasses das instituições, acabou também ingressando na representação empresarial (E1).

> Naquele momento nós tínhamos saído de um processo de eleição na Findes que foi muito marcante porque houve uma interferência do Governo do Estado com seu secretariado, [com] o Banco do Estado [Banestes] com o Banco de Desenvolvimento [Bandes], esse povo todo, Tribunal de Contas, a Assembleia, todo mundo se meteu na eleição da Federação das Indústrias no ano 2000 e isso criou uma reflexão de até onde isso era uma coisa boa para o estado. E a conclusão, é claro, [foi] que não era... e que de alguma maneira isso poderia acontecer em outras entidades e que era preciso criar uma entidade que fosse uma reação e que ficasse imune a esse tipo de interferência externa (E3).

Assim, o Meesa nasceu (em 2003) a partir da necessidade de as frações de classe burguesa capixaba participar do poder de forma sistematizada, buscando alternativas ao modelo tradicional corporativista (federações e confederações). Cabe ressalvar que, a despeitos das críticas tecidas às representações clássicas, o Meesa procura adotar a estratégia de não atuar se sobrepondo à atuação de outras organizações empresariais, na medida em que entendem os problemas implicados,[121] quais sejam: o risco de rivalidade e inviabilização de alianças (Rainha, 2012) que, por seu turno, poderiam enfraquecer a própria classe. Este fato revela o nível de consciência de solidariedade entre as frações de classe dominante na busca pela construção e manutenção da hegemonia.

---

[119] As entrevistas utilizadas neste trabalho identificadas por E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8 e E9, bem como as identificadas por DSC (Discurso do Sujeito Coletivo) foram retiradas, respectivamente, dos trabalhos de Rainha (2012), com entrevistas realizadas em 2010, e das pesquisadoras Gonçalves, Patez e Zorzal e Silva (2011), com entrevistas realizadas entre 2008 e 2009. Em todos os dois casos, os entrevistados foram identificados como membros-fundadores e formuladores/intelectuais do movimento. Entende-se por DSC uma metodologia que visa representar o discurso coletivo (institucional, no caso do Meesa), a partir de uma construção realizada pelo pesquisador que adiciona ou destaca trechos de diferentes discursos, com o intuito de dar coesão e ênfase às ideias predominantes dentro do grupo (Ideia central e Expressões-chave) (Gonçalves, Patez; Zorzal e Silva, 2011).

[120] Uma das lideranças envolvidas em escândalos foi José Carlos Gratz (Partido da Frente Liberal, PFL), reeleito em 2002, teve o registro da candidatura cassado pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE-ES), por compra de votos e envolvimento com o crime organizado. Em 2003, o Tribunal Superior Eleitoral confirmou a cassação do registro

[121] O "*Movimento* tem essa preocupação de não interferir naquilo que é específico de outras instituições" (E2) (Rainha, 2012).

Destacam-se, ao menos, dois aspectos daquele contexto: como já demonstrado no capítulo anterior, observam-se as mudanças legais e reformas institucionais que criaram condições para uma maior participação da pretensa *sociedade civil ativa* no aparato estatal, nos moldes da Terceira Via; em função disso, nota-se a emergência de novas representações empresariais, sem a verticalização e enrijecimento das estruturas corporativas tradicionais, aptas à participarem da também pretensa *radicalização democrática*, nos termos postos por Giddens.

Ora, para compreender como ganham força esses aspectos no cenário capixaba, torna-se relevante considerar certas peculiaridades históricas que se estendem para além de uma crise política circunscrita a um mandato do Executivo estadual. Os governos capixabas que transcorreram a década de 1990 e início dos anos 2000 – Albuíno de Azeredo (1991-1994), Vítor Buaiz (1995-1998) e José Inácio (199-2002) – seguiram, em consonância com o que ocorria no país, a cartilha de reforma do Estado, por meio de ajuste fiscal que garantisse o repasse financeiro aos capitais privados, em especial via o Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap), fundo constituído por 9% do ICMS, gerido pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes) (Mascarenhas, 2014). Contudo, essa política não logrou êxito e desembocou em uma "desordem instalada" (Aequus Consultoria, 2010) com deterioração das contas públicas:

> Em suma, comparando-se o desempenho fiscal dos estados brasileiros com o do Espírito Santo, nota-se que, entre os anos de 1995 e 1999, a situação do governo capixaba foi de maior deterioração das contas fiscais. A despeito da despesa com pessoal ter permanecido praticamente estagnada no Espírito Santo, enquanto na média dos estados ela cresceu 6% ao ano, a menor expansão da RCD [receita corrente líquida] (1,2% ao ano nesse período) condicionou o seu resultado orçamentário. O déficit orçamentário como proporção da RCD no Espírito Santo atingiu -20,5%, na média desse período, patamar bem superior ao observado no total dos estados brasileiros [...]. Esses fatos demonstram que, se parte das dificuldades fiscais do Estado do Espírito Santo devia-se ao contexto macroeconômico brasileiro, sua deterioração fiscal foi resultado da aplicação de políticas orçamentárias e financeiras inadequadas e fora de sintonia com o novo ambiente econômico (Pires, 2010, p. 27).

Tal contexto fomentou uma crise de representatividade política. Contudo, essa crise não adveio apenas da não confiança na competência dos governantes ou do discurso de ineficiência do aparelho de Estado, assumido por Pires (2010) no término da citação anterior. Em especial, no final da década de 1990, o Estado capixaba passou a viver o que tem sido chamado de terceiro ciclo de seu desenvolvimento, assentado, de forma central, na produção de *commodities*, principalmente petróleo e gás natural (Aequus Consultoria, 2010; Pires, 2010).

Segundo Pires (2010, p. 230),

> Enquanto as reservas do Brasil aumentaram 44% entre 2000 e 2009, a uma taxa média de 4% a.a., as reservas do Espírito Santo aumentaram 1.900%, a uma taxa média de 96% a.a. [...] Em relação ao gás natural, o Estado contribui com 13% das reservas nacionais. É possível notar [...] que as reservas cresceram em proporções similares, cerca de 470% no Espírito Santo e de 355% no Brasil, entre 2000 e 2009.

As mudanças na regulamentação da extração e produção de petróleo e gás também aumentaram o pagamento de *royalties* e participações especiais sobre essas atividades, favorecendo as contas públicas capixabas:

> Entre 1999 e 2009, foram arrecadados um total de R$ 58,1 bilhões em royalties e R$ 58,7 bilhões em participações especiais. Do total de R$ 116,8 bilhões arrecadados no período em royalties e participações especiais, R$ 71,4 bilhões foram distribuídos a estados e municípios, ou seja, 61% dos recursos, e os R$ 45,4 bilhões restantes ficaram a cargo da União. Essa transformação no setor petrolífero resultou em um grande crescimento da participação do governo nas receitas do setor, e o Espírito Santo é um dos estados que mais se beneficiou com a expansão dessa atividade no país. Entre 1999 e 2009, o Estado e os municípios capixabas arrematataram cerca de 4% das receitas de royalties e participações especiais distribuídas entre estados e municípios, ou seja, cerca de R$ 2,3 bilhões (Pires, 2010, p. 241).

Dessa maneira, a exploração de petróleo e gás no Espírito Santo ganha elevo e gera uma massa adicional de arrecadação aos cofres públicos estaduais a partir do final da década de 1990. Nesse novo contexto, Mascarenhas (2014) evidencia que a chamada *crise de representatividade* expressou o descompasso entre economia e política, próprio da contradição orgânica do capital entre as relações sociais e o desenvolvimento das forças produtivas, mas com contornos locais. A gestão do Estado capixaba ficou refém de representantes organicamente ligados aos interesses elitistas, vinculados à manutenção de relações sociais clientelistas e coronelistas, enquanto as forças produtivas avançaram e deixaram de orbitar em torno de interesses agroexportadores e de industriais locais.

No limiar dos anos 2000, o Espírito Santo enfrentava o clímax desse descompasso, o que comprometia tanto o desenvolvimento político, como econômico do estado.

> [...] o quadro de crise política e econômica e de ausência de estratégias de desenvolvimento por parte do poder público teve impactos nos rumos da economia estadual e, consequentemente, em seus empreendimentos. O Estado encontrava-se em dificuldades financeiras e administrativas que inviabilizavam a expansão e até mesmo a permanência de grandes empresas no Espírito Santo. A falta de investimento em infraestrutura, somada às práticas abusivas do poder público, levou algumas empresas a transferirem suas sedes para outros estados afetando as empresas locais que integravam aquelas cadeias produtivas. [...] Alguns atores relevantes do cenário econômico, interessados em participar da construção desse novo projeto político, concluíram que as mudanças desejadas passariam necessariamente pela derrota do grupo político à frente do Poder Executivo e do Poder Legislativo (Rainha, p. 177-178).

Configura-se, dessa maneira, uma disputa entre frações empresariais no ES pela representatividade política, mais propriamente, um confronto sobre o domínio da sociedade política.

Essa disputa entre frações empresariais ganhou expressividade no campo político, tendo como palco o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) no Espírito Santo por meio da rivalidade entre os chamados "grupo jovem" e "grupo antigo", iniciada durante as prévias para a eleição para o governo do Estado em 1998. A ala jovem, liderada por Paulo Hartung, opunha-se ao "grupo antigo", liderado por José Inácio, que ganhou as prévias no partido e elegeu-se como governador do Estado. Nesse momento, Paulo Hartung abandonou o PSDB. Por sua vez, com o posterior desgaste político e a ameaça de *impeachment* de José Inácio, o PSDB capixaba foi obrigado a passar por uma reconfiguração interna, em decorrência da intervenção ocorrida, à época, pelo diretório nacional do partido. Como consequência, expulsa-se do PSDB local sua ala antiga, capitaneada pelo governador José Inácio (Pestana, 2011).

A constituição do Meesa, portanto, se insere em um contexto local, nacional e internacional de reorganização das frações empresariais, dentro de uma necessidade de recomposição burguesa no seio do aparato estatal. Isso ocorreu mediante a disputa hegemônica entre classes e frações de classes, sob a qual predominou o consenso sobre o modelo de Estado gerencialista sob os marcos do neoliberalismo de Terceira Via.

Inserido nesta conjuntura, antes de sua institucionalização, o Meesa já estava, em 2002, "[...] delimitado no campo das ideias" (E1). Assim, um grupo composto por Sérgio Rogério de Castro, João Gualberto Moreira Vasconcellos, José Luiz Soares Orrico, Orlando Caliman, Carlos Lindenberg Filho e Carlos Lindenberg Neto, a partir de conversas foram, informalmente, convidando indivíduos que se alinhavam com as diretrizes traçadas de forma incipiente (Rainha, 2012).

Naquele ano, Paulo Hartung (PSB), candidato ao governo do estado do Espírito Santo, buscou apoio e legitimidade política junto aos movimentos capixabas que se organizaram em prol de uma "moralização institucional" contra a violência, a impunidade e o crime organizado, como: Movimento Reage ES; Ong Transparência Capixaba; Ministério Público Estadual-ES (MPES); e Imprensa (Rainha, 2012).

Nas entrevistas, é possível notar os contornos que a escolha e a mobilização em torno do nome de Paulo Hartung carregavam:

> Houve um apoio explícito à campanha do Paulo Hartung, como uma solução possível, e houve um apoio explícito ao projeto do Paulo Hartung. Porque aquele documento

> que deu origem ao *Espírito Santo em Ação*, [Espírito Santo Competitivo], apontava três pontos principais: **faltava ao estado um projeto econômico, faltava ao estado uma liderança capaz de tocar esse projeto** [...]. (E1. Grifos nossos).

> Não, nós não colocamos o Paulo Hartung. Nós apoiamos a escolha do Paulo Hartung, porque também a classe política [empresarial] se ressentia de uma desmoralização que tava crescente, (...) simplesmente, esse grupo apoiou a candidatura do Paulo: articulou junto ao meio empresarial – pediu um apoio – todas as lideranças, que a gente tinha contato com as lideranças religiosas e tudo, tudo fazendo a cabeça para a gente sair daquela crise violenta que tinha naquela época. Foi isso. (E4).

Dessa maneira, percebe-se que Paulo Hartung foi a liderança escolhida para dirigir o aparato estatal em consonância com as demandas do novo bloco no poder que agregou frações da classe burguesa capixaba (Leal; Lima, 2021). Poulantzas (1977) apresenta o conceito de bloco no poder como a expressão, em determinado período histórico capitalista, das relações entre as frações da classe dominante e o Estado. Desse modo,

> [...] a relação entre, por um lado, um jogo institucional particular inscrito na estrutura do Estado capitalista, jogo que funciona no sentido de uma unidade especificamente política do poder de Estado [e, por outro lado] uma configuração particular das relações entre classes dominantes: essas relações, na sua relação com o Estado, funcionam no seio de uma unidade política específica recoberta pelo conceito do bloco no poder (Poulantzas, 1977, p. 224).

Nesse sentido, o bloco no poder é compreendido como a constituição de uma unidade contraditória das frações de classe que, conscientes do seu lugar dentro das relações sociais capitalistas, mantém uma posição política unitária de classe, mesmo diante de interesses setorizados. Assim, organizados em bloco e sob a liderança de frações hegemônicas, conseguem dirigir as ações sobre o Estado, ao passo em que também levam em consideração os interesses específicos de cada fração constituinte do bloco (Leal; Lima, 2021; Bugiato, 2014).

Desse modo, com franco apoio das frações do empresariado estadual e sob fortes ideias gerencialistas de administração pública, com enfoque em equilíbrio fiscal e moralização das instituições, Paulo Hartung (PSB) articulou uma ampla coalizão denominada *Competência para Mudar*[122] e conseguiu congregar o consenso, sendo eleito governador naquele pleito de 2002 com 54% dos votos no primeiro turno (Zorzal e Silva, 2010).

Com uma ampla base de apoio, Paulo Hartung foi celebrado como representante das forças de mudança e da eticidade. Em tom celebratório, Magalhães e Ribeiro (2009, p. 11-12) afirmam:

[122] Estavam na composição da coalizão: PSB, PSD, PSC, Prona, PT do B, PV, PAN, PSL e PHS. Somaram-se, ainda, frações do PMDB, PTB, PPS, PMN e PC do B (Zorzal e Silva, 2010).

> [...] o terceiro ciclo de desenvolvimento do Espírito Santo teve início efetivamente apenas com o choque ético da gestão do governo recente (gestão de Paulo Hartung), que reorganizou as finanças e a administração estadual, propiciando um período de estabilidade que tem permitido um desenvolvimento econômico mais sólido e diversificado para o Estado.

A vitória de Hartung nas eleições de 2002 iniciam a sua sucessão de mandatos como governador do Estado de 2003 a 2010 e, depois, de 2015 a 2018. Segundo Palassi Filho (2016, p. 74),

> [Ele] Administrou o Estado do Espírito Santo de 2003 a 2011 utilizando-se da tecnocracia e do modelo de gestão pública gerencialista, conformando-se ao projeto neoliberal orientado pela burguesia. Aproveitando-se das verbas advindas da compensação dos royalties do petróleo e da composição com um PT lulista já absorvido pelos ideários neoliberais e utilizando-se de um discurso de combate ao crime organizado, Paulo Hartung consolidou sua hegemonia política nas demais instituições regionais, notadamente na Assembleia Legislativa e Tribunal de Contas, expurgando do núcleo de poder local políticos considerados fisiológicos, que atuavam consoante o *modus operandi* da política capixaba dos anos 1990.

Desde o primeiro mandato (2003/2006), Paulo Hartung tratou de reforçar a coalizão, com o intuito de garantir e exercer o poder sobre o processo legislativo estadual. Assim, foi responsável por articular a eleição da presidência da Ales[123], conseguindo a manutenção do controle sobre as pautas legislativas (Zorzal e Silva, 2010).

Cabe destacar que o contexto econômico deste primeiro momento é marcado pelo crescimento econômico da economia brasileira, muito em virtude do *boom* das *commodities*, da descoberta do petróleo da camada Pré-Sal e das políticas econômicas do governo Lula (2003/2010). Com isso, o governo Paulo Hartung contou com negociações com o Executivo Federal via adiantamento de *royalties* do petróleo, para levar adiante os seus propósitos gerencialistas de saneamento das finanças públicas (Zorzal; Silva, 2010).

Politicamente, Paulo Hartung conseguiu centralizar o processo político decisório e, também, por isso, o Meesa passou a direcionar e canalizar as suas demandas para o Executivo estadual em detrimento do Legislativo (Rainha, 2012). Esse ponto é uma marca contínua dos seus governos: a autoritária relação com o legislativo, limitando e cerceando a atribuição legal dos deputados estaduais de fiscalização do Executivo.

É interessante que a alcunha de imperador[124], que inicialmente esteve vinculada, pela mídia liberal, à quase unanimidade de Paulo Hartung na cena política capixaba, foi se

---

[123] Paulo Hartung articulou e garantiu a eleição de Cláudio Vereza (PT) para a Presidência da Ales (2003/2005), conseguindo repetir o feito nas eleições subsequentes durante o segundo mandato.

[124] Reportagem da Revista Época intitulada "O imperador do Espírito Santo" (Disponível em: https://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR83754-6009,00.html. Acesso em: 23 mar. 2024).

transformando em uma denominação coerente com o autoritarismo desempenhado pelo governador tanto no trato com o Legislativo Estadual, quanto à sua intransigência na condução das políticas de austeridade quanto às demandas do funcionalismo público e da população.

As contradições desse processo são diversas, a começar pelo forte discurso de choque ético e a pauta de combate à corrupção. Esta é uma parte da realidade. É, portanto, a sua aparência (Mascarenhas, 2020). Sobre isso, concordamos com Mascarenhas (2020, p. 190):

> Se é fato que o governo Hartung reorganizou as finanças públicas e as relações políticas no Espírito Santo, não se pode desconsiderar que tais providências foram tomadas tendo como palco uma verdadeira desordem social, permeada pela desigualdade social profunda, em que a expansão da riqueza estava lado a lado com sua concentração e que não fora solucionada nem amenizada. Assim, a aparente solução de alguns problemas leva-nos à essência dos fatos, no qual o governo figura como propulsor da crença na *resolução da desordem instaurada* e que o identifica como *autor* dessa r*esolução*.

Nesse sentido, o enfrentamento dos problemas enfatizados pela visão hegemônica (crise institucional, corrupção, imoralidade etc.) deveria ocorrer pautado por um modelo de desenvolvimento construído e dirigido por forças sociais hegemônicas. Tal modelo deveria engessar o Estado nas diretrizes de equilíbrio fiscal, com cortes de despesas a despeito dos efeitos nefastos que tais medidas afetariam os serviços públicos, os servidores e toda a população.

Por um lado, o governo controlou as despesas com servidores e outras demandas com severidade e austeridade, como salienta Haroldo Rocha, ex-secretário de Estado da Educação do governo Paulo Hartung, ao dizer que "Nesses oito anos de governo, o govenador controlava com mão de ferro a realização de concursos"[125], mantendo elevados percentuais de trabalhadores em Determinação Temporária (DT), sujeitos a todo o tipo de vulnerabilidade. Por outro, é notória a contradição na ingerência de sua administração pública ao desperdiçar R$25 milhões (valor em 2005)[126] na construção de um posto fiscal em Mimoso do Sul, no exato momento em que outros estados estavam desativando este serviço, em função da adoção da nota fiscal eletrônica. Nota-se que dois anos depois, em 2007, o estado do ES passa a adotar a nota eletrônica e, em 2009, por decreto, Paulo Hartung opta por encerrar a obra, desperdiçando uma quantia milionária de dinheiro público.[127]

---

[125] Entrevista retirada da matéria da Revista Piauí, intitulada "Peixe Grande: o segredo do ajuste no Espírito Santo e a volubilidade política de Paulo Hartung". (Disponível em: https://piaui.folha.uol.com.br/materia/peixe-grande/. Acesso em: 23 mar. 2024).

[126] Valor corrigido pelo IGP-M (2024) estimado em R$ 84.125.390,00.

[127] Mesmo diante de uma explicação pífia à Justiça de que com o sistema de fiscalização modernizado a obra não mais se justificaria, a juíza da 3ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública Estadual, Telmelita Guimarães Alves, aceitou os argumentos da defesa. Matéria do Jornal Século Diário sob o título de "'Posto Fantasma' cheira a dendê"

A atuação do Meesa, nessa conjuntura, foi a de buscar "[...] reforçar a legitimidade do projeto do governo Paulo Hartung, auxiliando-o no controle da Assembleia e na conquista da população" (Rainha, 2012, p. 124). Desse modo, as frações da classe dominante que compunham o bloco no poder construíram toda uma estrutura fortificada, com adarves nos quais as suas forças midiáticas conseguiram blindar o governo, seus recursos financeiros foram utilizados para reestruturar órgãos públicos e os seus prepostos técnicos foram colocados à disposição para fortalecer o encastelamento do imperador na direção do projeto de desenvolvimento sustentado da economia capixaba.

A entrevista de um dos membros-fundadores do Meesa concedida à Gonçalves, Patez e Zorzal e Silva (2011) ajuda a ilustrar tais elementos daquela realidade.

> Quando nós começamos, em curto prazo, nós tivemos uma visão absolutamente política, ou seja, era preciso ajudar a vencer aquele quadro que estava montado no ES: de uma Assembléia Legislativa de péssima qualidade, de um Governo estadual envolvido na corrupção, enfim, era preciso orientar, discutir, ter uma ação conjunta para, no campo da política, a gente superar essa crise de representação. Um segundo movimento no início da primeira gestão do governador Paulo Hartung, a instituição achou que o caminho era dar um apoio ao governo estadual. Então nós, em muitos momentos, ajudamos a reconstruir instituições. Por exemplo, toda a área ambiental do governo do estado estava entregue ao que havia de mais grave no estado, em termos de corrupção: IBAMA, IEMA, tudo isso. Havia um sucateamento físico disso: falta de computador, falta de tudo. Então, no primeiro momento, em áreas específicas, foi dado suporte financeiro e tecnológico e gerencial, para que algumas coisas pudessem acontecer. E isso aconteceu também na reforma do sistema carcerário, que era uma crise muito grande, na compra de alguns equipamentos hospitalares. Nós ajudamos no Dório Silva, na construção do presídio de Cachoeiro, na compra de equipamentos para a secretaria de segurança, aquele CIODES. Depois o estado se organizou financeiramente e a gente passou a ser parceiros em projetos de desenvolvimento (DSC: entrevistas realizadas entre outubro/2008 e janeiro/2009).

Em sua análise, Rainha (2012) dá margens a uma interpretação de que a relação entre o governo Paulo Hartung e o Meesa se tratava de uma comunhão de interesses conjunturais e que tanto o governador, como o empresariado teriam aproveitado as oportunidades que um e outro possibilitavam e que ocasionou a construção de um projeto de desenvolvimento. No entanto, como visto, houve uma construção de um consenso que elegeu um representante das frações dominantes para dirigir os negócios da burguesia no seio do aparato Estatal.

Apesar de o início da vida política (década 1970) de Paulo Hartung ser marcada pela militância no movimento estudantil e nas fileiras do Partido Comunista do Brasil (PCB-ES), no período de clandestinidade, em decorrência do ditadura civil-empresarial-militar, o histórico de Paulo Hartung diz muito sobre a sua ligação umbilical com as frações dominantes da burguesia

(Disponível em: https://www.seculodiario.com.br/colunas/posto-fantasma-cheira-a-dende. Acesso em: 24 mar. 2024).

interna e externa. Obviamente, tal ligação foi construída ao longo do tempo e pode ser entendida a partir da categoria gramsciana de *transformismo molecular*, isto é, quanto intelectuais dirigentes vinculados às classes subalternas se deslocam individualmente para a classe ou frações de classe conservadoras, mediante ao processo de cooptação (Gramsci, 2015, v. 5, C8, § 36).

Ao longo de sua vida na política institucional, as suas atividades, entre um mandato e outro, estiveram imbricadas com o empresariado. Por exemplo, atualmente (2024) Paulo Hartung é membro do Conselho de Administração da Vale S.A., presidente executivo da Indústria Brasileira de Árvores (IBÁ), integra o movimento Todos pela Educação (TPE), é membro do Conselho Consultivo do Renova Br e do Agora!, compôs o Conselho Consultivo de Educação do Estado de São Paulo, por indicação do Instituto Ayrton Senna no governo de João Dória, do PSDB (2019/2022), é ex-sócio da Éconos – Economia Aplicada aos Negócios Ltda, já foi membro do Conselho Administrativo da EDP Escelsa (2011/2014)[128] e detém parte de uma empresa familiar, a PPG Empreendimentos Imobiliários Ltda, criada em 2010 para tirar do seu nome o patrimônio herdado do pai, Paulo Pereira Gomes, e colocar no nome da ex primeira-dama, Cristina Gomes, ocultando da Justiça Eleitoral um patrimônio estimado em R$ 36 milhões, à época.[129]

Durante o seu segundo mandato (2007/2010),[130] o governador Paulo Hartung (PMDB) deu vazão a uma operação que alienou uma área de 5 mil metros quadrados à EDP Escelsa, por 1,9 milhões, mesmo com a avaliação do mercado sendo de 10 milhões de reais, conforme levantamento realizado pelo Jornal Século Diário. Curiosamente, ao término do 2º mandato do Executivo Estadual, o ex-governador passou a fazer parte do Conselho Administrativo da referida empresa. Além disso, também em 2011, Paulo Hartung se associou a José Teófilo (membro-fundador do Meesa) na empresa de consultoria Éconos. Tal empresa esteve envolvida

[128] Reportagem intitulada "Paulo Hartung repassa área a EDP Escelsa e vira Conselheiro da empresa" (Disponível em: https://www.seculodiario.com.br/justica/paulo-hartung-repassa-area-a-edp-escelsa-e-vira-conselheiro-da-empresa. Acesso em: 24 mar. 2024.).

[129] A matéria intitulada "O que Hartung quer esconder?", revelou que além da ocultação de uma mansão em Pedra Azul, Paulo Hartung, por meio da criação de uma empresa destinada a gerir o espólio do pai, ocultou 31 imóveis, com o intuito de evitar que o seu real patrimônio aparecesse na disputa eleitoral do pleito de 2014. (Disponível em: https://www.seculodiario.com.br/colunas/o-que-hartung-quer-esconder. Acesso em: 08 abr. 2024).

[130] No pleito de 2006, Paulo Hartung (PMDB) e o candidato a vice, Ricardo Ferraço (PSDB), compuseram a coligação Unidade Capixaba, envolvendo os dois partidos nos quais representavam, além do PFL e do PTB. Em relação à coligação do pelito do primeiro mandato, observa-se uma composição mais coesa ideologicamente. Em 2006, Paulo Hartung foi eleito com mais de 77% dos votos derrotando o principal opositor, Sergio Vidigal (PDT). No mesmo pleito, Renato Casagrande (PSB) foi o senador da república eleito pelos capixabas.

em repasses de recursos provenientes de empresas que foram beneficiadas em projetos desenvolvidos durante o 2º governo Paulo Hartung, como no caso da Rodosol. [131]

Toda essa construção emaranhada entre o aparelho estatal e a iniciativa privada coloca em alto relevo, além da hipocrisia no discurso anticorrupção, a unidade-distinção dialética entre a sociedade política (Estado estrito) e a sociedade civil que constitui o Estado Integral, hegemonizado e dirigido pelas frações empresariais. Trataremos, com detalhes, esse ponto na seção seguinte, a partir de alguns detalhes de organização interna do Meesa.

2.2 ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO EMPRESARIAL ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO

O Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação foi fundado por 16 empresários de diferentes setores e institucionalizado em 2003, sob o apoio político do ex-governador Paulo Hartung.[132]

O grupo fundador do Meesa é composto pelos seguintes sujeitos: Arthur Carlos Gerhardt Santos, engenheiro civil, diretor-presidente da Sereng e ex-governador do ES (1971-1975) pelo Arena, no período militar; Carlos Augusto Lira Aguiar, engenheiro químico, presidente da Aracruz Celulose (Fibria, atual Suzano); Carlos Fernando Monteiro Lindenberg Filho (Cariê), diretor da Rede Gazeta (maior emissora do estado); Ernesto Mosaner Júnior, engenheiro industrial, superintendente da Elkem; João Gualberto Moreira Vasconcellos, professor Emérito da Ufes, cientista político, sócio-diretor da empresa Futura; José Armando de Figueiredo Campos, engenheiro de minas, presidente da ArcelorMittal; José Luiz Soares Orrico, economista, sócio-diretor do Futura; José Teófilo de Oliveira, economista e consultor; Nelson A. de Saldanha, presidente da Cepemar; Nilton Carlos Chieppe, presidente da Viação Águia Branca; Orlando Caliman, economista, sócio e diretor da Futura, professor do Departamento de Economia da Ufes; Pedro Burnier, engenheiro agrônomo, presidente da Gaia Papaya; Sérgio G. Tristão, economista, presidente do Grupo Tristão; Sérgio Rogério de Castro,

[131] Reportagem intitulada “Empresa de Paulo Hartung recebeu dinheiro de donos da Terceira Ponte” (Disponível em: https://www.seculodiario.com.br/justica/empresa-de-paulo-hartung-recebeu-dinheiro-de-donos-da-terceira-ponte-diz-jornal . Acesso em: 24 mar. 2024.).

[132] Paulo Hartung foi eleito governador do Espírito Santo para o exercício de três mandatos: 2003-2007, pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB); 2007-2011 (reeleição), pelo Partido pela Mobilização Democrático Brasileira (PMDB); e 2015-2018, pelo PMDB. Deixamos para discutir os seus vínculos e atuações junto ao Meesa nos diferentes momentos que delineiam a atuação da organização na educação.

engenheiro mecânico, presidente da Fibrasa S. A.; Walter Lídio Nunes, engenheiro mecânico, diretor de operações da Aracruz Celulose (Fibria, atual Suzano) (Rainha, 2012).[133]

A construção do Meesa ocorreu sob a inspiração de organizações empresariais de Minas Gerais (Cresce Minas), do Ceará (Federação das Indústrias do Estado do Ceará) e de dois movimentos articulados por Jorge Gerdau Johannpeter: o Movimento Brasil Competitivo e a Ação Empresarial (Rainha, 2012).

Alguns dos membros-fundadores destacam que

> O Pacto do Ceará estreitou a ligação entre empresários e governantes e gerou uma estabilidade de regramento e uma estabilidade institucional (...) um projeto de alinhamento estratégico de longo prazo, que tirou o Ceará lá de baixo e o colocou em um nível completamente diferente. (E2).

> Quando nós tivemos a ideia do ES em Ação, fizemos um documento discutindo umas questões importantes da passagem dos empresários para o campo da política. Esse documento foi feito a várias mãos e mostra um ponto de inflexão no processo de desenvolvimento da economia do ES, em que os empresários, em função desses grandes negócios, teriam voltado as costas para o campo da política. Nós procuramos levantar, a nível de país e também de outros países, experiências de participação empresarial, um pouco da política, um pouco das ideias no campo da formulação de estratégias de transformação. Nós trabalhamos o caso do Ceará, o caso de Minas Gerais, de São Paulo, do Rio Grande do Sul, logicamente [a partir de] uma análise da situação política e institucional do Espírito Santo, e tudo isso deu origem a uma agenda, uma agenda do que fazer. Um dos pontos dessa agenda foi justamente a criação do movimento ES em Ação, que era um movimento de reação mesmo. Inicialmente, tinha um forte propósito político, que era mudar o cenário político e também mudar um pouco o cenário institucional, a começar com as instituições representativas, inclusive do próprio setor privado (DSC: entrevistas realizadas entre outubro/2008 e janeiro/2009).

Dessa forma, os membros-fundadores do Meesa extraíram elementos de cada experiência empresarial que passaram a ser constitutivos do movimento: seja pelo estabelecimento de um novo paradigma de desenvolvimento com base em "arranjos produtivos", embasados no modelo do movimento *Cresce Minas*, que influenciou o documento Espírito Santo Competitivo,[134] base para a atuação inicial do Meesa; seja da busca incessante e intensa da articulação política para ditar os rumos do Estado, com a estratégia de apoiar candidatos afinados com as suas proposições, como no caso do *Pacto do Ceará*; seja por meio da identificação de interesses comuns de frações empresariais, atuando na complementariedade das entidades setoriais de classe, a exemplo da *Ação Empresarial*; seja, ainda, pela busca das "[...] boas práticas de gestão" (E9) (Rainha, 2012, p.85), com vistas a desenvolver a

[133] As ocupações referem-se ao contexto de formação do Meesa, em 2002 e 2003.

[134] Documento intitulado "Espírito Santo Competitivo: uma estratégia de desenvolvimento com base em arranjos produtivos" (Caliman, 2002). O autor do documento é um dos membros-fundadores, professor de Economia na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Como não conseguimos, até o momento, ter acesso direto a esse documento, recorremos a sua descrição/citação por terceiros.

competitividade e a eficiência das organizações públicas e privadas, ao exemplo do *Movimento Brasil Competitivo* (MBC) (Rainha, 2012).

Para Rainha (2012, p. 85), "O cerne do Espírito Santo em Ação é a catalização dos interesses privados e a interlocução desses com o poder público". Notamos que tal marca é uma constante nesses 20 anos de atuação do Meesa (2003-2023). Entretanto, se no início o movimento atuava como "[...] formuladora de agenda substantiva, no sentido de elevar o empresariado como ator político com propósitos e projetos", ao longo do tempo, a atuação do movimento se complexifica e, sobretudo na educação, ganha contornos não apenas na formulação, mas também na execução e no acompanhamento de políticas e projetos públicos, como demostraremos mais à frente. Antes, todavia, cabe apresentar os objetivos, a missão, a visão institucional do Meesa.

Como se pode observar, os objetivos traçados inicialmente pelo Meesa revelam a profundidade das intencionalidades do movimento, pois procuram efetivar a

> [...] **participação ativa no processo de reflexão e de formulação de ações**, tendo como meta o desenvolvimento sustentável do Espírito Santo, abrangendo suas dimensões econômica, social e ambiental; promover **mudanças nas relações entre o setor público e o privado**, garantindo a prática da transparência e da ética bem como a ambiência adequada ao desenvolvimento das empresas e da sociedade; **formar lideranças empresariais e políticas engajadas** no processo de mudança desejado; e participar da construção de uma sociedade mais justa, **participativa e co-responsável pelos destinos do Estado** (Movimento Espírito Santo em Ação, 2004/2005, p. 2, grifos nossos).

Notadamente há uma clareza do Meesa quanto à necessidade de ocupar espaços no debate público e, sobretudo, participar dos processos decisórios de transformação do aparelho estatal, bem como quanto à imprescindibilidade de formar lideranças para a sustentabilidade do seu projeto hegemônico. Sob este aspecto, de certa forma, nasce aí o gérmen daquilo que, em anos seguintes (2010/2011), será o Instituto Líderes do Amanhã (ILA).

No seu primeiro relatório de atividades (2004/2005), o Meesa aponta os seus princípios, compromissos e valores, quais sejam: ética e responsabilidade social; pluralismo político e ideológico, uma vez que se colocam como apartidários e interlocutores junto aos três Poderes; desenvolvimento sustentável, no sentido de manutenção do desenvolvimento a longo prazo; educação e construção da consciência cidadã; e moralização das relações público-privadas, encampando agendas de movimentos anteriores, como o Transparência Capixaba etc.

O Meesa se autodefiniu neste relatório (2004/2005) como

> [...] um movimento espontâneo, **sem conotação ideológica**, política ou mesmo partidária, que congrega empresários com um objetivo comum: influir e contribuir para o desenvolvimento sustentável do Estado. O Espírito Santo em Ação tem um caráter empresarial, atuando como catalisador de interesses originários de setores empresariais, através de ações positivas e propositivas, colocando-se como instância

> de interlocução qualificada junto ao empresariado (Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação, 2004/2005, grifos nossos).

Se, nos discursos oficiais, o Meesa se coloca como um "movimento" sem conotação ideológica, na prática, as suas ações diante das instâncias do aparelho de Estado são bem definidas política e ideologicamente, isto é, convergem para o mesmo espectro político-ideológico, pois o movimento se assenta em concepções liberais, escora-se nas diretrizes da Terceira Via e, sobretudo, fundamenta os seus princípios a partir de articulações com instituições notadamente neoliberais, como o caso do Instituto de Estudos Empresariais (IEE),[135] do Rio Grande do Sul (Movimento Espírito Santo em Ação, 2006//2007, n. p.).

No entanto, ao colocar como um dos seus princípios, valores e compromissos o "pluralismo político", autointitulando-se apartidário, o Meesa coloca-se, de forma estratégica, como uma instância de interlocução qualificada para influir junto aos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), bem como se predispõem a ser o movimento que representa toda sociedade capixaba, a despeito dos seus interesses privados contraditórios em relação ao bem comum.

Além disso, tal perspectiva adotada pelo Meesa indica a pretensão de manutenção da influência do movimento na política institucional e instâncias estatais independentemente de quem estiver ocupando estes espaços de poder.

Este ponto merece uma atenção maior, visto que, na compreensão gramsciana, o Estado é constituído pela unidade-distinção entre sociedade civil e sociedade política, formando o Estado Integral. Desse modo, ao divulgar que não está vinculado institucionalmente ao governo, ocupando cargos, por exemplo, o Meesa buscou se legitimar como representante de toda a sociedade para blindar suas intervenções no delineamento das políticas públicas de críticas. Além disso, busca desvencilhar-se de algumas amarras políticas tanto para exercer pressões e cobranças às lideranças políticas, quanto para pensar a longo prazo, abrindo caminhos para a manutenção da hegemonia em outros governos futuros.

Tal preocupação pode ser percebida na entrevista de um dos membros-fundadores concedidas à Rainha (2012):

> Na gestão Paulo Hartung ficou muito claro, a instituição [*Espírito Santo em Ação*] deu apoio para a eleição do Paulo, em 2002, contratou pesquisas, fomos ao campo, discutimos os resultados. Mas o governo, quando ele propôs que o nosso Conselho

[135] O Instituto de Estudos Empresariais (IEE) foi fundado em 1984, com o intuito de incentivar e preparar novas lideranças com base nos princípios de liberdade, responsabilidade individual, respeito à propriedade privada e Estado de Direito. O IEE inspirou a criação de institutos de Formação de Líderes pelo país a fora e, no Espírito Santo, o Instituto Líderes do Amanhã (ILA). (Disponível em: https://www.iee.com.br/quem-somos. Acesso em: 03 mar. 2024).

> Deliberativo fosse um Conselho Econômico do Governo do Estado, aí nós não aceitamos, porque a representação empresarial é uma coisa e o governo é outra (E1).

A compreensão de que os interesses político-econômicos das frações hegemônicas se sobrepõem aos sujeitos da política ficam explícitas neste depoimento. A relação dialética de unidade-distinção entre sociedade civil e sociedade política se torna, então, fundamental para os ganhos da burguesia, haja vista que, para atender aos seus interesses privados, apoderam-se do aparelho estatal. Contudo, fazem isto formatando os seus documentos institucionais para comunicar a ideia de independência e neutralidade do Estado em relação a tais interesses.

Como se pode observar, o nível de alinhamento do governador eleito Paulo Hartung (PSB) com o Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação era tão próximo que o governo convidou a instância máxima do movimento (Conselho Deliberativo) para compor a integralidade do Conselho Econômico do Governo. Embora houvesse uma preocupação aparente com a distância do aparato governamental, na realidade, a atuação do Meesa com os governos estaduais ao longo desses 20 anos (2003-2023) foi dominante. Alguns membros do Meesa não perderam as oportunidades de estar oficialmente dentro dos governos ocupando cargos. Os membros-fundadores Pedro Burnier, em 2003, José Teófilo de Oliveira de 2003 a 2008 e João Gualberto Vasconcellos de 2015 a 2018 licenciaram-se do movimento para assumir, respectivamente, o Incaper, a Secretaria da Fazenda e a Secretaria de Cultura em governos de Paulo Hartung (PMDB).

O Código de Ética do Meesa aponta no item 2.2 que os seus componentes devem se abster de "e) exercer função ou cargo público, devendo solicitar seu afastamento antes do ato da posse, de acordo com o Estatuto Social do Movimento Empresarial do Espírito Santo" (Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação, 2020, p. 7).

O Estatuto Social do Meesa indica em seu artigo 22º parágrafo 2º que "O Conselheiro que se candidatar, ou for eleito para uma função pública ou aceitar a designação para ocupar cargo público deverá solicitar licença temporária do Conselho Deliberativo e do Movimento Empresarial Espírito Santo" (Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação, 2019, p. 6). Todavia, o reingresso ao cargo de Conselheiro ocorrerá automaticamente quando deixar de ocupar tal cargo público. Trata-se, portanto, de uma medida formal sem efeito político.

Toda essa articulação documental interna do Meesa serve para dar um verniz ético da separação entre o espaço público e o privado. Mas, na sua integralidade, o movimento atua de maneira a participar da direção do governo. E faz isso como se estivesse representando os interesses de todos os capixabas. Tal inseparabilidade é amplamente demonstrável, seja pelos cargos ocupados por membros licenciados, seja pelos canais privilegiados para definição de

agendas/pautas/programas, seja pela direção dos planos de desenvolvimento (ES 2025, ES 2030 etc.), seja ainda pelos postos privilegiados conquistados nos diversos conselhos do Estado.[136]

Nesse prisma, o Meesa apresenta-se e busca se legitimar como representante de interesses coletivos da sociedade (Rainha, 2012) sob o nome fantasia de "ES em Ação". Entretanto, cadastrado com a Razão Social de "Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação",[137] tem a sua natureza jurídica de "associação privada". Sua atividade principal é a "organização associativa patronal e empresarial". Apresenta-se, desse modo, como um "[...] aparelho hegemônico de um grupo social" (Gramsci, 2022, vo. 3, C6, § 137, p. 255), isto é, como um Aparelho Privado de Hegemonia (APH) criado por frações da classe burguesa capixaba, com vínculos para além do estado do Espírito Santo, haja vista as suas empresas mantenedoras do movimento (estaduais, nacionais e internacionais) (Quadro 4).

[136] O Meesa integra o Comitê Diretivo do Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia (Funcitec); integrou o Conselho Gestor do Núcleo de Inovação e Tecnologia (Nites), instalado em 2007; coordenou o Conselho Estadual de Alimentação Escolar (2009); participou do Conselho Estadual de Segurança Pública (2009). A Associação Movimento Empresarial de Aracruz e Região/Amear (titular) e o Meesa (suplente) representaram a sociedade civil no Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental Costa das Algas (2013).

[137] Busca cadastral realizada no site da Receita Federal a partir do CNPJ do Meesa (05.624.417/0001-49) (Disponível em: http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Comprovante.asp. Acesso em: 29 maio 2022).

Quadro 4- Perfil das empresas mantenedoras (2023/2024)

Mantenedoras	Setor	Atuação
ArcelorMittal Tubarão	Siderúrgico	Internacional
Apex Patners	Financeiro	Nacional
Beta Rede	Comunicação	Internacional
Brametal	Estruturas Metálicas	Nacional
Cepemar	Serviços Ambientais	Internacional
DV-F	Consultoria	Regional
Eco101	Transporte	Nacional
EDP Escelsa	Concessionária de serviços públicos	Nacional
Emeg	Consultoria	Estadual
ESgás (Grupo energisa)	Energia	Estadual
Estel	Serviços Industriais	Nacional
Faesa	Educação	Regional
Fucape	Educação	Regional
Garoto	Alimentício	Internacional
Grupo Águia Branca	Transportes	Nacional
Grant Thornton	Consultoria Contábil	Nacional
Imetame	Metal Mecânica, Rochas, Energia e portuário	Internacional
Placas do Brasil	Painéis Mdf	Regional
Politintas	Loja de tintas	Estadual
Portocel	Portuário	Internacional
Porto Central	Portuário	Internacional
Rede Gazeta	Comunicação	Estadual
Rede Vitória	Comunicação	Estadual
Rede Capixaba	Comunicação	Estadual
Samarco	Siderurgia	Internacional
SGMP+	Advocacia	Regional
Sicoob	Financeiro	Nacional
SunCoke Energy	Siderurgia	Internacional
Suzano (antiga Aracruz Celulose e Fibria)	Celulose	Internacional
Tevisa	Energia Termelétrica	Estadual
TimeNow	Consultoria em Engenharia	Internacional
Tommasi Laboratório	Laboratório	Estadual
Tristão	Comércio Exterior	Internacional
Unimed Vitória	Saúde	Regional
Vale	Metalúrgica	Internacional
VL!	Logística	Nacional

Fonte: Endereço eletrônico do Meesa e das empresas (2024).

No seu segundo relatório de atividades (2006/2007), a organização apresenta a missão institucional de “Mobilizar a classe empresarial do Espírito Santo a contribuir na formação de uma sociedade melhor e mais justa”. Observou-se uma atualização da missão do Meesa, deixando mais enfática a dimensão de classe de suas articulações, qual seja: “Mobilizar a classe empresarial do Espírito Santo para **fortalecer o ambiente de negócios e o desenvolvimento**

sustentável, contribuindo para uma sociedade melhor e mais justa" (Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação, 2024, n.p., grifos nossos).[138]

A primeira Visão institucional divulgada pelo Meesa era a de "Ser reconhecido como referência do pensamento empresarial capixaba e agir como um importante catalizador de interesses originários de setores empresariais, através de ações positivas e pró-positivas, colocando-se como instância de representação qualificada do empresariado" (Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação, 2006/2007, n.p.).

De acordo com o movimento, a sua visão atual (2023/2024) é ser

> [...] protagonista no desenvolvimento do pensamento empresarial, participando ativamente das agendas relevantes do País e do Estado, promovendo a formação de novas lideranças, monitorando as ações perante as estratégias de longo prazo, com foco permanente no equilíbrio institucional e na maior qualificação da relações público-privadas (Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação, s.d.).

Nota-se uma ampliação da visão do Meesa, projetando-se não mais como uma das referências, mas almejando o lugar de protagonista do pensamento empresarial. Além de direcionar o seu olhar para a formação de lideranças, a organização passou a dar enfoque na estratégia de políticas de longo prazo nas relações entre o empresariado e o Estado (sentido estrito) e também na projeção de sua participação em agendas nacionais.

Os valores norteadores do Meesa passaram por modificações ao longo de sua história. No início, os valores eram: ética e responsabilidade social; pluralismo político e ideológico; desenvolvimento sustentável; educação e construção da consciência cidadã; e moralização das relações público-privadas (Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação, 2004/2005, p. 3). Mais recentemente (2020) o movimento redefiniu os seus valores para: democracia; educação e construção da consciência cidadã; ética e transparência; moralização das relações público-privadas; economia de mercado; e respeito ao Estado de Direito" (Espírito Santo em Ação, 2020).

Como mostraremos com detalhes adiante, o suposto brilho democrático que o movimento se lustra ofusca-se na medida em que se desvelam as nuanças ideológicas que amparam e estruturam o processo de formação das suas lideranças, vinculadas à escola Austríaca de economia, cujo seu mais renomado intelectual afirma ser preferível uma ditadura com liberdade econômica à democracia.

Para além desse debate, cabe-nos pontuar que o respeito à "democracia" e ao "Estado de Direito" coexiste com o fato de que, entre seus mantenedores, há uma história de

[138] (Disponível em: https://es-acao.org.br/conheca-o-es-em-acao/. Acesso em: 04 mar. 2024).

envolvimento e defesa da ditadura empresarial-militar brasileira de 1964 a 1985. Temos, por exemplo, Arthur Carlos Gerhardt Santos (1971/1975), indicado ex-governador biônico do estado pelo ditador Emílio Garrastazu Médici (1969/1974). Ou ainda o proprietário da Rede Gazeta, Carlos Fernando Monteiro Lindenberg Filho, "[...] empresário e representante da elite capixaba, herdeiro de ex-governador e senador Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, empresário proprietário da Rede Gazeta de Comunicação. Em seu depoimento à Findes, revelou seu apoio ao Golpe [...] ele o denominou 'Revolução de 1964'" (Santos, 2018, p. 29).

Em todo caso, os acentos e as ênfases que a organização confere à sua missão e aos seus valores já indica a necessidade de submeter sua história a um estudo mais rigoroso que nos permita compreender essas mudanças.

Em sua versão mais atual, de acordo com o capítulo VI do Estatuto Social do Espírito Santo em Ação (2019),[139] compõem o movimento os seguintes órgãos: Assembleia Geral; Conselho Deliberativo; Conselho Operacional; e Diretoria.

A Assembleia Geral é constituída por todos os associados e é o órgão soberano, responsável por aprovar a programação anual da entidade, por apreciar o relatório anual da diretoria, bem como examinar e aprovar os demonstrativos financeiros e, por fim, deliberar.

O Conselho Deliberativo, composto por 16 membros (Quadro 5), inicialmente constituídos pelos membros-fundadores, mas à medida em que ocorre falecimento ou desligamento, são substituídos via eleição realizada pelo Conselho Deliberativo para escolha dentre os membros representantes das mantenedoras que ocupam o Conselho Operacional. O Conselho Deliberativo é o órgão que carrega maiores responsabilidades na estruturação da organização, sendo atribuído a ele a responsabilidade de elaboração e reelaboração do Estatuto, do Código de Ética, aprovar a entrada de novos associados ou membros, decidir sobre a exclusão de membros, supervisionar o Conselho Operacional, e outros.

[139] Estatuto Social do Meesa atualizado em 2020. (Disponível em: https://es-acao.org.br/wp-content/uploads/2020/07/8%C2%AA-Altera%C3%A7%C3%A3o-Estatuto-Social.pdf. Acesso em: 11 mar. 2024).

Quadro 5- Conselho deliberativo do Meesa 2023

CONSELHO DELIBERATIVO DO MEESA 2023				
Conselheiro	**Formação Profissional**	**Empresa/cargo**	**Cargo político institucional**	**Fundador**
Alexandre Nunes Theodoro	Administração	Faesa/Reitor		
Arthur Carlos Gerhardt Santos	Engenheiro Civil	Sereng	Governador do ES (1971/1975)	X
Carlos Augusto Lira Aguiar	Engenheiro Químico	Fibria/Ex-diretor		X
Carlos Fernando Monteiro Lindenberg Neto	Economia	A Gazeta/Presidente		X
Ernesto Mosaner Júnior	Engenheiro Industrial	Titamos Participações/Sócio		X
João Gualberto Moreira Vasconcellos	Cientista Político/professor universitário	Futura/Diretor; Gualberto &Gualberto Estratégia e Planejamento Político.	Secretário de Estado da Cultura do ES (2015/2018)	X
José Armando de Figueiredo Campos	Engenheiro de Minas	ArcelorMittal/Conselho		X
José Luiz Soares Orrico	Propaganda e Marketing	Futura		X
José Teófilo Oliveira	Economia	Econos*	Secretário da Fazenda (2003/2008); Presidente do Conselho do Banestes (2003/2008)	X
Luiz Wagner Chieppe	-	Águia Branca		
Nelson Alvarenga de Saldanha	Comunicação Social	Marlim Azul		X
Nilton Carlos Chieppe	-	Grupo Águia Branca/Presidente		X
Orlando Caliman	Economista e professor universitário (Ufes)	Futura/Diretor	Superintendente do IJSN (1980/1983); Secretário do Planejamento e da Fazenda (1983/1987)	X

Sérgio Giestas Tristão	Economista	Grupo Tristão/Presidente		X
Sérgio Rogério de Castro	Engenharia Mecânica	Fibrasa/Proprietário		X
Walter Lídio Nunes	Engenharia Mecânica	CMPC e Parcon S.A./ diretor		X

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das informações no endereço eletrônico do Meesa (2024).
* Empresa de consultoria econômica mantida em sociedade com Paulo Hartung.

Como se observa no quadro 5, os membros-fundadores apresentam características com certa homogeneidade, pois são todos homens, predominantemente da área de engenharias e gestão e ocupam cargos importantes em empresas em que atuam (Rainha, 2012).

O Conselho Operacional é composto pelos membros do Conselho Deliberativo, pelos representantes das mantenedoras, pelos Coordenadores dos Comitês e pelos representantes conveniadas à Rede de Desenvolvimento Empresarial do Espírito Santo em Ação – Redes. O Conselho Operacional é responsável por: eleger diretoria; aprovar propostas de estrutura organizacional da diretoria; produzir planos de trabalho; elaborar normas e procedimentos operacionais; aprovar parcerias e convênios institucionais e outros.

A Diretoria (Quadro 6; Apêndice D [histórico das diretorias]), por sua vez, é um órgão executivo do Meesa, composto por sete membros designados "diretores" e eleitos pelo Conselho Operacional, por proposta do Conselho Deliberativo. A composição da diretoria se dá da seguinte maneira: um Diretor-Presidente; entre um a cinco Diretores Institucionais; e um Diretor de Gestão. A mesa diretora tem mandato com período de três anos, podendo ser reeleito, desde que não seja de forma consecutiva. Compete à diretoria: contratar e distratar com prestadores de serviços; elaborar as propostas da estrutura organizacional; aprovar e dar posse à Coordenação da estrutura Operacional, Comitês e Câmara; representar judicial ou extrajudicialmente o Meesa; elaborar os planos de ação; assinar convênios de cooperação com outras entidades; aprovar planos de trabalho e orçamento apresentados pelos Comitês e Câmara; etc.

Quadro 6- Diretoria Triênio 2022/2025

DIRETORIA TRIÊNIO 2022/2025			
Nome	**Cargo**	**Formação Profissional/Área de atuação**	**Empresa/cargo**
Nailson Dalla Bernardina	Diretor-Presidente	Ciências Contábeis/Gestão	Sicoob/Diretor executivo do ES.
Rimaldo de Sá	Diretor de Gestão	Publicitário/Comunicação	Beta Rede/CEO
Sérgio Gonçalves Mileipe	Diretor de Redes	Engenharia Mecânica/Gestão	Samarco Mineração S.A./Diretor de Operações
Gabriel Martins Feitosa	Diretor de Formação de Lideranças	Administração/Negócios	Emeg/CEO
Fernando Peixoto Saliba	Diretor de Gestão Pública	Engenharia/Gestão	EDP/Diretor Geral
Rodrigo de Oliveira Gama	Diretor de Educação	Engenharia Mecânica/Gestão	ArcelorMittal/Diretor de Pessoas, Bem-Estar e segurança
Rodrigo Saba Ruggiero	Diretor de Desenvolvimento	Engenharia Mecânica/Gestão	Vale S.A./Diretor de Pelotização

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das informações no endereço eletrônico do Meesa (2024).

Se o Meesa nasce com esta estrutura de Assembleia, Conselho Deliberativo, Conselho Operacional e Presidência/Diretoria, a partir de 2006 é possível observar a inclusão da Redes Desenvolvimento Sustentável no seu organograma. As redes entram na estrutura do movimento vinculadas ao Conselho Operacional da entidade. Naquele início de atividades, as redes eram as seguintes: Rede Capixaba de Inteligência; Rede Capixaba pela Ética e Reconstrução Política; Rede Capixaba de Meio Ambiente; e Rede Capixaba Empresarial.

As redes compõem uma estratégia de promover a capilaridade do movimento nas diversas regiões do Espírito Santo. Nesse sentido, cria-se um emaranhado de articulações para fazer valer as diretrizes empresariais junto às prefeituras e suas respectivas secretarias, bem como nos outros poderes municipais e estaduais. Entenderemos esse movimento em capítulos seguintes.

Em especial, destaca-se a Rede Capixaba Empresarial que, mais tarde (em 2008), passa a se chamar Rede de Desenvolvimento Empresarial do Espírito Santo em Ação e, em 2023/2024, é chamada de Rede Empresarial do Espírito Santo.

Na estruturação mais recente 2023/2024, as redes mantidas pelo Meesa são:

- **Rede Empresarial do Espírito Santo** (Figura 1), composta por: Associação para o Desenvolvimento de Linhares (Adel); Associação Empresarial de Anchieta (AEA); Associação Empresarial de Cariacica (AEC); Associação Empresarial de Viana (AEV); Associação Movimento Empresarial de Aracruz e Região (Amear); Associação de Empresários da Serra (Ases); Associação Empresarial de Colatina e região (Assedic); Associação Empresarial do Litoral Norte (Assenor); Associação dos Empresários de

Vila Velha (Assevila); Movimento Empresarial do Sul do Espírito Santo (Messes); e Guarapari em Ação (GEA).

- **Rede Capixaba de Inteligência**, composta por profissionais da área de segurança e inteligência de organizações que atuam no Espírito Santo e que representam tanto o segmento público como o privado;
- **Rede pela Qualidade da Educação**, composta pela equipe de profissionais do Meesa que atuam junto aos representantes da educação pública via mobilização de sujeitos de diferentes segmentos pela educação do Estado;
- **Rede de Instituto e Formação de Lideranças:** formada em 2018, com o intuito de fomentar a criação e potencialização de institutos vinculados às diversas associações da Rede Empresarial, sobretudo no interior do ES, sob a direção do Instituto Líderes do Amanhã (ILA).

Figura 1 - Rede Empresarial do Espírito Santo



Fonte: Meesa, 2024.

É importante sublinhar que, incialmente, o movimento constituiu-se sob a inspiração do documento *Espírito Santo Competitivo* (Rainha, 2012), com os preceitos de desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais (APL).

Segundo Fuini (2013, p. 58), o Governo Federal oficializou, em 2004, uma proposta de incentivo à organização e estruturação de Arranjos Produtivos Locais. A partir de 2006, foram criados os Núcleos Estaduais de Arranjos Produtivos Locais (NE-APL). Trata-se de uma expressão territorial de uma política de desenvolvimento regional, com forte sentido econômico, isto é, uma "[...] política pública descentralizada de desenvolvimento econômico e estímulo à competitividade de micro e pequenas empresas [...]". Assim, "[...] as APLs

designam, em sentido geral, a concentração de empresas [...] que interagem entre si e com outros atores públicos e privados através de uma estrutura de governança comum".

No discurso oficial, o debate sobre APLs situam-se no bojo de "[...] alternativas de organização mais flexíveis do espaço industrial pós-fordista" (Fuini, 2013, p. 59). Com esse horizonte, estimula-se a formação dessas aglomerações produtivas como instrumentos para o desenvolvimento econômico na medida em que a especificidade territorial se articula ao regime geral de acumulação (Costa, 2010). A noção de território ganha evidência sob essa perspectiva:

> O território, seja este uma cidade ou uma região, é, assim, um emaranhado de interesses de uma comunidade, possuindo uma identidade própria que em grande parte requer autonomia para sua delimitação. A partir disto, o território acaba se constituindo como um agente ativo do processo de desenvolvimento na medida em que se articula diretamente com o sistema econômico internacional segundo a sua específica característica histórica, cultural, institucional e política, num processo que lhe abre "janelas de oportunidades" personalizadas no bojo da reestruturação produtiva global (Costa, 2010, p. 111-112).

Segundo Costa (2010), os APLs são apresentados como instrumentos de desenvolvimento econômico ao mobilizar atores sociais diversos (públicos e privados), em ações coordenadas, em rede e em integração horizontal. A flexibilização público-privado constitui seu eixo. Desse modo, os APLs são um instrumento de dupla face: de desenvolvimento econômico e de fomentador de políticas públicas.

Como explica Fuini (2013, p. 65-66), "Os APLs adquirem, portanto, um caráter de plataforma de governança [...]", isto é, de um governo não mais centralizado, mas em rede com conformações supostamente não hierarquizadas, tendo como principal facilitador o capital social:

> O capital social facilita a cooperação espontânea na medida em que se os agentes esperam que os outros se comportem confiável e honestamente, os membros do grupo acabarão confiando uns nos outros. A confiança age como lubrificante, levando qualquer grupo ou organização a funcionar com mais eficiência (Costa, 2010, p. 109).

No Espírito Santo, a temática dos Arranjos Produtivos Locais foi, desde 2003, objeto de discussão do Governo Estadual e da Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Turismo (Sedetur), tornando-se diretriz para a elaboração das Leis Orçamentárias Anuais (LOA) para os exercícios de 2005 a 2016 (Vieira, 2016).

O discurso oficial relativo ao caráter democrático dessa governança horizontal depara-se com o fato de que a implementação dos APLs se dá por relações assimétricas. Ao investigar

analisar o desenho dos APLs no estado do Espírito Santo (ES) como instrumentos de política pública para o desenvolvimento local, Vieira (2016) evidencia essa assimetria quanto a informações, acesso à participação e poder decisório por parte de grupos relacionados ao seu desenvolvimento. Mais precisamente,

> [...] os principais grupos com força política no processo decisório de políticas públicas para o desenvolvimento seriam, além do próprio Executivo, atores relacionados a setores produtivos com grande representatividade e capacidade de investimento em níveis local, regional, estadual, nacional e muitas vezes internacional, para os quais o apoio do Estado a Arranjos Produtivos Locais é notadamente positivo (Vieira, 2016, p. 28).

Por outro lado, complementa a autora, os trabalhadores do setor e representantes das comunidades locais não estão presentes nos APLs. No máximo, os relacionamentos entre o sindicato de trabalhadores e o APL (caracterizado pela iniciativa empresarial) se restringe às Convenções Coletivas do Trabalho no setor.

Assim, a conformação dos APLs traduz, sob a maquiagem de governança em rede e horizontal, os interesses empresariais.

O Meesa organizou-se com a finalidade de superar a "rigidez hierárquica do modelo do sistema sindical e também da fragmentação embutida na proposta das associações setoriais" (Rainha, 2012, p. 87). Com esse propósito, trouxe para dentro de sua organização a matriz flexível dos APLs com clara intenção de intervir tanto no rumo econômico local e na inserção territorial dentro do regime global de acumulação capitalista, como nas políticas públicas capixabas.

Dessa forma, a estrutura do Meesa foi montada pelo Conselho Deliberativo considerando a adoção dos APL, nos quais agruparam-se os associados da organização aos diversos conselhos setoriais, como: Aquicultura e Pesca; Florestal; Fruticultura; Logística; Metalmecânica; Pecuária; Petróleo; Energia e Química; Rochas; Turismo; e Vestuário. Cada conselho contava como até 15 membros, pessoas físicas, validadas pelo corpo do Conselho Deliberativo (Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação, 2004/2005, p. 5). Tais conselhos setoriais eram responsáveis pela elaboração de projetos, estudos, diagnósticos, mapeamento, oficinas, workshops, palestras, visitas, acompanhamento de projetos etc. Em suma, suas ações eram mais voltadas para projetos específicos que impactassem positivamente a economia de cada arranjo produtivo (Rainha, 2012).

Além dos conselhos setoriais, a estrutura inicial do Meesa contava com os seguintes comitês de apoio: Acompanhamento da Ação Política e Cidadania; Comunicação; Economia;

Inovação e Tecnologia; Planejamento e Gestão; e Segurança.[140] Tais comitês representavam ações mais estratégicas no âmbito político do movimento e, por isso, envolviam a presença mais próxima dos membros-fundadores que inclusive conduziam alguns dos comitês, como no caso do comitê de Acompanhamento da Ação Política, coordenado por João Gualberto Moreira Vasconcellos (Futura), do comitê de Comunicação, coordenado por Carlos Fernando Lindenberg Neto (Rede Gazeta) ou do comitê de Economia, coordenado por Orlando Caliman (Futura) (Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação, 2004/2005).

Esses comitês que, inicialmente, estiveram sob vínculo direto e sob a tutela do Conselho Deliberativo (Gráfico 1), a partir de 2006 passam a estar submetidos às diretorias dos coordenadores (Gráfico 2). Em seguida, em 2008, passam a estar sob a tutela da presidência e vice-presidência do Meesa (Gráfico 3), sendo dois deles mantidos como comitês: o Comitê de Acompanhamento da Ação Política e Cidadania[141] e o Comitê de Desenvolvimento de Inovação e Tecnologia, ambos sob a tutela da presidência. Além disso, um dos comitês foi suprimido (Comitê de Economia) e os demais passam a ser denominados de Assessoria, ficando sob o comando das vice-presidências (Segurança e Comunicação) e do Vice-presidente Operacional (Planejamento e Gestão).

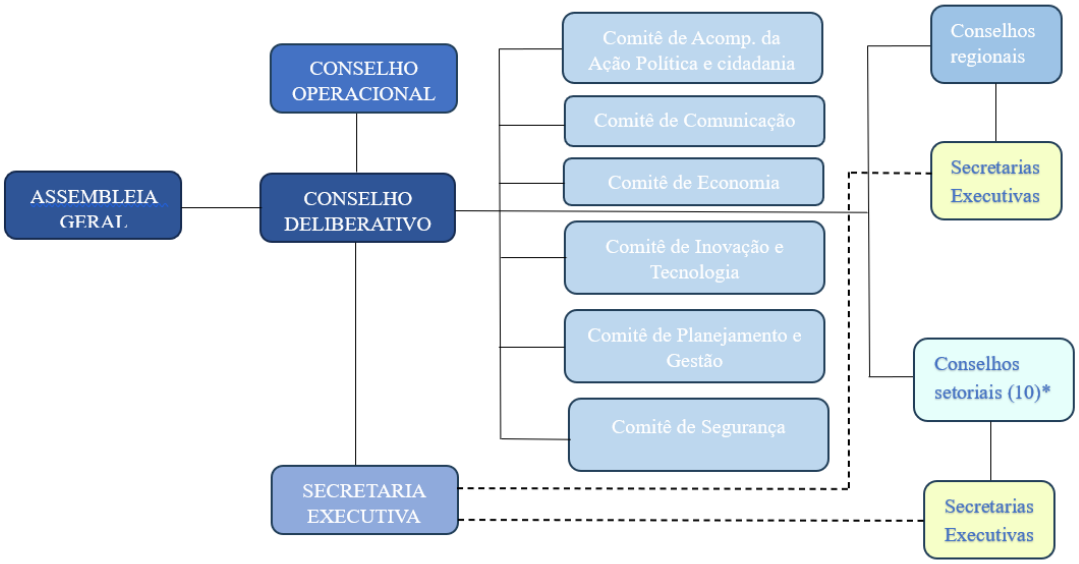
Entretanto, em 2009, nota-se uma alteração na estrutura administrativa e operacional do Meesa, pois a organização deixou de ser realizada a partir dos APL representados pelos Conselhos Setoriais e passaram a ser organizados por temas, originando, assim, os Comitês Temáticos. A organização inicial era pretenciosa, pois buscou induzir, a partir da estrutura interna do movimento, a definição dos APLs no estado. Contudo, aos poucos, o Meesa foi incluído, em APLs estaduais, como instituição de apoio, dentre outras. Portanto, ele sai do lugar de conformador dos APLs para o de um dos sujeitos envolvidos. Tal mudança foi convergente com uma redefinição estratégica de atuar conforme as diretrizes do Plano de desenvolvimento ES 2025. Além do mais, os comitês de apoio também deixam de existir. Cria-se, então, o comitê estratégico vinculado à diretoria e ao Conselho Operacional do Meesa. Assim, a estrutura administrativa e operacional do movimento ganhou sentido político mais evidente, pois com os comitês "[...] o Espírito Santo em Ação intensificou as articulações políticas e parcerias institucionais. A busca pela influência no processo de tomada de decisão governamental tornou-se mais visível com a reestruturação operacional do movimento" (Rainha, 2012, p. 109).

---

[140] No relatório de 2006/2007, consta a Câmara de Meio Ambiente, incorporada na estrutura do Meesa.

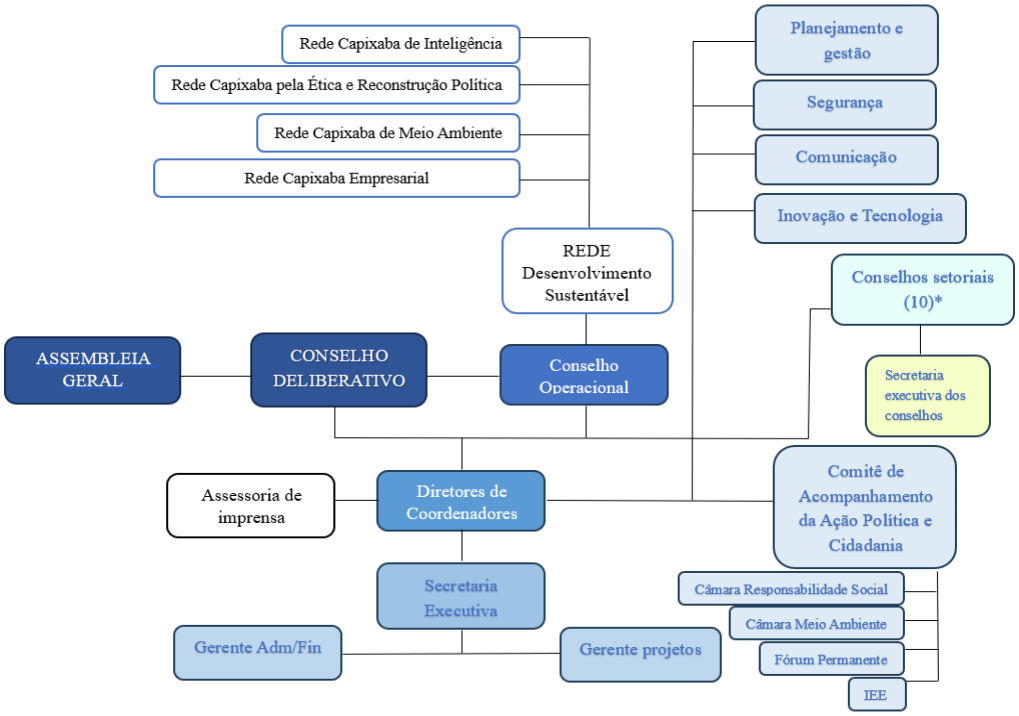
[141] No relatório anual 2007/2008, o organograma apresentado evidencia que dentro do Comitê de Acompanhamento da Ação Política e Cidadania foi agrupada a Câmara Meio Ambiente, criada a Câmara de Responsabilidade Social e, ainda, o Jovem Empresário e o Fórum Permanente.

Gráfico 1- Organograma do Meesa 2004/2005



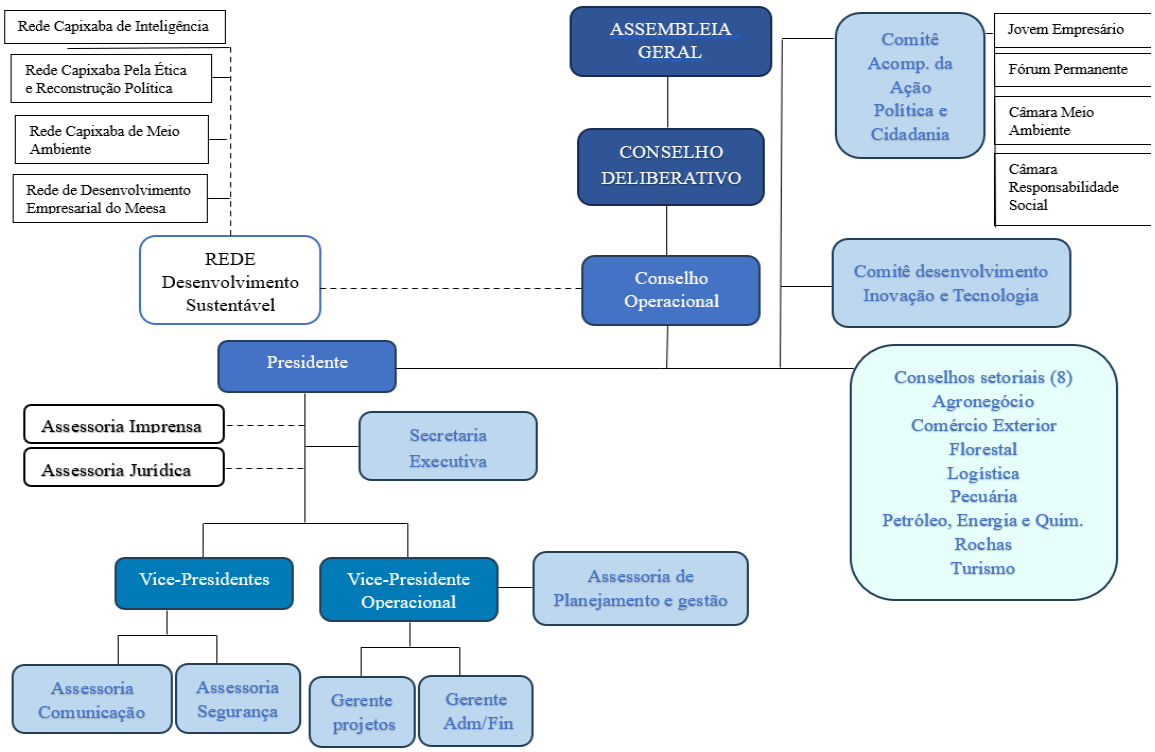
*Conselhos setoriais: Agronegócio; Comércio Exterior; Florestal; Logística; Metalmecânica; Pecuária; Petróleo, Energia e Química; Rochas; Turismo; e Vestuário.
Fonte: Elaborado pelo autor, com base no relatório do Meesa de 2004/2005.

Gráfico 2 - Organograma do Meesa 2006/2007



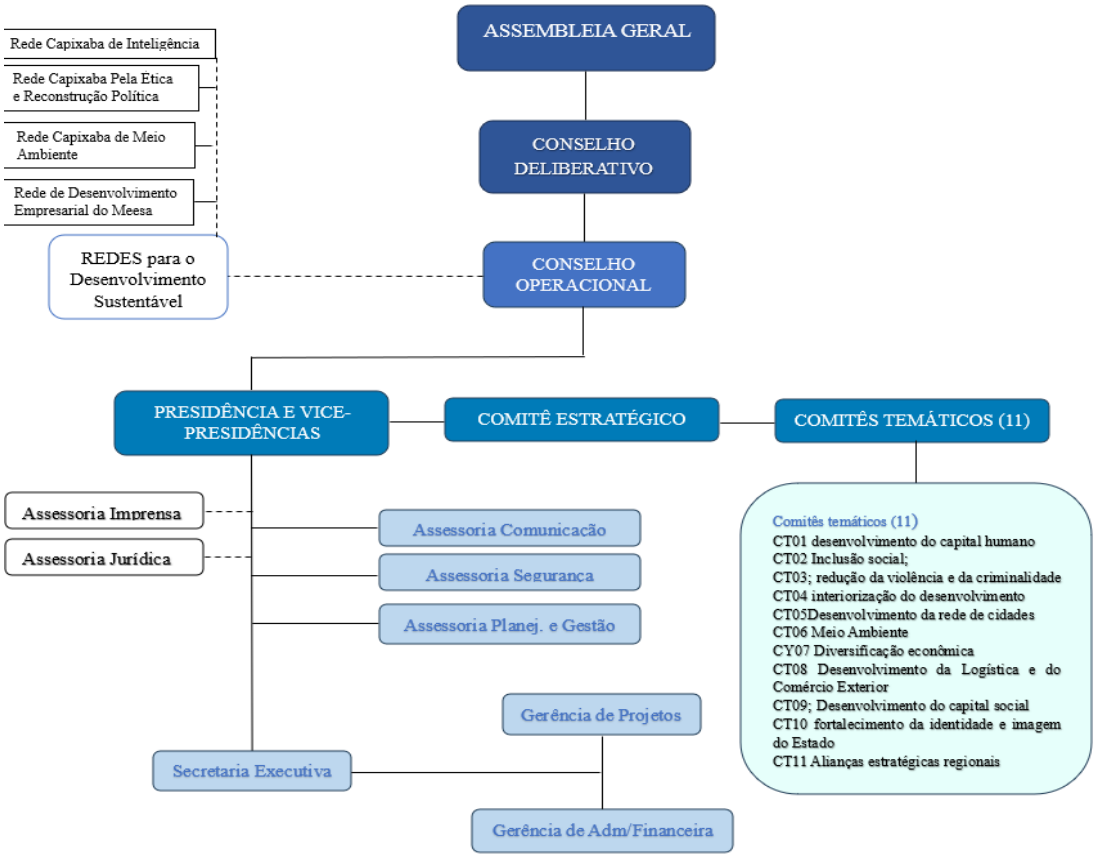
*Conselhos setoriais: Agronegócio; Comércio Exterior; Florestal; Logística; Metalmecânica; Pecuária; Petróleo, Energia e Química; Rochas; Turismo; e Vestuário.
Fonte: Elaborado pelo autor, com base no relatório do Meesa de 2006/2007.

Gráfico 3 - Organograma do Meesa 2007/2008



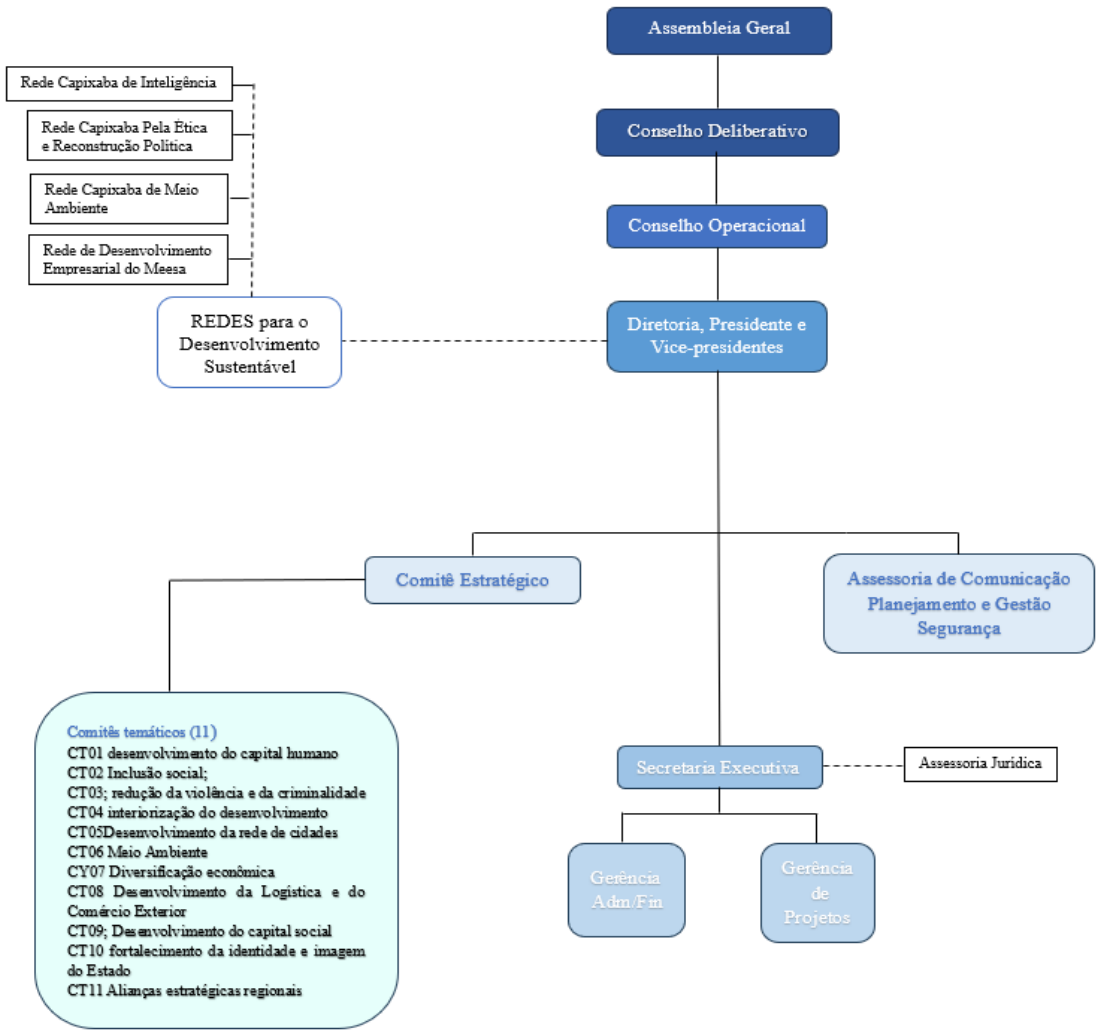
Fonte: Elaborado pelo autor (2024), com base no relatório do Meesa de 2006/2007.

Gráfico 4 - Organograma do Meesa 2009



Fonte: Elaborado pelo autor (2024), com base no relatório do Meesa de 2009.

Gráfico 5 - Organograma do Meesa 2010



Fonte: Elaborado pelo autor (2024), com base no relatório do Meesa de 2010.

No que diz respeito aos associados do Meesa, Rainha (2012) salienta que, no início, os membros eram apenas pessoas físicas que contribuíam mensalmente com a organização. Entretanto, posteriormente, o movimento se organizou de forma a possibilitar a entrada de empresas mantenedoras que passaram a ocupar cadeiras no Conselho Operacional.

Quanto à entrada de novos membros, desde o início, houve uma preocupação grande, como se vê na fala de um dos membros-fundadores em entrevista concedida à Rainha (2012):

> No início havia um receio de que se abrisse o Movimento para adesões, a banda ruim também entraria. E, naquele momento era difícil discernir o que era a banda boa, a banda podre (...) tinha empresários que estavam comprometidos com o Executivo, o Executivo comprometido com empresários ou com instituições privadas, enfim, era difícil ter uma visão mais clara da situação. Então, foi decidido que, no início, esse núcleo seria um núcleo fechado – o chamado **núcleo fundador** – e, inclusive, a coordenação do Movimento até hoje [2008] é definida, **é restrita a esse grupo do conselho deliberativo**. No entanto, recentemente, já se abriu para a participação da diretoria e do conselho operacional o que até bem pouco tempo era [função] exclusiva do conselho deliberativo; mas por quê? Porque já avançou. Mas inicialmente nós

> tivemos que fazer isso até por uma questão de precaução. (...) havia uma avaliação, um certo crivo, eram só pessoas convidadas e instituições convidadas. Um membro do conselho pode indicar outro. Mas, de alguma forma ele é responsável pela indicação. (E2, grifos nossos).

Como se percebe, o movimento adota procedimentos de controle para a adesão de novos membros. Isso é feito, sobretudo, a partir do Conselho Deliberativo, órgão que dá aos seus integrantes a membresia vitalícia de forma exclusiva. Nota-se, conforme aponta Rainha (2012), uma centralização do poder, para blindar a organização de quaisquer ingerências promovidas por influências que estão fora das diretrizes do forte núcleo fundador. Trata-se de uma demonstração de falta de apreço pelas relações democráticas entre os próprios empresários.

Desde a sua fundação, o Conselho Deliberativo do Meesa teve duas substituições de membros. A primeira, em 2010, proveniente do desligamento do fundador Pedro Burnier, que foi substituído por Alexandre Nunes Theodoro (Faesa). A segunda, em 2021, em função da morte de Carlos Lindenberg Filho (Rede Gazeta), substituído por Luiz Wagner Chieppe (Grupo Águia Branca).

O Estatuto Social atualizado do Meesa no seu artigo 8º do capítulo III indica que

> Serão considerados associados todos aqueles que, sem impedimentos legais, forem admitidos como tal, por indicação e aprovação do Conselho Deliberativo e Diretoria, mediante preenchimento de formulário próprio, que mantenham em dia suas contribuições mensais e ou anuais estipuladas pelo Conselho Deliberativo e Diretoria, participem das reuniões e mantenham fiel obediência a este estatuto, ao código de ética da entidade e às suas deliberações (Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação, 2019, p. 3).

Os associados são categorizados em dois grupos: os associados fundadores e os associados contribuintes. O primeiro corresponde ao grupo que ocupa cargo vitalício no Conselho Deliberativo. O segundo diz respeito tanto às pessoas físicas (consultores, intelectuais, empresários etc.) quanto às mantenedoras (pessoas físicas ou jurídicas). Embora os associados façam contribuições mensais e trabalhem de forma voluntária, é importante destacar que o Meesa se viabiliza, em termos financeiros, com os recursos advindos das mantenedoras (Rainha, 2012).

A constituição da organização é, obviamente, predominantemente formada por empresários. Contudo, faz parte da tática do movimento a cooptação de intelectuais que possam contribuir com conhecimento técnico-político para os seus projetos de classe. Assim, cabe aos associados contribuir, cada qual, com o seu conhecimento no desenvolvimento de projetos e ações, bem como com o fortalecimento das redes que compõem o movimento (Rainha, 2012).

Por seu turno, cabe às mantenedoras o patrocínio de projetos, programas e ações. Além disso, destacamos que algumas das empresas dirigidas pelos membros-fundadores são ou foram

mantenedoras do movimento em algum momento. Conforme a organização foi crescendo, observou-se uma maior adesão de empresas que participam como mantenedoras e que, portanto, passaram a ter representação no Conselho Operacional.

Aliás, tal crescimento do movimento esteve relacionado à diminuição da rigidez no processo de entrada de novos associados (Rainha, 2012), muito em função da superação daquele contexto capixaba conturbado politicamente no início dos anos 2000 e da estratégia do Meesa em ser a referência do pensamento empresarial no Espírito Santo. Soma-se, ainda, a proeminente visibilidade do movimento que conta com canais de comunicação de massa, como é o caso das mantenedoras Rede Gazeta (entrevistas, reportagens e cobertura de posse da diretoria no jornal impresso e na Tv), Rede Capixaba (entrevistas constantes no Programa Espaço Capixaba e vinhetas no Canal Livre) e Rede Vitória. Por fim, foi decisivo para atrair outras empresas a manutenção da alta capacidade de influir nas políticas de Estado, principalmente, nos planos de Desenvolvimento ES 2025 e ES 2030.

Tais fatores tornaram o Meesa "[...] atrativo para empresas atuantes no estado. Essas empresas viram na entidade uma forma de participar indiretamente das decisões estratégicas para o estado, daí o significativo aumento do número de mantenedoras [...]" (Rainha, 2012, p. 95). Então, com a entrada de empresas de vários setores mediante a critérios enviesados pelo Meesa, infere-se um bloco unitário, em termos político-ideológico, em meio aos interesses setorizados, tendo em vista a hegemonia das frações que integram o núcleo forte do movimento, qual seja: o Conselho Deliberativo.

Em análise da composição dos Comitês temáticos realizada por Rainha (2012), fica evidente o peso maior que as mantenedoras têm dentro dos processos decisórios internos, em função do número de cadeiras maior que tais empresas detém nestes comitês. Assim, "[...] a pluralidade interna (com empresas ligadas a diversos setores econômicos) não implica em pluralidade no processo de decisão" (Rainha, 2012, p. 102).

Em síntese, Rainha (2012) avalia que o processo de formulação dos projetos prioritários do Meesa se dá em dois eixos constituídos por uma relação de assimetria, quais sejam: **estrutural**, haja vista que ocorre a concentração de poder nas mãos do núcleo fundador nos processos de decisão interna, e **pessoal**, em decorrência da força política que alguns membros congregam. Estes sujeitos são os principais, pois tem função estratégica, já que conseguem articular redes de contatos e recursos para os empreendimentos do movimento.

Desse modo, "[...] a entidade capta as demandas do setor privado, formula proposições, elabora estratégias e cria canais para que suas proposições sejam efetivadas, o que ocorre, em geral, através de parcerias com o setor público" (Rainha, 2012, p. 112). Nesse sentido, a

estratégia central do Meesa é criar um emaranhado de redes, públicas ou privadas, com o intuito de dar capilaridade e força às demandas do movimento. Outra estratégia é a de mobilizar tais redes no processo de pressionar os representantes dos poderes públicos, com via a terem suas demandas atendidas (Rainha, 2012).

Assim, o Meesa empreendeu, nesses anos de atuação, a articulação com diversas organizações, sendo elas: Fórum de Entidades e Federações do Estado (FEF); Federação das Empresas de Transportes do Estado do Espírito Santo (Fetransportes); Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (Findes); Federação da Agricultura e da Pecuária do Estado do Espírito Santo (Faes); Federação do Comércio, Bens, Serviços e Turismo do Estado do Espírito Santo (Fecomércio); Ong Transparência Capixaba; além das Redes criadas e fomentadas pela própria organização. Ademais, a partir de contatos privilegiados dos seus membros, o aparelho privado de hegemonia empresarial capixaba cultivou a articulação com instâncias do aparelho de Estado, como: Ministério Público do Espírito Santo (MPES); Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES); e Tribunal de Contas do Espírito Santo (TCES).

Portanto, o Meesa mobiliza redes e parcerias com diversas instituições da sociedade para fazer valer as suas demandas corporativas como se fossem demandas coletivas, isto é, de toda a sociedade, ao passo em que avalia a situação política institucional e direciona tais demandas para a instância que melhor possibilitará o sucesso dos seus empreendimentos.

No caso do Espírito Santo, a instância que o Meesa direciona as suas ações tem sido, predominantemente, a esfera Executiva, inicialmente no governo estadual e, a partir das associações da Rede Empresarial, nos executivos municipais. Já em nível nacional, a esfera Legislativa é o alvo principal, com articulações com os deputados federais e senadores. As especificidades dessas ações serão tratadas no decorrer dos próximos capítulos, tendo como eixo a educação.

2.3 APONTAMENTOS INICIAIS SOBRE A DINÂMICA DE ATUAÇÃO DO MOVIMENTO EMPRESARIAL ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO

Diante das considerações desenvolvidas neste capítulo, cabe-nos algumas pontuações. O Meesa configura-se como um aparelho privado de hegemonia de frações da burguesia que, como já mencionado, propõe-se a ser a referência do pensamento empresarial. Ao colocar-se nesta posição, a organização assume a função de dirigente coletivo de uma vontade coletiva classicista.

Engendrado na sociedade civil, os aparelhos hegemônicos privados, como o caso do Meesa, atuam como intelectuais orgânicos coletivos, na medida em que assumem função formuladora, organizativa, diretiva e difusora de uma concepção de mundo burguesa. Ao se considerar a compreensão classista proposta por Gramsci, pode-se inferir que o intelectual orgânico "[...] é o indivíduo ou a organização social (sindicato, partido político, etc.) que se propõe a assumir inúmeras tarefas [...] sobretudo três com perfis dialeticamente articulados: as de cunho científico-filosófico, as educativo-culturais e as políticas" (Martins, 2011, p. 140). Constituindo-se no seio da sociedade civil, os aparelhos hegemônicos privados do capital, como o caso do Meesa, atuam como intelectuais orgânicos coletivos, na medida em que assumem papel de formulação, organização e difusão de uma concepção de mundo burguesa, com a função primeira de "[...] promover a reprodução do modo de vida social ao nível da subjetividade, da intersubjetividade e da prática social [...]" (Martins, 2011, p. 145), garantindo, assim, a manutenção e consolidação hegemônica.

Por conseguinte, enquanto dirigente de uma vontade coletiva de frações dominantes, o Meesa exerce também a função de partido político, tendo em vista o seu caráter de organizador da hegemonia empresarial, bem como o processo de elaboração dos seus próprios intelectuais e a atribuição fundamental de desenvolver os "[...] elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como 'econômico', até transformá-los em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política" (Gramsci, 2001, v. 2, C12, § 1, p. 24).

Sobre a relação do Meesa, aparelho privado de hegemonia de frações da burguesia, e o aparelho governamental, nosso entendimento debruça-se na concepção gramsciana de Estado Integral. Para o filósofo marxista sardo, o "Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo" (Gramsci, 2022, v. 3, C13 §17, p. 42). É relevante notar que a classe dominante busca criar condições favoráveis apresentando tal expansão como expressão de toda sociedade ao

incorporar à vida estatal interesses e demandas dos grupos e das classes subalternas, conformando-os à ordem dominante e suprimindo a sua lógica de classe (Bianchi, 2018).

Dessa forma, os contornos do Estado, em Gramsci, vão além do aparelho coercitivo governamental, tendo em vista que é entendido de maneira ampla e orgânica à classe que o dirige. O desenvolvimento do consenso compõe a fórmula que resulta no "Estado Integral", qual seja: sociedade política + sociedade civil; coerção + hegemonia, isto é, "[...] hegemonia encouraçada de coerção" (Gramsci, 2022, v. 3, C6, § 88, p.245). A leitura desatenta, porém, pode levar à interpretação equivocada de colocar a sociedade política como exclusiva à coerção e a sociedade civil ao consenso. Contrariamente à essa possibilidade interpretativa, Gramsci indica tal secção como uma abstração arbitrária, uma hipóstase desenvolvida pela ideologia liberal.

Portanto, é relevante enfatizar a "dupla perspectiva" (Gramsci, 2022, v. 3, C13, § 14, p. 33) da concepção do poder político traduzida de Maquiavel por Gramsci e metaforizada na figura do Centauro, ser mitológico de natureza contraditória (fera e humana), representando a coerção e o consenso que, dialeticamente, correspondem a natureza do poder político. Sob esse olhar unitário, "[...] não é apenas a coerção que não pode existir sem consenso. Também o consenso não pode existir sem a coerção" (Bianchi, 2018, p. 167). Assim, no aparelho governamental (sociedade política), a coerção é hegemônica, mas a busca pelo consenso está dialeticamente imbricada na sua constituição (Bianchi, 2018), tendo em vista que "o Estado deve ser concebido como 'educador' na medida em que tende precisamente a criar um novo tipo de civilização" (Gramsci, 2022, vo. 3, C13, §11, p. 28). Por sua vez, na sociedade civil, o consenso é hegemônico, mas a coerção também é lançada como instrumento de poder.

Ao desenvolver o conceito de legislador, Gramsci infere que

> [...] o poder legislativo máximo reside no pessoal estatal (funcionários eleitos e de carreira), que têm à disposição as forças coercitivas legais do Estado. Mas não se pode dizer que os dirigentes de organismos e 'organizações' privadas também não disponham de sanções coercitivas, até pena de morte (Gramsci, 2022, vo. 3, C14, §13, p. 302).

Nota-se que Gramsci concebe a coerção também na esfera da sociedade civil, por meio dos seus intelectuais/dirigentes e da força das organizações privadas, isto é, dos aparelhos privados de hegemonia. As sanções coercitivas podem ocorrer por meio de diversas violências privadas. É, portanto, combinando força e consenso, dominação e hegemonia que "[...] a supremacia de um grupo social se manifesta" (Gramsci, 2002, vo. 5, C19, § 24, p. 62).

Destarte, "[...] por 'Estado' deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho 'privado' de hegemonia ou sociedade civil" (Gramsci, 2022, vo. 3, C6, § 137, p. 256).

É nesta compreensão orgânica e ampla do "Estado Integral" que reside o avanço de Gramsci ao tratar da sociedade civil. Por esse nexo indissociável, pode-se afirmar que "o Estado tem e pede o consenso, mas também 'educa' este consenso através das associações políticas e sindicais, que porém são organismos privados, deixados à iniciativa privada da classe dirigente" (Gramsci, 2022, v. 3, C1, § 47, p. 121).

Enquanto os aparelhos hegemônicos e coercitivos do governo, caracterizam-se pela sua institucionalidade estatal, os aparelhos privados de hegemonia caracterizam-se pela sua constituição no palco da sociedade civil. Os primeiros correspondem à "Unidade do Estado na distinção dos poderes; o Parlamento, mais ligado à sociedade civil; o Poder Judiciário, entre Governo e Parlamento, representa a continuidade da lei escrita (inclusive contra o Governo)" (Gramsci, 2022, v. 3, C6, § 81, p. 237), isto é, legislativo, judiciário e executivo com os seus desdobramentos no corpo societário (escolas e institutos e universidades, por exemplo). Os últimos revelam-se: na imprensa, nas associações,[142] nos sindicados,[143] nos partidos políticos, nas igrejas,[144] nas escolas e instituições de ensino privadas[145] etc.

No seio governamental, tanto a coerção (que é hegemônica e vista mais explicitamente nas ações militares e policiais), como o consenso estão presentes. Ao desenvolver uma nota sobre as funções do "Estado ético ou de cultura" no desenvolvimento de conformação da grande massa a um determinado nível cultural e moral com correspondência ao desenvolvimento das forças produtivas, Gramsci considera:

> **A escola como função educativa positiva e os tribunais como função educativa repressiva e negativa são as atividades estatais** mais importantes neste sentido: mas, na realidade, para este fim tende uma multiplicidade de outras iniciativas e atividades chamadas privadas, **que formam o aparelho da hegemonia política e cultural das classes dominantes**. (Gramsci, 2022, vo.3, C8, §179, p.285, grifo nosso).

Nessa nota, podemos destacar dois aspectos: primeiro, as funções de consenso e coerção desenvolvidas pelo aparelho estatal; e segundo, a imbricação, isto é, a indissociabilidade entre sociedade política e a sociedade civil, ou seja, do Estado Integral que, mediados pelos seus intelectuais orgânicos atuantes nos aparelhos hegemônicos governamental e privados, buscam

[142] Gramsci, 2022, vo. 3, C13, § 37, P. 96.

[143] Gramsci, 2022, vo. 3, C1, § 47, P. 121

[144] Gramsci, 2022, vo. 4, C20.

[145] Gramsci, 2004, vo. 2, C12, § 1;2.

a conformação do consenso respectivo aos interesses de classe. Além disso, acolhemos a interpretação de Guido Liguori,[146] segundo a qual:

> A sociedade civil é entendida como conjunto de "organizações ditas privadas". Aqui retorna uma expressão semelhante àquela já vista e, Q 12, §1, ("organismos designados vulgarmente como 'privados'") e que é possível encontrar em várias passagens dos Cadernos. O uso de aspas […] ou do advérbio 'vulgarmente' […] assim como a expressão "ditas", que precede "privadas", são sinais e índices da maior importância: dizem-nos que, para Gramsci, tais aparelhos hegemônicos, **aparentemente "privados", na realidade fazem plenamente parte do Estado** e, portanto, nos permitem falar de "Estado ampliado" [Estado Integral] (Liguori, 2007, p. 21, grifo nosso).

Cabe sublinhar o caráter de classe das iniciativas privadas, ou seja, dos aparelhos privados de hegemonia, expresso por Gramsci como "[...] aparelho hegemônico de um grupo social" (Gramsci, 2022, vo. 3, C6, § 137, p. 255). É muito importante salientar esta realidade conflituosa em que classes sociais antagônicas se enfrentam politicamente via aparelhos hegemônicos. Bianchi (2018, p. 158) adverte que

> Esse alerta se justifica na medida em que, no vocabulário político hodierno, um conceito tocquevilliano de 'sociedade civil' tornou-se preponderante. Nesse conceito, sociedade civil passou a significar um conjunto de associações situadas fora da esfera estatal, indiferenciadas e potencialmente progressistas, agentes da transformação social e portadoras de interesses universais não contraditórios.

Contra essa perspectiva tocquevilliana, ressalta-se o aspecto material da hegemonia, haja vista que "A luta de hegemonias não é apenas luta entre 'concepções de mundo' [...]; ela é também luta dos aparelhos que funcionam como suportes materiais dessas ideologias, organizando-as e difundindo-as" (Bianchi, 2018, p.158).

Sobre a materialidade da superestrutura, Gramsci aponta que

> Uma classe se forma com base em sua função no mundo produtivo: o desenvolvimento e a luta pelo poder e pela conservação do poder criam as superestruturas, que determinam a formação de uma "especial estrutura material" para sua difusão, etc. O pensamento científico é uma superestrutura que cria "os instrumentos científicos"; a música é uma superestrutura que cria os instrumentos musicais. Logicamente, e também cronologicamente, tem-se: estrutura social-superestrutura-estrutura material da superestrutura (Gramsci, 2014, vo. 6, C4, § 12, p. 323).

[146]Embora nesta passagem Liguori utilize a expressão "Estado Ampliado", Bianchi (2018) lembra das observações prudentes feitas pelo autor a respeito das simplificações e confusões no uso do termo: "por um lado o conceito de Estado ampliado acolhe a distinção entre Estado e sociedade civil sem cancelar ou suprimir nenhum dos dois termos e, por outro, indica 'que esta unidade advém, se a expressão me é permitida, sob a hegemonia do Estado' (Liguori, 2006, p. 13)". Uma obra precursora do uso da expressão "Estado Ampliado" foi "Gramsci e o Estado" (1980), de Christinne Buci-Glucksmann (1980), que alude à concepção gramsciana de ampliação do Estado. Desde a referida publicação, as expressões Estado Ampliado ou Integral passaram a ser utilizadas para tratar do conceito de Estado de Gramsci. No entanto, em virtude do seu sentido teórico e da forma como Gramsci utilizou o termo nos cadernos, entendemos que "Estado Integral" melhor traduz o sentido da teoria do Estado desenvolvido pelo marxista sardo (Cf. Gramsci, 2022, v. 1, C 6, § 10; § 155).

É sob esta orientação dialética que entendemos os aparelhos privados de hegemonia como uma estrutura material de classe para a sua difusão superestrutural, isto é, como aparatos materiais socialmente diferenciados em uma sociedade marcada pela luta entre as classes, que se organizam com o objetivo de conquistar, desenvolver e garantir as posições nas frentes de combate social e político-ideológico.

Revela-se, então, a unidade-distinção entre sociedade civil e sociedade política, fundamental para os interesses corporativos das frações dominantes que, ao apoderar-se do aparelho estatal, operam de forma a buscar a manutenção dos seus negócios.

No caso do Espírito Santo, o contexto político-econômico capixaba serviu de motor para o advento do Meesa. A criação desse aparelho privado de hegemonia empresarial expressou a reorganização da classe dominante estadual (Mascarenhas, 2014) na constituição do bloco no poder (Poulantzas, 1977), cujos interesses eram ameaçados pelo tipo de dinâmica tradicional de representação "patronal". A primeira tentativa do grupo fundador do Meesa foi disputar eleições e cargos do Findes, mas sem obter êxito. Como apontado, tal episódio foi recheado de interferências do próprio governo do Estado nessas eleições, mais precisamente, pelo então Governador José Inácio, representante das forças elitistas tradicionais. Sob esse aspecto, o grupo precisou sair do modelo de organização empresarial até então existente no Estado para fazer valer seus interesses. Isso implicou, dentre outras tarefas, não apenas criar o Espírito Santo em Ação, como também disputar a condução da sociedade política.

Tratou-se, portanto, de um processo de conformação e remodelamento do bloco histórico, em um contexto de descompasso entre a economia e a política, no qual forças tradicionais obstruíam o avanço no processo de acumulação do capital vinculado à nova configuração econômica do petróleo e gás em terras capixaba.

Lembramo-nos que, na concepção gramsciana, "bloco histórico" "[...] adquire relação dialético-material com a realidade, assumindo-se como a unidade dialética entre forças produtivas, relações sociais de produção e superestrutura jurídico-política num dado momento histórico" (Galastri, 2013, p. 82). Reinterpretado sob a luz do "Prefácio de 1859"[147] por Gramsci (Bianchi, 2018), o nexo indissolúvel articulado entre estrutura e superestrutura, conformados em uma unidade dialética do bloco histórico, adquire valor concreto por sua condição de historicidade, na medida em que está aberto à mudança, à transitoriedade, ou seja, à perspectiva

[147] MARX, Karl. Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política. In: MARX, Karl. Contribuição à Crítica da Economia Política. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

histórica. É, por conseguinte, "[...] relacionado à conformidade possível entre ação histórica e modelo lógico-filosófico, à objetivação da fusão entre teoria e prática, entre uma determinada concepção de mundo e uma ação política coletiva em conformidade com tal concepção" (Galastri, 2013, p. 84), que o bloco histórico é traduzido por Gramsci.

Então, entende-se por bloco histórico como um "[...] conjunto de forças sociais coesas, no qual a estrutura econômica encontra correspondência na ideologia reinante, e por ela procura fazer subsumir as contradições inexoravelmente inerente ao modo de vida capitalista" (Martins, 2011, p. 137). Nas palavras de Gramsci, é a "[...] unidade entre natureza e o espírito (estrutura e superestrutura), unidade dos contrários e dos distintos" (Gramsci, 2022, v. 3, C13, § 10, p. 26).

Assim, nesse processo de conformação e remodelamento da superestrutura à estrutura, isto é, do bloco histórico, o Meesa se lança à disputa da hegemonia do bloco no poder, com o intuito de estabelecer as diretrizes político-econômicas compatíveis com os seus interesses e com a recomposição do processo de acumulação do capital.

Um ponto relevante a ser destacado é que, quando a manutenção da hegemonia do Meesa no bloco no poder foi ameaçada pelo contexto de alteração dos sujeitos políticos no Executivo estadual (de Paulo Hartung para Casagrande, em 2011), a organização logo se empenhou em se rearticular para manter a sua posição dominante. Isto revela que os interesses econômicos se sobrepõem aos sujeitos específicos que integram uma conjuntura política, tendo em vista a prioridade, em última instância, da "[...] estrutura como ponto referência e de impulso dialético para a superestrutura" (Gramsci, 2022, v. 1, C 10, § 41, p. 387). Assim, por mais que houvesse aliança com Paulo Hartung, os interesses burgueses necessitavam se impor na condução política de outros governos que viriam a se constituir.

Considerando isso, não é de assustar que o eixo de atuação do Meesa seja o da relação público-privado ancorada na noção de governança: "[...] a relação público-privada tornou-se o eixo central da entidade" (Rainha, 2012, p. 81). Mas em que medida essa preocupação central representa um problema? Conforme sublinha Araújo (2012), no Brasil, o regime de colaboração como instituto jurídico político próprio da matriz do federalismo cooperativo da Constituição Federal de 1988 não foi regulamentado ainda por Lei Complementar, tal como se estabelece no parágrafo único do artigo 23. As práticas dessas organizações empresariais tendem a impor essa forma de governança como modelo do regime de colaboração de modo a manter seus interesses. Funcionam, assim, como "o atalho silencioso do empresariado para a definição e regulamentação do regime de colaboração" (Araújo, 2012, p. 515).

Constata-se, ainda, que esse aparelho privado de hegemonia empresarial capixaba se coloca como elemento de uma rede de interesses que aglutina frações burguesas locais e internacionais. Tal fato se dá em virtude da necessidade de um movimento mais local para reverberar, a partir de especificidades das federações brasileiras, as orientações e os interesses empresariais gerais. Portanto, a burguesia organiza sua vontade coletiva em complexas redes que não prescindem de particularidades regionais e locais, visto que, assim, ganham potencial de difusão e capilaridade na conformação de consensos.

No caso do Espírito Santo, o Meesa conseguiu desde a sua fundação consolidar o consenso sobre os projetos encampados pelo aparelho de Estado, contando com uma ampla rede de articulações, com estruturas midiáticas que difundem os ideais do movimento, ao mesmo tempo em que blindam os governantes sintonizados com os projetos hegemônicos.

Por fim, pelo que colocamos neste capítulo, o Meesa já completa duas décadas e, nessa trajetória, é possível visualizar mudanças em sua organização, como evidenciamos. Cabe-nos destacar que essas mudanças também impactaram na sua forma de compreender a educação. A partir dos dados documentais analisados, identificamos que a organização passou por três principais fases quanto ao quesito educação, quais sejam: a primeira de 2003 a 2013, momento das primeiras formulações; a segunda de 2014 a 2018, ocasião da consolidação das formulações; e a terceira de 2019 a 2023, momento da difusão e execução das formulações. Detalharemos esses momentos a partir do próximo capítulo.

3. AS PRIMEIRAS FORMULAÇÕES DO MOVIMENTO EMPRESARIAL ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO PARA A EDUCAÇÃO (2003-2013)

A atuação do Meesa no campo educacional tem um início marcado por um nível de ação pouco desenvolvido, pois as prioridades do movimento naquela conjuntura eram outras, como o desenvolvimento de infraestrutura da cadeia produtiva e de transporte e logística. Porém, já era possível identificar o nível mais elevado de consciência das frações de classe que compuseram a organização, à medida que os projetos empreendidos pretendiam se fazer valer como interesse de toda a sociedade.

Naquele contexto inicial, observa-se um forte discurso em favor do desenvolvimento sustentável do Espírito Santo. Tal sustentabilidade não se relaciona às questões socioambientais, mas, sim, à manutenção e ao crescimento do desenvolvimento econômico capixaba. Por mais que apareçam nos documentos da organização, vez ou outra, as dimensões sociais e ambientais desta pretensa sustentabilidade, estes mesmos documentos evidenciam as contradições entre os discursos e as práticas.

Por exemplo, no relatório anual de 2006/2007, o aparelho privado de hegemonia apresentou as ações da Câmara do Meio Ambiente, criada em 2005, vinculada ao Comitê de Acompanhamento da Ação Política e Cidadania (comitê político-estratégico) como apoio técnico na área ambiental. Esta Câmara do Meio Ambiente questionou, dentre outras questões, a criação de uma Unidade de Conservação de Santa Cruz, região que compreende os municípios de Serra, Fundão e Aracruz e que, para o Meesa, poderia comprometer o desenvolvimento do Espírito Santo, em virtude do potencial da região para atividades econômicas portuárias e de petróleo e gás.

Também é possível perceber essa preocupação exclusivamente econômica, na entrevista concedida à Rede Gazeta pelo recém-eleito presidente do Meesa, em 2010, Alexandre Nunes Theodoro (2010): [148]

> No desenvolvimento sustentável, né, nós trabalhamos, basicamente, por exemplo, na logística nós temos hoje um projeto chamado Pelts, que é o Plano Estratégico de Logística e Transporte e aí está envolvido, a duplicação da Br-101, o nosso aeroporto, né, o trabalho junto ao governo federal, nesse sentido. A questão dos nossos portos, a modernização do porto de Vitória, o nosso petróleo, na garantia que os nossos royalties fiquem aqui e não nesta possibilidade da emenda 'Ibsen' e 'Simon', o veto do presidente pra que, na questão do que está contratado, o próprio pré-sal que vem por aí. Esse dinheiro chegue e é um dinheiro novo para novos investimentos. Então, nessa linha, projetos como estes que nós desenvolvemos.

[148] Matéria transmitida no Jornal Bom dia ES, da TV Gazeta, no dia 21/07/2010 e reproduzida pelo canal do Meesa no Youtube (Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6iPzmAfJSlE Acesso em: 20 fev. 2024).

O chamado “desenvolvimento sustentável” operado pelo Meesa é compatível com aquele difundido pelo Relatório Brundtland no documento intitulado “Nosso Futuro Comum”, em 1987, pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente das Nações Unidas,[149] e que vem sendo amplamente utilizado por diversos setores. Trata-se de uma ideologia que projeta uma suposta conciliação entre a ecologia e o capitalismo. Nesse prisma, criam-se discursos e práticas que tentam compatibilizar o crescimento econômico, a preservação e conservação ambiental, a partir de um suposto “capitalismo verde”. Assim, não se questiona as bases do capitalismo, que congrega em si as múltiplas contradições socioambientais, as desigualdades e a espoliação do ser humano e da natureza, pois seu fim máximo é a expansão da acumulação do capital. Com a lente do materialismo histórico-dialético, compreendemos que essa ideia de “desenvolvimento sustentável” é parte do aparato capitalista para mascarar a realidade profundamente contraditória (Freitas; Nélsis; Nunes, 2012), geradora de “falhas metabólicas” entre o ser humano e a natureza (Foster, 2014).

Como se vê, a noção de desenvolvimento sustentável está especificamente correlacionada à manutenção dos investimentos e ao crescimento econômico do Estado que, inclusive, ocorre em detrimento da conservação ambiental, haja vista os projetos listados, planejados e empreendidos nos anos subsequentes.[150]

Portanto, naquela conjuntura, os vários gargalos e obstáculos para o desenvolvimento econômico capixaba tomaram o primeiro plano das preocupações e ações da organização. Assim, com a superação das contradições político-institucionais mais agudas dos governos precedentes e a formação de um *bloco no poder*, dirigido pelas frações do empresariado e articulado em torno da eleição de Paulo Hartung (PSB), em 2002, o Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação (Meesa), criado em 2003, passa a ser a principal organização empresarial capixaba a incidir sobre as políticas públicas. Então, diante disso, como a educação estava inserida nas discussões e ações do Meesa?

Inicialmente, cabe dar destaque à primeira formulação de educação do Meesa. Assim, dentre os principais compromissos e valores norteadores do movimento, um deles é a “Educação e Construção da Consciência Cidadã”. Para a organização,

---

[149] Relatório Brundtland (1987) “Nosso Futuro Comum” (Disponível em: https://semil.sp.gov.br/educacaoambiental/prateleira-ambiental/nosso-futuro-comum-relatorio/. Acesso em: 05 nov. 2024).

[150] Reportagem do Jornal Século Diário intitulada “Obras no novo aeroporto destroem última área de restinga de Vitória” (Disponível em: https://www.seculodiario.com.br/meio-ambiente/obras-do-novo-aeroporto-destroem-ultima-area-de-restinga-de-vitoria. Acesso em 21 mar. 2024). Duplicação da BR 101; Concessão da Br 101 para uma das mantenedoras ECO101.

> A **educação é primordial na criação de condições para o desenvolvimento econômico e social** de um país, visando a um **convívio construtivo**, num mundo cada vez mais competitivo e globalizado. É também fator decisivo no **combate à violência** e na construção de uma consciência cidadã, bem como na inserção da sociedade num processo rápido de mudanças e para o engrandecimento cultural do Estado (Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação, 2004/2005, p. 3, grifos nossos).

Como se pode notar, para o Meesa, a educação é entendida como espécie de panaceia para as diferentes contradições existentes na sociedade. Assim, além de servir aos interesses de desenvolvimento econômico e social, a educação seria solução para a superação dos conflitos e, portanto, para a construção de uma sociabilidade pacífica que promoveria coesão social.

Esse discurso é bastante sedutor, pois parece configurar-se como uma devida valorização da educação. Porém, ao atribuir a ela tamanho poder, não reconhece suas determinações histórico-sociais e, por essa razão, movimenta-se no campo teórico não-crítico segundo o qual cabe à educação integrar, restaurar a harmonia e ordem social (Saviani, 1999).

Nesse primeiro momento, o enfoque que o Meesa dá à educação em suas ações está, por um lado, relacionado às demandas corporativas específicas da fração do empresariado do setor educacional privado, membros mantenedores do movimento, como Faesa (2004/2025), Fucape (2004/2025), UVV (2004/2005) e UCL (2009/2011), que representam os próprios interesses, isto é, os interesses do Sindicato das Empresas Particulares de Ensino do Estado do Espírito Santo (Sinepe-ES). Por outro lado, estão imbricadas com a necessidade corporativa de toda classe dominante de geração de capital humano para atender a aspiração de desenvolvimento sustentado da economia capixaba que, por seu turno, são anunciadas como se fosse do interesse de toda a sociedade.

Assim, organizamos este primeiro momento nesses dois eixos que estão profundamente conectados: as demandas corporativas do setor educacional empresarial privado com os Programas “Bolsa Sedu” e “Nossa Bolsa” e as metas de desenvolvimento sustentado e articulado ao Plano de Desenvolvimento ES 2025 e ES 2030.

3.1 BOLSA SEDU E NOSSA BOLSA: O EMPRESARIADO NA DISPUTA DO FUNDO PÚBLICO

O Código de Ética do Meesa[151] (Espírito Santo em Ação, 2020, p. 6-7), em seu item 2.0, "Comportamento ético do público interno", aponta que os membros do movimento devem abster-se de (2.2, b) "[...] utilizar informações, prestígio ou influência obtidos em razão da função para lograr, direta ou indiretamente, ganho, benefício ou vantagem para si ou para outrem"; e se comprometerem a (2.4, a) "[...] evitar qualquer oportunidade de ganho que possa ser obtido por meio ou em consequência das atividades desempenhadas em seu cargo ou função, em benefício próprio, de parente até o segundo grau civil, ou de terceiros com os quais o integrante mantenha relação de sociedade".

Apesar do verniz ético dos seus documentos, o início das atividades do Meesa na educação é marcado exatamente pela quebra desses valores. Para ilustrar, Lima e Peterle (2021, p. 16-17) apontam que

> Em 2002, essa instituição propôs ao governo os programas "Bolsa Sedu" e "Nossa Bolsa" para comprar vagas em cursos técnicos e de ensino superior, transferindo, regiamente, vultosos recursos para o mercado da educação. Tais iniciativas esvaziaram e mataram no nascedouro o projeto de criação de uma estrutura estadual de ensino técnico e de ensino superior.

Como se vê, as proposições desses programas foram realizadas quando o Meesa ainda era uma ideia. Assim que se estrutura, o aparelho privado de hegemonia passa a atuar para remover os obstáculos que atravancavam o desenvolvimento de suas atividades, ao mesmo tempo em que protagonizavam as saídas/soluções para as suas próprias demandas.

Foi o caso do Programa Nossa Bolsa,[152] instituído pela Lei nº 8. 263, de 25 de janeiro de 2006 e alterado pelas Leis nº 8.642, de 16.10.2007 e 9.122, de 30.3.2009, e caracterizado pela concessão de bolsas de estudos, com recursos da Secretaria de Estado da Educação (Sedu)

---

[151] Em sua primeira redação, publicada no endereço eletrônico do Meesa em 23/12/2010, o Código de Ética indica, em seu capítulo II, das Vedações, o seguinte: "[...] ao associado e colaborador é vedado pleitear, sugerir ou aceitar qualquer tipo de ajuda financeira, presente, gratificação, prêmio, comissão, empréstimo pessoal ou vantagem de qualquer espécie, para si ou para outrem, para influenciar ou deixar de fazer algo no exercício de sua função; A utilização de informação, prestígio ou influência obtidos em razão da função para lograr, direta ou indiretamente, ganho, benefício ou vantagem para si ou para outrem também é vedada ao associado e colaborador do Movimento Empresarial do Espírito Santo" (Disponível em: https://web.archive.org/web/20101223232356/http://www.es-acao.org.br/_midias/pdf/114-4ab6a08679e3b.pdf. Acesso em: 23 jan. 2025).

[152] Inicialmente nomeado de Programa Bolsa Universitária NOSSABOLSA. A nova denominação foi dada pela Lei nº 10593/2016. (Disponível em: https://fapes.es.gov.br/Media/fapes/Lista%20de%20Arquivos/Leis/01092632009.pdf. Acesso em: 24 mar. 2024).

e da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional (Sedict), para custear as semestralidades de cursos de graduação em Instituições de Ensino Superior (IES) situadas no estado do Espírito Santo a estudantes que tenham cursado os anos finais do ensino fundamental e todo o ensino médio na rede pública.

As IES privadas, desde então, contam com repasse de recursos públicos estaduais (Tabela 1), garantem a lucratividade de sua atividade, asseguram a sua influência junto ao governo do Estado com o Meesa, solapando qualquer possibilidade de desenvolvimento de uma universidade pública estadual de qualidade. Além do mais, tendo em vista o domínio sobre um público popular aderente ao programa, conseguem vantagens na disputa das consciências e da forja do consenso e, portanto, do senso comum.

Tabela 1 - Valores gastos no Programa Nossa Bolsa: 2007 a 2013

Programa Nossa Bolsa: 2007 a 2013	
Ano	Valor em Reais (R$)
Até 2008	17.675.000,00
2009	16.000.000,00
2010	19.147.568,00
2011	21.956.323,00
2012	24. 000.000,00
2013	11.658.643,52
Total	**110.437.534,52***

*Valor corrigido pelo IGP-M, considerando cada ano, para o ano de 2024 é de R$276.027.563,00.
Fonte: Fapes (2011; 2013).[153]

Embora o Programa Nossa Bolsa só tenha sido institucionalizado em 2006 e a sua efetivação em 2007, o fato de o Meesa já ter idealizado a proposta em 2002 diz muito sobre a visão das frações do empresariado capixaba no que concerne às políticas educacionais privatizantes.

Lembramos que, em 2004, o Governo Federal apresentava a proposta do Programa Universidade Para Todos (Prouni), institucionalizado pela Lei 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Tal programa estabelece, desde então, a renúncia fiscal de quase todos os tributos federais às Instituições de Ensino Superior (IES) com ou sem fins lucrativos. Assim, no Espírito Santo, o empresariado se mobilizou para contar com as benesses fiscais do governo Lula e com o repasse de dinheiro público estadual diretamente para as suas receitas por meio do Programa Nossa Bolsa.

[153] Os valores mencionados foram levantados em notícias divulgadas no endereço eletrônico da Fapes. (Disponível em: https://fapes.es.gov.br/governo-investe-mais-r-7-milhoes-no-programa. Acesso em: 28 mar. 2024); (Disponível em: https://fapes.es.gov.br/estudantes-do-nossabolsa-terao-passe-escolar. Acesso em 28 mar. 2024).

Desse modo, tais IES preencheram as suas vagas ociosas, em decorrência da falta de alunos pagantes, com alunos provenientes do Prouni e do Nossa Bolsa.

Assim, se por um lado, tais mecanismos privatizantes promoveram o aumento do número de jovens e adultos que acessam ao nível superior, por outro, questiona-se a qualidade da formação oferecida pelas IES privadas, bem como o processo de diminuição da arrecadação de tributos que poderiam ser aplicados na educação pública (caso do Prouni) e a transferência de recursos públicos para as IES privadas, inibindo o nascimento de uma universidade estadual pública (caso do Nossa Bolsa).[154]

Outro caso foi o do programa Bolsa Sedu, especificamente demandado pelo Meesa, por meio de um estudo realizado pela organização e entregue à Sedu "[...] que apontou um déficit de 24 mil profissionais qualificados para os grandes empreendimentos do Espírito Santo até 2010 [...]" (Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação, 2006/2007, n.p.).

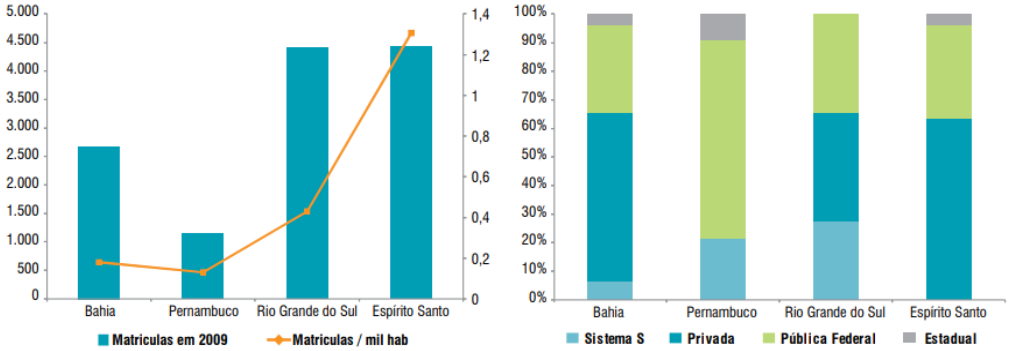
Diante da carência apontada de força de trabalho técnica especializada no ES, o Executivo Estadual encaminhou a compra de vagas para o ingresso de estudantes na rede privada, colocando o Estado em um patamar de destaque no aumento de matrícula na iniciativa privada.

Portanto, o Meesa elaborou o Plano Emergencial de Qualificação Profissional voltado, inicialmente, para as áreas de logística, química, eletrônica, metalurgia e mecânica. Na sua primeira rodada em 2007, 700 jovens de escolas públicas iniciaram a formação técnica nas faculdades privadas, com estágio garantido nas empresas parceiras do movimento.

De acordo com o relatório anual de atividades do Meesa (2008), o Plano Emergencial de Qualificação Profissional, uma parceria com a Sedu, visou ampliar os empreendimentos existentes, assim como ampliar outros novos. No ano de 2008, foi realizada outra pesquisa, desta vez com uma parceria entre Meesa, Sinepe-ES e Sedu. Deste estudo foram demandadas e abertas mais 1200 vagas nos municípios de Aracruz, Guarapari, Vitória, Linhares, Serra e Nova Venécia (Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação, 2008, p. 31). Em 2009, foram ofertadas mais 1200 vagas. Em 2010, outras 1600 bolsas para os municípios de Aracruz, Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica, Guarapari, Linhares, Santa Teresa, Serra, São Mateus, Vila Velha e Vitória, ofertando cursos de automação industrial, mecânica, eletrônica, química eletrotécnica, petróleo e gás, enfermagem, edificações e designer de móveis (Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação, 2009, p. 17).

[154] O Estado do Espírito Santo mantém apenas a Faculdade de Música do Espírito Santo "Maurício de Oliveira" (Fames), com cursos de licenciatura e bacharelado em música.

Gráfico 6 - Espírito Santo: formação de técnicos especializados (2009)



Fonte: MEC (Oliveira, 2010)

O Gráfico número 6 ilustra bem a situação do Espírito Santo naqueles anos iniciais do Programa Bolsa Sedu: em 2009, o Estado possuía um elevado percentual de matrículas em escolas técnicas privadas, mais de 60%, ao passo em que contava com baixíssimo investimento para matrículas em cursos técnicos nas escolas públicas estaduais e no Sistema S.[155]

No relatório anual de 2010, o movimento indica que o projeto, até aquele momento, havia capacitado 1800 estudantes, com previsão de formação de mais 600 estudantes. O programa prosseguiu nos anos posteriores, com elevação de vagas e, consequentemente, com elevação dos valores repassados para o empresariado da educação. A tabela 2 evidencia o custo mensal por aluno no ano de 2010. Considerando o custo médio de R$302,00 e o número de estudantes contemplados até aquele ano, os repasses do Estado para a iniciativa privada ultrapassaram os R$13.000.000 que corrigidos (IGP-M) chegariam, hoje, R$ 36.280.982,95. [156]

[155] Expressão que define o conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que, além de terem seu nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares. Fazem parte do sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac). Existem ainda os seguintes: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); e Serviço Social de Transporte (Sest). Fonte: Agência Senado. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s. Acesso em: 11 nov. 2024.

[156] Para contextualizar, o salário-mínimo, em 2010, era de R$510,00. O valor de R$302,00 corrigido pelo Índice Geral de Preços (IGP-M) para 2024 equivaleria a R$ 839,84.

Tabela 2 - Custo mensal por aluno do programa Bolsa Sedu segundo o curso: Espírito Santo, 2010

Curso técnico	Custo mensal por aluno (R$)	Custo total (R$)
Mecânica	306	5.512
Logística	272	4.902
Eletrotécnica	323	5.810
Eletrônica	308	5.537
Automação industrial	323	5.810
Química	303	5.461
Química (Petróleo e Gás)	303	5.461
Enfermagem	271	4.882
Metalurgia	333	5.985
Edificações	320	5.752
Design de interiores	271	4.882
Design de móveis	287	5.170
Custo médio	**302**	**5.430**

Fonte: Edital SEDU, Portaria nº1826-S, de 21/12/2009.
Nota: Os cursos em média possuem duração de 18 meses.

Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves, 2011.

Portanto, o Programa Bolsa Sedu[157] consistiu na oferta de bolsa de estudos em cursos técnicos de nível médio em escolas e faculdades privadas credenciadas, principalmente na área da indústria, para estudantes da rede pública. Mas não é qualquer oferta, trata-se da "[...] compra de vagas na rede privada de ensino técnico para os egressos da rede pública do EM escolhidos por meio de seleção pública" (Lima, 2012, p. 80).

Concordamos com Lima, Peterle e Almeida (2016, p. 469-470) no entendimento dessa política como uma "[...] alternativa privatizante [...]", pois, observa-se a sobreposição desse mecanismo de compra de vagas das escolas e faculdades privadas à "[...] à oferta pública estadual de ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio, disputando com essa os reduzidos investimentos em educação disponibilizados pelo governo estadual".

Assim, ao mesmo tempo em que nutre os cofres de tais empresas com recursos públicos, o Estado deixa de investir na estrutura de uma rede estadual de escolas que poderia atender a demanda da formação dos jovens (Lima, 2012). Nesse caso, nota-se que, ao obstaculizar os investimentos públicos na rede estadual e se tornar hegemônico, o Meesa consegue dirigir o modelo de educação profissional que os jovens trabalhadores vinculados ao programa terão.

Ao abordar a questão do ensino técnico-profissionalizante, faz-se necessário considerar o contexto em que o Brasil está inserido, pois trata-se de um país situado na periferia do capitalismo, subjugado pelo imperialismo historicamente e, ainda, com reverberações do seu

[157] Atualmente o Programa não existe mais com esse nome. No endereço eletrônico de seleção de estudantes da Sedu, consta a denominação "Bolsa Técnica", indicada como continuidade do programa anterior.

passado colonial e escravocrata, no qual persistem mentalidades escravagistas cristalizadas na classe dominante.

Nesta dinâmica capitalista, observa-se uma redução da dimensão educativa de formação profissional vinculando o trabalho à sua função instrumental de emprego. Assim, reduz-se o direito a educação à mera "[...] instrumentalidade da formação para o trabalho com um sentido economicista e feitichizado" (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005, p. 10).

Entendemos, portanto, que o projeto encaminhado pelo Meesa para a educação profissional, vincula-se integralmente à perspectiva instrumental de formação profissional, pois visa treinar a força de trabalho para atender aos interesses imediatos das frações empresariais. Faz isso também em virtude dos interesses dos ganhos com os repasses de recursos públicos para os membros do movimento e do empresariado da educação em geral (Sinepe-ES). Dessa forma, ao apresentar a educação como instrumento para a empregabilidade, o Meesa pode, também, ter alcançado a admiração dos sujeitos atendidos pelos programas e de seus familiares, aspecto importante para o exercício da hegemonia. Sobre preparação restrita da força de trabalho e a relação com o ES 2025 e ES 2030, tratamos a seguir.

3.2 O ENFOQUE NO DESENVOLVIMENTO DE CAPITAL HUMANO E O INÍCIO DO EMPRESARIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO ESPÍRITO SANTO

A partir do segundo biênio do primeiro governo estadual de Paulo Hartung, o Meesa articulou a construção do Plano de Desenvolvimento do Espírito Santo ES 2025, que, em 2006, foi apresentado à sociedade capixaba. Na abertura do documento, o governador Paulo Hartung apresenta o ES 2025 como fruto de uma construção participativa entre Governo e sociedade (Espírito Santo 2025, 2006).[158]

Contudo, para Rainha (2012, p. 126), "A decisiva participação do *Espírito Santo em Ação* na elaboração desse plano foi o ápice da intervenção do grupo no processo de formulação de políticas públicas [deste primeiro momento], haja vista que o *ES 2025* balizou as ações do segundo governo de Paulo Hartung (2007-2010)".

Assim, o Governo do Estado, o Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação (Meesa) e a Petrobrás elaboraram, em sete meses, o ES 2025. Enquanto a Petrobrás patrocinou o projeto, repassando recursos para a empresa Macroplan, que elaborou o plano, o Meesa ficou

[158] "Este Plano, construído participativamente, numa parceria Governo-Sociedade, aponta para um novo ciclo de desenvolvimento do Espírito Santo [...]" (Espírito Santo, 2006, p. 6).

responsável pela gestão do projeto e pela mobilização dos setores produtivos na formulação das propostas e colaboração técnica, a partir dos coordenadores Ernesto Mozaner (tesoureiro do Meesa) e Nilton Chieppe (diretor-coordenador do Meesa), conforme destacou o secretário de Estado de Economia e Planejamento, Guilherme Dias, na apresentação do documento ES 2025.

Além disso, a coordenação geral do Plano ES 2025 foi realizada pelo membro-fundador do Meesa Arthur Carlos Gerhardt Santos e pelo secretário Guilherme Dias, evidenciando a força dos dirigentes das frações empresariais capixabas no comando do Estado. Soma-se, ainda, o fato de que vários membros da organização participaram do Comitê de Acompanhamento, compondo a equipe técnica, como especialistas convidados ou consultores especialistas.

Rainha (2012, p. 127) salienta que "A grande crítica ao *ES 2025* é a de que ele não contou com uma participação ampla da sociedade civil [...]". Ao analisar o documento ES 2025, concordamos parcialmente com a visão da autora, haja vista a massiva participação do empresariado e a pouca representatividade de áreas do estado fora do circuito da Grande Vitória. Em entrevista concedia à Rainha (2012), ao ser questionado sobre o processo de elaboração do ES 2025, um dos membros do Meesa, afirmou que "[...] dizer que aquilo é participação da sociedade, é exagero. Nós fizemos reuniões do setor cultura. Tinha umas dez pessoas. Isso é participação do setor de cultura do estado? Você pode fazer um plano desses sem ir ao interior? Teve um seminário no interior" (E1).

No entanto, compreendemos que não se trata da abrangência do debate e do envolvimento da população, mesmo porque os canais de participação forjados na democracia liberal operam sob a lógica da manutenção da hegemonia burguesa, com espaços privilegiados às frações dominantes. Certamente isso não pode ser traduzido como ausência de contradição.

Sabemos que a luta de classes atravessa toda tecitura societária. A sociedade civil, portanto, é espaço da contradição, não apenas reservado à burguesia, às suas demandas econômico-corporativas e à consolidação da sua hegemonia. "Gramsci percebe que este espaço pode, também, transformar-se em uma arena privilegiada onde as classes subalternas organizam as suas associações, articulam as suas alianças, confrontam os seus projetos ético-políticos e disputam o predomínio hegemônico" (Semeraro, 2006, p. 102-103). Assim, entendemos que somente com a auto-organização das forças subalternas, com seus métodos, táticas e estratégias próprias é que podemos vislumbrar a luta pela hegemonia.

Conforme indica Silveira (2018, p. 132), "Dizer que a sociedade civil faz parte do Estado não implica concebê-la com instância meramente reprodutora dos interesses dos grupos dirigentes". Portanto, se a sociedade civil é parte indissociável do Estado (Integral), pode-se dizer que o Estado também está em disputa, por mais que as forças dominantes consigam, em

determinados momentos, forjar e consolidar o consenso, ao mesmo tempo em que atuam pela coerção, ou fazem o uso de uma maior coerção quando o consenso está em crise.

Segundo Gramsci, "A classe burguesa põe-se a si mesma como um organismo em contínuo movimento, capaz de absorver toda a sociedade, assimilando-a a seu nível cultural e econômico; toda a função do Estado é transformada: o Estado tornar-se 'educador', etc." (Gramsci, 2022, v. 3, C8, § 2, p. 272). Pois para Gramsci, "Toda relação de 'hegemonia' é necessariamente uma relação pedagógica [...]" (Gramsci, 2022, v. 1, C10, § 44, p. 402).

Por mais que tente se apresentar vestido com o capacete de Hades, invisibilizando o seu caráter de classe, o Estado, por ser a condensação material das relações sociais capitalistas, expressa interesses do grupo ou da classe que o domina "[...] para fortalecer a sua hegemonia na sociedade civil [..]" (Semeraro, 2006, p. 165), revertendo-a ao "[...] conteúdo ético do Estado" (Gramsci, v. 3, C6, § 24, p. 226).

No § 179 do Caderno miscelâneo 8, ao discorrer sobre o "Estado Ético ou de Cultura", Gramsci aponta que

> [...] todo Estado é ético na medida em que uma de suas funções mais importantes é elevar a grande massa da população a um determinado nível cultural e moral, nível (ou tipo) que corresponde às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, aos interesses da classe dominante" (Gramsci, 2022, v. 3, C8, § 179, p. 285).

Seja com funções educativas positivas (a escolar) ou repressivas (tribunais), o Estado, imbricando-se com os aparelhos privados de hegemonia da sociedade civil, educa o consenso. Contudo, Gramsci não elimina a composição diversa da sociedade civil, tampouco elimina as mediações políticas ou extingue a unidade-distinção entre sociedade política e sociedade civil (Semeraro, 2006). Pelo contrário, preserva a unidade-distinção, "[...] em uma relação dialética feita de interdependência, tensão e relativa autonomia" (Semeraro, 2006, p. 166).

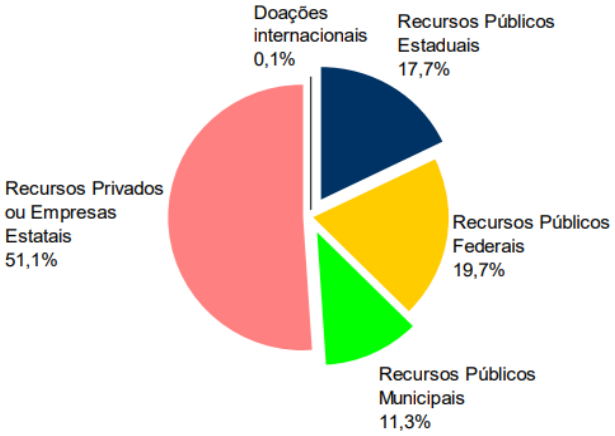
Em outra entrevista concedida à Gonçalves, Patez e Zorzal e Silva (2011), outro participante da organização aponta que "A reformulação do que a gente quer do Espírito Santo, nós conseguimos com o Governo do Estado fazer [Plano de Desenvolvimento Espírito Santo] 2025" (DSC: entrevistas realizadas entre outubro/2008 e janeiro/2009). Como se vê, o processo de elaboração do Plano ES 2025 foi dirigido pelas frações do empresariado capixaba e não contou com a ampla participação de toda a sociedade, como anunciado à época.

No documento ES 2025, constam: a análise do panorama daquele contexto ("Onde estamos"); a projeção para os próximos 20 anos, com planos e metas ("Aonde queremos chegar"); e as estratégias de desenvolvimento ("Como vamos chegar lá"), considerando 11 estratégias, 18 metas e 93 projetos estruturantes.

Segundo o Plano ES 2025, “Para viabilizar a execução dos 93 projetos estruturantes, estimou-se a necessidade de aplicação de R$ 68,8 bilhões, em 20 anos, distribuídos ao longo do período de planejamento”.

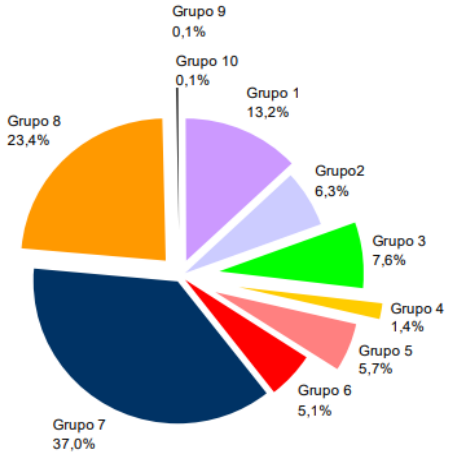
Os gráficos 7 e 8 colocam em evidência de onde sairiam tais recursos, isto é, as fontes financiadoras da execução do Plano, bem como o percentual do montante arrecadado ao longo dos anos destinado para cada grupo (Quadro 7).

Gráfico 7 - Recurso por fonte financiadora



Fonte: Macroplan (2006).

Gráfico 8 - Recurso por Grupo do Projeto



Fonte: Macroplan (2006).

Quadro 7- Agrupamento das estratégias do ES 2025

Estratégias de Desenvolvimento	
Grupo 1	Desenvolvimento de Capital Humano
Grupo 2	Erradicação da Pobreza e Redução das Desigualdades
Grupo 3	Redução da Violência e da Criminalidade
Grupo 4	Interiorização do Desenvolvimento
Grupo 5	Desenvolvimento da Rede de Cidades
Grupo 6	Recuperação e Conservação de Recursos naturais
Grupo 7	Agregação de Valor à Produção, Adensamento das Cadeias Produtivas e Diversificação Econômica

Grupo 8	Desenvolvimento da Logística
Grupo 9	Capital Social e Qualidade das Instituições Capixabas
Grupo 10	Fortalecimento da Identidade Capixaba e imagem do Estado
Grupo 11	Inserção Estratégica regional

Fonte: Elaborado pelo autor (2024), com base no documento ES 2025.

Para cada estratégia e desenvolvimento distribuído por Grupo, como evidenciado na Tabela [número acima], há a identificação dos recursos destinados e das suas respectivas fontes financiadoras, o que pode ser identificado na Tabela 3 abaixo:

Tabela 3 - Recursos por fonte financiadora

(em R$ milhões)

Fontes	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5	Grupo 6	Grupo 7	Grupo 8	Grupo 9	Grupo 10	Grupo 11	Total
Recursos Públicos Estaduais	1.277,72	1.627,14	5.010,63	378,68	311,81	1.025,85	1.068,99	1.349,69	79,49	30,25	-	**12.160,25**
Recursos Públicos	655,08	1.574,90	179,57	62,00	2.431,79	737,50	976,87	6.894,55	0,00	29,30	-	**13.541,55**
Recursos Públicos Municipais	6.258,44	1.110,09	4,77	38,00	348,81	8,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	**7.768,10**
Recursos Privados ou Empresas Estatais	832,30	28,88	5,75	498,25	850,04	1.682,00	23.354,22	7.768,95	0,76	14,65	-	**35.035,79**
Doações internacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	72,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	**72,00**
Total	**9.023,54**	**4.341,01**	**5.200,71**	**976,93**	**3.942,44**	**3.525,35**	**25.400,08**	**16.013,19**	**80,25**	**74,20**	**-**	**68.577,70**

Fonte: Macroplan (2006).

Observa-se que o Grupo 1, Desenvolvimento do Capital Humano, contava com 13,2 % dos recursos estimados, por volta de R$ 9 bilhões, dos quais mais de 90% seriam provenientes dos cofres públicos e menos de 10% seriam advindos de empresas privadas e estatais.

Os grupos 7 e 8, vinculados ao desenvolvimento das cadeias de produção, aos transportes e à logística, contariam, juntos, com 60,4% dos recursos (R$ 41,4 bilhões), sendo que mais de 90% dos recursos estimados viriam de empresas privadas e estatais e menos de 10% seriam oriundos de recursos públicos.

Os percentuais expostos revelam as prioridades das frações empresariais no cenário capixaba naquele contexto: contar com recursos públicos no desenvolvimento de capital humano pela via da lógica privatizante, ou seja, pelo uso de dinheiro público na compra de vagas em faculdades e escolas privadas para benefício do empresariado desse setor e direcionar recursos para a estruturação da cadeia produtiva e da logística, emergência diagnosticada.

Contundo, uma dúvida importante é sobre o fato de a informação a respeito da disponibilidade de recursos advindos de empresas privadas estar somada ao das Estatais. Qual foi, de fato, a contribuição das empresas privadas nessa alocação de recursos? Não seriam tais recursos advindos, majoritariamente, da Petrobrás, empresa estatal de economia mista, haja vista a estimativa das operações na camada Pré-Sal em solos capixabas?

Poderíamos retomar outras nuanças do contexto do ES 2025, mas tal empreitada, além de fugir das nossas pretensões, já foi realizada por outras pesquisas (Rainha, 2012; Mascarenhas, 2021). Por isso, tratamos da especificidade da atuação do Meesa na educação a partir da concepção de formação de capital humano.

Na seção "Uma carta do futuro", um dos elementos projetados é o seguinte: "Após 20 anos de maciço investimento para a construção de um sistema de formação de capital humano de elevada qualidade, o Espírito Santo é referência nacional em educação!" (ES 2025, 2006, p. 12). Para tanto, os projetos estruturantes do ES 2025, vinculados à estratégia de "Desenvolvimento de Capital Humano referenciado em padrões internacionais de excelência", foram, assim, definidos: 1. Gestão e inovação do Sistema Educacional e das Escolas; 2. Formação e Valorização de Professores; 3. Implantação da Jornada Ampliada; 4. Qualidade e Expansão da Educação Infantil; 5. Qualidade do Ensino Fundamental; 6. Qualidade e Universalização do Ensino Médio; 7. Expansão e Qualidade do Ensino Técnico; 8. Expansão do Acesso ao Ensino Superior.

Como se pode notar, há uma série de preocupações vinculadas à régua internacional de avaliação externa e, nesse caso, o Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes (Pisa) é essa régua que fomenta o controle sobre os processos de gestão, aprendizagem com foco nos resultados e consequente responsabilização de gestores e professores.

Lembramos, ainda, que a revisitação à Teoria do Capital Humano, de Theodor Schultz, foi articulada ao ideal de capital social pelos idealizadores da Terceira Via. Considerando o contexto em que o documento ES 2025 foi elaborado e a compreensão corrente da educação na perspectiva liberal, torna-se evidente que a pedagogia do capital se inscreve em solos espírito-santense delineando esse horizonte ideológico nas políticas públicas de educação sob o comando das frações empresariais capitaneada pelo Meesa.

Dos oito projetos estruturantes apresentados para o desenvolvimento de capital humano, notamos que, neste primeiro momento, o Meesa direciona as suas ações no campo educacional ao "7. Expansão e Qualidade do Ensino Técnico" e ao "8. Expansão do Acesso ao Ensino Superior".

Isso ocorre por, pelo menos, três motivos. Primeiro, como já evidenciamos, responde às necessidades econômico-corporativas mais urgentes no que diz respeito à transferência de recursos públicos da educação e da ciência e tecnologia para o setor empresarial educacional. Em segundo lugar, porque relaciona-se, ao mesmo tempo, à demanda treinamento da força de trabalho para a manutenção do chamado desenvolvimento sustentado. Em terceiro, pelo fato de, nas análises do Meesa, a emergência maior ser focada no desenvolvimento de infraestrutura

de transporte e logística, setores que, por isso, contam com maior empenho e energia do que outras demandas.

A entrevista concedida à Rede Gazeta pelo recém-eleito presidente do Meesa, Alexandre Nunes Theodoro (2010),[159] ratifica esses aspectos elencados:

> [...] nós trabalhamos, basicamente, por exemplo, na logística nós temos hoje um projeto chamado Pelts, que é o Plano Estratégico de Logística e Transporte e aí está envolvido, a duplicação da Br-101, o nosso aeroporto, [...] a questão dos nossos portos, a modernização do porto de Vitória, o nosso petróleo, na garantia que os nossos royalties fiquem aqui e não nesta possibilidade da emenda 'Ibsen' e 'Simon', o veto do presidente pra que, na questão do que está contratado, o próprio pré-sal que vem por aí. Esse dinheiro chegue e é um dinheiro novo para novos investimentos. Então, nessa linha, projetos como estes que nós desenvolvemos.

Em outra entrevista prestada à Rede Tv, Alexandre Nunes Theodoro (2012)[160] afirma o seguinte:

> Infraestrutura é o caminho [...]. Sem infraestrutura nós não conseguiremos dar esse passo grandioso do Espírito Santo. [...] Como que nós podemos desenvolver o estado do Espírito Santo? Somente com a questão da infraestrutura. A questão da BR 101 tem que estar equacionada, a 262, os nossos portos, aeroportos, ou seja, e como que nós que estamos aqui investindo no Espírito Santo podemos avançar no nosso estado, crescer o estado sem infraestrutura?

Sobre educação e qualificação profissional, o presidente do Meesa, em 2010, aponta que

> [...] o setor produtivo sinaliza para o governo a necessidade de mão de obra e, automaticamente, o governo, por exemplo, no Programa Nossa Bolsa, o Bolsa Sedu, direciona os seus recursos pra qualificação, em que, haja qualificação do capixaba, mas também que ele possa estar sendo colocado nestas oportunidades de crescimento. Se há oportunidade de crescimento, se há qualificação, automaticamente a gente tem um impacto na questão da redução da violência, porque você tem a oportunidade para todo capixaba. E é isso, dentro desse trabalho, dentro desses projetos que nós desenvolvemos e estamos assumindo aí, hoje, a presidência do ES em Ação (Alexandre Nunes Theodoro, 2010).

Nesse sentido, observa-se uma unicidade entre a posição do Meesa e dos governantes do aparelho estatal. Por exemplo, no relatório anual do Meesa (2006/2007), o depoimento do Secretário de Estado da Educação Haroldo Corrêa Rocha (2003/2006) é cristalino ao considerar que:

> O desenvolvimento econômico deve ser sempre sinônimo de desenvolvimento humano. Assim, uma sociedade pode alcançar condições plenas de desenvolvimento social. E a **educação é a base desse processo**. Só com profissionais aptos a vivenciar, entender e agir sobre a realidade poderemos compartilhar um Espírito Santo onde reinarão a qualidade de vida, paz, justiça social e econômica, com oportunidades para

[159] Matéria transmitida no Jornal Bom dia ES, da TV Gazeta, no dia 21/07/2010 e reproduzida pelo canal do Meesa no Youtube (Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6iPzmAfJSlE Acesso em: 20 fev. 2024).

[160] Programa "Negócios de Sucesso", da Rede TV postado em 11 jun. 2012 no canal do Meesa. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ZeF-J5r7sU0. Acesso em: 20 fev. 2024.

> todos. Nosso trabalho como sociedade é construir agora essa realidade (Haroldo Rocha, 2006/2007, n.p., grifo nosso).

Com outras palavras, o depoimento do Governador Paulo Hartung também alude à educação como panaceia para todos os males sociais:

> [...] A inclusão social é a nossa prioridade à frente do Governo e também se colocou como o principal norte do Plano Estratégico de Desenvolvimento 2025 (ES 2025). E como constituímos um Governo de mutirão, o Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação vem contribuindo decisivamente para escrever a nova história capixaba. Combatendo a miséria, a pobreza e a ignorância, **com o foco na educação** [...] (Paulo Hartung, 2006/2007, n.p., grifo nosso).

Além disso, a peça publicitária divulgada pelo Meesa em suas redes e em seu canal no *Youtube* definiu educação da seguinte forma:

> Educação. Essa é a palavra que pode transformar o nosso país. Somente com engajamento dos governos, das empresas e da sociedade podemos melhorar a qualidade do ensino e ampliar as oportunidades. A educação fundamental é a base para um futuro promissor. Acredite nisso, faça a sua parte. Espírito Santo em Ação, desenvolvimento com responsabilidade (Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação, 2011).

Esta visão congregada nas falas institucionais do Meesa e dos representantes do aparato estatal sinaliza, como observado, um horizonte acrítico ao içá-la acima de suas determinações sociais com um poder social redentor. Ademais, ancora-se no ideário da Terceira Via de Giddens, na medida em que a educação é interposta como estimuladora da coesão social, como instrumento de desenvolvimento econômico, com enfoque sobre o indivíduo que, em tese, exerceria uma *cidadania ativa*, tanto pelo voluntarismo, quanto pela busca da empregabilidade.

No relatório anual de 2009, o então presidente Walter Lídio Nunes indicava:

> O papel do Espírito Santo em Ação também é buscar a convergência social dos atores públicos, despertando e valorizando a construção e o exercício da cidadania. O objetivo é orientar os cidadãos a exercerem a **cidadania moderna**, que não se restringe ao voto. Implica, sim, um papel atuante dentro de um regime democrático representativo e participativo. **O cidadão moderno deve ser o cliente do setor público**, exigindo postura adequada de seus representantes nas diversas esferas do poder (Walter Lídio Nunes, 2009, p. 4, grifos nossos).

Esta concepção de cidadania dialoga francamente com a perspectiva de Giddens, pois, por um lado, favorece a maior amplitude de atuação das frações do empresariado via os seus aparelhos privados de hegemonia junto ao aparato estatal, incidindo sobre políticas públicas de forma privilegiada sob a forma de uma pretensa *sociedade civil ativa*; por outro lado, advoga para os indivíduos, sobretudo dos grupos e classes subalternas, uma cidadania circunscrita à condição de clientes.

Tal noção de cidadania pode ser entendida sob a lente gramsciana como conformismo. Para o filósofo sardo, “Somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens-coletivos” (Gramsci, 2022, v. 1, C11, §12, p. 94). Assim, no âmbito do modo de produção capitalista, as frações dominantes buscam conformar as classes subalternas a uma sociabilidade compatível com os interesses de tais frações, isto é, almejam gerar “[...] a estandardização do modo de pensar e de atuar [...]” (Gramsci, 2022, v. 3, C7, §12, p. 261), por meio de “[...] um conformismo autoritário, tornado retrógrado e embaraçoso (Gramsci, 2022, v. 3, C9, §23, p. 290).

Desse modo, ao reduzir a cidadania à individualização de um cliente que consome serviços, conformam-se os sujeitos de grupos e classes subalternizadas como homens-massa desprovidos de criticidade e de consciência de classe que poderia levar à ação coletiva transformadora. Nas palavras de Gramsci: “Quando a concepção de mundo não é crítica e coerente, mas ocasional e desagregada, pertencemos simultaneamente a uma multiplicidade de homens-massa, nossa própria personalidade é compósita, de uma maneira bizarra [...]” (Gramsci, 2022, v. 1, C11, §12, p. 94). Portanto, busca-se forjar um consenso passivo, no qual os indivíduos são reduzidos a partes da engrenagem social que são conformados ao ideal da responsabilidade individual enquanto cidadãos-clientes-consumidores.

Diante disso, no relatório anual do Meesa de 2007/2008, constava um único projeto e ação direcionado à Estratégia de “Desenvolvimento de capital humano referenciado a padrões internacionais de excelência”, qual seja: o Plano Emergencial de Qualificação Profissional (Bolsa Sedu).

Como indicado, em 2009, o Meesa reestruturou o seu modelo operacional substituindo a organização em APLs pelos Comitês temáticos, seguindo as diretrizes e estratégias do Plano de Desenvolvimento ES 2025.

Assim, o Meesa formou internamente 11 Comitês, cada qual vinculado a uma Estratégia do ES 2025. Criou-se, portanto, o Comitê de capital humano, denominado de “CT01 – Desenvolvimento de Capital Humano”, com o “[...] objetivo de propor melhorias na qualidade do ensino, seguindo padrões internacionais, tornando-se um importante parceiro para a ampliação da escolaridade média da população capixaba” (Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação, 2009, p. 10).

Neste relatório (2009), o Meesa apresenta as suas contribuições no âmbito do CT01-Desenvolvimento de Capital Humano, quais sejam: manutenção da parceria com a Sedu no Programa Emergencial de Qualificação Profissional (Bolsa Sedu); concepção e planejamento do projeto Líderes do Amanhã (ILA); participação no Programa de Avaliação da Educação

Básica do Espírito Santo (Paebes),[161] no Educação como Fator de Prevenção,[162] Educação de Jovens e Adultos;[163] e coordenação do Conselho Estadual de Alimentação Escolar (CAE).

Não constam, neste relatório informações sobre a forma como o Meesa participou destes programas e ações. Ao investigar, descobrimos que o professor aposentado da Ufes, Artelírio Bolsanello,[164] presidia o Conselho Estadual de Educação, em 2009, sob indicação do Governado Paulo Hartung. Nas redes sociais de Artelírio, foram encontrados vínculos de parentesco com o membro-fundador do Meesa Orlando Caliman e seu filho Orlando Bolsanelo Caliman. Além disso, Artelírio participou da revisão do plano ES 2030 como membro da equipe de consultoria. É possível que o Meesa atribua as suas ações tanto à influência que exercia diretamente na direção do governo, quanto à presença de um representante do empresariado na presidência do CEE.[165]

Vale lembrar que, naquele ano de 2009, o governo do estado lançou o novo Currículo Básico Comum (CBC). Vigoravam, ainda, projetos como "Ler, escrever e contar" e "Mais Tempo na Escola", que serviam como instrumentos dinamizadores do CBC. Tais projetos podem ser vistos como ensaios de programas mais amplos que viriam a ser criados mais à frente sob o apoio e "parceria" do Meesa, como o "Escola Viva".

O CT01- Desenvolvimento de Capital Humano foi inaugurado sob a coordenação de Aridelmo José Campanharo Teixeira, fundador da Fucape *Businnes School*, e subcoordenado por Alexandre Nunes Theodoro, sócio proprietário e reitor da Faesa. Na secretaria-executiva do Comitê, estava Luciano Gollner. Ainda compunham o comitê: Erthelvio Monteiro nunes Júnior (Faesa); Henrique Quinelato (Oi/Sinepe); Luiz Soresini (Vale); Sandro Madureira Lobato (sócio da UCL); e Soraya Curi (Terminal de Cargas Gerais Ltda).

O CT01 foi organizado em dois grupos de trabalho (GT):

- GT 1.1 Qualificação profissional: Alexandre Nunes Theodoro (Faesa); Antônio Eugênio da Cunha (Centro Educacional Casa do Estudante/Sinepe); Durval Vieira de

[161] O Paebes é uma avaliação externa instituída pelo governo do Estado em 2009 em parceria com Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF).

[162] Não encontramos informações sobre este programa, mas muito provavelmente se trata dos primeiros passos daquilo que viria a ser em 2011 o Programa Estado Presente, que coloca a educação como um dos fatores de prevenção contra a violência.

[163] A presidência do Conselho Estadual de Educação (CEE), Artelírio Bolsanello, assinou o documento aprovando, a partir de 2009, as Diretrizes da Educação de Jovens e Adultos emanadas da Secretaria de Estado da Educação, para as escolas da rede estadual de ensino.

[164] Professor aposentado do Departamento de Línguas e Letras da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

[165] Presença de Artelírio Bolsanello na festa de final de ano do Sindicato das Empresas Particulares de Ensino do Estado do Espírito Santo (Sinepe-ES), realizada em 24/11/2023, em Vitória. Disponível em: https://www.linkedin.com/feed/update/urn:li:activity:7135252978625576960/. Acesso em: 30 mar. 2024).

Freitas (proprietário da DV-F consultoria); e Klinger Marcos Barbosa Alves (Professor Universitário, foi secretário da Sedu – 2011-2014);

- CT 1.2 Líderes do Amanhã: Alexandre Nunes Theodoro; Aridelmo José Campanharo Teixeira; João Gualberto Moreira de Vasconcellos; José Armando de Figueiredo Campos; José Teófilo Oliveira; Luiz Soresini; Luiz Wagner Chieppe; Paulo Uebel; e Walter Lídio Nunes. Vários membros-fundadores do Meesa.

No seu relatório anual de atividades (2010), ao apresentar o ES 2025, o Meesa defendia que há quatro pilares de sustentação daquele plano, isto é, as bases do desenvolvimento seriam: erradicação da pobreza e redução das desigualdades, segundo o índice desenvolvido pelo estatístico italiano Corrado Gini; desenvolvimento de capital humano capixaba segundo padrões internacionais de excelência; diversificação econômica, agregação de valor à produção e adensamento das cadeias produtivas; desenvolvimento de capital social e devoção absoluta à ética republicana por parte das instituições públicas.

Na visão do Meesa, para alcançar estas metas, uma das ferramentas é "[...] potencializar o sistema educacional capixaba, por meio da universalização do ensino básico e expansão dos ensinos médio, superior e profissional, alcançando uma escolaridade equivalente à média dos países desenvolvidos" (Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação, 2010, p. 15).

Contrariamente ao seu discurso pela educação pública e em consonância com os seus interesses de classe, o Meesa estabelece, em 2010, parceria com o Movimento Brasil Competitivo (MBC), junto ao Governo do Estado, na implantação do Programa de Modernização da Gestão Pública (PMGP) (Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação, 2010, p. 19), que objetivava aumentar a receita via redução de gastos, isto é, pelo avanço do regime de austeridade do governo Paulo Hartung.[166]

No relatório de 2010, o CT01 – Desenvolvimento do Capital Humano é estruturado da seguinte maneira: assume a Coordenação Aridelmo José Campanharo Teixeira (Fucape); e como subcoordenador, assume Sandro Madureira Lobato (sócio da UCL); e continuam integrando o comitê Antônio Eugênio Cunha, Erthelvio Monteiro Nunes Junior (Faesa), Henrique Antônio Quinelato, Soraya Curi e Luiz Soresini.

[166] Uma marca importante das consequências da política neoliberal de Hartung, foi a situação dos presídios do ES. A situação de extrema precariedade e ataque aos direitos humanos foi denunciada na Onu, em um "dossiê sobre a situação prisional no ES", no conhecido caso das "masmorras de Hartung". Conferir matéria intitulada "As masmorras de Hartung: o economista bem educado governa no ES um sistema prisional que envergonharia o soba do Uzbequistão" (Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0703201010.htm. Acesso em: 28 fev. 2025).

O CT01 passa a ser organizado em quatro grupos de trabalho (GT):

- GT 1.1 Formação profissional: Alexandre Nunes Theodoro (Faesa); Antônio Eugênio da Cunha (Sinepe); José Augusto santos Servino (Arcelor Mittal Tubarão).
- GT 1.2 Líderes do Amanhã: Alexandre Nunes Theodoro; Aridelmo José Campanharo Teixeira; Airton Teixeira; Guilherme Weichert Neto (Secretário-Executivo do Meesa); João Gualberto Moreira de Vasconcellos; José Armando de Figueiredo Campos; José Teófilo Oliveira; Leonardo Souza Rogério de Castro (Fibrasa); Luiz Soresini (Vale); Luiz Wagner Chieppe; Orlando Caliman; Paulo Antônio Uebel (Instituto Millenium); e Walter Lídio Nunes.
- GT 1.4 Conselho de Alimentação Escolar: Elza Bonaccorsi Vieira (nutricionista da Chocolates Garoto) e Geraldo de Aquino Carneiro Junior (Instituto Brasileiro de Executivos em Finanças – IBEF-ES).
- GT 1.8 SINEPE em Ação: Henrique Antônio Quinelato (Oi).

É importante destacar que, em 2010, o Meesa já contava com uma Rede Empresarial Estadual articulada, na qual o Sinepe-ES fazia parte. Em seu relatório de 2010, o Meesa apresenta a composição de tal rede aludindo a sua dimensão estadual,[167] nacional e internacional.[168]

O contexto que atravessa o ano de 2010 para 2011 é de incertezas para o Meesa, em função das eleições para o Executivo estadual e os seus desdobramentos políticos. O vice-governador à época do segundo mandato de Hartung (2007/2011), Ricardo Ferraço (PMDB),[169]

[167] Compunham a rede: Associação para o Desenvolvimento de Linhares (Adel); Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi); Agência de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística Metropolitana (Adetur); Associação dos Empresários de Cariacica (AEC); Associação Movimento Empresarial de Aracruz e Região (Amear); Associação de Empresários de Guarapari (Aseg); Associação dos Empresários de Serra (Ases); Associação Empresarial de Vila Velha (Asevila); Associação Empresarial de Desenvolvimento de Colatina (Assedic); Associação Empresarial do Litoral Norte do ES (Assenor); Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação (Assespro); Associação dos Terminais Portuários e Retroportuários e dos Usuários dos Portos do Estado do ES (Atres); Câmara de Dirigentes Logistas (CDL); Centro Capixaba de Desenvolvimento Metalmecânico (CDMEC); Centro de Desenvolvimento do Agronegócio (Cedagro); Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças (IBF-ES); Movimento Empresarial do Sul do ES (Messes); Sindicato do Comércio Atacadista e Distribuidor do ES (Sincades); e Sindicato das Empresas Particulares de Ensino do ES (Sinepe-ES).

[168] O Meesa dizia se integrar à Agência de Desenvolvimento da Região Norte de Minas Gerais (Adenor), ao Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais (Indi-MG), ao Instituto Millenium e ao Movimento Brasil Competitivo (MBC).

[169] Ricardo Ferraço, ao longo da sua trajetória política, passou pelos seguintes partidos políticos: PDS (1980-1985); PFL (1985-1990); PTB (1990-1997); PSDB (1997-2001); PPS (2001-2005) PSDB (2005-2009); PMDB (2009-2016); PSDB (2016-2021); DEM (2021-2022); União Brasil (2022) PSDB (2022-2023); e PMDB (2023-presente).

herdeiro político de Theodorico Ferraço (DEM)[170], era o candidato esperado pelo empresariado, em decorrência de seus vínculos com o setor. Contudo, acabou sendo escanteado por Paulo Hartung, no caso denominado pela mídia capixaba de "abril sangrento", uma hipérbole gerada pelo "fogo amigo" originado pelo contexto da política nacional.[171]

Se, no início de abril de 2010, o alinhamento para a candidatura de Ricardo Ferraço[172] estava encaminhado e Paulo Hartung faria a descompatibilização do cargo para concorrer ao Senado Federal, tudo mudou depois de uma visita de um integrante da cúpula petista ao governador capixaba. Então, desenhou-se uma aliança entre PMDB, PSB e PT que resultou na retirada da candidatura de Ciro Gomes (PSB) à presidência e, como moeda de troca, PT e PMDB concederam apoio a seis candidatos do PSB a governos estaduais, dentre os quais, no Espírito Santo, com Renato Casagrande.

Assim, com Ricardo Ferraço fora dos planos para a direção do Estado capixaba e a eleição de Renato Casagrande (PSB),[173] integrantes do Meesa sentiram-se, inicialmente, desnorteados, como revelam as entrevistas concedidas à Rainha (2012):

> Nesse momento o Espírito Santo em Ação está fazendo oito anos, então eu acredito que vai haver uma forte autocrítica no Espírito Santo em Ação para ele se reposicionar. O que fez o Espírito Santo em Ação nascer foi a rebeldia contra a intromissão do governo nas entidades empresariais [alusão à interferência do governador José Inácio nas eleições do Findes]. A revolta com a relação público-privada. Isso, naquele momento de 2003, era muito forte e fez com que **o Espírito Santo em Ação tivesse uma identificação muito grande com quem ganhou a eleição**. Então essa identidade inicial do Movimento ajudou muito na relação do Espírito Santo em Ação com o governo nos oito anos do governo Paulo Hartung. Mas isso **no Casagrande já não vale mais, tem que criar outra identidade**, outra **percepção de valor do Espírito Santo pelo governo**. É outra forma de contribuir (E3. Grifos nossos).
>
> O Poder Executivo hoje tem tanta força, o governo Paulo Hartung foi tão forte, que o Executivo abafou o Legislativo. Então, se você fizer um controle maior no Executivo, indiretamente, você está trabalhando o Legislativo. **Só que agora no governo [Renato] Casagrande eu não sei se Casagrande terá, eu não sei ainda, todo o**

[170] Theodorico Ferraço passou por vários partidos políticos, como: Arena (1966/1979); PDS (1980/1985); PFL (1985/1993); PTB (1993//2007); DEM (2007/2022); União Brasil (2022); e PP (2022 até o momento).

[171] Matéria do jornal Século Diário intitulada "Acusando o golpe" (Disponível em: https://www.seculodiario.com.br/colunas/acusando-o-golpe. Acesso em: 31 mar. 2024); Matéria do Jornal Folha Vitória intitulada "Novo 'abril sangrento' na história de Ferraço" (Disponível em: https://www.folhavitoria.com.br/politica/colunas/de-olho-no-poder/2014/04/novo-abril-sangrento-na-historia-de-ferraco/. Acesso em 31 mar. 2024).

[172] Ricardo Ferraço esteve filiado ao PSDB até 2009, filiou-se ao PMDB, em 2009, com a promessa de ser o candidato ao governo do Estado e retornou ao PSDB, em 2016. Como se vê, o vínculo de Ferraço com PSDB e com o campo político da direita foi uma constante em sua vida política. Naquele pleito de 2010, embora tenha perdido a possibilidade de disputar o cargo de executivo estadual, Ferraço conseguiu se rearticular para disputar e se eleger à uma vaga no Senado Federal.

[173] Renato Casagrande (PSB) foi eleito em 1º turno com 82,30% dos votos. Naquele pleito, Casagrande articulou a coligação "Juntos pelo Futuro", com Givaldo Vieira (PT) como vice-governador e os seguintes partidos coligados: PSB, PT, PMDB, PP, PR, PSB, PDT, PCdoB, PSC, PRB, PV, PHS, PRP, PSDC, PTC, PTN, PTdoB).

> **poder de persuasão e influência em cima do Legislativo**. Se tiver igual, a gente vai ter que continuar indo no Executivo. **Mas, se for mais democrático o relacionamento entre Executivo e Legislativo, nós vamos ter que continuar indo nos dois e ampliar, inclusive, a ênfase no Legislativo**. (E8, Grifos nossos).

Concordamos com Leal e Lima (2021) que indicam uma fissura no bloco no poder naquele contexto, em função do jogo político nacional se sobrepondo à dinâmica estadual que, na visão imediata, foi entendida como uma ameaça à manutenção dos interesses das frações empresariais capixabas, visto que havia uma identidade quase mimética entre Paulo Hartung e o Meesa, e que, muito provavelmente, Ricardo Ferraço daria prosseguimento em um possível mandato.

A forma aparentemente mais democrática de governar de Renato Casagrande, com maior abertura para o diálogo com outros setores despertou desconfianças, inicialmente, levando os articuladores do Meesa a questionarem o foco de suas atenções quanto ao uso da sua força de pressão e de persuasão. O fato é que Casagrande buscou apresentar as suas credenciais, colocando a sua marca para evidenciar as diferenças com o seu antecessor (Rainha, 2012).

Até mesmo por isso, os integrantes do Meesa começaram a demonstrar certa preocupação com o prosseguimento do Plano ES 2025. Isso fica claro com alguns depoimentos obtidos por Rainha (2012) em entrevistas com lideranças do referido aparelho privado de hegemonia que destacamos.

> Estamos extremamente incomodados de ter que fazer tudo no 2025, [a estrutura do Espírito Santo em Ação] **alinhadíssima** [com o que preconiza o plano]. **Isso virou um engessamento**. O importante na nossa instituição são ideias. Ter um plano para o futuro do Espírito Santo, discutir esse plano entre todos os interessados, tentar fazer avançar algumas instituições, é isso. Então, eu estou achando que esse negócio do 2025 **foi importante para alinhar empresários e o governo Paulo Hartung. O projeto do Renato [Casagrande] é diferente**. (E1. Grifos nossos).

> Na verdade, o plano de desenvolvimento é muito mais um processo do que um projeto (E1).

> A grande sacada do Espírito Santo 2025 está mais no processo e no que eu chamo de modelo mental que ele possibilitou gerar, permitiu um diálogo, quer dizer, no fundo, no fundo, ele é uma ferramenta inviável. (E2).

Nota-se o incômodo em ter estruturado o Meesa em comitês que representam integralmente os 11 eixos estratégicos do ES 2025, amarrando o movimento àquela proposta que estava, por seu turno, intimamente articulada à Paulo Hartung. Assim, o que era um horizonte programado precisava ser redirecionado, a partir do aproveitamento do processo de

elaboração do ES 2025, adaptado à nova realidade política e econômica do Brasil e do Espírito Santo.

Aqui cabe uma ressalva relevante. Por mais que Casagrande representasse um fator novo no horizonte político dos quatro anos seguintes (de 2011 a 2014) no Executivo estadual, a aliança firmada com Paulo Hartung incluiu uma espécie de compartilhamento do governo, isto é, a manutenção no governo de nomes e do movimento com vínculos efetivos com Hartung. Vejamos as palavras do próprio Renato Casagrande sobre este aspecto: "[...] eu compartilhei o governo com ele, uma parte do meu governo, gente que estava com ele até 2010, pessoas que faziam parte do movimento dele. Eu falei assim, Paulo me ajudou, vamos compartilhar o governo com pessoas que estavam no governo dele".[174]

Na compreensão marxista e, especialmente, gramsciana, o Estado capitalista é a expressão condensada da dinâmica conflituosa entre as classes e, portanto, está em disputa. A aliança realizada entre forças políticas de espectros distintos no momento em questão revela um entendimento da conjuntura política nacional e estadual, no qual a correlação de forças estabelecida favorecia a centro-esquerda. Relembramos que por mais que tal espectro político tenha pautas mais populares, a inserção de tais demandas se limita, como já indicamos anteriormente, ao controle social necessário para a manutenção da ordem.

Nesse aspecto, o que se observa é uma rearticulação do empresariado que, a partir de Paulo Hartung, operacionaliza uma sutura daquela fissura aberta no bloco no poder, construindo uma unidade para a manutenção da hegemonia nos quatro anos de mandato do pessebista Casagrande.

Assim, no relatório de atividades de 2011 do Meesa, último em que tivemos acesso,[175] na abertura do então presidente, Alexandre Nunes Theodoro (2010/2012), foi avaliado o novo

---

[174] Entrevista de Renato Casagrande ao programa CamargãoTáOn, 2023, em s*treaming* de áudio em formato de Podcast. A declaração também ocorreu em uma polêmica entrevista para o Século Diário (27/11/2014). Contudo, a entrevista foi retirada do ar, ficando apenas um vídeo de análise da entrevista feita pelos jornalistas, intitulado "Papo de repórter" (Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=QrMB0fZIvLs&t=314s. Acesso em: 1 abr. 2024) e uma matéria intitulada "Casagrande fala sobre relação que culminou com afastamento de Hartung" (Disponível em: https://www.seculodiario.com.br/politica/casagrande-fala-sobre-relacao-que-culminou-com-afastamento-de-hartung. Acesso em: 1 abr. 2024). Questionamos o jornal Século Diário sobre as motivações para a retirada da entrevista do seu canal no YouTube (TV Século Diário). Fernanda Couzemenco, jornalista do Século Diário, respondeu via WhatsApp que o material foi perdido. A remoção do material pela sua perda é, no mínimo, intrigante, considerando que Paulo Hartung entrou várias vezes na Justiça contra esse jornal em decorrência da veiculação de denúncias e informações que lhe desagradavam.

[175] Conseguimos acessar na íntegra os seguintes relatórios de atividades em formato impresso na biblioteca do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN): 2004/2005; 2006/2007; 2007/2008; 2008; 2009; 2010; e 2011. Os relatórios de atividades gerais dos anos seguintes, se existem, não foram encontrados e nem disponibilizados pelo Meesa. Conseguimos encontrar na rede de internet um relatório das atividades do Programa Escola em Tempo Integral (2014/2017) (https://es-acao.org.br/wp-content/uploads/2022/12/Relatorio-Gestao-ES-EM-ACAO-2017_280x220mm-media-qualidade.pdf), um relatório de atividades de 2021 e uma apresentação do

contexto em que o estado atravessava que impactaram significativamente a economia capixaba, na visão do movimento, como: reforma tributária; Novo Código Florestal; e, principalmente, a iminência da perda do Fundap e dos *royalties* do petróleo. Considerando tais pautas e as especificidades do governo Casagrande, o Meesa anunciou naquele relatório o lançamento da atualização do ES 2025 em parceria com o governo do estado. Com um horizonte mais abrangente para 2030 (ES 2030) e previsão para ser concluído em 2013, o replanejamento foi apresentado como uma direção mais completa sobre os passos para o desenvolvimento do Espírito Santo.

O ES 2030, para o Meesa, marcou "[...] a consolidação da parceria entre o Governo do Espírito Santo, a iniciativa privada e a sociedade civil para a construção do plano estratégico de longo prazo, que vai orientar o desenvolvimento capixaba pelos próximos 18 anos" (Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação, 2011, p. 18). Entretanto, a coordenação do ES 2030 foi capitaneada pelo Meesa e pelo Executivo estadual, por meio da Secretaria de Estado de Economia e Planejamento.

Antes de avançarmos para a estrutura do ES 2030 e a sua relação íntima com os interesses do Meesa para a educação, sobretudo, colocamos em relevo as ações do movimento no CT01 – Desenvolvimento de Capital Humano, em 2011. Primeiramente, constata-se que a composição do comitê temático apresentado no relatório anual de 2011 do Meesa mantém-se com a mesma estrutura do anterior (2010). A diferença principal é que o GT 1.2 Líderes do Amanhã, antes apenas planejado, tem a seu primeiro ano de atividades, com 36 jovens associados (Apêndice C). Tais jovens foram aprovados em processo seletivo, com o pré-requisito de serem acionistas de empresas próprias ou da família (herdeiros) ou serem indicados por empresas mantenedoras.

O primeiro ano de atividades do Instituto Líderes do Amanhã (ILA) contou com leituras e discussões de livros, júri simulado para debater temas de relevância e palestras, dentre as quais, destacam-se: antropólogo Roberto da Matta; ex-governador Paulo Hartung; presidente da Ales, Rodrigo Chamoun (PSB); presidente do TJES, Pedro Valls Feu Rosa; ex-presidente do IJSN, Ana Paula Vescovi; Salim Mattar, CEO da empresa Localiza; membros do Conselho Deliberativo do Meesa, Nilton Chieppe, Walter Lídio Nunes e João Gualberto Moreira Vasconcellos; presidente do IEE, Daniel Katz; e executivo do Instituto Millenium, Paulo Uebel.

---

histórico do Programa ETI (2022) (https://es-acao.org.br/wp-content/uploads/2022/12/LINHA-DO-TEMPO-TEMPO-INTEGRAL.pdf).

Chamam a atenção os conteúdos tratados pelos membros-fundadores relacionados à participação sociopolítica do empresariado e o enfoque dado aos Institutos liberais e ao liberalismo dado pelos representantes do IEE e do Instituto Millenium, ambos parceiros do Meesa e do ILA. Além disso, o espaço recém formado já contava com participações ilustres vinculadas ao Executivo, Legislativo e Judiciário, criando espaço privilegiado para os iniciados no ILA estabelecerem conexões e aproximações, possibilitando a criação de redes e canais de comunicação para as lideranças em formação.

Em 2011, o Meesa estabeleceu mais uma relação com a Sedu [176] e com o Sinepe na realização de um seminário intitulado "Ensino Fundamental: como melhorar os resultados do Espírito Santo". De acordo com o movimento, "O objetivo principal foi levantar possíveis linhas de pesquisa e buscar alternativas para melhorar o ensino básico no Espírito Santo" (Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação, 2011, p. 26). O resultado daquele seminário foi a formação de grupos de trabalho focados nas temáticas seguintes: Gestão Escolar; Formação Docente; Interação Família-Escola; e a Regulação.

Nota-se que a preocupação incutida no tema do seminário nos remete ao ideal de "foco nos resultados" adotado pela Sedu, desde então, como forma de melhoria dos indicadores das avaliações externas, a despeito do processo educativo e do contexto de cada unidade escolar. Além disso, o relatório de atividades anual de 2011 trouxe informações breves sobre as propostas de vagas do Bolsa Sedu, a participação do movimento na comissão julgadora do Sinepe em Ação[177] e da participação do Meesa no Conselho de Alimentação Escolar (CAE).

No ano de 2012, o Meesa aprofundou a relação com instâncias do Executivo do estado capixaba, sob o comando de Renato Casagrande. Uma delas consistia na concessão de 5 mil vagas para adolescentes da rede pública nos Centros Estaduais de Idiomas (CEI), para o aprendizado de línguas estrangeiras. Tal parceria envolveu, além da articulação do Meesa, a empresa Centro de Línguas IBEUV, com o projeto *Up With English,* associada ao Consulado dos Estados Unidos (Fundação João Mangabeira, 2015).

Sob uma lógica privatizante desde o início de suas atividades, em 2009, no governo Paulo Hartung (PMDB), os CEI eram gerenciados por empresas privadas, com concessão válida por três anos. Não foi diferente no governo Casagrande (PSB) que, com a oportunidade de

---

[176] Em 2011, iniciava-se o governo Casagrande. O secretário da educação desse governo foi Klinger Marcos Barbosa Alves (2011-2014), professor aposentado da Ufes, do Centro de Ciências Exatas.

[177] Naquele ano, o Sinepe em Ação estava em sua 5ª edição. Trata-se de um projeto que visa premiar, homenagear a atuação de indivíduos e instituições que apresentem práticas educacionais inovadoras ou práticas inovadoras em atitude empreendedora. Não é uma coincidência o fato de o nome do projeto se remeter ao Meesa. Disponível em: https://sinepe-es.org.br/?89/pagina/regulamento-do-sinepe-em-acao-2023. Acesso em: 02 abr. 2024).

redirecionar os editais, em 2012, opta pela manutenção do formato de transferir recursos públicos para empresas privadas de educação de língua estrangeira.[178]

Outras relações público-privadas anunciadas no ano de 2012, incorporadas ao Programa Estado Presente,[179] foram os projetos Jovens Urbanos e Coordenadores de Pais, voltados para áreas de risco e vulnerabilidade social. Contrariamente ao nome do programa que aponta para a presença do aparato estatal em tais comunidades, na verdade, tal presença se dá pela via da terceirização da responsabilidade do poder público, lançando na mão do capital o contato com as comunidades historicamente subalternizadas. Assim, tais projetos também foram concebidos pela lógica privatista sob a mediação do Meesa. Haja vista que "O termo de cooperação técnica para viabilizar os dois projetos foi assinado entre o governo – por meio da SEDU – e a FUCAPE, com apoio do Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação" (Fundação João Mangabeira, 2015, p. 103). Vejamos em que consistem tais projetos.

O projeto Jovens Urbanos, iniciativa da Fundação Itaú Social (parceiro investidor), em articulação com a Secretaria de Estado da Educação (Sedu) e sob a coordenação técnica do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), tinha como objetivo promover aos jovens de regiões alto índice de vulnerabilidade social, principalmente os matriculados no ensino médio, "[...] o acesso a bens culturais e tecnológicos, visando a qualificar e potencializar a participação desses na vida pública e no mundo do trabalho, assim como contribuir para a permanência, retorno e conclusão da educação básica" (Instituto Jones dos Santos Neves, 2015, p. 63).

O Programa Coordenadores de Pais, por sua vez, contou com uma participação mais efetiva do Meesa, em virtude de a execução ser realizada por uma de suas mantenedoras, a

[178] "Na primeira Licitação, em 2009, a escola vencedora foi a Yesk, responsáveis pelas Unidades de Vitória, Serra, Vila Velha, Cariacica, Colatina e Cachoeiro de Itapemirim. No segundo processo [2012], a escola InCompany Corporate English ficou responsável pelo CEI da Capital, enquanto a Yeski permanecia gerenciando os outros CEIs do Estado. No processo de 2015, a multinacional Yeski ficou, mais uma vez, responsável por todos os centros de idiomas do Estado de Espírito Santo" (Menezes, 2018, p. 101-102). Desse modo, não ficou claro se a atuação da empresa Centro de Línguas IBEUV, com o projeto *Up With English,* indicada no documento Estado Presente (2015), foi uma ação complementar ou se ela estava associada às empresas ganhadoras dos editais.

[179] Inspirado no Programa Pacto Pela Vida, promovido em Pernambuco, por Educado Campos (PSB), o governador Renato Casagrande e sua equipe elaboraram a política de segurança pública intitulada Programa Estado Presente em Defesa da Vida, caracterizada por associar estratégias de controle da criminalidade com ações de prevenção social da violência, sob dois eixos estratégicos: controle e prevenção (Fundação João Mangabeira, 2015). Tal política conta com aval e financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e está em vigor no Espírito Santo. O último contrato de empréstimo firmado foi no valor de U$ 70.000.000,00, com prazo total de 24 anos (Disponível em: https://planejamento.es.gov.br/projeto-estado-presente-seguranca-cidada-no-espirito-santo. Acesso em: 04 abr. 2024).

Fucape *Businnes School*,[180] de propriedade do coordenador do CT. 01 Desenvolvimento de Capital Humano do ES em Ação, Aridelmo Teixeira.

Os fundamentos e a metodologia adotados pelo programa são provenientes de uma pesquisa de campo realizada pela Fundação Itaú Social, em parceria com o Instituto Fernand Braudel, sobre o modelo da reforma educacional de Nova Iorque realizada em 2002 e implementado em 2003, com um coordenador de pais para cada uma das 1.500 escolas da rede de Nova Iorque. Tais organizações viram a possibilidade de importar para estados brasileiros a proposta novaiorquina. Em 2009, conseguiram firmar convênio com a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e, em 2012, avançaram para o Espírito Santo.

De acordo com a Fundação Itaú Social,

> O coordenador de pais tem como principal propósito ser um elo entre a escola, a família e a comunidade, desenvolvendo ações que propiciem e facilitem a entrada e o envolvimento das famílias no cotidiano escolar e auxiliem-nas a melhor acompanhar e apoiar o aprendizado de suas crianças, adolescentes e jovens. Suas ações são voltadas para pais ou outros familiares responsáveis pelos estudantes, independentemente do arranjo familiar em que a criança ou o adolescente esteja inserido (Fundação Itaú Social, 2015, p. 16).

Com essa premissa, em parceria com a Fundação Itaú Social, com o Meesa e com a Fucape, responsável pela gestão do projeto, em 2012, a Sedu implantou o piloto em 15 escolas dos aglomerados do Programa Estado Presente em Defesa da Vida (Vitória, Serra, Vila Velha, Cariacica e Viana), atingindo, inicialmente, um número aproximado de 15 mil estudantes em áreas chamadas de alta vulnerabilidade social. Em 2013, o programa foi expandido para mais 19 escolas (total de 33 escolas estaduais e 1 municipal, Serra/ES) e teve o apoio institucional do Meesa e a parceria da Fucape, da Fundação Itaú Social, Associação dos Empresários de Serra (Ases) e Instituto Sincades.

Este e outros projetos do Programa Estado Presente contou com a cooperação de organismos internacionais, a exemplo do Fundo das Nações Unidas para Infância e Juventude (Unicef) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), este último sendo considerado um "[...] sólido aliado para a ampliação de projetos [...]" (Fundação João Mangabeira, 2015, p. 169).

---

[180] A parceria entre a Fucape, a Sedu e o Itaú Social, com apoio institucional do Meesa, durou até dezembro de 2018 (Disponível em: https://institutofucape.org.br/cp. Acesso em: 05 abr. 2024). Entretanto, nos primeiros dois anos, a Fucape participou como administradora do programa e, a partir de 2014, criou-se o Instituto Fucape, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), que deu continuidade às atividades do programa Coordenadores de pais até 2018 (Disponível em: https://fucape.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-Final-2020_2021-CPA-mar.22-RELATORIO-FINAL.pdf. Acesso em: 07 abr. 2024). Tal mudança favoreceu que as doações realizadas pelas empresas parceiras fossem descontadas em suas cargas tributárias.

Se até então, a intervenção do Meesa na educação limitava-se aos programas caracterizados pela transferência de recursos públicos para as empresas privadas de educação e ações mais pontuais, o programa Coordenadores de Pais foi o responsável por colocar essa organização em um contato mais próximo com a educação pública. Isso é confirmado pela fala de Luciano Gollner (executivo de educação do Meesa em 2021), ao saudar a mesa e cumprimentar o ex-secretário de Ações Estratégicas, Álvaro Rogério Duboc Fajardo (2012-2014), em uma *live* realizada no canal do IJSN:

> [cumprimento] o secretário Alvaro, também já com um trabalho de longa data com o ES em Ação. Teve um papel importante para gente entrar nesse tema da educação básica, quando **nos convidou para um desafio no projeto lá do Coordenadores de Pais**. **Foi o primeiro projeto que a gente chegou perto, bem perto da educação ali, da educação básica na escola pública**. Um projeto bacana que a gente foi parceiro durante alguns anos ali. Quando a gente fez o trabalho do 2025 [ES 2025] a gente tinha colocado ali, opa, precisamos desenvolver algo para a educação básica. Aí veio a sua proposta lá atrás e espero que a gente tenha atendido bem, mas nos motivou de fato a trabalhar pelo tema (Luciano Gollner, 2021, grifos nossos).[181]

A declaração *ex post facto* revela tanto as intenções do Meesa em desenvolver algo mais estruturado na educação para atender as demandas do plano ES 2025 (atualizado no ES 2030), quanto os caminhos abertos por representantes do aparelho estatal para as frações empresariais sob a direção do movimento empresarial.

Em entrevista ao programa da TV Capixaba "Espaço Capixaba" (2013),[182] Aridelmo Teixeira, coordenador do comitê de Capital Humano do Meesa e dono da Fucape, disse o seguinte sobre o Projeto coordenadores de Pais:

> Esse projeto o que ele tem de tão interessante ele tem de simplicidade, em termos, simples e direto. Então, é uma tecnologia, ne verdade, está sendo aplicada no estado, ela começou em Nova Iorque. Isso é importante, porque as pessoas têm mania de olhar para os EUA [e dizer] lá não tem problema na educação. O problema da educação é um problema de mundo. À medida que a educação [inaudível], a educação vai ficando mais complexa. Então, hoje esse projeto está aqui, que é pegar uma pessoa da comunidade para fazer a ponte, né. Pra levar o que? Pra levar a família pra dentro da escola, porque todos os estudos apontam que o desempenho do aluno não é só a Sedu colocar boa escola, bons professores. Se a criança não tiver suporte de induzir ela em casa, da importância da escola, [...], ela vai menosprezar aquela escola. A competição fora da escola já é enorme. Tem futebol, tem 'n' outras atividades. Então, quando tem um apoio dentro de casa, o trabalho da escola fica facilitado e esse é o principal objetivo.

A importância da conexão entre a comunidade e a escola, bem como a integração de toda comunidade escolar para debater e demandar as questões pelas quais atravessa, e o contato

---

[181] *Live* intitulada Educação em "Tempo Integral no Espírito Santo", realizada às 15 horas do dia 28 de setembro de 2021 e organizada pelo Governo do Estado em parceria com o IJSN. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=otEM5BJC20A. Acesso em: 27 fev. 2024.

[182] O programa da TV Capixaba, intitulado "Espaço Capixaba" foi ao ar no dia 12 de março de 2013. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=i-jUsejy0YE. Acesso: 23 fev. 2024).

mais aproximado dos trabalhadores da escola com as famílias é um horizonte o qual defendemos. Entretanto, o programa Coordenadores de Pais individualiza a conexão na pessoa de um coordenador e não envolve, de fato, a comunidade escolar de forma democrática, pois a escolha do coordenador não é feita em consulta à comunidade, mas sim por processo de seleção. Além do mais, a mediação de fundações empresariais impede os trabalhadores da educação de estabelecerem relações mais orgânicas com as famílias e com a comunidade.

Portanto, é possível afirmar que a lógica de empresariamento da educação começa a ser operacionalizada, tendo em vista a reocupação/redefinição das funções do Estado ao transferir parte das suas atribuições para a gestão dos aparelhos privados de hegemonia empresarial. Tais aparelhos vão ampliando a sua inserção, adquirem vantagens econômicas ao passo em que difundem a sua concepção de educação coerente com a sua visão de mundo.

Sobre este aspecto, ao responder sobre o Programa Estado Presente, o empresário Aridelmo Teixeira infere que

> [...] a criminalidade, o que a gente vê hoje, ela não começou hoje. **Foram atividades não praticadas pelo Estado no passado que proporcionou isso**. E o que que é isso? **Falta de educação**. **Grande parte dos problemas da sociedade passam por onde? Por uma educação de baixo nível**. Você pega todos os países que conseguiram dar a volta, o carro chefe, a educação. E onde começou? Na básica. **Então, esse projeto, porque que nós estamos falando que é uma visão do 'Estado Presente' olhando para o futuro? É você quebrar a fábrica. Esse volume de criminalidade que existe hoje tem uma fábrica**. Então, que é que vai estar com 20 e poucos anos daqui a pouco? É o menino que hoje está com 8, 10. Se você dá uma estrutura para esse menino, vai faltar mão de obra para a criminalidade no futuro e automaticamente os índices cairão. Então, você tem que ter uma ação presente, para eliminar as consequências do passado. Mas tem que ter ações para evitar que, no futuro, o presente se repita (2013, grifos nossos).

Na visão do preposto do Meesa naquele contexto, há a culpabilização do Estado na geração dos problemas sociais, e a educação é o instrumento para sanar grande parte dos problemas. A despeito dos fatores estruturais, relacionados ao modo de produção capitalista, o lugar de periferia que o Brasil ocupa no capitalismo, os reflexos do imperialismo e as contradições que foram construídas por séculos de espoliação e perversa escravidão, toda análise dos aspectos objetivos e subjetivos é substituída pelo mantra acrítico de que a "educação é a solução" para os males.

A compreensão de que o Estado presente se dá pela presença das fundações empresariais que terceirizam as atribuições estatais é sintomática e evidencia aquilo que Gramsci (2022) categorizou como Estado Integral. Vejamos o diálogo estabelecido entre o jornalista e Aridelmo Teixeira:

> Jornalista: esse programa o 'Estado Presente', até o presente mesmo que o programa fala é a presença do Estado. E é a ausência do Estado que acabou provocando essa situação toda. Mas essa analogia com o presente no tempo, talvez facilite...é o programa que mais tem a ver com o futuro, me parece, com o Governo do Estado. E vocês estão lá, né, o ES em Ação participa lá de várias maneiras.
> Aridelmo Teixeira: "**É porque no nosso entendimento é que a educação não pode ser feita só por um lado, que é o governo**. Muito pelo contrário, a sociedade inteira. Como os países desenvolvidos na educação, a sociedade respira educação, dá importância à escola na vida da formação do cidadão. Então, isso aqui é uma parceira forte do empresariado, a visão do empresariado que ele tem que dar a contribuição dele, que é o papel do ES em Ação, olhando sempre o estado para o futuro. Então, ES em Ação encampou essa proposta e estamos levando a cabo em parceria com o governo do Estado, porque é um projeto social, um projeto da sociedade".

Na posição do Meesa, fica subentendida a noção de governança: o movimento se vê, de certa maneira, como responsável pela condução da coisa pública, mesmo sem ocupar cargo no aparato estatal. Assim, participar da educação quer dizer participar da direção da educação e, sob o manto da representação de toda sociedade, ter seus interesses empresariais atendidos e protegidos, sobremaneira, como se fosse expressão do bem comum. Voltaremos a discutir o programa Coordenadores de Pais, que só foi descontinuado em 2018. Por ora, retomamos a atenção à estrutura do ES 2030 e as alterações geradas na questão da educação pelo Meesa.

Apesar de não termos conseguido o acesso aos relatórios de atividades dos anos de 2012 e 2013, entendemos que este período foi o de uma transição para o Meesa no que diz respeito à sua organização interna, pois, além de marcar o fim da diretoria de Alexandre Nunes Theodoro (2010/2012), indicou o início de uma nova gestão, com a direção de Luiz Wagner Chieppe (2013/2016) e, ao mesmo tempo, sinalizou a finalização e publicação do Plano de Desenvolvimento do Espírito Santo ES 2030.

Nesse aspecto, o Meesa reestruturou os seus comitês de acordo com as seguintes dimensões indicadas pelo ES 2030 para alavancar o desenvolvimento: Inserção Econômica; Desenvolvimento Regional; Ciência, Tecnologia e Inovação; Energia, Petróleo e Gás; Infraestrutura; Meio Ambiente; Desenvolvimento Humano.

Assim, a organização criou comitês que agregavam tais dimensões e direcionou as ações dos seus associados nas discussões, projetos e ações articuladas em sete comitês temáticos/estratégicos, são eles: Capital Humano e Inclusão Social; Saúde e Qualidade de Vida; Segurança Cidadã; Desenvolvimento Regional; Inserção Competitiva; Infraestrutura e Logística; Capital Social, Cultura e Imagem; Integração Macrorregional; e Sustentabilidade

Ambiental; Este formato durou até o fim da gestão do Meesa 2013/2016, presidida por Chieppe.[183]

Na abertura do documento ES 2030, o governador Renato Casagrande evidencia que

> Atendendo a essa consciência coletiva de que estamos diante de uma nova realidade, o Governo e as diferentes entidades, lideranças e organizações da sociedade se uniram, mais uma vez, no desafio de formular um pensamento novo e definir metas mais ambiciosas para o crescimento estadual. Para coordenar essa tarefa, formou-se uma parceria criativa, da qual participaram a Secretaria de Estado de Economia e Planejamento (SEP), o Instituto Jones dos Santos Neves, o Fórum das Entidades e Federações (FEF), o Espírito Santo em Ação e a Petrobras, com o apoio técnico da consultoria DVF (Renato Casagrande, 2013).

Nota-se o discurso ambíguo de uma consciência coletiva que, na prática, representou o consenso das frações empresariais atuantes no Espírito Santo. Outro destaque foi o da consultoria da DV-F na elaboração do plano ES 2030, uma das empresas mantenedoras do Meesa.

Na realidade, o Conselho do ES 2030 foi composto pelo Governador do estado do Espírito Santo, Renato Casagrande, pelo Presidente do Meesa, Luiz Wagner Chieppe e pelo Gerente-Geral da Unidade de Negócios da Petrobras no Espírito Santo, José Luiz Marcusso. A coordenação e supervisão geral do plano foi composta pelo Secretário de Estado de Economia e Planejamento, Robson Leite Nascimento, pelo Presidente do Bandes, Guilherme Henrique Pereira, pelo Coordenador do Projeto ES2030 – Meesa, Alexandre Nunes Theodoro e pelo Gerente de Planejamento da Petrobras no Espírito Santo, Guido Bassoli.

O conselho operacional do ES 2030 foi composto por: José Edil Benedito, Diretor-Presidente do IJSN; Luciano Gollner de Oliveira, Secretário Executivo do Meesa; Durval Vieira de Freitas, Consultoria DVF e membro do Meesa; Orlando Caliman, Consultoria e membro do Meesa; e Marcelis Coelho Marques Pereira, Consultora da DVF. Além disso, o Meesa contou, ainda, com uma equipe própria de 2 gerentes e 5 analistas, com o seu presidente, Luiz Wagner Chieppe, compondo e chefiando o Fórum de Entidades e Federações do ES (FEF), além da participação de vários membros como especialistas.

Como se pode notar, a concepção e operação do ES 2030 foi hegemonizada pelo Meesa a tal ponto que esse plano serviu de base para a reestruturação dos seus próprios comitês que passaram a ser organizados em total alinhamento. Em especial, o "Comitê de Capital Humano

[183] Acesso realizado por meio do *Wayback Machine* (https://archive.org/web/), haja vista que o material antigo (até 2018) foi retirado do ar. (Disponível em: https://web.archive.org/web/20160711080730/http://www.es-acao.org.br/index.php?id=/institucional/espirito_santo_em_acao/index.php. Acesso em: 21 jan. 2025).

e Inclusão Social", que, em 2017, mudou o nome para Comitê 2. Educação, foi interposto como ponto principal do tópico "bases sociais" do ES 2030.

Em síntese, este primeiro momento, das primeiras formulações do Meesa, aponta para um início de atuação menos sistematizado e estruturado internamente, além de mais vinculado às necessidades imediatas de ganho das frações empresariais da educação, como demonstrado com os programas Nossa Bolsa e Bolsa Sedu. Contudo, em tal momento já é possível ver as intencionalidades da organização em criar as condições para avançar sobre a educação básica pública. Isso se inicia a partir da compreensão sobre a geração de capital humano, por meio das melhorias dos indicadores das avaliações externas, enquadrando a educação sob o mantra do "foco nos resultados". Sob este aspecto, a avaliação das estratégias do ES 2030 foi determinante para os rumos que o Meesa direcionou as suas ações a partir de 2014, buscando criar (ou copiar/reproduzir) as bases de um modelo de educação e de escola para a educação pública capixaba, como veremos adiante.

4. O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA CONSOLIDAÇÃO DAS FORMULAÇÕES DO MEESA PARA A EDUCAÇÃO (2014-2018)

> "O ES em Ação, a partir de 2014, a gente entra no movimento aí mais robusto, vamos dizer assim, com a preocupação com a educação básica" (Luciano Gollner, membro do Meesa, 2022).

Neste capítulo, evidenciamos o processo de construção da consolidação das formulações do Meesa para a educação. Como indicado na epígrafe, o ano de 2014 marca o início desse momento, quando o Meesa deixa de atuar apenas com enfoque nos ganhos imediatos e corporativos e passa a se estruturar para ter uma atuação mais sistematizada e organizada na educação, evidenciando uma mudança no nível de consciência política coletiva. Procuramos, entretanto, evitar que esses momentos sejam interpretados como isolados ou estanques. Isto significa que o Meesa foi construindo a sua relação com o aparelho estatal de maneira articulada, ajustando-se às intencionalidades das frações de classe hegemônicas, procurando tensionar, aproveitar e reocupar todos os espaços do Estado quanto fosse possível.

Desse modo, este capítulo se inicia com a discussão sobre o contexto político-econômico em que a atuação do Meesa é operacionalizada. Assim, conectamos os aspectos mais gerais, relativos à crise do capital e a queda dos preços do *commodities*, aos impactos e reverberações na economia e política nacional e estadual, na busca por uma aproximação da compreensão da realidade concreta. Depois, apresentamos a estrutura do Meesa durante o triênio de 2013-2016, período de readequação do comitê de Capital Humano e Inclusão Social, liderado pela fração ligada à Fucape *Businnes School* e ao recém criado Instituto Fucape de Tecnologias Sociais (IFTS), às demandas do Plano de Desenvolvimento ES 2030. Em seguida, tratamos do processo de implementação das Escolas em Tempo Integral na rede municipal de Vitória e na rede estadual do Espírito Santo (Escola Viva) e as suas contradições, assim como a perspectiva do modelo da Escola da Escolha, concatenada com as demandas de treinamento de força de trabalho circunscritas no ES 2030; e finalmente, discutimos o agitado triênio 2016-2019, o qual perpassam alterações importante na estrutura do núcleo de educação, com vistas a ampliação da atuação do Meesa na educação pública, considerando o contexto de lançamento do Pacto pela Aprendizagem no Espírito Santo (Paes) e a possibilidade de expansão das Escolas em Tempo Integral.

4.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO POLÍTICO-ECONÔMICA

O cenário político-econômico capixaba não passa imune à crise do capital reverberada pelo fim do ciclo das *commodities*, resultando em forte queda dos preços e, por isso, afetando demasiadamente as economias mais primarizadas, com no caso do Brasil. Somam-se a essa conturbada conjuntura duas questões relativas à matriz energética mundial: a primeira, mais ampla, referente aos ataques externos ao governo brasileiro e aos dirigentes da Petrobrás, alvos de grampo e de espionagem estadunidense; e a segunda, mais específica, concernente às disputas pelos *royalties* entre estados produtores e não produtores de petróleo e gás. Observemos mais de perto.

Com a descoberta do pré-sal, em 2006, e o início das operações, em 2010, foi promulgada a Lei nº 12.351/2010, a qual instituiu no seu art. 4º que "A Petrobrás será a operadora de todos os blocos contratados sob o regime de partilha de produção, sendo lhe assegurado, a este título, participação mínima no consórcio previsto no art. 20", afirmando a Petrobrás como a executora do contrato e a exclusividade de operação. Tal decisão, a despeito das contradições inerentes ao processo, foi contrária aos interesses dos EUA, maior consumidor de hidrocarbonetos do planeta.

Tal interesse fica evidente com a reativação da IV Frota Naval da Marinha dos EUA, de Monitoramento do Atlântico Sul (Dávila, 2008; Carmo, 2008), em 2008, corroborando que os artifícios para realizar os seus negócios poderiam ocorrer via coerção, mesmo em terras pacificadas externamente. Sem a necessidade de lançar mão dos seus torpedeiros, os EUA encamparam em uma guerra silenciosa contra a soberania nacional brasileira.

Os documentos ultrassecretos vazados pelo movimento *WikiLeaks*, liderado por Julian Assange, além dos depoimentos de Edward Snowden, ex-agente da *National Security Agency* (NSA), apontam para uma orgânica cooptação de políticos brasileiros feita pela CIA e por empresas do setor petroquímico, como no caso de José Serra, com o qual a Chevron negociou sigilosamente mudanças no marco regulatório do Pré-Sal (WikiLeaks, 2010). Antes disso, em 2009, integrantes do judiciário brasileiro, do Ministério Público e da Polícia Federal iniciaram um intercâmbio com o Departamento de Justiça dos EUA, com intuito de serem treinados. Sergio Moro, participante deste treinamento, anos mais tarde, veio a ser um dos responsáveis pela Operação Lava-Jato, que teve graves implicações para a Petrobrás e, sobretudo, para a cambaleante democracia brasileira (WikiLeaks, 2009). Como resultado dos ataques, após o golpe jurídico-parlamentar-midiático sofrido por Dilma Roussef em 2016, Michel Temer

retirou a exclusividade de operação do pré-sal da Petrobrás, com a promulgação da Lei nº 13.365,[184] atendendo aos anseios ianques.

Sobre a questão da distribuição dos *royalties,* observamos o seguinte: com a promulgação da Lei nº 12.351 em 2010, a qual institui, dentre outros aspectos, a alteração da distribuição dos *royalties*[185] entre estados produtores e não produtores, notou-se o favorecimento dos últimos. Em 2012, foi aprovada a Lei nº 12.734, responsável pela modificação da lei anterior (nº 12.351) e que estabeleceu novas regras de distribuição dos *royalties* entre os entes federados, o que aumentou a fatia da compensação para os estados e municípios não produtores, acirrando ainda mais os ânimos. Em defesa da distribuição favorável aos produtores, os estados do Rio de Janeiro, do Espírito Santo e de São Paulo judicializaram a questão dos *royalties*, em virtude das perdas de arrecadação.[186]

Lembramos, ainda, que com a Lei nº 12.351 (e suas alterações) foi criado o Fundo Social do Pré-Sal com o objetivo de direcionar recursos advindos da exploração do petróleo para as áreas da educação, saúde outros segmentos sociais. Em 2013, Dilma Rousseff decreta e sanciona a Lei nº 12.858/2013,[187] disponibilizando 50% do Fundo Social do Pré-Sal até que sejam cumpridas as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) e 75% dos *royalties* e da participação especial (de contratos celebrados a partir de 2012) para educação e 25% para a saúde. No entanto, a falta de regulação e a ausência de mecanismos de transparência são dificuldades em monitorar a realidade dessa alocação de recursos. Salientamos que a lei aprovada por Temer (MDB), em 2016 (Lei nº 13.365), embora não tenha alterado a destinação e a distribuição dos *royalties*, criou mecanismos que flexibilizaram a destinação dos recursos e, por isso, criou-se espaço para a diminuição de recursos destinados diretamente aos objetivos da educação e da saúde.

Esse contexto de acirramento da crise política e econômica, com a redução de crescimento da economia, o aumento da inflação e da queda da produção industrial, levou o governo Dilma Rousseff ao aprofundamento das medidas de caráter neoliberal e aos

---

[184] Lei 13.365/2016, que revoga a obrigatoriedade da participação da Petrobras na exploração do petróleo da camada pré-sal. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/11/30/sancionada-lei-que-revoga-obrigatoriedade-de-exploracao-do-pre-sal-pela-petrobras. Acesso em: 6 nov. 2024.

[185] Entende-se que o *royalty* é uma forma de compensação atribuída pela extração de recursos naturais, minerais e hídricos.

[186] Somente em 2022, após nove anos de indefinição, o STF julgou pela constitucionalidade da Lei nº12.734/2012.

[187] Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12858.htm. Acesso em: 24 jan. 2025.

desencadeamentos já descritos nos capítulos anteriores, que levaram ao golpe parlamentar, jurídico e midiático e a ascensão autoritária.

Assim, se a nível nacional observamos uma reação de caráter neoconservador, como exigência para a recomposição da acumulação do capital e das taxas de lucro (Leher, 2019), expresso pelo processo de ruptura institucional contra o governo Dilma Rousseff, no nível estadual, as frações empresariais hegemônicas também viram a necessidade de efetuar um aprofundamento das medidas neoliberalizantes. Esse é o contexto que antecedeu o pleito para o governo do Espírito Santo em 2014.

Lembramos que, enquanto os dois primeiros mandatos de Paulo Hartung (2003-2006 e 2007-2010) ocorreram quando a economia apresentava bons resultados, em decorrência das políticas do governo Lula e, sobretudo, pela alta do preço das *commodities*, no governo Casagrande (2011-2014), o contexto foi mais complexo, com perdas de arrecadação e dificuldades para encaminhar os projetos colocados como prioritários para frações do empresariado capixaba, relacionados à infraestrutura de transportes e logística. É possível constatar essa situação pelo excerto da matéria do jornal *A Gazeta*:

> Prefeitos do Espírito Santo se reuniram em Vitória nesta sexta-feira (12). O encontro teve a presença da ministra-chefe da Secretaria de Relações Institucionais Ideli Salvatti. Ela informou que o governo federal está empenhado em compensar o estado após as **perdas de recursos do ICMS e do Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap)**. O evento aconteceu no Centro de Convenções da capital. [...] Sem detalhar como, a ministra disse que o governo federal quer ajudar a resolver problemas históricos do estado. "Não faltará esforço para desenterrar as cabeças de burro que têm em várias obras aqui no Espírito Santo. Precisa andar aeroporto, precisa andar BR-101, algumas já estão encaminhadas, mas o Espírito Santo terá o que merece", garantiu. O governador Renato Casagrande afirmou que nenhuma medida será suficiente para recompensar as perdas recentes, mas disse que todo incentivo que ajude a recuperar receita é bem-vindo. "Há um passivo histórico da União com obras de infraestrutura no Espírito Santo. Mas estou acreditando que 2013 é ano da virada. Estamos tendo licitação da BR-262, vamos fazer a concessão da BR-101, vamos ter um investimento histórico no Porto, a obra do aeroporto será retomada. Nada compensará a nossa perda, mas é fundamental que aquilo que puder ser construído, que possa manter a atividade econômica, seja feito" (Monteiro, 2013, grifo nosso).

Nesse caso, a trama discursiva se bifurca, de modo que, de um lado, o chefe do executivo estadual, Renato Casagrande, enfatiza a responsabilidade da esfera nacional pelos problemas de arrecadação e, de outro lado, o discurso de caos tomou o primeiro plano das frações empresariais, como pode-se ver em matéria veiculada pelo jornal A Gazeta (2013):

> O economista Orlando Caliman avalia que a decisão de corte de gastos, contenção e revisão dos investimentos persistirá ainda por um tempo. "*A economia dos Estados Unidos já ensaia uma retomada, mas a demanda nos países europeus não mostra recuperação".* [...] *"O cenário, a curto e médio prazos, não é bom. As empresas estão controlando custos e despesas, como é o caso do setor de minério e pelotas e principalmente da área de siderurgia".* (Zandonadi, 2013).

> *"Com o mercado externo ainda sofrendo com a crise, e o Brasil com previsão de crescimento de 1% este ano, a perspectiva dos produtores de commodities não é muito boa*", avalia o economista e professor da Fucape, Aridelmo Teixeira (Zandonadi, 2013).

Nessa conjuntura, Paulo Hartung (PMDB) retorna à cena política do Espírito Santo após quatro anos de afastamento. Tal retomada foi encaminhada via um discurso que atacava a gestão de um ex-aliado, Casagrande, ao mesmo tempo em que reivindicava a necessidade de maior austeridade e controle das contas públicas.

Sobre a ruptura com Paulo Hartung, Renato Casagrande explica que

> "Foi em 2014, porque eu fui eleito governador em 2010 apoiado pelo Paulo [Hartung]. Ele tinha um compromisso, se o meu governo tivesse bem, eu vim candidato a reeleição e ele vinha candidato ao Senado. Mas por alguma razão, ele resolveu ser candidato a governador, na última hora, sempre dizendo que era candidato ao senado. E Eu compartilhei o governo com ele, uma parte do meu governo, gente que estava com ele até 2010, pessoas que faziam parte do movimento dele. Eu falei assim, Paulo me ajudou, vamos compartilhar o governo com pessoas que estavam no governo dele. E ele, ao final, acabou sendo candidato a governador. Eu acabei prestigiando ele [sic] muito no tempo que eu fiquei no governo, ele acabou concorrendo, foi essa a razão do afastamento" (Entrevista de Renato Casagrande ao programa CamargãoTáOn, 2023).

Dessa forma, candidataram-se ao governo do ES: Renato Casagrande (PSB);[188] Paulo Hartung (PMDB);[189] Roberto Carlos (PT); Camila Valadão (Psol); e Mauro Ribeiro (PCB).[190] As coligações revelam as mudanças no jogo político em relação a 2010, visto que, naquele contexto, as forças do espectro da centro-esquerda conseguiram, via alianças, hegemonizar nacionalmente e articular candidaturas exitosas a nível estadual, como no ES. Porém, em 2014, a situação foi bem distinta, em função da evolução da crise política e econômica e o crescimento da insatisfação da base congressista com o governo Dilma Rousseff (PT). Inclui-se, ainda, a impossibilidade de articular a aliança entre PT e PSB, visto que Eduardo Campos (PSB) preteriu a vice candidatura indicada por Lula (PT) para se lançar candidato à presidência ao lado de Marina Silva (Rede).[191]

---

[188] O candidato a vice-governador foi Fabricio Gandini (PPS), sob a coligação "Pra frete Espírito Santo" (PSB, PPS, PR, PSC, PSD, PTC, PCdoB, PV, PSDC, PHS, PRTB, PTdoB, PMN e PRB)

[189] O candidato a vice-governador foi César Colnago (PSDB), coligados na "Espírito Santo pode muito mais" (PMDB, PSDB, DEM, PTB, PSL, PTN, PP, SD, PEN, PRP, PPL e Pros).

[190] A candidata a vice-governadora da coligação "Coma força do povo capixaba" (PT e PDT) foi Célia Tavares (PT); Wilson Jesus Junior foi o candidato a vice-governador do Psol (sem coligação); e Aurélio Carlos de Moura (PCB) foi o candidato a vice-governador da coligação "Frente Classista e Socialista" (PCB e PSTU).

[191] Em entrevista, Lula diz ter defendido a indicação de Eduardo Campos para a vice-presidência de Dilma, em 2014, com promessas de apoiá-lo como candidato à presidência em 2018. No entanto, Eduardo Campos preferiu

A nível estadual a situação era mais delicada. A despeito da anuência do PT nacional em aceitar a proposta de Renato Casagrande de manter a aliança com o PT, mas com uma postura neutra no palanque, a direção petista estadual (João Coser) teria insistido em conversas com Paulo Hartung, em prol do apoio à candidatura do petista ao Senado. Tal situação levou o PT do ES ao isolamento, já que Hartung fez o movimento de apoio ao PSDB, impossibilitando o apoio do pemedebista à candidatura de João Coser.

Ainda que Coser (PT) não tenha sido eleito ao Senado Federal, a garantia da chefia da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (2015-2017), no governo Hartung, demonstra o tom das conversas que antecederam as eleições. Para além das decisões dos partidos, tratou-se de um acordo entre o grupo ligado a Hartung com o grupo ligado a Coser, haja vista que uma aliança partidária obrigaria Hartung e o PMDB capixaba a subir no palanque em defesa de Dilma Rousseff (PT). Isso, em parte, ajuda a explicar a ausência do PT e do PDT na coligação "Pra frente Espírito Santo", articulada por Renato Casagrande (Articulação, 2014; Juntos, 2014).

Por outro lado, a coligação "Espirito Santo pode muito mais", encabeçada por Paulo Hartung, congregou mais forças do espectro da direita que, em âmbito nacional, com exceções,[192] apoiaram a candidatura de Aécio Neves (PSDB), inclusive esse foi o caso do próprio Hartung e do PMDB do Espírito Santo.[193]

Diante disso, a campanha para governo do estado foi marcada pela troca de farpas e acusações mútuas entre os dois principais candidatos (Oliveira; Lirio, 2017). Segundo Souza (2014), em pronunciamento da convenção do PMDB, em Vitória, em 2014, Paulo Hartung afirmou que "O atual governo tropeçou nas próprias pernas [...]. Com um discurso escrito previamente, o que foge ao costume, Hartung fez questão de afastar a imagem de sua gestão daquela que está sendo feita por Casagrande". Nas palavras de Paulo Hartung: "O governo que se elegeu propondo a continuidade e se comprometendo com o avanço não cumpriu o compromisso com a continuidade, muito menos produziu avanços. Não deu salto algum. Pelo contrário" (Souza, 2014).

---

se lançar candidato ao pleito presidencial, em 2014. Após a sua trágica morte, em 13 de agosto de 2014, a candidata a vice Marina Silva assume a candidatura presidencial. (Lula, 2019).

[192] A nível nacional, estiveram coligados, em 2014, na "Com a força do Povo" apoiando a candidatura de Dilma Rousseff: PT, PMDB, PSD, PP, PDT, PRB, Pros e PCdoB. Desses partidos, no nível estadual, o PMDB, o PP e o Pros apoiaram a candidatura de Paulo Hartung. Por outro lado, estiveram coligados ("Muda Brasil), apoiando a candidatura de Aécio Neves: PSDB, SD, PMN, PEN, PTN, PTC, DEM, PTdoB e PTB. Desses, no nível estadual, o PTC, o PTdoB e o PMN apoiaram a candidatura de Renato Casagrande.

[193] Paulo Hartung, "[...] o peemedebista reafirmou o apoio ao candidato Aécio Neves (PSDB) à Presidência da República". (Lopes, 2014).

Conquanto a disputa tenha sido truculenta, não podemos ignorar o fato de que o empresariado não quis correr o risco de perder o controle do aparelho estatal. Isso fica explícito na arrecadação da campanha de 2014, na qual a candidatura de Renato Casagrande angariou o montante de R$12.698.798,83 e a de Paulo Hartung, R$8.877.038,77. Nas tabelas 4 e 5, observa-se os setores que mais contribuíram para financiar a disputa do pleito estadual: construção civil e serviços voltados à construção e infraestrutura, bem como o setor da industrial naval, siderúrgica, metalúrgica e de celulose. Muitos dos quais, mantenedores do Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação (Meesa).

Tabela 4. Maiores doações para campanha de Renato Casagrande (PSB), em 2014.

DOADOR	CNPJ	VALOR
Estaleiro Jurong Aracruz Ltda	11.200.595/0001-45	1.450.000,00
Vale Energia S/A; Vale Manganês S/A	02.207.392/0001-90; 15.144.306/0001-99	1.000.000,00
Construtora Norberto Odebrecht S A	15.102.288/0001-82	770.000,00
Construtora OAS S/A	14.310.577/0030-49	500.000,00
Minerações Brasileiras Reunidas S/A Mbr*	33.417.445/0001-20	500.000,00
Fibria Celulose S/A	60.643.228/0001-21	400.000,00
Inspection Comercio e Serviços S/A	02.808.642/0001-47	400.000,00
Cotia Vitoria Serviços E Comercio As	01.826.229/0001-42	375.000,00
ArcelorMittal Brasil S/A	17.469.701/0001-77	350.000,00
Locguel Locadora De Equipamentos Para Construção Ltda	19.537.752/0001-14	350.000,00
Mecan Industria E Locação De Equipamentos Para Construção Ltda	20.243.945/0001-41	350.000,00
J Dantas S/A Engenharia e Construções	17.168.907/0001-67	334.000,00
MIB Mineração Ibirité LTDA	08.578.982/0001-05	333.000,00
GMS Engenharia LTDA	01.373.328/0001-16	333.000,00
* Comprada pela Vale AS (2019)		

Fonte: Elaborado pelo autor (2025) com base nas informações do Tribunal Superior Eleitoral (Disponível em: https://spce2014.tse.jus.br/spceweb.consulta.receitasdespesas2014/abrirTelaReceitasCandidato.action. Acesso em: 16 jan. 2025).

Tabela 5. Maiores doações para campanha de Paulo Hartung (PMDB), em 2014.

DOADOR	CNPJ	VALOR
Construtora OAS S/A	14.310.577/0030-49	800.000,00
Construtora Norberto Odebrecht S A	15.102.288/0001-82	730.000,00

Inspection Comercio e Serviços S/A	02.808.642/0001-47	400.000,00
Estaleiro Jurong Aracruz Ltda	11.200.595/0001-45	300.000,00
Fibria Celulose S/A	60.643.228/0001-21	300.000,00
ArcelorMittal Brasil S/A	17.469.701/0001-77	250.000,00
Gerdau Aços Especiais S/A	07.359.641/0001-86	250.000,00
Leão Bebidas e Alimentos	76.490.184/0001-87	250.000,00
Premo Constr. E Empreendimentos S/A	17.159.658/0001-43	250.000,00
Cotia Vitoria Serviços E Comercio Sa	01.826.229/0001-42	200.000,00
Vale Manganês S/A	15.144.306/0001-99	200.000,00
Rodocon Construções Rodoviárias Ltda	30.090.575/0001-03	200.000,00
Engesolo Engenharia LTDA	17.376.138/0001-92	200,000.00
Pelicano Construções SA	27.426.196/0001-37	200.000,00

Fonte: Elaborado pelo autor (2025) com base nas informações do Tribunal Superior Eleitoral (Disponível em: https://spce2014.tse.jus.br/spceweb.consulta.receitasdespesas2014/abrirTelaReceitasCandidato.action. Acesso em: 16 jan. 2025).

Os fatos e dados expostos coadunam com a ideia de que as frações empresariais atuantes no Espírito Santo, preocupados com a manutenção do programa de desenvolvimento ES 2030 por eles elaborado, entendiam que tanto Casagrande, quanto Hartung poderiam dar continuidade a tal tarefa. A despeito da preferência de frações burguesas mais alinhadas política e ideologicamente a Paulo Hartung, a compreensão de que o candidato com o mandato vigente teria chances de ser reeleito, conforme apontavam as primeiras pesquisas de intenção de voto,[194] deram o tom de "neutralidade" do empresariado, inicialmente,[195] evidenciando que a disputa entre os dois prepostos do capital era exclusivamente pela operação do projeto.

Isso significa que, no pleito de 2014, não estava em jogo a disputa por distintos projetos políticos de desenvolvimento do estado. Tratava-se de disputas no interior daquele *bloco no poder* suturado por Paulo Hartung, em 2010. A linha dessa sutura uniu Renato Casagrande

[194] Matéria intitulada "Com 46% das intenções do votos, Casagrande pode ganhar no 1º turno" (Disponível em: https://www.folhaonline.es/com-46-das-intencoes-de-voto-casagrande-pode-ganhar-no-1o-turno/. Acesso em: 16 jan. 2025).

[195] No programa Linha do Tempo exibido no canal do Meesa, em julho de 2014, Cristal Carvalho entrevistou Luiz Wagner Chieppe, diretor do grupo Águia Branca e Presidente do ES em Ação. A entrevista destacou a história do presidente do ES em Ação, construindo a linha do tempo de sua vida profissional e do Grupo Águia Branca. Antes do término, a jornalista indaga: "Algum palpite para as próximas eleições de 2014?". O presidente do Meesa responde: "Qual é a próxima pergunta". Por se tratar de um programa "de casa", isto é, vinculado ao Meesa, a pergunta, bem como a resposta, pareceu ser uma jogada ensaiada. (Chieppe, 2014).

organicamente ao projeto ES 2030 e, portanto, às frações empresariais do ES. Vencesse quem vencesse, a hegemonia do Meesa frente ao aparelho de Estado prosseguiria.

Em entrevista *ex post facto*,[196] ao falar sobre a continuidade do governo e as diferenças entre o seu perfil e o de Hartung, Casagrande indica a sua organicidade ao projeto capitaneado pelo Meesa:

> [...] **a gente está aqui desde 2003 com gestões responsáveis, com características diferentes**, de quem governou o estado do Espírito Santo, com **perfis distintos**, mas são características de gestores responsáveis, que conseguiram equilibrar as finanças do Estado. **Eu tenho um perfil muito mais de resultado, então além de eu controlar as finanças eu produzo em termos de investimentos**. Em todos os meus governos os investimentos são recordes, porque eu gosto de fazer investimento em infraestrutura, fazer investimento em rede de proteção social, seja em assistência social, na saúde, na educação, mas são 22 anos de governos responsáveis (Casagrande, 2024, grifo nosso).

Esse tom conciliatório que ressalta as diferenças de perfil e que apontam para a continuidade do projeto ES 2030 contrastam com o ambiente criado por ambos no pleito de 2014. Renato Casagrande esperava o apoio de Paulo Hartung. Este, por sua vez, redirecionou a rota, rompeu o trato com Casagrande e apostou em uma campanha conflituosa.

A abscisão entre Hartung e Casagrande pode ser analisada sob duas bases argumentativas: a primeira, mais simples e aparente, que se limita à disputa pessoal de Hartung pelo posto de operador do projeto empresarial para o ES (ES2030); e a segunda, mais complexa e, por isso, mais difícil de ser captada, referente às disputas internas entre as frações que compõem o Meesa, bem como a burguesia atuante no Espírito Santo.

Dispensamos a "navalha de Occam" e apostamos na mais complexa. Entendemos que a situação beligerante entre os candidatos, embora não represente o rompimento com o projeto dominante para o ES, coloca em relevo as relações de poder e as contradições internas no bloco no poder (Poulantzas, 1977), para a sua manutenção e renovação. Esse jogo de forças, pelo que se observa dos discursos e das práticas de ambos prepostos do capital, põe as contradições entre o capital financeiro e o capital produtivo na disputa pelo comando do Estado. Paulo Hartung, representante de uma gestão mais agressiva e austera, com foco no controle das contas públicas para melhoria dos indicadores que agradavam o mercado financeiro e, Casagrande,

[196] Episódio #80 (13/05/2024) do Podcast "O Gestor", intitulado "Gestão da Administração Pública com Renato Casagrande" e conduzido por Gabriel Feitosa (eMeg) e Bruno Rigamenti (V3 data), ambos formados pelo Instituto Líderes do Amanhã (Disponível em: https://open.spotify.com/episode/29228VCdE7IwGFQw2FuqBq?si=uYkxHjE5TUWVeoOi5b_CIQ&nd=1&dlsi=a19227a2cfbc40bb. Acesso em: 16 jan. 2025).

representante de uma gestão menos radicalizada do ponto de vista fiscal, buscando a manutenção dos investimentos prioritários ao capital produtivo.[197]

Considerando o contexto de crise política e econômica instaurado nacionalmente, com reverberações no ES, e as demandas de recomposição da acumulação do capital e da queda da taxa de lucro, sobressaiu-se o discurso mais radicalizado de ajuste fiscal, austeridade e de controle de um suposto caos nas contas públicas. A mídia local mais relevante, *A Gazeta* (mantenedora e com cadeira no Conselho do Meesa), em março de 2014, veiculou o artigo intitulado de "Governo do Estado com as contas em xeque: estudo questiona rumos da política fiscal do governo Casagrande". Nessa matéria, a economista Ana Paula Vescovi, que viria ser a secretária da Fazendo do 3º mandato de Hartung (2015-2018), afirmou o seguinte: "A cada ano que passa, a curva das despesas está mais perto da curva das receitas. Mesmo com financiamentos e *royalties*, sacam dinheiro do Tesouro. Perdemos qualidade na política fiscal do Estado" (Vescovi, 2014).

Dessa forma, "Hartung, o candidato considerado ideal para o *bloco no poder*, foi eleito para seu terceiro mandato no executivo estadual no pleito de 2014, estando à frente do executivo capixaba de 2015 a 2018 [...]" (Leal; Lima, 2021, p. 184). Uma vez eleito,[198] mesmo antes de assumir o governo, ele já demostrava a aridez das medidas neoliberalizantes que se aproximavam: "Vamos ter que comer um saco de sal em 2015 para arrumar essa situação" (Hartung, 2014). Antes mesmo de tomar a posse do governo, Hartung e sua equipe de transição apresentaram à Assembleia Legislativa do Espírito Santo (Ales) um projeto de lei orçamentário para o exercício de 2015 substitutivo do projeto enviado por Renato Casagrande. Tal substituição foi aprovada pela Ales de forma unânime, com previsão de redução de R$ 1,35 bilhão em gastos estatais.[199]

Em seu primeiro discurso, ressoou o tom das críticas ao ex-aliado e das duras medidas que viriam a ser tomadas:

> Senhoras e senhores deputados, o Espírito Santo dos dias atuais apresenta um cenário desafiante a seu povo. Nos últimos anos, o Estado perdeu rumo e ritmo de crescimento. Assim, precisa retomar o equilíbrio fiscal, a capacidade de investimento

[197] A arrecadação desproporcional realizada, considerando algumas empresas, se somada ao relato de Casagrande de ter um perfil de resultados e investimentos, pode dar substanciação à essa argumentação. Por exemplo, o Estaleiro Jurong Aracruz investiu R$1.450.000,00 na campanha Casagrande e R$300.000,00 na campanha Hartung; a empresa Vale investiu R$1.500.000,00 na campanha Casagrande e R$ 200.000,00 na campanha Hartung.

[198] Paulo Hartung foi eleito em primeiro turno com 53,44% dos votos.

[199] "Deputados aprovam 'novo' Orçamento 2015 com cortes em investimentos" (Disponível em: https://www.seculodiario.com.br/politica/deputados-aprovam-novo-orcamento-2015-com-cortes-em-investimentos/. Acesso em: 23 jan. 2025).

> com recursos próprios e avançar na direção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva e sustentavelmente desenvolvida (Hartung, 2015).[200]

Dessa forma, representando o discurso que estava construindo o consenso nacional do "teto de gastos", Paulo Hartung (PMDB) antecipa no ES a radicalização neoliberalizante que, mais tarde, Michel Temer (PMDB) aplicaria no âmbito federal com o programa "Ponte para o futuro",[201] lançado em 2015 e executado a partir de 2016. Da maneira similar, as políticas educacionais desenvolvidas no governo Hartung, sob forte influência do Meesa, antecipam elementos das políticas educacionais que seriam lançadas, em 2017, mas que já estavam sendo forjadas pelos aparelhos privados de hegemonia empresarial na educação.

É importante destacar que os selecionados para dirigir duas das secretarias mais relevantes do governo Hartung, Fazenda e Educação, foram a economista Ana Paula Vescovi[202] e o economista Haroldo Corrêa Rocha,[203] respectivamente. Tais escolhas foram estratégicas para o aprofundamento neoliberal que se daria na condução do aparelho estatal. A combinação logo surtiu seus efeitos, com toques de Midas às avessas,[204] a tal ponto que ambos foram convidados para assumir postos no governo de Michel Temer.

---

[200] (Disponível em: https://www.al.es.gov.br/Noticia/2016/07/30930/integra-do-discurso-de-paulo-hartung-prestacao-de-contas-julho-2016.html. Acesso em: 17 jan. 2025).

[201] No "Programa Ponte para o futuro", é translucida a posição de defesa intransigente de arrocho fiscal, controle e redução de gastos sociais e a institucionalização de um teto de gastos hostil às demandas públicas sociais, como saúde e educação. (Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3359700/mod_resource/content/0/Brasil%20-%20Uma%20ponte%20para%20o%20futuro%20Funda%C3%A7%C3%A3o%20Ulysses%20Guimar%C3%A3es.pdf. Acesso em: 17 jan. 2025).

[202] Ana Paula Vescovi é mestre em Economia do Setor Público pela Universidade de Brasília (UnB), especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (ENAP-DF) e mestre em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (EBAP-RJ). Foi secretária-adjunta de Macroeconomia na Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda 1997-2007), diretora-presidente do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) (2008-2011) e Assessora de Assuntos Econômicos do senador Ricardo Ferraço (2011-2014). Ocupou a Secretaria do Tesouro Nacional (2016-2018) e secretária-executiva do Ministério da Fazenda (2018). Além disso, ocupou o Conselho de administração da Eletrobrás (2016-2017) e foi presidente do Conselho de Administração da IRB (Re) (2016-2017) e do Conselho da Caixa Econômica Federal (2017-2018). Em 2025, Vescovi ocupa a diretora de Macroeconomia do banco Santander (2019-) e a membresia do Conselho de Administração da Ultra (2019-) (Disponível em: https://www.linkedin.com/in/anapaulavescovi/details/experience/. Acesso em: 20 jan. 2025)

[203] Formado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Haroldo Rocha atuou no Espírito Santo como professor universitário na Ufes, foi técnico do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), foi pró-reitor de Administração da Ufes, secretário de Planejamento da Prefeitura de Vitória e secretário de Estado da Educação entre 2007 e 2010. Em 2015, assumiu novamente a Secretaria de Educação. Em 2018, chegou a ser convidado para a Secretaria Executiva do MEC do governo Temer.

[204] Conjunto de matérias jornalísticas que circularam no contexto do governo Paulo Hartung: "Caos no Espírito Santo abre debate sobre limites da 'austeridade modelo': Política de ajuste fiscal aplicada é questionada após crise da segurança pública" (Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/01/politica/1488391298_489412.html. Acesso em: 20 jan. 2025); "Caos na segurança pública deixa 75 mortos em 4 dias no Espírito Santo" (Disponível em: https://veja.abril.com.br/brasil/caos-na-seguranca-deixa-75-mortos-em-4-dias-no-espirito-santo. Acesso em: 20 jan. 2025); "Corte de gasto público causou greve da PM no Espírito Santo" (Disponível em:

Feita esta contextualização, debruçamo-nos, adiante, nas especificidades do Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação (Meesa) na consolidação de suas formulações e na sua atuação na educação pública do Espírito Santo.

4.2 TRIÊNIO 2013-2016: O COMITÊ DE CAPITAL HUMANO E INCLUSÃO SOCIAL E A READEQUAÇÃO DO MEESA ÀS DEMANDAS DO PLANO ES 2030

Nesse segundo momento, o Meesa passou por duas diretorias (Apêndice D). Na primeira (2013-2016), sobre a qual nos debruçamos agora, o presidente foi Luiz Wagner Chieppe (Grupo Águia Branca), assessorado na comunicação por Eugênio Fonseca (Vale) e na segurança por José Nivaldo Vieira (SEI Vigilância e Segurança). A diretoria ainda era composta por um vice-presidente Operacional, Adilson Martinelli (ArcelorMittal), e três vice-presidentes Institucionais, Aridelmo Teixeira (Fucape *Businnes School*), Leonardo Souza Rogério de Castro (Fibrasa) e Orlando Caliman (Futura).

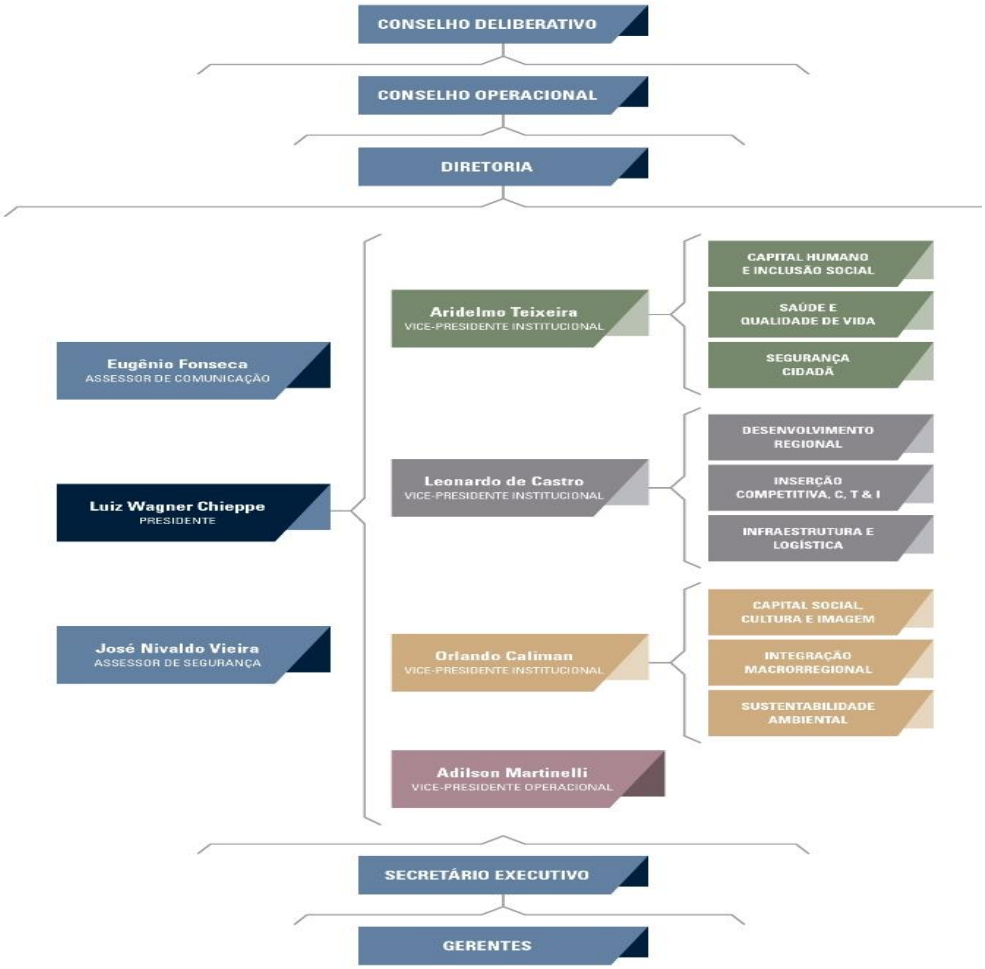
A estrutura interna do Meesa contava com a seguinte equipe: o secretário executivo, Luciano Gollner; um gerente de projetos, Leonardo Conde; um analista de projetos, Gustavo de Muner; um analista financeiro, Diego Rigo; duas analistas de comunicação, Ingrid Bastos e Jamili Zambaldi; uma secretária executiva do Líderes do Amanhã, Bruna Bravin; quatro estagiárias, Juliani Monteiro, Amanda Rufino, Karoline Carvalho e Sophia Nardoto.

Os Comitês Temáticos ficaram sob a tutela da vice-presidência, na seguinte ordem: o vice-presidente Institucional, Aridelmo Teixeira (Fucape *Businnes School*), responsabilizou-se pelos comitês "Capital Humano e Inclusão Social", "Saúde e Qualidade de Vida" e "Segurança Cidadã"; o vice-presidente, Leonardo Souza Rogério de Castro (Fibrasa), incumbiu-se pelos comitês "Desenvolvimento Regional", "Inserção Competitiva" e "Infraestrutura Logística"; Orlando Caliman (Futura), ficou na tutela dos comitês "Capital Social, Cultura e Imagem", "Integração Macrorregional" e "Sustentabilidade Ambiental" (Gráfico 9).

---

https://epoca.globo.com/brasil/noticia/2017/02/o-corte-de-gasto-causou-greve-no-espirito-santo.html. Acesso em 20 jan. 2025); "Hartung parte para desmonte das associações de servidores públicos" (Disponível em: https://faser.org.br/index.php?i=217&t=2. Acesso em: 20 jan. 2025); "Governo mantém silêncio sobre greve do IPAJM e mobilização dos servidores continua" (Disponível em: https://www.seculodiario.com.br/sindicato/governo-mantem-silencio-sobre-greve-do-ipajm-e-mobilizacao-dos-servidores-continua/. Acesso em: 20 jan. 2025); "Dia de luta contra o corte de gastos do governo capixaba" (Disponível em: https://www.ubes.org.br/2015/dia-de-luta-contra-o-corte-de-gastos-do-governo-capixaba/. Acesso em: 20 jan. 2025). "ES tem 62 escolas ocupadas, diz governo" (Disponível em: https://g1.globo.com/espirito-santo/educacao/noticia/2016/11/es-tem-62-escolas-ocupadas-diz-governo.html. Acesso em: 22 jan. 2025).

Gráfico 9. Organograma 2013-2016



Fonte: Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação (2017)

Desses comitês, nossa atenção volta-se ao de "Capital Humano e Inclusão Social". Nota-se, neste caso, uma certa verticalização na medida em que o próprio vice-diretor do Meesa, Aridelmo Teixeira, é também o coordenador desse comitê, que é subcoordenado por Robson Melo (Instituto Terra). Nesse comitê, foram criados os seguintes grupos de trabalho, com seus respectivos membros:

- GT – Sistema de Garantias dos Direitos da Criança e Adolescente, Clarisse Imperial, Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente (Concav), Gerusa,[205] José Carlos Correa (A Gazeta), Lícia Lucas Cantarella (Fibria Celulose S/A) e Robson Melo (Instituto Terra);

[205] O nome completo de Gerusa não aparece na página na qual a composição do GT foi encontrada. Por isso, deixamos desta maneira. (Disponível em: https://web.archive.org/web/20160401003639/http://www.es-acao.org.br/index.php?id=/comites_tematicos/capital_humano_e_inclusao_social/index.php. Acesso em: 21 jan. 2025).

- GT – Mapeamento Coletivos Juvenis, José Carlos Corrêa (A Gazeta), Maria Goretti Dalvi (Fundaes), Pedro Miguel Sirgado (Instituto EDP), Regina Murad (Concav), Rachel Coser (Coimex, Ação Comunitária do ES [Aces] e Associação Paulista de Fundações [APF]) e Vinicius Freitas (DVF Educação Empresarial e Fundação Dom Cabral).
- GT – Coordenadores de Pais, Aridelmo Teixeira (Fucape), Maria Goretti Dalvi, Fundações e Associações do Espírito Santo (Fundaes), Nilda Lopes Maciel (servidora aposentada).[206]
- GT – Educação em Tempo Integral, Aridelmo Teixeira (Fucape), José Armando de F. Campos (ArcelorMittal), Luiz Wagner Chieppe (Grupo Águia Branca), Adriana Sperandio (Secretária de Educação de Vitória) e Alexandre Theodoro (Faesa);

A criação desses GTs esteve vinculada às demandas do Plano de Desenvolvimento ES 2030,[207] como já mencionado. Sobre este plano, interessa-nos, sobretudo, o capítulo 4, "Bases Sociais", em especial o que concerne à educação, apresentada com o seguinte título: "Educação: Acesso à educação com qualidade e formação de capital humano avançado" (Espírito Santo, 2013, p. 152). O título expressa com clarividência a manutenção da intencionalidade em treinar força produtiva para os interesses de classe. São três os objetivos apresentados:

> Promover a expansão da qualidade do ensino com esforço para a inclusão social de todos e a redução das desigualdades educacionais.
>
> Elevar a qualidade do ensino a partir da gestão escolar com inovação, atuando diretamente em seus pilares: o professor, o currículo e a infraestrutura.
>
> Formar recursos humanos avançados para a geração e difusão de novos conhecimentos direcionados à inovação (Espírito Santo, 2013, p. 152).
> (Espírito Santo, 2013, p. 158-159).

Naquele capítulo, são apresentadas metas estratégicas para os anos de 2020 e 2030, englobando os seguintes itens: melhoria da escolaridade média da população; aumento do Ideb (Fundamental e Médio); melhoria do percentual de alunos com nível adequado de português e matemática; aumento do percentual de matrículas de tempo integral na educação básica (Fundamental e médio); melhoria do percentual de jovens com o ensino médio concluído aos

[206] As únicas referências a Nilda Lopes Maciel encontradas na Rede Mundial de Computadores (WEB) relacionam-se a processos judiciais de pequena causa e ao IPAJM, órgão de aposentadoria dos servidores do ES.

[207] À época, estabeleceu-se que, a partir de 2018, o plano ES 2030 seria revisado dando origem ao ES2035. Tal revisão foi adiada e modificada. Assim, apenas em 2024 os trabalhos foram iniciados para revisar o plano de Desenvolvimento do ES que foi renomeado de "ES 500 anos", visto que o ano de 2035 marcará os 500 anos de colonização do solo espírito-santense.

19 anos; aumento da taxa de matrículas no ensino superior da população entre 18 a 24 anos (Espírito Santo, 2013).

Com o intuito de atingir tais metas, são lançadas as propostas do ES 2030 para a educação capixaba. A fim de facilitar a nossa exposição, organizamos as propostas em três grupos: "A. Expansão e Acesso", "B. Qualidade e Inovação" e "C. Articulação e Integração".[208]

Quadro 8 - Propostas e objetivos do Plano ES 2030 para a educação capixaba

CATEGORIA	PROPOSTAS	OBJETIVO
A. Expansão e Acesso	A1. Ampliar as oportunidades de acesso ao ensino por meio da formulação e implantação de educação de tempo integral na rede municipal e estadual, educação a distância e qualificação profissional; A2. Ampliar as oportunidades de acesso de jovens ao Ensino Médio e técnico profissionalizante e adotar medidas para assegurar sua permanência na escola, com motivação, atratividade, uso de ferramentas e modelos pedagógicos inovadores**,** na perspectiva empreendedora, preparando para o mundo do trabalho; A3. Fomentar a expansão da Educação de Jovens e Adultos (EJA) integrada ao processo de educação continuada que habilita para as novas realidades do mundo profissional, em contínua mudança; A4. Ampliar o acesso ao Ensino Superior e à pós-graduação em todas as regiões do Espírito Santo.	Promover a expansão da qualidade do ensino com esforço para a inclusão social de todos e a redução das desigualdades educacionais.
B. Qualidade e Inovação	B1. Adequar currículos baseados em padrões de competências, por meio de um sistema modular, para que atendam às exigências do mercado; B2. Promover a formação de pessoal para pesquisa e desenvolvimento tecnológico em áreas estratégicas para a economia e para a qualidade de vida dos capixabas.	Elevar a qualidade do ensino a partir da gestão escolar com inovação, atuando diretamente em seus pilares: o professor, o currículo e a infraestrutura. Formar recursos humanos avançados para a geração e difusão de novos conhecimentos direcionados à inovação
C. Articulação e integração	C1. Ampliar as ações que promovam a integração entre as escolas, famílias e comunidades; C2. Realizar pesquisas periódicas para avaliar e monitorar a oferta e a demanda por cursos de nível técnico/superior nas diferentes regiões do Espírito Santo.	

Fonte: Elaborado pelo autor (2025), a partir de dados do Plano ES 2030 (Espírito Santo, 2013).

Considerando o Plano ES 2030, durante a primeira mesa diretora (2013-2016) desse segundo momento (2014-2018), o Meesa enfatiza a sua ação na área da educação nas propostas

[208] Ressaltamos que essa organização foi feita por nós a partir do conteúdo de cada proposta, assim como na relação estabelecida com os objetivos. Acreditamos que essas relações estão implícitas no ES 2030.

A1. e B1., com o Programa de Educação em Tempo Integral na prefeitura de Vitória (2014) e na rede estadual (2015), articulado às discussões do GT – Educação em Tempo Integral.

Os outros GTs desse período, embora mais vinculados ao eixo "Segurança Cidadã" e às metas desse eixo do ES 2030, ao serem incorporados no Comitê de "Capital Humano e Inclusão Social", podem revelar o entendimento de que a compreensão que os intelectuais do Meesa têm da educação se relacionada acriticamente à resolução de todos os males da sociedade, conforme já analisamos. Cabe salientar a ausência de uma organização interna especializada para a educação no início da gestão 2013-2016 do Meesa, fato que só começa a se alterar na gestão 2016-2019.

O GT Coordenadores de Pais pode ser relacionado ao atendimento da demanda da proposta C1. "Ampliar as ações que promovam a integração entre as escolas, famílias e comunidades" (Espírito Santo, 2013, p. 159). Ao longo desse período (2013-2016), o Meesa desenvolveu outras iniciativas indicadas como ações prioritárias vinculadas à educação:[209] Programa *Dreamshaper* (A2.) e Programa Compasso socioemocional (A2.), que ainda serão apresentados neste trabalho. Além do mais, outros programas iniciados sob o apoio do Meesa continuaram a existir no ES, como o Bolsa Sedu (A1.) e o Nossa Bolsa (A4.), apresentados e discutidos no capítulo 3 desta pesquisa.

Observa-se que os GTs "Sistema de Garantias dos Direitos da Criança e Adolescente", "Mapeamento Coletivos Juvenis" e "Coordenadores de Pais" se alinham diretamente ao núcleo social do Programa Estado Presente, já apresentado no capítulo anterior e que contou com aportes volumosos de recursos oriundos de empréstimos realizados pelo BID.[210] Para atender a meta do Plano ES 2030 para a redução de homicídios,

> [...] o Programa Estado Presente focou uma política transversal e multissetorial baseada na junção de dois pilares centrais: i) promoção de um modelo de repressão qualificada (baseada na investigação, na inteligência e no respeito aos direitos de cidadania); e ii) prevenção social focalizada em territórios mais vulneráveis e,

[209] Ao todo, são apresentados cinco Projetos ou Ações Prioritárias no endereço eletrônico do Meesa, quais sejam: Coordenadores de Pais; Compasso Socioemocional; Dreamshaper; Dentista do Bem; e JovemSer. Destes, os três primeiros têm vínculo direto com a educação. O penúltimo, Dentista do Bem, embora uma ação tenha acontecido em algumas escolas da rede estadual no dia 28/04/2016, não se trata de algo orgânico ao Meesa, mas sim de uma ação da organização de voluntariado "Dentistas do Bem". O último, JovemSer, tratou-se de um programa no âmbito do Projeto Ocupação Social, no final de 2015. Página arquivada do Meesa (2016) (Disponível em: https://web.archive.org/web/20160401182604/http://www.es-acao.org.br/index.php?id=/projetos_e_acoes_prioritarias_2016/index.php. Acesso em: 25 jan. 2025)

[210] Contrato de financiamento de US$ 56.000.000,00 com o BID a partir de dezembro de 2017, sendo que a primeira prestação foi paga em 2023 e a última será paga em 2041, totalizando o valor de US$ 81. 741.841,00 (amortização mais juros, encargos e comissões). Nos primeiros cinco anos, o Estado do ES se comprometeu a investir no programa uma contrapartida de US$ 14.000.000,00 de recursos próprios, totalizando o investimento de US$ 70.000.000,00 no programa até 2021 (Disponível em: https://planejamento.es.gov.br/projeto-estado-presente-seguranca-cidada-no-espirito-santo. Acesso em: 1 mar. 2025).

> sobretudo, no desenvolvimento pessoal de crianças e jovens (Instituto Jones dos Santos Neves, 2021, p. 12).

No contexto do governo Paulo Hartung (PMDB), o Programa Estado Presente foi substituído pelo Projeto "Ocupação Social".[211] Troca-se o nome, mantém-se a ideia da política público-privada, mas com o orçamento na lógica profundamente austera de Hartung, o projeto alçou voo de pinguim.[212] Na verdade, a troca de nome foi um movimento de Hartung para se afastar de um programa com a marca de Renato Casagrande.[213]

Um exemplo da "grandiosidade" do projeto hartunguista foi o Projeto JovemSer. Tratou-se de uma relação público-privada entre o Meesa, a Escola Brasileira de *Coaching* (EBRA*Coaching*) e o governo do Estado, no âmbito do Projeto Ocupação Social, do final de 2015 até 2017. De acordo com o Meesa, o objetivo era oferecer atendimento voltado a jovens com idade entre 15 e 24 anos, moradores de áreas de vulnerabilidade social, com auxilio no planejamento do futuro desses jovens, por meio do acompanhamento de um *coaching* voluntário. Nas palavras do presidente do Meesa, Wagner Chieppe (2013-2016), "Este projeto mostra ao jovem que ele pode ser o protagonista de sua mudança, acreditando nele mesmo e ajudando-o a construir o caminho que vai percorrer. É contribuir com as perspectivas de futuro". Este foi apenas um dos projetos com essa abordagem que o Meesa se envolveu.

A lógica neoliberal em que tal proposta opera, com foco no desenvolvimento individual do sujeito e na sua autorresponsabilização pelo sucesso ou fracasso, desconsidera as estruturas de poder no domínio da sociedade de classes em que vivemos. Assim, ao enfatizar o apelo ao indivíduo e a meritocracia, constrói-se um discurso em que as estruturas sociais, causadoras da vulnerabilidade social que o projeto tem a pretensão de conter, desaparecem como um toque de mágica. Esse processo de passivização forjado pela hegemonia das frações da classe burguesa contribuem para a consolidação do conformismo do pensar ao ser (Gramsci, 2022, v. 3, C7, §12), dentro do processo de reestruturação produtiva no contexto de crise do capital (Barbosa, 2018).

Já evidenciamos que a forma como a educação é tratada (como solução para todos os males sociais, sem considerar o que de fato estrutura tais males) faz parte da estratégia dominante para tentar ocultar as contradições de classe do capitalismo. Além disso, o Estado

---

[211] (Disponível em: https://sedh.es.gov.br/ocupacao-social-3. Acesso em: 23 jan. 2025).

[212] Matéria veiculada no Século Diário intitulada "Ocupação Social, procura-se" (Disponível em: https://www.seculodiario.com.br/colunas/ocupacao-social-procura-se/. Acesso em: 21 jan. 2025).

[213] Matéria veiculada no Século Diário intitulada "Ocupação social de Hartung é 'primo' do Estado Presente de Casagrande" (Disponível em: https://www.seculodiario.com.br/seguranca/ocupacao-social-de-hartung-e-primo-do-estado-presente-de-casagrande/. Acesso em: 21 jan. 2025).

presente se dá pela atuação dos aparelhos privados de hegemonia que ocupam as atribuições estatais, em troca da operação dos fundos públicos e do controle ideológico dos programas. Posto isso, vejamos em que consiste cada GT do Comitê de Capital Humano e Inclusão Social.

O Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGD), expressão que também nomeia um GT do Meesa, corresponde a uma série de ações articuladas e integradas entre instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, com o foco em três eixos estratégicos: promover, proteger e controlar a concretização dos direitos das crianças e adolescentes, segundo estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Ecriad). No Espírito Santo, o SGD envolve as seguintes instituições/instâncias: Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Criad); Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (Seadh); Conselhos Tutelares; Conselhos Municipais da Criança e do Adolescente (CMDCA); Ministério Público; Defensoria Pública; Poder Judiciário; Instituições de ensino e pesquisa; Polícia Civil e Militar; e entidades da sociedade civil (Lang, 2018), incluindo os aparelhos privados de hegemonia empresarial, como no caso do Meesa. Embora não tenhamos encontrado nada sistematizado sobre a atuação do Meesa nesta área, infere-se que o movimento se articulou para influir no debate e nas políticas públicas por meio dos membros do grupo de trabalho.

Sobre o GT Mapeamento Coletivos Juvenis, não encontramos nenhuma informação disponível, a não ser a sua composição, conforme já mencionado. Aliás, tanto esse, quanto o GT "Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente parecem ser um movimento do Meesa na disputa pelos espaços da recém-criada Secretaria de Estado de Direitos Humanos (Sedh), pela Lei Complementar nº 830 no dia 5 de julho de 2016.[214]

Além disso, pode-se fazer a leitura de que a proposta de mapeamento de coletivos juvenis tratou-se de uma antecipação ou uma versão do embrionária daquilo que viria a ser o Projeto JuventudES,[215] cuja primeira etapa consiste no mapeamento de agentes e de coletivos juvenis com o pretenso intuito de fortalecer as redes no campo da juventude. Até que ponto as discussões desse GT do Meesa influenciaram nas políticas públicas da SEDH nos anos

[214] (Disponível em: https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/lec8302016.html . Acesso em: 21 jan. 2025).

[215] De acordo com o endereço eletrônico oficial, o Projeto JuventudES está dividido em seis etapas: Mapeamento, Reconhecimento e Articulação, Edital JuventudES, Circuito Formativo em Direitos Humanos, Fórum JuventudES e Catálogo JuventudES. O JuventudES está sendo executado pela SEDH, em parceria com o Instituto Brasil de Cultura e Arte (IBCA), desde agosto de 2022. (Disponível em: https://juventudes.es.gov.br/juventudes-vai-apoiar-120-projetos-e-ajudar-7-2-mil-jovens. Acesso em: 21 jan. 2025).

vindouros, não conseguimos mensurar, mas é, no mínimo, um fato curioso para instigar outras pesquisas.

O Programa Coordenadores de Pais (PCP) continuou a operar, mesmo no período em que o Programa Estado Presente foi substituído pelo "Projeto Ocupação Social". Porém, com uma grande diferença. Em 2014, os donos da Fucape *Businnes School* criaram o Instituto Fucape Tecnologias Sociais (IFTS), caracterizada juridicamente como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip). Ao criar o Instituto Fucape, seus possuidores lançam mão de instrumentos jurídicos para conquistar vantagens econômicas possíveis, tais quais: acessar recursos públicos, receber doações que podem ser deduzidas do imposto de renda dos doadores e remunerar seus dirigentes sem o risco de perder os benefícios fiscais.[216] Conforme podemos perceber no Quadro 9 a seguir, a quase totalidade dos repasses para o PCP são para pagamento de pessoal.

Quadro 9 Demonstrativos financeiros do Instituto Fucape de Tecnologias Sociais relativos ao Programa Coordenadores de Pais (PCP)

DEMONSTRAÇÃO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2014 - PCP				
Valor adicionado	**R$**	**Distribuição do valor adicionado**	**R$**	**Patrocinadores**
Recursos captados (PCP)	300.000,00	Recursos gastos com pessoal (salários, encargos e benefícios)	300.000,00	Fundação Itaú Social Instituto Fucape Sincades
Total de receita (PCP)	300.000,00	**Total de gastos**	300.000,00	
Saldo do projeto	R$ 0			
DEMONSTRAÇÃO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2015 - PCP				
Valor adicionado	**R$**	**Distribuição do valor adicionado**	**R$**	**Patrocinadores**
Recursos captados (PCP)	824.138,44	Recursos gastos com pessoal (salários, encargos e benefícios	698.051,50	Fundação Itaú Social Fucape Sincades
		Outros (Estrutura de reuniões, treinamentos e serviços adm.	65.323,92	
Total de receita (PCP)	783.061,07	**Total de gastos**	763.375,42	
Saldo do projeto	R$ 60.763,02			

[216] Não conseguimos acessar os documentos relativos à isenção tributária. Solicitamos à Secretaria da Fazenda, mas não obtivemos resposta satisfatória. Os governos de Paulo Hartung (PMDB) e de Renato Casagrande foram marcados pela falta de transparência e pela defesa do sigilo fiscal. Assim, nega-se o acesso público aos dados referentes às isenções tributárias concedidas ao empresariado que atua no Espírito Santo (Disponível em: https://www.seculodiario.com.br/colunas/fora-de-ordem/. Acesso em: 25 fev. 2025); (Disponível em: https://www.seculodiario.com.br/politica/abertura-da-caixa-preta-dos-incentivos-fiscais-e-rejeitada-na-assembleia/. Acesso em: 25 fev. 2025).

<table>
<tr><th colspan="5">DEMONSTRAÇÃO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2016 - PCP</th></tr>
<tr><th>Valor adicionado</th><th>R$</th><th>Distribuição do valor adicionado</th><th>R$</th><th>Patrocinadores</th></tr>
<tr><td rowspan="2">Recursos captados (PCP)</td><td rowspan="2">549.478,14</td><td>Recursos gastos com pessoal (salários, encargos e benefícios</td><td>544.698,15</td><td rowspan="4">Fundação Itaú Social
Fucape
Fibria Celulose</td></tr>
<tr><td>Outros (Estrutura de reuniões, treinamentos e serviços adm.</td><td>35.577,22</td></tr>
<tr><td>Total de receita (PCP)</td><td>610.241,16</td><td>Total de gastos</td><td>580.275,37</td></tr>
<tr><td>Saldo do projeto</td><td colspan="3">R$ 29.965,79</td></tr>
<tr><th colspan="5">DEMONSTRAÇÃO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2017 - PCP</th></tr>
<tr><th>Valor adicionado</th><th>R$</th><th>Distribuição do valor adicionado</th><th>R$</th><td rowspan="4">Fundação Itaú Social
Fucape
Fibria Celulose
Sincades</td></tr>
<tr><td>Recursos captados (PCP)</td><td>135.603,51</td><td>Recursos gastos com pessoal (salários, encargos e benefícios</td><td>146.954,97</td></tr>
<tr><td>Total de receita (PCP)</td><td>146.954,97</td><td>Total de gastos</td><td>146.954,97</td></tr>
<tr><td>Saldo do projeto</td><td colspan="3">R$ 4.375,46</td></tr>
<tr><th colspan="5">DEMONSTRAÇÃO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2018* - PCP</th></tr>
<tr><th>Valor adicionado</th><th>R$</th><th>Distribuição do valor adicionado</th><th>R$</th><td rowspan="4">Fucape
Fibria Celulose</td></tr>
<tr><td>Recursos captados (PCP)</td><td>105.437,05</td><td>Recursos gastos com pessoal (salários, encargos e benefícios</td><td>97.962,27</td></tr>
<tr><td>Total de receita (PCP)</td><td>146.954,97</td><td>Total de gastos</td><td>97.962,27</td></tr>
<tr><td>Saldo do projeto</td><td colspan="3">R$ 11.850,24</td></tr>
</table>

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos demonstrativos financeiros (Disponível em: https://institutofucape.org.br/transparencia. Acesso em: 28 fev. 2025).

Assim, se em 2012, primeiro ano do PCP, a Sedu estabelece relações público-privadas com a Fucape *Businnes School*, incumbida da gestão do projeto, e sob o apoio institucional do Meesa, em 2014, entra em cena o Instituto Fucape que passa a ocupar essa função gestora. Ao longo dos anos, outros sujeitos também foram integrados nessa relação como patrocinadores do programa (Quadro 10). Em 2014, o PCP atinge o seu máximo de unidades escolares participantes do programa, 33 escolas estaduais (Cariacica, Serra, Vitória, Vila Velha e Viana) e 3 municipais (1 em Serra e duas em Aracruz). 2015, ano que marca o início do 3º mandato no executivo estadual de Hartung (PMDB), coincide com o declínio do programa, muito em função das medidas de austeridade encampadas pelo governo. Lembramos que o apoio institucional do

Meesa ao PCP vai até o ano de 2017. Em 2018, praticamente encerrado, o PCP operou em apenas duas escolas estaduais.

Quadro 10 - Programa Coordenadores de Pais (2012-2018)

Ano	Relação público-privada	Nº de escolas estaduais	Nº de escolas municipais	Total
2012	Sedu-ES, Fundação Itaú Social, Fucape e Meesa*	15	-	15
2013	Sedu-ES, Fundação Itaú Social, Fucape, Instituto Sincades, CBL Desenvolvimento Urbano, Ases e Meesa*	33	1	34
2014	Sedu-ES, Fundação Itaú Social, Instituto Fucape, Sincades	33	3	36
2015	Sedu-ES, Fundação Itaú Social, Instituto Fucape, Instituto Sincades, Meesa* e Cieds**	33	-	33
2016	Sedu-ES, Instituto Fucape, Fibria Celulose, Meesa* e Cieds**	16	-	16
2017	Sedu-ES, Instituto Fucape, Fibria Celulose, Meesa* e Cieds**	4	-	4
2018	Sedu-ES, Instituto Fucape, Fibria Celulose	2	-	2

* Apoio Institucional.
** Apoio técnico contratado pela Fundação Itaú Social.
Fonte: Elaborado pelo autor (2025), com base nos dados do Instituto Fucape (Disponível em: https://institutofucape.org.br/cp. Acesso em: 22 jan. 2025).

Portanto, constata-se a seguinte configuração: Aridelmo Teixeira, vice-presidente do Meesa responsável pelo comitê de "Capital Humano e Inclusão Social", coordenador interno do GT "Coordenadores de Pais", dono da Fucape *Businnes School* e criador do Instituto Fucape, aparelho privado de hegemonia gestor do PCP. Como se observa, o GT Coordenadores de Pais esteve umbilicalmente ligado ao Programa Coordenadores de Pais do Estado (PCP). Neste caso, as contradições entre o discurso e as práticas do Meesa são aprofundadas, na medida em que o descumprimento do Código de Ética (relativo aos ganhos e vantagens em virtude da função do associado) é, mais uma vez, realizado sem o menor constrangimento, tornando-se parte do *modus operandi* do Meesa.

Conforme avançamos as análises dos documentos que compõem esta pesquisa, fica cada vez mais explícita a complexidade do Estado integral em decorrência da emaranhada rede entre o aparelho estatal e organizações da sociedade civil. No caso da educação, o ano de 2014 é um marco para o Meesa, no que diz respeito ao seu envolvimento com a educação pública. Entendemos, a partir de Marx (2004, p. 28), que "A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e perquirir a conexão íntima que há entre elas". Com esse trabalho empreendido e desenvolvido, expomos o que representa uma aproximação possível com o movimento contraditório da realidade. Inspiramo-nos em Marx para alertar ao leitor que não se trata de uma construção *a priori*. Foram

as evidências aparentes que instigaram as nossas primeiras inferências, mas apenas o processo de análise teórico-empírico das fontes possibilitou o seu desvelamento. Uma vez que a pesquisa foi realizada, nesta exposição, ficou "[...] espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada, o que pode dar a impressão de uma construção *a priori*" (Marx, 2004, p. 28).

Recordamos que o convite para o Meesa participar do PCP partiu do ex-secretário de Ações Estratégicas, Álvaro Rogério Duboc Fajardo (2012-2014), no governo Casagrande (2011-2014), conforme salientou Luciano Gollner (2021). Esse foi o primeiro projeto que colocou Meesa bem próximo da educação pública, como já demonstrado no capítulo anterior. Nas palavras do preposto do Meesa, Luciano Gollner (2022),

> [...] o movimento que a gente fez em 2014 pra entrar de forma robusta no tema da educação partiu dessa estratégia da educação, ou seja, precisamos desenvolver a educação básica no Espírito Santo, para que a partir dali a gente consiga alavancar outras frentes de trabalho (Luciano Gollner, 2022).

É neste contexto que os caminhos para a implementação do Programa Educação em Tempo Integral são abertos. Com a criação do GT – Educação em Tempo Integral e outras ações alinhadas com os eixos que estruturam os planos para educação capixaba no ES 2030. Diante do exposto, voltamo-nos para essa questão.

4.3 A ENTRADA DO MEESA NA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA: EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL E TREINAMENTO DE FORÇA DE TRABALHO

Vimos que o Programa Coordenadores de Pais foi o primeiro vínculo firmado entre o Meesa e a educação pública. No entanto, no processo de elaboração do Plano de Desenvolvimento ES 2030, ao colocarem a educação como eixo principal do tópico "bases sociais", fica evidente que outras ações mais sistemáticas ocorreriam nesta área estratégica para o movimento.

Ao discorrer sobre a atuação do Meesa na educação, no contexto do Plano ES 2030, Luciano Gollner (2022) afirma que "[...] esse plano trazia também um plano de metas estratégicas. E aqui foi o nosso ponto de partida para a discussão mais organizada do tema da educação" (Quadro 11).

Quadro 11 Metas estratégicas para Educação no Plano ES 2030.

Indicadores		Situação atual	Metas	
			2020	2030
Escolaridade média da população de 25 anos a 34 anos	Anos de estudo	9,3 (2011)	10,6	14,0
Ideb do Ensino Fundamental – anos iniciais	Índice de 0 a 10	5,2 (2011)	6,1	7,2
Ideb do Ensino Fundamental – anos finais	Índice de 0 a 10	4,2 (2011)	5,1	6,2
Ideb do Ensino Médio	Índice de 0 a 10	3,6 (2011)	4,7	5,9
Alunos com nível adequado de desempenho em Português no Ensino Médio	%	29,4 (2011)	40,0	85,0
Alunos com nível adequado de desempenho em Matemática no Ensino Médio	%	14,1 (2011)	31,0	80,0
Matrículas de tempo integral da rede pública do Espírito Santo no Ensino Fundamental e Ensino Médio	%	4,5 (2012)	25,0	50,0
Jovens com ensino médio concluído aos 19 anos de idade	%	53,4 (2012)	70,0	90,0
Taxa líquida de matrícula no ensino superior da população entre 18 e 24 anos	%	15,7 (2011)	33,0	40,0

Fonte: Espírito Santo, 2013, p. 158.

Na visão do preposto do Meesa,

> [...] essas metas, elas traziam o cenário daquela época ali de 2011 até 2012 mais ou menos, o que a gente tinha na educação e metas de onde a gente queria chegar. Um *check-point* ali de 2020 e finalmente as metas de 2030 [Apontando para o quadro de metas estratégicas do ES 2030]. A gente olhando para esse quadro de metas, a gente chega à conclusão de que na velocidade de que as coisas estavam caminhando, os movimentos que estavam acontecendo no Espírito Santo, né, não nos levariam, em hipótese alguma, a chegar perto das metas estabelecidas para 2030, que nós mesmos enquanto sociedade debatemos. [...] e a gente começa a ver que passaram 3, 4 anos e, absolutamente, a velocidade que a gente estava ali, provavelmente em 2100 a gente conseguiria alcançar as metas previstas para 2030. Então foi quando a gente entendendo a nossa experiência, a nossa capacidade de mobilização e de articulação que a gente construiu ao longo do tempo, precisamos pensar em algo que pudesse que pudesse nos levar a uma educação básica de melhor qualidade (Luciano Gollner, 2022).

Esse direcionamento do Meesa de buscar acelerar a melhoria dos indicadores por meio da Educação em Tempo Integral já estava inscrito no ES 2030 da seguinte maneira: “Uma solução moderna pode ser materializada em **educação de tempo integral**, que apresenta a ideia de redes socioeducativas na perspectiva de criar outra cultura de educação, e que tem na escola

seu *locus* **catalisador para explorar e agregar habilidades do conhecimento**" (Espírito Santo, 2013, p. 153, grifo nosso).

Dessa forma, explicita-se o entendimento de que a preocupação é com o tempo integral, isto é, não se trata de uma educação integral, que considera todas as dimensões da humanidade no processo de formação (Della Fonte, 2020), mas, tão somente, da ampliação da jornada escolar vinculada às diretrizes da "pedagogia das competências".

Sobre este último ponto, o texto segue da seguinte forma:

> O perfil do profissional na sociedade do conhecimento se fundamenta na formação sólida e no desenvolvimento de competências diversas; na capacidade de resolver problemas, pela polivalência do conhecimento; e na capacidade de inovar, pelo domínio de informações culturais, científicas e tecnológicas.
>
> Para as políticas públicas educacionais o ambiente é propício aos avanços. Junto com a melhoria da qualidade do ensino é importante garantir que a população local aumente sua escolaridade, preparando-se para o desenvolvimento econômico e social do presente e do futuro (Espírito Santo, 2013, p. 153).

Esse discurso ancora-se em premissas instrumentais da educação, na qual privilegia-se o processo de treinamento da força de trabalho e a adaptabilidade dos estudantes às dinâmicas flexíveis do mundo do trabalho, cada vez mais precarizadas, típicas deste contexto de hegemonia neoliberal. Articula-se, ainda, o ideal de Capital Humano, subjacente à lógica capitalista contemporânea, vinculando a educação ao crescimento econômico e, consequentemente, subordinando as políticas, os currículos e as práticas escolares às demandas do empresariado, ou seja, ao processo de empresariamento da educação.

Uma vez feita a análise do cenário, o Meesa se mobilizou para buscar alternativas ao que estava sendo realizadas no estado. Assim,

> [...] a partir dos cenários que a gente identificou de carência dessa área, nós fomos buscar experiências no Brasil. O que que está acontecendo no país? Existe algum exemplo? Já sabíamos da experiência de Sobral, [...] Veveu Arruda, ex-prefeito de Sobral, é um grande parceiro do estado do Espírito Santo na educação, e a gente foi lá sim buscar o conhecimento e a experiência dele [...] (Luciano Gollner, 2022).

No início de 2014, o prefeito de Sobral, Veveu Arruda (PT), firmou convênio com o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE) e com o Instituto Natura para implementar a primeira escola de tempo integral da cidade cearense.[217] A partir do contato com essa experiência e com o intuito de atender aos seus anseios de classe, frações do empresariado capixaba organizados no Meesa procuraram conhecer os projetos educacionais que fossem

[217] Matéria intitulada "Município de Sobral, no Ceará, terá primeira escola em tempo integral" (Disponível em: https://icebrasil.org.br/sobral-ce-tera-escola-em-tempo-integral/. Acesso em: 29 jan. 2025).

coerentes com as suas demandas corporativas prescritas no Plano ES 2030. Foi assim que, em 2014, eles foram a Pernambuco buscar o modelo de educação em tempo integral que se tornaria hegemônico em terras capixabas.

Aridelmo Teixeira, vice-presidente do Meesa, em 2014, e coordenador do Comitê de Capital Humano e Inclusão Social, afirmou o seguinte:[218]

> Tudo começou em 2014, quando, a partir de uma articulação iniciada por Ricardo Ferraço, na gestão do então presidente Luiz Wagner Chieppe, fomos a Pernambuco – Wagner, eu, o secretário de Educação Haroldo Rocha e o reitor da Faesa Alexandre Theodoro – conhecer o modelo e a metodologia desenvolvidas pelo ICE (Instituto de Corresponsabilidade pela Educação) [...] (Aridelmo Teixeira, 2018, p. 2).

Observa-se que o Senador Ricardo Ferraço (PMDB, à época), de acordo com o relato, foi o fator de amálgama entre os aparelhos privados de hegemonia empresarial. Como bom preposto das frações empresariais, Ferraço articulou o encontro entre as lideranças do Meesa e do ICE. Além disso, nota-se que, mesmo antes do mandato de Paulo Hartung ser efetivado (2014), Haroldo Rocha, já cumpria agenda como secretário de educação daquele futuro governo,[219] evidenciando a sua sintonia univitelina com o Meesa.

Em outro momento, 2016, Aridelmo Teixeira, Coordenador do Comitê de educação e vice-presidente institucional do Meesa diz o seguinte:

> Fomos a Pernambuco conhecer o exitoso projeto do Instituto de Corresponsabilidade pela Educação fundado pelo empresário Marcos Magalhães. De lá tivemos a convicção de que havíamos identificado uma metodologia capaz de impulsionar a educação pública capixaba aos patamares de que a sociedade capixaba merece. Essa crença também foi prontamente contagiada por um grupo de empresários que financiaram o projeto. [...] Então, esse conjunto levou a prefeitura e o governo do Estado a implementar o projeto e muito nos honra colaborar para o futuro melhor do jovem capixaba (Aridelmo Teixeira, 2016).

A metodologia com pretensão de ser "capaz de impulsionar a educação pública aos patamares de que sociedade capixaba merece", desenvolvida pelo ICE a partir da experiência do Ginásio Pernambuco nos anos 2000, na verdade era vista pelos intelectuais do Meesa como uma forma de definir as diretrizes educacionais capixabas guiadas pelos seus interesses de classe contidos no Plano ES 2030, haja vista que a "[...] proposta é estimular a formação de

---

[218] No período da publicação do documento "Espírito Santo em Ação: Atividades do Programa Escola em Tempo Integral 2014-2017" (2018), Aridelmo Teixeira era diretor-presidente do Meesa.

[219] "Em Pernambuco, o Senhor Haroldo Rocha foi nessa visita, isso foi em fevereiro de 2014" (Aridelmo Teixeira, 2015, p. 36). Trigésima Sexta Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa Ordinária da Décima Oitava Legislatura, realizada em 12 de maio de 2015 e publicada no DPL no dia 19 maio de 2015 (Disponível em: http://www.al.es.gov.br/appdata/anexos_sptl/ata_sessao_plenaria/Ordin%C3%A1ria_36_12.05.2015.pdf. Acesso em: 29 jan. 2025).

estudantes dos ensinos Fundamental e Médio, **sempre alinhada às demandas, competências e valores do mercado**, e fazer com que a escola ganhe um novo sentido para eles" (Aridelmo Teixeira, 2018, p. 2, grifo nosso).

Esse objetivo é expresso com outras palavras no discurso do vice-presidente institucional do Meesa na Ales, em 2015:

> Qual é o nosso objetivo? Por que o Espírito Santo em Ação trabalha junto com o Estado ou com o município na expectativa de desenvolver a educação? [...] É um grupo de empresários? Na realidade, o Espírito Santo em Ação é uma ONG de empresários, mas que não faz negócio. Seu **objetivo é único e exclusivamente desenvolver o Espírito Santo**. Dentro do **projeto temos o nosso planejamento estratégico que é o planejamento para 2030.** [...] Dentro desse projeto tivemos como tema abordado que a **visão para a educação seria uma educação com qualidade e formação de capital humano avançado** (Aridelmo Teixeira, 2015, p. 30).

Embora a aparência do discurso do preposto do Meesa passe, estrategicamente, uma ideia de desapego com os negócios, ao se colocarem como ONG, preocupada com o desenvolvimento do ES e com a educação de qualidade, dando a entender que atua para atender aos interesses da coletividade capixaba, tal ideia é tão sólida como um castelo de cartas em dia de tempestade. Assim, na medida em que a prática, critério da verdade,[220] se desenrola em suas contradições, os seus interesses de classe logo são desvelados.

Gramsci, ao analisar o novo espírito capitalista (americanismo) difundido pelo *Rotary Club* no início do século XX, nos dá subsídios para reflexão sobre os aparelhos privados de hegemonia empresarial. Diz o marxista sardo:

> Parece que seu programa essencial é a difusão de um novo espírito capitalista, ou seja, a ideia de que a indústria e o comércio, antes de serem um negócio, são um *serviço* social, ou, mais precisamente, de que são e podem ser um negócio na medida em que são um "serviço" (Gramsci, 2001, v. 4, C5, §2, p. 295-296).

A atuação dos aparelhos privados de hegemonia empresarial, em uma sociedade civil mais complexa, ganha contornos sofisticados de discursos e práticas. Essa ideia de que se organizam pelo bem comum via serviços prestados supostamente de forma voluntária, oculta o fato de que essa modalidade de atuação é a que tem sido a "[...] mais favorável ao desenvolvimento das forças econômicas" (Gramsci, 2001, v. 4, C5, §2, p. 296), na medida em que conseguem pautar, direcionar, elaborar e executar políticas públicas. Portanto, tais aparelhos privados de hegemonia, como o Meesa, bem como os seus prepostos/intelectuais orgânicos, não são voluntários, como querem aparentar, na verdade trabalham para atender os

[220] Teses sobre Feuerbach de Karl Marx, 1845 (Tese 2).

seus próprios interesses concretos e precisos de classe, mas fazem isto com o verniz puritano do serviço ao bem comum.

Assim, sob a inspiração de Gramsci, envidamo-nos no processo de análise dos discursos realizados pelo Meesa. Ao tratar da atividade parlamentar e da imprensa no contexto italiano do século XIX e XX, Gramsci alerta para a necessidade de se "[...] se levar em conta alguns critérios de pesquisa e julgamento." Tais critérios, segundo ele, podem ser estendidos ao campo sindical "[...] ou a também à orientação geral de determinada organização sindical" (Gramsci, 2001, v. 4, C20, §1, p. 150).

> Quando um deputado de um movimento popular fala no parlamento (e um senador no senado), podem existir três ou mais versões de seu discurso: 1) a versão oficial das atas parlamentares, que habitualmente é revista e corrigida e muitas vezes suavizada *post festum*; 2) a versão dos jornais oficiais do movimento ao qual o deputado pertence oficialmente: ela é combinada pelo deputado com o jornalista que cobre o parlamento, de modo a não chocar certas suscetibilidades, ou da maioria oficial do partido ou dos leitores locais, e a não criar obstáculos prematuros a certas combinações em andamento ou desejadas; 3) a versão dos jornais de outros partidos ou dos chamados órgãos da opinião pública [...], que é feita pelo deputado de acordo com os respectivos jornalistas credenciados, de modo a favorecer determinadas combinações em curso: tais jornais podem mudar de um período para outro, de acordo com as mudanças ocorridas nas respectivas direções políticas e nos governos (Gramsci, 2001, v. 4, C20, §1, p. 150-151) .

Traduzimos esses critérios metodológicos para o partido, no sentido gramsciano, das frações do empresariado capixaba, o Meesa. Assim, consideramos além dos sujeitos que emitem a mensagem, os sujeitos para os quais a mensagem é destinada e o que se quer comunicar ou esconder. Com a sobreposição desses discursos, é possível ver emergir as contradições existentes. Entretando, somente a partir da análise concreta da realidade, isto é, das práticas sociais desenvolvidas pelo Meesa e seus prepostos, conseguimos nos aproximar da realidade concreta.

No caso do discurso proferido por Aridelmo Teixeira, preposto do Meesa, tratava-se de um momento oficial na Ales, com registro na ata casa legislativa. Embora a maioria dos deputados fosse da base aliada à Hartung, havia alguma oposição, em especial o deputado estadual Sérgio Majeski (PSDB), que teve uma atuação questionadora da proposta do projeto Escola Viva desde os primeiros momentos. Naquela oportunidade, o deputado Sergio Majeski (PSDB) questionou Aridelmo Teixeira, dentre outros aspectos, se o projeto que, em tese, trata da autonomia dos estudantes estava sendo discutido com tais estudantes (Assembleia Legislativa do Espírito Santo, 2015). Questionou ainda o seguinte:

> A educação com qualidade é polissêmica. As pessoas falam disso, mas não conceituam exatamente o que estão chamando de educação de qualidade. O conceito de formação de capital humano avançado é amplo e não fica claro o que os senhores chamam de formação de capital humano avançado (Sergio Majeski, 2015, p. 37).

Observa-se que, enquanto na Ales (2015), usa-se a expressão **educação de qualidad**e e **formação de capital humano avançado**, termos mais genéricos que necessitam de mediação para serem esclarecidos, haja vista que pode ter mais de um significado, conforme apontou o deputado opositor, no documento institucional do Messa esse jogo de palavras foi substituído por termos mais diretos, vinculados aos reais objetivos das frações empresariais: uma formação "[...] sempre alinhada às **demandas, competências e valores do mercado**" (Aridelmo Teixeira, 2018, p. 1).

Dessa forma, as frações empresariais capixabas organizadas (Meesa) com o fim de superar divisões setoriais, a fim de alcançar um propósito superior de classe, garantem o controle das diretrizes de políticas públicas do aparelho estatal. Na educação, começam a barganhar corporativamente recursos do fundo público para suas mantenedoras (Nossa Bolsa e Bolsa Sedu). Em seguida, mantém-se essas barganhas corporativas, ao mesmo tempo em que disputam e conquistam lugar junto ao aparelho estatal na condução de projetos e políticas educacionais direcionados a atender os objetivos do Plano ES 2030, relativo ao treinamento de força de trabalho, chamado de "formação de capital humano avançado".

Isso ocorre sob a orientação de buscar soluções para a educação no mercado, em empresas de consultoria criadas para dar soluções mercadológicas às demandas das frações empresariais. Portanto, ignora-se o que se produz nas universidades, nos programas de pós-graduação, nos Instituto Federais e institutos públicos de pesquisa. O que importa é a ampliação do nicho educacional como mercado e, sobretudo, criar instrumentos que subsidiem uma formação para o mercado, bem como o controle ideológico dos programas educacionais. Além de aproveitar as modalidades de ganhos fiscais ou os repasses do fundo público para as suas mantenedoras. Voltemo-nos, por ora, para os casos específicos da educação em tempo integral no município de Vitória.

4.3.1 A Escola de Tempo Integral na Rede Municipal de Vitória/ES

Assim que retornaram da visita à Pernambuco, os representantes do Meesa apresentaram

> [...] o projeto à Prefeitura de Vitória, que comprou a ideia. Ajudamos os gestores municipais a entender as dificuldades de se implantar um projeto de tamanha magnitude e fortalecemos nossa convicção de que ele era a saída para a estagnação da educação pública. Dávamos ali o primeiro passo para a implantação das três unidades municipais da escola em tempo integral na Capital (Aridelmo Teixeira, 2018, p. 2).

Antes mesmo da proposta do Meesa para a rede municipal de Vitória, a Secretaria Municipal de Educação de Vitória (Seme) já havia aderido a outros programas (cf. Vitória, 2018). Em 2008, o município filiou-se ao Programa Mais Educação (PME). Tal programa objetivava "[...] fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades sócio-educativas no contraturno escolar" (Brasil, 2007).[221] Em 2009/2010, foi elaborado o "Documento Orientador do Programa de Educação em Tempo Integral" (Vitória, 2018).[222] Em 2013, a PMV criou o Programa Educação Ampliada,[223] sendo composto por 11 projetos, desses 5 foram coordenados pela Seme, são eles: Ampliação do Atendimento em Tempo Integral, Escolas em Tempo Integral, Escola Aberta de Vitória, Educação Infantil: ciência, cultura e arte (Pé na Cidade) e Linguagens Integradas (Vitória, 2018).

Por fim, em 2014, foi dada a largada nos estudos de viabilização para inauguração de Escolas Municipais de Ensino Fundamental em Tempo Integral (EMEFTI), segundo a Política Municipal de Educação Integral (Vitória, 2018). Foi nesse momento que o Meesa se apresentou como intermediador de uma alternativa para a rede de educação pública de Vitória, que proporcionou a implantação de três escolas municipais, em 2015, tais quais: EMEF. Anacleta Schneider Lucas, no bairro Fonte Grande; EMEFTI Moacyr Avidos, Ilha do Príncipe; e EMEFTI Eunice Pereira Silveira, em Tabuazeiro (Vitória, 2014). Esta iniciativa foi regulamentada pela Lei municipal nº 8.759/2014 e pelo Decreto nº 16230/2015 (Vitória, 2018).

Lembramos que o GT – "Educação em Tempo Integral" (2013-2016) – era coordenado por Aridelmo Teixeira (Fucape) e composto por José Armando de F. Campos (ArcelorMittal),

---

[221] O PME foi criado no ano de 2007 durante o Governo Lula (PT) (Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/mais_educacao.pdf. Acesso em: 28 jan. 2025).

[222] Não encontramos esse documento, mas a informação sobre ele se encontra na Política Municipal de Educação Integral. Segundo consta, o Documento Orientador foi elaborado referenciado em três pilares: 1) a perspectiva da cidade como espaço de aprendizagem, 2) a importância das políticas públicas articuladas entre as secretarias do município e 3) o desenvolvimento de atividades que contribuam para a formação integral por meio das diversas e múltiplas linguagens: escrita, matemática, oral, plástica, corporal, musical e dos diversos conhecimentos das ciências da natureza, humanas e sociais. (2018, p. 12) (Disponível em: https://antigo.ibade.org.br/Cms_Data/Contents/SistemaConcursoIBADE/Media/PMVEDUC2019/edital/Politicas-Educa-o-Integral.pdf. Acesso em: 28 jan. 2025).

[223] De acordo com a Política Municipal de Educação Integral da PMV, "O Programa Educação Ampliada tem por objetivo ampliar oportunidades de aprendizagem dos alunos das escolas municipais, qualificando as atividades curriculares das escolas por meio das relações necessárias entre saberes que circulam em diferentes espaços e tempos de aprendizagens e ampliar experiências de aprendizagens em espaços não escolares, na perspectiva de articulação dos serviços e equipamentos públicos da cidade. As crianças, os adolescentes e os jovens têm acesso às atividades do programa por meio de três formatos diferentes: Educação Integral em Jornada Ampliada, Unidades de Ensino em Tempo Integral e Ações Intersetoriais" (Vitória, 2018, p. 11).

Luiz Wagner Chieppe (Grupo Águia Branca), Alexandre Theodoro Nunes (Faesa) e Adriana Sperandio, Secretária de Educação de Vitória (2013-2020).[224]

Quando olhamos para a sua composição, vemos a importância estratégica desse GT, que contou com quatro integrantes da alta cúpula do Meesa, sendo dois deles conselheiros deliberativos, instância mais elevada da instituição, José Armando de F. Campos e Alexandre Theodoro Nunes, e uma representante do aparelho estatal municipal de Vitória, Adriana Sperandio (Seme). Fato revelador das nuances das relações entre o aparelho estatal e os aparelhos privados de hegemonia empresarial que configuram o Estado Integral atuante no ES.

Em entrevistas realizadas por Gomes (2020, p. 146-147) com técnicos da Coordenação da Educação Integral da Secretaria Municipal de Educação (Seme), é possível identificar contradições entre a realidade e a leitura que os técnicos operadores faziam do programa. Para um dos entrevistados, "[...] o ES em Ação apresenta essa proposta para o prefeito. [...] o prefeito apresenta para a secretária, [...] a secretária acha interessante, apresenta pra cá [...]. Na verdade, é assim, o ICE se apresenta ao ES em Ação, o ES em Ação compra e o município aplica (TVIT2)".

No entanto, na realidade, a secretária da Seme, Adriana Sperandio, já fazia parte do Comitê de Capital Humano e Inclusão Social do Meesa, no qual participava do GT de Educação em Tempo Integral. Além disso, de acordo com os registros documentados, foi o Meesa que fez o movimento de ir ao encontro de alternativas para serem implementadas nas escolas capixabas.

Também é possível verificar a visão de dentro da Seme sobre as atribuições de cada aparelho privado de hegemonia empresarial no processo de implementação da metodologia das Escolas em Tempo Integral. Em entrevista concedida à Gomes (2020, p. 146-147), um dos técnicos afirma que

> O município não arcou com nada de financeiro, então houve um convênio com o Espírito Santo em Ação, que é um grupo de empresários do estado [...] (TVIT2). O ICE e o IQE [...] vieram pra implementar a metodologia, modelo de gestão e o pedagógico, porque era o primeiro município do estado a implementar uma escola em tempo integral em parceria com o ES em Ação, que veio com essa parte de investimento. Vitória veio com o investimento pedagógico, no caso da equipe, e o ES em Ação veio com o investimento financeiro e o ICE quando veio [...] a partir desse investimento para a implementação, era justamente pra isso, pra ter um norte o que seria uma escola em tempo integral. (TVIT2).

[224] Mestre em Educação pela Ufes (2023), Adriana Sperandio ingressou na carreira pública em 1991, atuou como subsecretária de Educação Básica e Profissional (2003-2012) e ocupou a chefia da Secretaria de Educação de Vitória entre 2013 e 2020 (Disponível em: https://www.linkedin.com/in/adriana-sperandio-martinelli-60b191288/?originalSubdomain=br. Acesso em: 29 jan. 2025).

Outra incoerência pode ser percebida ao dizer que "o município não arcou com nada de financeiro", tal afirmação ambígua pode gerar o entendimento de que o empresariado do Meesa tenha disponibilizado recursos para a estrutura, o corpo docente, toda equipe escolar e outros custos correntes que compõem as atividades escolares em uma escola em tempo integral, o que não aconteceu.

Na verdade, o Meesa não investiu nada além do tempo e do empenho dos seus intelectuais e prepostos para criar o consenso em favor da proposta para a educação, além do levantamento de recursos dos mantenedores para pagar a consultoria para o processo de implementação da metodologia do ICE. O prefeito de Vitória à época, Luciano Rezende (PPS),[225] enfatizou esse aspecto ao dizer que "O Espírito Santo em Ação viabilizou junto ao ICE **nosso acesso à consultoria**, que foi prestada à Secretaria Municipal de Educação, para que pudéssemos implantar a metodologia da educação integral nas escolas tradicionais" (Rezende, 2018, p. 6, grifo nosso).

Portanto, a implantação da metodologia da Educação em Tempo Integral (ETI) foi realizada por meio da relação público-privada possibilitada pela assinatura do Termo de Cooperação Técnica nº 0113/2014 (Anexo A),[226] em 23 de setembro de 2014, com o prazo de vigência de 5 anos, entre seis partícipes e os seus respectivos representantes: a Secretaria Municipal de Educação (Seme), secretária Adriana Sperandio; o Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação (Meesa), Luiz Wagner Chieppe (presidente); Instituto Fucape de Tecnologias Sociais (IFTS), Aridelmo José Campanaro Teixeira (presidente); Instituto Natura, Pedro Cruz Villares (presidente); Instituto Qualidade no Ensino (IQE), José Horácio Gayoso e Almeida (presidente); e Instituto de Corresponsabilidade Pela Educação (ICE), Marcos Antônio Magalhães (presidente).

Submetidas à lógica empresarial, as "partes" se comprometeram, na primeira cláusula, "[...] formalmente a contribuir de modo permanente e efetivo, [...] com gestão de qualidade e

---

[225] Luciano Rezende (PPS, atual Cidadania), médico e ex-atleta de Remo, foi eleito prefeito da capital capixaba no segundo turno das eleições de 2012, com 52% dos votos, contando com o apoio de Renato Casagrande (PSB). O candidato derrotado foi Luiz Paulo Vellozo (PSDB). Nas eleições de 2016, Luciano Rezende conseguiu se reeleger no segundo turno, com 51% dos votos, em uma disputa igualmente acirrada e novamente sob o apoio de Casagrande, mas desta vez contra o apresentador de TV Amaro Neto (SD). O início da vida política de Luciano Rezende esteve ligado ao grupo de Hartung, ocupando secretarias municipais e estaduais. Em 2010, foi eleito deputado estadual com o suporte de Hartung. Entretanto, de acordo com o jornal Valor Econômico, em 2012, a recusa de Luciano Rezende de abrir mão de concorrer à prefeitura de Vitória em favor de uma candidatura de Paulo Hartung, que estava sem mandato, gerou a ruptura da relação e aproximou Luciano Rezende de Renato Casagrande. (Klein, 2020).

[226] Conseguimos o Termo de Cooperação Técnica nº 0113/2014, por meio da Lei de Acesso à Informação, Lei n° 12.527, assim como os demais termos. Solicitamos o documento completo à PMV, porém, a Seme não enviou o plano de trabalho que deveria estar anexado ao termo.

eficiência, sujeitas a aferição de resultados, mediante a critérios objetivos previamente definidos e de conhecimento público" (Vitória, 2014, p. 3).

A cláusula terceira do Termo nº 0113/2014 previa as atribuições de cada organização. Assim, coube à (ao):

- Secretaria Municipal de Educação de Vitória (Seme): definir e disponibilizar as escolas que adotariam o tempo integral; criar uma equipe de dedicação exclusiva à implantação do programa, no âmbito da Seme, oferecer instalações físicas e o corpo técnico (infraestrutura físico-pedagógica); selecionar a equipe, diretores, professores e equipe de apoio; prover meios logísticos para o deslocamento dos consultores no perímetro de Vitória; expedir instrumentos legais e normativos necessários ao desenvolvimento do programa; garantir espaços e horários para processos formativos voltados à gestores e professores; acompanhamento e avaliação das ações do programa.
- Meesa e IFTS: mobilizar pessoas e empresas do setor privado para obtenção de recursos e assegurar tais recursos demandados pelo IQE e ICE para custear as atividades de implantação; participar do processo de concepção, planejamento, implantação, gestão e avaliação das atividades desenvolvidas; assegurar a disponibilidade de uma equipe para receber a transferência de tecnologia educacional, organizacional e de gestão; estimular a corresponsabilidade e participação de pessoas, empresas e organizações nas ações relativas à educação de Vitória.
- Instituto Natura (IN): prover, como parceiro do ICE, suporte estratégico referente à implantação de inovações pedagógicas demandadas pelo programa.
- IQE: assegurar a capacitação dos professores atuantes no programa nos conteúdos e metodologias nas áreas de Língua Portuguesa, Matemática e Ciências da Natureza; orientar, promover e acompanhar a formação continuada em serviço dos professores (estudos, oficinas presenciais) em encontros semanais; providenciar material pedagógico para formação dos professores e as sequências didáticas; orientar procedimentos de apoio ao estudante (reforço); criação de base de dados para o acompanhamento da Seme; participar dos encontros de acompanhamento e avaliação da Seme, propondo ajustes e soluções.
- ICE: assegurar, diretamente através de sua equipe ou de parcerias, a transferência de tecnologia educacional, organizacional e de gestão; participar em sistema de cogestão e corresponsabilidade, do processo de concepção, planejamento, implantação, gestão e avaliação das atividades desenvolvidas no programa; e apresentar instrumentos de

acompanhamento das atividades em implementação ou implantadas (avaliar, recomendar e corrigir).

Nota-se a disparidade nas atribuições do aparelho estatal, na figura da Seme, e dos aparelhos privados, Meesa, IFTS, IN, IQE e ICE. A centralidade do processo de implementação é dos aparelhos privados de hegemonia empresarial, sobretudo o Meesa e o IFTS, de acordo com o Termo, responsáveis pela concepção, planejamento, implemento, gestão e avaliação do programa desenvolvido, além do fato de angariarem os recursos para patrocinar a implantação via ICE, conceptor do modelo educativo e de gestão, e IQE.

O comprometimento da transferência de tecnologia educacional, organizacional e de gestão para o Meesa e para o IFTS é uma constatação muito relevante, pois revela a intencionalidade de reprodutibilidade da forma e conteúdo da atuação do ICE e IQE, tanto por uma futura equipe de educação do Meesa, quanto pelo recém-criado Instituto Fucape (IFTS). Imagine um cenário em que os recursos das mantenedoras voltados para custear os programas fossem direcionados para as suas próprias organizações e, ainda assim, conseguissem as almejadas benesses fiscais? O plano ideal se desenhava ali. Por ora, voltamo-nos à implantação das Escolas em Tempo Integral no município de Vitória.

O processo de implantação não ocorreu sem contradições, tendo em vista que o modelo do ICE traria a necessidade de mudanças operacionais e legais, mas nem todas foram acolhidas. Uma das técnicas entrevistadas por Gomes (2020, p. 166) afirmou:

> Muitas coisas a gente já adaptou, eles apresentaram um formato que não tinha coordenador de turno na escola, aí a secretária fala, não tem como, porque a gente precisa desse profissional, então eles tiveram que fazer, readaptar para o nosso município [...]. Outra proposta que eles traziam era a indicação de diretor, e a secretária falou que não abria mão também, em função da gestão democrática que a gente já tinha alcançado no município. De repente todas as escolas regulares com a gestão democrática, com eleição direta para diretor e as escolas em tempo integral não, eles também entenderam e refizeram dentro daquilo que a secretária não abriu mão [...] (TVIT1).

A negação da proposta de substituir a eleição de diretor pela indicação, embora possa ter a aparência de defesa da "gestão democrática", na verdade envolvia entraves legais (inciso IV do Art. 212 do Capítulo IV da Lei Orgânica Municipal de Vitória[227] e os Art. 11 e 12 da Lei nº 4747/ 1998, que instituiu o Sistema Municipal de Ensino de Vitória)[228] e a possibilidade de conflito com o magistério municipal e com as comunidades escolares. Além disso, ainda que

[227] (Disponível em: https://camarasempapel.cmv.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/O11990.html. Acesso em: 30 jan. 2025).

[228] (Disponível em: https://sistemas.vitoria.es.gov.br/atosnormativos/?id=533. Acesso em: 30 jan. 2025).

mantida a eleição para diretores, os mecanismos da "gestão democrática" extrapolam esse elemento, pois envolvem também os conselhos de escola, conselhos de alunos/turmas, grêmios estudantis,[229] participação de pais, estudantes, professores e funcionários na construção e elaboração do projeto político-pedagógico e gestão dos recursos escolares.

De toda forma, o fato de o Meesa, por meio do ICE e o IQE, ter o controle da agenda de gestão das ETIs durante os três anos de implementação da proposta, retira a relativíssima autonomia da direção escolar eleita, esvaziando ainda mais o seu caráter político, o que descaracteriza quase por completo o princípio constitucional de "gestão democrática".

Compreendemos que os modelos de gestão democrática instituídos nas escolas públicas brasileiras estão dentro dos marcos da democracia burguesa, com as suas contradições inerentes à ordem do capital. Nesse sentido, se, sob um ponto de vista, a gestão democrática se inscreve em formas de participação instrumental, "[...] submetida ao controle de poucos" (Martins; Santos, 2025, p. 4) e confinada a uma hierarquizada e aguda relação com estratos mais elevados do aparelho estatal (governo municipal e suas secretarias), sob outro, entendemos também que, na escola, espaço de contradição e luta, a direção também pode ser disputada por um projeto político coletivo alternativo à ordem instituída.[230] Feitas essas considerações, retomemos as nuanças da implementação da metodologia das ETI no município de Vitória.

Outra contradição relevante é que a relação estabelecida com o Meesa e outros aparelhos privados de hegemonia empresarial (ICE e IQE) ocorreram no contexto de crise política e

---

[229] "PNE: apenas 3% das escolas públicas do Estado têm grêmio estudantil" Disponível em: https://www.seculodiario.com.br/educacao/pne-apenas-3-das-escolas-publicas-do-estado-tem-gremio-estudantil/. Acesso em: 30 jan. 2025).

[230] Concordamos com Martins e Santos (2025, p. 17) quando afirmam que "Gramsci não advoga a democracia apenas internamente aos organismos sociais das classes subalternas, pois articula a luta em defesa da democracia na escola, no partido, nos conselhos de fábrica, com a luta social para conquistar a democracia na sociedade. O exercício democrático efetivado nas classes subalternas é experimento e aprendizado para o exercício democrático na vida social e acumula forças para gestar o Estado. De modo que a democracia, na chave interpretativa de Gramsci, não é elucubração teórica para o futuro Estado operário-camponês, mas diretriz para que os(as) integrantes das classes subalternas a exercitem 'aqui e agora', na dinâmica da luta por conquistar outra sociedade (mais democrática), no interior das organizações que se esmeram por superar o capitalismo". Outrossim, afastamo-nos da concepção que considera a democracia como valor universal (cf. Coutinho, 1979), que pode levar a compreensões enviesadas do pensamento de Gramsci. Tais entendimentos se fundamentam na sobrevalorização da política institucional, na subestimação da luta de classes e do processo de ruptura da ordem social, advogando "[...] o aperfeiçoamento progressivo das formas políticas adensadas com direitos sociais" (Magane, 2007, p. 136). Dessa forma, com tonalidades revisionistas, Coutinho, "[...] justifica uma espécie de Estado democrático na obra de Marx, mais precisamente na *Crítica da filosofia do direito em Hegel* quando acena que a possibilidade da "socialização da política" levaria a um impasse com a apropriação privada dos aparelhos de poder (Magane, 2007, p. 135). Nesse sentido, Coutinho "[...] sustenta a determinação ontopositiva da politicidade, em suas proposituras não surgem tarefas econômicas próprias a um programa de transição da perspectiva do trabalho, mas apenas se dedica a assegurar a formação de um 'bloco histórico' em torno de um 'compromisso' pela 'conquista, conservação e aprofundamento da democracia" (Magane, 2007, p. 138). Ao discordamos de tal proposição, não desconsideramos as imensas contribuições de Carlos Nelson Coutinho para o debate acadêmico no Brasil, especialmente na divulgação dos escritos de Gramsci.

econômica a nível federal que reverberaram nos estados e municípios. A narrativa de cortes de gastos e controle das contas públicas logo mostrou sua face no governo Luciano Resende (PPS, atual Cidadania), prefeito do município de Vitoria. Assim, em 2015, nota-se a diminuição das despesas com educação, em 9,3% e com a saúde, em 6,1%, considerando o ano anterior (2014).

Nesse mesmo período, Luciano Resende cortou os investimentos em 49,1%. Caiu de R$145 milhões, em 2014, para R$ 75 milhões, em 2015.[231] O movimento de austeridade foi na contramão do aumento da demanda na área da educação, sobretudo a infantil, causada pelo contexto de crise, já que nessa conjuntura, a demanda por serviços públicos aumenta, quando parcela da população não consegue arcar com planos de saúde e educação privada, por exemplo.[232]

Nos anos que seguiram, os efeitos dessas políticas neoliberais geraram a mobilização do magistério. Uma audiência pública realizada pela Câmara Municipal de Vitória (CMV), em abril de 2016, com o objetivo de debater as supostas "conquistas" da ETI nas escolas municipais da rede municipal, segundo o Século Diário (2016),[233] tornou-se um "[...] espaço para denúncias de sucateamento, de falta de valorização de profissionais e de risco para as crianças atendidas". A audiência contou com a participação de docentes da rede municipal, de pais de alunos, de representantes do Sindicato dos Servidores Municipais de Vitória (Sindsmuvi), do Conselho Popular de Vitória, do Conselho Municipal de Educação de Vitória (Comevi), da Coordenadora da Educação em Tempo Integral, Sheila Maria Vidal e outros.

Waleska Timóteo, presidente do Sindsmuvi, manifestou-se em tom de indignação: "Em relação ao tempo integral – e não de educação integral – quando acontece é pelos profissionais, porque a prefeitura não dá meios de forma satisfatória para serem desenvolvidos. Nós temos uma educação infantil que é negada dia após dia" (Audiência, 2016).

Esse depoimento joga luz sobre a precarização dos trabalhadores da educação submetidos à lógica neoliberal, com os cortes de investimentos e o aprofundamento do empresariamento na educação. Essa reocupação do aparelho estatal por agentes privados, no caso do município de Vitória, ocorreu com a implementação da metodologia via

---

[231] 13ª edição do anuário MultiCidades – Finanças dos Municípios Brasileiros, publicação da Frente Nacional de Prefeitos (FNP) (Disponível em: https://multimidia.fnp.org.br/biblioteca/publicacoes/item/683-multi-cidades-ano-13-2018. Acesso em: 30 jan. 2025).

[232] "Na crise econômica, saúde e educação sofrem em Vitória" (Disponível em: https://www.seculodiario.com.br/cidades/na-crise-economica-saude-e-educacao-sofrem-em-vitoria/. Acesso em: 30 jan. 2025).

[233] "Audiência pública é palco de denúncias contra sucateamento nas escolas de Vitória" (Disponível em: https://www.seculodiario.com.br/educacao/audiencia-publica-e-palco-de-denuncias-contra-sucateamento-nas-escolas-de-vitoria/. Acesso em: 30 jan. 2025).

suporte/consultoria de gestão do ICE e do IQE, sob o apoio do Meesa, e durou 3 anos. De acordo com o técnico da Seme (Vitória),

> Eles ficaram 3 anos conosco, não temos mais assessoria, foi feito um convênio, eles ficam um tempo, nos preparam nesse tempo. No primeiro ano eles tocam tudo, as assessorias nas escolas, a gente tem um ciclo de acompanhamento que a gente vai à escola e fica o dia inteiro com a equipe gestora pra saber como está o andamento do programa nas escolas, nesse primeiro ano foi o ICE. No segundo ano já deram autonomia pra gente, eles só ficavam olhando se a gente estava indo direitinho, se gente estava fazendo conforme as orientações deles, mas eles ficaram três anos com a gente (TVIT2) (Gomes, 2020, p. 166).

O *modus operandi* desse mecanismo de implementação descrito pelo técnico da Seme, que envolve o acompanhamento do suporte técnico e ideológico dos aparelhos privados de hegemonia empresarial às secretarias de educação, ainda será discutido. Entretanto, já é possível perceber que a consultoria prestada envolve três ciclos de um ano cada, envolvendo a preparação da equipe gestora das unidades escolares na condução da metodologia a partir do quarto ano, sob a supervisão desses aparelhos. A seguir, analisamos o processo de implementação do Programa Escola Viva na rede estadual do Espírito Santo e as suas contradições.

4.3.2 As relações entre o Meesa e o aparelho estatal do Espírito Santo

A nível estadual, o Meesa se articulou e se mobilizou para apresentar o projeto aos candidatos do pleito eleitoral de 2014, sobretudo Renato Casagrande (PSB) e Paulo Hartung (PMDB):

> Estávamos em ano eleitoral e repetimos no governo do Estado o mesmo movimento que fizemos na prefeitura, ou seja, apresentamos e debatemos o projeto com os então candidatos ao Executivo. E em 2015 tivemos a inauguração da nossa primeira unidade da rede estadual, a Escola Viva São Pedro (Aridelmo Teixeira, 2018).

Com a vitória de Hartung, os caminhos estavam abertos para o Meesa realizar os seus anseios junto ao aparelho de Estado. Todavia, antes de prosseguir, faz-se necessário um breve retrospecto. Devemos lembrar que, no governo Renato Casagrande (2010-2014), houve uma aproximação com políticas nacionais vinculadas ao MEC, como o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI),[234] que vigorou no ES entre os anos de 2012 a 2014 (cf. Nardoto, 2015; Peterle, 2016). O ProEMI foi uma iniciativa do governo federal publicada na Portaria Nº 971,

[234] (Disponível em: http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/port_971_09102009.pdf . Acesso em: 28 jan. 2025).

em 9 de outubro de 2009 e instituía, no âmbito do MEC, o objetivo de "[...] apoiar e fortalecer o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas do ensino médio não profissional" (Brasil, 2009).

Leal e Lima (2021) indicam que a adoção ao ProEMI foi a principal ação daquele governo Casagrande para a educação, incentivando práticas pretensamente inovadoras no currículo e a ampliação do tempo escolar dos estudantes. Isso significou o movimento de vinculação às políticas nacionais embebidas por perspectivas de empresariamento da educação (Peterle, 2016) e por ideais do movimento nacional articulado pelo Todos pela Educação (TPE), entranhado no MEC sob a gestão de Haddad (PT), conforme pode ser visto no Art. 4º da portaria: "Poderão apresentar propostas os Estados que tenham aderido formalmente ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, de que trata o Decreto No-6.094, de 24 de abril de 2007" (Brasil, 2009). É importante ressaltar que a referida portaria contém as metas elaboradas pelo TPE.

Também chama a atenção o inciso X, do Art. 2º da Portaria nº 971, que delimita o objetivo do ProEMI: "incentivar a articulação, por meio de parcerias, do Sistema S com as redes públicas de ensino médio estaduais". Vê-se, dessa forma, a "[...] imposição de um modelo neoliberal que se encontra firmado nas bases do Sistema "S" (Peterle, 2016, p. 120). Embora no governo Casagrande tenha ocorrido algum estímulo ao ensino médio integrado,[235] tal iniciativa esteve vinculada às premissas privatistas e sustentadas pela lógica da Teoria do Capital Humano (Peterle, 2016; Leal; Lima, 2021).

Quando Paulo Hartung assume o Executivo Estadual (2015-2018), a situação passa por um aprofundamento do processo de empresariamento da educação, diante de um contexto de crise. Assim, como uma espécie de "espadachim da austeridade", Paulo Hartung (PMDB) inicia seu terceiro mandato executando um golpe dilacerante sobre as políticas públicas, ao instituir o Decreto 3.755/2015,[236] que determinou a contenção de gastos do Poder Executivo Estadual.

[235] Segundo Pazolini e Lima (2021), o governo Casagrande (2011-2014) aderiu ao Programa Brasil Profissionalizado (2011), celebrando convênio com o governo Federal para a construção de quatro escolas nos municípios de Afonso Cláudio, Baixo Guandu, Iúna e Viana. Tal convênio promoveu o repasse de mais de R$ 22 milhões de reais (mais aditivos). A Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional (Secti) ficou responsável pela gestão dos recursos que enfrentou dificuldades na execução das obras, com erros e problemas na fiscalização. Quando Paulo Hartung assume o governo (2015), sua postura era completamente contrária ao Programa Brasil Profissionalizado que previa a expansão da rede estadual de educação técnica. Seu foco era a implementação do Programa Escola Viva que, inclusive, utilizou- se da estrutura da construção da escola técnica em Baixo Guandu para receber uma unidade do tempo integral (CEEMIT Baixo Guandu), desviando a função original do projeto do prédio. As demais escolas não foram finalizadas.

[236] Decreto Nº 3755-R estabeleceu as diretrizes e as providências para redução de gastos do Poder Executivo Estadual e implantou um Comitê de Controle e Redução de Gastos Públicos. (Disponível em:

Pouco tempo depois, em 2016, na sequência do movimento, outro ataque é desferido através do Decreto 3.922,[237] que determinou a contenção e qualificação de gastos. Em 2017, a ofensiva é mantida. Em 2018, último ano daquele mandato, o golpe final é dado, via Decreto 4.197-R,[238] com o foco na manutenção do "teto de gastos".

Com base nesse Decreto de 2015, o governador capixaba impôs à educação pública uma série de medidas, a começar pelo cancelamento do ProEMI, com o pretexto da impossibilidade de o Estado conseguir manter os gastos de remuneração dos profissionais implicados nesse programa (Gaspar, 2016; Leal; Lima, 2021). Para aquele ano, ficou suspensa, ainda, a tramitação de novos cursos para todos os níveis da educação básica, bem como a renovação de cursos técnicos ofertados pelas escolas da rede estadual (Espírito Santo, 2015).[239]

Para Peterle (2016, p. 121), aquele Decreto

> [...] sinalizou dois movimentos na política de educação pública estadual básica e profissional: a) a ampliação e fortalecimento do programa Bolsa Sedu; b) a criação e implantação do projeto de educação em tempo integral "Escola Viva" de concepção e gestão privada. Ambas as medidas sinalizam o desmonte da oferta estadual pública de cursos técnicos nas escolas estaduais.

Dessa forma, considerando que o governo Hartung (PMDB) manteve políticas extremamente austeras na área educacional,[240] com fechamento de turmas, turnos e escolas (Peterle, 2016), além de elevadas restrições salariais para o funcionalismo público, a manutenção de altos os índices de professores em designação temporária (Lima; Sperandio; Freitas, 2020) e processos de terceirizações (Gaspar, 2016),[241] em contrapartida, direcionou

---

https://www.es.gov.br/Noticia/governo-do-estado-economiza-r-1-1-bilhao-nas-despesas-do-estado-em-tres-anos. Acesso em: 27 jan. 2025).

[237] Em seu artigo 8º, o Decreto diz o seguinte: "As Secretarias de Estado da Saúde, de Educação, da Fazenda, da Justiça, de Transporte e Obras Públicas, a Polícia Militar, a Polícia Civil e o Instituto de Atendimento Sócio Educativo, que representam em média 80% (oitenta por cento) dos gastos de custeio do Poder Executivo, deverão apresentar o Plano de Contenção de Despesas de Custeio - PCDC ao Comitê, para validação e monitoramento". (Disponível em: https://leisestaduais.com.br/es/decreto-n-3922-2016-espirito-santo-estabelece-medidas-de-contingenciamento-e-racionalizacao-de-gastos-do-poder-executivo-estadual-nos-primeiros-120-cento-e-vinte-dias-do-ano-de-2019-e-da-outras-providencias. Acesso em: 27 jan. 2025).

[238] (Disponível em: https://www.es.gov.br/Media/PortalES/PDF/Decreto-2-Conten%C3%A7%C3%A3o%20de%20Gastos%202017.pdf. Acesso em: 27 jan. 2025).

[239] ESPÍRITO SANTO/SEDU/CI. Nº 27, 2015 (Peterle, 2016).

[240] Matéria intitulada "Hartung faz política de terra arrasada na Educação: 42 escolas fechadas e milhares de turmas extintas" (Disponível em: https://www.seculodiario.com.br/educacao/hartung-faz-politica-de-terra-arrasada-na-educacao-42-escolas-fechadas-e-milhares-de-turmas-extintas/. Acesso em: 30 jan. 2025) e "Educadores reagem a retrocessos promovidos pelo governo na Educação do Campo" (Disponível em: https://www.seculodiario.com.br/meio-ambiente/educadores-reagem-a-retrocessos-promovidos-pelo-governo-na-educacao-do-campo/. Acesso em: 30 jan. 2025).

[241] Já em 2008, no segundo mandato, o governo Paulo Hartung esteve à frente da terceirização do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), sendo o primeiro estado da federação a adotar a gestão privada da

recursos públicos para setores privados da educação (Bolsa Sedu), além de ter cultivado generosamente a imagem do governo com gastos com propaganda,[242] que cumpria, ao menos, dois objetivos: primeiro, abastecer os cofres das redes de comunicação vinculados ao seu governo por meio do Meesa (Rede Gazeta, TV Capixaba e TV Vitória); e segundo, construir uma imagem de gestor responsável, a despeito da realidade caótica estabelecida.

No relatório de atividades da educação em Tempo Integral do Meesa, Hartung faz a seguinte afirmação: "Educação é prioridade absoluta para mim, quase uma obsessão" (Paulo Hartung, 2018, p. 3). A suposta "prioridade" contrasta com a objetividade dos dados sobre o desmonte da educação pública do ES. O que pode significar um cinismo político que visa esconder o verdadeiro objetivo do governo, isto é, o empresariamento.

Nessa conjuntura, em um parto induzido pelo Meesa e operado pelo governo do ES, nasce a Escola Viva, gestada pelos aparelhos privados de hegemonia empresarial. Pode-se afirmar, então, que o programa "Escola Viva" foi um projeto do empresariado, tendo em vista a sua mobilização diante do aparelho estatal, bem como a utilização dos seus aparelhos privados de construção de consensos, jornais, programas de TV e artigos institucionais,[243] conforme podemos observar no excerto da reportagem do jornal *A Gazeta* a seguir:

> Citado em quase todos os programas eleitorais do governo Paulo Hartung no ano passado, a Escola Viva – aquela 'que faz brilhar os olhos do aluno' – enfim, vai sair do plano das ideias. O projeto de lei com as diretrizes da reformulação do ensino médio já está nas mãos da Assembleia Legislativa e deve ser votado em regime de urgência. Na prática, significa o primeiro passo concreto deste governo, em uma ação que nada tem a ver com a herança recebida pela gestão de Renato Casagrande. A concepção dessa nova Escola tem ocupado quase todo tempo do secretário, Haroldo Corrêa Rocha. Reuniões com consultores e pedagogos têm acontecido diuturnamente e sem previsão de término. Não é por menos: o aliado de longa data de PH tem nas mãos o projeto que é considerado a 'menina dos olhos do governador' (Fachetti, 2015 *apud* Oliveira; Lírio, p. 284).

---

merenda escolar (Rodrigues, 2011). Outros serviços, como vigilância e limpeza das unidades escolares e, até mesmo, o processo de escolha de diretores foram terceirizados nos governos Hartung (Gaspar, 2016).

[242] Matéria intitulada "Governo Hartung gastou R$19,6 milhões em publicidade em 11 meses", publicada em 7 jan. 2016. (Disponível em: https://www.seculodiario.com.br/justiaa/governo-hartung-gastou-r-19-6-milhoes-em-publicidade-em-11-meses/. Acesso em: 27 jan. 2025).

[243] Vídeos institucionais da Sedu-ES publicado em uma conta de A Gazeta no *Daily Motion* (2015) dois deles denominados "Escola Viva – Como funciona" (Disponível em: https://www.dailymotion.com/video/x4yv2f6 "Escola Viva – A escola e os sonhos dos alunos" (Disponível em: https://www.dailymotion.com/video/x4yv3mz. Acesso em: 04 fev. 2025). Matéria do Jornal Folha Vitória intitulada "Quem é contra, simplesmente por ser contra, não é aliado, diz secretário sobre Escola Viva", publicada em 7 ago. 2015 (Disponível em: https://www.folhavitoria.com.br/geral/quem-e-contra-simplesmente-por-ser-contra-nao-e-aliado-diz-secretario-sobre-escola-viva/. Acesso em: 4 fev. 2025). Matéria do Jornal Folha Vitória intitulada "Deputados dizem que críticas à Escola Viva favorecem iniciativa privada" (Disponível em: https://www.folhavitoria.com.br/politica/deputados-dizem-que-criticas-a-escola-viva-favorecem-iniciativa-privada/. Acesso em 4 fev. 2025).

Um destacado intelectual orgânico do Meesa confirma esse esteio dado ao aparato estatal ao indicar os sujeitos envolvidos na mobilização em prol do programa Escola Viva:

> Foram empresários, executivos, presidentes e diretores de empresas que foram sentar para conversar com o governador, conversar com o Ministério Público, ir para o debate da Assembleia, colocar toda essa credibilidade necessária para viabilizar [...] e principalmente dar o respaldo político, vamos dizer assim também, para quem tomou a decisão de implementar um projeto desse (Luciano Gollner, 2022).

Essa unidade entre o preposto do capital na direção do aparelho estatal e as frações empresariais também fica explícita no depoimento de Paulo Hartung no documento institucional do Meesa. O governador indica tal unidade ao dizer que "[nós] **Fomos** buscar uma experiência exitosa em Pernambuco, de educação em tempo integral, com o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE), e a partir daí nasceu a Escola Viva" (Paulo Hartung, 2018, p. 3, grifo nosso). Lembramos que, em 2014, o então senador Ricardo Ferraço (PMDB à época), Haroldo Rocha, Aridelmo Teixeira e Alexandre Theodoro realizaram a visita ao ICE em Pernambuco.

Os dirigentes do Meesa se dedicaram à defesa da proposta nos espaços institucionais públicos (Ales, MP etc.) e privados (redes de comunicação), lançando mão da estratégia de, pretensamente, representar os interesses coletivos da sociedade capixaba. Busca-se, assim, dar um verniz de debate amplo sobre o tema, quando, na verdade, isso não ocorreu.

Para o governador Paulo Hartung,

> Na ocasião, houve um amplo debate entre governo, estudantes, professores, deputados e sociedade. Foram 100 dias de muito diálogo, o que ajudou na compreensão das pessoas sobre o que é o programa Escola Viva, que não é uma política de governo, e sim uma política pública transformadora para os capixabas" (Paulo Hartung, 2018, p. 3)

Com os passos presos à sombra de *Aleteia*, o chefe do executivo estadual teceu uma trama que não se sustenta. Desde os primeiros momentos, da divulgação à implementação do Programa Escola Viva, a falta de diálogo com os estudantes, pais e responsáveis, professores, demais trabalhadores escolares e toda comunidade escolar foi a tônica do seu governo.

Uma série de manifestações e protestos ocorreram durante o primeiro semestre de 2015,[244] ano da implementação do projeto. Estudantes, pais, representações estudantis e

[244] Em 19 de março de 2015, estudantes protestam contra a implantação do projeto Escola Viva, em Vitória, e fazem passeata do Colégio Estadual até a sede da Sedu (Disponível em: https://www.folhavitoria.com.br/geral/alunos-protestam-contra-escola-viva-e-complicam-o-transito-em-vitoria/. Acesso em: 4 fev. 2025). No mesmo dia, estudantes ocupam a sede da Sedu para conversar com o secretário Haroldo Rocha, mas não são recebidos. Como resultado das primeiras manifestações, o pedido de urgência do projeto é retirado da Ales (Disponível em: https://g1.globo.com/espirito-santo/educacao/noticia/2015/03/governo-retira-pedido-de-urgencia-em-votacao-do-escola-viva-no-es.html.

sindicatos se mobilizaram contra a instauração do projeto "Escola Viva" sem que houvesse pré-disposição ao diálogo por parte do governo com as comunidades escolares e as suas demandas.

Em 16 de março de 2015, a Ales aprovou o regime de urgência do Projeto de Lei Complementar (PLC) 04/2015, sob forte influência do governo Hartung. Assim, no dia posterior (17/03), após uma audiência pública criada para promover o Projeto Escola Viva, o governo esperava que o projeto de lei fosse votado "a toque de caixa", naquele mesmo dia. No entanto, a Ales foi ocupada por estudantes e professores e as suas respectivas representações, a União dos Estudantes Secundaristas do Espírito Santo (Ueses) e o Sindicato dos Professores das Escolas Públicas do Espírito Santo (Sindiupes)[245] que se manifestaram contrariamente à votação do PLC 04/2015 em caráter de urgência e sem prévio diálogo, bem como contrários ao conteúdo do projeto.[246]

Em função da pressão exercida pelos estudantes e professores, a Comissão de Cidadania da Ales pediu vista e, no dia 23 de março de 2015, o líder do governo da Ales, Gildevan Fernandes (PV), pediu a retirada de urgência do projeto. Todavia, o recuo tático não esmoreceu os planos do governo Hartung para a educação capixaba. Sob o escudo do aparelho privado de

---

Acesso em: 4 fev. 2025). Dia 20 de março, estudantes da rede estadual protestam em Serra e interditam o cruzamento entre a ES 010 e a avenida Norte-Sul (Disponível em: https://www.seculodiario.com.br/politica/serra-estudantes-vao-para-as-ruas-protestar-contra-o-escola-viva/. Acesso em 4 fev. 2025). No dia 25 de março, estudantes, pais e professores protestam contra "Escola Viva" (Disponível em: https://g1.globo.com/espirito-santo/noticia/2015/03/protesto-contra-escola-viva-reune-alunos-pais-e-professores-no-es.html. Acesso em: 4 fev. 2025). Em 3 de junho de 2015, com o trâmite do projeto próximo do fim, estudantes protestam contra o projeto em frente a Ales (Disponível em: https://g1.globo.com/espirito-santo/noticia/2015/06/estudantes-protestam-em-vitoria-contra-o-projeto-escola-viva.html. Acesso em: 4 fev. 2025).

[245] A posição do Sindiupes não foi destacada, isto é, foi uma postura de oposição, porém, recuada, que caracterizou a gestão do grupo que compõem a diretoria desde aquele período até a gestão atual (2025). Destacaram-se, neste período, a atuação combativa do Sindicato dos Servidores Públicos do Estado do Espírito Santo (Sindipúblicos) e dos coletivos opositores à diretoria do Sindiupes, em especial, o Coletivo Sindiupes pela Base (alterou o nome para Coletivo Educação pela Base, em 2020). Em sua página oficial, o Coletivo Educação pela Base se apresenta como coletivo de oposição à atual Direção do Sindiupes, que grupa trabalhadores(as) da educação indignados com a inércia e a falta de ética da direção do Sindiupes (Disponível em: https://www.facebook.com/educacaopelabase. Acesso em: 8 fev. 2025).

[246] De acordo com Gaspar (2016, p. 112), dentre os motivos das manifestações, destacaram-se três questionamentos: "a) O que seria feito com os professores que atuam com contrato de designação temporária nessas escolas, uma vez que o projeto prevê somente a atuação de professores efetivos? b) E quanto aos professores efetivos que possuem vínculo com outra rede de ensino, observando que o projeto previa dedicação exclusiva? c) A transformação destas escolas em unidades de atendimento em turno único reduziria a oferta de vagas. O que seria feito com os estudantes excedentes que já são alunos dessas escolas? Seriam transferidos? Para onde, se o quadro de vagas já é deficitário?". Somam-se, ainda, questões levantadas pelo Sindiupes relativos à falta de diálogo com a categoria, sobre questões controversas do projeto, como: a ampliação da jornada; a remoção de professores *ex-ofício*; discriminação dos professores em Designação Temporária (DTs); processo de responsabilização via avaliação individual dos professores etc. (Disponível em: https://www.seculodiario.com.br/politica/ato-contra-forma-e-conteudo-do-escola-viva-esta-confirmado-para-esta-quarta/. Acesso em: 6 fev. 2025).

hegemonia empresarial, o governo enfrentou a opinião pública construindo a sua hegemonia sob a couraça da coerção.

Assim, no dia 12 de maio de 2015, o Meesa teve um privilegiado tempo para "explicar" o projeto "Escola Viva" na Ales, foram mais de 40 minutos de explanação em defesa do projeto Escola Viva.[247] Como era previsível, nenhuma representação estudantil, sindicato ou representação dos trabalhadores da educação tiveram acesso às mesmas condições de tempo e, sobretudo, à disposição para escuta por parte do governo e da casa Legislativa, a qual contava com uma ampla base governista. Nos poucos encontros entre representação estudantil e governo, fruto das primeiras manifestações, os estudantes não foram ouvidos, conforme relatou Luis Felipe Costa, presidente da Ueses (2015, p. 4):[248] "O que aconteceu até agora foram tentativas sistemáticas de nos convencer que esse projeto era bom".

Em 11 de junho de 2015, foi aprovada a Lei Complementar nº 799, que criou o Programa de Escolas Estaduais de Ensino Médio em Turno Único, denominado "Escola Viva".[249] As nuances da aprovação envolveram uma tática de votação conjunta entre as comissões de Educação, Finanças e Assistência Social que favoreceria o governo. Então, o projeto foi aprovado com 20 votos favoráveis e 3 contrários,[250] depois de mais de cem dias de tramitação, muitos protestos dos estudantes, pais e professores, além da característica intransigência daquele governo.

A restrita oposição ao governo Hartung na Ales tentou articular uma comissão especial para acompanhar e monitorar o desenvolvimento do projeto Escola Viva. Entretanto, evidenciando o controle do executivo da Ales, não conseguiram as assinaturas necessárias para realização de um atributo básico do legislativo. [251]

A certeza da aprovação do projeto por parte do governo Hartung pode ser evidenciada com a chamada "pública" (Processo nº 69806624) anunciada no Diário Oficial do Espírito

---

[247] Notícia institucional da Ales sob o título de "'ES em Ação explica projeto do Escola Viva na Ales" (Disponível em: https://www.al.es.gov.br/Noticia/2015/05/28007/es-em-acao-explica-projeto-do-escola-viva-na-ales.html. Acesso em: 4 fev. 2025).

[248] Disponível em: http://biblioteca.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20170222_aj21811_educacao_escolaviva.pdf. Acesso em: 6 fev. 2025).

[249] (Disponível em: https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/lec7992015.html. Acesso em: 4 fev. 2025).

[250] Votaram contra ao projeto Escola Viva os deputados Sérgio Majeski (PSDB), Bruno Lamas (PSB) e Amaro Neto (PPS) (Disponível em: https://www.seculodiario.com.br/corrupcao/escola-viva-apartamento-de-hartung-e-tragedia-do-rio-doce-foram-destaques-em-2015/. Acesso em: 4 fev. 2025).

[251] (Disponível em: https://www.seculodiario.com.br/politica/deputados-retiram-assinatura-e-comissao-de-acompanhamento-ao-escola-viva-e-indeferida/. Acesso em: 7 fev. 2025).

Santo, no dia 01 de abril de 2015. [252] Nessa chamada, a Sedu fez uma extensa e detalhada lista de exigências (Anexo B) que, não por coincidência, se encaixavam nas características do prédio da Faesa, desocupado há quase 4 anos e que pertencia a um dos conselheiros no Meesa, Alexandre Nunes Theodoro.

A confirmação do jogo combinado, por fim, saiu no Diário Oficial do Estado no dia 17 de junho, com a publicação do Aviso de Dispensa de Licitação (Anexo C),[253] referente ao Processo nº 69806624/2015, em que a Sedu, através da Comissão Permanente de Licitação de Obras e Serviços de Engenharia, publicizou o documento de dispensa de licitação para locação de imóvel de propriedade da Associação Educacional de Vitória (AEV), dirigida pelo sócio proprietário Alexandre Nunes Theodoro, com o fim de implementação do Programa de Escolas Estaduais de Ensino Médio em Turno Único, intitulado "Escola Viva", por um período de 60 meses, pelo valor de R$ 62,4 mil[254] e com promessa de compra do imóvel por parte do governo estadual, que não se concretizou. O contrato de locação nº 034/2015 (Anexo D) foi assinado por Haroldo Corrêa Rocha (Sedu) e Alexandre Nunes Theodoro (AEV) no dia 22 de junho de 2015.[255]

O forte discurso ético proclamado pelos documentos oficiais (Código de ética) do aparelho privado de hegemonia das frações empresariais capixabas, os quais indicam a proibição e abstenção de seus membros de ganhos diretos e indiretos relacionados às atividades

[252] (Disponível em: https://ioes.dio.es.gov.br/portal/edicoes/download/3098. Acesso em: 7 fev. 2025).

[253] (Disponível em: https://ioes.dio.es.gov.br/portal/edicoes/download/3153. Acesso em: 7 fev. 2025).

[254] Valor corrigido pelo IGP-M, em janeiro de 2025, de R$129.518,21 mensais. Em 60 meses, o montante corrigido foi de R$7.771.092,83 (Disponível em: https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/corrigirPorIndice.do?method=corrigirPorIndice. Acesso em: 8 fev. 2025).

[255] Em 2020, ano do término do contrato, as partes firmaram o 1º Termo Aditivo válido de 25/06/2020 a 25/06/2021, com o valor do aluguel ajustado para R$76.074,23 mensais. Desta vez assinaram Vitor Amorim de Ângelo (Sedu) e Alexandre Nunes Theodoro, assim como nos termos aditivos seguintes. No entanto, em 03/08/2020, foi acordado um 2º Termo Aditivo reduzindo o valor em 15%, em função do combate à disseminação do Covid-19. Em 21/05/2021, foi assinado o 3º Termo Aditivo com validade até 26/06/2022, no valor mensal de R$76.074,23. O 4º Termo Aditivo prorrogou o contrato por mais 12 meses (27/06/2022 a 27/06/2023), com o mesmo valor anterior. O 5º Termo Aditivo prorrogou o contrato de 28/06/2023 a 27/06/2024, com o valor mensal de 84.998,60. Em 28/06/2024, começo a contar os efeitos do 6º Termo Aditivo, estendendo o contrato por mais 12 meses (até 27/06/2025), com o valor mensal de R$ 88.344,00. Em cada período destacado, foram celebrados Apostilamentos, com o intuito de corrigir os valores com base no IPCA/IBGE. Assim, no período entre 15/06/2015 a 15/06/2016, o valor do aluguel foi corrigido para R$68.216074. No período entre junho de 2016 a maio de 2017, o valor foi corrigido para R$70.670,58. Entre maio de 2017 e maio de 2018, o valor corrigido, em contrato, foi para R$72.688,15. No período entre junho de 2018 a maio de 2019, o valor foi para R$76.074,23. A alteração para o período entre junho de 2021 e maio de 2022 foi para R$84.998,60. No Apostilamento de 2023, relativo ao período entre junho de 2022 a maio de 2023, o valor corrigido foi para R$88.344,00. O último Apostilamento que tivemos acesso (junho/2023 a maio/2024), o valor corrigido foi para R$91.812,34.

do Meesa, contrastam com a realidade que, a despeito daquele verniz, é profundamente contraditória e lucrativa.

A flagrante contradição não passou totalmente desapercebida. Segmentos da comunicação não alinhados ao empresariado, como o jornal Século Diário, disponibilizaram matérias com denúncias sobre a questão[256] e deram voz às representações dos servidores estaduais.[257] Evidenciamos que, em 2016, o Sindicato dos Servidores Públicos do Estado (Sindipúblicos) impetrou uma Ação Popular denunciando o governo Hartung e, em específico, o secretário de educação Haroldo Rocha, por ato ilegal e lesivo ao patrimônio público estadual e à moralidade administrativa, em decorrência dos estreitos laços entre os envolvidos,[258] já demonstrados neste trabalho.

Tal denúncia foi acolhida inicialmente pelo conselheiro Sebastião Carlos Ranna do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES),[259] o qual notificou o secretário de Educação, apontando para indícios de direcionamento da contratação e de que a vistoria do imóvel fora realizada antes da aprovação do projeto. Outro ponto levantado naquela Ação Popular foi o fato de que havia vínculos entre um dos sócios da Faesa (Alexandre Nunes Theodoro, ex-presidente do Meesa), o Meesa e a Sedu, em virtude do Termo de Cooperação Técnica firmado entre os dois últimos.

No entanto, em 2017, o TCE arquivou a representação contra o secretário Haroldo Rocha,[260] demonstrando a amplitude do poder do aparelho privado de hegemonia empresarial sobre as instâncias do aparelho de Estado.

---

[256] Matérias com as manchetes "Chamada pública para alugar prédio da Faesa aconteceu em abril" (Disponível em: https://www.seculodiario.com.br/politica/chamada-publica-para-alugar-predio-da-faesa-aconteceu-em-abril/. Acesso em: 8 fev. 2025); e "Escola Viva dá destinação a elefante branco da Faesa" (Disponível em: https://www.seculodiario.com.br/politica/escola-viva-da-destinacao-a-elefante-branco-da-faesa/. Acesso em: 8 fev. 2025).

[257] Matérias intituladas "Ação questiona direcionamento em contrato de locação entre governo do Estado e Faesa" (Disponível em: https://www.seculodiario.com.br/educacao/acao-questiona-direcionamento-em-contrato-de-locacao-entre-governo-do-estado-e-faesa/. Acesso em: 8 fev. 2025); e "TCE pede que secretário de Educação explique suposto direcionamento no aluguel do prédio da Faesa" (Disponível em: https://www.seculodiario.com.br/educacao/tce-pede-que-secretario-de-educacao-explique-suposto-direcionamento-no-aluguel-do-predio-da-faesa/. Acesso em: 8 fev. 2025).

[258] "Ação Popular denuncia irregularidades no aluguel do prédio da Escola Viva" (Disponível em: https://www.sindipublicos.com.br/acao-popular-denuncia-irregularidades-no-aluguel-do-predio-da-escola-viva/. Acesso em: 8 fev. 2025).

[259] "Denúncia do Sindicato faz TCE/ES notificar secretário por irregularidades na Escola Viva" (Disponível em: https://www.sindipublicos.com.br/denuncia-do-sindipublicos-faz-tribunal-de-contas-notificar-secretario-de-educacao-por-irregularidades-na-escola-viva/. Acesso em: 8 fev. 2025).

[260] "TCE arquiva representação que questiona aluguel da Escola Viva de São Pedro" (Disponível em: https://www.seculodiario.com.br/sindicato/tce-arquiva-representacao-que-questiona-aluguel-da-escola-viva-de-sao-pedro/. Acesso em: 8 fev. 2025).

Retomamos o momento do ato de criação do Programa "Escola Viva", aprovado na Ales, em 11 junho de 2015. Quatro dias depois, no dia 15 de junho de 2015, a Sedu, representada pelo secretário de Educação, Haroldo Rocha, e o Meesa, representado pelo seu presidente, Luiz Wagner Chieppe, assinaram o Termo de Cooperação Técnica Nº 12/2015 (Processo Nº 70554897) (Anexo E), que propunha viabilizar o desenvolvimento de um modelo pedagógico e de gestão do Programa de Escolas em Tempo Integral de Ensino Médio em Turno Único ("Escola Viva").

Em seguida, foi publicada a Portaria Nº 061-R, de 16 junho de 2015, que criou o Centro Estadual de Ensino Médio em Tempo Integral (Ceemit) São Pedro (Anexo F) e a Portaria Nº 062-R de 16 junho de 2015 (Anexo G), que estabelece normas de transferência e matrícula de estudantes para o segundo semestre de 2015 no Ceemit São Pedro. Assim, interrompe-se o ano letivo dos estudantes que estavam em escolas regulares para dar número ao projeto de educação do Meesa. Para tal feito, a Sedu recorreu ao apelo publicitário feita pela rádio Jovem Pan, a qual anunciou que as equipes de promoção da emissora invadiriam escolas estaduais com jogos e brindes para incentivar e convencer os estudantes a se inscreverem no Programa Escola Viva.[261] Tal iniciativa, sob à luz gramsciana, foi uma estratégia de persuasão encampada pelo aparelho de Estado, vinculada às relações de hegemonia.

Dessa forma, no dia 3 de agosto de 2015, o governo estadual inaugurou a primeira escola do Programa Escola Viva, o Ceemit São Pedro, em Vitória. Com 480 vagas disponibilizadas, e nem todas preenchidas, a Sedu precisou redirecionar a rota e modificar o documento original do programa, que prescrevia o seguinte: apenas estudantes da rede estadual e apenas professores efetivos poderiam se inscrever (Gaspar, 2016). Então, abriu-se a possibilidade de estudantes de outras redes, bem como de professores em designação temporária (DT) se inscreverem no "Escola Viva". [262]

Entendemos essa falta de interesse dos estudantes e de professores efetivos como uma orgânica resistência ao programa do empresariado para a educação capixaba. Tal resistência foi enfrentada com a combinação de táticas de coerção e consenso operadas pelo aparelho estatal

---

[261] "Para fechar turmas, governo 'mercantiliza' Escola Viva" (Disponível em: https://www.seculodiario.com.br/politica/para-fechar-turmas-governo-mercantiliza-escola-viva/. Acesso em: 8 fev. 2025).

[262] "Nesse primeiro momento, para o início das atividades da primeira Escola Viva, a secretaria realizou um procedimento interno para que os professores em Designação Temporária que já atuavam na rede naquele ano letivo pudessem assumir as vagas onde não houve procura por parte dos profissionais efetivos. Mais à frente foi publicada a Lei Complementar 818/2015, no DIOES de 18 de dezembro de 2015, que alterou diversos artigos da Lei Complementar 799/2015, que instituiu o PEV. Dentre as mudanças, encontra-se a do Art. 10º: em que se estabelece que "apenas servidores efetivos" poderiam atuar nas Escolas Vivas, agora "preferencialmente servidores efetivos integrarão o corpo docente" dessas escolas" (Gaspar, 2016, p. 115).

e pelo Meesa, aparelho privado de hegemonia empresarial. Assim, mesclou-se a instrumentalização assediosa dos DTs, funcionários precarizados e extremamente vulneráveis aos ditames da Sedu, bem como as ações coercitivas via legislação e burocracia estatal, com a publicidade incisiva propalada pelas mantenedoras do Meesa.

Outra ação coercitiva do aparelho estatal foi a modificação, para o ano letivo de 2016, da Lei Complementar 799/2015, a qual previa das 40 horas de trabalho docente no Programa Escola Viva, apenas 25 horas contariam para fins previdenciários, já que as horas excedentes seriam incorporadas na modalidade de Carga Horária Especial (CHE). Assim, por meio da Lei Complementar Nº 818,[263] o governo estadual instituiu o regime Dedicação Exclusiva de 40 horas que, além de incidir sobre a previdência para fins de aposentadoria, abonava os professores em 40% sobre o valor da Classe e Referência em que estivessem enquadrados, considerando 25 horas.

Tal ofensiva tinha o intuito aumentar a adesão dos professores ao Programa Escola Viva por intermédio da coerção financeira, tendo em vista a dura realidade concreta vivenciada pelos trabalhadores do ensino básico somada a possibilidade de dobrar o salário (25 horas + 15 horas adicionais [DE] + 40% de 25h). Esse movimento do Estado foi recebido com grande insatisfação por parte do magistério crítico ao programa, em decorrência da falta de isonomia no pagamento diferenciado entre os servidores (Gaspar, 2016).

Além de fazer o uso lucrativo de seu arsenal midiático em favor do Programa Escola Viva, o Meesa contou com a sua Rede Empresarial[264] para disputar o consenso nos municípios do Espírito Santo, tendo em vista a capilaridade da Rede, espalhada por todo Espírito Santo. Esse aspecto é destacado pelo Meesa no documento institucional que, ao discorrer sobre o Programa Escola Viva, indica que (2018, p. 7): “Uma grande parceria que tem contribuído nessa jornada é a Rede Empresarial, que através de suas associações por todo o Estado tem construído com o Espírito Santo em Ação um diálogo junto às comunidades em torno das escolas, alcançando resultados positivos”.

---

[263] (Disponível em: https://ioes.dio.es.gov.br/portal/edicoes/download/3320. Acesso em: 11 fev. 2015).

[264] Entre 2016 e 2020 a Rede Empresarial contou com nove instituições, incluindo o Meesa. São elas: Associação para o Desenvolvimento de Linhares (ADEL), Associação dos Empresários de Cariacica (AEC), Associação Movimento Empresarial de Aracruz e Região (AMEAR), Associação dos Empresários da Serra (ASES), Associação Empresarial de Vila Velha (ASSEVILA), Associação Empresarial de Desenvolvimento de Colatina (ASSEDIC), Associação Empresarial do Litoral Norte do Espírito Santo (ASSENOR), Movimento Empresarial do Sul do Estado do Espírito Santo (MESSES) e Movimento Empresarial Montanhas Capixabas (MEMC). Esta última, MEMC, deixou de existir em 2021.

Nesse movimento contraditório da realidade, o Programa Escola Viva foi efetivado em 2015, ampliou-se para mais 4 novas escolas, em 2016. Em 2017, foram implementadas 12 novas unidades e, em 2018, mais 15 escolas, contabilizando o total de 32 escolas ao fim daquele ano (Quadro 12). O empenho em aumentar o número de Escolas em Tempo Integral esteve diretamente relacionado com as metas estratégicas estabelecidas no Plano ES 2030 que previa 50% das matrículas em tempo integral até o ano de 2030. Isso fica explícito na entrevista do secretário de Educação à Folha Vitória, jornal vinculado à Rede Vitória, mantenedora do Meesa: "Nossa meta era chegar em 2018 com 30 escolas e conseguimos superá-la. O planejamento é chegar em 2030 com 300 unidades do Escola Viva em todo o Estado" (Haroldo Rocha, 2018).[265]

Quadro 12 - Lista de unidades do Programa Escola Viva por ano de inauguração

MUNICÍPIO	ESCOLA	ANO
Afonso Cláudio	Ceemit Afonso Cláudio	2017
Alegre	Ceemit Aristeu Aguiar	2018
Anchieta	Ceemit Anchieta	2018
Aracruz	Ceemit Monsenhor Guilherme Schmitz	2018
Baixo Guandu	Ceemit baixo Guandu	2018
Barra de São Francisco	Ceemit João XXIII	2018
Cachoeiro de Itapemirim	Ceemit Francisco Coelho Ávila Jr.	2017
	Ceemit Liceu Muniz Freire	2018
Cariacica	Ceemit Presidente Castelo Branco	2017
	Ceemit Itagiba Escobar	2018
	Ceemit José Leão Nunes	2018
	Ceemit Profª. Maria Penedo	2018
Colatina	Ceemit Conde de Linhares	2017
Ecoporanga	Ceemit Daniel Comboni	2016
Guaçuí	Ceemit Monsenhor Miguel de Sanctis I	2017
Itapemirim	Ceemit Washington Pinheiro Meireles	2016
Iúna	Ceemit Henrique Coutinho	2017
Linhares	Ceemit Bartouvino Costa	2017
Mimoso do Sul	Ceemit Antônio Acha	2018
Montanha	Ceemit Elpídio Campos de Oliveira	2017
Muniz Freire	Ceemit Bráulio Franco	2016
Pedro Canário	Ceemit Manuel Duarte da Cunha	2017
São Gabriel da Palha	Ceemit São Gabriel da Palha	2018
São Mateus	Ceemit Marita Mota Santos	2017
Serra	Ceemit Joaquim Beato	2016
	Ceemit Getunildo Pimentel	2018
Vila Velha	Ceemit Pastor Oliveira de Araújo	2017
	Ceemit Assisolina Assis de Andrade	2017
	Ceemit Profª. Maura Abaurre	2018

[265] Matéria intitulada "Contestada no início, Escola Viva cresce no ES e supera 30 unidades em 2018" (Disponível em: https://www.folhavitoria.com.br/geral/contestada-no-inicio-escola-viva-cresce-no-es-e-supera-30-unidades-em-2018/. Acesso em: 9 fev. 2025).

	Ceemit Gaudino Antônio Vieira	2018
Vitória	Ceemit São Pedro	2015
	Ceemit Fernando Duarte Rabelo	2018

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados disponibilizados pela Sedu e por notícias da mídia local (2025).

Contudo, essa ampliação ocorreu com enfrentamentos por parte das comunidades escolares que, em alguns casos, conseguiram retardar a implantação do modelo, como em Colatina, na EEEFM Conde de Linhares, a mais tradicional da cidade. Tal escola oferecia ensino médio regular e ensino médio integrado, com cursos de Modelagem, Informática e Administração, bem como uma boa estrutura e bom desempenho dos estudantes. Essas características seriam ideais para o governo Hartung, pois conseguiria prosseguir com os planos privatistas de fechar turmas de ensino médio integrado para priorizar as demandas do Bolsa Sedu, ao mesmo tempo em que poderia legitimar o suposto sucesso do Programa Escola Viva.

As manifestações desencadeadas pelos estudantes da EEEFM Conde de Linhares,[266] aliadas às denúncias efetuadas no MPES pelos pais e responsáveis surtiram efeito. No final de 2015, a Vara da Infância e Juventude de Colatina deferiu a Ação Civil Pública movida pelo MPES via Promotoria do município e Defensoria Pública do Espírito Santo. Com a decisão, a Sedu foi obrigada suspender a implementação do Programa Escola Viva, em 2016, e a efetuar chamada pública escolar para os cursos regulares na escola, com a garantia de ofertar o mesmo número de vagas no ano letivo de 2015. [267]

Ainda no final de 2015, outras manifestações ocorreram contra a implementação do Programa Escola Viva no interior capixaba. Em Cachoeiro de Itapemirim, estudantes, pais e responsáveis se posicionaram contrários a transformação da EEEFM Francisco Coelho Ávila Jr em Escola Viva, haja vista que o Conselho da escola havia rejeitado tal mudança. Em São Mateus, estudantes ocuparam a Superintendência Regional de Educação (SRE) e, enquanto organizavam uma plenária em frente a EEEFM Ceciliano Abel de Almeida, um estudante e

[266] Matérias jornalísticas sobre as manifestações: “Alunos da Conde de Linhares protestam em Colatina contra imposição do Escola Viva” (Disponível em: https://www.seculodiario.com.br/politica/alunos-da-conde-de-linhares-protestam-em-colatina-contra-imposicao-do-escola-viva/. Acesso em: 10 fev. 2025); “Alunos ocupam colégio em protesto contra o 'Escola Viva' em Colatina” (Disponível em: https://g1.globo.com/espirito-santo/educacao/noticia/2015/12/alunos-fazem-ocupacao-na-escola-conde-de-linhares-em-colatina-es.html. Acesso em: 10 fev. 2025).

[267] “Justiça proíbe Escola Viva no Conde de Linhares” (Disponível em: https://www.seculodiario.com.br/politica/justica-proibe-escola-viva-no-conde-de-linhares/. Acesso em: 10 fev. 2025).

representante da União Municipal de Estudantes Secundaristas (Umes) sofreu violência policial e foi preso, conforme reportado à época.[268]

Nos anos seguintes várias manifestações ocorreram envolvendo o processo de implantação do Programa Escola Viva, conforme podermos ver no Quadro 13.

Quadro 13 - Manifestações contra o Programa Escola Viva por município.

MUNICÍPIO/ANO	SUJEITOS ENVOLVIDOS	MOTIVAÇÕES
Afonso Cláudio/2018	Comunidades escolares rurais e Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Denúncia de que a Sedu tentou forçar os estudantes de comunidades rurais a se matricularem na Escola Viva, situada na sede do município. Desconsiderando a distância e as condições específicas do campesinato (tempo, currículo etc), a Sedu fechou escolas nessas comunidades. (Disponível em: https://www.seculodiario.com.br/educacao/por-escola-viva-sedu-promove-evasao-escolar-no-campo-em-afonso-claudio/. Acesso em: 10 fev. 2025).
Alegre/2017	Comunidades escolares rurais e MPES	Fechamento da oferta do ensino médio e dos anos finais do fundamental nos distritos de Araraí, Café e Anutiba, o que provocaria um deslocamento de até 94 km dos estudantes. (Disponível: https://g1.globo.com/es/espirito-santo/sul-es/noticia/justica-determina-que-estado-mantenha-atendimento-em-escolas-de-alegre-es.ghtml. Acesso em: 10 fev. 2025).
Cariacica/2017	Estudantes da EEEM José Leão Nunes Grêmio estudantil da CEEMIT Profª. Maria Penedo	Manifestação contra o modelo Escola Viva, tempo integral, pois muitos alunos não condição de estudar em tempo integral e a EEEM José Leão Nunes é a única escola de ensino médio da região. (Disponível: https://g1.globo.com/espirito-santo/noticia/alunos-protestam-contra-escola-viva-em-cariacica-es.ghtml. Acesso em: 10 fev. 2025). Denúncia da segregação do espaço público à comunidade que não consegue estudar em período integral e do autoritarismo do Programa Escola Viva e da ausência da participação estudantil no modelo educacional do ICE; também denunciam a precariedade e a superlotação das escolas regulares. (Disponível em: https://encr.pw/polOS. Acesso em: 10 fev. 2025).
Itapemirim/2017	Estudantes e comunidade escolar da EEEFM Washington Pinheiro Meirelles	Protestos contra a implantação de mais uma Escola Viva no município. Denunciam a falta de transparência nas tratativas para a implantação do projeto, que ainda não foi confirmado, e pela impossibilidade de diversos alunos em permanecerem na escola depois que foi implementado o tempo integral, em função do trabalho ou estágio. (Disponível em: https://www.seculodiario.com.br/educacao/alunos-de-itapemirim-protestam-contra-implantacao-de-escola-viva-no-municipio/. Acesso em: 10 fev. 2025)
Muniz Freie/2016	Estudantes e responsáveis	Protestos contra o fechamento de três escolas estaduais localizadas em distritos do município. Com o fechamento os estudantes tiveram que estudar na CEEMIT Braulio Franco (Escola Viva). (Disponível em: https://g1.globo.com/espirito-

[268] "Alunos e pais protestam contra Escola Viva no interior do ES: ocupações estão acontecendo em São Mateus e em Colatina. Em Cachoeiro de Itapemirim, pais também protestaram contra o projeto" (Disponível em: https://g1.globo.com/espirito-santo/educacao/noticia/2015/12/alunos-e-pais-protestam-contra-escola-viva-no-interior-do-es.html. Acesso em: 10 fev. 2025).

		santo/educacao/noticia/2016/01/escolas-sao-fechadas-e-alunos-protestam-em-muniz-freire-es.html . Acesso em 10 fev. 2025).
Vila Velha/2018	Estudantes e responsáveis da EEEM Geraldo Costa Alves	Protesto contra a implementação da Escola Viva, pois acabaria com o ensino médio e ensino técnico integrado. (Disponível em: https://www.agazeta.com.br/es/gv/alunos-e-pais-protestam-contra-instalacao-da-escola-viva-em-vila-velha-0918. Acesso em: 10 fev. 2025).

Fonte: elaborado pelo autor com base em matérias jornalísticas (2025).

Em suma, os protestos continham as seguintes argumentações: fechamentos de escolas do campo e direcionamento dos estudantes ao novo modelo (Escola Viva), sem consulta e discussão prévia com as comunidades; investimentos restritos às unidades do Programa Escola Viva, desfavorecendo as unidades de ensino regular que se encontravam sucateadas; fechamento de turnos e turmas em escola de ensino regular; fechamento da oferta de ensino médio integrado ao técnico etc.

A indignação do magistério estadual naquele contexto pode ser sintetizada no depoimento de uma professora da rede: "[...] eu quero ver é fazer a escola morta funcionar, tirar alunos e professores dos escombros da escola morta" (Gouvêa, 2015).[269] Tal declaração destaca as contradições entre as unidades do Programa "Escola Viva" e as escolas regulares ("Escolas Mortas"). Enquanto as escolas regulares eram vampirizadas, isto é, passaram por uma série de cortes de gastos e de investimentos, com o fechamento de turmas, turnos e unidades, o governo Hartung dava vida às escolas do Programa Educação em Tempo Integral em Turno Único, as "Escolas Vivas".

Posto isso, em seguida, detalhamos os contornos do Termo de Cooperação Técnica Nº 12/2015 (Processo Nº 70554897) entre Sedu e Meesa e apresentamos os aparelhos privados de hegemonia (ICE e IQE) contratados para implementação do modelo pedagógico.

4.3.3 O Termo de Cooperação Técnica entre a Sedu e o Meesa e a operação do Programa Escola Viva

O Termo de Cooperação Técnica Nº 12/2015 (Processo Nº 70554897) (Anexo E), assinado pelo secretário de Educação, Haroldo Rocha, e pelos representantes do Meesa, Luiz Wagner Chieppe (presidente da Diretoria) e Aridelmo Teixeira (vice-presidente e responsável pela educação), tinha como objeto o desenvolvimento de um modelo pedagógico e de gestão

[269] Extraído da reportagem de Gustavo Gouvêa, do ES Hoje, sob o título "Escola Viva: professores, alunos e pais falam sobre o projeto do governo do ES", publicada em abril de 2015 (Disponível em: http://www.eshoje.jor.br/_conteudo/2015/04/noticias/educacao/28848-escola-viva-. Acesso em: 2 mar. 2025).

do Programa de Escolas em Tempo Integral de Ensino Médio em Turno Único (“Escola Viva”). Tinha vigência de 36 meses, a partir de 15 de junho de 2015, encerrando-se em 2018. Contudo, antes do fim do mandato, em dezembro de 2018, o Governo Hartung e o Meesa assinaram outro Termo de Cooperação Técnica (nº 093/2018), nos mesmos moldes do anterior, garantindo o prosseguimento dessa relação com o governo estadual pelos próximos 12 meses, já no governo Casagrande (2019).

Nesses documentos (Espírito Santo, 2015; 2018), as obrigações estabelecidas para o Meesa na Cláusula Segunda (2.1), conforme podemos observar no Quadro 14, indicam a lógica de empresariamento por traz do Projeto Escola Viva. As soluções para a educação são buscadas no mercado, reocupando os espaços do Estado estrito com aparelhos privados de hegemonia. Coube, assim, à fração do empresariado capixaba buscar, indicar e efetuar a contratação do modelo pedagógico e de gestão que seria imposto nas escolas de tempo integral.

Tal projeto não deu qualquer oportunidade para o magistério, as suas organizações e representações discutir o modelo de escola que estava sendo implementado. Ao tecer essa trama corporativa e anunciá-la como de interesse do “bem comum”, o Meesa conseguiu conduzir, junto ao aparelho estatal, as suas diretrizes e demandas de classe, contidas no Plano de Desenvolvimento sustentado ES 2030.

Ainda que na Cláusula Terceira do Termo nº12/2015 aponte que a relação estabelecida “[...] não importará em transferência de recursos financeiros de qualquer espécie” (Espirito Santo, 2015, p. 3), tal registro não passava de verniz ético, pois, na realidade, os ganhos obtidos pelo Meesa foram tanto imediatos, via transferência de recursos públicos para pagamento de aluguel (prédio da Faesa) e de publicidade para as empresas mantenedoras,[270] quanto no porvir, ao forjar um modelo educativo atrelado à construção do consenso passivo e à necessidade de treinamento da força de trabalho vinculada à metas estratégicas do Plano ES 2030.

Assim, com o subterfúgio de voluntariado, o empresariado do Meesa vai ampliando a sua zona de atuação na formulação de políticas educacionais, ao mesmo tempo em que consegue retorno financeiro para as suas mantenedoras, isto é, para as frações empresariais que

[270] Durante o seu terceiro mandato (2015-2018), o valor gasto pelo governo Hartung com publicidade, apenas vinculada à Sedu, em TV, rádio, jornal, cinema e internet foi de R$ 18.195.592,75. Desse valor, os maiores repasses foram para TV, jornal e rádio. (Disponível em: https://secom.es.gov.br/execucao-contratual-de-publicidade. Acesso em: 13 fev. 2025). Lembramos que no primeiro ano daquele mandato (2015), foram gastos 19,6 milhões de reais com publicidade em apenas 11 meses. As empresas de comunicação mantenedoras do Meesa são: Rede Gazeta, Rede Capixaba e Rede Vitória.

constitui este aparelho privado de hegemonia. Portanto, orientam-se pela lógica neoliberal popularizada por Milton Friedman de que, no capitalismo, "Não existe almoço grátis".[271]

Quadro 14 - Competências do Meesa estabelecidas pelo Termo de Cooperação Técnica nº 12/2015

2.1 COMPETE AO MEESA	
2.1.1	Identificar e buscar junto às empresas e instituições localizadas ou que atuam no Estado do Espírito Santo, apoio técnico e financeiro para o desenvolvimento e execução do **Programa de Escolas Estaduais de Ensino Médio em Turno Único** [Escola Viva];
2.1.2	Firmar parcerias com **Empresas Apoiadoras** buscando a garantia de recursos técnicos e financeiros para viabilizar o **Programa [...]**;
2.1.3	Caso sejam firmadas parcerias com **Empresas Apoiadoras** para viabilizar o **Programa [...]**, caberá ao Movimento Empresarial Espírito Santo: • 2.1.3.1 contratar serviços de uma empresa de consultoria especializada para elaborar e executar o **Programa [...]**, devendo notificar a **Secretaria Estadual de Educação** quem é a empresa contratada e os responsáveis pela execução do projeto; • 2.1.3.2 Arcar com todos os custos provenientes da contratação de empresa especializada que executará o **Programa [...]**, utilizando-se recursos provenientes de **Empresas Apoiadoras**; • 2.1.3.3 efetuar todos os pagamentos à empresa especializada contratada para a execução do **Programa [...].**
2.1.4	Doar ao Estado o produto do trabalho da empresa de consultoria especializada contratada para elaborar e executar o Programa [Escola Viva]. Entende-se pelo produto a metodologia pedagógica, de gestão, avaliação, além da formação do corpo docente e técnico nesses modelos e nas práticas de laboratório.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025), a partir do Termo de Cooperação Técnica nº 12/2015.

Nesse caso, as empresas "apoiadoras" responsáveis pela garantia de recursos, sobretudo financeiros, para a contratação das consultorias e serviços do ICE foram as seguintes: ArcelorMittal, Fibria, Instituto Fucape, Chocolates Garoto, Grupo Águia Branca, Samarco S.A., Sicoob e Vale S.A.

Já o Instituto Natura e o Instituto Sonho Grande (ISG) foram responsáveis por intermediar a contratação de duas consultorias,[272] a Falconi e a *Integration,* "[...] para auxiliar na melhoria dos processos internos da Sedu e na expansão das unidades, respectivamente" (Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação, 2018, p. 7). Na verdade, a consultoria

[271] Tal expressão não foi criada por Friedman, mas popularizada por ele. Essa expressão revela a construção ideológica liberal que reforça a ideia de que as relações do mercado são naturais, ocultando as relações sociais de produção, fetichizando-as.

[272] De acordo com o relatório do Tempo Integral (2018), em outubro de 2015, o Instituto Natura e o Instituto Sonho Grande assinaram um convênio com o Meesa, que passam, a partir de então, a ser mantenedoras do Programa. Assim, infere-se que esses dois aparelhos privados de hegemonia empresarial subsidiaram as consultorias Falconi e *Integration*, enquanto as demais empresas subsidiaram as consultorias do ICE.

Falconi, de acordo com o seu endereço eletrônico, foi a empresa responsável pela "Qualificação de 108 milhões em despesas com pessoal e outras despesas correntes viabilizando a expansão da escola em tempo integral" (Falconi).[273] Em outras palavras, o Meesa, articulado a outros aparelhos privados de hegemonia empresarial, contratou uma consultoria para indicar os cortes de gastos com a educação pública regular, já em condições precárias, a fim de redirecionar os recursos para o Programa Escola Viva. A consultoria *Integration*, por sua vez, ficou incumbida de buscar a potencialização da expansão das unidades aderentes ao "Escola Viva".[274]

Essas empresas de consultoria são especializadas em gestão e finanças empresariais. Assim, observa-se a direção do aparelho estatal nos moldes da gestão empresarial, isto é, comprometida exclusivamente com os resultados financeiros e sob o enfoque do mercado, a despeito das necessidades concretas das comunidades onde as escolas estão inseridas. Ao operar sob essa orientação, o fechamento de escolas do campo e as distâncias percorridas pelos estudantes camponeses passam a ser tratadas apenas como saldo positivo na balança dos cortes, as turmas de ensino médio noturnas (regular e EJA) são apenas gastos demasiados, desconsiderando a realidade do jovem trabalhador.[275] A educação é deslocada da esfera do direito social básico para a esfera dos balancetes financeiros, nos quais o saldo deveria ser positivo a fim de atender aos anseios das frações empresariais via Programa Escola Viva.

No caso da Sedu, nota-se que as competências (item 2.2) estabelecidas no Termo de Cooperação (Quadro 15) são todas coadjuvantes, pois não há o envolvimento dos técnicos da Sedu, nem dos gestores (secretaria, subsecretaria e gerências) na participação da construção do modelo pedagógico e de gestão, que deveria ser uma incumbência específica do órgão de Estado, em conjunto com a comunidade escolar (além de ser desejável contar com os programas de universidades públicas que pesquisam educação). Assim, enquanto os aparelhos privados criaram, planejaram e executaram a implementação das metodologias, à Sedu coube o

---

[273] A empresa Falconi atua prestando consultoria para diversos segmentos, em escala global. Na educação, já prestou consultoria para estados (ES, MA, MG, PE, RJ e SP) e municípios (Rio de Janeiro e Salvador). (Disponível em: https://falconi.com/segmento/educacao/. Acesso em: 13 fev. 2025).

[274] Não encontramos informações sobre a consultoria na página oficial da empresa de consultoria *Integration*. Tal empresa atua em vários segmentos em vários países e tem em sua cartela os seguintes clientes na área da educação: Anhanguera; Cogna; Cultura Inglesa; Ediouro; Editora Ática; Editora Spicione; Fidi; FTD Educação; Fundação R.W.Johhson; Grupo Abril; Insper; Instituto Ayrton Senna; Instituto Natura; Instituto Sonho Grande; Instituto Tênis; iPad; ismart-01; Kroton; Macmillian Education; e Somos Educação (Disponível em: https://integrationconsulting.com/en/industries/education/. Acesso em: 13 fev. 2025).

[275] "Após extinguir 500 turmas, Hartung segue cartilha de Alckmin e inicia fechamento de escolas" (Disponível em: https://www.sindipublicos.com.br/apos-extinguir-500-turmas-hartung-segue-cartilha-de-alckmin-e-inicia-fechamento-de-escolas/. Acesso em: 14 fev. 2025); "Hartung ameaça o futuro da juventude ao fechar escolas e o ensino médio noturno" (Disponível em: https://www.seculodiario.com.br/educacao/hartung-ameaca-o-futuro-da-juventude-ao-fechar-escolas-e-o-ensino-medio-noturno/. Acesso em: 14 fev. 2025).

acompanhamento, a aprovação de materiais criados por terceiros e a utilização do modelo indicado pelo Meesa. Mesmo que o item 2.2.1 tenha designado um coordenador da Sedu para o Programa Escola Viva,[276] para a efetivação do trabalho, em comum acordo com os demais partícipes, a composição do Comitê era desigual, visto que a maioria era composta pelos aparelhos privados de hegemonia empresarial.

Quadro 15 - Competências da Sedu estabelecidas pelo Termo de Cooperação Técnica nº 12/2015

2.1 COMPETE À SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO	
2.2.1	Designar o coordenador do **Programa de Escolas Estaduais de Ensino Médio em Turno Único** [Escola Viva] que atuará em comum acordo com os representantes dos demais partícipes;
2.2.2	Criar um Comitê de acompanhamento do Programa com a participação de representantes do **Governo do Estado, Movimento Empresarial Espírito Santo, Empresas Apoiadoras e Consultoria Contratada** para a execução do **Programa [...]**;
2.2.3	Aprovar tecnicamente os produtos elaborados pela Consultoria Contratada;
2.2.4	Utilizar e garantir que o **modelo pedagógico e de gestão** sejam utilizados para os fins específicos motivadores do presente Termo de Cooperação Técnica.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025), a partir do Termo de Cooperação Técnica nº 12/2015 (grifos do autor).

No Anexo 1 do Termo de Cooperação Técnica nº 12 (2015, p. 6, grifo nosso), constava um Plano de Trabalho Programa de Escolas Estaduais de Ensino Médio em Turno Único "Escola Viva" desenvolvido pela Sedu e pelo Meesa. Na apresentação desse Plano de Trabalho, indicava-se que o processo de implementação do Programa Escola Viva "[...] contará com o apoio de uma empresa de consultoria, a qual **tem como propósito fazer para influir**, por meio de seu modelo pedagógico, de gestão e avaliação diagnóstica, **para a transformação de políticas públicas**".

Como se pode notar, o modelo de política pública imerso na lógica privatista, que caracterizou a implementação do Programa Escola Viva, ganha contornos mais sistematizados na educação pública estadual nesse terceiro governo Hartung. Isso só foi possível em

[276] A primeira coordenadora do Escola Viva foi Flávia Nascimento Ribeiro (2015-2017). Flávia é graduada em Pedagogia (Ufes) e em Ciências biológicas (Universidade Metropolitana de Santo), possui mestrado e doutorado em Educação (Ufes). Foi pedagoga da rede estadual do ES entre os anos de 2010 a 2017, sendo os dois últimos anos de atuação na Gerência e Coordenação do Programa Escola Viva (Sedu-ES). Em 2017, Flávia foi aprovada em concurso para professora do Ifes (Disponível em: https://integra.ifes.edu.br/p/flavia-nascimento-ribeiro. Acesso em: 16 fev. 2025). Com isso, a Coordenação do Programa Escola em Tempo Integral ficou sob a incumbência de Elaine Cristina Rossi Pavani, entre 2017 a 2019. Elaine é formada em geografia pela Ufes (licenciatura e bacharel), mestrado em Ensino de Matemática e Ciências (Ifes), mestrado em Geografia (Ufes) e doutorado em Geografia (Ufes). Foi Coordenadora Executiva do Mestrado em Ciências Contábeis e Administração, com atuação em Gestão Escolar na Fucape Businnes School (2019-2022). Desde 2022, atua como professora e pesquisadora do Departamento de Políticas Públicas e Gestão Escolar da FGV e acompanha o Comitê de Educação do Inspira-ES, iniciativa do Instituto Fucape. (Disponível em: http://lattes.cnpq.br/0719281154060763. Acesso em: 16 fev. 2025).

decorrência da plena subordinação da Sedu ao Meesa, conforme expresso na apresentação do Plano de Trabalho: "O presente projeto de cooperação técnica é fruto de um alinhamento entre a **Secretaria de Estado da Educação** e o **Movimento Empresarial do Espírito Santo [em Ação]**" (Espírito Santo, 2015, p. 6, grifo do autor).

O suposto alinhamento, na verdade, é resultado da constituição de um bloco no poder que congrega frações do empresariado e os seus prepostos, posicionados nos domínios da complexa rede de trincheiras que constituem a sociedade civil e os intelectuais orgânicos do capital que exercem funções diretivas e administrativas no seio do aparelho governamental. Articula-se, dialeticamente, consenso e coerção para obter êxito nos projetos de classe, sob uma aparência de projeto em prol do bem comum.

Nesse sentido, na apresentação do Plano de Trabalho, foi destacado que "[...] o **Programa Escola Viva** está inserido na carteira de Projetos Estruturantes do Governo do Estado do Espírito Santo como prioridade de ação de 2015-2018, alinhada à diretrizes do Plano de Desenvolvimento do Espírito Santo 2030" (Espírito Santo, 2015, p. 6, grifo do autor). Assim, todos os esforços foram empreendidos pelo Estado Integral para atender as metas e os anseios classistas estabelecidos no ES 2030.

A metodologia descrita no Plano de Trabalho revela a ausência de autonomia dos servidores, técnicos da Sedu, no processo de implemento do Programa Escola Viva, visto que "As ações [...] realizadas pela Sedu serão subsidiadas pela empresa de consultoria, a partir de materiais disponibilizados, formações aos professores e equipe de gestores das escolas onde será implantado o Programa Escola Viva" (Espírito Santo, 2015, p. 9). Assim, compondo um ciclo de três anos em cada escola implantada, a empresa contratada para prestar consultoria encerraria a sua participação, que envolvia a transferência de tecnologias pedagógicas e de gestão, formação e práticas laboratoriais e processo de nivelamento (Espírito Santo, 2018).

Diante do exposto, empreendemos esforços para conhecer brevemente os aparelhos privados de hegemonia responsáveis pela consultoria contratada pelo Meesa, bem como o modelo pedagógico adotado, a saber, a "Escola da Escolha".

4.3.4 O Instituto de Qualidade no Ensino (IQE)

O Instituto de Qualidade no Ensino (IQE) se autointitula como "[...] uma associação civil de caráter educacional e de assistência social, sem fins lucrativos" (IQE, 2017).[277] Criada em 1994, em São Paulo, o IQE é mantido com repasses de empresas privadas e de governos e tem como Missão institucional a pretensão de "[...] promover e desenvolver projetos educacionais que tem por objetivo a inclusão social através da melhoria da qualidade do ensino público básico" (IQE, 2017).

Além disso, segundo o IQE, a sua atuação tem o objetivo institucional de melhorar a eficiência do ensino nas escolas públicas. Para tal, promove a reestruturação das ferramentas de gestão e a capacitação do corpo diretivo da instituição e dos profissionais da secretaria de educação, avaliação dos estudantes e, sobretudo, requalificação e acompanhamento dos professores (IQE, 2017).

O IQE é gerido por um Conselho de Administração, o qual é composto por Marcos Magalhães (Presidente Executivo), Kei Ikeda e Juliana Zimmermann. Conta, ainda, com uma equipe pedagógica (2 supervisoras e 3 coordenadores), uma equipe de especialistas e formadores (9 integrantes), uma equipe "IQE Pernambuco", com 6 coordenadores, 1 supervisor, 2 assistentes de coordenação e 1 formadora (IQE, 2022).[278]

Em sua rede social profissional,[279] expressam com altivez os números de sua atuação e a sua área de impacto: abarcando 15.267 escolas públicas brasileiras, 3.145.558 estudantes e 132.985 educadores, desde 1994, nas cinco macrorregiões do território brasileiro.

Fazem parte do grupo dos mantenedores do IQE as seguintes empresas: Acripel Pharma; Alcoa Alumínio S/A; Amcham; Banco Santander; Colgate Palmolive; Construtora Queiroz Galvão; Editora Melhoramentos; EMS Sigma Pharma; Fundação dos Rotarianos de SP; Fundação Latino-Americana para Educação e Saúde Fundação Peter Von Siemens; Fundação Raul Furtado Bacellar; Gerdau S/A; Merck Sharp Dohme; Philips do Brasil; Wal-Mart Brasil; White Martins Gases Ind. do Nordeste S/A; e outras.[280]

---

[277] (Disponível em: https://web.archive.org/web/20171006232626/http://www.iqe.org.br/instituto/instituto.php. Acesso em: 16 fev. 2025).

[278] Utilizamos o recurso *Web Archive*, que identifica e disponibiliza páginas retiradas do ar. A última versão do endereço eletrônico disponível foi de 2022, com dados de 2018. A equipe e o Conselho coincidem com a formação de 2017, com dados do mesmo ano (Disponível em: https://web.archive.org/web/20220925115425/https://iqe.org.br/instituto/instituto.php. Acesso em: 16 fev. 2025).

[279] (Disponível em: https://www.linkedin.com/company/iqe-br/about/. Acesso em: 16 fev. 2025).

[280] (Disponível em: https://web.archive.org/web/20220924193422/https://iqe.org.br/parceiros/parceiros.php. Acesso em: 16 fev. 2015).

No Espírito Santo, a atuação do IQE foi integralmente mediada pelo Meesa, que o contratou para ofertar consultoria no processo de implemento de Escolas em Tempo Integral, tanto em Vitória, junto à rede municipal (Seme), quanto no Estado do Espírito Santo, junto à rede estadual (Sedu).

Dessa maneira, a relação entre o IQE, o Meesa, o Instituto Fucape de Tecnologias Sociais, o Instituto Natura e o ICE foi formalizada, em 2014, no processo de implementação de Escolas de Ensino em Tempo Integral (ETI) para os anos finais do município de Vitória. Em 2015, inicia-se, em janeiro, em atuação conjunta com o ICE, a formação dos formadores de Língua Portuguesa, Matemática e Ciências, que foram responsáveis pela formação dos professores atuantes nas ETI da cidade de Vitória (ES).

Em entre julho e agosto do mesmo ano (2015), ocorreu o procedimento de implementação de processos avaliativos e orientação para o apoio à aprendizagem para os alunos da primeira escola estadual do Ensino Médio em Tempo Integral, a CEEMTI São Pedro, localizada em Vitória, com a participação do IQE e do ICE.

Já no início do ano letivo de 2016, entre março e maio, o IQE iniciou a implementação de processos avaliativos em escolas de tempo integral, com aplicação das avaliações diagnósticas de aprendizagem nas escolas estaduais do Espírito Santo, dos anos finais do Ensino Fundamental e dos três anos do Ensino Médio (IQE, 2022).

Entendemos que o IQE atua como uma estrutura auxiliar técnica do ICE no processo de implementação da metodologia de gestão, avaliação e formação. A seguir, voltamo-nos para a apresentação do Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE), aparelho privado de hegemonia empresarial pernambucano com atuação nacional e que, mediados pelos Meesa, exerceu domínio sob o modelo de escolas em tempo integral no ES, desde 2015.

4.3.5 O Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE)

O Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE) é uma organização privada, criada em 2003, em Pernambuco, e que se autointitula sem fins lucrativos, com a pretensa disposição em trabalhar pela qualidade da educação pública do Brasil. Para tal, o ICE atua diretamente no ensino médio e anos finais do ensino fundamental por meio dos seus parceiros técnicos IQE e Instituto Alfa e Beto (IAB).[281] Por meio do fomento da mobilização da sociedade

[281] O IAB não atua mais como parceiro técnico do ICE. Em 2025, em sua página oficial, o ICE aponta o WorldFund (STEM – Brasil) como parceiro técnico ao lado do IQE. Segundo a descrição do endereço eletrônico: "O STEM – Brasil é uma entidade privada sem fins econômicos, subsidiária do World Fund for Education com sede em

e, em específico, da classe empresarial, o ICE produz metodologias educacionais replicáveis em conteúdo, método e modelo de gestão, recorrendo a relações entre o poder público e instituições privadas, sempre sobre a inspiração da ética da corresponsabilidade (ICE, 2016a).[282]

Conforme é indicado em sua rede social profissional,[283] o ICE atua nas cinco macrorregiões do Brasil e, desde a sua criação, já atuou em 5.548 escolas públicas brasileiras do Ensino Fundamental e Médio, impactando a vida de 978.721 estudantes e a formação de 120.400 educadores (Mapa 2).

Figura 2 - Mapa de atuação do ICE



Fonte: ICE (2025).

A missão institucional propagada pelo ICE se fundamenta na pretensa promoção da melhoria da qualidade da educação básica pública, mediante a criação e aplicação de inovações em conteúdo, método e gestão. Assim, apontam como referência de atuação "Uma causa: o

Nova York, fundada em 2002, que visa contribuir para a melhoria da qualidade da educação pública na América Latina, notadamente no ensino de Matemática, Ciências e Robótica. No Brasil atua em Escolas Públicas através da formação dos professores das áreas de Física, Química, Biologia e Matemática e a iniciação científica dos alunos através de práticas e vivências em laboratórios" (Disponível em: https://icebrasil.org.br/parcerias/. Acesso em: 16 fev. 2025).

[282] (Disponível em: https://web.archive.org/web/20160312220231/http://www.icebrasil.org.br/wordpress/index.php/instituto/o-que-e/. Acesso em: 16 fev. 2025).

[283] (Disponível em: https://www.linkedin.com/company/icebrasilorg/about/. Acesso em: 16 fev. 2025).

ensino público de qualidade; Uma marca: a corresponsabilidade; Um desafio: a criação de novos desenhos institucionais" (ICE, 2016b).

A criação desses novos desenhos institucionais está em total consonância com o arcabouço jurídico-burocrático instaurado, desde a década de 1990, e ampliado, nos anos 2000, no processo de contrarreforma do Estado sob a lógica do neoliberalismo de Terceira Via e construção de uma suposta *sociedade civil ativa*. Trata-se, como já analisamos em capítulo anterior, de uma nova estratégia de reocupação do aparato estatal por meio de aparelhos privados de hegemonia empresarial e um novo consenso privatista, envernizado com as ambiguidades e os eufemismos de expressões como participação, parcerias e corresponsabilidade etc.

No caso do ICE, essa lógica esteve presente mesmo desde antes de sua criação, pois este aparelho privado de hegemonia empresarial nasce da experiência do Ginásio Pernambuco, em Recife (PE), em 2000, quando o ex-aluno Marcos Magalhães, então presidente da Philips na América Latina, instigado pela deterioração do prédio histórico da escola, reuniu representantes de grandes empresas (ABN, Amro Bank, Chesf, Odebrecht e Philips) para recuperação estrutural daquele patrimônio histórico (ICE, 2015). A relação entre o empresariado e o governador à época, Jarbas Vasconcelos (PMDB),[284] foi umbilical e ultrapassou a intervenção na estrutura da escola, possibilitando o desenvolvimento do Programa de Desenvolvimento dos Centros de Ensino Experimental (Procentro) em 2002 (cf. Barbosa; Silva, 2022).

Segundo Barbosa e Silva (2022, p. 8), no governo Jarbas, "[...] a atuação dos setores empresariais no setor da educação em Pernambuco teve como referência o modelo de concessão da administração educacional ao setor privado, inspirado nas escolas *charters* estadunidenses". Segundo Marcos Magalhães (2008, p. 19), "Do ponto de vista institucional, o PROCENTRO surge de uma parceria entre o setor público e o setor privado, em regime de colaboração e co-responsabilidade".

Com isso, em 2003, o ICE é criado para ocupar o espaço de formulador de políticas e metodologias educacionais, ofertando um novo modelo de educação pública sob a ótica privatista. Mais que isso, "O setor privado, por meio do ICE, aporta uma filosofia de trabalho, uma proposta pedagógica, uma estratégia gerencial e de recursos para o cofinanciamento parcial de cada escola" (Magalhães, 2008, p. 20). Para construir a proposta pedagógica e institucional,

[284] Jarbas Vasconcelos governou o estado de Pernambuco de 1999 a 2006 e teve como seu vice-governador Mendonça Filho (PFL), que viria a se tornar o ministro da educação do governo Temer (2016-2018). O secretário da educação desse período do governo Jarbas foi Mozer Neves Ramos. Entre 2007 e 2010, Mozer foi presidente executivo do Todos Pela Educação (TPE).

contou com dois intelectuais orgânicos do capital, respectivamente: Antônio Carlos Gomes da Costa e Bruno Silveira, que conceberam a essência do modelo Escola da Escolha (ICE, 2023).

A estrutura interna do ICE tem como instância máxima o seu Conselho Supervisor, ocupado pelo seu presidente, Marcos Antônio Magalhães,[285] e pelos conselheiros André Regi[286] e Alberto Chinen[287]. O núcleo de direção do ICE é composto pela diretora executiva Liane Muniz, pela vice-presidente Juliana Zimmerman e pela diretora pedagógica Thereza Paes Barreto. A composição da equipe de operacionalização é bem robusta, composta por nove funcionários que atuam na administração, comunicação e finanças, seis supervisoras/consultoras pedagógicas, seis gerentes de projetos, cinco componentes da equipe de Ações Protagonistas, sete consultores de gestão e oito consultores pedagógicos.

Os "parceiros estratégicos" do ICE são o Instituto Natura, o Instituto Sonho Grande (ISG) e a Viven – Cidadãos para um Amanhã Melhor (desde 2019).[288] Compõe, ainda, a carteira de investidores do ICE, além do Instituto Natura e do ISG, os seguintes: Meesa; Itaú BBA; Fiat/Chrysler; Jeep; Trevo Tecnologia Socia; EMS; Instituto Cacau Show; e Instituto Conceição Moura.

Desde 2004, o ICE vem expandindo a sua zona de atuação. Além das inúmeras prefeituras que o ICE teve/tem entrada para conduzir o processo de implementação de escolas em tempo integral, como em várias cidades de Pernambuco e Ceará, em Itapevi (SP), no Rio

---

[285] "Engenheiro Elétrico formado pela Universidade Federal de Pernambuco com Pós-Graduação em Telecomunicações em Eindhoven (Holanda). Desenvolveu carreira profissional na *Royal Philips Electronics*, ingressando em 1971 e em 1997 assumiu a Presidência Executiva da Philips na América Latina. Em 2007 assumiu a Presidência do Conselho Consultivo da Philips na América Latina, terminando seu mandato em 2009. Fundou em 2003, o ICE – Instituto de Corresponsabilidade pela Educação – onde permanece como Presidente. Atua também como Presidente do IQE – Instituto de Qualidade no Ensino. Membro fundador do Movimento "Todos pela Educação" e Membro do Conselho Internacional do World Fund for Education" (Disponível em: https://icebrasil.org.br/staff_trusted/marcos-antonio-magalhaes/. Acesso em: 16 fev. 2025).

[286] "Recebeu o título de *Master of Arts* (M.A.) e o de *Doctor of Philosophy* (Ph.D.) em Ciência Política da *New School for Social Research* de Nova York, onde estudou como bolsista da CAPES. É Bacharel em Direito, Mestre em Ciência Política e Doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Foi Conselheiro Federal da OAB, representando Pernambuco e Secretário da Comissão Nacional de Estudos Constitucionais do Conselho Federal da OAB. É autor de vários livros e artigos. Foi vereador do Recife por dois mandatos, destacando-se pela fiscalização da rede pública escolar do Recife. É o criador da Plataforma Digital Raio x das Escolas. Recebeu a Medalha de Mérito Educacional Professor Paulo Freire, pelo Conselho Estadual de Educação de Pernambuco, em 2021". (Disponível em: https://icebrasil.org.br/staff_trusted/andre-regis/. Acesso em: 16 fev. 2025).

[287] Ex-gerente da Philips Brasil (1978-2008), "Engenheiro Industrial com especialização em Produção Industrial. Experiência profissional acumulada em 37 anos de atuação em funções operacionais e executivas em áreas de planejamento estratégico, desenvolvimento de novos negócios e coordenação de programas de qualidade e desenvolvimento/ capacitação de pessoas" (Disponível em: https://icebrasil.org.br/staff_trusted/fdfsfsd/. Acesso em: 16 fev. 2025).

[288] A Viven - Cidadãos para um Amanhã Melhor foi criada em 2019 no Brasil como braço da *High Resolves*, organização fundada em 2009 na Austrália e hoje já é presente em mais de 5 países. A Viven apoia a formação para a cidadania nas escolas (Disponível em: https://www.linkedin.com/company/viven/about/. Acesso em: 16 fev. 2025).

de Janeiro (RJ) e em Vitória (ES), a atuação do ICE também ocorre nas redes estaduais das cinco macrorregiões brasileiras, conforme podemos observar no Quadro 16.

Quadro 16 - Atuação do ICE no processo de implementação da metodologia de escolas em tempo integral.

ESTADO	NOME DO PROGRAMA	ANO
Acre	Escola Jovem	2017
Amapá	Escola do Novo Saber	2017
Amazonas	Escola Ativa	2020
Ceará	Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral	2016
Espírito Santo	Escola Viva	2015
Goiás	Novo Futuro	2012
Mato Grosso	Escola Plena	2017
Mato Grosso do Sul	Escola da Autoria	2016
Maranhão	Educa Mais	2017
Minas Gerais	Ensino Médio de Tempo Integral	2020*
Paraíba	Escola Cidadã Integral	2016
Paraná	Programa Paraná Integral	2023
Piauí	Escolas de Tempo Integral	2024*
Pernambuco	Escola de Tempo Integral	2006
Rio Grande do Norte	ProMédio	2017
Rondônia	Escola do Novo Tempo	2017
São Paulo	Programa Educação Integral	2012
Sergipe	Escola Educa +	2017
Tocantins	Escola Jovem Ação	2017

*Ano em que o estado adotou o modelo do ICE via consultoria, pois já havia escolas em tempo integral anteriormente.
Fonte: Elaborado pelo autor (2025), a partir de dados do ICE e das secretarias estaduais de educação.

Como se percebe, o ICE conseguiu progressivamente ampliar os seus domínios pelo território nacional, reocupando os espaços dos aparelhos estatais em vários entes federados e municípios. Não podemos deixar passar desapercebido que o aumento de estado aderentes ao modelo ICE ocorreu no período do governo Temer (2016-2018), no qual o ministro da Educação era Mendonça Filho (DEM, à época), ex-vice-governador de Pernambuco durante o contexto de nascimento e expansão inicial desse aparelho privado de hegemonia empresarial pernambucano. Assim, foram onze estados a mais que adotaram o modelo ICE sob o clima da contrarreforma do ensino médio (Lei nº 13.415/2017 que instituiu o Novo Ensino Médio) e do incentivo do MEC às escolas de tempo integral.[289] Tratamos, a seguir, de como se caracteriza o modelo pedagógico e de gestão do ICE contratado pelo Meesa e incorporado na educação pública capixaba.

[289] "Governo lança Novo Ensino Médio, com Escolas em Tempo Integral e nova proposta curricular" (Disponível em: http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=39571:proposta-preveflexibilizacao-e-r-1-5-bilhao-em-investimentos-em-escolas-de-tempo-integral. Acesso em: 17 fev. 2025).

4.3.6 O modelo Escola da Escolha

No prefácio do livro "A juventude brasileira ganha uma nova escola de ensino médio", Marcos Magalhães (2008, p. 6), presidente do ICE, faz uma breve análise do quadro da educação pública brasileira. Segundo o intelectual orgânico do empresariado, estávamos vivenciando, no ensino básico, "o apagão da educação pública" e que "[...] a escola pública brasileira está projetada para não funcionar".

Com essa constatação, Magalhães (2008, p. 8-9) indica as causas que levaram à "[...] catástrofe na educação", de acordo com a sua visão: **a governança** sem *accountability* (responsabilização); **as secretarias de educação**, em decorrência da falta de experiência gerencial, não necessariamente na área da educação (empresarial, por exemplo); **as faculdades de pedagogia**, crítica às resistências dos pedagogos à propostas exógenas à formação pedagógica das faculdades e ataque aos cursos de pedagogia; **os sindicatos e os professores**, o autor faz ataques à representação profissional e aos direitos conquistados (licenças, por exemplo) e evoca uma visão dualista do professorado, heróis e vilões; **a gestão escolar**, com a eleição de diretores e a indicação política, em contraponto à defesa da seleção de gestores escolares, do sistema de gestão PDCA (*Plan, Do, Check, Act*)[290] e dos mecanismos de premiação e punição dos professores; **as escolas**, pela ausência de infraestrutura adequada e de condições institucionais; **as avalições**, elogiadas por Magalhães, em especial o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), mas sem execução das ações exigidas pelos resultados avaliativos; **a corrupção**, "[...] a fraude recorrente no nosso sistema educacional: a cumplicidade professor/ aluno, ou seja, "'eu finjo que ensino, você finge que aprende e eu o aprovo'. Aprovar quem não aprendeu é tão desonesto quanto reprovar a quem não se ensinou" (Magalhães, 2008, p. 9); e **a sociedade**, em especial, as classes A e B por não terem enfrentado o problema da educação.

Realizado esse levantamento de causas, estava dada a largada para a elaboração do modelo de escola compatível com a perspectiva de classe. Considera-se, portanto, as seguintes premissas: responsabilização do corpo pedagógico e dos diretores pelo sucesso ou fracasso, desconsiderando aspectos sociais e estruturais das comunidades; inserção da lógica da gestão empresarial na educação, desde as secretarias de educação até a gestão das escolas; ênfase nas

[290] O Ciclo PDCA, também conhecido como Ciclo de *Deming* ou Ciclo de *Shewhart*, é uma metodologia de gestão de processos que visa a melhoria contínua. Desenvolvido por *Walter Shewhart* na década de 1930 e popularizado por *William Edwards Deming*, o ciclo é composto por quatro fases: *Plan* (Planejar), *Do* (Fazer), *Check* (Verificar) e *Act* (Agir) (Disponível em: https://blog.leverpro.com.br/post/ciclo-pdca-financas. Acesso em: 18 fev. 2025).

avaliações em larga escala, criando mecanismos de premiação e punição dos servidores e das escolas, que passam a competir entre si; ataque aos sindicatos e representações de classe; a romantização do trabalho docente, ao mesmo tempo em que ataca o professorado pelos maus resultados; e, sobretudo, a iniciativa do empresariado para assumir a direção desse novo modelo educacional.

Dessa maneira, dois intelectuais orgânicos do capital, indicados por Norberto Odebrecht,[291] foram os responsáveis pela concepção do modelo da Escola da Escolha: Bruno Silveira,[292] "[...] grande idealizador e arquiteto da nova institucionalidade da escola [...]" e Antônio Carlos Gomes da Costa,[293] "[...] idealizador do modelo pedagógico da escola nas suas dimensões de conteúdo e método [...]" (Magalhães, 2008, p. 11).

No 1º volume dos cadernos do ICE, apresenta-se um diagnóstico do caso educacional brasileiro, vinculando a escolaridade à empregabilidade. A partir daí, sugerem desafios a serem enfrentados, segundo os Cadernos do ICE: "a metacognição como processo formativo expressa por meio do autodidatismo (aprender a aprender); o didatismo (ensinar o ensinar); o construtivismo (conhecer o conhecer)" (ICE, 2019a, p. 33).

De acordo com o ICE (2019a), o processo de globalização e a emergência de uma imaginada sociedade do conhecimento trouxe mudanças significativas em todas as dimensões da vida humana, principalmente na educação e no mundo do trabalho. Segundo o ICE (2019a, p. 35), "O conceito de emprego está sendo substituído pelo de trabalho autônomo, à distância, sem vínculos, realizado em casa ou 'home office'". Nesta visão, "[...] o trabalhador deverá ser sujeito [...] preparado para agir e se adaptar rapidamente às mudanças dessa nova sociedade" (ICE, 2019, p. 35).

---

[291] Engenheiro e empresário, fundador do Grupo Odebrecht, um dos parceiros do ICE.

[292] Bruno Luiz Ribeiro da Silveira (1936-2006), formado em direito no Rio de Janeiro (1965), pós-graduado em Havard, criador do Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), em 1967, uma Empresa Pública vinculada ao Ministério do Planejamento e secretário da Educação Física e Desportos, vinculada ao MEC (1985-1987). Em seguida, tornou-se vice-presidente da Fundação Emílio Odebrecht, instituição na qual desenvolveu projetos de empreendedorismo juvenil (Disponível em: https://cev.org.br/biblioteca/bruno-silveira-1939-2006-um-cidadao-estadista/. Acesso em: 18 fev. 2025).

[293] Antônio Carlos Gomes da Costa (1946-2011), formado em pedagogia, foi um dos redatores do Estatuto da Criança e do Adolescente (Ecriad), presidiu a Febem de Minas Gerais entre 1983 e 1985. Ao longo do tempo, tornou-se dirigente e técnico de políticas públicas para a infância e juventude, tendo experiência em diferentes órgãos governamentais e não governamentais. Foi oficial de projetos do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e representou o Brasil no Comitê dos Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas (ONU) em Genebra (Suíça). Colaborou, inclusive, na criação da Convenção Internacional dos Direitos da Criança. Em 2006, criou com a sua esposa a Fundação Antonio Carlos e Maria José Gomes da Costa (FAMJ) (Disponível em: https://www.fundacaotelefonicavivo.org.br/noticias/antonio-carlos-gomes-da-costa-eca/. Acesso em: 18 fev. 2025).

Nesse sentido, emerge o ideal de **empregabilidade**, vinculado à qualificação individual, no qual "As competências técnicas deverão estar associadas à capacidade de decisão, de adaptação a novas situações, de comunicação oral e escrita, de trabalho em equipe". Assim, os desafios da escola "[...] da pós-modernidade consistem em preparar os indivíduos para a **transitoriedade** de todos os aspectos da vida, onde surge a necessidade da atualização constante e o desenvolvimento pleno de todas as potencialidades" (ICE, 2019a, p. 35, grifo nosso).

Portanto, o modelo da Escola da Escolha quer tornar esses desafios possíveis, colocando-os como tarefa das frações de classe dominantes, como se a sua realização fosse do interesse de toda sociedade. Por esse prisma, advogam um mundo indiferenciado,[294] esvaziado de sua historicidade e dos conflitos de classe, em que o trabalhador deve se adaptar passivamente às dinâmicas da reestruturação produtiva e da crise orgânica do capital.

Embalado sob essas premissas neoliberais, em síntese, o modelo pedagógico da Escola da Escolha fundamenta-se nos seguintes princípios (ICE, 2019a): foco na construção do **projeto de vida** do estudante [o qual trata o sujeito como empreendedor de si]; **ética da corresponsabilidade** [com a subjacente justificativa para atuação empresarial na educação pública]; **gestão e pedagogia integradas** [combinando metodologias ativas com princípios de gestão empresarial]; **inclusão e desenvolvimento integral**, com ênfase no aprendizado socioafetivo e cultural [implicando no processo de aceitação e apassivamento dos discentes para o processo de coesão social].

Os princípios educativos da "Escola da Escolha" apresentados são: **o protagonismo**; **os quatros pilares da educação** (aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a conviver; e aprender a ser); **a educação interdimensional** (ideal de desenvolvimento "pleno"); e a **Pedagogia da Presença** (atuação de forças afirmativas e impulsionadoras, de atenção e diálogo com intensa escuta do outro e de si próprio; capacidade do educador se fazer presente na vida do educando [tutoria]); **a experimentação** do e sobre o mundo é que se aprende (inspiração em Dewey) (ICE, 2019b).

Portanto, o modelo da Escola da Escolha combina os "Quatro pilares da educação", proposição contida no Relatório Jacques Delors da Unesco, com a Pedagogia das Competências

[294] Na página 35 do 1º volume dos cadernos do ICE (2019a), são apresentadas indicações de leituras que serviram de referência para a elaboração sobre o "pós-moderno". Então, fica explícita a confluência teórica subjacente ao modelo Escola da Escolha, vinculada às correntes pós-modernas. São elas: BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003; GASTALDI, Ítalo. **Educar e Evangelizar na Pós-Modernidade**. S. Paulo: Editora Salesiana Dom Bosco, 1994; GIDDENS, Anthony. **The Consequences of Modernity**, Cambridge: Polity Press, 1990; KUMAR, K. **Da sociedades pós-industrial à pós-moderna**: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997; LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

(Perrenoud, 2000) que, amparadas pelo Paradigma do Desenvolvimento Humano (Armatya Sen), os "Códigos da Modernidade", concebidos por Bernardo Toro[295] e o ideal de "Mega-habilidades", proposto por Dorothy Rich[296] (ICE, 2019b), sustenta um modelo de formação instrumental voltado ao treinamento de força de trabalho e ajustado à lógica neoliberal da empregabilidade. Tal modelo emerge com a finalidade de ajustar o pensar ao ser, a superestrutura à estrutura, isto é, ajustar a concepção de mundo e os processos de treinamento da força de trabalho às dinâmicas da reestruturação produtiva do capitalismo contemporâneo, para a conformação de remodelamento do bloco histórico.

Ademais, a concepção do modelo educacional construído pelo ICE é operacionalizada por uma estratégia fundamental: a ampliação do tempo de permanência de toda comunidade escolar (equipe gestora, professores, corpo técnico-administrativo e estudantes). Com essa estratégica, desenvolve-se um projeto escolar a partir da seguinte sequência: a concepção dos Princípios Educativos e Eixos Formativos (projeto escolar); a concepção da prática pedagógica materializada pelo currículo orientado por metodologias e práticas educativas (concepção do currículo); e a indicação da ampliação da jornada escolar para operar o currículo (definição de estratégias) (ICE, 2023).

Nesse contexto, o currículo deve ser integrado tanto por componentes curriculares da Base Nacional Comum Curricular, quanto da parte diversificada, que são aplicadas ao longo do período estendido. Nesta parte diversificada, os estudantes vivenciam as metodologias da Escola da Escolha. Integra a parte diversificada os seguintes componentes: Projeto de Vida; Eletivas de Itinerário Formativo; Eletivas Pré-Itinerário Formativo; Eletivas da Base; Tutoria; Projeto de Corresponsabilidade Social; Estudo Orientado; Pós-Médio – Um Mundo de Possibilidades; Práticas Experimentais; Pensamento Científico; e Protagonismo (ICE, 2023).

No caso do Programa de Educação em Tempo Integral em Turno Único "Escola Viva", o tempo de permanência dos estudantes foi ampliado para 9h e 30min, das 7h30min às 17h. Ao todo, os estudantes contavam com 9 aulas diárias (50 min cada), dois intervalos de 20min para

---

[295] Capacidades e competências mínimas para participação produtiva no século XXI: domínio da leitura e da escrita; capacidade de fazer cálculos e resolver problemas; capacidade de analisar, sintetizar e interpretar dados, fatos e situações; capacidade de compreender e atuar no seu entorno social; receber criticamente os meios de comunicação; capacidade de localizar, acessar e usar melhor a informação acumulada; capacidade de planejar, trabalhar e decidir em grupo (ICE, 2019b). Bibliografia utilizada pelo ICE: TORO, José Bernardo. **Códigos da Modernidade**: capacidades e competências mínimas para participação produtiva no século XXI. Tradução e adaptação de Antonio Carlos Gomes da Costa. Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, Porto Alegre, 1998.

[296] As Mega-Habilidades são: confiança; motivação; esforço; responsabilidade; iniciativa; perseverança; zelo; bom senso; solução de problemas; e trabalho em equipe (ICE, 2019b). Bibliografia utilizada pelo ICE: Rich, Dorothy. **Megaskills: os valores e as habilidades interiores para o sucesso na vida dos seus filhos.** São Paulo: Melhoramentos, 1996.

cada um dos dois recreios e um intervalo de 1h e 20min para o almoço. Semanalmente, eram 45 aulas divididas entre a Base Nacional Comum (Linguagens, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Matemática) e a parte diversificada (Projeto de Vida, Estudo Orientado, Protagonismo, Eletivas, Preparação Acadêmica/Mundo do Trabalho, Inglês e Espanhol) (Espírito Santo, 2015).

Outrossim, a Escola da Escolha do ICE conta com um modelo de gestão denominado de Tecnologia de Gestão Educacional (TGE). Trata-se de uma abordagem articulada entre gestão administrativa e pedagógica que tem como princípios os seguintes fundamentos: descentralização; delegação planejada; ciclo virtuoso; e liderança servidora. Esses fundamentos estão embebidos no ideal de corresponsabilidade entre os sujeitos que compõem a unidade escolar e lança mão do uso de ferramentas de gestão para o processo de alinhamento de estratégias e monitoramento de resultados, tais quais: Plano de Ação; Programas de Ação, Ciclo PDCA; e Guia de ensino e aprendizagem (ICE, 2019c).

Para efetivar o modelo de gestão TGE, a unidade escolar passa a ser organizada da seguinte maneira: Gestor (nome dado ao diretor/a), submetido à Secretaria de Educação e ao "investidor social"; o Coordenador Pedagógico (CP) e o Coordenador Administrativo-Financeiro (Casf), ambos subordinados ao Gestor que, juntos, compõem o trio gestor; a equipe pedagógica (docentes e pedagogos), comandados pelo CP; e a equipe da secretaria, sujeitos ao Casf (ICE, 2019c).

A evocada descentralização da gestão, na verdade, não quer dizer horizontalidade nas relações entre a equipe de trabalho escolar. Ao contrário, a hierarquia é reforçada, na medida em que o contato da equipe pedagógica com o diretor (gestor) passa a ser muito limitado.

Desse modo, seguindo padrões empresariais de gestão, a escola passa a ser gerida como uma pequena empresa que, por sua vez, precisa dar resultados quantitativos, tanto nas avaliações externas, quanto na eficiência da administração dos recursos financeiros. Caso isso não ocorra, os mecanismos de responsabilização (*accountability*) e punição são empreendidos pela secretaria de educação sob a direção dos aparelhos privados de hegemonia empresarial.

Importante salientar que a implantação desse modelo pedagógico e de gestão ocorre, segundo o ICE (2023), em um ciclo de três anos e obedece a seguinte sequência:

1. reconhecimento dos resultados do modelo da Escola da Escolha, por parte do governo, e convite para implantação do programa;
2. mobilização de parceiros privados para investir na implementação;
3. assinatura de convênio entre as partes (governo, investidores, ICE e parceiros);

4. realização de diagnósticos preliminares da rede e cálculo do Custo Aluno – Qualidade Inicial (QAQi);
5. articulação e comunicação com as comunidades e partes interessadas;
6. elaboração dos marcos legais necessários à implantação do programa;
7. elaboração do Plano de Ação pela secretaria de educação;
8. escolha das escolas piloto e preparação para o início letivo;
9. formações presenciais e EaD, acompanhamentos e monitoramento; desenvolvimento e acompanhamento do plano de expansão;
10. "passagem do bastão" do ICE para a secretaria de Educação;
11. certificação do programa.

A partir deste direcionamento, ainda são elencados alguns fatores críticos de sucesso, são eles: vontade política do governante; alinhamento e liderança do secretário de educação; parceria privada com corresponsabilidade; equipe da secretaria exclusivamente dedicada ao programa e reportando-se diretamente ao secretário; instituição de marcos legais para a criação do programa e suas consequências; criação de um modelo de governança para o acompanhamento do programa pelos parceiros (Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação, 2022).

Assim, os termos de cooperação técnica assinados entre o Meesa ou outros aparelhos privados de hegemonia empresarial e a secretaria de educação precisam considerar esses fatores críticos para garantir o pretenso sucesso da implementação e consolidação do programa na rede escolar pública.

Portanto, foi sob essa inspiração metodológica (pedagógica e de gestão) que o Meesa construiu as suas relações com o aparelho estatal e organizou a sua equipe interna de educação sob os auspícios do ICE. Este, por seu turno, recebia recursos financeiros e, em troca, prestava consultoria e formações às escolas públicas aderentes ao programa, ao mesmo tempo em que garantia a transferência da metodologia para o núcleo de educação do Meesa para o processo de difusão da sua metodologia voltada às Escolas em Tempo Integral.

Nesse ínterim, outras propostas foram incorporadas à carteira de projetos do Meesa e mudanças internas deram outros contornos para a atuação deste aparelho privado de hegemonia empresarial. Sobre isto, dedicaremos as próximas linhas.

4.4 TRIÊNIO 2016-2019: ORGANIZAÇÃO E PREPARAÇÃO DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO PARA A AMPLIAÇÃO DA ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA

O ano de 2016 marca o início de uma nova mesa-diretora do Meesa eleita para dirigir a organização pelo próximo triênio (2016-2019), com a seguinte composição: Aridelmo Teixeira (Fucape *Businnes School*) (até 2018), presidente da diretoria do Meesa; Luiz Wagner Chieppe (Grupo Águia Branca) e Nailson Dalla Bernadina (Sicoob), vice-presidentes institucionais; Paulo Wanick (ArcelorMittal), vice-presidente operacional. O Presidente do Conselho Deliberativo durante esse período foi Carlos Fernando Monteiro Lindenberg Neto (Rede Gazeta). Essa mudança não alterou a linha político-ideológica do aparelho privado de hegemonia empresarial.

A equipe interna do Meesa, no que lhe concerne, passou por alguns ajustes em relação ao período anterior (2013-2016). Observa-se a supressão do analista de projetos Gustavo de Muner, a promoção da estagiária Juliani Monteiro ao posto administrativo e das estagiárias Karoline Carvalho e Sophia Nardoto ao grupo de projetos, com os novos contratados Romero Sant'Ana e Daniele Ferreira Marques.

No período inicial da nova diretoria, os Projetos e Ações Prioritárias[297] do Meesa vinculados ao comitê de Capital Humano e Inclusão Social eram as seguintes: Coordenadores de Pais, JovemSer, Mapeamento de Coletivos Juvenis e Sistemas de Garantias e Direitos da Criança e do Adolescente, que já foram apresentados; e Compasso socioemocional; *Dreamshaper*; e Educação em Tempo Integral, que tratamos neste subcapítulo.

O programa Compasso Socioemocional[298] era apresentado pelo Meesa como uma proposta que atua no "[...] desenvolvimento socioemocional de estudantes, promovendo habilidades que fortalecem a capacidade dos alunos para aprender ter empatia, lidar com emoções e resolver problemas, focando na diminuição do fator de risco e aumentando o fator de proteção" (Meesa, 2016).

A partir dos anos de 2010, por iniciativa da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), documentos de organismos internacionais revitalizam, em sua agenda relativa a políticas educacionais, a noção de competência, fazendo-a abranger um rol de aspectos para além do conhecimento técnico e cognitivo. Nesse contexto, sugere-se a introdução das chamadas competências socioemocionais; em outros termos, essa atualização

---

[297] (Disponível em: https://web.archive.org/web/20160710155010/http://www.es-acao.org.br/index.php?id=/projetos_e_acoes_prioritarias_2016/index.php. Acesso em: 22 fev. 2025).

[298] Sobre esse projeto, não conseguimos levantar mais informações do que o que consta na página do Meesa de 2016. Entramos em contato com a empresa que oferece tal programa, no dia 25 de janeiro de 2025, mas o profissional que nos atendeu disse não ter encontrado registros de parceiras envolvendo o Meesa. (Disponível em: https://web.archive.org/web/20160915112427/http://www.es-acao.org.br/index.php?id=/projetos_e_acoes_prioritarias_2016/materia.php&cd_matia=3927. Acesso em: 22 fev. 2025).

"assenta-se no deslocamento de ênfase no domínio cognitivo para o 'socioemocional'" (Ramos; Magalhães, 2022, p. 462). Delineia-se, a partir daí, uma concepção de formação humana integral sob um viés empresarial.

Possivelmente o programa Compasso Socioemocional aparece para dar conta dessa revitalização da noção de competência. Contudo, o projeto não foi efetivado. Talvez porque a temática já estava contemplada no modelo pedagógico do ICE, adotado nas escolas de tempo integral, e no *Dreamshaper* (que veremos a seguir).

O Programa Educação Empreendedora (*Dreamshaper*), lançado em junho de 2016, não apenas foi implementado, como teve a sua atuação para além das escolas estaduais de tempo integral. A proposta do programa era oferecer uma ferramenta *on line* como base para o desenvolvimento de projetos via metodologia ativa da aprendizagem baseada em projetos. Com isso, criava-se uma trilha em que o estudante percorria, sob a ótica do empreendedorismo, com foco em desenvolver um pretenso protagonismo do aluno, a partir de uma ideia de negócio (planejamento, financiamento, marketing etc.).

A função do Meesa era de mediar a relação entre empresa e Estado e de potencializar e acompanhar as ações de formação de professores realizadas, inclusive presencialmente, pelos representantes do *Dreamshaper*. Este projeto era uma iniciativa da Ong Acredita Portugal e, no ES, atuou com o apoio do Meesa, da EDP Escelsa e do BNDES.

Segundo o Meesa,[299] em 2016, sete escolas regulares da rede estadual[300] e duas "Escolas Vivas" (Ceemit Joaquim Beato [Serra] e Ceemit São Pedro [Vitória]) receberiam o projeto. Tal informação é confirmada pelo endereço eletrônico da Sedu, o qual indica que a rede pública estadual adotou a plataforma digital *Dreamshaper* "[...] para promover o empreendedorismo e desenvolvimento de habilidades socioemocionais dos estudantes. As atividades abrangem dez escolas, atendendo, nesta primeira etapa, cerca de dois mil estudantes".[301] Além das sete indicadas pelo Meesa, a EEEM Fernando Duarte Rabelo (Vitória) também recebeu o programa naquele ano.

---

[299] (Disponível em: https://web.archive.org/web/20160915055241/http://www.es-acao.org.br/index.php?id=/projetos_e_acoes_prioritarias_2016/materia.php&cd_matia=3929. Acesso em: 22 fev. 2025).

[300] EEEM Mario Gurgel (Vila Velha); EEEM Padre Humberto Piacente (Vila Velha); EEEM Romulo Castello (Serra); EEEM Zaira Manhaes de Andrade (Cariacica); EEEM Aflordizio Carvalho da Silva (Vitória); EEEM Hildebrando Lucas (Vitória); e EEEM Gomes Cardim (Vitória).

[301] (Disponível em: https://sedu.es.gov.br/sedu-digit-l. Acesso em: 22 fev. 2025); (Disponível em: https://www.es.gov.br/Not%C3%ADcia/estudantes-vao-desenvolver-o-empreendedorismo-nas-escolas. Acesso em: 22 fev. 2025).

O Programa Educação Empreendedora, por meio da plataforma *Dreamshaper*, teve atuação no ES entre 2016 e 2019. Encontramos pouco material disponível sobre as ações do programa, sendo dois deles cronogramas de formações da Sedu de 2018[302] e 2019,[303] cada ano apresentava um momento formativo. Observamos, ainda, que a plataforma *Dreamshaper* também teria sido adotada pelas Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH)[304] e Secretaria Estadual das Mulheres (SESM)[305] incorporadas ao Programa Ocupação Social, no contexto do governo Hartung (2015-2018). Na verdade, tratou-se daquela mesma ação da Sedu, nas dez escolas, requentada pelas demais secretarias. Assim, embalado pela estratégia neoliberal de reduzir custos e evitar investimentos adicionais do aparato estatal em políticas públicas, o governo Hartung, como em um canto de sereia, vocalizava uma suposta ampliação de tais políticas, enquanto, na realidade, naufragavam rumo à deriva dos tubarões do capital, na medida em passavam a ser conduzidas pela via privatista.

Acrescenta-se a esses projetos prioritários para o Meesa o Mapa de Qualificação Profissional. Mesmo não estando sob a guarda do comitê de Capital Humano e Inclusão Social, a sua relação com a educação é inextinguível. Tal programa pertencente ao Comitê de Inserção Competitiva, inicialmente, foi projetado para ser um sistema de provisão de formação profissional no ES, por meio de um canal de comunicação entre os demandantes (empregadores) e os provedores (escolas). Segundo o Meesa, o projeto foi criado para superar o "'descasamento' entre o que é ofertado e o que é demandado" (Meesa, 2016)[306], por meio de um banco de dados envolvendo empresas, escolas e cidadãos.

As primeiras ações desenvolvidas foram: *workshop* no IJSN, envio de pedido de apoio à IBM, reuniões entre o Meesa, o IJSN, o Fórum de Entidades e Federações (FEF), a Secretaria da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional (Secti) e oficina de trabalho com as

---

[302] (Disponível em: https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/A%C3%A7%C3%B5es%20Formadoras%20do%20ano%20de%202018-1.pdf. Acesso em: 22 fev. 2025).

[303] (Disponível em: https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/FORMA%C3%87%C3%95ES%20CONCLU%C3%8DDAS%202019-1.pdf. Acesso em: 22 fev. 2025).

[304] (Disponível em: https://sedh.es.gov.br/educacao-empreendedora. Acesso em: 23 fev. 2025).

[305] (Disponível em: https://mulheres.es.gov.br/educacao-empreendedora. Acesso em: 23 fev. 2025).

[306] (Disponível em: https://web.archive.org/web/20170214165635/http://www.es-acao.org.br/index.php?id=/projetos_e_acoes_prioritarias_2016/materia.php&cd_matia=3966. Acesso em: 22 fev. 2025).

entidades do FEF.[307] Uma vez criada, a iniciativa teve o seu nome alterado para "Mapa da Educação Profissional" (MEP) e esteve sob a coordenação do IJSN, sendo desenvolvido em conjunto com o Meesa e Secit, por intermédio do Centro Técnico Criativo (CTC) do Centro Estadual de Educação Técnica Vasco Coutinho.[308]

Os "parceiros" na implementação do MEP foram os seguintes: o Meesa, a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Espírito Santo (Faes), o Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), o Sistema da Federação das Indústrias do Espírito Santo (Findes), o Sindicato das Empresas Particulares de Ensino do Espírito Santo (Sinepe-ES), o Fórum de Entidades e Federações (FEF), a Federação do Comércio do Espírito Santo (Fecomercio), a Federação das Empresas de Transportes do Espírito Santo (Fetransportes), o Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Espírito Santo (Prodest) e o Governo do Estado do Espírito Santo.

O sistema MEP foi desenvolvido entre 2016 e 2017, lançado em janeiro de 2018[309] e ficou disponível em seu endereço eletrônico até o fim daquele ano,[310] com a disponibilização de um mapa interativo que revelava os dados de demandas, conforme já mencionado. No entanto, não há registros de outras informações sobre o MEP, o que nos leva a crer que não houve apoio suficiente para a sua continuidade. Isso provavelmente se deve às diferenças na condução da educação profissionalizante e técnica entre o governo Paulo Hartung (PMDB) e o governo subsequente, chefiado pelo pessebista Renato Casagrande (2019-2022) (cf. nota 235).

Cabe destacar que o sistema MEP colocava em relevo algumas contradições, a exemplo da incongruência entre os interesses corporativos das escolas privadas em angariar fundo público com a ampliação do "Bolsa Sedu" e a demanda real pelo fortalecimento de uma rede pública estadual de educação profissional e técnica. Além disso, é revelador que a criação do mapa interativo tenha sido efetivada pelo Centro Técnico Criativo do CEET Vasco Coutinho,

---

[307] Formado pelo ES em Ação e pelas federações da Agricultura e Pecuária (Faes), do Comércio de Bens e Serviços (Fecomércio), dos Transportes (Fetransportes) e das Indústrias (Findes) (Disponível em: https://findes.com.br/tag/fef/. Acesso em: 22 fev. 2025).

[308] Endereço eletrônico do Centro Técnico Criativo (Disponível em: https://ctcriativo.wordpress.com/projetos/mapa-de-educacao-profissional/. Acesso em: 22 fev. 2025).

[309] Publicação da rede social do Meesa informa que a apresentação do MEP ocorreu no dia 30 de janeiro de 2018 (Disponível em: https://www.facebook.com/share/p/1Cb75cmrag/. Acesso em: 3 mar. 2025).

[310] O endereço eletrônico não está mais disponível. Contudo, conseguimos acessá-lo através do web.arquive.org, um site que busca páginas desativadas, deixando-as acessíveis (Disponível em: https://web.archive.org/web/20190113082040/http://mapaeducacaoprofissional.com.br/. Acesso em: 22 fev. 2025).

uma escola da rede pública estadual, e não pelas escolas profissionalizantes privadas vinculadas ao Sinepe ou ao Sistema S.

Antes de avançarmos, é imprescindível que parênteses sejam abertos para tratar do Pacto pela Aprendizagem no Espírito Santo (Paes). Mesmo não aparecendo como ação prioritária nos documentos do Meesa deste período (2016-2019), a relevância desse programa para o futuro do aparelho privado de hegemonia do empresariado capixaba será notável.

Inspirado no Programa de Alfabetização da Idade Certa (Mais Paic), realizado pelo governo do Ceará,[311] o Paes foi lançado pelo governo do Espírito Santo e Sedu em cerimônia realizada no dia 19 de janeiro de 2017. No ano anterior ao lançamento, em 2016, Haroldo Corrêa Rocha, economista e secretário de Estado da Educação, fez uma visita com uma comitiva ao estado do Ceará, com o intuito de conhecer o programa. Conforme seu relato, o intuito foi conhecer a experiência cearense de perto: a "[...] inspiração veio de lá. Esse pacto que vamos fazer, é colaboração, é uma construção colaborativa. Temos que formar uma grande rede pela aprendizagem no Estado do Espírito Santo. Com método e organização é possível melhorar o ensino no nosso estado" (Haroldo Corrêa Rocha, 2017).[312]

No dia 23 de janeiro de 2017, é publicado no Diário Oficial do ES[313] o resumo do Termo de Cooperação Técnica Nº 003/2017 entre o Governo do Estado do Ceará (Concedente), por intermédio da Secretaria de Estado da Educação e o Governo do Estado do Espírito Santo (Convenente), por meio da Secretaria de Estado da Educação, com a vigência de dois anos e o objetivo da implantação do "Pacto pela Aprendizagem no Espírito Santo".

Uma vez firmada a relação, o governo Hartung (MDB) promulgou a Lei nº 10.631, de 28 de março de 2017,[314] que instituiu o Pacto pela Aprendizagem no Espírito Santo, com o objetivo de viabilizar e fomentar o regime de colaboração entre a rede estadual e as redes municipais de ensino voltadas ao fortalecimento da aprendizagem e a melhoria dos indicadores educacionais nas duas primeiras etapas da educação básica.

---

[311] "Educação: Espírito Santo reproduz modelo de sucesso do Ceará e assina termo de cooperação" (Disponível em: https://www.ceara.gov.br/2017/01/19/educacao-espirito-santo-reproduz-modelo-de-sucesso-do-ceara-e-assina-termo-de-cooperacao/. Acesso em: 3 mar. 2025).

[312] "Pacto pela Aprendizagem no Espírito Santo" reúne Estado e municípios em prol da melhoria da educação capixaba (Disponível em: https://www.es.gov.br/Noticia/pacto-pela-aprendizagem-no-espirito-santo-reune-estado-e-municipios-em-prol-da-melhoria-da-educacao-capixaba. Acesso em: 3 mar. 2025).

[313] Aguardando resposta do portal transparência para ter acesso aos documentos completos (Disponível em: https://ioes.dio.es.gov.br/portal/edicoes/download/3674. Acesso em: 3 mar. 2025).

[314] (Disponível em: https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEI106312017.html. Acesso em: 3 mar. 2025).

Estruturado em três áreas de colaboração (Gestão, Fortalecimento da Aprendizagem e Planejamento e Suporte), a Lei autoriza à Sedu (Art. 3º) "[...] firmar acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios capixabas, com instituições de ensino superior públicas, privadas e fundacionais, organizações da sociedade civil e outros entes federativos" (Espírito Santo, 2017), com a pretensão de maior agilidade e eficiência das atividades desenvolvidas no escopo do programa.

Nesse compasso, em dezembro de 2017, foi promulgada a Lei nº 10.787 que estabeleceu o Fundo Estadual de Apoio à Ampliação e Melhoria das Condições de Oferta da Educação Infantil no Espírito Santo (Funpaes).[315] Tal lei, regulamentada pelo Decreto 4.217-R de 8 de fevereiro de 2018,[316] previa que a constituição dos recursos do Funpaes viria de dotações consignadas no orçamento público, mas também de doações, auxílios, subvenções e outras contribuições de pessoas físicas ou jurídicas, bem como entidades e organizações públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, além de recursos provenientes de financiamentos ou repasses de agências financeiras nacionais ou internacionais, como o BID. Este último disponibilizou R$ 200.000.000,00 por meio de financiamento, conforme informado no Diário Oficial do dia 29 de março de 2017.[317]

De acordo com o "Relatório Final de Sistematização do Pacto pela Aprendizagem no Espírito Santo", no âmbito da consultoria para Sistematização do Pacto pela Aprendizagem do Espírito Santo (Paes), solicitada pela Fundação Itaú Social, integrante do Movimento Colabora Educação (MCE),[318] "[...] o desenho e concepção do pacto contaram com cooperações técnicas com a Secretaria de Educação do Estado do Ceará e com o Instituto Natura, além do apoio de diversas organizações da Sociedade Civil e organismos multilaterais (Hoogerbrugge, 2018, p. 17).

Aos chamados parceiros externos do Paes ficou a providência de parte das tarefas de distribuição de material didático, implementação de protocolos de avaliações e realização de

---

[315] (Disponível em: https://paes.sedu.es.gov.br/Media/PAES/PDF/Lei%2010.787%20-%20LEI%20FUNPAES%20-%202017-12-19%20.pdf. Acesso em: 3 mar. 2025).

[316] (Disponível em: https://leisestaduais.com.br/es/decreto-n-4217-2018-espirito-santo-regulamenta-o-fundo-estadual-de-apoio-a-ampliacao-e-melhoria-das-condicoes-de-oferta-da-educacao-infantil-no-espirito-santo-instituido-pela-lei-n-10787-de-19-de-dezembro-de-2017. Acesso em: 3 mar. 2025).

[317] (Disponível em: https://ioes.dio.es.gov.br/apifront/portal/edicoes/imagem_diario/3737/1/imagem. Acesso em: 5 mar. 2025).

[318] O Movimento Colabora Educação (MCE) era composto organicamente pelo BID e pelos seguintes aparelhos privados de hegemonia: Fundação Lemann; Fundação Itaú Social; Instituto Ayrton Senna, Instituto Conceição Moura; Instituto Natura; Instituto Positivo; Instituto Unibanco; e Todos pela Educação (TPE) (Rodrigues, 2020). Suas atividades finalizarem em 2023.

reorganização da rede (Hoogerbrugge, 2018). De acordo com Machado (2021), o Pacto pela Aprendizagem no Espírito Santo (Paes) foi lançado por meio de relações entre seis instituições, quais sejam: o Meesa, o Instituto Natura (IN),[319] o Instituto Unibanco (IU), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Instituto Ayrton Senna (IAS) e o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE).

Portanto, abre-se, com o Paes e o Funpaes, um mar de oportunidades para os tubarões do capital atuarem na educação pública capixaba. Ao conceber um desenho extraorçamentário de financiamento do programa, isto é, um arranjo financeiro envolvendo fundos privados, o empresariado assegura a sua participação como conceptor do programa e conduz o aparelho de Estado à manutenção das medidas neoliberais austeridade fiscal, sem contar a garantia de participação do mercado educacional e dos possíveis ganhos com benesses ficais.

A adoção desse programa também não ocorreu sem críticas. Em 13 de julho de 2018, a Associação dos Docentes da Universidade federal do Espírito Santo (Adufes) tornou público o "Manifesto dos Capixabas à Sociedade Brasileira contra a Mercantilização da Educação", assinado por escolas, associações, sindicatos, coletivos, movimentos sociais, núcleos e grupos de estudos,[320] os quais expressavam a indignação contra as políticas privatistas efetuadas pela Sedu e denunciava a diretriz adotada pelo governo de silenciamento dos professores, movimentos sociais, associações científicas e o que vinha sendo produzido pela Universidade. Sobre o Paes, a manifestação denunciava o modelo autoritário do governo estadual, pela imposição de materiais didáticos e conteúdos verticalizados.

O Meesa teve uma atuação mais de articulação neste início, vinculada ao apoio institucional. Em entrevista, o presidente do Meesa, em 2021, Nailson Bernadina (Sicoob), ao expor a trajetória da organização na educação, ratifica isto ao dizer que, "Em 2017, apoiamos também a criação do PAES".[321] Isso ainda é confirmado pelo Coordenador do Paes da Sedu,

---

[319] Segundo Eduardo Malini, Coordenador do Paes (2017-2019), o Instituto Natura participou da estruturação do modelo de governança e do planejamento das ações, em conjunto com a Sedu. Haroldo Rocha indica que partiu da Sedu a busca por parceiros externos para aporte de consultoria e de metodologia (Cf. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ZS3yMkTmSWg. Acesso em: 3 mar. 2025); (Disponível em: https://www.institutonatura.org/instituto-natura-e-estruturacao-do-paes/. Acesso em: 3 mar. 2025).

[320] "Adufes assina Manifesto dos Capixabas à Sociedade Brasileira contra a Mercantilização da Educação" (Disponível em: https://wp.adufes.org.br/2018/06/adufes-assina-manifesto-dos-capixabas-a-sociedade-brasileira-contra-a-mercantilizacao-da-educacao/. Acesso em: 5 mar. 2025).

[321] Apresentação programa Aprende Valor Organizado por Sicoob ES e Meesa. Transmissão ao vivo 22 jun. de 2021(Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=s_0XcPhPo5Y. Acesso em: 3 mar. 2025).

Saulo Andreon (2021):[322] “O Espírito Santo adotou essa ação, o ES em Ação acompanhou esse movimento, em maio de 2017”.

É a partir daí que o Meesa busca se estruturar internamente para buscar ocupar mais espaço nas secretarias de educação, pois “a ordem do dia” era criar condições para a ampliação das Escolas em Tempo Integral. Ainda em 2017, ocorre uma mudança na identificação do “Comitê de Capital Humano e Inclusão Social” que passa a ser chamado de “Comitê de Educação”. Tal alteração corresponde às mudanças na atuação mais estruturada do Meesa relacionadas ao ponto principal do tópico “bases sociais” do ES 2030, a educação, e a ofensiva do movimento sobre educação pública. Assim, é realizada a primeira contratação de uma técnica pedagógica (especialistas em gestão), Ayone Sossai,[323] para compor a equipe interna de educação do Meesa.

Nessa nova formação, a coordenação do comitê “Educação” continuou nas mãos de Aridelmo Teixeira (Fucape *Businnes School*), diretor-presidente do Meesa, e a subcoordenação ficou no encargo de Maria Goretti Dalvi (Instituto Fucape de Tecnologias Sociais). Esse comitê foi composto também por conselheiras: Daniella Silva, Juliana Almeida (ArcelorMittal), Julieta Carriço, Luciana Simões (Vale), Sandra Helena Rosa Kwak (Sicoob), Sandra Martins de Oliveira (Fibria) e Vera Lúcia da Silva.[324]

Nota-se que tal comitê esteve sob o comando da fração ligada à Fucape *Businnes School* e ao IFTS. Contudo, em meados de 2018, as movimentações políticas dentro do governo Hartung interferiram na organização do comitê de Educação, tanto quanto na presidência da diretoria do Meesa. A sucessão de eventos começou quando, no dia 7 de junho de 2018, Paulo Hartung convocou a imprensa para anunciar a saída de Haroldo Corrêa Rocha da chefia da Sedu, em decorrência de um convite do ministro da Educação Rossieli Soares da Silva (2018)[325]

---

[322] Evento on line organizado pelo Meesa e Messes, que contou com a participação de Saulo Andreon (Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ixu7ONR3vcw. Acesso em: 3 mar. 2025).

[323] Contratada em março de 2017, Ayone Sossai é graduada em pedagogia pela Fundação Castelo Branco (1998-2001), fez MBA em Gestão de Pessoas no Centro Universitário do Espírito Santo (2013-2014). Atuou até 2020 como analista de projetos sênior, acompanhando e monitorando projetos e políticas públicas de educação. A partir de 2021, atua como consultora e supervisora educacional e, de acordo com as informações atualizadas do Meesa (2025), Ayone é responsável pela implementação das Escolas em Tempo Integral – ETI nos moldes da ‘Escola da Escolha’ no âmbito das Secretarias Municipais de Educação (Disponível em: https://www.linkedin.com/in/ayone-sossai-75083ab2/?originalSubdomain=br. Acesso em: 1 mar. 2025); (Disponível em: https://es-acao.org.br/conheca-o-es-em-acao/. Acesso em: 1 mar. 2025).

[324] Não conseguimos identificar o grupo/empresa que as conselheiras do Comitê de Educação Vera Lúcia da Silva, Julieta Carriço e Daniella Silva representam. Verificamos no Lattes, no Linkedin e nos documentos do Meesa, mas não obtivemos sucesso.

[325] Rossieli assumiu o MEC por indicação de Mendonça Filho (DEM), que saiu da pasta para a disputa do pleito de 2018 para o Senado Federal (não conseguiu se eleger).

para que Haroldo assumisse a Secretaria Executiva do MEC, bem como a sua substituição por Aridelmo Teixeira no comando da Sedu.[326]

O caráter de oficialidade da comunicação ganhou a primeira página do Diário Oficial do dia 8 de junho,[327] com a seguinte manchete: "Haroldo Rocha assume Secretaria Executiva do MEC: quem assume a Sedu é o professor Aridelmo Teixeira, que é doutor em Controladoria e Contabilidade e cofundador da Fucape" (Espírito Santo, 2018, p.1).

Nesta publicação, o governador Paulo Hartung (MDB) justificou a escolha para a substituição na Sedu: "[...] optamos pelo professor Aridelmo Teixeira que tem uma visão gerencial correta e, pela questão da implantação da Escola Viva, ele está integrado a equipe da Sedu e irá entrar jogando na equipe" (Espírito Santo, 2018, p. 1). Aridelmo Teixeira ratifica a sua relação e, consequentemente, do Meesa com o aparelho estatal: "Trabalhei desde o início da implantação do programa Escola Viva, no qual hoje eu dedico entre 40% e 50% do meu tempo com o programa. Vamos dar continuidade ao trabalho desenvolvido por aqui" (Espírito Santo, 2018, p. 1).

No entanto, no dia 20 de junho, Haroldo Rocha anuncia a sua desistência de assumir o secretariado do MEC.[328] As possíveis motivações para tal desistência nos levam a, pelo menos, duas vias complementares: a primeira, assumida oficialmente por Haroldo, de que a não aceitação estava relacionada à mudança do convite original, da Secretaria Executiva para a Secretaria Nacional de Ensino Superior, desvinculando-o da educação básica; a segunda, que não desconsidera a primeira, vinculada a uma articulação do DEM (atual União Brasil) e de altos escalões de Brasília, que teria impedido a concretização do primeiro convite feito ao preposto do empresariado capixaba, em virtude da manutenção da base de apoio ao governo

---

[326] Matéria publicada no G1 ES (Rede Gazeta) intitulada "Haroldo Rocha deixa Secretaria de Educação do ES e assume cargo no MEC: quem assume a Sedu agora é o professor Aridelmo Teixeira. Ele é doutor em Controladoria e Contabilidade e cofundador da Fucape Business School". Nota-se que o mesmo título foi utilizado no Diário Oficial no dia seguinte. Aparelho privado e aparelho estatal articulam-se de tal forma que, muitas vezes, fica difícil distingui-los, para fins didáticos (Disponível em: https://g1.globo.com/es/espirito-santo/noticia/haroldo-rocha-deixa-secretaria-de-educacao-do-es-e-assume-cargo-mec.ghtml. Acesso em: 24 fev. 2025).

[327] (Disponível em: https://ioes.dio.es.gov.br/portal/edicoes/download/4110. Acesso em: 24 fev. 2025).

[328] Matérias publicadas entre os dias 20 e 21 de junho de 2018 em diversos jornais locais, tais quais: "'Desistência' de Haroldo a convite do MEC pode ter o dedo do DEM" (Disponível em: https://www.seculodiario.com.br/politica/desistencia-de-haroldo-a-convite-do-mec-pode-ter-o-dedo-do-dem/. Acesso em: 24 fev. 2025); "Haroldo Rocha não vai mais para o governo Temer" (Disponível em: https://www.agazeta.com.br/es/gv/haroldo-rocha-nao-vai-mais-para-o-governo-temer-0618. Acesso em: 24 fev. 2025).

Temer. Corroboram para tal inferência o fato de o escolhido para a Secretaria Executiva do MEC ter sido Henrique Sartori de Almeida Prado, filiado ao DEM.[329]

Tanto a exoneração de Haroldo Rocha quanto a nomeação de Aridelmo Teixeira ainda não haviam sido publicadas, mas, mudanças importantes ocorreram a partir dessas movimentações.

Enquanto Haroldo Rocha voltava à chefia da Sedu, Aridelmo Teixeira, que se licenciara do Meesa, assumia, por pouco tempo, uma iniciativa nova, o Projeto Multiplicação da Escola em Tempo Integral, com o objetivo de construir uma unificação das redes estadual e municipais, a partir da metodologia já implantada.[330] No entanto, esse empreendimento foi interrompido por outro. Com o anúncio da desistência da reeleição feito por Paulo Hartung, em 9 de julho de 2018, Aridelmo iniciava um novo empreendimento político candidatando-se ao governo do estado pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB),[331] sob a bandeira da defesa do legado de Hartung (analisamos esta situação na contextualização do próximo capítulo). Naquela campanha, Aridelmo declarou um patrimônio de R$ 17,2 milhões de reais, dos quais se originou a principal receita para aquele pleito (R$ 648.226,00), representando 96,79% do total

---

[329] (Disponível em: https://www.campograndenews.com.br/politica/professor-da-ufgd-assume-a-secretaria-executiva-do-ministerio-da-educacao. Acesso em: 24 fev. 2025).

[330] Na matéria institucional do Meesa intitulada "Espírito Santo em Ação quer multiplicar a Escola em Tempo Integral", é anunciada a decisão de manutenção do licenciamento de Aridelmo, bem como o seu envolvimento de direção do "Projeto de Multiplicação da Escola em Tempo Integral". Aridelmo teria viajado à São Paulo para reunião com executivos do Instituto Sonho Grande e Instituto Natura para delinear o escopo do novo projeto e as etapas a serem cumpridas. Contudo, com a saída de Aridelmo Teixeira do Meesa, o projeto não decolou. Além dessa menção, encontramos outra datada em 7 de dezembro de 2018 que trata desse programa. A matéria institucional intitulada "Jovens se preparam para formar protagonistas em Escolas de Tempo Integral" indicava que oito estudantes participaram de um curso de Formação de Jovens Acolhedores, desenvolvido pelo ICE, na sede do Espírito Santo em Ação, em Vitória, com o objetivo de atuarem como voluntário nas escolas. Esses jovens formaram uma associação chamada de Gigantes Capixabas. Essa ação fez parte do Projeto Multiplicação da Escola de Tempo Integral, em que o núcleo de Educação do Espírito Santo em Ação tinha a pretensão de levar a metodologia da Escola da Escolha para os municípios capixabas. Ressaltamos que não encontramos mais nenhuma menção a esse projeto nos documentos analisados (Disponível em: https://web.archive.org/web/20180912152711/http://es-acao.org.br/imprensa/espirito-santo-em-acao-quer-multiplicar-a-escola-em-tempo-integral/. Acesso em: 4 mar. 2025); (Disponível em: https://web.archive.org/web/20190113090557/http://es-acao.org.br/imprensa/jovens-se-preparam-para-formar-protagonistas-em-escolas-de-tempo-integral/. Acesso em: 4 mar. 2019).

[331] Partido fundado por Getúlio Vargas, com inúmeras contradições ao longo de sua história. Se inicialmente, identificava-se com ideais trabalhistas, no seu contexto mais recente, sob a liderança de Roberto Jeferson, o partido esteve à frente do Ministério do Trabalho do governo Temer (Helton Yomura, PTB), que comandou uma ofensiva contra a classe trabalhadora, promovendo uma contrarreforma trabalhista (Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/yomura-foi-solucao-do-ptb-para-o-trabalho-apos-impasse-na-nomeacao-de-cristiane-brasil.ghtml. Acesso em: 25 fev. 2025). Lembramos, ainda, que no segundo turno das eleições presidenciais, o PTB declarou apoio ao candidato Jair Messias Bolsonaro (PSL) e, desde então, esteve na base da extrema-direita nacional (Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/ptb-anuncia-apoio-bolsonaro-no-segundo-turno. Acesso em: 25 fev. 2025).

arrecadado.[332] A coligação "Inovação com Competência" contou com a participação de uma fração pequena do MDB,[333] que não dispôs de recursos para a candidatura de Aridelmo Teixeira e da médica Jessica Polese (vice), ambos do PTB.

Nas eleições de 2018, Aridelmo Teixeira conquistou apenas 3,25% dos votos. Daí em diante, ocorreu seu envolvimento maior com o movimento neoconservador. Em outubro de 2018, como boa parte do empresariado capixaba e nacional, Aridelmo declarou apoio e fez campanha para Jair Bolsonaro no 2º turno da eleição presidencial.[334] Em dezembro do mesmo ano, anunciou a sua saída do PTB e se filiou ao partido Novo,[335] que apresentava diretrizes mais coerentes com as suas concepções político-econômicas e visão de mundo.

Isso é demonstrado em entrevista realizada para um podcast,[336] no qual o entrevistador pergunta: "Eu sei que vocês, lá no curso de economia, defendem muito a liberdade de mercado, o livre mercado, né, o pleno mercado. Então, eu te pergunto, Aridelmo: Escola Austríaca ou a Escola de Chicago? Qual das duas é a sua favorita?". O preposto do livre mercado, de imediato, responde: "Eu prefiro mais a [Escola] de Chicago". Portanto, como herdeiro dos *Chicago boy*, Aridelmo Teixeira se move para um maior alinhamento neoconservador, que coaduna liberdade

---

[332] O total arrecadado foi o valor de R$ 669.736,00. Outras duas doações foram feitas: o CEO da Fucape *Businnes School*, Valcemiro Nossa, que doou o valor de R$ 20.000,00 e Helder Carnielli (PTB), candidato à Ales, com a doação de R$ 700,00 (Disponível em: https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/SUDESTE/ES/2022802018/80000627604/2018/ES/prestacao/receitas. Acesso em: 25 fev. 2025). Lembramos que o contexto de financiamento de campanha para o pleito de 2018 impunha limites das doações de pessoas físicas (CPF) e proibia a doação por parte de pessoa jurídica (CNPJ), em função da reforma política aprovada com a Lei nº 13.488, de 6 de outubro de 2017.

[333] O esvaziamento da campanha de Aridelmo fica evidente quando se percebe que Rose de Freitas (Podemos) concorreu coligada com Rede, PRTB, PMN, Patriota, Podemos e MDB. Este último, destinou R$ 250.000,00 do fundo partidário para Rose de Freitas, enquanto para Aridelmo nenhum valor foi repassado. Sobre as doações realizadas para Rose de Freitas, em especial, uma chama a atenção, a doação de R$150.000,00 feita pelo empresário Luis Osvaldo Pastore (MDB), político mais rico do Brasil (naquele contexto) e ex-candidato da ultradireita para o Senado italiano, derrotado nas eleições de 2018. (Disponível em: https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/para-quem-ex-candidato-da-ultradireita-da-italia-doou-na-eleicao-2024. Acesso em: 28 fev. 2025); (Disponível em: https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/SUDESTE/ES/2022802018/80000612946/2018/ES/prestacao/receitas. Acesso em: 28 fev. 2028).

[334] (Disponível em: https://www.agazeta.com.br/brasil/aridelmo-participa-de-carreata-na-capital-em-apoio-a-bolsonaro-1018. Acesso em: 25 fev. 2025).

[335] (Disponível em: https://www.agazeta.com.br/colunas/vitor-vogas/aridelmo-sai-do-ptb-e-se-filia-ao-novo-1218. Acesso em: 25 fev. 2025).

[336] Entrevista cedida ao programa *Digaí Podcast*, realizado por Marcelo Mendonça, Associado *Alummi* do Instituto Líderes do Amanhã (ILA), publicado no dia 2 de março de 2022. Segundo a apresentação, o programa tem o objetivo de levar aos ouvintes temas pouco tratados no dia a dia, e que tenham relação com os valores e ideias liberais e libertários, além de falar de negócios (Disponível em: https://open.spotify.com/episode/0iJotWKYcUW8izlScNwDgf?si=2ja9TTN7QP-1P4gq79nmsw. Acesso em: 24 fev. 2025).

econômica com autoritarismo, medidas neoliberais já inscritas nas políticas do governo Hartung.

Ao fazer esse movimento na política institucional, Aridelmo Teixeira não retornou ao Meesa, rompendo o seu vínculo com este aparelho privado de hegemonia empresarial. Logo em seguida, lançou o Inspira ES,[337] uma rede de apoio às políticas públicas vinculadas ao Instituto Fucape de Tecnologias Sociais (IFTS). Observamos que o IFTS buscava disputar a ocupação de espaço na condução de programas e políticas públicas, o que conflitava com as pretensões e interesses das frações que continuaram no Meesa.

Essa fissura coloca em relevo as disputas internas pela hegemonia no bloco no poder, sobretudo entre as frações mais ligadas ao capital produtivo (*commodities*) e as mais vinculadas ao capital financeiro. Em uma fala em 2022, Aridelmo Teixeira expôs o seguinte:

> Quando você olha para o ES, é um estado que basicamente sobrevive de *commodities*. São cinco empresas que quando elas crescem, o estado cresce, quando elas caem, o estado cai. **Você pega esse grupo político que está no poder a 20 anos, qual foi a mudança radical na nossa matriz que não foi *commodities***? O que que nós estamos preparando para uma nova matriz pra o amanhã? Você começa a perceber que, tudo o que aparece de novo no Estado está com a mão dele em cima, mas isso não é culpa só dos políticos não. **Nós temos uma classe de empresários que cresceu ali de subsídio**, **encostado no governo**, que toda vez que ele tem uma ideia ele pensa assim: 'vamos ali conversar com o governo'. Não, meu amigo. Você pode até ir conversar pra ele não atrapalhar. Então, enquanto a gente não desenvolver esse sentimento de liberdade, de você ir lá e empreender e enfiar a cara, o que eu tenho visto muito hoje na moçada, especialmente nesse âmbito de *startup*, ninguém está correndo atrás do dinheiro do governo (Aridelmo Teixeira, 2022, grifo nosso).

A posição de Aridelmo Teixeira tanto revela, ao indicar a hegemonia da fração empresarial vinculada às grandes empresas produtoras de *commodities* que compõem o Meesa, como Vale S.A., ArcelorMittal, Samarco, Suzano, Imetame etc., quanto quer obscurecer parte da verdade, ao apontar os vícios de uma fração de classe como se tais não fossem, também, os próprios vícios da fração a qual representa.[338]

Na verdade, essa fissura não quer dizer ruptura entre as frações, mas um processo de disputa pela hegemonia no seio do aparato estatal, que será tratado no início do próximo

---

[337] O Inspira ES atua com os seguintes comitês: educação, cultura e esporte; saúde e desenvolvimento social; justiça e segurança; meio ambiente e agricultura; desenvolvimento urbano e infraestrutura; modernização e inovação; e desenvolvimento econômico e logística (Disponível em: https://www.inspiraes.com/. Acesso em: 28 fev. 2025).

[338] Repasses de recursos do Estado para a Fucape *Businnes School*, que participa do Programa Nossa Bolsa, conta com recursos da Fapes e da Capes, além de ofertar cursos de mestrado em Ciências Contábeis e Administração, com ênfase em gestão escolar (desde 2019), para servidores públicos, opera-se, tanto o controle ideológico da formação de gestores escolares, quanto a lógica de repasse de recurso público para os cofres da faculdade privada. Entre 2014 a 2016, a Sefaz fez ordens de pagamento que chegaram a R$ 465.983,24, por serviços educacionais aos funcionários do órgão, em cursos de MBA e mestrado (Anexo F).

capítulo. O fato é que, com a saída de Aridelmo, uma nova diretoria foi eleita no dia 1º de agosto de 2018, para encerrar o triênio (2016-2019), com a seguinte recomposição: Diretor-Presidente Luiz Wagner Chieppe (Grupo Águia Branca); Diretor de Desenvolvimento, Fábio Brasileiro (Vale S.A.); Diretor de Educação e Políticas Públicas, Orlando Bolsanelo Caliman (Apex *Phartners*);[339] Diretor de Competitividade, Nailson Dalla Bernadina (Sicoob); Diretor de Gestão, Paulo Wanick (ArcelorMittal); e João Brito Martins (EDP), Diretor de Projetos. [340]

Com essa nova mesa diretora, a equipe interna do Meesa foi a seguinte: o secretário-executivo Luciano Gollner; o gerente operacional Iuri Acosta; Breno Salotto, na administração e contabilidade; Amanda Quenupe, Vitor Bobbio e Yure Lopes, como analistas de projetos; além de Cláudia Luzes, Lícia Mendonça e Anna Carolina Passos, como analistas comunicação.

Nessa composição, o núcleo de Educação sai do controle de representantes ligados à Fucape e fica sob a direção de Orlando Bolsanelo Caliman (Apex *Partners*),[341] filho do membro do Conselho Deliberativo Orlando Caliman e pupilo do Instituto Líderes do Amanhã (ILA). Assim, sem contar com a figura centralizadora de Aridelmo Teixeira e os prepostos do IFTS, a equipe interna de educação que já era composta por Ayone Sossai, com a contratação de Polliana Aroeira[342] passa a ter duas especialistas pedagógicas. Ressalta-se que a presença de tais especialistas não alterou o conteúdo empresarial das formulações educacionais do Meesa, haja vista que atuaram como prepostas desse aparelho privado de hegemonia.

Naquele período (2018-2019), o núcleo de Educação teve três projetos centrais: P06 Educação em Tempo Integral, P07 *Dreamshaper* e P08 Ensina Brasil. Desses, o projeto mais profundo, sistemático e duradouro foi o de Educação em Tempo Integral (ETI). O

---

[339] Até a eleição da nova mesa diretora acontecer, a direção da educação ficou sob a incumbência de Fábio Brasileiro (Vale S.A.).

[340] (Disponível em: https://web.archive.org/web/20180812083845/http://es-acao.org.br/imprensa/es-em-acao-apresenta-nova-diretoria-novos-mantenedores-e-projeto-diretrizes-em-reuniao-extraordinaria-do-conselho-operacional/. Acesso em: 1 mar. 2025).

[341] Orlando Bolsanelo Caliman é bacharel em Direito pela FDV (2002-2007), pós-graduado em Direito da Economia e da Empresa pela FGV (2007-2009), em Direito Processual pela FGV (2009-2009) e em Gestão Tributária e Sucessória pela Fucape (2012-2013). Fez especialização em Liderança e Gestão Pública no Centro de Liderança Pública (CLP) (2016-2017), *Public Leadership Credential* na *Havard Kennedy School* (2020-2021) e XBA Gestão, Inovação e Tecnologia na *StartSe University* (2021-2021). Orlando B. Caliman foi presidente do Instituto Líderes do Amanhã (ILA) em 2014; Subsecretário de Logística, Transportes e Comércio Exterior Subsecretário de Logística, Transportes e Comércio Exterior da Secretaria de Estado de Desenvolvimento do Espírito Santo; diretor jurídico e de compliance da Apex Partners; e secretário executivo do Meesa (2019-2022) (Disponível em: https://www.linkedin.com/in/obcaliman/details/experience/. Acesso em: 1 mar. 2025).

[342] Segundo a perfil na rede social profissional, Polliana Aroeira é analista de educação do Meesa e tem pós-graduação em Gestão (Disponível em: https://www.linkedin.com/in/polliana-aroeira-b48ab5169/. Acesso em: 1 mar. 2025). Na página do Meesa, indica que Polliana atua na implementação do modelo "Escola da Escolha nas ETIs dos municípios do ES (2025) (Disponível em: https://es-acao.org.br/conheca-o-es-em-acao/. Acesso em: 1 mar. 2025).

Dreamshaper, que recebeu o nome de Educação Empreendedora*,* teve a sua duração até o fim de 2019, como já indicamos. Resta-nos, portanto o Programa Ensina Brasil. Trata-se da importação do modelo estadunidense *Teach for all* (TFA), inaugurado no Brasil, em 2017, e tem como proposição a formação de lideranças para a educação, a partir da vivência de jovens recém-formados em quaisquer graduações nas salas de aula. O processo de formação dessas lideranças, chamadas de "Ensinas", passa por um recrutamento, seleção de formação com duração de 250 horas, destas, a maioria na modalidade EaD.

Em 29 de dezembro de 2017, o secretário executivo do Meesa, Luciano Gollner, esteve em Cuiabá (MT) para conhecer o projeto Ensina Brasil.[343] Assim, essa metodologia chegou ao Espírito Santo no início de 2018, em relação firmada entre o Meesa, a Sedu, a Fapes e o Ensina Brasil, por meio do Acordo de Cooperação 001/2017 assinado em 15 de agosto e publicado no Diário Oficial no dia 28 de agosto de 2017.[344]

Nesse primeiro ano de atuação, o projeto esteve presente em 11 escolas da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) (Cariacica, Serra, Vitória e Vila Velha), sempre situadas em comunidades de maior vulnerabilidade social e baixo rendimento escolar.[345] Nessas escolas, jovens sem licenciaturas, contratados e formados por um aparelho privado de hegemonia empresarial assumiram o posto de docentes na rede pública. No ES, 33 jovens vindos de 10 estados diferentes atuaram no ano de 2018. O governo do Estado, por meio da Fapes e a Sedu, financiou o projeto destinando o valor de R$ 2.294.400,00.[346]

Lembramos das contradições que envolvem esse projeto, haja vista que é construído sob a lógica da terceirização da educação, sob inspiração do modelo estadunidense (escolas *charters*). Além da abordagem salvacionista da educação, tal proposta aguça o processo de precarização do trabalho docente, ao substituir parte das já precarizadas contratações

---

[343] (Disponível em: https://web.archive.org/web/20180402021209/http://www.es-acao.org.br/index.php?id=/sala_de_imprensa/noticias/index.php. Acesso em: 3 mar. 2025).

[344] Resumo do Acordo de Cooperação (Disponível em: https://ioes.dio.es.gov.br/portal/edicoes/download/3864. Acesso em: 20 mar. 2025).

[345] (Disponível em: https://web.archive.org/web/20190729202957/http://es-acao.org.br/iniciativas/?active=escola-viva. Acesso em: 1 mar. 2025).

[346] Na notícia publicada no endereço eletrônico da Fapes intitulada "Programa Ensina Brasil chega ao estado com recursos da Fapes e da Sedu" o valor indicado foi o de R$ 2.294.000,00 (Disponível em: https://fapes.es.gov.br/Not%C3%ADcia/programa-ensina-brasil-chega-ao-estado-com-recursos-da-fapes-e-sedu. Acesso em: 1 mar. 2025). A despeito da notícia, investigamos que foi assinado entre a Seges, a Sedu e o Ensina Brasil o Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito Orçamentário nº 001/2018, no valor de R$ 3.162.400,00, com vigência de 880 dias, a partir de 2 janeiro de 2018. com o objeto de desenvolver o Programa de Formação de Lideranças na Área da Educação, em unidades escolares do estado do ES, nos termos do Acordo de Cooperação Técnica nº 001/2017 (Disponível em: https://ioes.dio.es.gov.br/portal/edicoes/download/3986. Acesso em: 20 mar. 2025).

temporárias, a fim de abrir espaço para os "Ensinas" terceirizados. Ao mesmo tempo, tal proposta reforça a via privatista da formação de professores ao direcionar recursos públicos para terceirizados formados na iniciativa privada. Tais recursos poderiam ser destinados para o fortalecimento das formações continuadas no âmbito da própria secretaria de educação em conjunto com instituições públicas de ensino.

Outro fator é o controle privado da formação dos docentes, visto que a única formação pedagógica que muitos dos "Ensinas" tiveram acesso (os bacharéis) é aquela ofertada pelo aparelho privado Ensina Brasil. Prepara-se, portanto, os soldados das pedagogias pró-capital que passam a atuar e, em certa medida, a disputar os espaços do chão da escola com os demais docentes.

Em síntese, com o avançar das análises dos documentos, os enlaces entre o aparelho estatal e os aparelhos privados de hegemonia empresarial vão se tornando mais nítidos, bem como as estratégias e táticas de operação lançadas. Como uma rede emaranhada, os aparelhos privados se articulam para promover a progressiva ocupação do aparelho estatal. Enquanto aparelho privado de hegemonia do empresariado capixaba, o Meesa vai tecendo a sua rede de articulações à medida em que fortalece o seu núcleo interno de educação.

Nesse aspecto, o intercâmbio com outros aparelhos privados conduz à formação dos intelectuais orgânicos do Meesa sob a orientação hegemônica dos maiores tubarões da educação. O intuito é o de reforçar a capacidade de direção política, moral e intelectual e a consolidação de um projeto educacional pró-capital que, além disso, fomenta a voracidade pela reocupação dos espaços estatais pela via privatista.

Inicialmente, essa formação foi realizada no processo de transferência da metodologia da Escola da Escolha pelo ICE. Contudo, com a saída de Aridelmo Teixeira e da equipe do IFTS, a equipe da área de educação ficou desfalcada. Assim, em outubro de 2018, o núcleo de Educação (Ayone Sossai e Polliana Aroeira) recebeu uma formação do ICE, com o objetivo trabalhar o aprofundamento da tecnologia de gestão, elaboração do plano de ação, organização curricular e dimensionamento da equipe escolar no modelo da educação em tempo integral. Na verdade, o objetivo era formar os novos integrantes do núcleo de Educação do Meesa, a fim conquistar a meta de "[...] levar a metodologia do Programa Educação em Tempo Integral a todos os 78 municípios do Estado, e isso até 2030".[347]

[347] Os formadores foram: a supervisora e consultora pedagógica Renata Campos, e os consultores de gestão, Marcus Fontes e João Freitas, todos do ICE (Disponível em: https://web.archive.org/web/20190207130552/http://es-acao.org.br/imprensa/nucleo-de-educacao-do-espirito-santo-em-acao-recebe-formacao-do-ice/. Acesso em: 3 mar. 2025).

No segundo semestre de 2018, foi realizado outro intercâmbio, com a presidente executiva do Todos Pela Educação, Priscila Cruz, anunciada como convidada especial do Meesa em um evento realizado no auditório do Sebrae.[348] O intuito do encontro era a apresentação do "#Educação já", uma iniciativa que pretendia fornecer ao poder público soluções e diagnósticos para educação que estavam sendo apresentadas aos candidatos às eleições. Tais diagnósticos serviram de subsídios para o Meesa utilizar posteriormente no "Diretrizes",[349] projeto institucional do Meesa com o objetivo de propor uma agenda prioritária e unificada da Rede Empresarial do ES, apresentando-a aos candidatos das eleições. Além do mais, os conteúdos do #Educação Já (atualizados nos anos subsequentes) foram utilizados pelo Meesa em apresentações institucionais e na construção/reprodução de análises sobre a educação dos municípios do ES.

Nesse intercâmbio de 2018, o Meesa ainda gravou uma entrevista realizada com Priscila Cruz, transmitida em sua TV institucional.[350] Em um determinado momento, a jornalista do Meesa, Anna Carolina Passos (2018), ao elaborar uma pergunta, indica que "O ES em Ação está se estruturando para se dedicar cada vez mais ao tema educação. **Nós vamos lançar em dezembro** [2018] **um instituto focado no tema** e a grande proposta é criar um ambiente favorável para desenvolver e articular e também pra trazer para o estado as melhores práticas e iniciativas. Como que você vê essa iniciativa e como que o Todos Pela Educação pode ser o nosso parceiro?"

Antes de analisarmos a resposta da presidente executiva do TPE, tratamos da pista dada pela jornalista sobre a intenção do Meesa em lançar um instituto focado no tema da educação. Ao aprofundarmos a pesquisa, encontramos a seguinte declaração do diretor-presidente Luiz Wagner Chieppe (Grupo Águia Branca): "Uma das grandes promessas para 2019 é a expansão do projeto Escola em Tempo Integral, e com **a expectativa de criarmos o Instituto de Educação**. Estamos estruturando essa nova ideia justamente para que ele possa atender à ampliação do projeto para a rede municipal" (Luiz Wagner Chieppe, 2018).[351]

---

[348] "Medidas de fomento à melhoria da educação foram apresentadas em Vitória" (Disponível em: https://web.archive.org/web/20190207131251/http://es-acao.org.br/imprensa/medidas-de-fomento-a-melhoria-da-educacao-foram-apresentadas-em-vitoria/. Acesso em: 4 mar. 2025).

[349] Programa "Diretrizes" ocorre na véspera das eleições municipais e estaduais/federal.

[350] TV ES em Ação #9 (Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=TXcqwMqbgAo. Acesso em: 4 mar. 2025).

[351] Matéria institucional do Meesa intitulada "Um ano de muito diálogo, articulação e entregas. E que venha 2019!" (Disponível em: https://web.archive.org/web/20181224105505/http://es-acao.org.br/imprensa/um-ano-de-muito-dialogo-articulacao-e-entregas-e-que-venha-2019/. Acesso em: 4 mar. 2025).

A expectativa em criar um Instituto de Educação, embora não tenha se concretizado, revela que a fissura gerada com a saída de Aridelmo Teixeira e, consequentemente, do Instituto Fucape de Tecnologias Sociais, precisava ser suturada tanto para atender a ampliação do projeto de Escolas em Tempo Integral para outras redes municipais, em vias de efetivação (Cachoeiro de Itapemirim, por exemplo), quanto para evitar que esse espaço fosse ocupado por outro aparelho privado de hegemonia empresarial.

Diante da pergunta da jornalista Anna Carolina Passos, Priscila Cruz (TPE) dá uma longa resposta que abordava a importância da profissionalização e a manutenção do entusiasmo com o tema. Recortamos uma parte, em especial, que desperta a atenção:

> [...] Você se estrutura pra poder voar mais alto ainda. Então eu acho que esse é um ponto bem importante. **A gente tem trabalhado muito na ideia de começar a fomentar e incentivar movimentos como o Espírito Santo em Ação**. Então, eu estou aqui hoje a convite de vocês, mas na verdade a motivação é minha. A motivação é minha porque o que a gente quer é entender como vocês funcionam para ajudar outros estados a ter estruturas parecidas. [...] Então, **o exemplo do Espírito Santo em Ação, que é o exemplo único do país**, a gente tem outros movimentos com modelos muito diferentes, mas **o modelo do Espírito Santo em Ação é muito importante pra gente entender e replicar alguns aspetos, trabalhar em rede**. Então, na verdade, é o que que o Espírito Santo em Ação pode ajudar, num movimento nacional que enxerga que movimentos regionais são muito estratégicos pra gente conseguir fazer a virada da educação brasileira.

O entusiasmo e a convicção com que Priscila Cruz fala do Meesa, indicando o caráter específico do modelo e as possibilidades de replicá-lo dentro da lógica de rede, em que a constituição de movimentos regionais é estratégica para a capilaridade da atuação empresarial, é provável que possa ter levado a direção do Meesa a mudar de rumo. Ao invés de construir um Instituto, preferiu encampar uma estruturação mais orgânica do núcleo de Educação, dentro da sua própria estrutura interna. Em outras oportunidades, Priscila Cruz também se fez presente como palestrante em eventos internos do Meesa, evidenciando a atenção do TPE com o aparelho privado de hegemonia empresarial capixaba.

Outra reconhecida figura do meio privatista educacional, Cláudia Constin, diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais (FGV), também veio ao ES a convite do Meesa para o 6º Fórum Liberdade e Democracia, evento realizado em parceria com o Instituto Líderes do Amanhã (ILA), nos dias 5 e 6 de novembro de 2018 na Arena Vitória. Na mesma semana, Cláudia Constin publicou, em sua coluna no jornal Folha de S. Paulo, o texto "Avançar na qualidade da educação: o legado do Espírito Santo", [352] no qual elogiava o

[352] (Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/colunas/claudia-costin/2018/11/avancar-na-qualidade-da-educacao-o-legado-do-espirito-santo.shtml. Acesso em: 4 mar. 2025).

resultado obtido pelo ES no Ideb do ensino médio, em função das supostas "[...] boas políticas públicas que podem ser replicadas".

De acordo com Cláudia Constin, a política com foco nos resultados, monitoramento da aprendizagem, da evasão e da repetência e a combinação de continuidade das políticas e o regime de colaboração seria o ciclo virtuoso das políticas educacionais. Contudo, para a intelectual, o sucesso da rede capixaba também passa pelo envolvimento do empresariado com a escola, visto que "Há alguns anos foi criado o grupo Espírito Santo em Ação que, desde 2013 vem apoiando a implantação de Escolas em Tempo Integral. [...] Esse legado precisa certamente ser preservado e expandido para outros estados" (Cláudia Constin, 2018).

Embalados pelo resultado do Ideb de 2018,[353] a despeito dos métodos lançados para atingi-lo, o Meesa recebeu inúmeras visitas, evidenciando a congruência de aparelhos privados de hegemonia em prol dos negócios educacionais. Assim,

> Em 28 de setembro [2018], o Espírito Santo em Ação recebeu uma comitiva formada pela CEO da *Worldfund*, que trabalha em parceria com governos locais para garantir investimentos de empresas privadas para projetos educacionais, Kelly Maurice, pelo conselheiro Ronaldo Stern, e pelo diretor de Comunicação da ONG, Felipe Machado, pelo diretor-pedagógico do Stem Brasil, Marcos Paim, pelo presidente do ICE, Marcos Magalhães, pelo diretor de Comunicação da Todos Pela Educação, Rodolfo Araújo, e por Érica Bottow, da Ensina Brasil. A visita começou no movimento empresarial e na segunda etapa, o grupo foi para a Escola Viva São Pedro ver de perto seu funcionamento, ouvir um pouco sobre as experiências dos estudantes e acompanhar como as atividades do Stem impactam positivamente na rotina dos jovens (Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação, 2018, p. 10).

Nota-se a rede imbricada de conexões que envolvem aparelhos privados educacionais que atuam vendendo/difundindo consultorias e metodologias pedagógicas, de gestão (ICE) e de formação de professores (Stem), além dos aparelhos privados de hegemonia empresarial que atuam na formulação, proposição, execução e difusão de políticas e modelos educacionais.,

Desse modo, a atuação do Meesa começou a ganhar projeção, conforme reconhece Orlando Bolsanelo Caliman, diretor de Educação e Gestão Pública (2018): "Temos recebido *feedbacks* dos institutos que apoiam nossos projetos, como o Instituto Natura e o Instituto Sonho Grande, para que a gente compartilhe o nosso conhecimento com os outros estados".[354] Em outro momento,[355] Caliman reafirmou o lugar de referência em que o Meesa se colocava:

---

[353] "A educação celebra o 1º lugar no Ideb" (Disponível em: https://web.archive.org/web/20190207131101/http://es-acao.org.br/imprensa/junta-a-familia-da-educacao-celebra-o-1o-lugar-do-ideb/. Acesso em: 4 mar. 2025).

[354] (Disponível em: https://web.archive.org/web/20181224105529/http://es-acao.org.br/imprensa/o-ano-da-educacao-e-gestao-publica-do-es-em-acao/. Acesso em: 4 mar. 2025).

[355] Ocasião do "Prêmio Escola que Colabora", em 13 dez. 2018. "ES em Ação participa da solenidade do Prêmio Escola que Colabora" (Disponível em: https://web.archive.org/web/20190113084555/http://es-

“Temos muito orgulho por ter conseguido criar uma rede de parceiros a nível nacional. O Brasil está olhando para o Espírito Santo como um laboratório, que está dando certo”.

Orlando Bolsanelo permaneceu como Diretor de Educação e Políticas Públicas até o fim do segundo semestre de 2018. Nesse período em que esteve à frente, em entrevista, o intelectual orgânico destacou a expansão da Escola em Tempo Integral para os municípios: “[...] já estamos bem avançados em Cachoeiro de Itapemirim e a tendência é que em 2019 esses projetos se intensifiquem com o nosso núcleo de educação”, declarou (Orlando Bolsanelo Caliman 2018).[356]

Confirmando os prognósticos, em 4 de dezembro de 2018, em um encontro entre o prefeito do município de Cachoeiro de Itapemirim, Victor Coelho (PSB), o diretor-presidente do movimento empresarial, Luiz Wagner Chieppe, e o diretor de Educação e Gestão Pública, Orlando Bolsanelo Caliman, em Vitória, foi firmado um acordo para implantar, em 2019, duas escolas em tempo integral.[357] A relação também contou com o Movimento Empresarial Sul Capixaba (Messes), entidade da Rede Empresarial. Nesse contexto, nos dias 4 e 5 de dezembro de 2018, o núcleo de Educação do Meesa ofertou uma formação à equipe da Secretaria Municipal de Educação de Cachoeiro de Itapemirim, referente à implantação do modelo de Escola da Escolha.

Notamos que, a partir deste período, associações da Rede Empresarial irão aumentar a sua atuação na área educacional, com o intuito de dar capilaridade às ações do Meesa, a exemplo do Messes e da Associação Empresarial de Cariacica (AEC),[358] vislumbrando o atendimento aos 78 municípios capixabas até 2030.

Antes de encerrar este capítulo, faz-se importante um adendo sobre os aclamados resultados no Ideb 2018 que colocou o governo Hartung e o Meesa no radar dos tubarões da educação.

---

acao.org.br/imprensa/es-em-acao-participa-da-solenidade-do-premio-escola-que-colabora/. Acesso em: 3 mar. 2025). Além disso, o intercâmbio entre o Meesa e outros movimentos empresariais já ocorria, por exemplo, em junho de 2018 o Movimento Empresarial do Sul da Bahia fez uma visita guiada por diretores do Meesa à Escola Viva em São Pedro, Vitória, ES, conforme foi propagandeado no canal institucional do Youtube (Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=NVi2N3-h3_g. Acesso em: 31 mar. 2025).

356 (Disponível em: https://web.archive.org/web/20181224105529/http://es-acao.org.br/imprensa/o-ano-da-educacao-e-gestao-publica-do-es-em-acao/. Acesso em: 1 mar. 2025).

357 “ES em Ação apoia novo modelo de educação em Cachoeiro” (Disponível em: https://web.archive.org/web/20190113090659/http://es-acao.org.br/imprensa/es-em-acao-apoia-novo-modelo-de-educacao-em-cachoeiro-2/. Acesso em: 4 mar. 2025).

358 “AEC discute ações para o desenvolvimento de Cariacica. E educação está entre elas”, publicado em 11 de outubro de 2018 (Disponível em: https://web.archive.org/web/20190207130928/http://es-acao.org.br/imprensa/aec-discute-acoes-para-o-desenvolvimento-de-cariacica-e-educacao-esta-entre-elas/. Acesso em: 4 mar. 2025).

O Ideb, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado em 2007, congrega o resultado de dois conceitos: o fluxo escolar, que considera a aprovação escolar (obtidos via censo escolar) e a média de desempenhos das avaliações, que considera as médias de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).[359] Sabendo disso, sob um discurso de crise fiscal, vociferado pela mídia *mainstream* e tornado consenso nacional, o governo Hartung (MDB) implementou uma série de medidas de cortes de gastos e de investimentos estatais na educação, contratando até consultorias financeiras privadas, a fim de identificar os espaços que poderiam surgir nas despesas com as escolas regulares para, então, redirecionar os recursos para o Projeto Escola Viva.

Ao todo, segundo a Adufes (2018), o período do governo Hartung (2015-2018) foi marcado pela redução de 68% dos investimentos na educação, com o fechamento de 41 escolas públicas e 6.507 turmas, o que deixou mais de 60 mil crianças e adolescentes (4-17 anos) fora da escola. Então, fecham-se turmas, turnos e escolas com alto índice de evasão, abandono e repetência, ao mesmo tempo em que se opera uma estratégia de treinamento dos estudantes para as avaliações externas, por meio de uma "overdose" de testes, conforme avaliou Freitas (2017).[360]Assim, com os estudantes redistribuídos para outras unidades com melhor desempenho, somado ao seu treinamento ao longo do ano com o excesso de testes externos e às pressões sofridas pelos docentes para a aprovação compulsória dos estudantes com desempenho insuficiente, efetua-se o desvelamento do aparente sucesso dos programas e políticas forjadas pelos aparelhos privados de hegemonia empresarial e do aparato estatal. Tratou-se, portanto, de um aumento artificial da média do Ideb.

No derradeiro capítulo, apresentamos a atuação mais complexa do Meesa na educação pública do Espírito Santo, que compreende o momento mais recente (2019-2023).

---

[359] (Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb. Acesso em: 4 mar. 2025).

[360] Artigo intitulado "Espírito Santo: overdose de avaliação destrói ensino", publicado em 2017 no Blog do Freitas, que trata de Avaliação Educacional (Disponível em: https://avaliacaoeducacional.com/2017/08/19/espirito-santo-overdose-de-avaliacao-destroi-ensino/#:~:text=A%20rede%20estadual%20do%20Esp%C3%ADrito,j%C3%A1%20existentes%20feitas%20na%20escola. Acesso em: 4 mar. 2025).

5. O MEESA E A DIFUSÃO, REPRODUÇÃO E EXECUÇÃO DAS FORMULAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO (2019-2023)

De modo similar aos capítulos anteriores, iniciamos este com a apresentação de aspectos contextuais relativos ao período de 2019 a 2023. Assim, abordamos o cenário da eleição estadual de 2018, que redefiniu o comando do projeto hegemônico empresarial no aparelho estatal do ES. Em seguida, empreendemos o esforço em descrever e analisar o núcleo de educação do Meesa, o processo de precarização dos consultores e a formação de intelectuais orgânicos do partido do empresariado (Meesa), no sentido gramsciano, bem como indicamos as clivagens e funções dos intelectuais orgânicos do Meesa e dos grandes tubarões da educação. Depois, analisamos o período de triênio 2019-2022, caracterizado pelo processo de difusão da implantação do modelo pedagógico e de gestão da Escola da Escolha nas redes municipais do Espírito Santo. Apresentamos, ainda, o Programa de Implantação de Escolas de Tempo Integral, bem como as etapas da efetivação. Por fim, apresentamos e analisamos o último triênio de atuação do Meesa (2022-2025), com enfoque no primeiro momento de 2022 a 2023, marcado pelas bodas de 20 anos da organização.

5.1 CONTEXTO POLÍTICO ESTADUAL DAS ELEIÇÕES DE 2018 E O MEESA

As pesquisas do Instituto Futura,[361] publicizadas de forma privilegiada pela mídia hegemônica capixaba (A Gazeta), serviram de norte para o rumo político de Paulo Hartung. Assim, a primeira pesquisa eleitoral realizada após o término da janela partidária (abril de 2018) indicava Paulo Hartung (MDB) empatado com Renato Casagrande (PSB) na margem de erro.[362] Entretanto, a rejeição à Hartung era a maior (22,8%) entre os possíveis pré-candidatos.

---

[361] O Instituto Futura de Pesquisas e Consultorias foi fundado pelos conselheiros e fundadores do Meesa, João Gualberto, Orlando Caliman e José Orrico. Em 2014, o cientista social e político João Gualberto saiu da sociedade para assumir a Secretaria de Cultura, no terceiro mandato de Paulo Hartung (2015-2018). Orlando Caliman, em 2018, vendeu sua parcela da sociedade, mas continuou atuando como responsável técnico do Instituto Futura. No mesmo ano, outros dois sócios foram incorporados ao instituto: Simone Chieppe Moura (Grupo Águia Branca) e Mario Guerra (Set Comunicação), cada um com 33% de cota societária. Assim, José Orrico, que vendeu uma parte, ficou com 34% Em 2023, João Gualberto criou outra empresa, Persona Diálogos Estratégicos, para estudos de mercado e elaboração de projetos. (Disponível em: https://www.agazeta.com.br/economia/instituto-futura-vai-expandir-negocios-para-outros-estados-0418. Acesso em: 13 mar. 2025). (Disponível em: https://www.agazeta.com.br/colunas/abdo-filho/joao-gualberto-fundador-da-futura-volta-ao-mercado-de-pesquisas-0423. Acesso em: 13 mar. 2025); e (Disponível em: https://www.seculodiario.com.br/politica/instituto-futura-agrega-dois-novos-socios/. Acesso em: 13 mar. 2025).

[362] "Eleições 2018: Hartung e Casagrande empatados para o governo". No cenário estimulado, Paulo Hartung pontuou 36,9% e Renato Casagrande pontou 36,1% (Disponível em: https://www.agazeta.com.br/es/politica/eleicoes-2018-hartung-e-casagrande-empatados-para-o-governo-0418. Acesso em: 17 mar. 2025).

Em análise no jornal *A Gazeta*, José Luiz Orrico (2018), diretor do Instituto Futura e conselheiro fundador do Meesa, apresentava o quadro com os dois candidatos mais fortes:

> [...] o governador Paulo Hartung e o ex-governador Renato Casagrande. Se os dois forem candidatos, a eleição vai ficar numa disputa efetivamente entre eles, e os outros concorrentes vão fazer figuração no processo. Ainda há um equilíbrio entre os dois. E olhando o quadro de hoje, se qualquer um dos dois não disputar para governador, o outro potencialmente estaria eleito com uma votação significativa.

A constatação de José Orrico dava as indicações do que poderia ocorrer caso os resultados das pesquisas não melhorassem para Paulo Hartung. Assim, em 9 de julho de 2018, Paulo Hartung reuniu-se com o secretariado para anunciar que não disputaria a reeleição. Dias depois, em 17 de julho, o Instituto Futura anunciava os resultados de novas pesquisas eleitorais com um cenário pior para o emedebista:[363] Casagrande assumia a ponta com 42% e Hartung caia para a segunda colocação com 32,9% de intenção de votos, além do fato de que a rejeição deste último tinha aumentado de 22,8% para 24,6% e a de seu principal opositor era apenas 7,4%.

Em coluna do *Jornal GGN*, Vitor de Ângelo (que viria a ser o secretário de Estado da Educação de Casagrande) afirmava que os motivos para a desistência de Hartung era o acesso prévio aos resultados da pesquisa, pois o "Próprio Instituto Futura era a sua fonte de pesquisas internas" (Vitor de Ângelo, 2018).[364] Certamente tais resultados selaram o destino de um possível projeto de reeleição. Todavia, ressalta-se que a rejeição verificada pelo Instituto Futura foi construída ao longo do terceiro mandato do "imperador" capixaba, com a sua intransigência à frente do Palácio Anchieta, que conduziu o aparelho de Estado com impiedosas medidas de austeridade fiscal reverberando em consequências nefastas para a população capixaba que, em certa medida, enfrentou e impôs algumas derrotas ao governo estadual.

Compõem o cenário que provocou a desistência de Paulo Hartung: a resistência e oposição do movimento estudantil, de movimentos sociais, de coletivos e sindicatos de trabalhadores da educação aos projetos neoliberais na educação capixaba no processo de implementação do "Escola Viva" e aos fechamentos de turmas, turnos e escolas; a "primavera secundarista capixaba", caracterizada pelas mobilizações estudantis que ocorreram com a ocupação de escolas contra a reforma do ensino médio (cf. Leal; Lima, 2023); e a crise de

---

[363] "Sem Hartung, Casagrande pode vencer no primeiro turno" (Disponível em: https://www.agazeta.com.br/brasil/sem-hartung-casagrande-pode-vencer-no-primeiro-turno-0718. Acesso em: 24 mar. 2025).

[364] "Os motivos de Hartung para desistir do ES" (Disponível em: https://jornalggn.com.br/eleicoes/os-motivos-de-hartung-para-desistir-do-es-por-vitor-de-angelo/. Acesso em: 17 mar. 2025).

segurança pública instaurada no ano de 2017, em decorrência de 21 dias de greve da Polícia Militar (PM). Nesse período, foram registrados 142 homicídios, além de centenas de furtos, arrastões e roubos. Por meio do "Movimento das Marias", mulheres e familiares de policiais que bloquearam as entradas dos quarteis, a PM reivindicava melhorias salariais (7 anos sem reajuste) e denunciava a falta de treinamento e equipamentos (cf. Rocha, 2018).[365] O choque entre Hartung e setores da polícia militar, em um contexto de ascensão bolsonarista, também foi decisivo para o recuo do emedebista no projeto de disputar a reeleição.

De fato, nem mesmo o instituto de pesquisa do empresariado e o aparato midiático conseguia esconder a impopularidade e a insatisfação com o governo Hartung. Em 2017, em pesquisa realizada pelo Instituto Futura e encomendada pelo jornal *A Gazeta*, evidenciou-se que, na gestão Hartung (MDB), a saúde era considerada ruim ou péssima para 69% dos capixabas, 64% reprovavam a segurança e, mesmo com muito *marketing*, a educação era reprovada por 56,1% dos capixabas.[366]

Certa é, também, a relação com a desaprovação do governo Temer no Espírito Santo, considerado ruim ou péssimo por 73,3% dos capixabas, em pesquisa realizada pelo Instituto Futura (2018).[367] Hartung era o representante estadual do plano "Ponte para o Futuro", seguindo a mesma linha neoliberal de contenção e cortes de gastos sociais e encampando projetos privatistas na área educacional.

Dessa forma, se, no âmbito federal, Temer (MDB) se tornara o primeiro presidente a responder por crime durante o mandato,[368] no estado Paulo Hartung (MDB) era blindado pelo Meesa, pela Federação de Entidades e Federações (FEF) e pela Ales da situação de delação do ex-presidente de infraestrutura da Odebrecht, Benedicto Junior, que assegurou ter doado, via

---

[365] ROCHA, Guilherme Dall'Orto. A "greve branca" da polícia militar do Espírito Santo: confronto político e efeitos sobre as políticas públicas. Anais do Seminário de Ciências Sociais PGCS-UFES, v. 3, 2018. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/scs/article/view/21713. Acesso em: 17 mar. 2025.

[366] "Saúde e Segurança são as áreas mais reprovadas do governo Hartung" (Disponível em: https://www.agazeta.com.br/es/politica/saude-e-seguranca-sao-as-areas-mais-reprovadas-do-governo-hartung-0418. Acesso em: 17 mar. 2025).

[367] "Temer é ruim ou péssimo para 73,3% dos moradores do Espírito Santo" (Disponível em: https://www.agazeta.com.br/es/politica/temer-e-ruim-ou-pessimo-para-73-3-dos-moradores-do-espirito-santo-0418. Acesso em: 17 mar. 2025).

[368] "Temer é denunciado por corrupção e se torna primeiro presidente a responder por crime durante mandato" (Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/26/politica/1498485882_380890.html. Acesso em: 17 mar. 2025).

caixa dois, R$ 1.080.000,00 à campanha dos aliados de Hartung (apelidado de Baianinho),[369] entre 2010 a 2012.[370]

Os laços umbilicais entre Hartung e o Meesa foram expressos em inúmeras oportunidades. Em 2018, antes do término do mandato, Hartung foi convidado pelo Conselho Deliberativo junto com a diretoria do movimento a fim de homenagear o chefe do executivo. Naquela ocasião, o Presidente do Conselho Deliberativo, Carlos Fernando Lindenberg Neto, (2018) afirmou o seguinte: "Outro dia, conversando com empresários cariocas sobre como estruturar algo semelhante ao Espírito Santo em Ação naquele estado, me perguntaram como fazer um movimento deste sem um líder político apoiando o projeto. Disse que era impossível".[371]

Tal afirmação revela tanto o direcionamento do Meesa em difundir a sua metodologia de atuação empresarial por outros estados, quanto e, principalmente, a imprescindibilidade de o empresariado contar com um de seus intelectuais orgânicos no comando do aparelho estatal para encampar e realizar os projetos de classe.

Diante disso, após a desistência de Hartung e o prognóstico da vitória de Renato Casagrande no primeiro turno,[372] observou-se uma redistribuição das forças políticas do grupo de Hartung. Uma fração pequena do MDB apoiou a candidatura de Aridelmo Teixeira (PTB) e a fração emedebista maior entrou na campanha da ex-correligionária Rose de Freitas, recém filiada ao Podemos.

Assim, o peso da balança ficaria, novamente, com o PSDB que teve um papel importante no pleito da majoritária estadual. Enquanto o vice de Hartung (MDB), César Colnago (PSDB), representava a fração tucana que defendia a manutenção da aliança com o foco na reeleição,

---

[369] Segundo o jornal Século Diário, "Dr. Paulo" era como Benedicto Júnior se referia a Paulo Hartung; "Baianinho" é como a Odebrecht se refere a Paulo Hartung na lista do Departamento de Propinas da empreiteira (Disponível em: https://www.seculodiario.com.br/politica/classe-empresarial-capixaba-tenta-separar-o-dr-paulo-do-baianinho/. Acesso em: 17 mar. 2025).

[370] "Movimento empresarial tenta blindar Hartung da delação da Odebrecht" (Disponível em: https://www.seculodiario.com.br/politica/movimento-empresarial-tenta-blindar-hartung-da-delacao-da-odebrecht/. Acesso em: 17 mar. 2025).

[371] "Conselho Deliberativo, diretoria e mantenedores se reúnem em jantar com Paulo Hartung" (Disponível em: https://web.archive.org/web/20190207125733/http://es-acao.org.br/imprensa/conselho-deliberativo-diretoria-e-mantenedores-se-reune-em-jantar-e-recebe-paulo-hartung/. Acesso em: 18 mar. 2025)

[372] "Pesquisa Futura: Sem Hartung, Casagrande pode vencer no primeiro turno" (Disponível em: https://www.agazeta.com.br/brasil/sem-hartung-casagrande-pode-vencer-no-primeiro-turno-0718. Acesso em: 18 mar. 2025).

outra fração, ligada à Ricardo Ferraço (PSDB), delineava um enlace com Renato Casagrande (PSB).[373] Com a desistência de Hartung, efetivou-se o enlace entre tucanos e pessebistas.

De toda a forma, a aliança com o PSDB indicava o apoio do emedebista Paulo Hartung à candidatura de Geraldo Alckmin (PSDB) à presidência,[374] o qual remontava àquele concedido à Aécio Neves (PSDB), em 2014, além da composição daquela coligação que efetivou Colnago como vice governador. Renato Casagrande, por seu turno, declarou apoio à Ciro Gomes (PDT) ratificando a aliança com esta sigla estadual, a despeito do enlace com os tucanos, que mantiveram, à nível nacional, o apoio à Alckmin (PSDB).[375] Lembramos ainda que, no segundo turno, o PSB capixaba expressou o apoio ao petista Haddad, que foi derrotado pela onda neoconservadora representada por Jair Bolsonaro (PSL). Concorreram ao pleito ao governo estadual de 2018 as seguintes candidaturas: Renato Casagrande (PSB); Carlos Manato (PSL); Jackeline Rocha (PT); Rose de Freitas (Pode);[376] Aridelmo Teixeira (PTB); e André Moreira (Psol).[377]

Entendemos que as articulações políticas nesse contexto consideraram a reforma política aprovada do governo Temer (MDB) (Lei nº 13.488/2017)[378] e, sobretudo, a Emenda Constitucional nº 97/2017,[379] de autoria do senador Ricardo Ferraço (PSDB à época), a qual estabelecia a criação da cláusula de barreira com percentuais mínimos de votação para os partidos garantirem acesso ao fundo partidário e ao tempo de propaganda eleitoral em rádio e tv. Fez-se, portanto, um esforço para o lançamento de candidaturas "puxadoras de votos", com o intuito de garantir a sobrevivência das siglas partidárias.

Naquele pleito, Renato Casagrande liderou a coligação "Espírito Santo Mais Igual", congregando forças de um amplo espectro político, da centro-esquerda à direita.[380] Com isso,

---

[373] "Desistência de Hartung redistribui forças políticas no Espírito Santo" (Disponível em: https://veja.abril.com.br/politica/desistencia-de-hartung-redistribui-forcas-politicas-no-espirito-santo. Acesso em: 14 mar. 2025).

[374] "Governador do ES, Paulo Hartung declara apoio a Alckmin" (Disponível em: https://valor.globo.com/politica/noticia/2018/10/01/governador-do-es-paulo-hartung-declara-apoio-a-alckmin.ghtml. Acesso em: 14 mar. 2025).

[375] (Disponível em: https://g1.globo.com/es/espirito-santo/eleicoes/2018/noticia/2018/09/28/veja-quem-os-candidatos-ao-governo-do-es-apoiam-para-a-presidencia.ghtml. Acesso em: 24 mar. 2025).

[376] O vice candidato ao governo foi o Dr. Tanguy (Pode).

[377] A candidata a vice-governadora foi a psolista Adriana Gonçalves.

[378] (Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13488.htm. Acesso em: 30 abr. 2025).

[379] (Disponível em: https://legis.senado.leg.br/norma/26247394/publicacao/26247403. Acesso em: 30 abr. 2025).

[380] Compuseram a coligação "Espírito Santo Mais Igual": PSB; PPS; PSDB; PHS; PROS; PV; PSC; AVANTE; PTC; PP; PCdoB; DEM; PDT; PPL; DC; SD; PRP; PSD.

obteve vitória em 1º turno com 55,5% dos votos. Carlos Manato (PSL), representante bolsonarista, esteve à frente da coligação "Em defesa da Vida e da Família", que reunia o PSL, o PR e o PRB e que obteve 27,22% de votos, evidenciando, localmente, o crescimento da onda neoconservadora que ocorria em todo país.

O PT de Jackeline Rocha, em decorrência do antipetismo e da ascensão neoconservadora, ficou isolado e, por isso, lançou uma candidatura sem coligação obtendo 7,38% dos votos. Rose de Freitas (Pode) conduziu a coligação "Um novo caminho para o Espírito Santo", reunindo além da maior parte do MDB, o PRTB, a Rede, o Patriotas e o PMN. Mesmo tendo a segunda campanha mais cara (R$1.849.480,00), Rose obteve apenas 5,47% dos votos. Conforme já abordamos no capítulo anterior, Aridelmo Teixeira (PTB) obteve 3,25% dos votos. Por fim, o Psol, em coligação com o PCB, lançou a Frente de Esquerda Socialista, uma candidatura popular, mas obteve apenas 1,18% dos votos.

Com a eleição de Casagrande, frações empresariais capixabas organizadas no Meesa garantiam a manutenção da sua hegemonia diante do aparelho estatal, em virtude do amálgama realizado desde as eleições de 2010 e repactuadas com a aliança com o Ricardo Ferraço. Segundo Poulantzas (1985, p. 158),

> [...] todo o aparelho dominante de Estado [...] tende a longo prazo a ser a sede privilegiada dos interesses da fração hegemônica e a encarnar as modificações da hegemonia. Essa unidade se estabelece por toda uma cadeia de subordinação de determinados aparelhos a outros, e pela dominação de um aparelho ou setor do Estado, o que cristaliza por excelência os interesses da fração hegemônica sobre outros setores ou aparelhos, centros de resistência de outras frações do bloco no poder.

Assim, em 2018, quando Paulo Hartung retira a sua candidatura e Casagrande é eleito, observa-se uma reorganização interna da hegemonia no bloco no poder. Não obstante tenha mudado a liderança do aparelho estatal, o projeto defendido se manteve em pleno funcionamento, em meio às contradições, dadas às características próprias de Renato Casagrande. Então, pode-se afirmar que o executivo estadual continuou sendo tendencialmente a "sede privilegiada" dos interesses do Meesa.

Ademais, a desistência de Hartung e a eleição de Casagrande revelam, ainda, a cadeia de subordinação entre aparelho estatal e aparelho privado de hegemonia, tendo em vista que a estratégia de hegemonia do empresariado independe de um governante específico para fazer valer os seus interesses e deriva da capacidade de articulação, mobilização para manter sob controle os mais diversos setores do aparelho estatal, lançando mão da tática de se adaptar às disputas pela operação do projeto dominante.

O diretor de Projetos do Meesa, João Brito (2018),[381] ao falar sobre a visão do empresariado para o desenvolvimento do estado, afirma que a classe precisa:

> De uma visão única. Do ponto de vista político, por uma duração grande, ou seja, para que essa visão não mude a cada 4 anos, muda o governo, não muda a visão. A gente precisa de estabilidade e visão de longo prazo, mas com o consenso da sociedade que garanta que, independentemente do governo, ela estará lá.

Portanto, ainda que encontrem resistências, obstáculos e alterações de lideranças, a fração hegemônica do empresariado capixaba conseguiu construir e consolidar, ao longo de sua existência, a dominação sobre o aparelho estatal do ES, a partir da forja do consenso sobre a sociedade, materializado nos planos de Desenvolvimento do ES (ES 2025, ES 2030 e ES 500 Anos).

Realizada essa contextualização, voltamo-nos agora para o Núcleo de Educação do Meesa, o processo de precarização de seus funcionários internos e a discussão sobre intelectuais orgânicos e partido, na concepção gramsciana.

5.2 O NÚCLEO DE EDUCAÇÃO DO MEESA E A MÍMESE DOS GRANDES TUBARÕES DA EDUCAÇÃO

Logo no início do primeiro semestre de 2019, últimos momentos da gestão do triênio 2016-2019, o núcleo de Educação do Meesa passou por uma importante modificação, quando Luciano Gollner[382] assumiu a função de Executivo de Educação à frente do Núcleo de Educação da organização. Isso significou ter um preposto do Meesa dedicado exclusivamente aos assuntos educacionais, visto que o cargo era de natureza remunerada, diferente do caráter de "voluntariado" da diretoria. Nesse ínterim, Orlando B. Caliman passou a ocupar a secretaria executiva do Meesa, enquanto a direção de Educação e Políticas Públicas foi suprimida, em

---

[381] "Painel Como transformar o Espírito Santo na porta de entrada de projetos inovadores" (Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=D4CqGEMNXGI&ab_channel=Esp%C3%ADritoSantoemA%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 30 abr. 2025)

[382] Guilherme Luciano Gollner de Oliveira, formado em economia pela Ufes (2007), MBA em Gestão da Sustentabilidade das Empresas pela Fucape *Businnes School* (2016) e MBA em Liderança e Gestão Pública pelo Centro de Liderança Pública (CLP) (2018). Desde 2018, compõe a Rede de Líderes do CLP. Foi aluno da primeira turma do ILA (2011), onde foi diretor de comunicação (2012-2013) e diretor de formação (2014-2015). Entrou no Meesa como estagiário (2004-2006) e ocupou os cargos: gerente de projetos (2006-2012); secretário executivo (2012-2019); executivo de educação (2019-2022); e superintendente (2022-...). (Disponível em: https://www.linkedin.com/in/luciano-gollner-b83a3335/details/experience/. Acesso em: 10 mar. 2025); (Disponível em: https://web.archive.org/web/20190807231310/http://es-acao.org.br/conheca/. Acesso em: 10 mar. 2025).

função da construção de um núcleo de Educação mais robusto e da manutenção do comitê de Educação.[383]

Nesse movimento, a atuação do Meesa foi direcionada para operar considerando três eixos estratégicos, a saber: Gestão Eficiente, Educação e Formação de Lideranças. Na verdade, mantinha-se a estruturação pautada nas diretrizes estratégicas do Plano ES 2030, considerando que o "Social, através dos projetos de Educação; Econômico, por meio das ações que remetem à Gestão Pública Eficiente; e Institucional, que ganha forma através da Formação de Lideranças" (Meesa, 2019).[384]

Destacamos os eixos de formação de lideranças e de educação. No caso do primeiro, o contexto é marcado pelo lançamento da Rede de Institutos de Formação de Lideranças (2019), criado com o intuito de acelerar o crescimento dos institutos menores do interior do estado e dar subsídios para a sua potencialização na formação de lideranças vinculadas às frações de classe empresarial. Desde 2018, o Meesa idealizou e articulou a formação dessa Rede. Para a sua efetivação, um Grupo de Trabalho foi formado por Associados Honorários do Instituto Líderes do Amanhã, os quais ficaram incumbidos de pensar e organizar a Rede.[385] Nesse caso, apontou Orlando B. Caliman (2019),[386] nos seus últimos momentos como Diretor de Educação e Gestão Social do Meesa:

---

[383] A maioria das informações sobre a composição dos comitês, entre 2018 e 2022, não foram divulgadas pelo endereço eletrônico oficial do Meesa. Sabemos de sua existência e de sua renovação a cada nova diretoria por intermédio de notícias que indicam a sua manutenção, mas sem indicar os sujeitos que os compõem na integralidade. No entanto, percebemos que as empresas mantenedoras sempre preservam seus representantes nesses comitês, como a Vale, a Arcelor Mittal e empresas vinculadas ao Sinepe, por exemplo. Além disso, nos documentos dos diagnósticos municipais produzidos para a Campanha #EducaçãoTransforma (2020/2021), o Comitê de Educação foi apresentado com a seguinte composição: Fabio brasileiro, diretor-presidente; Luiz Wagner Chieppe, presidente do Conselho Deliberativo; Luciano Gollner, Executivo de Educação; Ayone Sossai, Especialista Pedagógica; Lara Ghiotto, Articuladora de Políticas Públicas; e Polliana Aroeira, Especialista em Gestão Educacional. As empresas mantenedoras e apoiadoras do Núcleo eram: Vale, Águia Branca, Suzano, Garoto e Sicoob. Ao fazer o compilado das informações, percebemos que o Núcleo de Educação é o principal sujeito do Comitê. Este, por sua vez, conta com a participação de sujeitos que representam as empresas apoiadoras, mantenedoras e, ainda, aquelas vinculadas ao Sinepe.

[384] (Disponível em: https://web.archive.org/web/20190127222350/http://es-acao.org.br/conheca/. Acesso em: 31 mar. 2025).

[385] (Disponível em: https://es-acao.org.br/redes/. Acesso em: 9 abr. 2025); e (Disponível em: https://es-acao.org.br/2025/01/14/rede-de-institutos-fomenta-a-formacao-de-liderancas-empresariais-no-estado/. Acesso em: 9 abr. 2025).

[386] Transcrição da entrevista com Orlando B. Caliman concedida e publica no canal institucional do Meesa no dia 29 jan. 2019, sob o título de "Rede de Formação dos Institutos de Liderança", (Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=wiPKTykY8GM&ab_channel=Esp%C3%ADritoSantoemA%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 1 abr. 2025).

> A gente espera, na verdade, né, que esses jovens líderes comecem a preencher os espaços existentes de lideranças, seja na sua própria empresa, nas instituições, nas federações, sindicatos e, porque não, lideranças políticas também, a gente espera que possa emergir desse movimento. Fazer com que esse movimento se alastre não só no Espírito Santo, mas no Brasil como um todo.

Nesse sentido, a preocupação do Meesa em reocupar espaços no Estado Integral com seus intelectuais orgânicos, isto é, nos aparelhos privados da sociedade civil e nos aparelhos estatais, revela a busca pelo aprofundamento da capilaridade do movimento que, ao se lançar para além do executivo estadual rumo aos municípios, cumpre a estratégia de ampliar os tentáculos empresariais no comando do Estado. Assim, aliada às associações da Rede Empresarial, cria-se e fomenta-se uma Rede de Institutos de Formação de Lideranças.[387]

No que concerne ao eixo Educação, a atuação do Meesa passa a ser operacionalizada pelo núcleo (desde a primeira especialista contratada, em 2017), mas continua sendo pensada e discutida pelo Comitê de Educação do Meesa, o qual o núcleo também integra. A pretensão do Comitê de Educação passa a ser a de atuar no planejamento a fim de "[...] executar projetos voltados para inovações educacionais, através da promoção de ações para o desenvolvimento humano que contribuam para a compreensão da corresponsabilidade do indivíduo na sociedade, redução do índice de evasão escolar e envolvimento dos parceiros" (Meesa, 2019).[388] Na visão da organização,

> A formação integral se dá não apenas através da presença de um currículo de competências intelectuais, mas sim por competências essenciais para a natureza social de um indivíduo. Desta maneira, o objetivo principal é formar cidadãos baseados em princípios morais e éticos, que possam concluir o ciclo educacional básico conforme as entregas do programa, de forma a se tornarem indivíduos autônomos, solidários e competentes (Meesa, 2019).

A aparente integralidade da formação advogada pelo Meesa não passa de uma educação fragmentária que busca conformar os sujeitos às demandas neoliberais da contemporaneidade. Busca-se readequar a superestrutura à estrutura (pensar ao ser), isto é, readequar os subalternizados (natureza social) a uma condição conformada às mudanças provocadas pela reestruturação produtiva e a consequente lógica de empregabilidade. Assim, desconsideram-se as contradições de classe e se amparam em uma moralidade e eticidade neoliberais, a fim de

---

[387] Instituto Líderes do Amanhã – Meesa; Aliança Jovem – Associação para o Desenvolvimento de Linhares (Adel); Líderes do Futuro – Associação Empresarial de Colatina e Região (Assedic); Jovens Líderes – Associação Movimento Empresarial Aracruz e Região (Amear); Instituto Mais Líderes – Movimento Empresarial Sul do Espírito Santo (Messes).

[388] (Disponível em: https://web.archive.org/web/20190116164811/http://es-acao.org.br:80/comites/?active=comite-de-educacao. Acesso em: 31 mar. 2025).

forjar nos sujeitos uma autonomia individualista, bem como uma solidariedade acrítica, esvaziada de conteúdo social, as quais conduzem à desejada coesão social para o bom funcionamento dos negócios da classe dominante. Posto isso, voltamo-nos ao processo de ampliação e estruturação da equipe do Núcleo de Educação do Meesa e as suas contradições.

5.2.1 A ampliação precarizada da equipe interna do Meesa durante o triênio 2019-2022

A equipe interna do Meesa no primeiro ano desse triênio (2019) era composta pelos seguintes sujeitos: o Secretário Executivo, Orlando Bolsanelo Caliman; o Executivo de Educação, Luciano Gollner; três funcionários ligados ao administrativos/financeiro, são eles: Breno Salotto, Sabrina Marques e Cláudia Luzes, esta última vinculada ao Núcleo de Educação (*Back Office*); duas responsáveis pela comunicação e relacionamento, Luciane Ventura e Lícia Mendonça, respectivamente; e cinco profissionais vinculados aos projetos, dois Analistas de Projetos, Mariana Sales e Adriano Negris,[389] além de três prepostos educacionais, a especialista Pedagógica Ayone Sossai, a especialista em Gestão Educacional Polliana Aroeira e Lara Giotto, articuladora de Políticas Públicas.[390]

Entre 2020 e 2021, observamos algumas alterações. Assim, a equipe interna assumiu a seguinte composição: Secretário Executivo, Orlando Bolsanelo Caliman; Executivo de Educação, Luciano Gollner; um Analista Administrativo, Luan Soares Corcino; duas Analistas de Desenvolvimento, Aline Marques e Débora Macedo; uma Coordenadora de Comunicação, Luciana Ventura; uma *Back Office*, Cláudia Luzes; seis Consultores de Educação, Ayone Sossai, Polliana Aroeira, Adriana Morelato Barreto, Luan Bernardo Lima Carlos e Mylena Batista Ribeiro de Sousa; e uma Articuladora de Políticas Públicas, Lara Ghiotto.

A partir desse período, constatamos uma importante modificação do formato dos vínculos com a equipe do Meesa, em especial com o Núcleo de Educação: até então esses vínculos que ocorriam via CLT[391] passaram a se dar por intermédio de mecanismos de

---

[389] Adriano Negris ficou no Meesa até setembro de 2020, quando assumiu o cargo de Assessor Especial da Secretaria de Desenvolvimento e Planejamento do Governo do ES (2020-2021). .

[390] Lara Giotto de formou em bacharel em Engenharia Ambiental (2016) pela UFMG e fez MBA em Gestão com ênfase em Inovação e Liderança (2022) pela FGV. Entre 2017 e 2018, atuou como jovem Ensina em Cuiabá. Entre 2019 e 2022, foi analista e coordenadora de projetos na área educacional do Meesa. Em março de 2022, Lara retornou ao Ensina Brasil como gerente de projetos, onde ficou até o final daquele ano (Disponível em: https://www.linkedin.com/in/laraghiotto/. Acesso em: 24 mar. 2025).

[391] Deduzimos isso a partir do Demonstrativo Contábil dos exercícios 2017-2018 (Quadro 17), que apresenta as maiores despesas operacionais relacionadas à pessoal.

precarização originados na contrarreforma trabalhistas de 2017, do governo Temer. Dessa maneira, todos os consultores passaram a receber como Pessoas Jurídicas (CNPJ) via processo de "pejotização" (Quadro 17 ao 21).

Em especial, o Quadro 18 possibilita uma visualização do salto dos valores das despesas operacionais com pessoal para os serviços terceirizados de 2018 a 2019. Nesse período, nota-se uma diminuição das despesas com pessoal em 42%, ao passo em que se registra um aumento com serviços terceirizados em 130%. Nas despesas com os projetos de educação, contudo, não se registram mudanças significativas, em função de uma equipe ainda pequena.

Quanto aos valores da receita, entre 2018 e 2019, a sua maior parte advém de doações direcionadas aos projetos. O projeto de Educação, por seu turno, ficou com 25% do total doado, em 2018,[392] e com 38%, em 2019.[393] Salientamos que os doadores para os projetos não foram identificados nesses demonstrativos. Porém, no caso da Educação, identificamos os seguintes: ArcelorMittal, Fibria, Fucape *Businnes School*, Chocolates Garoto, Grupo Águia Branca, Samarco S.A., Sicoob e Vale S.A.[394]

Quadro 17 - Demonstrativo Contábil do Meesa: exercícios 2017-2018

DEMONSTRATIVO CONTÁBIL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2018					
Receitas Operacionais	**2017**	**2018**	**Despesas Operacionais**	**2017**	**2018**
Contribuição de mantenedores	R$1.205.353	R$1.103.593	Pessoal	R$ 559.932	R$715.624
			Serviços Terceirizados	R$322.403	R$169.387
			Administrativas	R$219.307	R$302.991
			Operacionais	R$103.828	R$249.363
			Outras	R$81.518	R$316.054
Doações para projetos	R$1.866.060	R$3.464.266	**Despesas com projetos**	R$1.866.060	R$3.069.048
Receitas financeiras	R$41.157	R$25.807			
Outras receitas	R$91.913	R$45.147			
Total	R$3.204.483	R$4.638.813	**Total**	R$3.153.048	R$4.653.081
ESPECIFICIDADE DOS PROJETOS DE EDUCAÇÃO NO DEMONSTRATIVO					

[392] Em 2018, os projetos que receberam doação além da Educação foram: Compete ES (8%); Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Agricultura (Pedeag) (0,0010); Saúde Prisional (3%); Meio Ambiente (1,20%); Cricaré (3,1%); Barragens (28%); Hospital Geral de Cariacica (3,2%); Qualificação Saúde (27%); 1º Fórum Brasil Governança, Riscos e Compliance (GRC) (1,10%). Percentuais aproximados.

[393] Em 2019, os projetos que receberam doação além da Educação foram: Compete ES (0,0007%); Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Agricultura (Pedeag) (0,03); Meio Ambiente (0,92%); Barragens (4,2%); Hospital Geral de Cariacica (17%); Qualificação Saúde (26%); Reforma da Previdência (12,2%); Rede Empresarial (0,007%); e Rede Ver a Cidade (1,2%). Percentuais aproximados.

[394] Doadores para projetos educacionais entre 2018-2019 (Disponível em: https://web.archive.org/web/20190318164754/http://es-acao.org.br/iniciativas?active=escola-viva-2. Acesso em: 3 abr. 2025).

Parte das receitas para os projetos de Educação	**2017**	**2018**	**Despesas com projetos**	**Montante 2017-2018**
Doações para projetos de Educação	R$249.000 (equivalente a 13,13% do total doado)	R$866.601 (equivalente a 25% do total doado)	Pessoal	R$233.400
			Serviços Terceirizados	R$290.298
			Administrativas	R$104.697
			Operacionais	R$76.444
			Outras	R$9.282
Total	R$249.000	R$866.601	**Total**	R$714.121

Fonte: Elaborado pelo autor (2025), a partir do documento original (Disponível em: https://es-acao.org.br/wp-content/uploads/2020/07/ES-em-A%C3%A7%C3%A3o-DFs-e-NEs-dezembro-de-2018.pdf. Acesso em: 2 abr. 2025).

Quadro 18 – Demonstrativo Contábil do Meesa: exercícios 2018-2019

DEMONSTRATIVO CONTÁBIL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2019					
Receitas Operacionais	**2018**	**2019**	**Despesas Operacionais**	**2018**	**2019**
Contribuição de mantenedores	R$1.103.593	R$ 1.113.596	Pessoal	R$715.624	R$415.420
			Serviços Terceirizados	R$169.387	R$389.474
			Administrativo	R$302.991	R$312.421
			Operacional	R$249.363	R$195.375
			Outros	R$316.054	R$137.737
Doações para projetos	R$3.464.266	R$1.558.929	**Despesas com projetos**	R$3.069.048	R$1.378.135
Receitas financeiras	R$25.807	R$25.552			
Outras receitas	R$45.147	R$96.355			
Total	R$4.638.813	R$2.794.402	**Total**	R$4.653.081	R$2.828.562
ESPECIFICIDADE DOS PROJETOS DE EDUCAÇÃO NO DEMONSTRATIVO					
Parte das receitas para os projetos de Educação	**2018**	**2019**	**Despesas com projetos**	**2017/2018**	**2019**
Doações para projetos	R$866.601 (equivalente a 25% do total doado)	R$594.795 (equivalente a 38% do total doado)	Pessoal	R$233.400	R$205.555
			Serviços Terceirizados	R$290.298	R$238.586
			Administrativas	R$104.697	R$4.953
			Operacionais	R$76.444	R$47.606
			Outras	R$9.282	R$1.049
Total	R$866.601	R$594.795	**Total**	R$714.121	R$497.749

Fonte: Elaborado pelo autor (2025), a partir do documento original (Disponível em: https://es-acao.org.br/wp-content/uploads/2020/07/ES-em-A%C3%A7%C3%A3o-DFs-e-NEs-dezembro-de-2019.pdf. Acesso em: 2 abr. 2025).

O Quadro 19 precisa ser analisado considerando o grave contexto pandêmico de 2020 do Covid-19. A manutenção de escolas fechadas, em virtude do isolamento social, e as limitações de atividades públicas presenciais reverberaram em uma maior despesa com

comunicação que aumentou em mais de 260% de 2019 para 2020. Nesse intervalo, a receita com doações aos projetos diminui em mais de R$1.000.000,00. Entretanto, na educação, observamos a manutenção aproximada dos valores, configurando o destino de 95% das receitas.[395] Nota-se ainda que as despesas operacionais reduziram no exercício 2020 em relação ao ano anterior (2019), com destaque na diminuição com pessoal e serviços terceirizados, mas, nas despesas com os projetos de educação, observa-se um sutil aumento.

Quadro 19 - Demonstrativo Contábil do Meesa: exercícios 2019-2020

DEMONSTRATIVO CONTÁBIL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2020					
Receitas Operacionais	**2019**	**2020**	**Despesas Operacionais**	**2019**	**2020**
Contribuição de mantenedores	R$ 1.113.596	R$1.059934	Pessoal	R$415.420	R$253.421
			Serviços Terceirizados	R$389.474	R$228.292
			Administrativo	R$312.421	R$288.660
			Operacional	R$195.375	-
			Comunicação	R$96.203	R$347.850
			Outros	R$137.737	R$90.084
Doações para projetos	R$1.558.929	R$547.314	**Despesas com projetos**	R$1.378.135	R$547.549
Receitas financeiras	R$25.552	R$7.053			
Outras receitas	R$96.355	R$281.560			
Total	R$2.794.402	R$1.895.861	**Total**	R$2.828.562	R$1.755.856
ESPECIFICIDADE DOS PROJETOS DE EDUCAÇÃO NO DEMONSTRATIVO					
Parte das receitas para os projetos de Educação	**2019**	**2020**	**Despesas com projetos**	**2019**	**2020**
Doações para projetos	R$594.795 (equivalente a 38% do total doado)	R$518.129 (equivalente a 95% do total doado)	Pessoal	R$205.555	R$243.805
			Serviços Terceirizados	R$238.586	R$246.584
			Administrativas	R$4.953	R$3.350
Total	R$594.795	R$518.129	Operacionais	R$47.606	-
			Outras	R$1.049	R$23.543
			Total	R$497.749	R$517.282

Fonte: Elaborado pelo autor (2025), a partir do documento original (Disponível em: https://es-acao.org.br/es-em-acao-dfs-e-nes-dezembro-de-2020-final-2/. Acesso em: 2 abr. 2025).

[395] Além do projeto Educação, o projeto Qualificação Saúde recebeu aproximadamente 5% dos recursos daquele ano corrente.

Quadro 20 - Demonstrativo Contábil do Meesa: exercícios 2020-2021

DEMONSTRATIVO CONTÁBIL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2021					
Receitas Operacionais	**2020**	**2021**	**Despesas Operacionais**	**2020**	**2021**
Contribuição de mantenedores	R$1.059934	R$1.063.027	Pessoal	R$253.421	R$197.335
			Serviços Terceirizados	R$228.292	R$600.870
			Administrativo	R$288.660	R$102.271
			Operacional	-	-
			Comunicação	R$347.850	R$244.983
			Outros	R$90.084	R$ 36.601
Doações para projetos	R$547.314	R$2.908.997	**Despesas com projetos**	R$547.549	R$2.871.885
Receitas financeiras	R$7.053	R$19.640			
Outras receitas	R$281.560	R$161.483			
Total	R$1.895.861	R$4.153.147	**Total**	R$1.755.856	R$4.053.945
ESPECIFICIDADE DOS PROJETOS DE EDUCAÇÃO NO DEMONSTRATIVO					
Parte das receitas para os projetos de Educação	**2020**	**2021**	**Despesas com projetos**	**2020**	**2021**
Doações para projetos	R$518.129 (equivalente a 95% do total doado)	R$702.854 (equivalente a 24% do total doado)	Pessoal	R$243.805	R$113.063
			Serviços Terceirizados	R$246.584	R$1.529
			Administrativas	R$3.350	R$505.569
			Operacionais	-	-
			Outras	R$23.543	R$45.582
Total	R$518.129	R$702.854	**Total**	R$517.282	R$665.743

Fonte: Elaborado pelo autor (2025), a partir do documento original (Disponível em: https://es-acao.org.br/es-em-acao-dfs-e-nes-dezembro-de-2021-final/. Acesso em: 2 abr. 2025).

Em 2021 (Quadro 20), segundo ano pandêmico, as receitas aumentam de forma considerável, em função do salto de doações para projetos, com aumento de mais 430%, em relação ao ano anterior. Tal elevação se deveu às doações para "leitos pós-covid"[396] que somaram mais de 70% do total doado (R$2.049.206,00). Assim, foram destinados aos projetos de Educação 24% do total doado (R$702.854,00) e o restante dividiu-se entre Planejamento Estratégico Vitória (5%)[397] e Qualificação Saúde (1%). As empresas doadoras para o projeto Educação foram as seguintes: Grupo Águia Branca, Real Café, Sicoob e Vale S.A.

[396] De acordo com o relatório de atividades do Meesa (2021), os doadores para o projeto "Leitos Pós-Covid" foram a EDP, o Grupo Águia Branca e a Suzano.

[397] Tratou-se de um plano estratégico 2021-2024 elaborado pela Prefeitura Municipal de Vitória com o apoio e colaboração do Meesa, com a participação do conselheiro-fundador João Gualberto Moreira Vasconcelos, Orlando B. Caliman e Fábio Brasileiro. Tal plano seguiu a mesma estrutura do Plano ES 2030. As empresas doadoras para esse projeto foram: Apex Partners, Faesa, Grupo Águia Branca, Sistema OCB/ES e Vale S.A. (Meesa, 2021) (Disponível em: https://m.vitoria.es.gov.br/download.php?tipo=1&id=3315. Acesso em: 3 abr. 2025).

Durante todo esse período (2019-2022), percebe-se uma média de receita para os projetos de Educação de aproximadamente R$540.000,00 por ano. A maior parte da aplicação desses recursos foram direcionados ao pagamento de pessoal, assessorias e terceirizados. Entendemos que, além dos consultores integrantes da equipe de educação do Meesa, os serviços terceirizados correspondem aos valores pagos às consultorias realizadas por empresas parceiras, como o ICE. Porém, nos demonstrativos contábeis, não há detalhamento sobre o destino de tais valores.

Nos exercícios de 2021 e 2022 (Quadro 21), ficam mais explícitas as dinâmicas de contratação via consultorias (terceirização) e pagamentos de membros da equipe como assessorias, sem incidir como pagamento de pessoal e, portanto, escapando de tributos e direitos trabalhistas. Boa parte das despesas administrativas operacionais e com projetos vinculavam-se a esses pagamentos. Destacam-se, ainda, as despesas com comunicação e eventos realizados pela organização, que se mantiveram em níveis mais elevados desde 2020.

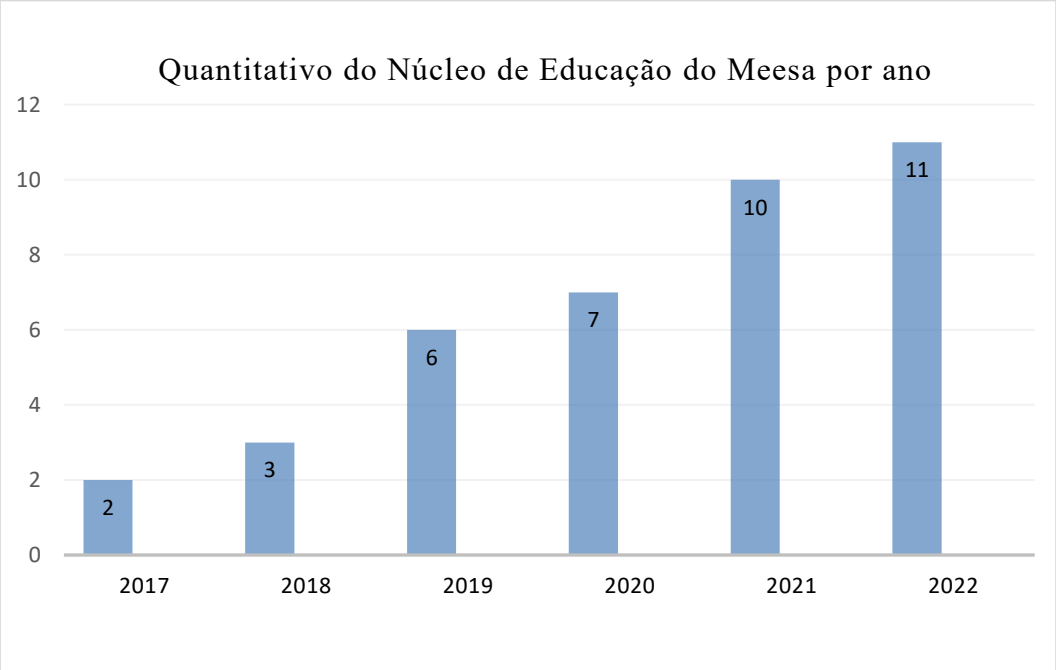
Quadro 21 - Demonstrativo Contábil do Meesa: exercícios 2021-2022

DEMONSTRATIVO CONTÁBIL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2022					
Receitas Operacionais	**2021**	**2022**	**Despesas Operacionais**	**2021**	**2022**
Contribuição de mantenedores	R$1.063.027	R$1.139.300	Pessoal	R$197.335	R$268.372
			Assessorias e Serviços Terceirizados	R$600.870	R$592.760
			Administrativo	R$102.271	R$302.828
			Operacional	-	-
			Comunicação/Eventos	R$244.983	R$379.667
			Outros	R$ 36.601	R$164.064
Doações para projetos	R$2.908.997	R$474.586	**Despesas com projetos**	R$2.871.885	R$474.586
Receitas financeiras	R$19.640	-			
Outras receitas	R$161.483	R$510.652			
Total	R$4.153.147	R$2.124.538	**Total**	R$4.053.945	R$2.094.729
ESPECIFICIDADE DOS PROJETOS DE EDUCAÇÃO NO DEMONSTRATIVO					
Parte das receitas para os projetos de Educação	**2021**	**2022**	**Despesas com projetos**	**2021**	**2022**
Doações para projetos	R$702.854 (equivalente a 24% do total doado)	R$352.528 (equivalente a 74% do total doado)	Pessoal	R$113.063	R$6.592
			Serviços Terceirizados	R$1.529	-
			Administrativas	R$505.569	R$ 345.464
			Operacionais	-	-
			Outras	R$45.582	R$472
Total	R$702.854	R$352.528	**Total**	R$665.743	R$352.528

Fonte: Elaborado pelo autor (2025), a partir do documento original (Disponível em: https://es-acao.org.br/wp-content/uploads/2023/04/ES-EM-ACAO-DFs-e-NEs-Dezembro-2022-Final.pdf. Acesso em: 2 abr. 2025).

Ao longo do triênio 2019-2022, percebe-se uma elevação do número de integrantes da equipe de Educação do Meesa que chega a 11 pessoas em 2022 (Gráfico 10). Desses, Luciano Gollner ocupava o posto de maior destaque de direção e de difusão do consenso empresarial na educação, com participação em eventos e como representante dos assuntos educacionais do Meesa. Enquanto Ayone Sossai e Polliana Aroeira, funcionárias mais antigas, ficavam mais diretamente encarregadas de dirigir e realizar as consultorias pedagógicas e de gestão educacional, respectivamente. Em 2022, com a saída de Lara Ghiotto, outra Alumni do Ensina Brasil, Júlia Zerlotini assumiu o cargo de Articuladora de Políticas Educacionais. Os demais sujeitos foram incorporados à equipe como consultores de gestão ou consultores pedagógicos, de acordo com a sua formação inicial. Os primeiros, com formação em áreas como Administração, Ciências Contábeis e Engenharia, e os segundos, com formação em Pedagogia ou licenciaturas, como se pode constatar no Quadro 22.

Gráfico 10 - Quantitativo de integrantes do Núcleo de Educação do Meesa por ano



Fonte: Elaborado pelo autor (2025), com base na plataforma Lattes e na rede social profissional Linkedin.

Quadro 22 - Diretores e funcionários do Núcleo de Educação: 2019/2023

NOME	FORMAÇÃO	CARGOS/FUNÇÕES POR PERÍODO (MÊS/ANO)	ATUAÇÃO ANTERIOR/POSTERIOR
Orlando B. Caliman	Bacharel em Direito pela FDV (2002-2007), pós-graduado em Direito da Economia e da Empresa pela FGV (2007-2009), em Direito Processual pela FGV (2009-2009) e em Gestão Tributária e Sucessória pela Fucape (2012-2013). Fez especialização em Liderança e Gestão Pública no Centro de Liderança Pública (CLP) (2016-2017), *Public Leadership Credential* na *Havard Kennedy School* (2020-2021) e XBA Gestão, Inovação e Tecnologia na *StartSe University* (2021-2021).	08/2018 a 01/2019 Diretor de Educação e Gestão Social. 01/2019 a 05/2022 Secretário Executivo	Presidente do Instituto Líderes do Amanhã (ILA), em 2014; Subsecretário de Logística, Transportes e Comércio Exterior Subsecretário de Logística, Transportes e Comércio Exterior da Secretaria de Estado de Desenvolvimento do Espírito Santo (2015-2017); diretor jurídico e de compliance da Apex Partners (2017); e secretário executivo do Meesa (2019-2022)
Fábio Brasileiro	Graduado em Administração de Empresas pela Faesa, com MBA em Gestão de Negócios pela Universidade de São Paulo (USP) e especialização em Gestão Estratégica pelo MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts, em Cambridge nos EUA)	01/2019 a 07/2019 Diretor de Educação e Gestão Social. 07/2019 a 07/2022 Diretor-presidente do Meesa	Funcionário da Vale por mais de 30 anos, ocupando cargos de direção ligados à logística, transporte transoceânico, ferroviário e mineração. Em 2016, ingressou no Meesa como membro do Conselho Operacional, indicado pela Vale.
Rodrigo de Oliveira Gama	Bacharel em Engenharia Mecânica pela Ufes (1996) e MBA em Gestão de Negócios e especializações em Gestão Ambiental e Segurança do Trabalho	07/2022 a 07/2025 Diretor de Educação	Desde 08/2023 ocupa o cargo de Diretor de Pessoas, Bem-Estar, Saúde e Segurança ArcelorMittal; foi Gerente Geral de Gestão de Pessoas, Saúde e Segurança da ArcelorMittal Tubarão entre 03/2018 a 01/2024; e Gerente de infraestrutura interna de 10/2017 a 02/2018; entrou na empresa em 03/1997 e passou por vários cargos até chegar à gestão.
Luciano Gollner	Bacharel em Economia pela Ufes (2007); MBA em Gestão e Sustentabilidade pela Fucape Businnes School (2016); e MBA em Liderança e Gestão de Políticas Públicas pelo CLP (2018)	10/2004 a 09/2006 Estagiário 09/2006 a 09/2012 Gerente de Projetos 09/2012 a 01/2019 Secretário Executivo 01/2019 a 07/2022	Diretor de Comunicação do ILA entre 03/2012 a 03/2013 e Diretor de Formação entre 03/2014 a 03/2015.

		Executivo de Educação 07/2022 a 07/2025 Superintendente: responsável pela gestão do Meesa e ainda lidera o núcleo de Educação.	
Ayone Sossai	Graduada em pedagogia pela Fundação Castelo Branco (2001), fez MBA em Gestão de Pessoas no Centro Universitário do Espírito Santo (2014).	03/2017 a 12/2020 Analista de Projetos Sênior 01/2021 a 08/2024 Consultora Educacional – Especialista Pedagógica (Precarizado – MEI) 01/2023 a Supervisora do time de consultores	Foi pedagoga do CEI Formiguinha entre 01/2005 a 06/2012 e supervisora regional da *Lyon Facilities* (treinamento motivacional) entre 06/2012 a 04/2015.
Polliana Aroeira	Pós-graduação em Gestão. Sem informações disponíveis na rede.	07/2018 a 01/2021 Analista de Educação 01/2021 a 03/2023 Consultora Educacional – Especialista em Gestão Educacional (Precarizada – MEI) 03/2023 a Coordenadora de Educação.	Sem informações disponíveis.
Cláudia Luzes	Graduada em Gestão Mercadológica, Administração e Marketing pela Faesa (2008).	01/2019 a *Back Office* do Núcleo de Educação	Técnica em Serviços Gráficos do Diário Oficial do Espírito Santo entre 09/2010 a 08/2013; Gerente de Produção na Next Editorial entre 09/2013 a 07/2017; Comunicação do Meesa desde 10/2017.
Lara Ghiotto	Bacharel em Engenharia Ambiental pela UFMG (2016) e MBA em Gestão com ênfase em Inovação e Liderança pela FGV (2022)	02/2019 a 01/2022 Articuladora de Políticas Educacionais	Estágio em assistência de processos na Odebrecht Ambiental (2016); foi Alumni do Ensina Brasil entre 01/2017 a 12/2018, em Cariacica, Associada II do Instituto Líderes do Amanhã (2021) e Gerente de projetos do Ensina Brasil entre 03/2022 a 12/2022.
Kézia Murta	Graduada em Engenharia Civil pela UFBA (2017), Licenciatura em matemática pela Unopar (2019), mestrado profissional em Gestão e Políticas Públicas pela FGV (2024).	01/2020 a 06/2020 Consultora em Gestão na área da Educação (Precarizada -CNPJ)	Engenheira Civil na São Paulo Engenharia entre 05/2017 a 12/2017; Alumni do Ensina Brasil entre 01/2018 a 12/2019, em Vila Velha; Coordenadora Alumni entre 07/2020 a 07/2023 no Ensina Brasil; e Gerente de Estratégia, avaliação e pesquisa desde 07/2023.

Adriana Morelato Barreto	Graduada em Geografia pela Ufes (2001), Especialista em Psicopedagogia pelo Instituto Superior de Educação e Cultura Ulysses Boyd (2005) e Especialista em Gestão Escolar e Processo Educacionais pela Faesa (2023).	2021 a 2022 Consultora Pedagógica (Precarizada - MEI)	Diretora Escolar da Cedtec entre 2012 a 2017; Diretora Escolar do Instituto Ensinar Brasil entre 2017 a 2020; Assessora da Direção na escola Contec entre 2022 e 2023. Diretora Pedagógica da Cedtec desde 2023.
Luan Bernardo Lima Carlos	Graduado em Administração pela Ufes (2015) e mestre em Administração pela mesma instituição (2018	2021 a 2022 Consultor em Gestão na área da Educação (Precarizado – CNPJ)	Professor de Educação Profissional em Designação Temporária da Sedu, em 2019; em 2020, foi bolsista de pesquisa no IJSN; Conteudista de EaD (2019-2020) e Tutor de EaD na Universidade de Vila Velha (UVV) desde 2022.
Julia Zerlotini	Graduada em Ciências Biológicas pela UFSJ (2014), mestra em Ciências Biológicas pela UFJF (2020).	01/2021 a 01/2021 *Summer job* 02/2022 a 09/2022 Articuladora de políticas educacionais 09/2022 a 12/2024 Analista de desenvolvimento de projetos educacionais 03/2023 a 12/2024 Líder de Comunidade Be Leader 12/2024 a Analista de desenvolvimento de projetos (Liderança).	Auxiliar administrativo do Departamento de Água e Esgoto de São João Del Rei entre 07/2011 a 07/2012; auxiliar administrativo do Centro do adolescente Ativo (CAA) entre 01/2014 a 07/2014; professora da educação básica na Secretaria de Educação de Minas Gerais e no sistema prisional entre 01/2015 a 02/2020; Alumni do Ensina Brasil no período de 02/2020 a 01/2022, em Cariacica.
Larissa Venuto Braga	Bacharel em Pedagogia no Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (2001), Especialista em Pedagogia Empresarial, Administração e Negócios pela Estácio (2007), MBA em Gerenciamento de Projetos pela MMurad (2020) e Especialista em Gestão de Políticas Públicas pela Faveni (2024).	02/2022 a 02/2023 Articuladora de Políticas Educacionais (Precarizada - CNPJ)	Atuou como Supervisora Pedagógica no Senac/MG entre 2011 e 2012; Analista Técnica de Educação no Senai de 10/2013 a 04/2015; Gestora de Implementação de Projetos Pleno entre 05/2015 a 06/2021; Coordenadora de Polo Saeb da Cesgranrio (2021); Articuladora/Mobilizadora da Busca Ativa Escolar em parceria da Undime com Unicef (2022); Consultora Comercial da Editora Moderna entre 04/2023 a 05/2024; Especialista em Inovação da Faesa (2024); Consultora de Projetos Sênior na FGV desde 08/2024.
Beatriz Castro Teixeira	Graduada em Pedagogia pela Uniasselvi (2022)	01/2022 a Consultora Pedagógica (Precarizado - MEI)	Sem informações.

Mylena Batista Riberio de Sousa	Ciências Contábeis pela Ufes (2022)	2021 a 2022 Consultora de Gestão na área da Educação (Precarizado)	Sem informações.
Jandira Maria da Silva de Vasconcelos	Graduada em Pedagogia, Especialista em Empreendedorismo Educacional pela PUC-RJ (2017).	02/2023 Consultora Pedagógica (Precarizado - MEI)	Técnica de Educação Profissional da Sedu/ES entre 2009 a 2012; Gerente de Educação Profissional da Sedu entre 2018 e 2019.
Fabyola Fernandes	Graduação em Pedagogia pela Cesat ES, Especialista em Psicopedagogia (2005) e em Didática do Ensino Superior (2011) pela Cândido Mendes.	2024 - Consultora Pedagógica (Precarizado - MEI)	Sem informações.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025), a partir das informações do endereço eletrônico oficial do Meesa, das redes sociais profissionais (Linkedin) dos funcionários e dos Lattes.

Desse modo, direcionamos nosso olhar para os funcionários do Meesa sob a orientação da categoria gramsciana de "Intelectual orgânico". Na abertura do Caderno 12, Gramsci evidencia a seguinte questão: "Os intelectuais são um grupo autônomo e independente, ou cada grupo social tem sua própria categoria especializada de intelectuais?" (Gramsci, 2004, v. 2, C12, § 1, p. 15).

Sob a égide de uma pretensa neutralidade axiológica, alguns intelectuais "respondem" a essa questão tentando se colocar de forma autônoma à realidade contraditória em que estão inseridos. Ao usar o subterfúgio da imparcialidade, tais intelectuais se posicionam unilateralmente à concepção de mundo dominante, pois não estranham a realidade contraditória, menos ainda almejam a sua transformação, na medida em que adequam a si e, consequentemente, as suas reflexões e pesquisas à manutenção do *status quo*. Mas isso não quer dizer que os intelectuais que se autoproclamam autônomos o sejam. É preciso analisar a atuação desses intelectuais na totalidade social concreta e seus vínculos com as classes sociais em movimento na história. Cabe, portanto, colocar em relevo que as dimensões do ser (realidade) e do pensar (conhecimento), embora diversas, compõem a mesma unidade, o que desmonta a pretensão de neutralidade científica advogada (Martins, 2008).

Por seu turno, Gramsci responde à questão suscitada enfatizando a complexidade do problema assentado no processo histórico do real e na formação dos diversos tipos de intelectuais. Suas reflexões e sínteses sobre a questão se dão sob a orientação marxiana da categoria de classe (Martins, 2011) e, por isso, dão novos contornos e profundidade à problemática, bem como marcam o filósofo da práxis em um terreno de fertilidade e renovação do pensamento marxista. Tal esforço do marxista sardo "[...] possibilitou identificar a seara do

trabalho intelectual também como espaço em que se desenvolve a disputa pela hegemonia" (Martins, 2011, p. 133), convencendo-se progressivamente de que a dominação não se dá somente a partir da concentração do capital e dos aparelhos de coerção do Estado, mas também pela luta hegemônica entre as classes sociais. Tais lutas ocorrem com intensidade no âmbito da cultura, na esfera da sociedade civil e na disputa do senso comum (Semeraro, 2021).

Por certo, Gramsci estava consciente da centralidade dos intelectuais na complexa sociedade ocidental do seu tempo. Por essa razão, reserva à tal questão um espaço expressivo em seus escritos. Ao ter vivenciado a figura do intelectual militante como poucos, ele captou a complexidade dinâmica de expansão da sociedade civil e a ampliação das expressões intelectuais na superestrutura (Semeraro, 2006).

Assim,

> [...] em contraposição às teorias que na sua época defendiam a elitização dos intelectuais (Benda, 1979), que se assustavam com o avanço das massas (Ortega y Gasset, 1980), que desprezavam a democracia (Nietzsche, 1990, §§ 202-203) ou separavam a política da ciência (Weber, 1993), Gramsci valoriza com singularidade o saber popular, defende a socialização do conhecimento e recria a função dos intelectuais, conectando-os às lutas políticas dos "subalternos" (Gramsci, 1975, p. 1.505-1506) (Semeraro, 2006, p. 376).

O filósofo italiano não faz uma conceituação apriorística e abstrata concernentes aos intelectuais. Em consonância com o materialismo histórico-dialético, ele abraça a premissa marxiana de análise concreta de situações concretas da realidade. Distancia-se do "[...] erro metodológico mais difundido" (Gramsci, 2004, v. 2, C12, § 1, p.18) de buscar o critério de distinção no que é inerente às atividades intelectuais. Volta-se ao "[...] conjunto do sistema de relações no qual estas atividades (e, portanto, os grupos que as personificam) se encontram no conjunto geral das relações sociais" (Gramsci, 2004, v. 2, C12, § 1, p. 18), haja vista que "[...] uma massa humana não se 'distingue' e não se torna independente "para si" sem organizar-se (em sentido lato); e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes [...]" (Gramsci, 2022, v. 1, C11, § 12, p. 104).

Nesse caso, ao lançar luz sobre a história dos intelectuais, sobretudo italianos, e sobre a sociedade e as relações sociais de produção, Gramsci destaca duas das formas mais importantes de intelectuais, a saber: os intelectuais tradicionais e os intelectuais orgânicos.

Para Gramsci, intelectuais tradicionais são aqueles remanescentes da hegemonia precedente, isto é, são intelectuais que eram orgânicos ao grupo social dominante vinculado ao modo de produção anterior e que formou, naquele período, um bloco histórico, mas que, no desenrolar da história, uma vez superado o antigo modo de produção, sobrevivem sob a

condição de tradicionais. Trata-se de uma espécie de espelhamento remanescente da superestrutura em relação à estrutura superada. Em decorrência disso, tais intelectuais assumem-se como autônomos e independentes. Contudo, desatados do "[...] novo grupo social que representa organicamente a nova situação histórica, [...] são um rebotalho conservador e fossilizado do grupo social historicamente superado" (Gramsci, 2022, vo. 1, C 11, §16, p. 126). Portanto, eles são disputados e podem ser cooptados pelos grupos organicamente ligados às classes antagônicas (dominantes e dominados). Não se trata, então, de sujeitos que flutuam acima da realidade, pois a sua relativa autonomia se manifesta dentro de uma realidade conflituosa e em disputa pelos intelectuais orgânicos.

Saviani indica que os intelectuais orgânicos são orgânicos em duas expressões:

> [...] porque gerados pelo próprio organismo constitutivo da classe e porque desempenham, perante ela, a função de organizá-la, de conferir-lhe unidade, coerência e homogeneidade; numa palavra, desempenham a função de dar organicidade à classe à qual se encontram umbilicalmente ligados (Saviani, 2016, p. 146).

Portanto, o intelectual orgânico é aquele que exerce a função dirigente e organizativa da concepção de mundo que se quer fazer hegemônica, no âmbito da sociedade de classes:

> Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, **não apenas no campo econômico, mas também no social e político**: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de **uma nova cultura, de um novo direito etc., etc**. Deve-se observar o fato de que o empresário representa uma elaboração social superior, já caracterizada por uma certa capacidade dirigente e técnica (isto é, intelectual): ele deve possuir uma certa capacidade técnica, não somente na esfera restrita de sua atividade e de sua iniciativa, mas também em outras esferas, pelo menos nas mais próximas da produção econômica [...] (Gramsci, 2004, v. 2, C12, § 1, p. 15, grifos nossos).

Ao enfatizar que a atuação do grupo social, que cria organicamente seus intelectuais, vai para além do campo econômico, abrangendo dialeticamente os campos sociais, culturais, jurídicos e políticos, Gramsci "[...] traduz a clássica metáfora de 'estrutura e superestrutura'[...]" (Semeraro, 2021, p. 32) e visa dar evidência à argumentação que afasta leituras economicistas e mecanicistas (Semeraro, 2021).

Isso não significa que todos que estão vinculados organicamente à classe desempenham, igualmente, as mesmas funções intelectuais. Dentro do grupo de intelectuais orgânicos, não há uma equivalência nas funções e níveis desempenhados, pois a função de organização da cultura em busca da hegemonia não ocorre sem certo nível de divisão do trabalho entre os intelectuais

(Gramsci, 2004, v. 2, C12). Nesse caso, há clivagens nos papeis desenvolvidos dentro do grupo, ou seja, gradação de designações, das mais elevadas às mais técnicas. Conforme Gramsci aponta:

> De fato, a atividade intelectual deve ser diferenciada em graus também do ponto de vista intrínseco, graus que, nos momentos de extrema oposição, dão lugar a uma autêntica diferença qualitativa: no mais alto grau, devem ser postos os criadores das várias ciências, da filosofia, da arte, etc.; no mais baixo, os mais modestos "administradores" e divulgadores da riqueza intelectual já existente, tradicional acumulada (Gramsci, 2004, v. 2, C12, § 1, p. 21).

Gramsci (2004, v. 2, C12, § 1, p. 21) infere que "Os intelectuais são os 'prepostos' do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político [...]". Nesse sentido, é possível relacionar a função desses prepostos à ideia aludida por Maquiavel (2015, p. 89), ao afirmar que "[...] é necessário, antes de mais nada, como verdadeira base de qualquer empreendimento, prover-se de tropas próprias, porque não existem outras mais fiéis nem melhores". Assim, os intelectuais orgânicos podem ser considerados como "as tropas próprias" da classe dominante, sendo a ela fiéis e hábeis no processo de forja do consenso "espontâneo" e no processo de coerção, direcionados a disciplinar aqueles que não consentem "espontaneamente", envolvendo o funcionamento de instâncias do aparelho de Estado.

Cabe destacar que, para Gramsci, a organicidade dos intelectuais que servem ao empresariado capitalista é limitada, tendo em vista que ocupam uma posição de prepostos ou oficiais e suboficiais subalternos (em uma analogia à hierarquia militar) do grupo dominante. Ocupam, portanto, um lugar subalterno devendo obediência ao "Estado-maior", isto é, ao grupo dirigente responsável por sistematizar a concepção de classe e planejar as ações políticas desta classe. Assim, [...] não possuem nenhuma iniciativa autônoma" (Gramsci, 2004, v.2, C12, § 1, p. 22), tornando-se executores, diferentes dos altos intelectuais que concebem os planos e ideais, bem como exercem a direção política.

Recorremos a análise feita por Saviani (2016) a partir da obra de Grisoni e Maggiori que apresentam quatro funções fundamentais desempenhadas pelos intelectuais orgânicos:

> a) Organizar a função econômica provendo os quadros técnicos, economistas, tecnocratas e similares; b) organizar as concepções heteróclitas dos membros e setores da classe que representam e do conjunto do corpo social numa visão de mundo coerente e homogênea; c) favorecer o consenso espontâneo das grandes massas da população à classe hegemônica na medida em que estabelecem a correspondência entre a referida concepção de mundo coerente e orgânica e a direção que sua classe imprime à vida social; d) assegurar legalmente a disciplina social atuando como funcionários da sociedade política (aparelho governamental) nos postos de ministros, juízes, militares, parlamentares etc. (apud Saviani, 2016, p. 147).

Nesse sentido, podemos notar que as funções fundamentais se interpõem em esferas que passam pela: (a) formação de quadros para organização da produção; (b) atuação na sociedade civil via aparelhos hegemônicos elaborando e difundindo a concepção de mundo coesa à classe; (c) articulação do bloco histórico dominante estendendo às massas a concepção de mundo da classe, estabelecendo o senso comum; (d) e a atuação dos intelectuais como quadros da sociedade política (Saviani, 2016).

Em síntese, os intelectuais orgânicos, funcionários da superestrutura, "[...] são células vivas da sociedade civil e da sociedade política: são eles que elaboram a ideologia da classe dominante, dando-lhe consistência de seu papel, e a transformam em 'concepção de mundo' que impregna todo o corpo social" (Portelli, 1977, p. 87). As funções econômicas, hegemônicas e coercitivas, articuladas, contribuem para a unidade da classe e para a sua hegemonia no seio do bloco histórico.

Entretanto, a relação de organicidade não é mecânica: "[...] o intelectual desfruta de uma relativa autonomia em relação à estrutura sócio-econômica, da qual ele não é o 'reflexo' passivo" (Portelli, 1997, p. 88). Logo, se por um lado, é possível um filho de um industrial assumir uma posição classista proletária (mais raro, como no caso de Engels), por outro, é mais comum o processo de cooptação de intelectuais orgânicos à classe subalterna pela classe dominante, como já ilustrado pela repreensão *horribile dictu* do poeta cancioneiro: "Vamos lá, ex-sonhadores [...] Mire-se o dólar que faz sol Esplim, susexo e poder" (Belchior, 1988).[398]

Nesse aspecto,

> Entre o consenso e a força, situa-se a corrupção-fraude (que é característica de certas situações de difícil exercício da função hegemônica, apresentando o emprego da força excessivos perigos), isto é, o enfraquecimento e a paralisação do antagonista ou dos antagonistas através da absorção dos seus dirigentes, seja velada, seja abertamente (em casos de perigo iminente), com o objetivo de lançar a desordem nas fileiras adversárias (Gramsci, 2022, v. 3, C13, § 37, p. 96).

Nota-se, portanto, o processo de "transformismo molecular", quando os intelectuais dirigentes vinculados às classes subalternas se deslocam individualmente para a classe conservadora, e "transformismo", quando grupos de intelectuais são cooptados pela classe antagônica (Gramsci, 2015, v. 5, C8, § 36).

Desse modo, a luta hegemônica se coloca em primeiro plano. Gramsci enfatiza que o exercício comum da hegemonia

> [...] caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da

[398] Versos da canção "Os profissionais" do Álbum "Elogio à loucura" de Belchior, lançado em 1988.

> maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações -, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados (Gramsci, 2022, v. 3, C13, § 37, p. 96).

É importante observar o deslocamento do tipo de luta política dentro de um contexto de maior complexificação da sociedade civil e da sua estrutura mais resistente às irrupções (Gramsci, 2022, v. 3, C13, § 24). Este processo de complexificação, mediante ao aprofundamento da sua politização, proporcionou à burguesia novas estratégias de dominação (Neves, 2005), considerando que "[...] as superestruturas da sociedade civil são como o sistema das trincheiras na guerra moderna (Gramsci, 2022, v. 3, C13, § 24, p. 73). É nesse sentido que a "guerra de posição" toma o primeiro plano e, no seio da sociedade civil, desenvolvem-se os aparelhos privados de hegemonia que, mediados pelos seus intelectuais orgânicos, empenham-se na conformação de um "bloco histórico" em articulação dialética com os aparelhos de coerção da sociedade política, configurando o que o filósofo sardo chamou de Estado Integral (Gramsci, 2022).

É nesse cenário contraditório de luta de classes e busca pela hegemonia que se insere o Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação (Meesa), um aparelho privado de hegemonia de frações da classe burguesa capixaba que conta com seus intelectuais orgânicos na formulação de propostas e na disputa para a conformação do consenso na área educacional para afirmar a hegemonia burguesa. Logo, esses intelectuais exercem função de organização da cultura de forma a dar homogeneidade e coerência aos pressupostos forjados pela classe a qual estão organicamente ligados, além de exercerem função diretiva política nos espaços pelos quais perpassam.

Nesse sentido, do ponto de vista macro organizacional, notamos as clivagens entre os diferentes níveis de atuação dos intelectuais orgânicos às frações empresariais que atuam no Espírito Santo por meio do partido do empresariado, o Meesa. Compõem o quadro hierárquico: os fundadores/conselheiros deliberativos; os conselheiros operacionais, representantes das mantenedoras e presidentes das associações da Rede Empresarial; a diretoria executiva, eleita para dirigir o partido do empresariado a cada triênio; e a equipe técnica interna. Os três primeiros compõem a estrutura de governança do Meesa, ou seja, no sentido gramsciano, o "Estado-maior", e o último, composto por funcionários ou prepostos na hierarquia institucional.

Ao analisar a organização das sociedades nacionais, Gramsci assinala que,

> [...] numa determinada sociedade, ninguém é desorganizado e sem partido, desde que se entendam organização e partido num sentido amplo, e não formal [...]. Nesta multiplicidade de sociedades particulares [...] uma ou mais prevalecem relativa ou absolutamente, constituindo o aparelho hegemônico de um grupo social sobre o resto da população (ou sociedade civil), base do Estado compreendido estritamente como aparelho governamental-coercitivo (Gramsci, 2022, v. 3, C6, §136, p. 254).

No entendimento gramsciano, o sentido amplo de partido rompe com uma pretensa neutralidade daqueles, como o Meesa, que se autoproclamam apartidários, haja vista que a proposição de Gramsci não se limita às entidades político-eleitorais. Nessa compreensão, as variadas formas de articulação, mobilização e organização coletivas que produzem e difundem concepções de mundo vinculadas às demandas de classe atuam como partido, no sentido amplo, pois disputam e buscam o domínio da direção moral e intelectual da sociedade, a fim de tornarem-se aparelhos hegemônicos ao converter as suas concepções partidárias em senso comum, como se fossem universais.

Em polêmica contra Bordiga no que diz respeito à concepção partidária do Partido Comunista Italiano (PCI), Gramsci defendia que um partido não pode ser uma força definida, terminada (Fernandes, 2023). Para o comunista da Sardenha, "A verdade é que, historicamente, um partido é e jamais será definido. E isso porque ele só se definirá quando tiver se tornado toda a população, ou seja, quando tiver desaparecido" (Gramsci, 2004, p.182) Concordamos com a análise de Fernandes (2023, p. 77, grifo do autor) ao apontar que "[...] *um partido só é partido quando se torna classe* e, nesse sentido é a classe que delimita os limites da formação do partido. Em relação à burguesia, pode-se dizer que o partido burguês está definido quando a hegemonia da burguesia é completada".

Tal hegemonia burguesa é regressiva na medida em que quer impedir que outra força construa a sua hegemonia, ainda que a regressão/reação "[...] não se confesse como tal (como sempre sucede) e procure parecer como portadora de uma nova cultura" (Gramsci, 2022, v. 3, C6, § 136, p. 255). Essa foi a tônica desde o início das atividades do Meesa, com as eleições para o executivo estadual e, sobretudo, com os Planos de Desenvolvimento do Espírito Santo (ES 2025 e ES 2030).

Não é o nosso objetivo esquadrinhar os intelectuais orgânicos do Meesa no aspecto mais geral. Contudo, nossa investigação tem apontado que os membros-fundadores do Meesa ocupam o mais alta gradação dos intelectuais orgânicos do movimento. Em termos individuais, destacam-se o professor Emérito da Ufes e cientista político, João Gualberto Moreira Vasconcellos[399] e o também professor aposentado e economista, Orlando Caliman,[400] ambos

[399] Foi colunista do jornal A Gazeta entre 1992 a 2013. Atualmente (2025) é colunista do ES hoje e do ES3060 (Disponível em: https://eshoje.com.br/noticias/colunistas/joao-gualberto-vasconcellos/. Acesso em: 8 abr. 2025); (Disponível em: https://es360.com.br/joao-gualberto. Acesso em: 8 abr. 2025).

[400] Colunista do jornal A Gazeta (Disponível em: https://www.agazeta.com.br/colunas/orlando-caliman. Acesso em: 8 abr. 2025).

com colunas em jornal de circulação estadual e grande influência em suas respectivas áreas. No entanto, a atuação mais relevante do Meesa é como intelectual orgânico coletivo, isto é, como partido no sentido gramsciano, conforme já indicamos.

A declaração de Luciano Gollner (2022a, grifos nossos) ilustra bem a visão do Meesa sobre a sua atuação:

> [...] a gente se propõe, quanto a nossa missão, em ser um **agente importante da organização e da formatação do pensamento empresarial** do ES". Essa preocupação constante em **formar consensos**, **formar ideias**, ser propositivo enquanto agenda do setor empresarial é uma missão, a gente quer se colocar como agente importante disso aí. É o que a gente já faz ao longo desses últimos quase 20 anos. A gente tem uma preocupação, também, constante com **a formação de novas lideranças**. E lideranças alinhadas a esse movimento que a gente começou a fazer lá atrás, principalmente lideranças empresariais, que possam além dos seus negócios, também ter esse **engajamento com a sociedade.**

Portanto, sob a inspiração da interpretação de Saviani (2016), inferimos que o Meesa consegue atuar: (a) na formação de quadros para a organização produção, especialmente por meio da criação e ampliação de espaços e organizações formativas, como o Instituto Líderes do Amanhã (ILA), a Academia da Rede Empresarial e os institutos vinculados à essa Rede; (b) na atuação frente à sociedade civil via aparelhos hegemônicos elaborando e difundindo a concepção de mundo coesa à própria classe, com eventos, entrevistas, reportagens, artigos, participação em comitês e conselhos etc.; (c) na articulação do bloco histórico dominante estendendo às massas a concepção de mundo da classe, a exemplo do processo de articulação, mobilização, concepção e divulgação dos Planos de Desenvolvimento do Espírito Santo (ES 2025 e ES 2030); e (d), na atuação dos intelectuais como quadros da sociedade política, conforme já evidenciamos os vários intelectuais orgânicos do Meesa que ocuparam cargos de secretários e subsecretários no aparelho estatal.

No caso específico da educação, evidenciamos que, em um primeiro momento, os conselheiros fundadores e os coordenadores, subcoordenadores e membros dos Grupos Temáticos e, posteriormente, dos Comitês Temáticos/Estratégicos assumiram a condição de intelectuais orgânicos ao Meesa nessa pauta. Assim, os interesses mais imediatos e corporativos conduziram a uma atuação mais limitada a tais demandas de ganhos com os programas Nossa Bolsa e Bolsa Sedu e de preparação restrita da força de trabalho.

Com a reformulação do Plano de Desenvolvimento do Espírito Santo (ES 2030), em 2013 e, principalmente, a eleição de Paulo Hartung (MDB), em 2014, o Meesa redirecionou a sua atuação para a educação básica, estruturando-se a partir de Aridelmo Teixeira (Fucape *Businnes School*) e do aparelho privado de hegemonia auxiliar, Instituto Fucape de Tecnologias Sociais, bem como dos prepostos do aparelho governamental, como Haroldo Correa Rocha

(Sedu).

Com a saída de Aridelmo Teixeira, em 2018, o Núcleo de Educação começou a ganhar corpo, assim como ganhou proeminência os intercâmbios com outros aparelhos privados de hegemonia empresarial, os quais atuam como intelectuais de subsidiadores de ideias, metodologias e formas de atuação.

Em nossas análises, notamos que não há dentro do Meesa uma formulação própria educacional, isto é, não há uma criação intelectual do "mais alto grau", conforme indicara Gramsci. As nossas análises nos levam a inferir que o Meesa conta com a transferência da criação realizada por intelectuais orgânicos coletivos vinculados ao empresariado nacional e que atuam em vários entes federados e em várias frentes, os principais são: o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE), presidido por Marcos Magalhães, subsidia a metodologia pedagógica e de gestão para as escolas em tempo integral; a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal[401] e seus prepostos, os quais subsidiam o tema da Primeira Infância; a Associação Bem Comum (ABC),[402] presidida por Veveu Arruda, dá o suporte no que diz respeito ao tema da alfabetização em regime de colaboração; o movimento Todos Pela Educação (TPE), liderado por Priscila Cruz, oferece o suporte de análises "técnicas" do cenário educacional, bem como indica as formas e proposições de atuação.

Desse modo, o Meesa mimetiza os grandes tubarões da educação, reproduzindo as suas teorias e práticas. Assim, os intelectuais orgânicos do Meesa atuam mais como difusores e organizadores no plano local das formulações elaboradas pelos aparelhos privados de hegemonia empresarial de maior porte.

Destarte, o trabalho intelectual mais importante na área da educação é o do convencimento via articulação política empreendida pelas diretorias e comitês do Meesa e da

---

[401] A Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal é uma organização social que trabalha pela causa da primeira infância com o objetivo de pretensamente impactar positivamente o desenvolvimento de crianças de até 6 anos. Com o slogan "Primeira Infância Primeiro", a organização busca promover políticas públicas e incitar a sociedade pela primeira infância, por meio da elaboração de materiais, da mobilização de lideranças, do apoio técnico às políticas públicas, da sensibilização da sociedade e outros. A Fundação conta com uma série de relações com outras organizações, como: BID, Fundação Lemann, Undime, Instituto Natura, Itaú Social, Microsoft, Nestlé, *Open Society Foundations* e outras (Disponível em: https://fundacaomariacecilia.org.br/a-fundacao/#nossa-historia. Acesso em: 7 abr. 2025).

[402] "A Associação Bem Comum, fundada em 2018, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, constituída sob a forma de associação civil, de caráter educacional, que tem como objetivo, dentre outros, contribuir para elaborar e/ou executar políticas públicas em áreas que promovam o desenvolvimento humano integral nos aspectos da educação. É formada por experientes profissionais da gestão pública com atuação na rede de escolas municipais e na gestão da educação dos diversos estados. Somos a instituição responsável pelos programas Educar pra Valer (EpV) e da Parceria pela Alfabetização em Regime em Colaboração (PARC), em parceria com outras conceituadas organizações não governamentais (ONGs)". A ABC conta com os seguintes parceiros: Instituto Natura, Fundação Vale, B3 Social e Fundação Lemann (Disponível em: https://abemcomum.org/#quemSomos. Acesso em: 7 abr. 2025).

Rede Empresarial, seguido da comunicação e divulgação, realizada principalmente pelo Executivo de Educação, Luciano Gollner, bem como dos treinamento/formações reproduzidas pelas consultoras precarizadas do Núcleo de Educação da organização.

Nesse contexto, a iniciativa mais relevante do Meesa (comitê e núcleo de educação) na área da educação foi a ampliação do Programa Escola em Tempo Integral para as redes municipais do estado do Espírito Santo, iniciando-se no município de Cachoeiro de Itapemirim, em 2019. Contudo, antes de tratarmos disso, faz-se necessário preparar o terreno. Por essa razão, em seguida, apresentamos a estrutura do Meesa no triênio 2019-2022, para depois nos ocuparmos da atuação do Núcleo de Educação do Meesa.

5.3 TRIÊNIO 2019-2022: "BEBER NOVOS HORIZONTES"

Em Assembleia Geral realizada no dia 11 de julho de 2019, o Conselho Operacional do Meesa elegeu a sua nova mesa diretora para o triênio 2019-2022. Assim, Alexandre Nunes Theodoro (Faesa) foi o eleito para a presidência do Conselho Deliberativo, e Fabio Brasileiro (Vale S.A.)[403] se tornou diretor-presidente do Meesa, enquanto Paulo Wanick (Arcelor Mittal) ocupou a direção de Formação de Liderança, Nailson Dalla Bernadina (Sicoob), a direção de Gestão e Governo Digital, João Brito Martins (EDP), a direção de Mobilização e Relacionamento e Rimaldo Só (Beta Rede) ficou com a direção de Inovação e Rede Empresarial (Meesa, 2021).

A posse da nova mesa diretora ocorreu no dia 29 de julho de 2019 e contou com a presença do governador Renato Casagrande (PSB), com direito à destaque na agenda e na página oficial do Governo estadual.[404] Durante o evento, o governador enfatizou a importância da organização para a sociedade capixaba. A ocasião também foi marcada pela fala em defesa de uma pretensa cultura de gestão fiscal responsável. Em alusão ao seu mandato anterior (2011-2014), em função do qual recebera críticas do opositor Paulo Hartung, bem como de intelectuais do Meesa no que concerne à sua gestão fiscal, Casagrande marcou sua posição e ironizou o encastelamento do seu antecessor, ao passo em que ratificou a sua relação com o empresariado, conforme se nota no fragmento do discurso a seguir: "Um governante não pode se esconder na

[403] Fabio Brasileiro (1968-2023), foi funcionário da Vale por mais de 30 anos, ocupando cargos de direção ligados à logística, transporte transoceânico, ferroviário e mineração. Em 2016, ingressou no Meesa como membro do Conselho Operacional, indicado pela Vale. Em 2017, foi Diretor de Desenvolvimento e, em 2019, foi eleito diretor-presidente do Meesa (2019-2022) (Disponível em: https://www.folhavitoria.com.br/folha-business/o-legado-de-fabio-brasileiro-uma-trajetoria-pelo-desenvolvimento-do-espirito-santo/. Acesso em: 1 mar. 2025).

[404] "Governador prestigia posse da nova diretoria do Espírito Santo em Ação" (Disponível em: https://www.es.gov.br/Noticia/governador-prestigia-posse-da-nova-diretoria-do-espirito-santo-em-acao. Acesso em: 26 mar. 2025).

crise. Não pode se esconder no Palácio Anchieta. Estamos buscando parcerias com o setor privado, buscando investimentos. Buscando financiamentos novos e consolidando financiamentos já realizados pelo Governo" (Casagrande, 2019).

Em meio à celebração da nova diretoria, Renato Casagrande festejou o acordo de unificação dos campos de petróleo e gás no Parque das Baleias com a Petrobrás, que previa o rendimento de R$ 1,57 bilhão aos cofres capixabas ao longo dos 4 anos seguintes.[405] Segundo Casagrande (2019), o ES passou a receber "[...] 400 a 500 milhões de reais a mais por mês. Por isso, criamos o Fundo Soberano, que será usado para que possamos nos associar a empresas que queiram fazer investimentos no Estado. É um investimento do presente que garantirá o futuro dos capixabas".

Tal Fundo Soberano do Estado do Espírito Santo (Funses) foi criado em Lei Complementar nº 914, de 17 de junho de 2019.[406] Trata-se de um fundo especial de natureza financeira e contábil vinculado à Sefaz, com as seguintes finalidades, segundo os incisos do Art. 1º:

> I - promover o desenvolvimento sustentável do Estado, por meio de uma política de investimentos estratégicos que possam minimizar os impactos do declínio das receitas provenientes da indústria do petróleo e do gás no longo prazo; II – gerar mecanismos de poupança, com finalidade intergeracional e como forma de mitigar possíveis riscos fiscais e auxiliar a condução da política fiscal em períodos anticíclicos (Espírito Santo, 2019).

Nesse compasso, o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes) exerce a função de agente de desenvolvimento, com a aplicação de recursos do Funses em fundos de investimentos estruturados, isto é, em fundos organizados por especialistas e regulados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), por meio de instrumentos financeiros (ações de empresas, títulos de dívidas etc.), com o objetivo de fomentar o setor produtivo. O Banco do

---

[405] "O 'Parque das Baleias' compreende as áreas de desenvolvimento de Baleia Anã, Baleia Azul, Baleia Franca, Cachalote, Caxaréu, Mangangá, Pirambu e o campo de Jubarte, originadas do bloco BC-60, na Bacia de Campos. Quatro municípios capixabas serão beneficiados com a mudança no acordo: Marataízes, Piúma, Presidente Kennedy e Itapemirim". [...] "O tema era alvo de debate desde 2013, quando o governador Casagrande, em seu primeiro mandato, impetrou uma ação judicial para unificar os campos de produção do Parque das Baleias. Com a unificação, o Espírito Santo passa a ter direito ao pagamento de Participação Especial - compensação financeira pelo volume de produção direcionada aos estados, aos municípios e à União. Pelo acordo, o Estado fica com 40% desse valor; os municípios terão direito a 10%, enquanto os outros 50% ficam com a União. O retroativo a ser pago ao Espírito Santo contará a partir do quarto trimestre de 2016 até o fim de 2018. Disponível em: https://www.es.gov.br/Noticia/estado-vai-receber-r-1-57-bilhao-com-unificacao-dos-campos-no-parque-das-baleias#:~:text=O%20governador%20do%20Estado%2C%20Renato%20Casagrande%2C%20participou%2C,ministro%20de%20Minas%20e%20Energia%2C%20Bento%20Albuquerque. Acesso em: 26 mar. 2025).

[406] (Disponível em: https://fundosoberano.es.gov.br/Media/FUNSES/Legisla%C3%A7%C3%A3o/LEI%20COMPLEMENTAR%20N%C2%BA%20914%20de%2017%20de%20junho%20de%202019.pdf. Acesso em: 26 mar. 2025).

Estado do Espírito Santo (Banestes), por sua vez, atua como agente financeiro, com o intuito de administrar e aplicar os recursos do Funses em modalidades que gerem rentabilidade.[407]

Desse modo, o aparelho estatal disponibiliza o fundo público e se associa aos instrumentos do capital, articulando-se ao empresariado para encaminhar o projeto hegemônico constituído pelo *bloco no poder* e materializado no Plano ES 2035. Isso se expressa perfeitamente no documento desse plano, ao indicar que: "[...] a presença e a liderança do Estado, em conjunto com a sociedade civil organizada, são fundamentais para traçar novos rumos da economia e da sociedade" (Espírito Santo, 2013). Desde o início de sua atuação, em 2003, o Meesa se mobiliza para conseguir tal feito: que um dos seus intelectuais orgânicos comande o executivo estadual, a fim de colocar em prática os planos das frações de classe que constituem o *bloco no poder* com a aparência de interesse pelo bem comum. Sem Paulo Hartung como opção plausível, Renato Casagrande se tornou o ponto de amálgama das frações empresariais atuantes no Espírito Santo a partir das eleições de 2018. Por ora, retomemos a estrutura do Meesa desse triênio (2019-2022).

Os comitês estratégicos do Meesa, alinhados ao ES 2030, foram reordenados dos Comitês Estratégicos, em 2019[408] e redefinidos para sete: [409]

- **Gestão Pública e Social**, coordenado por Orlando Bolsanelo Caliman (Apex Partners) e subcoordenado por Sandra Rosa (Sicoob), com os seguintes projetos: elaboração do plano executivo estrutural e arquitetônico do Hospital Geral de Cariacica, Gestão da Saúde Pública (pretensa gestão dos gastos na saúde pública) e Excelência Municipal, com acompanhamento e monitoramento dos indicadores de desenvolvimento;[410]

---

[407] (Disponível em: https://fundosoberano.es.gov.br/objetivo. Acesso em: 25 mar. 2025).

[408] Os projetos, os coordenadores, os subcoordenadores e os membros passaram por modificações ao longo do triênio seguinte (2022-2025). No entanto, desde 2019, mantêm-se os sete comitês estratégicos (Disponível em: https://web.archive.org/web/20200220110813/http://es-acao.org.br:80/comites/. Acesso em: 3 abr. 2025); (Disponível em: https://web.archive.org/web/20200220110813/http://es-acao.org.br:80/comites/. Acesso em: 3 abr. 2025); e (Disponível em: https://es-acao.org.br/comites-tematicos/. Acesso em: 3 abr. 2025).

[409] Durante o triênio 2016-2019, ocorrem mudanças na nomenclatura dos comitês. Em 2017, os comitês eram os dez seguintes: Educação; Segurança Cidadã; Rede Empresarial; Desenvolvimento; Infraestrutura Logística; Meio Ambiente; Inovação; Inserção Competitiva; e Economia Verde. Nota-se a supressão do Comitê Rede Empresarial, em função da sua consolidação enquanto organização para dar capilaridade ao Meesa por todo estado do ES, do Comitê de Segurança Cidadã e de Inovação, este último incorporado ao Comitê de Inserção Competitiva (Disponível em: https://web.archive.org/web/20170527225903/http://www.es-acao.org.br/. Acesso em: 31 mar. 2025).

[410] (Disponível em: https://web.archive.org/web/20181215133545/http://excelenciamunicipal.com.br/. Acesso em: 3 abr. 2025).

- **Educação**, coordenado pelo diretor de Educação e o Executivo de Educação (Luciano Gollner, em 2019), com ênfase nos projetos de Educação em Tempo Integral nos municípios;
- **Desenvolvimento**, coordenado por Eduardo Pessoti (Instituto de Estudos Sistêmicos do Brasil, IESB) e subcoordenado por Orlando B. Caliman, com o projeto Matriz de Desenvolvimento do Espírito Santo, que visava identificar as alavancas e os fatores impeditivos de desenvolvimento do estado;
- **Meio Ambiente**, coordenado por João Lages (Fibria) e subcoordenado por Fabiano Rangel (Grupo Coca-Cola), com três projetos: Licenciamento Ambiental, Plano Estadual de Recursos Hídricos e Barragens (construção de 17 barragens no ES); [411]
- **Infraestrutura e Logística**, coordenado por Anderson Carvalho (Imetame) e subcoordenado por Roberto Pinto (Bureau Veritas Group), com o projeto de Plataforma Logística do Espírito Santo, na elaboração de notas técnicas e estudos sobre logística e zonas para mais propícias a ser implementadas, articular o empresariado com o poder público;
- **Energias Renováveis**, coordenado por Vilmar Teixeira (EDP Escelsa) e subcoordenado por Marcos Antônio de Bulhões Marcial (Linhares Geração), com enfoque na diversificação da matriz energética a nível mini e micro;
- **Inserção Competitiva**,[412] coordenado por Rinaldo de Castro (DM&P ES) e subcoordenado por Vinícius Ribeiro de Freitas (DVF), à frente dos seguintes projetos: Compete-ES, apoio na melhoria da gestão das organizações capixabas, premiando-as com o Prêmio Qualidade Espírito Santo, o Mapa da Educação Profissional (MEP) e a Rede de Monitoramento do Cidadão, acompanhamento e monitoramento do município de Vitória.

No triênio 2019-2022, o Meesa definiu quatro eixos prioritários para a sua atuação, atualizando-se em consonância tanto com os Planos de Desenvolvimento ES 2030, quanto com a maturidade da organização. Segundo o relatório de Atividades de 2021 (p. 3), os eixos

[411] O projeto de comitê licenciamento ambiental advoga uma suposta melhoria da eficiência do Sistema de Licenciamento Ambiental e Controle das Atividades Poluidoras ou Degradadoras do Meio Ambiente (Silcap). Na verdade, trata-se da busca pela flexibilização do rigor para privilegiar as atividades econômicas. Na mesma lógica, o projeto do Plano Estadual de Recursos hídricos buscava a construção de um consenso em prol de mudanças para flexibilizar o uso da água no estado.

[412] (Disponível em: https://web.archive.org/web/20190116165051/http://es-acao.org.br/comites/. Acesso em: 31 mar. 2025).

passaram a ser: Gestão Pública Eficiente, Estratégia de Longo Prazo, Formação de Liderança e Educação.

O eixo prioritário **Gestão Pública Eficiente** é apresentado pelo Meesa da seguinte maneira:

> O Estado é um ente que equilibra o pacto social acordado pela sociedade e o campo da gestão pública é o fio condutor dessa organização por meio de processos, pessoas e recursos. O Estado tem forte influência nas questões ligadas à vida da sociedade e possui um peso muito grande na estabilidade e funcionamento de nossas instituições e interações. A gestão pública é, portanto, um eixo que trabalha com iniciativas ligadas às organizações públicas para qualificar a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, ou seja, estabelece diálogos e parcerias que contribuam para melhoria de diretrizes, programas, ações e projetos de governos (Meesa, 2020b).

Na visão do Meesa, o aparelho de Estado é apresentado como um ente dotado de neutralidade e a gestão pública como um conjunto de técnicas imparciais que servem para organizar a sociedade racionalmente. Assim, a despeito do caráter classista que permeia toda a tecitura da sociedade, o empresariado apresenta-se como representante natural da sociedade para conduzir a formulação das políticas públicas, despolitizando as relações sociais e escondendo as disputas por interesses diferenciados. Trata-se, portanto, de um discurso que visa a consolidação de um consenso que confere ao modelo de gestão pautado nas parcerias público-privadas um ar de eficiência e racionalidade, mesmo que esteja fundamentado nos interesses privados das frações dominantes.

Nesse sentido, em 2021, o Messa articulou a participação da Prefeitura de Vitória em um projeto-piloto de transformação digital das administrações públicas, uma realização do BID, do BNDES e da Secretaria de Governo Digital, vinculada ao Ministério da Fazenda, dirigido por Paulo Guedes. Além disso, outras iniciativas foram realizadas, a saber: a divulgação de um Diagnóstico de Transformação Digital Municipal realizado pela Gove Digital[413] e a disponibilização de 60 leitos para pacientes de Covid-19 pós-UTI por 100 dias (Meesa, 2021). Acrescenta-se, ainda, a instituição do "Programa Diretrizes" realizados nos processos pré-eleitorais, com o objetivo propor uma agenda prioritária e unificada da Rede Empresarial do Espírito Santo para as eleições a cada dois anos. Essa iniciativa é transversal a outros dois eixos prioritários, Estratégia de Longo Prazo e Educação.

O eixo prioritário **Estratégia de Longo Prazo** "[...] trabalha com iniciativas que desenvolvem estratégias de fortalecimento da sociedade civil organizada, melhoria das relações

[413] A Gove é uma empresa privada paulista que atua desenvolvendo e licenciando programas de computador não customizáveis e que vende a ideia de que o seu objetivo é o de modernizar o modo como o setor público se relaciona com cidadãos e empresas (Disponível em: https://www.gove.digital/sobre-nos-3/. Acesso em: 8 abr. 2025).

público privadas e construção de uma visão de longo prazo para o estado do Espírito Santo" (Meesa, 2020b).[414] Com a intencionalidade de manter e aumentar a influência empresarial nas políticas públicas e, assim, evitar a descontinuidade dos seus planos, o Meesa cria condições para se fortalecer enquanto classe diante do cenário capixaba.

Desse modo, para cumprir essa estratégia, o Meesa lançou em 26 de abril de 2021 a Academia da Rede Empresarial, "Com o objetivo de consolidar o protagonismo da Rede Empresarial e aperfeiçoar a atuação dos secretários executivos, diretores e associados, por meio de trilhas de conhecimento [...]" (Meesa, 2021, p. 18). A plataforma *on line* (restrita aos associados) oferta quatro trilhas formativas: Inovação, Gestão, Liderança e Relações Empresariais. Cada trilha oferecia, em 2021, três cursos, totalizando 12 ofertas (Meesa, 2021). Somam-se, ainda, oficinas realizadas e a participação do Plano Estratégico do Município de Vitória 2021-2024, construída juntamente com a equipe da Secretaria de Planejamento e Gestão da Prefeitura de Vitória, sob o comando de Lorenzo Pazolini (Republicanos).

O eixo prioritário **Formação de Liderança**, já apresentado, continuou recebendo uma especial atenção do movimento, tendo em vista a sua importância estratégica de formar intelectuais orgânicos às frações empresariais capixabas. Assim, além das reuniões mensais realizadas pela Rede de Institutos de Formação de Liderança, tal Rede ainda realizou *workshops*, encontros temáticos e apoiou a construção e implementação dos Planejamentos Estratégicos de institutos de Cachoeiro de Itapemirim (Mais Líderes), Colatina (Líderes do Futuro) e Aracruz (Jovens Líderes) (Meesa, 2021).

Soma-se, ainda, o Programa de Formação de Lideranças Be Leader lançado em 20 de outubro de 2021,[415] com a finalidade de facilitar o acesso à programas de formação conectando e integrando institutos de formação de lideranças, a fim de potencializar a formação de novos líderes. De acordo com o Diretor de Formação de Lideranças do Meesa, Paulo Wanick (2021),[416]

---

[414] Eixos estratégicos do Meesa (Disponível em: https://es-acao.org.br/eixos-de-atuacao/. Acesso em: 8 abr. 2025).

[415] Evento híbrido realizado no auditório do Sicoob, em Vitória, e transmitido pela plataforma Zoom. O evento contou com os painelistas Luciana Andrade, Procuradora Geral da Justiça do Ministério Público do ES e Marcos Lisboa, presidente do Insper. Na ocasião, deram depoimentos três jovens que participaram de programas de lideranças: o Deputado Federal Filipe Rigoni (PSL) formado pelo Renova BR; a articuladora de Políticas Públicas Educacionais (Meesa) Lara Ghiotto, formada pelo ILA e Ensina Brasil e o subsecretário de Estado para Atração de Investimentos e Negócios Internacionais, Gabriel Feitosa, formado pelo ILA (Disponível em: https://www.sympla.com.br/evento-online/lancamento-be-leader/1383290?referrer=www.google.com. Acesso em: 9 abr. 2025).

[416] Disponível em: https://es-acao.org.br/2021/10/21/lancamento-do-be-leader-reune-liderancas/. Acesso em: 9 abr. 2025).

> A plataforma está disponível para todos. Cada um pode se encaixar de acordo com seu interesse. Cerca de 70% dos programas dos institutos parceiros são gratuitos ou possuem bolsas e teremos momentos para compartilhar boas práticas como no Fórum Anual e na Comunidade de líderes e potenciais lideranças, na qual os participantes poderão trabalhar de forma coletiva para reverberar todo o conteúdo a que tiveram acesso nos seus respectivos processos de formação.

A plataforma Be Leader congrega inúmeras organizações e programas de formação de lideranças e é dividida em quatro eixos que, em seu endereço eletrônico, são apresentados da seguinte forma:[417]

- Empreendedorismo: voltado para a atuação em empresas e *startups* como colaborador ou empreendedor. Constituem o grupo de instituições que ofertam cursos e formações neste eixo: Aisec; Aliança Jovem; Cindes Jovem; Fundação Estudar; Ibef Academy; Instituto Líderes do Amanhã (ILA); Instituto Mais Líderes; Instituto Ponte; Jovens Líderes; Junior ES; Líderes do Futuro; e ProLíder;
- Articulação Política: direcionada à atuação em educação política ou diretamente na política (cargo eletivo ou assessoria). Neste eixo, integram o Be Leader o Instituto Ponte, Legisla Brasil, Politize! e RenovaBR;
- Gestão Pública: orientada para a atuação em governos, com enfoque em gestão eficiente e transparente. Oferecem formação o Centro de Liderança Pública (CLP), o Instituto Ponte, o ProLíder e o Vetor Brasil;
- Empreendedorismo social: guiada a atender a atuação no terceiro setor em projetos de impacto social, como funcionário, associado ou fundador. Fazem parte deste eixo o Ensina Brasil, a Fundação Estudar, *Global Changemakers*, o Instituto Ponte e o Mapa Educação.

Conforme se observa, o Be Leader congrega organizações locais, nacionais e internacionais que ofertam curso (gratuitos ou pagos) destinados ao público para além dos membros dos institutos associados à Rede Empresarial. A plataforma serve tanto para subsidiar a formação dos membros dos institutos associados, quanto para a cooptação de jovens que se destacam na escola pública.[418]

No eixo prioritário **Educação**, de acordo com o relatório de atividades de 2021, "A atuação ocorre por meio de constante interação com governos estadual e municipais, parceiros

---

[417] (Disponível em: https://beleader.org.br/. Acesso em: 9 abr. 2025).

[418] O Instituto Ponte, por exemplo, faz processos seletivos para selecionar estudantes de escolas públicas para ganharem bolsa de estudos em escolas privadas (Disponível em: https://www.institutoponte.org.br/selecao-de-alunos/. Acesso em: 9 abr. 2025); (Disponível em: https://es-acao.org.br/2022/04/03/be-leader-com-inscricoes-abertas-pelo-instituto-ponte/. Acesso em: 9 abr. 2025).

externos e os atores envolvidos com o tema da Educação capixaba e nacional" (Meesa, 2021). Assim, a área de educação do Meesa, composta pelo Comitê de Educação e pela equipe do núcleo de Educação, estabelece a partir desse triênio três eixos principais de atuação: Mobilização e Engajamento, Monitoramento e Articulação e, por fim, Execução. Vamos por partes.

5.3.1 O Eixo de Mobilização e Engajamento do Núcleo de Educação do Meesa

O primeiro eixo, **Mobilização e Engajamento**, se direciona aos casos de políticas públicas educacionais que foram implementadas com suposto êxito a nível estadual e nacional e, em decorrência disso, despertaram a atenção da organização. Então, esse eixo tem o objetivo atrair mais sujeitos e debater a causa da educação capixaba (Meesa, 2020b). Pata tanto, a área de Educação do Meesa se propõe a promover três instrumentos de discussão e mobilização, a saber:

- Educação em Debate: promoção de debates por meio de painéis temáticos com a presença de intelectuais orgânicos do empresariado. Nesse contexto, o intercâmbio do núcleo de Educação do Meesa com outros aparelhos privados se estreita, no sentido de construir espaços para ampliar a formação moral e intelectual do núcleo com outros intelectuais orgânicos coletivos, além de buscar alçar o Meesa como mobilizador e articulador de destaque no cenário educacional capixaba, conforme podemos observar no Quadro 23.

Quadro 23 - Participação do Meesa na pauta da educação durante o triênio 2019-2022

Evento/Painel/Encontro/Formação	**Realizador**	**Data/Local**	**Participantes**
Educação em Debate: "O Ensino Médio e o futuro do Trabalho"	Núcleo de Educação do Meesa	21 mai. 2019, Rede Gazeta, Vitória, ES.	Cláudia Constin (FVG), Vitor de Ângelo (Sedu), Alexandre Theodoro (Faesa) e Janc Aguiar (Grupo Águia Branca).
Educação em Debate: "Prioridades na Educação Brasileira"	Núcleo de Educação do Meesa	16 jul. 2019, Sede do Meesa, Vitória, ES.	Priscila Cruz (TPE) e Marcos Magalhães (ICE).
2° módulo de Formação em Comunidades de Aprendizagem	Instituto Natura	31 jul. 2019, Comunidade de Aprendizagem, Recife, PE.	Duas integrantes do núcleo de Educação do Meesa participaram como cursistas: Ayone Sossai e Polliana Aroeira.
Encontro com Veveu Arruda, diretor	Núcleo de	7 ago. 2019,	O núcleo de Educação e o

executivo da Associação Bem Comum	Educação do Meesa	Sede do Meesa, Vitória, ES.	diretor-presidente do Meesa.
II Seminário Colabora Educação	Movimento Colabora Educação	5 set. 2019, Brasília, DF.	O Meesa enviou um representante como ouvinte, Luciano Gollner, executivo de educação.
Análise do Plano Estadual de Educação e a criação da Rede pela Qualidade da Educação	Meesa e IJSN	26 set. 2019, Sede do Meesa, Vitória, ES.	Comitê de Educação do Meesa e integrantes do IJSN.
Debate: "Educação e a agenda de competitividade"	Todos Pela Educação	28 out. 2019, São Paulo, SP.	O Meesa enviou uma comitiva: conselheiro Luiz Wagner Chieppe, o diretor Rimaldo de Sá, o secretário executivo Orlando B. Caliman e o executivo de Educação Luciano Gollner.
Relatório de encerramento: Cachoeiro de Itapemirim	ICE	5 dez. 2019, Sede do Meesa, Vitória, ES.	Núcleo de Educação do Meesa
Educação em Debate: "Educação em tempo integral"	Núcleo de Educação do Meesa	13 dez. 2019, Sede do Meesa, Vitória, ES.	Igor Lima, CEO e Cofundador do Instituto Sonho Grande, Marcelo Lema, Gerente de Educação em tempo integral (Sedu) e Ayone Sossai, especialista pedagógica do Meesa.
XXVIII Semana de Formação Permanente dos Docentes do Centro Universitário Católica de Vitória. Palestra: Educação, Inovação e demandas do mercado de trabalho	Faculdade Salesiano	6 fev. 2020, auditório do Salesiano, Vitória, ES.	Palestra de Luciano Gollner (Meesa) e Luciana Paiva (Fapes) direcionada aos docentes do Salesiano
Educação em Debate: "Educação e Desenvolvimento"	Núcleo de Educação do Meesa	12 mar. 2020, Sede do Meesa, Vitória, ES.	Ricardo Henriques, Economista e superintendente do Instituto Unibanco e Victor de Ângelo, secretário de Estado de Educação. Evento de acesso restrito a convidados.
Entrevista para o jornal A Gazeta sobre as mudanças na educação provocadas pela pandemia	A Gazeta	11 jul. 2020, on line	Foram entrevistados: Márcio Lellis, presidente do Sinepe, Luciano Gollner, Executivo do Núcleo de Educação do Meesa, Vitor de Ângelo, secretário de Educação (Sedu), Vilmar Lugão, presidente da Undime, Thaiane Pereira, coordenadora de Projetos (TPE) e a professora do departamento de Educação da Ufes, Gilda Cardoso.
A escola de tempo integral e as perspectivas para 2021 na rede estadual de	Conselho e núcleo de	10 ago. 2020, evento on line	Alexandre Theodoro, presidente do Conselho

Educação	Educação		Deliberativo, Luiz Wagner Chieppe, membro do Conselho Deliberativo, Luciano Gollner, executivo de Educação do Meesa, Vito de Ângelo, secretário de Estado da Educação e Marcelo Lema, gerente da Educação em Tempo Integral (Sedu).
Entrevista à CBN sobre a campanha #EducaçãoTransforma, no contexto das eleições municipais	CBN	6 out. 2020,	Luciano Gollner, Executivo de Educação do Meesa.
Entrevista sobre primeira Infância para a campanha #EducaçãoTransforma	Núcleo de Educação do Meesa	Out. 2020, on line	Heloisa Oliveira, diretora de Relações Institucionais da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal.
Artigo publicado no jornal A Gazeta intitulado "Nas eleições de domingo, dê um voto para a educação"	A Gazeta	11 nov. 2020, on line	Luciano Gollner, executivo de Educação do Meesa.
Evento Conecta ES	Núcleo de Educação do Meesa	24 nov. 2020, on line (Zoom)	Jovens Ensinas que participaram do Programa de Formação de Lideranças do Ensina Brasil e empresarios e gestores interessados em contratar tais jovens.
I Encontro dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) – Palestra: "Regime de Colaboração em defesa da Educação de qualidade para todos"	Undime e Meesa	10 fev. 2021, sede da Undime, Vitória, ES.	Palestrante: Veveu Arruda foi a convite do Meesa. Participantes: Dirigentes Municipais de Educação e o núcleo de Educação do Meesa (Luciano Gollner)
Evento "Educação e Competitividade"	Núcleo de Educação do Meesa	25 mar. 2021, evento on line (Zoom).	Saulo Andreon, coordenador do Paes, Veveu Arruda, presidente da Associação Bem Comum e Luciano Gollner, executivo de Educação do Meesa. Estiveram presentes associados à Rede Empresarial e a equipe do núcleo de educação do Meesa.
Evento "Educação que transforma"	Messes	11 mai. 2021, evento on line (Zoom)	Saulo Andreon, coordenador do Paes e Luciano Gollner, executivo de Educação do Meesa.
Ciclo Cindes Jovem: "Desafios para a Educação no Brasil no século XXI e no pós-pandemia".	Findes	9 jun. 2021, Findes, Vitória, ES.	Filipe Rigoni, Deputado Federal (União), Juliana Rohsner, secretária de Educação de Vitória e Luciano Gollner, executivo de Educação do Meesa.
Lançamento do curso "Primeira Infância Primeiro no Plano Plurianual"	Fundação Maria Cecilia	16 jun. 2021, on line.	Economista Wieland Silberschneider, Coordenar da CGU Gutemberg Assunção

	Souto Vidigal e apoio de Meesa		Vieira, deputada federal Leandre Dal Ponte (PV) e Larissa Araújo Santos (MCSV).
Apresentação do programa Aprender Valor	Banco Central, Sicoob e Meesa	22 jun. 2021, on line (Zoom e Youtube)	Mais de 500 educadores, gestores e secretários de educação da rede de ensino municipal e estadual do Espírito Santo.
Evento: "Educação em Tempo Integral no Espírito Santo"	Governo do Estado do Espírito Santo e IJSN	28 set. 2021,	Vitor de Ângelo, secretário de Estado da Educação e presidente do Consed, Álvaro Duboc, secretário de Estado de Economia e Planejamento, Vitor Coelho, prefeito de Cachoeiro de Itapemirim e presidente da Amunes, Cristina Lens, secretária municipal de Educação de Cachoeiro de Itapemirim, Daniel Cerqueira, diretor-presidente do IJSN, Pablo Lira, diretor de Integração do IJSN e Luciano Gollner, executivo de Educação do Meesa.
1º Ciclo de Debates do Núcleo da Educação e Cultura da Associação Comercial da Bahia (ACB): "Mobilização Empresarial pela Qualidade da Educação"	ACB e Movimento Via Cidadã	9 fev. 2022, Youtube da ACB.	Palestrante Luciano Gollner, executivo de educação do Meesa.
Entrevista à TV Gazeta sobre a chegada do Tempo Integral nas escolas municipais	TV Gazeta	11 fev. 2022,	Ayone Sossai, coordenadora do Programa de Escolas em Tempo Integral do Meesa.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025), com base em informações disponíveis no endereço eletrônico do Meesa e da rede social oficial no Instagram.

- Diálogos Municipais: ainda que o Meesa não descreva como ocorreriam tais diálogos, notamos que a atuação das organizações associadas à Rede Empresarial (Adel, Amear, Assevila, Messes etc.) cumpre a função de abrir espaços para o intercâmbio entre as redes municipais de educação básica pública e o núcleo de Educação do Meesa, a fim de aumentar e potencializar a capilaridade da atuação empresarial na educação. Assim, estabelece-se a conexão do local com o estadual que, por sua vez, está conectado aos aparelhos privados de hegemonia empresarial nacional, os quais organizam-se em rede articulada internacionalmente.
- Rede pela Qualidade da Educação: em 26 de setembro de 2019, em uma reunião do Comitê de Educação do Meesa, foi aprovada a criação da Rede pela Qualidade da

Educação.[419] Ainda naquele ano, em 24 de outubro de 2019, organizações candidatas a integrarem à Rede se reuniram para a proposição de ideias de iniciativas e ações na pauta de educação.[420] Assim, inicialmente tal Rede foi composta pela equipe do núcleo de Educação do Meesa e por representantes da educação pública, que atuam na mobilização de sujeitos de diferentes segmentos pela educação do ES, com a pretensão de promover um Movimento pela Qualidade da Educação, além de buscar "[...] Conectar instituições que trabalham/apoiam a Educação; Criar sinergia de ações entre os participantes; Capacitar, informar e empoderar os participantes sobre o tema Educação (Meesa, 2020c).[421] Em 2021, a Rede pela Qualidade da Educação ganha maior corpo e passa a ser composta por 22 organizações, quais sejam:[422] Alta Média Consultoria; Arcelor Mittal; Coriolis Tecnologia Social; Ensina Brasil; Escola São Domingos; Faesa; Fucape; Fundaes; Gigantes Capixabas; Grupo Águia Branca; Instituto Ponte; Kuau Sonhos; Messes; Oppen Social; Salesiano; Sebrae; Sesi/Senai; Sicoob; Sinepe-ES; Unicef; e Vale. Como se vê, a maioria são organizações e empresas de educação privada ou que atuam nos processos das chamadas parcerias público-privadas na educação pública. Além disso, observam-se as empresas mantenedoras e apoiadoras de projetos na área da educação do Meesa e até a presença do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). De acordo com o Meesa (2021), as reuniões realizadas mensalmente, em geral, debatem os indicadores educacionais do Espírito Santo e as formas de impulsioná-los. Ademais, convidam gestores públicos para exporem os resultados das políticas e projetos implementados.

Além disso, compõem a atuação do Meesa da esfera da Mobilização e Engajamento as "campanhas de mobilização" nas redes sociais da organização[423] sobre as temáticas caras aos

---

[419] (Disponível em: https://www.instagram.com/p/B24Fys6jOW7/?igsh=MXNtdWVxd2R5dzE2MQ%3D%3D&img_index=1. Acesso em: 10 abr. 2025).

[420] Momento guiado pela Coach Giovana Carvalho (Disponível em: https://www.instagram.com/p/B4AifZQDgcE/?img_index=7&igsh=YTJ5eXhpZDdwdWNz. Acesso em: 10 abr. 2025).

[421] (Disponível em: https://es-acao.org.br/redes/. Acesso em: 10 abr. 2025); (Disponível em: https://web.archive.org/web/20200926110335/https://es-acao.org.br/iniciativas/. Acesso em: 10 abr. 2025).

[422] (Disponível em: https://web.archive.org/web/20211028113134/https://es-acao.org.br/iniciativas/. Acesso em: 10 abr. 2025).

[423] O Meesa mantém as seguintes redes sociais ativas: Instagram (Disponível em: https://www.instagram.com/espiritosantoemacao/. Acesso em: 11 abr. 2025); Facebook (Disponível em: https://www.facebook.com/esemacao. Acesso em: 11 abr. 2025) e Linkedin (Disponível em: https://www.linkedin.com/company/espiritosantoemacao/posts/?feedView=all. Acesso em: 11 abr. 2025).

aparelhos privados de hegemonia empresarial, as quais são instrumentalizadas para serem vinculadas às demandas do processo de empresariamento da educação, como: primeira infância, alfabetização, regime de colaboração e tempo integral.

5.3.2 O Eixo de Monitoramento e Articulação do Núcleo de Educação do Meesa

O segundo eixo de atuação do Núcleo de Educação do Meesa é o de **Monitoramento e Articulação**, com a finalidade de "[...] apoiar e garantir que as políticas públicas adotadas por Secretarias Estadual e Municipal alcancem maior eficiência, bem como tenham um ambiente adequado a sua continuidade [...]" (Meesa, 2020b). Dessa forma, o Núcleo de Educação do Meesa procura articular e supervisionar o processo implantação, bem como os resultados das políticas públicas e os indicadores educacionais no cenário capixaba (Meesa, 2021). Para tal, Lara Ghiotto ficou encarregada da Articulação de Políticas Educacionais do Núcleo de Educação (2019-2022), chefiada por Luciano Gollner, Executivo de Educação.

O monitoramento e articulação da educação básica estadual pode ser dividido em dois grupos: o primeiro, relacionado às Escolas de Tempo Integral, cuja ação se organiza em dois ciclos: 1º ciclo - processo de implementação do programa Escola Viva (2015-2018) e o 2º ciclo - acompanhamento das Escolas em Tempo Integral de 2019 até 2030 (ES 2030); e o segundo, pertinente ao acompanhamento e articulação do Pacto pela Aprendizagem no Espírito Santo (Paes), desde 2017.

A fim de ampliar a influência de engajamento e mobilização e se firmar como monitor e articulador, o Núcleo de Educação do Meesa desenvolveu a campanha #EducaçãoTransforma, com o intuito de colocar a educação na pauta das eleições municipais durante e depois da campanha de 2020. Foram realizadas várias ações publicitárias nas redes sociais do movimento[424] e entrevistas[425] em defesa de propostas vinculadas ao Programa de Escolas em

[424] Primeira Infância (Disponível em: https://www.instagram.com/p/CGIBTrMDUhS/?igsh=cTN4MTVhcDN3c3Jw. Acesso em: 10 abr. 2025); (Disponível em: https://www.instagram.com/p/CGakoLaj-Pw/?igsh=NnFuMGU4aDkzeHA2. Acesso em: 10 abr. 2025); Alfabetização na idade certa (Disponível em: https://www.instagram.com/p/CGh5u_4D5xH/?igsh=MXFqdm9xNHA4Nm41NA==. Acesso em: 10 abr. 2025); Regime de Colaboração (Disponível em: https://www.instagram.com/p/CGsoETKD0Gl/?igsh=bTdldHczemJ5cDJ6. Acesso em: 10 abr. 2025); Educação em Tempo Integral (Disponível em: https://www.instagram.com/p/CG0OKFCDBwH/?igsh=MWFhaWpsc3czZ214eg==. Acesso em: 10 abr. 2025) e outros.

[425] Luciano Gollner, executivo de Educação do Meesa, foi convidado para escrever uma coluna intitulada "Nas eleições de domingo, dê um voto para a educação", publicada no dia 11 nov. 2020 (Disponível em:

Tempo Integral, Alfabetização na Idade Certa, Primeira Infância e Educação Infantil, Regime de Colaboração e Formação de Professores.

Ainda no âmbito da campanha #EducaçãoTransforma, o Núcleo de Educação do Meesa, em parceria com as instituições da Rede Empresarial, desenvolveu Diagnósticos Municipais da Educação de 33 municípios do Espírito Santo em que as associações empresariais atuam.[426] Tais diagnósticos foram feitos a partir de dados e análises subsidiadas pelo Todos pela Educação (TPE), na série de documentos #EducaçãoJá,[427] cujo objetivo é dar suporte ao aparelho governamental no diagnóstico e nas pretensas soluções sob o ponto de vista empresarial.

Os documentos #EducaçãoTransforma foram entregues aos prefeitos eleitos naquele pleito de 2020.[428] Notamos que, nos anos posteriores, os documentos não foram reformulados, visando as eleições estaduais (2022) ou municipais (2024). É provável a descontinuidade tenha ocorrido por alguns motivos conexos. Primeiro, pelo fato de o TPE elaborar o diagnóstico nacional, estadual e municipal anualmente (#EducaçãoJá) e, a partir das eleições de 2022, ter ampliado a sua atuação para as chamadas "Caravanas Educação Já", nas quais o passou a percorrer o país para influir no debate dos estados. Curiosamente a capital do Espírito Santo foi o primeiro destino da Caravana de 2022.[429] Segundo, nota-se que, em 2021, foram divulgados Diagnósticos Educacionais de todos os municípios capixabas realizados pela Parceria pela

---

https://www.agazeta.com.br/artigos/nas-eleicoes-de-domingo-de-um-voto-para-a-educacao-1120. Acesso em: 10 abr. 2025); No dia 6 de out. 2020, Luciano Gollner foi entrevistado pela CBN Vitória para apresentar a campanha #EducaçãoTransforma (Disponível em: https://www.instagram.com/p/CGAysaFD5m0/?igsh=MXU4MmZiZGY2ZmN0bg==. Acesso em: 10 abr. 2025).

[426] Os municípios foram: Alto Rio Novo; Anchieta; Apiacá; Aracruz; Atílio Vivacqua; Baixo Guandu; Bom Jesus do Norte; Cachoeiro de Itapemirim; Cariacica; Castelo; Colatina; Conceição da Barra; Fundão; Governador Lindenberg; Ibiraçu; Jaguaré; Jerônimo Monteiro; João Neiva; Linhares; Marilândia; Mimoso do Sul; Muqui; Pancas; Pedro Canário; Presidente Kennedy; Rio Bananal; Rio Novo do Sul; São Domingos do Norte; São Gabriel da Palha; São Mateus; Serra; Vila Velha; e Vitória (Disponível em: https://es-acao.org.br/2021/04/20/diagnostico-da-educacao-municipios-do-espirito-santo/. Acesso em: 10 abr. 2025).

[427] Trata-se de uma iniciativa que representa o aprofundamento da agenda Educação Já, lançada em 2018 liderada pelo TPE, com "[...] o objetivo de subsidiar o poder público com diagnósticos detalhados e soluções concretas em sete temas estruturantes. De natureza suprapartidária, o esforço reúne diversos especialistas, educadores e organizações do campo educacional comprometidas com o avanço de políticas públicas informadas pelas evidências e pelas experiências de êxito (Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/noticias/educacao-ja-municipios-documento/#. Acesso em: 10 abr. 2025.

[428] "Novos prefeitos recebem diagnóstico da Educação", publicado em 17 dez. 2020 (Disponível em: https://es-acao.org.br/2020/12/17/novos-prefeitos-recebem-diagnostico-da-educacao/. Acesso em: 10 abr. 2025).

[429] "Caravanas Educação Já – Vitória (ES)". Na ocasião, o TPE se reuniu com Renato Casagrande (PSB), governador e Vitor de Ângelo, secretário estadual de Educação, além de se encontrar com os pré-candidatos ao governo César Colnago (PSDB), Erick Musso (Republicanos), Felipe Rigoni (União Brasil) e Audifax Barcelos (Rede) (Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/noticias/caravanas-educacao-ja-vitoria-es/. Acesso em: 10 abr. 2025).

Alfabetização em Regime de Colaboração (Parc),[430] a qual envolve a Secretaria de Estado de Educação do Espírito Santo (Sedu-ES), a Associação Bem Comum (ABC), a Fundação Lemann e o Instituto Natura. Por fim, acrescentam-se, ainda, as dificuldades e limitações da equipe no Núcleo de Educação do Meesa de elaboração autônoma das análises do cenário educacional, na medida em que o material produzido em 2020 congregava dados e informações disponibilizadas pelos documentos do TPE, bem como os resumos das análises elaboradas pelo aparelho privado de hegemonia empresarial nacional.

Esse eixo de Monitoramento e Articulação envolve ainda o aprofundamento do empresariamento da educação, pois o núcleo de Educação do Meesa faz a mediação entre as secretarias estadual e municipais de educação com outros aparelhos privados de hegemonia empresarial. Isso aconteceu tanto no caso do Paes, como já destacamos no capítulo anterior, quanto no caso do Programa Educar Pra Valer, no qual o diretor-executivo da Associação Bem Comum (ABC), Veveu Arruda, tinha acesso a espaços privilegiados de propaganda e eventos criados pelo Meesa e pela Rede Empresarial, conforme evidenciamos no Quadro 17.

O programa Educar pra Valer (EpV),[431] realizado em parceria com a Fundação Lemann, oferece assessoria técnica aos municípios aderentes a fim de que implementem práticas de gestão educacional e pedagógica na rede municipal de educação pública. Para isso, atuam em cinco eixos: Gestão da rede; Gestão pedagógica; Formação; Acompanhamento; e Sustentabilidade. Desse modo, o programa tem a pretensão de construir políticas públicas educacionais que garantam a alfabetização na idade certa e a aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental.

Assim, em 2021, o programa EpV começou a ser apresentado para alguns municípios capixabas. Segundo a Articuladora de Políticas Públicas do Meesa Lara Ghiotto (2021),[432]

> O nosso trabalho foi apresentar para os municípios o Programa e suas possibilidades. O ES em Ação fez toda articulação com Associação Bem Comum. Demos todo o suporte necessário para os municípios preencherem o formulário de inscrição e agora estamos acompanhando eles durante o processo seletivo. A próxima etapa para os municípios que se inscreveram é uma reunião com a Associação.

---

[430] Diagnósticos Educacionais Parc (Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1IQyNmYG9zHkph76EPUuv4wcYKYfb1Sn5. Acesso em: 11 abr. 2025).

[431] Iniciado em 2018, o programa foi elaborado pela Associação Bem Comum a partir da experiência de reforma educacional feita em Sobral/CE. Nos anos seguintes, o programa se amplia para 48 municípios de 12 estados do país. O Programa Educar pra Valer conta com o apoio da B³ Social, da Fundação Lemann e do Instituto Natura (Disponível em: https://abemcomum.org/programa-educar-pra-valer/. Acesso em: 11 abr. 2025).

[432] "Seis municípios do ES podem receber o Educar pra Valer" (Disponível em: https://es-acao.org.br/2021/08/01/seis-municipios-do-es-podem-receber-o-educar-pra-valer/. Acesso em: 11 abr. 2025).

Uma vez feita a apresentação, o acompanhamento é executado pelo Messa e pela associação da Rede Empresarial em que o município se insere. Assim, em 2021, sob a articulação geral do Núcleo de Educação do Meesa, seis municípios se inscreveram no programa EpV: Aracruz; Cachoeiro de Itapemirim; Ibiraçu; Linhares; Nova Venécia; e Vila Velha. No entanto, Vitória-ES foi o primeiro município capixaba a firmar relação com a Associação Bem Comum, sob o apoio do Meesa, na instituição do programa EpV (Meesa, 2021).

Na sequência, observa-se um esforço do Núcleo de Educação do Meesa em inserir, na articulação, as associações locais e regionais vinculadas à Rede Empresarial, como no caso do município de Vila Velha, Cachoeiro de Itapemirim e Aracruz e região. De tal modo, a Assevila engajou-se na articulação com o prefeito Arnaldinho Borgo (Pode), em conjunto com a equipe do Meesa, a fim de selar a relação entre a Associação Bem Comum (ABC) e a Secretaria Municipal de Educação (Semed) de Vila Velha.[433] Na mesma medida, o Messes e o Meesa articularam a relação entre a Seme de Cachoeiro de Itapemirim e a ABC.

O caso de Aracruz e região revela o máximo desse esforço do Meesa em ampliar a capilaridade de articulação no campo educacional, visto que a Associação Movimento Empresarial Aracruz e Região (Amear) foi a primeira associação a implantar um Núcleo de Educação Municipal próprio, com a intenção de mobilizar, apoiar, articular e monitorar políticas públicas de educação nos municípios de Aracruz, Ibiraçu e João Neiva. O Executivo de Educação do Meesa, Luciano Gollner, foi o responsável por ajudar no desenvolvimento do projeto e na formação da equipe do novo núcleo, ao lado do secretário executivo da Amear (2019-2022) Lennon Guidolini (Frisa).[434] Assim, a despeito desses esforços empreendidos, as secretarias de educação dos municípios que integram a territorialidade da Amear não efetivaram a relação com a Associação Bem Comum (ABC).

Destacamos que a intenção da Rede Empresarial era a criação de novos Núcleos Municipais de Educação para facilitar e potencializar a articulação e monitoramento das políticas educacionais municipais. Assim, a Associação Empresarial de Cariacica (AEC) foi a segunda associada escolhida para tal feito. Contudo, parafraseando Machado de Assis, foram

---

[433] "Programa Educar pra Valer chega a Vila Velha" (Disponível em: https://es-acao.org.br/2021/09/10/programa-educar-pra-valer-chega-a-vila-velha/. Acesso em: 11 abr. 2025).

[434] "Amear cria Núcleo de Educação no norte do ES" (Disponível em: https://es-acao.org.br/2021/05/14/amear-cria-nucleo-de-educacao-no-norte-do-es/. Acesso em: 11 abr. 2025).

"ideias com poucas pernas e ideias com poucos braços"[435] que, ao final, transformaram-se em núcleos/comitês/conselhos de acompanhamento sem uma estrutura definida, fazendo com que a centralidade das ações continuasse sob a guarda da equipe do Núcleo de Educação do Meesa.

Percebe-se, ainda, que nos municípios não abarcados pela Rede Empresarial, como na situação de Nova Venécia, a articulação com as prefeituras é toda operacionalizada pelo Núcleo de Educação, com a atuação de Lara Ghiotto (2019-2022) e, sobretudo, de Luciano Gollner (2019-2022).[436] O mesmo ocorre com as associações da Rede Empresarial com pouca ou nenhuma experiência e organização interna nas discussões educacionais, tal qual a condição da Associação para o Desenvolvimento de Linhares (Adel).[437]

Por fim, o eixo Monitoramento e Articulação abarca também o processo de articulação para a implantação e manutenção do "Programa de Formação de Lideranças" do Ensina Brasil.

Na rede estadual, o programa foi efetivado em 2017, sob o apoio e articulação do Meesa, como demostramos no capítulo anterior. Na esfera municipal, o programa iniciou em Cariacica em 2018 e, em Vitória, em 2021.

Em Cariacica, em 9 de outubro de 2018, a Associação Empresarial de Cariacica (AEC) reuniu empresários locais e os seus conselheiros, em sua sede, juntamente com o presidente do Meesa (à época), Luiz Wagner Chieppe, e o cofundador e diretor de Relações com Governos e Comunidades do Ensina Brasil, Mario Lyra.[438] Estiveram presentes, ainda, Paulo Sérgio Simões, diretor da EEEFM Ana Lopes Balestrero e a Ensina Natalia Fregonesi[439].

Poucos dias depois, o prefeito Geraldo Luzia de Oliveira Junior, mais conhecido como Juninho (PPS, atual Cidadania), assinou o Decreto nº 159, de 25 de outubro de 2018 que

---

[435] Título do capítulo 36 do livro Dom Casmurro de Machado de Assis: "Ideias sem pernas e ideias sem braços" (Machado, 2019, p. 60).

[436] "Nova Venécia lança programa de educação com o apoio do ES em Ação" (Disponível em: https://es-acao.org.br/2022/05/07/nova-venecia-lanca-programa-de-educacao-com-apoio-do-es-em-acao/. Acesso em: 11 abr. 2025).

[437] "Linhares vai receber o programa Educar pra Valer" (Disponível em: https://es-acao.org.br/2021/10/09/linhares-vai-receber-o-programa-educar-pra-valer/. Acesso em: 11 abr. 2025).

[438] "AEC discute ações para o desenvolvimento de Cariacica. E educação está entre elas" (Disponível em: https://web.archive.org/web/20190207130928/http://es-acao.org.br/imprensa/aec-discute-acoes-para-o-desenvolvimento-de-cariacica-e-educacao-esta-entre-elas/. Acesso em: 12 abr. 2025).

[439] Atuou como professora de química na referida escola. A partir de 2020, Natalia Fregonesi começou a atuar como consultora pedagógica em programa das chamadas parcerias público-privadas (Pearson Brasil e Vetor Brasil) e, em 2021, passou a compor a equipe do Todos pela Educação. Desde março de 2024, ocupa o posto de coordenadora de Políticas Educacionais do TPE (Disponível em: https://www.linkedin.com/in/natalia-fregonesi/details/experience/. Acesso em: 12 abr. 2025).

instituiu o Programa Municipal de Formação de Lideranças na área da educação.[440] Assim, ao apagar das luzes de 2018, foi assinado o Acordo de Cooperação Técnica n.º 002/2018 entre a Secretaria Municipal de Educação de Cariacica e o Ensina Brasil concernente ao Programa Ensina Brasil.[441] A atuação de jovens Ensinas no ensino fundamental da rede municipal de Cariacica teve vigência de cinco anos, encerrando-se ao término do ano letivo de 2023.

O processo se repetiu no município de Vitória, em 2021, mas com a atuação direta do Meesa que, naquele contexto, trabalhava em conjunto com a prefeitura da capital no desenvolvimento do Planejamento Estratégico do Município 2021-2024. Assim, em 26 de janeiro de 2021, o prefeito Lorenzo Pazolini (Republicanos) assinou o Decreto nº18.698 que instituiu o Programa Aprende+,[442] criado para implantar ações público-privadas para supostamente contribuir para superação das disparidades educacionais. Para regulamentar o decreto, a Seme publicou a Portaria nº 007/2021, no Diário Oficial, em 3 de fevereiro de 2021.[443] Enfim, no dia 5 de fevereiro, foi publicado o extrato do Acordo de Cooperação nº 001/2021 sob o Processo nº570745/2021 entre a Seme e o Ensina Brasil, com vigência até 31 de dezembro de 2024.[444]

O *modus operandi* do Meesa na mobilização e articulação em prol desse programa privatista pôde ser esquadrinhado pelos depoimentos públicos e institucionais de seus prepostos e "sócios". Por exemplo, nas palavras da Articuladora de Políticas Públicas, Lara Ghiotto (2021),[445] "Nós [Meesa] estamos nos disponibilizando para conversar com todas as secretarias

---

[440] Publicação do Diário Oficial Municipal de Cariacica do dia 26 out. 2018 (Disponível em: blob:https://diariooficial.cariacica.es.gov.br/154c56c0-ee45-471d-8c0d-e917c4403c64. Acesso em: 12 abr. 2025).

[441] Publicação do Diário Oficial Municipal de Cariacica do dia 3 jan. 2019 (Disponível em: blob:https://diariooficial.cariacica.es.gov.br/ecea4329-7ef5-43cd-9e47-824b8528886c. Acesso em: 12 abr. 2025).

[442] Publicação do Diário Oficial Municipal de Vitória do dia 28 jan. 2021 (Disponível em: https://diariooficial.vitoria.es.gov.br/ExibirArquivo.aspx?qs=nnmrXIDe5L4hR81FZwDXlD95Q%2fWHOCtXgeCw%2fnRIrFMxQA7S5mwuf0RM3mOCPGtiwqKwtsQd8WTWmli6Dukj2eLbOY5H1rx6Q1O%2bSZVKBy9tR6G8JpE7yVQQTWAFiSah. Acesso em: 12 abr. 2025).

[443] Publicação do Diário Oficial Municipal de Vitória do dia 3 fev. de 2021 (Disponível em: https://diariooficial.vitoria.es.gov.br/ExibirArquivo.aspx?qs=nnmrXIDe5L4hR81FZwDXlD95Q%2fWHOCtXgeCw%2fnRIrFMxQA7S5mwuf0RM3mOCPGtiwqKwtsQd8WTWmli6Dukj2eLbOY5H1rx6lsHiSTmcIlbpvlII9PBYgnU9W0FoLqYT. Acesso em: 12 abr. 2025).

[444] Publicação do Diário Oficial Municipal de Vitória do dia 5 fev. de 2021 (Disponível em: https://diariooficial.vitoria.es.gov.br/ExibirArquivo.aspx?qs=nnmrXIDe5L4hR81FZwDXlD95Q%2fWHOCtXgeCw%2fnRIrFMxQA7S5mwuf0RM3mOCPGtiwqKwtsQd8WTWmli6Dukj2dMJDSpOkcxDdsrLb%2fDIFAtAPESbKOUhXqmax5vuENON. Acesso em: 12 abr. 2025).

[445] Na situação mencionada por Lara Ghiotto, os oito municípios que foram inscritos sobre a influência do Meesa foram: Aracruz, Atílio Vivacqua, Cachoeiro de Itapemirim, Ibatiba, Ibiraçu, Itapemirim, Linhares e Ponto Belo. Contudo, a despeito do convencimento à realização da inscrição desempenhado pelo Meesa, nenhum desses municípios foram selecionados pelo Ensina Brasil que, em terras capixabas, teve a sua atuação restrita a alguns

que tiverem interesse em conhecer o programa. Já conversamos com educadores de Cachoeiro, Aracruz, Ibiraçu, João Neiva e outros".

Em outra oportunidade, Lara Ghiotto (2021, grifo nosso)[446] indicou o seguinte:

> Demos todo o suporte para os municípios, com reuniões e apresentação do programa. Falávamos e tirávamos dúvidas dos secretários neste processo de inscrição quantas vezes fossem necessárias, foi uma grande mobilização. [...] Conseguimos que oito municípios se inscrevessem no edital. **Isso foi um trabalho em conjunto do ES em Ação e das redes empresariais do estado**.

Tal trabalho em rede facilita o assédio às secretarias municipais de educação, na medida em que os empresários locais têm vínculos mais estreitos com o aparelho estatal dos municípios, pois, muitas vezes, são os principais financiadores das campanhas eleitorais para vereadores e prefeitos. Tal postura é sedutora-agressiva na medida em que se oferece programas supostamente sem transferências de recursos públicos diretamente para os aparelhos privados de hegemonia empresarial, mas que, na realidade, instrumentaliza esses recursos públicos para pagar terceirizados treinados e selecionados pela perspectiva empresarial para atuar na escola pública.

Em outro momento, Elisa Adler, *Head* de Relações Governamentais do Ensina Brasil, evidencia a participação do Meesa nos seus negócios em terras capixabas. Para Elisa Adler (2021),[447]

> O ES em Ação faz esse papel fundamental no estado do Espírito Santo e tem sido um parceiro fundamental também pra gente aqui no Ensina Brasil, seja apresentando para novos governos e novas redes municipais de educação, apoiando a gente no processo de implementação, apoiando a gente no processo de divulgação dos nossos seletivos. Então, fazendo com que a gente atraia cada vez mais jovens talentos do Espírito Santo para participarem desse programa de desenvolvimento de lideranças pra área de educação.

Portanto, o Meesa se empenha em mobilizar e articular tanto os aparelhos governamentais, quanto o engajamento de jovens capixabas. Por um lado, procura ocupar/reocupar espaços no processo de contratação de professores temporários via terceirização e, por outro, instrumentaliza a formação dos jovens "Ensinas" para uma

---

municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória. "Ensina Brasil: prazo para inscrever escolas é até o dia 15" (Disponível em: https://es-acao.org.br/2021/07/10/ensina-brasil-prazo-para-inscrever-escolas-e-dia-15/. Acesso em: 13 abr. 2025).

[446] "Recordes de cidades do ES em seleção do Ensina Brasil" (Disponível em: https://es-acao.org.br/2021/08/15/recorde-de-cidades-do-es-em-selecao-do-ensina-brasil/. Acesso em: 13 abr. 2025);

[447] Transcrição do depoimento de Elisa Adler no vídeo institucional do Meesa, intitulado "Impactos e Resultados do ES em Ação", publicado no canal do Youtube da organização no dia 15 dez. 2021 (Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=bFC1G2XYnqA&t=190s. Acesso em: 13 abr. 2025).

perspectiva sintonizada com as diretrizes teórico-práticas empresarial, vinculada aos grandes aparelhos privados de hegemonia empresarial que atuam na educação.

Trata-se de um programa que busca o desenvolvimento de lideranças na área educacional. Por isso, o esforço do Núcleo de Educação do Meesa não apenas em propagar os processos seletivos, mas em conectar os jovens já formados pelo Ensina Brasil ao empresariado e às secretarias de educação, como podemos observar a propaganda do evento "Conecta ES: Ensina Brasil e ES em Ação", realizada pelo Executivo de Educação do Meesa, Luciano Gollner (2020):[448] "Os Ensinas são jovens com uma formação acadêmica excepcional, experiência em sala de aula e habilidades de liderança muito bem desenvolvidas. Reter essa turma no ecossistema de educação do Espírito Santo terá um grande impacto para que o trabalho siga cada vez mais forte".

Por certo, o próprio Meesa utilizou-se da contratação de *Alumni*, em latim, ex-alunos ou alunos graduados. A articuladora de Políticas Públicas Educacionais, Lara Ghiotto (2019-2022), por exemplo, além de Júlia Zerlotini, contratada para substituí-la em 2022. Ou ainda a Consultora em Gestão Educacional, Kézia Murta, em 2020, e a Analista de Desenvolvimento de Projetos (eixo Gestão Pública), Natallie Reikdal Cervieri (2022-atual). No entanto, esforça-se na defesa da ocupação dessas lideranças formadas sob a ótica empresarial nos demais aparelhos privados e nos espaços dos aparelhos governamentais.

No dia 9 de fevereiro do 2022, em evento *on line* realizado pela ACB Lives intitulado "Mobilização do Empresarial pela Qualidade da Educação", Luciano Gollner, executivo de Educação do Meesa, foi o convidado a palestrar para o empresariado baiano sobre a experiência do Meesa na mobilização do empresariado capixaba na educação. Naquele evento, Luciano Gollner (2022a, grifo nosso) apontava como deveria ser a mobilização empresarial na pauta educacional: [449]

> [...] uma mobilização pela educação não deveria ser diferente de uma mobilização, que a gente sabe que o setor empresarial, de uma forma geral faz, por uma agenda tributária, por uma agenda ambiental, por uma agenda da infraestrutura. Então, assim, **gasta-se recursos, conhecimento, 'saliva' e 'sola de sapato', diálogo, redes, se conectam a redes, se conectam nacionalmente, internacionalmente**.

[448] "Já fez a sua inscrição para o Conecta ES?" (Disponível em: https://es-acao.org.br/2020/11/20/ja-fez-a-sua-inscricao-para-o-conecta-es/. Acesso em: 14 abr. 2025).

[449] Transcrição da fala de Luciano Gollner proferida na palestra "Mobilização Empresarial pela Qualidade da Educação" promovido pela Via Cidadã e Associação Comercial da Bahia, em 9 fev. de 2022 (Disponível: https://www.youtube.com/watch?v=T-KMczXsm5o. Acesso em: 13 abr. 2025).

Nota-se que há uma preocupação do Meesa em replicar as metodologias da mobilização em temáticas caras ao empresariado ao tema educacional. Tal preocupação se deve ao entendimento por parte do empresariado de que a educação é um indicador que impacta os negócios do empresariado. Naquele evento, após falar sobre esse entendimento relacionando os negócios do empresariado à educação, pela via da produtividade e treinamento de força de trabalho, Gollner (2022a) fez um chamado ao empresariado baiano sobre esta pauta:

> Outros grupos se organizam e se mobilizam pela educação. Não vou fazer juízo de valor aqui se é pelo bem ou pelo mal, não vou entrar nesse aspecto. Mas você vê grupos, sindicatos se organizam, outras organizações, inclusive de fora da educação se organizam para falar da educação, ou seja, a fórmula está aí. Dá para organizar, dá para debater, e a pauta está aí. E mais do que isso, a pauta está aí e a solução também já está posta. Eu acho que o que a gente precisa fazer pela educação do país já está aí, já está pronto, já está discutido, já está debatido ou está em discussão. Quando a gente pega os movimentos nacionais, [sobre formação de professores] tem um movimento fantástico aqui no Brasil, de discussão de reestruturação de carreira de professores e eu estava tendo uma reunião ontem com Haroldo Rocha [ex-secretário da Sedu governos Paulo Hartung], que foi secretário-executivo de SP e hoje é quem lidera esse movimento, falando em carreira, mas não carreira só em termos salariais de professores, mas sim em uma carreira de professor, para que ela possa ser valorizada, que isso faça sentido para aquela pessoa também. Da discussão do professor, da discussão da boa gestão da escola, da gestão de secretarias, da gestão financeira de sistemas de educação. A gente tem a pauta e proposta de solução. O que falta mesmo é essa mobilização. A gente precisa pensar em políticas públicas. Tem conexão com essa última parte que eu falei. Já existem modelos, evidências e políticas de sucesso espalhadas aí pelo Brasil todo. E a gente precisa trazer essas experiências para cá, para ir mobilizando e sensibilizando através da nossa capacidade de articulação e rede. Mobilizar pelo tema.

Apesar de longa, a declaração de Luciano Gollner revela muitas nuanças que ajudam a compreender a posição do Meesa na temática educacional e o lugar que a organização tem buscado ocupar. Primeiro, notadamente, o ambiente em que apenas empresários participavam (ao vivo) deixa o intelectual orgânico, precisamente um preposto do empresariado capixaba, mais confortável para falar sem muitos filtros, evidenciando, assim, os interesses corporativos do empresariado.

Nesse sentido, ao falar dos diferentes grupos organizados e mobilizados pela educação (sindicatos e outras organizações), Gollner reconhece a "fórmula" de organização pautada em interesses de classe, isto é, de um lado, os trabalhadores da educação e suas organizações e, de outro, as frações do empresariado. Como verdadeiro intelectual orgânico do empresariado, o executivo de Educação do Meesa conclama o empresariado baiano em específico e também o empresariado, no geral, a disputar a hegemonia no campo educacional de modo a prevalecer a visão de mundo dessas frações de classe em detrimento daquelas antagônicas.

Em seguida, Luciano Gollner indica a existência do debate em nível nacional, assim como das propostas de soluções, modelos e políticas desenvolvidas por aparelhos privados de

hegemonia empresarial atuantes na área educacional pelo Brasil, as quais seriam exitosas e de sucesso na sua visão. Para tal, usa o exemplo do Movimento Profissão Docente,[450] coordenado por Haroldo Rocha, ex-secretário de Estado da Educação do ES do governo Hartung (2015-2018), governo marcado pela desvalorização do servidor público[451] e pelas radicais medidas de austeridade fiscal, com perversos impactos para o povo capixaba. Como diria a personagem balzaquiana: "Não existe Juvenal que possa pintar o horror coberto de ouro e de pedras preciosas".[452]

Finalmente, Gollner retoma a ideia de capacidade de mobilização e articulação das frações de classe empresarial com ações estrategicamente coordenadas, isto é, em rede, que visem mobilizar forças em prol de um projeto que abarque a esfera econômica, política e cultural/educacional. Na visão do preposto, na educação, esse projeto compatível com os interesses das frações de classe empresarial já existe e é conduzido por aparelhos privados de hegemonia empresarial com atuação nacional. Desse modo, conclama o empresariado baiano a fazer coro aos capixabas na disputa, construção e consolidação da hegemonia burguesa no processo de organização e direção da sociedade também na pauta da educação.

5.3.3 O Eixo de Execução do Núcleo de Educação do Meesa

O terceiro eixo em que o Núcleo de Educação do Meesa se propôs a atuar é a **Execução**, a qual dedica-se exclusivamente ao processo de implantação do modelo pedagógico e de gestão da "Escola da Escolha" nas escolas em tempo integral das redes municipais de educação pública. Nesse caso, o Meesa sai da posição de articulador de relações entre aparelhos privados de hegemonia empresarial e se torna o executor por meio de sua equipe interna da área de educação. Destacam-se a Especialista Pedagógica Ayone Sossai e a Especialista em Gestão

---

[450] O Movimento Profissão Docente atua em coalizão composta pelo Todos pela Educação, Fundação Lemann, Instituto Unibanco, Instituto Península, Instituto Natura, Itaú Social, Fundação Telefônica e Fundação Lucia e Pelerson Penido (Flupp). De acordo com a descrição do endereço eletrônico oficial, a atuação do movimento é baseada "[...] em evidências nacionais e internacionais, produzimos estudos e pesquisas, construímos propostas e apoiamos a implementação de políticas públicas docentes de qualidade, que possibilitem uma carreira mais atrativa, reconhecida e valorizada, e que contribua para que todos os estudantes brasileiros tenham um ensino de qualidade" (Disponível em: https://www.profissaodocente.org.br/. Acesso em: 14 abr. 2025).

[451] "Servidores tiveram 26% de perdas salariais no governo Hartung" (Disponível em: https://www.sindipublicos.com.br/servidores-tiveram-26-de-perda-salarial-durante-governo-hartung/. Acesso em: 14 abr. 2025).

[452] Fala da personagem Eugéne Rastinac a Bianchon sobre o estado de saúde do velho Goriot, no livro "O pai Goriot" (Balzac, 2006, p. 271).

Educacional Polliana Aroeira, lideradas por Luciano Gollner, Executivo de Educação (2019-2022).

Luciano Gollner (2022a, grifo nosso) enfatizou que o Meesa "[...] criou um braço executivo de consultorias, tem uma equipe nossa apoiando o município diretamente na implementação do tempo integral, com **a mesma modelagem do estado** [Sedu]". Antes de nos debruçarmos no contexto de execução nos municípios, cabe analisar o último período da frase anterior.

Recordamos que o termo de Cooperação Técnica entre o Meesa e a rede estadual de educação (Sedu) que versava do Programa de Escolas Estaduais de Ensino Médio em Turno Único (Escola Viva) finalizou-se no crepúsculo de 2019, durante o primeiro ano daquele mandato de Renato Casagrande (2019-2022). Completou-se, assim, o circuito de quatro anos das consultorias e do acompanhamento por parte dos aparelhos privados de hegemonia empresarial associados ao Meesa na rede estadual.

Nesse contexto, Casagrande (PSB) revogou a Lei Complementar nº 799, de 12 de junho de 2015 que instituiu o Programa Escola Viva, substituindo-a pela Lei Complementar nº 928, de 25 de novembro de 2019, que estabelecia diretrizes para a oferta de Educação em Tempo Integral nas Escolas Públicas Estaduais. Tratava-se, sobretudo, de romper com o legado hartunguista e isso significava, em primeiro lugar, alterar a nomenclatura do programa.

Contudo, enquanto o preposto do Meesa reivindica que a modelagem em que prestavam suas consultorias ("Escola da Escolha") era a mesma da adotada pela rede estadual (Sedu), o secretário de Estado da Educação Vitor de Ângelo (2021a), ao fazer uma análise do tempo integral desde 2015, em um Seminário (*on line*) organizado pelo Instituto Jones dos Santos Neves, intitulado "Educação em Tempo Integral: Meta 6 do Plano Estadual de Educação", realizado no dia 18 de maio de 2021, indicava os limites e erros do programa, como podemos observar na longa citação a seguir:

> [...] havia da parte da nossa rede uma certa desconfiança, né, eu vou chamar assim, em relação a implementação do tempo integral, porque no modelo que estava posto, a escola de tempo integral chegava dividindo e não somando, haja vista que quando uma escola era escolhida pra ser receptora, como era o modelo de 9h30min, não cabia mais nada ali. Inclusive estava vedado que outro tipo de oferta, mesmo o noturno fosse oferecido, mas estava vedada qualquer outro tipo de oferta [...]. A gente quando chegou, em 2019, encontrou isso, um programa interessante, com pontos positivos inspirado no modelo implementado em Pernambuco na gestão de Eduardo Campos (PSB), com grande potencial e, lá, com muito sucesso, né, um modelo trazido para cá, o processo de implementação e o modelo mostravam, ao nosso ver, alguns limites. A gente tinha então, em 2019, [...] tínhamos, mas continuamos a ter, mas tínhamos ainda diretamente o apoio, a participação do Espírito Santo em Ação com parceiros externos a secretaria de educação atuantes em outros estados que haviam apoiado a implementação do tempo integral em Pernambuco [ICE], mas dentro de um modelo [...] que apresentava alguns limites. Então fizemos algumas correções.

O discurso do secretário Vitor ocorre em um tom cuidadoso que, ao nosso ver, obedecia a três princípios, quais sejam:

1. não vincular o modelo de Escolas em Tempo Integral (ETI) ao grupo político de Paulo Hartung (MDB), por isso a referência à gestão do pernambucano Eduardo Campos (PSB), mesmo partido do governo Casagrande;
2. embora houvesse críticas ao modelo adotado no governo anterior, não era a intenção alterar o seu âmago, isto é, os princípios pedagógicos e de gestão foram mantidos, empreendendo apenas algumas correções de rotas, a partir das demandas analisadas e percebidas pelo secretário e a sua equipe, bem como de práticas pedagógicas localmente desenvolvidas nas escolas da rede. Dentre as correções, destaca-se a diminuição da jornada de 9h30min para 7h, que permitia que as escolas mantivessem, concomitantemente, turnos com tempo ampliado (integral) e turno com tempo parcial,[453] possibilitando que os jovens que não optassem pelo integral permanecessem na mesma escola. Recordamos que muitos dos protestos estudantis contra a Escola Viva (2015-2018) davam-se pela falta de opção provocada pela intransigência do governo Hartung. Mas o verniz mais democrático da gestão Casagrande não significa alterações na estrutura pedagógica e gerencial das ETI, no sentido de refrear o empresariamento da educação. Na verdade, ocorreu um aprofundamento dessa lógica, na medida em que as ETI que não contavam com o chamado "Circuito de Gestão" do Instituto Unibanco passaram a adotá-lo como modelo complementar aos instrumentos de gestão implementados pelo ICE e, por outro lado, as escolas de tempo parcial (regulares) passaram a adotar as metodologias pedagógicas e de gestão que,[454] outrora, eram adotadas apenas pelas ETIs (Paula; Martins; Ângelo, 2021).
3. a ciência da presença de um representante do Meesa no evento. Luciano Gollner, Executivo de Educação do Meesa, estava acompanhando *on line* e manifestando-se no *chat*. Diante disso, Vitor de Ângelo (2021a, grifo nosso) faz uma minuciosa escolha das

[453] Por exemplo, uma escola que adota o regime integral faz a sua oferta das 7h da manhã até às 14h da tarde. A mesma escola passa a oferecer também o regime parcial das 14h20 às 19h40min.

[454] Pedagógicas envolvem principalmente a inclusão da parte diversificada do currículo (Eletivas, Projeto de Vida e Estudo Orientado) e de Gestão envolve a adequação das escolas parciais ao modelo de Tecnologia de Gestão Educacional (TGE) do ICE, com o Trio Gestor, Diretor(a), Coordenador(a) Pedagógico (CP) e Coordenador(a) Administrativo-Financeiro (Casf), além do Professor Coordenador de Área (PCA), um cargo criado para monitoramento intra equipe (por área de conhecimento) realizado pela Sedu, com a intenção de controlar e vigiar os professores, inclusive assistindo e avaliando as aulas dos colegas, com relatórios entregues à Coordenação Pedagógica.

palavras para enfatizar que não houve desacordos ou rupturas com o Meesa, conforme podemos observar na continuação de sua fala:

> [...] é uma inovação, mas é algo que nós colocamos como uma possibilidade para atender algumas questões que estavam postas para a gente como desafio. Em virtude dessas mudanças, **que envolvem também questões metodológicas**, **a própria saída desses parceiros, saída, né, amigável, não aconteceu nada, simplesmente eles tinham um termo de cooperação conosco que estava vencendo no ano de 19** [2019]. **Então, a partir disso, nós, encerrando essa cooperação, que foi importante, teve o seu lugar nos anos anteriores, implementamos o nosso modelo**, inovando ali na condução do Marcelo Lema com toda equipe da Sedu e apoio dos superintendentes e diretores, todos, grandes parceiros nesse processo. Nós passamos, então, a elaboração de um material conceitual e formativo da educação em tempo integral capixaba, entendendo que a gente tinha, nessa trajetória, criado um *know-how*, a partir da experiência colaborativa com parceiros externos, da experiência prática da implementação das escolas de tempo integral e **aí já na nossa gestão, de experiências de alterações, no sentido de aprimorar, de impulsionar essa política pública e entendendo que era um ponto de maturidade nossa**, **a gente construiu esse material como referência, né, teórica, prática e também um material não só, portanto, conceitual, referencial, mas também formativo**, né, para novos professores, para novos gestores que vierem a assumir ou a trabalhar nas escolas que existem hoje ou naquelas que ainda vamos implementar nos próximos anos.

O fato determinante é a confluência entre o fim do ciclo de acompanhamento de quatro anos com o Meesa e outros aparelhos privados de hegemonia empresarial e o início de um governo que buscava impor a sua marca. Para tal, servira-se de um aparato legal (Lei Complementar nº 928/2019) e de um material confeccionado e publicado a fim de atender a rede estadual (Paula; Martins; Ângelo, 2021). Ainda que, na nova legislação[455] e no material produzido, se enfatize a ideia de formação integral dos estudantes, com uma visão mais humanista, e o secretário advogue tratar-se do "nosso modelo", ou seja, da Sedu, as alterações foram meros recursos discursivos com pouca ou nenhuma materialidade, haja vista a identificação com o modelo de gestão das escolas como se fossem pequenas empresas e as metodologias pedagógicas centradas no Projeto de Vida do estudante, com ênfase em um protagonismo acrítico, conduzindo os estudantes para a lógica do empreendedorismo, do voluntariado e de uma cidadania despolitizada e comprometida com o *status quo*.

---

[455] Art. 1º A Educação em Tempo Integral da Secretaria de Estado da Educação – SEDU tem por objetivo ampliar tempo de permanência dos estudantes, espaços escolares e oportunidades de aprendizado, visando à formação integral de crianças, adolescentes e jovens matriculados nas unidades escolares públicas estaduais. Parágrafo único. A Educação em Tempo Integral pretende formar cidadãos de direito em todas as suas dimensões, criativos, empreendedores, conscientes e participantes, desenvolvendo os estudantes intelectualmente e fisicamente, incentivando os cuidados com a saúde, a responsabilização pela natureza, a produção de arte, a valorização da história e do patrimônio, o respeito pelos direitos humanos e pela diversidade, a promoção de um país mais justo e solidário, promovendo uma convivência pacífica e fraterna de todos, dentro dos espaços escolares e do território de localização da unidade escolar (Disponível em: https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/lec9282019.html. Acesso em: 15 abr. 2025).

Ressalta-se que, antes mesmo de Casagrande assumir, em 2018, o Meesa já trabalhava na intenção de se lançar para os municípios a fim de abraçar o processo de implantação do Tempo Integral, conforme havíamos indicado no fim do capítulo anterior. Findada a relação direta com a rede estadual, restava ao Meesa explorar outras possibilidades de atuação na estratégia de aprofundar a relação com aparelhos municipais, já que com a rede estadual (Sedu), o processo de acompanhamento das ETIs ocorreria de forma indireta, isto é, sem um vínculo formalizado, a partir de novembro de 2019.

No entanto, os vínculos relativos ao apoio, monitoramento e articulação foram mantidos, como podemos notar na fala do secretário Vitor de Ângelo durante outro evento "Educação em Tempo Integral no Espírito Santo", realizado de maneira virtual no dia 28 de setembro de 2021, sob a organização do IJSN:

> [cumprimento] ao Luciano, que já há algum tempo, até mesmo antes da nossa gestão, tem trabalhado tão próximo à Sedu nesse esforço pela educação. Não só no tempo integral, mas notadamente no tempo integral e, também, ao cumprimentar você, Luciano, quero lembrar de todos do ES em Ação que, da mesma forma, têm nos apoiado (Vitor de Ângelo, 2021b).

Luciano Gollner, Executivo de Educação do Meesa, foi um dos convidados para compor a mesa de debate, ao lado do secretário Vitor de Ângelo, do prefeito de Cachoeiro de Itapemirim e presidente da Associação dos Municípios do Estado do Espírito Santo (Amunes), Vitor Coelho (PSB) e outros.

O apoio do Meesa à Sedu materializava-se, ainda, no livro publicado sob o suporte técnico do Instituto Sonho Grande (ISG). Intitulado "Educação em Tempo Integral no Espírito Santo: história, conceitos e metodologias" (Paula; Martins; Ângelo, 2021), esse livro foi anunciado com entusiasmo no endereço eletrônico do Meesa[456] e, no seu lançamento, no Palácio Anchieta (sede do governo estadual), estiveram presentes alguns dos diretores e mantenedores do aparelho privado de hegemonia empresarial capixaba.

Na ocasião, o diretor presidente do Meesa (2019-2022), Fabio Brasileiro, declarou: "É muito gratificante para o movimento empresarial poder contribuir com uma iniciativa tão importante para a educação". Rememorando a trajetória e ratificando a contribuição da organização, Luciano Gollner (2021, grifo nosso), Executivo de Educação, afirmou que:[457]

---

[456] "Metodologia de Tempo Integral vira Livro no Estado" (Disponível em: https://es-acao.org.br/2021/08/15/metodologia-de-tempo-integral-vira-livro-no-estado/. Acesso em: 15 abr. 2025).

[457] Governo lança livro sobre Educação com o apoio do ES em Ação" (Disponível em: https://es-acao.org.br/2021/08/19/governo-lanca-livro-sobre-educacao-com-apoio-do-es-em-acao/. Acesso em: 15 abr. 2025).

> Quando a ideia surgiu no Estado, alguns anos atrás, fomos parceiros na consultoria, no debate político e no diálogo com a sociedade sobre a implementação do programa. Depois a Secretaria de Educação foi se apropriando da tecnologia e transformando em política pública, e temos orgulho de estar presente nessa história. **Nosso papel hoje é acompanhar e dar suporte ao método**.

Salienta-se ainda que, naquela publicação da Sedu (Paula; Martins; Ângelo, 2021, p. 437), constava o depoimento de Luciano Gollner, o qual enfatizava que:

> A política educacional de tempo integral está transformando a educação do Espírito Santo. É fruto de muito trabalho e de importantes parcerias. Registrar a trajetória, as metodologias e as boas práticas acumuladas é fundamental para o sucesso ainda maior. A Educação de Tempo Integral capixaba é referência para o país. Muito nos orgulha fazer parte desta construção!

"E aqui saciamos a nossa visão".[458] A relação entre o aparelho privado de hegemonia empresarial capixaba e o aparelho governamental do estado do ES, a despeito da ausência de novos termos ou acordos de cooperação técnica (2019-2022), fez-se ininterrupta, desde o início de sua operação, em 2003. As relações intermediadas pelo Meesa, ao longo dos anos, com outros aparelhos privados de hegemonia empresarial (Instituto Sonho Grande, Instituto Natura, Associação Bem Comum etc.) foram mantidas e aprofundadas.

Nesse compasso, mirando beber novos horizontes, já que o cenário da rede estadual já se encontrava tomado pela lógica do empresariamento da educação, o Meesa ocupou-se da expansão sistemática da hegemonia empresarial educacional nas redes municipais de educação. Sobre esse aspecto, dedicamos as próximas linhas.

5.3.4 A primeira onda: o Meesa na ampliação das Escolas em Tempo Integral nas redes municipais

O interesse do Meesa com ensino fundamental (anos iniciais) se instaura justamente no contexto da criação do Pacto pela Aprendizagem no Espírito Santo (Paes) e do Fundo Estadual de Apoio às Melhorias das Condições de Oferta da Educação Infantil do Espírito Santo (Funpaes) em 2017. Ao perceber as possibilidades de dirigir a aplicação de recursos públicos, mesmo que de forma indireta, isto é, no sentido de conduzir as secretarias municipais às concepções metodológicas e de gestão educacional sob a ótica empresarial, articulando, inclusive, relações com grandes aparelhos privados de hegemonia empresarial no âmbito

[458] Frase que finaliza o canto 18, Inferno, da Divina Comédia (Alighieri, 2018, p. 92) que discorre sobre as duas primeiras fossas do Malebolge, sessões do inferno onde são castigados os fraudulentos sedutores e os aduladores, respectivamente.

municipal, os prepostos do Meesa logo se reposicionaram, buscaram estruturar uma equipe interna de educação e voltaram-se para as articulações com os municípios via associações da Rede Empresarial.

O secretário da pasta da Educação (Sedu), Vitor de Ângelo, anos depois (2021), daria as pistas referentes aos espaços visualizados pelo Meesa:

> [...] a rede do Espírito Santo estadual tem ampliado a oferta em tempo integral no ensino médio, [...], nós descemos para o fundamental 2 ampliando também esta oferta. E o fundamental 1 fica uma coisa ali no limbo, né. Para a qual não há uma política estruturada, os municípios têm dificuldades de caminhar sozinhos, o estado tem apenas 10 % dessas matrículas e, na verdade, a nossa posição hoje é de reordenar a rede e municipalizar essas matrículas e não de abrir escola de tempo integral para 10% do nosso fundamental 1 (Vitor de Ângelo, 2021b).

Seguindo a máxima de que "na política não existe lugar vazio", o Meesa começa a se articular para ocupar esses espaços abertos na política educacional de tempo integral dos anos iniciais do fundamental, dos quais a Sedu pouco ocupava e, inclusive, iniciaria um processo de municipalização, que trataremos mais adiante.

No caso de Cachoeiro de Itapemirim, as articulações do Meesa e do Messes com o executivo municipal ocorreram ao longo do ano de 2018, ao mesmo tempo em que o Meesa buscava na experiência do ICE no município de Arcoverde, em Pernambuco, uma alternativa de projeto, isto é, o modelo que serviria de base para o piloto capixaba do Tempo Integral nos anos iniciais do ensino fundamental.[459]

Lembramos que, no dia 4 de dezembro de 2018, o Meesa assinou um Acordo de Cooperação com o prefeito de Cachoeiro de Itapemirim, Vitor Coelho (PSB),[460] com a

---

[459] Fala de Luciano Gollner (2021c) sobre as escolas piloto de Cachoeiro de Itapemirim: "A ideia inicial era de começar, de fato, com duas escolas e num projeto adaptado, a gente já tinha experiências no tempo integral na rede municipal no interior de Pernambuco, no município de Arcoverde, no projeto piloto que o ICE desenvolveu lá [...]". Em Arcoverde, o início da implantação operacionalizada pelo ICE ocorreu em 2015.

[460] Não conseguimos acesso ao Termo de Cooperação, nem ao extrato/resumo do documento. Solicitamos o acesso aos documentos no dia 28 março de 2025, por meio do Pedido de Informação nº 2025.000.075, em que constava o seguinte conteúdo: "Prezados, necessito acessar os Termos de Cooperação Técnica (ou outros termos e convênios) e os respectivos termos aditivos estabelecidos entre a Secretaria Municipal de Educação de Cachoeiro de Itapemirim e o Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação e/ou o Movimento Empresarial Sul do Espírito Santo a partir de dezembro de 2018. Certo do cumprimento da Lei de Acesso à informação, agradeço antecipadamente". Assim, com atraso de oito dias, o Gabinete da Seme respondeu o pedido, no dia 25 de abril de 2025, da seguinte forma: "Informamos que em análise documental junto ao arquivo desta Secretaria Municipal de Educação, não foi possível localizar os documentos solicitados. Ressaltamos que, conforme verificado, os referidos documentos foram assinados à época diretamente junto ao Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação. Diante disso, sugerimos que a demanda seja direcionada para o referido Órgão que possui o arquivo". Sabemos que os termos de cooperação, como quaisquer documentos públicos, são assinados pelos partícipes e, nesse caso, três vias deveriam ter sido assinadas. A negativa da Seme em enviar o Termo de Cooperação e a transferência da responsabilidade para o aparelho privado de hegemonia do armazenamento do documento revelam o nível de transparência da gestão municipal que, a despeito da realidade, alcançou o primeiro lugar no *ranking* estadual de transparência, em 2023 (conferir informação em:

finalidade de implantar o modelo pedagógico e de gestão do ICE. A notícia do Diário Oficial do município apresenta o Meesa como um "[...] movimento empresarial certificado pelo ICE para implantar, no estado, o modelo de "Escola da Escolha", centrado no protagonismo e no projeto de vida dos estudantes".[461] Em 20 de dezembro de 2018, o prefeito de Cachoeiro de Itapemirim instituiu, por meio do Decreto nº 28.215, o Programa Municipal de Educação Integral.[462] A apresentação às pressas de tal decreto ficou evidente logo no mês seguinte, em 11 de janeiro de 2019, quando um Decreto substitutivo passa a vigorar (Decreto nº 28.254), com maior detalhamento do programa.[463]

Com o programa já em funcionamento, desde o início de 2019, apenas em 19 de dezembro daquele ano foi aprovada a Lei nº 7793 que instituía, pela via legislativa, o Programa Municipal de Educação Integral de Cachoeiro de Itapemirim.[464] Como se pode notar, o acordo que selou a adesão do município de Cachoeiro de Itapemirim ao modelo de escolas em tempo integral ocorreu antes de prévia discussão e debate na câmara municipal cachoeirense.

Nos dias 4 e 5 de dezembro de 2018, coube ao núcleo de Educação do Meesa ministrar um curso de formação para a equipe da Secretaria Municipal de Educação de Cachoeiro de Itapemirim. De acordo com a secretária, Cristina Lens (2017-), "O grupo do Espírito Santo em Ação que veio até aqui foi extremamente competente ao nos dar suporte e prestar esclarecimentos sobre essa metodologia, fazendo uma análise do papel de cada um da equipe".[465]

---

https://www.cachoeiro.es.gov.br/noticias/cachoeiro-alcanca-o-primeiro-lugar-no-ranking-estadual-de-transparencia-publica/. Acesso em: 27 abr. 2025).

[461] O documento do Termo/Acordo de Cooperação não foi encontrado no Portal Transparência do município, nem no Diário Oficial. Solicitamos via Lei de Acesso à Informação, mas não obtivemos retorno. Contudo, tanto a notícia oficial no Diário, quanto no endereço eletrônico do Meesa comprovam a data e a assinatura de tal acordo (Disponível em: https://diario.cachoeiro.es.gov.br/uploads/dio/publicacoes/apos2009/Diario5718-07.pdf. Acesso em: 28 mar. 2025); (Disponível em: https://web.archive.org/web/20190113090659/http://es-acao.org.br/imprensa/es-em-acao-apoia-novo-modelo-de-educacao-em-cachoeiro-2/. Acesso em: 28 mar. 2025).

[462] (Disponível em: https://cachoeiro.legislacaocompilada.com.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/D282152018.html?identificador=3600320030003900350003A004C00. Acesso em: 28 mar. 2025).

[463] (Disponível em: https://cachoeiro.legislacaocompilada.com.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/D282542019.html#a25. Acesso em: 28 mar. 2025).

[464] (Disponível em: https://cachoeiro.legislacaocompilada.com.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/L77932019.html. Acesso em: 28 mar. 2025).

[465] (Disponível em: https://web.archive.org/web/20190113090659/http://es-acao.org.br/imprensa/es-em-acao-apoia-novo-modelo-de-educacao-em-cachoeiro-2/. Acesso em: 28 mar. 2025).

As demandas para o processo de implantação das escolas de tempo integral no município de Cachoeiro de Itapemirim, em 2019, demandaram a contratação de mais uma funcionária para o núcleo de Educação. Lara Ghiotto, *Alumni* do Ensina Brasil, passou a compor a equipe como Articuladora de Políticas Educacionais, ao lado de Ayone Sossai, Especialista Pedagógica, e Polliana Aroeira, Especialista de Gestão Educacional.

Notamos que, daí em diante, o núcleo de educação do Meesa começa a ganhar certa autonomia em relação ao ICE no processo de execução da implantação do modelo da "Escola da Escolha", visto que o aparelho privado de hegemonia empresarial pernambucano deixa de operar diretamente como parte dos acordos de cooperação, espaço este ocupado pelo Meesa e apoiado pelas organizações vinculadas à Rede Empresarial (Messes, por exemplo, no caso de Cachoeiro de Itapemirim). No entanto, ainda se observa a presença de consultores do ICE no acompanhamento e na ministração de algumas formações em conjunto com funcionárias do núcleo de Educação do Meesa, conforme se pode verificar nas formações descritas no Quadro 24.

Quadro 24 - Formações ministradas pelo Meesa e/ou pelo ICE em Cachoeiro de Itapemirim entre 2018-2020

Formação	**Realizador**	**Data/Local**	**Participantes**
Primeira Formação de apresentação do Modelo "Escola da Escolha"	Núcleo de Educação do Meesa	4 e 5 dez. 2018, Seme, Cachoeiro de Itapemirim.	Equipe de implantação da Educação Integral da secretaria de Educação de Cachoeiro de Itapemirim.
Planejamento de Atividades para o ano letivo, com base na metodologia "Escola da Escolha"	ICE e núcleo de Educação do Meesa	5 fev. 2019, Centro de Referência, Pesquisa Capacitação do Professor de Educação Básica (Cecapeb), Cachoeiro de Itapemirim, ES.	Gestores, pedagogos e articuladores de aprendizagem das Escolas em Tempo Integral Prof. Athayr Cagnin e Julieta Deps Tallon.
Painel sobre Educação, com palestra realizada por Marcos Magalhães (ICE)	Messes e Seme	12 mar. 2019, Bristol Easy Hotel, Cachoeiro de Itapemirim, ES.	Prefeito de Cachoeiro de Itapemirim, Vitor Coelho (PSB); Secretária de Educação Cristina Lens; Diretor-presidente do Meesa Luiz Wagner Chieppe; Vice-presidente do Messes José Bessa; e Executivo de Educação do Meesa, Luciano Gollner; Equipe de implantação da Educação Integral da secretaria de Educação de Cachoeiro de Itapemirim.
Treinamento sobre o modelo da Escola da Escolha	Núcleo de Educação do Meesa e ICE	10 a 12 abr. 2019, Sede do Meesa, Vitória, ES.	As equipes gestoras das duas escolas em Tempo Integral do município de Cachoeiro de Itapemirim: EMEBTI Prof. Athayr Cagnin e EMEBTI Julieta Deps Tallon.

Primeiro Ciclo de Acompanhamento Formativo	Núcleo de Educação do Meesa e ICE	7 a 8 mai. 2019, escolas municipais de tempo integral, Cachoeiro de Itapemirim, ES.	Equipe docente e pedagógica da EMEB Prof. Athayr Cagnin e da EMEBTI Julieta Deps Tallon.
Formação: Princípios Educativos da "Escola da Escolha" (Renata Campos, ICE)	Núcleo de Educação do Meesa e ICE	11 a 12 jun. 2019, Sede do Meesa, Vitória, ES.	Equipe de implantação da Educação Integral da secretaria de Educação de Cachoeiro de Itapemirim.
1º Cachoeiro Café	Núcleo de Educação do Meesa, ICE e Gigantes Capixabas	4 set. 2019, escolas municipais de tempo integral, Cachoeiro de Itapemirim, ES.	Equipe docente, pedagógica e representantes de alunos da EMEBTI Prof. Athayr Cagnin e da EMEBTI Julieta Deps Tallon.
Semana do Protagonismo Estudantil	Núcleo de Educação do Meesa, ICE e Gigantes Capixabas	20 set. 2019, escolas municipais de tempo integral, Cachoeiro de Itapemirim, ES.	Comunidade Escolar da EMEBTI Prof. Athayr Cagnin e da EMEBTI Julieta Deps Tallon.
Terceiro Ciclo de Acompanhamento Formativo	ICE	16 a 17 out. 2019, escolas municipais de tempo integral, Cachoeiro de Itapemirim, ES.	Comunidade Escolar da EMEBTI Prof. Athayr Cagnin e da EMEBTI Julieta Deps Tallon.
Planejamento das ações para o início do 3º ano do tempo integral	Núcleo de Educação do Meesa	3 fev. 2020, secretaria municipal de Educação de Cachoeiro, ES.	Equipe de implantação da Educação Integral da secretaria de Educação de Cachoeiro de Itapemirim.
Formação das equipes de educadores das escolas em Tempo Integral de Cachoeiro de Itapemirim	Núcleo de Educação do Meesa	4 fev. 2020, (Cecapeb), Cachoeiro de Itapemirim, ES.	40 profissionais que atuarão nas Escolas em Tempo Integral EMEBTI Athayr Cagnin e EMEBTI Julieta Deps Tallon
Semana de acolhimento e atividades de volta as aulas	Núcleo de Educação do Meesa e Gigantes Capixabas	13 fev. 2020, escolas municipais de tempo integral, Cachoeiro de Itapemirim, ES.	Comunidade Escolar da EMEBTI Prof. Athayr Cagnin e da EMEBTI Julieta Deps Tallon.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025), com base em informações disponíveis no endereço eletrônico do Meesa e da Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim.

Segundo o presidente do ICE, Marcos Magalhães (2019), "O município de Cachoeiro é o primeiro dessa nova modelagem, onde uma equipe de implantação do ES em Ação formada, preparada, capacitada pelo ICE, está implantando o modelo naquele município". Nota-se que, nesse primeiro momento, o ICE efetua a transferência da metodologia para o núcleo de Educação do Meesa, considerando que, na rede municipal, o público-alvo era distinto daquele da rede estadual, isto é, o foco agora tornara-se os estudantes do ensino fundamental.

Além disso, cabe destacar que a escola em tempo integral no município de Cachoeiro de Itapemirim começou a operar no início do ano letivo de 2018, quase um ano antes de qualquer acordo ser realizado entre o Meesa, o Messes e a Seme. De acordo com a secretária

de Educação de Cachoeiro de Itapemirim, Cristina Lens (2019),[466] "A gente já tinha uma escola de tempo integral e agora nós temos uma nova metodologia".

Assim, a primeira escola de ensino fundamental anos iniciais a adotar a jornada ampliada foi a EMEBTI Prof. Athayr Cagnin, com 200 alunos matriculados, em 2018. A implantação foi conduzida pelo Comitê Municipal de Educação Integral, conforme previsto na Meta 6 e Estratégia 1 do Plano Municipal de Educação,[467] o qual contava com representantes das secretarias municipais de Educação, Cultura, Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Esporte e Lazer, do Conselho Municipal de Educação (CME), da Associação Civil Rochativa e do Centro Universitário São Camilo.[468]

Para o presidente do aparelho privado de hegemonia empresarial do sul capixaba (Messes), Luiz Carlos Nemer (2018-2019), "O Messes passou a participar desse projeto da Escola da Escolha através do ES em Ação na pessoa do Luciano [Gollner]. Daí conversamos com o Luciano, procuramos a secretária municipal de educação, fizemos várias reuniões com o prefeito também [...]" (Meesa, 2019). [469]

Tal declaração revela a estratégia do Meesa e da associação afiliada (Messes) à Rede Empresarial de disputar e de criar condições para ocupar os espaços dentro do debate municipal, bem como da execução do modelo de educação. Assim, substituiu-se um modelo que seria construído localmente e implementado pelo Comitê Municipal de Educação Integral, com as suas inerentes contradições, por um modelo importado do aparelho privado de hegemonia empresarial de Pernambuco, o ICE, e transferido para o aparelho capixaba, o Meesa, que junto com o Messes, tornam-se os principais sujeitos na implantação da "Escola da Escolha", um projeto piloto no qual a rede municipal de educação de Cachoeiro de Itapemirim foi a cobaia.

---

[466] Transcrição do vídeo institucional do Meesa intitulado "Cachoeiro de Itapemirim: Escola Viva nas escolas da rede municipal", com entrevistas de sujeitos envolvidos no processo de implantação das escolas de tempo integral (Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Sj0eMrXjEoA. Acesso em: 1 abr. 2025).

[467] Meta 6: Estruturar a oferta de educação em tempo integral na rede municipal de ensino, mediante edição de instrumento normativo adequado, com definição de critérios, objetivos e forma de sua implementação, na educação básica, sem prejuízo da adesão a programas propostos no mesmo sentido. Estratégia 1: Criar Comitê Municipal de Educação Integral no primeiro ano de vigência do PME para identificar potencialidades e fragilidades quanto à educação em tempo integral, determinando objetivos e ações. (Disponível em: https://prefeitura.cachoeiro.es.gov.br/transparencia/diario/arq/Diario4889-07.pdf. Acesso em: 1 abr. 2025).

[468] "Cachoeiro vai iniciar novo programa de educação integral em 2018" (Disponível em: https://www.folhavitoria.com.br/geral/cachoeiro-vai-iniciar-novo-programa-de-educacao-integral-em-2018/. Acesso em: 1 abr. 2025).

[469] Transcrição da fala de Luiz Carlos Nemer no vídeo institucional do Meesa intitulado "Cachoeiro de Itapemirim: Escola Viva nas escolas da rede municipal" publicado no dia 22 mar. 2019 (Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Sj0eMrXjEoA. Acesso em: 7 abr. 2025).

Existiram conflitos nesse processo, como a resistência de pais e responsáveis de alunos da Emeb São Francisco de Assis, que se manifestaram contrários à implantação do modelo ETI, denunciando a falta de estrutura da escola, assim como a tentativa de imposição do modelo sem a participação e a vontade da comunidade.[470] No entanto, tais situações foram encobertas pela mídia local hegemônica. A despeito disso, o movimento de resistência surgiu efeito e a Emeb São Francisco manteve-se sem a adesão ao modelo de ETI.

Sobre esse aspecto, o preposto do Meesa, Luciano Gollner (2021c), enfatiza: "Eu digo que foi um desafio importante no diálogo com a sociedade de Cachoeiro, mas por outro lado foi um pouco menor do que aconteceu lá em 2014/2015 em nível estadual". A fala do Executivo de Educação do Meesa ratifica a situação conflituosa no processo de implantação em algumas comunidades. Entretanto, pode revelar também que, no caso da rede municipal de Cachoeiro, o consenso era maior do que no contexto de implantação das "Escolas Vivas", em 2015, na rede estadual, onde a coerção estatal foi mais forte. Provavelmente, isso ocorreu em função das articulações e mobilizações do Messes, realizadas para tentar garantir o sucesso do empreendimento das frações empresariais na educação cachoeirense.

De todo o modo, no ano letivo de 2019, começaram a operar duas escolas de Educação em Tempo Integral, EMEBTI Prof. Athayr Cagnin e EMEBTI Julieta Deps Tallon, cada uma atendendo 200 alunos do 1º ao 5º ano do fundamental, em horário estendido das 7h às 17h. Como se observa no quadro 18, ao longo do ano letivo, ocorreram vários "encontros formativos" operacionalizados pelo núcleo de Educação do Meesa e do ICE.

Em depoimento para um vídeo institucional do Meesa, a coordenadora da Equipe de Implantação Municipal de Educação Integral, Lucélia de Lima Santos (2019), afirma:

> O processo de implantação das Escolas em Tempo Integral aqui da cidade de Cachoeiro, do município, ele se deu primeiro com a formação da equipe de implantação, depois tivemos a formação das equipes gestoras das escolas, depois desse processo de formação, fomos às escolas, onde teve a semana de acolhimento dos alunos, a semana de acolhimento dos pais e fomos muito bem recebido por todos, pelos familiares, pelos alunos e pelos professores que abraçaram realmente, de fato, esse novo modelo que é a Escola da Escolha.

[470] Efetivamos buscas na rede de internet sobre protestos e manifestações em Cachoeiro de Itapemirim relacionadas ao contexto de implantação das ETI. Nada foi encontrado nos maiores canais/periódicos locais. Porém, encontramos uma jornal on line pequeno com a seguinte matéria: "Pais resistem a tempo integral em escola de Cachoeiro" (Disponível em: https://www.jornalfato.com.br/geral/pais-resistem-a-tempo-integral-em-escola-de-cachoeiro,325696.jhtml?amp=1. Acesso em: 25 abr. 2025).

Com tal depoimento, admite-se o papel secundário da Seme de Cachoeiro de Itapemirim e da respectiva Equipe de Implantação e o protagonismo dos aparelhos privados de hegemonia na condução deste processo, como indicado no quadro 24.

Nesse aspecto, o ano de 2019 foi marcado pelo processo de implementação do modelo "Escola da Escolha" em Cachoeiro de Itapemirim. Em 2020, o ano começou com a equipe do Núcleo de Educação do Meesa atuante no acolhimento e formação das equipes do Tempo Integral (Quadro 24), mas, em consequência da pandemia do Covid-19, as atividades escolares foram interrompidas, bem como as ações do Meesa no processo formativo presencial da rede. No entanto, as articulações continuaram e, no fim daquele ano, anunciaram a ampliação do tempo integral para mais duas escolas, a EMEBTI "Prof. Florisbelo Neves" e a EMEBTI "Prof. José Paineiras Filho, que iniciaram as atividades ampliadas no início de 2021.[471]

O segundo ano pandêmico (2021) demarca, explicitamente, a aproximação do Meesa com a União de Dirigentes Municipais de Educação (Undime -ES). O Meesa foi o responsável por intermediar a participação do ex-prefeito de Sobral, Veveu Arruda, como palestrante no I Encontro Undime, que ocorreu no dia 10 de fevereiro de 2021. A programação do evento contava, ainda, com tempo privilegiado de fala para o Meesa, anunciado como "Parceiro dos Municípios Capixabas".[472]

Segundo Luciano Gollner (2021a),[473] Executivo de Educação do Meesa, o evento se tratava de uma oportunidade "[...] muito importante para falar o que a gente acredita como prioridades para os municípios nos próximos anos. Temas como a alfabetização na idade certa, educação infantil, implantação de escolas em tempo integral estão na pauta". O preposto do Meesa reforçou ainda que estavam "[...] abertos e dispostos a ajudar os que se interessarem" na implantação de mais escolas em tempo integral (Luciano Gollner, 2021a).

Em outra oportunidade, em evento fechado e *on line*, realizado em 4 de agosto de 2021, Luciano Gollner apresentou o plano de expansão do Programa de Implantação de Escolas em Tempo Integral para a Undime-ES. O objetivo dessa reunião foi o de "[...] apresentar o programa de apoio que o ES em Ação está oferecendo para a implantação da política de Tempo Integral aos gestores municipais. Além da diretoria da Undime, mais de 60 dirigentes

---

[471] "Mais duas Escolas de Tempo Integral em Cachoeiro" (Disponível em: https://es-acao.org.br/2020/12/10/mais-duas-escolas-de-tempo-integral-em-cachoeiro/. Acesso em: 16 abr. 2025).

[472] I Encontro dos Dirigentes Municipais de Educação. Programação (Disponível em: https://undime-es.sisp.com.br/noticia/ver-noticia/12. Acesso em: 16 abr. 2025).

[473] "ES em Ação e Veveu Arruda em Encontro da Undime" (Disponível em: https://es-acao.org.br/2021/02/07/es-em-acao-e-veveu-arruda-em-encontro-da-undime/. Acesso em: 16 abr. 2025).

participaram da apresentação virtual".[474] Naquela ocasião, Luciano Gollner (2021b propagandeava que o Meesa mantém "[...] um núcleo de educação com consultores especializados no modelo de tempo integral para o Ensino Fundamental. Estamos oferecendo para os municípios uma consultoria de quatro anos para implementar o tempo integral nos municípios selecionados".

A generosa oferta direcionada à organização que congrega representantes dos aparelhos estatais municipais demonstra que a estratégia de ganhar capilaridade por meio das associações da Rede Empresarial não era suficiente, embora muito importante. A articulação ganharia celeridade se conseguissem lançar-se via tática ardil de, concomitantemente, empreender o assédio a Undime, utilizando o preposto mais preparado para este feito, o Executivo de Educação, Luciano Gollner (2021b), que enfatizou:

> Valorizamos muito esse diálogo com a Undime, porque o principal ofertante da educação fundamental do Espírito Santo são os municípios. O caminho é esse: quanto mais boas práticas, iniciativas e parcerias diretamente com os municípios, melhor. Acreditamos mais ainda que a educação do Espírito Santo pode avançar.

O verniz puritano dessa predisposição em "ajudar" as redes municipais na melhoria e no avanço educacional poderia conduzir à interpretação desatenta de que se trata de um trabalho voluntarioso das frações empresariais capixabas pelo chamado "bem comum". Entretanto, "Há entre o céu e a Terra, Horácio, muitas coisas mais do que sonha a vossa vã 'filantropia'".[475] Tal puritanismo não se sustenta, tratava-se de um discurso que visava encobrir pela via moral (Gramsci, v. 4, C 22, § 11, 2022) a ânsia do Meesa em ampliar a capilaridade da dominação de classe sobre as políticas educacionais pelos municípios capixabas.

A pintura vai ganhando contornos mais definidos, e o plano para ampliação da implantação do tempo integral para outros municípios ganha outro relevante incentivo: o Programa Capixaba de Fomento à Implementação de Escolas Municipais de Ensino Fundamental em Tempo Integral (Proeti), instituído pela Lei nº 11.393, de 3 de setembro de 2021,[476] regulamentado pelo Decreto nº 4973-R, de 29 de setembro de 2021.[477] Assim, estabeleceram-se as diretrizes relacionadas à formação dos profissionais da educação, incentivo

---

[474] ES em Ação oferece apoio à Undime para expansão do Tempo Integral (Disponível em: https://es-acao.org.br/2021/08/08/es-em-acao-oferece-apoio-a-undime-para-expansao-do-tempo-integral/. Acesso em: 16 abr. 2025).

[475] Inspiramo-nos na paráfrase machadiana de Shakespeare em *Quincas Borba* (Machado, 1994, p. 168).

[476] (Disponível em: https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/Lei%20PROETI-1.pdf. Acesso em: 16 abr. 2025).

[477] (Disponível em: https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/Diario%20Oficial%2030-09-2021%20Decreto%20Proeti-2.pdf. Acesso em: 16 fev. 2025).

ao aprimoramento da gestão escolar e o repasse de recursos para o aumento da oferta escolar. Tais recursos oriundos de orçamento próprio da Sedu foram definidos a partir de edital de chamamento público dos municípios capixabas para adesão ao Proeti.[478]

De acordo com o secretário da Sedu, Vitor de Ângelo:

> Lançamos o Proeti a pouco tempo, há algumas semanas, e ele vem se somar também a outras ações também, em regime de colaboração e a mais conhecida é o Paes, o Pacto pela Aprendizagem no Espírito Santo [...], recentemente, lançamos um edital de 200 milhões de reais, para apoiar obras e uma série de outras ações, com recursos do Estado, mas nos municípios, importante dizer isto. É um apoio deliberado do governo Casagrande aos municípios capixabas, são **200 milhões nesse edital do Paes e 860 milhões, no final dos 5 anos, no Proeti**. Então, nós temos aqui investimentos na ordem de **1 bilhão de reais apenas nestas duas ações**, são investimentos muito, muito significativos para alavancar a qualidade da educação pública capixaba, apoiando os municípios para que eles possam superar algumas das suas dificuldades, sejam elas de natureza técnica e financeira [...] (Vitor de Ângelo, 2021b, grifo nosso).

Ao falar dos planos para o processo de ampliação do tempo integral, após o projeto piloto de Escolas de Tempo Integral, em Cachoeiro de Itapemirim, Luciano Gollner (2021c) demonstra alegria efusiva ao indicar que o Meesa:

> [...] deslumbra agora, a partir dessa importante iniciativa do Estado, com o Proeti, um programa aí que a gente comemorou bastante, a gente vibrou muito com essa iniciativa, porque era uma meta nossa, uma missão, na verdade um sonho nosso olhar para o Espírito Santo e ver como é que a gente faz pra ajudar, apoiar para que, de fato, isso aconteça no maior número de municípios possíveis. E essa visão também que a gente considera aí uma visão inovadora, uma visão de longo prazo do Estado, em criar um programa, de fato, um incentivo que a gente considerava, assim, que faltava para os municípios se engajarem com a causa do tempo integral, com a política do tempo integral.

Sem conseguir esconder o entusiasmo, o preposto do Meesa afirma: "[...] a gente já vinha se preparando aí pra esse apoio, a gente mais uma vez se coloca à disposição pra trabalhar e apoiar os municípios, dentro daquela capacidade que a gente tem, de apoiar tecnicamente [...]" (Luciano Gollner, 2021c). Assim, depois de efetivado aquele projeto piloto (2018-2021), o Meesa lançara-se para a concretização do plano de ampliar os seus domínios. Segundo o

---

[478] O primeiro Edital de Chamada Pública nº 001/2021 foi voltado a 30.000 matrículas para adesão em 2021 e execução em 2022, com repasse do valor de R$3.000 anuais por cada matrícula, durante 3 anos totalizando o valor de R$270.000.000.000 (Disponível em: https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/Edital%20Proeti.pdf. Acesso em: 17 abr. 2025). O segundo (nº 001/2022) e o terceiro Edital de Chamada Pública (nº 001/2023) continham os mesmos números de matrículas e repasses, com a adesão prevista no mesmo ano do edital e execução no ano seguinte (Disponível em: https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/EDITAL%20DE%20CHAMADA%20P%C3%9ABLICA%20N%C2%BA%20001-2022-1.pdf. Acesso em: 17 abr. 2025); (Disponível em: https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/Portarias%20e%20Editais/Edital%20de%20Chamada%20P%C3%BAblica%20n%C2%BA%20001-2023-1.pdf. Acesso em: 17 abr. 2025).

Executivo de Educação, o Meesa já tinha "[...] acordos com 8 municípios para a implementação do tempo integral [...] (Luciano Gollner, 2021c).

Embora o Meesa não apresentasse nominalmente os oito municípios, empreendemos o levantamento que possibilitou identificá-los. Em 26 de novembro de 2020, antes do segundo turno daquele pleito,[479] o Meesa publicou um conteúdo em seu endereço eletrônico oficial intitulado "#EducaçãoTransforma: relatório recomenda ações para novos prefeitos". A campanha #EducaçãoTransforma, como já explicamos, fazia parte do processo de monitoramento e articulação de políticas educacionais com as redes municipais, realizado pelo Meesa e pelas associações vinculadas à Rede Empresarial durante todo o ano de 2020.

Dessa forma, pretensiosamente, o Meesa se colocava na posição de contribuir com os novos prefeitos eleitos que, a partir dos Relatórios Municipais, indicava os caminhos que os chefes do executivo municipais deveriam seguir, no que concerne à educação. Os oito relatórios prioritariamente anunciados para serem entregues eram daqueles oito municípios: Anchieta, Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica, Colatina, Linhares, Serra, Vitória e Vila Velha.[480]

Nesses relatórios, repetia-se o texto com as recomendações do Meesa para o Ensino Fundamental em Tempo Integral:

> O Ensino em Tempo Integral é uma política efetiva para reduzir a evasão escolar e melhorar indicadores de aprendizagem no ensino fundamental. Está baseada em estrutura pedagógica de excelência e gestão com foco em resultado. Entre as principais vantagens do modelo tempo integral estão a formação integrada, formação interdimensional, currículo integrado, formação para a vida e gestão alinhada ao pedagógico. Para a Implantação do modelo, é importante que a gestão tenha capacidade de planejamento e priorize regiões mais vulneráveis. Os fatores críticos de sucesso para implementar esse modelo: 1 - Vontade Política do Prefeito; 2 - Alinhamento e Liderança do Secretário de Educação; 3 - Parceria privada com corresponsabilidade; 4 - Equipe da Secretaria exclusivamente dedicada ao programa e reportando-se diretamente ao secretário; 5 - Instituição dos marcos legais para a criação do programa e suas consequências; 6 - Governança para o acompanhamento do programa pelos parceiros (Meesa, 2020d, p. 11).

Nota-se que os fatores críticos anunciados envolvem a relação dialética e contraditória entre sociedade política e sociedade civil, isto é, o Estado Integral (Gramsci, 2022, v. 3, C6, § 137). Assim, efetiva-se a busca pelo consenso na criação de uma vontade de classe no seio do aparelho estatal. Isso se faz pela cooptação do executivo e arregimentação dos intelectuais

---

[479] Por consequência da Pandemia do Covid-19, o calendário eleitoral de 2020 passou por mudanças. Assim, o 1º turno ocorreu no dia 11 de novembro e o 2º turno, no dia 29 do mesmo mês (Disponível em: https://www.tre-pr.jus.br/comunicacao/noticias/2020/Julho/veja-como-ficam-as-datas-do-novo-calendario-eleitoral-2020. Acesso em: 17 abr. 2025).

[480] (Disponível em: https://es-acao.org.br/2020/11/26/educacaotransforma-relatorio-recomenda-acoes-para-novos-prefeitos/. Acesso em: 17 abr. 2025).

orgânicos que estarão à frente do secretariado, os quais deverão favorecer a conexão com os aparelhos privados de hegemonia empresarial em todo processo de acompanhamento. Ao instituir os marcos legais do programa de forma verticalizada, sob a influência do aparelho privado, os aparelhos estatais operam coercitivamente impondo às redes as diretrizes, o modelo pedagógico e de gestão, a fim de garantir a reprodução das relações hegemônicas guiadas pelo empresariamento da educação.

Esse foi o *modus operandi* do Meesa no seu plano de ampliar a implementação das escolas de tempo integral. Dos oito municípios assediados, apenas Colatina não consumou a relação, apesar dos esforços empreendidos pelo Meesa[481] e pela Associação Empresarial de Colatina e Região (Assedic),[482] conforme depreende-se da afirmação de Luciano Gollner: "Desde a campanha eleitoral, vínhamos conversando com o então candidato Guerino Balestrassi sobre a importância do modelo de tempo integral no município e agora nos colocamos à disposição para ser parceiros na implantação" (Luciano Gollner, 2020).

Os demais sete municípios não adotaram sincronicamente o modelo promovido pelo Meesa. Recordamos que Vitória (2014) e Cachoeiro de Itapemirim (2018) já haviam aderido. Para os outros cinco, cada articulação foi tratada com a respectiva associação vinculada à Rede Empresarial local.

Contudo, pontos em comum entre esses municípios (e outros que aderiram posteriormente) podem ser percebidos: dos oito municípios assediados inicialmente, com exceção de Anchieta, todos os demais estavam na lista dos mais populosos do estado e, portanto, teriam mais demanda por matrículas escolares. Assim, com a participação nos editais do Proeti (Quadro 25), notamos que, somados os repasses acumulados na programação dos três editais (2021,2022 e 2023), o valor destinado aos municípios que aderiram o modelo de Escolas em Tempo Integral sob a influência do Meesa foi de R$150.922.000,00, que compreende 41,74%

---

[481] Nos dias 14 e 15 de setembro de 2021, o Núcleo de Educação do Meesa ofertou uma formação, no auditório do Sicoob Vitória, para funcionários da secretaria de educação de Aracruz, Colatina e Serra. O objetivo era o de apresentar a metodologia pedagógica e de gestão da escola em tempo integral para as equipes das secretarias candidatas à adesão (Disponível em: https://es-acao.org.br/2021/09/19/es-em-acao-capacita-educadores-de-aracruz-colatina-e-serra/. Acesso em: 17 abr. 2025).

[482] É provável que o contexto político da ascensão bolsonarista e as consequências disso nas eleições municipais de 2020 tenham estremecido a cena política colatinense. Guerino Balestrassi (PSC) foi eleito com 34,08%, e o seu principal concorrente, Luciano Merlo (Patriota), teve 33,01% dos votos. Lembramos que o prefeito até então Sérgio Meneguelli (Republicanos) (2017-2020) decidira não disputar a reeleição. No entanto, o Republicanos indicou Marcos Guerra, presidente municipal da legenda e ex-presidente da Findes, como candidato a vice-prefeito na chapa com Luciano Merlo. No nosso entendimento, as frações empresariais colatinenses se dividiram naquele pleito, e tal fissura pode ter influenciado a relação entre e prefeito eleito e frações que pertenciam a Assedic (Disponível em: https://www.seculodiario.com.br/politica/prefeito-de-colatina-anuncia-que-nao-e-candidato-a-reeleicao/. Acesso em: 17 abr. 2025).

dos R$361.602.000,00, valor total de recursos programados para serem destinados ao programa.

Entendemos que as escolhas não ocorreram de maneira fortuita, ao contrário, é nítido "O admirável bom senso que orientava as ações daqueles grandes calculistas [...]".[483] Mesmo que tais recursos não fossem repassados para os cofres do Meesa, brilhava os olhos a possibilidade de dirigir a sua aplicação no que concerne ao modelo das metodologias e o modo de gestão empresarial que seria adotado nas redes municipais.

Quadro 25 - Valores do Proeti repassados por município aderente à relação com o Meesa

Município	**Data**	**Posição no Ranking populacional (Censo 2024)**	**Sujeitos envolvidos na implantação do modelo de Escolas em Tempo Integral (Escola da Escolha)**	**Valor total do repasse do Proeti nos editais de 2021, 2022 e 2023**
Vitória	2014	4º	Prefeitura de Vitória, ICE, Meesa e Instituto Fucape	R$11.529.000,00
Cachoeiro de Itapemirim	2018	6º	Prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim Meesa e Messes	R$17.658.000,00
Cariacica	2021	5º	Prefeitura de Cariacica, Meesa e AEC	R$36.622.000,00
Vila Velha	2021	2º	Prefeitura de Vila Vela, Meesa e Assevila	R$27.090.000,00
Aracruz	2021	10º	Prefeitura de Aracruz, Meesa e Amear	R$16.470.000,00
Linhares	2022	6º	Prefeitura de Linhares, Adel, Sicoob e o ES em Ação	R$ 2.880.000,00
Serra	2022	1º	Prefeitura de Serra, Meesa e Ases	R$14.454.000,00
Anchieta	2023	21º	Prefeitura de Anchieta, Meesa e AEA	R$11.718.000,00
Viana	2023	11º	Prefeitura de Viana, Meesa e AEV	R$9.549.000,00
Alegre	2024/2025	25º	Prefeitura de Alegre e Meesa	R$2.952.000,00
Total				**R$150.922.000,00**

Fonte: Elaborado pelo autor (2025), a partir de dados dos editais Proeti (Sedu) e do endereço eletrônico do Meesa.

As pretensões do Meesa eram de uma ampliação mais célere dos seus domínios. Luciano Gollner (2021c, grifo nosso) confirma isso com a seguinte declaração

> A gente já tem um planejamento, a gente está imaginando que a gente pode chegar a 20 a 21 municípios apoiando aí da mesma forma que tem acontecido em Cachoeiro, até 2024/2025, vamos dizer assim, **uma primeira onda**, né. E hoje, já considerando o ano que vem [2022] a gente já tem acordos com 8 municípios para a implementação do tempo integral, para o **apoio a implementação complementar do tempo integral aos municípios**.

[483] Balzac, em Eugênia Grandet. Nesse trecho, o narrador fala a respeito das famílias rivais Grassins e Cruchot que calcularam suas ações ambiciosas contra o primo de Eugênia, sobrinho do velho Grandet (Balzac, 2002, p. 56).

Alguns aspectos despertam a atenção nessa afirmação do preposto do Meesa: inicialmente, relativo ao que seria a primeira onda (2019-2025), com a projeção de escalar o número de municípios para duas dezenas. Tal onda seria sucedida por outras que completariam o 2º ciclo em 2030 (ES 2030) de implantação das Escolas de Tempo Integral; posteriormente, no que concerne ao último período da sua fala, ele aponta para a "implantação complementar". Acreditamos que, ciente da presença do secretário Vitor de Ângelo naquele evento organizado pelo IJSN (22/09/2021), o representante do Meesa não esconde totalmente um fato: mesmo os municípios que firmariam acordos de cooperação técnica com a organização usufruiriam das formações oferecidas pela Sedu, como no caso de Cachoeiro de Itapemirim e Cariacica.[484]

Desde o final de 2021, a Sedu passou a ofertar assessorias, visitas técnicas, *workshops* e formações às redes municipais, no intuito de subsidiar a adesão ao tempo integral nos anos iniciais do ensino fundamental, por meio da Assessoria Especial de Educação em Tempo Integral e da Assessoria de Regime de Colaboração do Tempo Integral (ARCTI).[485] Segundo o secretário Vitor de Ângelo, no âmbito do Proeti, o governo do estado apoia os municípios nas suas dificuldades de natureza financeira e técnica. No caso dessa última, a Sedu trabalha

> [...] prestando também o apoio pedagógico, ou seja, pensando um modelo de tempo integral que é adaptado, né, lembrando bem o nosso integral é do ensino médio e do fundamental 2, o fundamental 1 é bastante diferente, que é adaptado a esses primeiros anos da etapa do ensino fundamental. A nossa equipe aqui do tempo integral já tem feito esse trabalho, conversando com os municípios, Cachoeiro de Itapemirim é um município importante neste diálogo, porque é um dos poucos municípios do ES tem escola de fundamental 1 com oferta em tempo integral. Então, é um dos poucos municípios que já tem essa experiência, mas é uma exceção, a maior parte dos municípios capixabas não tem essa oferta, não tem esse tipo de matrícula e, portanto, o nosso apoio, penso eu, ele vem numa boa hora e pelo o que eu tenho recebido de devolutivas, há o interesse e mobilização dos municípios em aplicar a este edital [Proeti] [...].

Nota-se que a secretaria estadual (Sedu) passou a direcionar parte das suas ações no acompanhamento do modelo de Educação em Tempo Integral também nos anos iniciais do ensino fundamental nas redes municipais. Como a rede municipal de Cachoeiro de Itapemirim

---

[484] "Sedu oferta formação sobre Tempo Integral para profissionais das redes municipais de ensino" (Disponível em: https://www.es.gov.br/Noticia/sedu-oferta-formacao-sobre-tempo-integral-para-profissionais-das-redes-municipais-de-ensino. Acesso em: 18 abr. 2025).

[485] "Sedu realiza formação com representantes municipais que aderiram o PROETI" (Disponível em: https://www.es.gov.br/Noticia/sedu-realiza-formacao-com-representantes-municipais-que-aderiram-ao-proeti#:~:text=Educa%C3%A7%C3%A3o%20em%20Tempo%20Integral%20nas%20escolas%20da,propostas%20e%20sugest%C3%B5es%20para%20que%20os%20munic%C3%ADpios. Acesso em: 18 abr. 2025); "Inscrições abertas para Formação Inicial do Modelo Pedagógico da Educação em Tempo" (Disponível em: https://sedu.es.gov.br/Not%C3%ADcia/inscricoes-abertas-para-formacao-inicial-do-modelo-pedagogico-da-educacao-em-tempo-integral. Acesso em: 18 abr. 2025);

já havia servido de piloto para implementação do modelo da "Escola da Escolha" (ICE) realizada pelo Meesa, a Sedu estabeleceu o diálogo a fim apropriá-lo na esfera do subsídio que planejara ofertar às demais redes municipais. Tratou-se de um processo de retroalimentação da perspectiva metodológica da hegemonia empresarial na educação capixaba.

Isso se confirma com a publicação do livro intitulado "Modelo Pedagógico da Educação em Tempo Integral do Espírito Santo: Ensino Fundamental – Anos Iniciais" (Burini; Poltronieri; Ângelo, 2022),[486] no qual se defendem os mesmos princípios da "Escola da Escolha", apresentando-os como princípios da Educação em Tempo Integral do Espírito Santo, a saber: Protagonismo; Pedagogia da Presença; Educação Interdimensional e os Quatro Pilares da Educação.

Sobre esse livro, o assessor da Sedu Gledson Figueiredo (ARCTI) enfatizara que se tratava de "[...] um instrumento que as redes municipais de ensino poderão utilizar para uma melhor compreensão do modelo pedagógico da Educação em Tempo Integral [...]".[487] Desse modo, com o livro, as formações, as assessorias, as visitas e demais os tipos de treinamentos, a Sedu passa a ocupar parte dos espaços no processo de ampliação das Escolas em Tempo Integral nas redes municipais.

Daí decorrem algumas questões inferenciais: a iniciativa da Sedu se inscreveu em um cenário de disputa com o Meesa pela liderança da implementação do Tempo Integral nas redes municipais, em função da instrumentalização dessa política educacional como vitrine política do governo Casagrande? Ou se tratou do fortalecimento da chamada relação público-privada, na qual potencializa-se um modelo de governança que compartilha o implemento de políticas públicas com aparelhos privados de hegemonia empresarial? Ou isso ocorreu em virtude das dificuldades do Meesa em conseguir viabilizar o processo de ampliação, dado os seus limites técnicos, logísticos e operacionais, o que o fez priorizar inicialmente as cidades mais próximas e populosas, com maior número de matrículas e de futuros trabalhadores, onde as associações da Rede Empresarial eram mais articuladas? Ou, por fim, deveu-se à resistência de algumas prefeituras e secretarias frente aos assédios das associações da Rede Empresarial diante das conjunturas locais próprias, relacionadas às disputas/conflitos políticos?

---

[486] Livro organizado pela Assessora Especial de Educação Integral Alessandra Trabach Gobetti Burini, pelo Técnico Pedagógico Fernando Fiorotti Poltronieri e pelo Secretário Vitor de Ângelo (Disponível em: https://apoie.sedu.es.gov.br/Media/Apoie/CADERNOSGOVERNODOESTADODOES/Livro%20do%20Proeti.pdf. Acesso em: 18 abr. 2025).

[487] "Sedu lança livro sobre Educação em Tempo Integral" (Disponível em: https://www.es.gov.br/Noticia/sedu-lanca-livro-sobre-educacao-em-tempo-integral. Acesso em: 18 abr. 2025).

A complexidade dessa realidade é tamanha que entendemos que apenas uma dessas questões inferenciais não contempla a sua totalidade. No entanto, compreendemos que tais inferências trazem elementos que integram dialeticamente uma aproximação com a realidade contraditória. A seguir, apresentamos o processo de ampliação das Escolas em Tempo Integral nas redes municipais, mediados pelo Meesa, a partir de 2021.

5.3.5 A implantação do modelo de Tempo Integral do Meesa no município de Vila Velha

O primeiro município a adotar o modelo de Escola em Tempo Integral intermediado pelo Meesa, depois do piloto realizado em Cachoeiro de Itapemirim (em 2018), foi Vila Velha. Por esse motivo e pelo fato de apresentar um Acordo de Cooperação com elementos suplementares aos demais que viriam a ser assinados, escolhemo-lo como objeto de análise.

Antes de firmar relação com o Meesa, a Prefeitura Municipal de Vila Velha (PMVV) já havia se movimentado para iniciar a ampliação da jornada no ensino fundamental no município. Assim, em 2014, o prefeito Rodney Rocha Miranda (DEM) assinava o Decreto nº 258, de 29 de dezembro de 2014,[488] que estabelecia critérios para a implantação, organização e funcionamento de um projeto (piloto) de Educação em Tempo Integral e normatizava as medidas a serem adotadas pelas unidades de ensino, as quais iniciaram o funcionamento no ano letivo de 2015, em caráter experimental, com o apoio Federal via Programa Mais Educação (PME) do MEC.[489]

Desse modo, em 2015, quatro escolas situadas em bairros de vulnerabilidade social do município iniciaram a jornada estendida de 7 horas diárias: Unidade Municipal de Ensino

---

[488] (Disponível em: https://legislacao.vilavelha.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/D2582014.htm. Acesso em: 21 abr. 2025).

[489] "O Programa Mais Educação constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para indução da construção da agenda de educação integral nas redes estaduais e municipais de ensino que amplia a jornada escolar nas escolas públicas, para no mínimo 7 horas diárias, por meio de atividades optativas nos macrocampos: acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica". O Programa Mais Educação realizou-se entre os anos de 2007 e 2016. Depois do Golpe jurídico-midiático-parlamentar contra Dilma Roussef (PT), Michel Temer (MDB) alterou o nome do programa para Novo Mais Educação, em 2017. Os últimos repasses de recursos desse programa para novas adesões de escolas ocorreram no ano de 2019. Naquele ano, em Vila Velha, foram três adesões à jornada ampliada: Umef Ilha da Jussara; Umef Prof. Elson José de Souza; e Umef Dep. Paulo Sergio Borges. Importante destacar que vários municípios capixabas aderiram ao Programa Mais Educação, por exemplo: Alegre, Aracruz, Baixo Guandu, Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica, Castelo, Colatina, Fundão; Guarapari, João Neiva, Linhares, Serra, Viana, Vitória, dentre outros (Disponível em: https://dadosabertos.mec.gov.br/pme#:~:text=Programa%20Mais%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20%2D%20PME,da%20natureza%20e%20educa%C3%A7%C3%A3o%20econ%C3%B4mica. Acesso em: 21 abr. 2025).

Fundamental (Umef) Reverendo Antônio da Silva Cosmo, Umef Tancredo Neves, Umef Reverendo Waldomiro Martins de Aguiar e pela Unidade Municipal de Ensino Infantil (Umei) Casulo do Vovô.[490]

Não está ao nosso alcance e nem é a nossa pretensão analisar cada contexto local do tempo integral anterior à relação do Messa e da Assevila (Associação de Empresários de Vila Velha) com a PMVV. No entanto, indicamos que havia uma alternativa sendo construída a partir de articulações com um programa Federal, o PME. Naquele Decreto de 2014 (nº 258), estavam inscritas contradições nos princípios instituídos no Art. 2º, quais sejam: "VI - o estabelecimento de articulações e parcerias com instituições e organizações sociais"; e VII a promoção de "[...] uma rede de articulações das ações e atividades dos Programas do Governo Federal Indutores de Educação Integral [...]" (Vila Velha, 2014). Notadamente, nos anos posteriores, percebe-se o processo de construção de um consenso pelo empresariamento da educação no que diz respeito à concepção, planejamento e execução de programas e políticas educacionais pelas mãos de aparelhos privados de hegemonia empresarial.

A relação entre a Prefeitura Municipal de Vila Velha (PMVV), o Meesa e a Associação dos Empresários de Vila Velha (Assevila), na área da educação, estreitou-se no ano de 2021. Recordamos que, no início de setembro (08/09/2021), efetivava-se a adesão da Secretaria Municipal de Educação de Vila Velha (Semed) ao Programa Educar pra Valer (EpV) da Associação Bem Comum (ABC). Assim, dias depois, em 30 de setembro, no auditório da PMVV, ocorreu uma sessão solene para selar mais uma relação entre o aparelho estatal municipal e os aparelhos privados de hegemonia empresarial.

Estiveram presentes, na solenidade, o prefeito de Vila Velha, Arnaldo Borgo Filho (Podemos), mais conhecido como Arnaldinho, o secretário interino da Semed, Rodrigo Simões, o diretor de Gestão e Governo Digital do Meesa, Nailson Dalla Bernardina (Sicoob), o executivo de Educação do Meesa, Luciano Gollner, bem como a analista de Educação, Ayone Sossai. Marcaram presença, ainda, representantes das empresas patrocinadoras dos projetos de educação do Meesa, Eugênio Fonseca e Tatiana Rodrigues, da área de Relações Institucionais da Vale S.A., Luiz Wagner Chieppe, Conselheiro do Meesa e presidente do Grupo Águia

[490] "Vila Velha oferece quatro escolas em tempo integral, a partir de segunda" (Disponível em: https://www.vilavelha.es.gov.br/noticias/2015/02/vila-velha-oferece-quatro-escolas-em-tempo-integral-a-partir-de-segunda-23-6332. Acesso em: 21 abr. 2025).

Branca e Rodrigo Calheiros de Oliveira, diretor Executivo do Sicoob Coopermais, de Vila Velha.[491]

Na oportunidade, ao agradecer ao Meesa, o prefeito Arnaldinho Borgo Filho (2021) indicou a absorção da ideia de corresponsabilidade inscrita nas premissas da "Escola da Escolha": "Agradeço a ajuda e o apoio do ES em Ação com a assinatura desse convênio, que traz uma responsabilidade muito grande para gente e que estamos dividindo com os demais parceiros".

Dessa forma, em 31 de agosto de 2021, foi publicado o Acordo de Cooperação nº 002/2021 (Processo nº 48850/2021) (Anexo G), assinado no dia anterior pelo secretário Municipal de Educação Interino de Vila Velha, Rodrigo de Souza Simões Nunes, pelo diretor-presidente do Meesa, Fábio Brasileiro e do pelo diretor da Assevila, Marco Túlio Ribeiro Fialho. Tal documento estabelecia, na Cláusula Segunda, o fito de envidar esforços conjuntos entre os partícipes no processo de desenvolvimento, implementação e consolidação das "Escolas de Ensino Fundamental em Tempo Integral", com a pretensão de contribuir para a causa de um ensino fundamental de qualidade, com gestão eficiente e que estaria sujeito à verificação por meio dos resultados do Ideb. Esse Acordo teve a vigência estabelecida em 48 meses, com previsão de encerramento, portanto, em setembro de 2025.

Para o secretário interino da Semed, o Acordo de Cooperação serviria para aprimorar a tecnologia de gestão educacional. Nesse entendimento, o secretário enfatizara: a "[...] rede precisa desse suporte educacional para que possamos avançar com a educação dos alunos". Nesse caso, o suporte "escolhido" foi aquele com maior poder de articulação e barganha política na esfera municipal (Nunes, 2021).

Naquela solenidade, a declaração do diretor da Assevila, Marco Túlio Ribeiro Fialho, retirou qualquer véu possível sobre o aproveitamento do potencial de articulação do aparelho privado de hegemonia empresarial local com o aparelho estatal do município. Observemos:

> A Assevila participa de muitos movimentos envolvendo o município de Vila Velha, **ao todo participamos de 18 conselhos no município**. E todas as ações que se relacionam com o desenvolvimento de Vila Velha, a Assevila participa. Hoje coordenamos mais de 24 instituições do setor produtivo. A parceria em rede com o ES em Ação fortalece o movimento e sabemos que **sem a educação não tem desenvolvimento, justiça social e geração de emprego** (Fialho, 2021, grifo nosso)

[491] "ES em Ação leva Tempo Integral às escolas municipais de Vila Velha" (Disponível em: https://es-acao.org.br/2021/09/01/es-em-acao-assevila-e-pmvv-assinam-termo-de-cooperacao-tecnica/. Acesso em: 19 abr. 2025).

Nota-se que, no caso da Assevila, há uma efetiva ocupação dos espaços da chamada governança municipal, na lógica da pretensa *sociedade civil ativa* formulada por Giddens. Assim, ao ocupar a maioria dos conselhos[492] e coordenar instituições do setor produtivo, a Assevila, como aparelho privado de hegemonia empresarial, consegue disputar e promover consenso empresarial, com vistas a hegemonizar a relação com o aparelho estatal, constituindo dialeticamente o Estado Integral.

Especialmente no Fórum Municipal de Educação de Vila Velha, a Assevila contava com um titular, Fernando Carlos da Silva Cobe, diretor do Colégio Cobe Contec e diretor Institucional da Assevila, e com um suplente, Emerson Luiz de Castro, diretor Acadêmico da Faculdade Novo Milênio, mantenedora da Assevila. Esses dois prepostos compunham, ainda, o Conselho de Educação e Assistência Social da Assevila, uma iniciativa que se inscreve naquela tentativa de o Meesa desenvolver, nas associações da Rede Empresarial, um "núcleo de educação", mas que, ao fim, transformaram-se em comitês/conselhos de acompanhamento da implantação das Escolas em Tempo Integral.

A primeira reunião desse Conselho da Assevila ocorreu no dia 20 de setembro de 2021, no espaço da Faculdade Novo Milênio, dias antes da solenidade para assinatura do Acordo de Cooperação com a PMVV.[493] Muito provavelmente o grupo reunia-se para discutir os detalhes do documento que seria assinado no dia 30 de setembro. Diante disso, apresentamos as cláusulas do referido Acordo (nº 002/2021):

- Cláusula Primeira: relativa à legislação Federal (Lei nº 13.019/2014) e Municipal (Decreto Municipal nº 060/2017) aplicáveis;
- Cláusula Segunda: estabelece o objeto e objetivos do Acordo;
- Cláusula Terceira: as obrigações das partes (Semed, Meesa e Assevila);
- Cláusula Quarta: determina o prazo de 48 meses, com possibilidade de prorrogar por mais 60 meses;
- Cláusula Quinta: não implicação de repasses de recursos financeiros entre os partícipes;

---

[492] De acordo com o endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Vila Velha (PMVV), o município mantém, em 2025, 24 conselhos. Não conseguimos informações sobre a composição de todos os conselhos, mas identificamos a participação da Assevila em alguns deles, a saber: Conselho Municipal da Cidade; Conselho Municipal da Defesa do Consumidor; Conselho Municipal do Desenvolvimento Econômico de Vila Velha (Meesa e Assevila); Conselho Municipal das Micro e Pequenas Empresas; Conselho Municipal da Concessões de Direito Real de Uso; Conselho Municipal de Turismo; Conselho Municipal do Trabalho, Emprego Renda; Conselho Municipal de Meio Ambiente; Fórum Municipal de Educação e outros (Disponível em: https://www.vilavelha.es.gov.br/busca/paginas/Conselho%20Municipal/page:2. Acesso em: 20 abr. 2025).

[493] "Novo Milênio sedia primeira reunião do Conselho de Educação da Assevila" (Disponível em: https://novomilenio.br/2021/09/22/reuniao-conselho-assevila/. Acesso em: 20 abr. 2025).

- Cláusula Sexta: referente ao sigilo das informações, utilizando dados somente nas atividades em que competem exercer, não podendo divulgá-los a terceiros, e adotando meios de os proteger;
- Cláusula Sétima: encarrega à Subsecretaria Pedagógica a decisão sobre o formato do monitoramento e avaliação do programa;
- Cláusula Oitava: trata da denúncia, isto é, da comunicação para rescisão contratual, que deve ser feita com antecedência de 60 dias;
- Cláusula Nona: refere-se à rescisão por corrupção ou irregularidade por parte do Meesa e da Associação da Rede Empresarial;
- Cláusula Décima: indica assunção de responsabilidades e retomada de bens em caso de inexecução por culpa das organizações partícipes do Acordo com a Semed;
- Cláusula Décima Primeira: sobre a manutenção das condições de habilitação demonstrada no ato da assinatura do acordo;
- Cláusula Décima Segunda: dá providência à publicação do Acordo em até 20 dias de sua assinatura;
- Cláusula Décima Terceira: disposições gerais, como: publicidade em caráter informativo, obedecendo o princípio de impessoalidade; ações promocionais apenas com autorização de todos os partícipes; e proibições relativas a vantagens e ganhos financeiros, patrimoniais, favores, objetos etc.;
- Cláusula Décima Quarta: aponta o foro da comarca do município.

Destacamos que tais cláusulas foram replicadas, com pequenas diferenças e ajustes, nos outros termos/acordos de cooperação técnica que conseguimos acessar. As diferenças mais relevantes percebidas foram na Cláusula Terceira, que trata das competências de cada aparelho no referido Acordo (nº 002/2021), as quais nos dedicamos a seguir.

Quadro 26 - Competências da Semed Vila Velha no Acordo de Cooperação nº 002/2021

3.1.1 COMPETE À SECRETARIA DE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE VILA VELHA	
a)	Definir e tornar disponível as escolas, a partir de um plano de ação [...] recursos – humanos, técnicos e materiais – e ações a serem desenvolvidas;
b)	Instituir no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, uma equipe com dedicação exclusiva (40h), voltada a implementação do programa, reportando-se diretamente ao secretário e aos subsecretários de educação, sem intermediários. Esta equipe deverá ser empoderada para decidir quanto a todos os aspectos do modelo de gestão e pedagógico a ser implantado nas "Escolas de Ensino Fundamental de Tempo Integral";
c)	Construir e compor uma equipe de Governança formada por: um Comitê Executivo, em nível estratégico, para definições de diretrizes e orientações estratégicas, compostos pelos partícipes deste instrumento. E

	um Comitê Gerencial, em nível tático, para monitoramento do "Cronograma de ações" [...], composto pelos partícipes deste instrumento;
d)	Oferecer as instalações físicas das unidades de ensino e o corpo técnico necessários à implementação [...];
e)	Selecionar professores, diretores e pessoal para atuação em cada uma das "Escolas de Ensino Fundamental de Tempo Integral", por meio de processo seletivo, segundo critérios definidos que garantam o acesso mediante requisitos prévios, objetivos e públicos, bem como a universalidade e gratuidade, preservando a obediência às leis e a compatibilidade com os objetivos do termo firmado;
f)	Fornecer translado, para deslocamento de consultores e equipes, previamente identificados e indicados pelo ES em Ação, para implementação de ações previstas neste instrumento;
g)	Expedir instrumentos legais e normativos que, a juízo das partes, sejam indispensáveis ou necessários ao desenvolvimento dos objetivos e atividades previstas no presente instrumento [...];
h)	Garantir os espaços e horários de formação para os gestores e educadores das escolas, bem como a efetividades da presença;
i)	Implementar, caso não exista, instrumento normativo próprio, o qual permita a avaliação de desempenho permanente e específica dos profissionais das "Escolas de Ensino Fundamental de Tempo Integral";
j)	Utilizar e garantir que o modelo pedagógico e de gestão sejam utilizados para os fins específicos motivadores do presente Acordo de Cooperação;
k)	Participar dos elementos de acompanhamento e avaliação das ações implementadas, propondo ajustes e soluções;
l	Através da Subsecretaria Pedagógica da Semed, supervisionar, fiscalizar, monitorar e avaliar a execução do presente acordo;
m)	Elaborar Relatório Técnico e de Monitoramento e Avaliação

Fonte: Elaborado pelo autor (2025), a partir do Acordo de Cooperação 002/2021.

O Quadro 26 revela que as competências da Semed Vila Velha estavam fortemente vinculadas àquelas recomendações indicadas nos Relatórios Municipais entregues aos prefeitos no fim de 2020 (Meesa, 2020d), sobretudo os incisos de "a)" a "k)" da cláusula 3.1.1 do Acordo. Destas competências, chamam a atenção dois pontos:

- no inciso "b",[494] que trata da instituição de uma equipe da Semed voltada à implantação do programa, destaca-se a projeção dada à essa equipe, a qual "deverá ser empoderada para decidir os aspectos do modelo de gestão e pedagógico a ser implantado". Evidencia-se, assim, uma preocupação da Semed em fortalecer os representantes do aparelho estatal no processo de discussão do modelo que seria implementado, possibilitando à equipe da Semed sopesar os aspectos metodológicos e, a partir disso, adequá-los à realidade da rede;
- o nível da organização política da equipe de governança compartilhada com os aparelhos privados contidas no inciso "c", a qual organizara-se em nível estratégico,

[494] A redação desse inciso voltaria a aparecer apenas na relação entre Meesa, Amear e Prefeitura de Aracruz.

Comitê Executivo, e em nível tático, Comitê Gerencial. Nota-se que o Comitê Executivo é aquele responsável pela definição de diretrizes estratégicas do programa. Já ao Comitê Gerencial cabia o acompanhamento/monitoramento das ações. Em ambos os níveis, os aparelhos privados (Meesa e Assevila) fizeram-se presentes, situação que se repetiria nos acordos de cooperação realizados dali em diante com outras prefeituras.

No caso dos incisos "l" e "m", percebem-se acréscimos relativos ao maior potencial da Semed no processo de monitoramento e fiscalização da implantação das Escolas de Tempo Integral. Tais adendos podem ser vistos como resultado das negociações e tratativas que anteciparam a assinatura do Acordo de Cooperação, visto que o conteúdo desses itens não constaria nos demais acordos que viriam ser assinados posteriormente com outras prefeituras.

O fato é que a implementação se deu protagonizada pelo Núcleo de Educação do Meesa, no que diz respeito às formações via consultorias pedagógicas e de gestão. Por exemplo, do dia 25 a 27 de outubro de 2021, foi realizada, na Fucape *Businnes School*, uma formação ministrada pelas consultoras do Meesa, Ayone Sossai (metodologia pedagógica) e Polliana Aroeira (gestão educacional) direcionadas às equipes de implantação das secretarias de Vila Velha e Cariacica.[495]

Na ocasião, foram apresentadas as bases conceituais e metodológicas da "Escola da Escolha", com o objetivo de criar condições para a equipe de implementação das secretarias se apropriarem dos fundamentos desta metodologia. O tal "empoderamento" aludido no inciso "b" só viria a se concretizar a partir do entendimento da metodologia a ser transferida pelas consultoras do Meesa. Apesar disso, criou-se uma dependência teórico-metodológica da Semed em relação ao Núcleo de Educação do Meesa que, tendencialmente, esvaziou a autonomia da equipe dessa secretaria que passou a reproduzir o consenso educacional forjado pelos intelectuais orgânicos do empresariado.

No Quadro 27, observamos as competências do Meesa (Cláusula 3.1.2.1) no processo de implantação das "Escolas de Ensino Fundamental de Tempo Integral".

Quadro 27 - Competências do Meesa no Acordo de Cooperação nº 002/2021

3.1.2.1 COMPETE AO MEESA	
a)	Assegurar recursos financeiros demandados pelo programa, para custear as atividades necessárias à implantação e consolidação do objeto deste acordo;
b)	Participar do processo de concepção, planejamento, implantação, gestão, acompanhamento e avaliação das atividades desenvolvidas em razão do presente instrumento, em cada uma das escolas escolhidas;

[495] Cariacica foi o segundo município, em 2021, a aderir à metodologia da "Escola da Escolha" oferecida pelo Meesa (Disponível em: https://www.instagram.com/p/CVd0MYiPKxd/?igsh=eGIzZzRwZGVwcGx3. Acesso em: 20 abr. 2025).

c)	Assegurar, diretamente através da sua equipe ou através de parcerias, a transferência de tecnologias educacional, organizacional e de gestão, necessárias ou suplementares às ações a serem desenvolvidas nas "Escolas de Ensino Fundamental de Tempo Integral", de modo a perpetuar na Semed as tecnologias implantadas;
d)	Apresentar para o Comitê Gerencial e para a equipe de implantação relatórios de acompanhamento de atividades das escolas em implantação ou implantadas, de modo a avaliar o seu desenvolvimento, fazendo recomendações para ações corretivas sempre que necessárias;
e)	Firmar parcerias com empresas apoiadoras buscando a garantia de recursos técnicos e financeiros para viabilizar o programa;
f)	Compor Governança para o acompanhamento de todas as etapas da implantação do programa; com a participação de, no mínimo, dois representantes em cada Comitê: Executivo e Gerencial, do Programa de "Escolas de Ensino Fundamental em Tempo Integral".

Fonte: Elaborado pelo autor (2025), a partir do Acordo de Cooperação 002/2021.

Com essas competências, percebe-se o papel centralizador do Meesa, ou seja, o aparelho privado de hegemonia empresarial atua como protagonista do processo de implantação teórico-metodológico do modelo educativo e, portanto, das diretrizes da política educacional. Atua, desse modo, como intelectual orgânico coletivo das frações da classe empresarial, pois assume, em certa medida, as funções de direção, organização e difusão da visão de mundo de classe. Essa difusão ocorre, principalmente, via treinamento/formação dos profissionais que estarão à frente da Equipe de implantação da secretaria e dos demais trabalhadores escolares.

O inciso "b" dessa cláusula (3.1.2.1) ajuda a visualizar com maior acuidade tais funções centrais, haja vista que a participação do Meesa vai desde a concepção, o planejamento, a gestão, o acompanhamento até a avaliação do processo de implantação. Esse caráter amplia-se com os incisos "d" e "f", que fortalecem e legitimam a posição do núcleo de Educação do Meesa como sujeito decisório da política educacional da rede. Enquanto isso, a ênfase dada às competências da Semed vincula-se ao acompanhamento, monitoramento e avaliação.

Além disso, ao evocarem as chamadas parcerias, os incisos "c" e "e" o fazem com o fim de garantir tanto a transferência da "tecnologia educacional", isto é, recursos técnicos, quanto de recursos financeiros. Dessa maneira, o Meesa busca implantar não apenas um arcabouço teórico-metodológica educacional de forma perene ou, como preferem chamar, perpétua, mas induz à rede pública o aprofundamento de uma racionalidade privatista. Abrem-se caminhos para transformar cada secretaria de educação em que atua em um *Shark Tank,*[496] na medida em

[496] *Shark Tank* (Tanque de Tubarões) é uma metáfora usada por um programa de televisão estadunidense (*reality show* da *Sony Chanel*). Nesse programa, uma bancada formada por grandes investidores (Tubarões) recebe os empreendedores (peixes pequenos) que apresentam as suas criações, invenções e negócios. Os tubarões que se interessam pelo empreendimento fazem ofertas, quase sempre muito abaixo do que os peixes esperam, com a promessa de escalar o negócio.

que a seleção de programas e projetos deixa de ser guiada pelo sentido social e pelo valor pedagógico e passa a ser conduzida pela lógica privatista.

A Cláusula Terceira apresenta, nas suas linhas finais, dois parágrafos relativos aos incisos “a” e “e” (3.1.2.1) que se repetem nos demais acordos assinados posteriormente com outras prefeituras. O Parágrafo Primeiro do Acordo de Cooperação nº 002/2021 (Anexo G) indica que os recursos financeiros devem ser restritos ao pagamento dos seus consultores. Dessa maneira, o Meesa se livra de qualquer responsabilidade de repassar recursos para custeios operacionais nas escolas da rede aderente ao programa. Já o Parágrafo Segundo do referido acordo isenta o Meesa da prestação de contas ao aparelho estatal, indicando exclusividade do aparelho privado de hegemonia empresarial na destinação dos recursos arrecadados dos seus mantenedores e apoiadores.

Se o Meesa tem uma gama de funções que levam a organização a ser protagonista da implantação do modelo pedagógico e de gestão, à associação da Rede Empresarial local, Assevila coube o processo de mobilização e articulação política (como se depreende das informações do Quadro 28), por meio de reuniões com representantes do aparelho estatal,[497] do espaço privilegiado dentro do Fórum Municipal de Educação, dos diversos conselhos municipais e dos encontros e eventos entre empresários e políticos,[498] nas suas redes sociais e nos canais midiáticos locais, como a Folha Vitória[499] etc.

Quadro 28 - Competências da Assevila no Acordo de Cooperação nº 002/2021

3.1.2.2 COMPETE À ASSEVILA	
a)	Promover a mobilização junto à formadores e opinião, empresas, e sociedade geral do município sobre a importância da educação pública de qualidade;
b)	Compor a Governança para acompanhamento de todas as etapas da implantação do programa; com a participação de um representante em cada Comitê: Executivo e Gerencial, do Programa de “Escolas de Ensino Fundamental em Tempo Integral”;

[497] “Diretoria da Assevila se reúne com secretário de Educação de Vila Velha” (Disponível: https://www.instagram.com/p/CPqTZrlDquz/?igsh=N213MXk1Z3N6cW5v. Acesso em: 21 abr. 2025).

[498] Desde 2010, realiza-se anualmente o evento “Café Empresarial da Assevila”, com o intuito de fortalecer e debater pautas comuns ao empresariado de Vila Velha. Nesses eventos, são convidados políticos e autoridades que atuam nessa cidade e no estado do ES. O evento se iniciou no ano marcado pela publicação do Plano de Desenvolvimento de Vila Velha (Disponível em: https://esbrasil.com.br/11o-cafe-empresarial-os-rumos-e-desafios-para-o-desenvolvimento-de-vila-velha/. Acesso em: 21 abr. 2025).

[499] Encontramos várias matérias divulgando eventos e ações da Assevila no jornal *on line* Folha Vitória, pertencente ao Grupo Buaiz. Alguns exemplos são: “Novo Presidente” (Disponível em: https://www.folhavitoria.com.br/social/novo-presidente/. Acesso em: 21 abr. 2025); “Tommasi revela planos da Assevila para empresários de Vila Velha” (Disponível em: https://www.folhavitoria.com.br/economia/valores-tommasi-revela-planos-da-assevila-para-empresarios-de-vila-velha/. Acesso em: 21 abr. 2025); “Associação realiza premiação para empresários de Vila Velha” (Disponível em: https://www.folhavitoria.com.br/economia/associacao-realiza-premiacao-para-empresarios-de-vila-velha/. Acesso em: 21 abr. 2025).

c)	Acompanhar e contribuir no diálogo e articulação junto aos poderes constituídos e organizações ligadas à educação municipal para a viabilização do Programa.

Fonte: Elaborado pelo autor (2025), a partir do Acordo de Cooperação 002/2021.

A cláusula 3.1.3 (Quadro 29), que versa sobre as competências de ambas as entidades, o Meesa e a Assevila, revela uma preocupação adicional da PMVV com a relação firmada com os aparelhos privados de hegemonia, visto que é específica desse acordo, isto é, não esteve presente no termos assinados com outras prefeituras.

Quadro 29 - Competências conjunta, Assevila e Meesa, no Acordo de Cooperação nº 002/2021

3.1.3 COMPETE A AMBAS ENTIDADES, MEESA E ASSEVILA	
a)	Desenvolver, em parceria com o município, o objeto da parceria [...];
b)	Permitir a supervisão, fiscalização, monitoramento e avaliação do município sobre o objeto da presente parceria;
c)	Manter atualizadas as informações cadastrais junto ao município comunicando-lhe imediatamente quaisquer alterações em seus atos constitutivos;
d)	Responsabilizar-se pelos atos de seus empregados ou prestadores de serviços, bem como pelo pagamento de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciários relacionados à execução do objeto previsto no presente Acordo de Cooperação, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do Município pelos respectivos pagamentos;
e)	Permitir livre acesso aos agentes da administração pública aos processos, aos documentos e às informações relacionadas ao Acordo de Cooperação, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;
f)	Divulgar a presente parceria na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça as suas ações, na forma do Artigo 11 da Lei nº 13.019/2014
g)	Observar as normas contidas na Lei Federal nº 8.069/1990

Fonte: Elaborado pelo autor (2025), a partir do Acordo de Cooperação 002/2021.

Dos dados do Quadro 28, destacam-se os incisos “b”, “c”, “e” e “f” que parecem se inscrever em um cenário de preocupações concernentes à transparência dos atos do Meesa e da Assevila, bem como relativos ao processo de acompanhamento de todo o processo de implantação. Com isso, a Semed buscava a garantia legal de que teria a permissão para efetivar o que lhe competia.

Também desperta a atenção os incisos “d” e “g” que compõem essa trama de preocupações do aparelho estatal com as ações dos aparelhos privados. O primeiro vincula-se ao modelo de contratação de consultores pedagógicos e de gestão realizado pelo Meesa, a partir do segundo semestre de 2020 e ampliado no ano de 2021. Tratou-se de contratação via “pejotização”, uma modalidade de precarização alçada na contrarreforma trabalhista do

governo Temer (MDB). Na verdade, ocorre uma "fraude institucionalizada",[500] que pressupõe uma suposta paridade entre Pessoas Jurídicas (PJ), mas que, na verdade, firma uma relação profundamente hierarquizada, na qual uma PJ (o Meesa) se esquiva de pagar direitos e tributos trabalhistas e as outras PJ (Consultores) que perdem os direitos e as garantias inscritas na já fragilizada Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

Com efeito, receosa das implicações legais que poderiam ocorrer, a Semed negocia a inserção desse inciso como forma de precaver-se de possíveis problemas legais. O inciso "g" refere-se à consideração das normas contidas normas Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A fim de garantir a diligência com tais normas, ele foi inserido no documento em análise.

Assinado o Acordo de Cooperação (ago./2021) e efetivado o treinamento da equipe de implantação da Semed (out./2021), o próximo passo seria a formação dos servidores que começariam a atuar nas novas "Escolas de Ensino Fundamental de Tempo Integral". Antes mesmo do esteio jurídico-normativo ser estabelecido, a primeira formação aconteceu. Assim, do dia 1º ao dia 4 de fevereiro de 2022, no auditório da Faculdade Novo Milênio, ocorreu o evento intitulado "Formação Inicial para Profissionais das Escolas em Tempo Integral", promovido pelo Núcleo de Educação do Meesa e pela Semed, com a participação de 180 servidores entre gestores, professores, coordenadores, articuladores da aprendizagem, bibliotecários e profissionais da Educação Especial.[501]

Apenas na semana seguinte à essa formação inicial, em 10 de fevereiro de 2022, foi aprovada e sancionada a Lei nº 6.582 pelo prefeito Arnaldinho Borgo Filho[502], que criava o Programa de Educação Integral em Tempo Integral no âmbito da rede pública do município de Vila Velha, com jornada estendida mínima de 7 horas diárias e estruturado para encaminhar o modelo pedagógico e de gestão da "Escola da Escolha".

---

[500] "STF suspende ações sobre pejotização e abre caminho à blindagem institucional da fraude" (Disponível em: https://www.conjur.com.br/2025-abr-20/stf-suspende-acoes-sobre-pejotizacao-e-abre-caminho-a-blindagem-institucional-da-fraude/?fbclid=PAZXh0bgNhZW0CMTEAAafn4BKJYlSNs8uHg03ldlWhco10kSn3-wArSduHEQAIcqbpmr5fjJ8j6m2jpg_aem_X_full7RGGD9uPvHoiLG9g. Acesso em: 23 abr. 2025).

[501] "Novo Milênio sedia evento para servidores da Educação de Vila Velha" (Disponível em: https://novomilenio.br/2022/02/01/evento-servidores-educacao-vila-velha/. Acesso em: 21 abr. 2025); "Uma das frentes do ES em Ação, o ensino em tempo integral está com as atividades de Formação retornando. A primeira semana de fevereiro marca o início das atividades e Vila Velha é o primeiro município a receber a equipe do Núcleo de Educação do ES em Ação" (Disponível em: https://www.instagram.com/p/CZak_O8Lxg4/?igsh=MTNxMDVidWl5YzQ3bQ%3D%3D. Acesso em: 21 abr. 2025).

[502] Com a Lei nº 6.582/2022, fica revogado o Decreto nº 258, de 20 de dezembro de 2014 (Disponível em: https://legislacao.vilavelha.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/L65822022.html#a32. Acesso em: 21 abr. 2025).

Naquele início de ano letivo (2022), sete escolas adotaram o modelo pedagógico implantado pelo núcleo de Educação do Meesa. Três escolas que já adotavam a jornada ampliada: Unidade Municipal de Ensino Fundamental em Tempo Integral (Umefti) Reverendo Antônio da Silva Cosmo, Umefti Tancredo de Almeida Neves e Umefti Reverendo Waldomiro Martins Ferreira. E outras quatro unidades que iniciariam a transição do parcial para o integral, a saber: Umefti Rubens José Vervloet Gomes, Umefti José Elias de Queiroz, Umefti Macionília Maurício Bueno e Umefti Professor Elson José de Souza.[503]

Antes de avançarmos, ressaltamos que não temos a pretensão e nem condições de empreender a análise completa de cada adesão municipal que ocorreu a partir de 2021, em função dos limites de um trabalho com amplo recorte temporal como este. Tal empreitada seria inviável e, provavelmente, tornaria a leitura demasiadamente enfadonha, sobretudo em função dos aspectos reincidentes dos casos. Por certo, existem inúmeros elementos locais relevantes, sobretudo políticos, de articulação das associações vinculadas à Rede Empresarial, que abrem possibilidades para futuras incursões científicas. Diante disso, faremos um breve sobrevoo sobre os casos das adesões municipais que marcaram o fim da gestão do triênio 2019-2022 do Meesa (Cariacica, Aracruz, Linhares e Serra) e, em seguida, apresentamos a metodologia do processo de implementação adotado pelo Meesa, bem como as suas etapas.

5.3.6 Ampliação da execução para os municípios de Cariacica, Aracruz, Linhares e Serra (2021-2022)

De acordo com o Relatório de Atividades de 2021, a previsão para aquele ano era ampliar as adesões para os municípios de Vila Velha, Cariacica, Aracruz, Serra, Linhares e Colatina e apoiar a implantação de mais sete Escolas em Tempo Integral no município de Cachoeiro de Itapemirim (Meesa, 2021). Desses planos para 2021, concretizou-se a adesão dos três municípios: Vila Velha, Cariacica e Aracruz. Os municípios de Serra e Linhares prorrogaram a adesão formal para o ano de 2022, embora as articulações tivessem ocorrido concomitante aos demais. Por fim, o município de Colatina não aderiu ao modelo, conforme já indicamos.

[503] "Vila Velha: Município terá mais escolas de Tempo Integral em 2022" (Disponível em: https://informecapixaba.com.br/%E2%80%8Bvila-velha-municipio-tera-mais-escolas-de-tempo-integral-em-2022/. Acesso em: 21 abr. 2025).

Assim, no dia 19 de novembro de 2021, o Meesa anunciava em seu endereço eletrônico oficial mais uma relação com a Prefeitura Municipal de Cariacica (PMC).[504] As articulações encaminhadas pela Associação Empresarial de Cariacica (AEC) e o Meesa junto à PMC levaram à construção do Termo de Cooperação Técnica nº 033/2021 (Anexo H),[505] assinado, no dia 23 de novembro daquele ano, pelo prefeito Euclério Sampaio (DEM), pelo secretário Municipal de Educação José Roberto Martins, pelo diretor-presidente do Meesa, Fábio Brasileiro (Vale S.A.) e pelo presidente da Associação Empresarial de Cariacica (AEC), Alexandre Schubert (VTO Polos Empresariais). Estiveram presentes, na cerimônia, representantes dos apoiadores/mantenedores dos projetos de Educação do Meesa (Faesa, Vale, Sicoob, Grupo Águia Branca e Real Café), além do executivo de Educação, Luciano Gollner e das consultoras do núcleo de Educação, Ayone Sossai e Polliana Aroeira.[506] Em 3 de janeiro de 2022, o prefeito Euclério Sampaio sancionou a Lei nº 6.265,[507] que estabelecia diretrizes para a oferta em Tempo Integral nas escolas públicas de Cariacica. Assim, com o aparato legal instituído, seis escolas foram escolhidas para adotar o modelo pedagógico e de gestão oferecido pelo Meesa.[508]

Abrimos parênteses para indicar que o município de Cariacica, com apoio e planejamento do Meesa e da AEC, coadunou o modelo pedagógico e de gestão da "Escola da Escolha" ao modelo de escolas cívico-militares. Tratou-se do caso da Escola em Tempo Integral

---

[504] "Cariacica assina termo para educação de tempo integral" (Disponível em: https://es-acao.org.br/2021/11/20/cariacica-assina-termo-para-educacao-de-tempo-integral/. Acesso em: 21 abr. 2021).

[505] Com vigência de quatro anos, notamos que houve a interrupção do acordo em 2024. Não conseguimos apurar os motivos da interrupção, mas percebemos que as publicações do Meesa até 2023 incluíam Cariacica na sua lista de municípios aderentes e, a partir de 2024, retiraram-no da lista (Disponível em: https://es-acao.org.br/2023/12/03/es-em-acao-acompanha-escolas-de-tempo-integral-de-nove-municipios-capixabas/. Acesso em: 29 abr. 2025); e (Disponível em: https://es-acao.org.br/2025/01/08/educacao-em-tempo-integral-es-em-acao-acompanha-implementacao-em-nove-municipios-capixabas/#:~:text=A%20equipe%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20do%20ES%20em,Linhares%2C%20Serra%2C%20Viana%2C%20Vila%20Velha%20e%20Vit%C3%B3ria.&text=Desde%20ent%C3%A3o%2C%20o%20movimento%20aplica%20o%20modelo%20nos%20munic%C3%ADpios%20capixabas. Acesso em: 29 abr. 2025).

[506] "Educação de Tempo Integral em cinco escolas de Cariacica" (Disponível em: https://es-acao.org.br/2021/11/24/educacao-de-tempo-integral-em-5-escolas-de-cariacica/. Acesso em: 21 abr. 2025).

[507] Revogada pela Lei nº 6.626/2024 (Disponível em: https://cariacica.camarasempapel.com.br/Arquivo/Documents/legislacao/html_impressao/L62652022.html?identificador=30003A004C00. Acesso em: 22 abr. 2025).

[508] "Cariacica vai contar com seis escolas em tempo integral em 2022". As escolas e os respectivos bairros são: Emef Gladiston Regis Barbosa, em Jardim Botânico; Emef Pautila Rodrigues Xavier, em Jardim América; Emef Alvaro Armeloni, em Oriente; Emef Leonilda das Graças Langa, em Nova Valverde; Emef Cel. PM Orlady Rocha Filho, em Itanguá; e Emef Eliezer Batista, em Jardim América (Disponível em: https://www.cariacica.es.gov.br/noticias?tag=Escola%20em%20tempo%20integral#:~:text=Com%20isso%2C%20seis%20escolas%20passar%C3%A3o,14%20de%20janeiro%20de%202022. Acesso em: 22 abr. 2025).

Cívico Militar EMEF CEL PM Orlady Rocha Filho. De acordo com o secretário Roberto Martins, a proposta "[...] surgiu de um sonho coletivo, tanto da AEC e do ES em Ação quanto da Prefeitura de Cariacica".[509] Esse entrelaçamento evidencia que aquela liberdade vociferada pelos teóricos neoliberais é unicamente a de mercado. O engodo do protagonismo estudantil, liderança servidora e demais mecanismos pedagógicos e de gestão são vernizes de um modelo compatível com as premissas autoritárias da escola cívico-militar, pois, em síntese, esforçam-se na supressão da participação efetiva, da criticidade e da liberdade de organização e participação da comunidade escolar em todo o processo de construção do projeto escolar (Lima, 2018).

No caso do município de Aracruz, entre os dias 14 e 16 de setembro, em evento realizado no auditório do Sicoob central, em Vitória, o Núcleo de Educação do Meesa apresentou o modelo pedagógico e de gestão para a subsecretária municipal de Educação de Aracruz, Marineusa Soares Pimentel. Na mesma oportunidade, estiveram presentes a assessora Pedagógica e Administrativa da Secretaria de Educação de Colatina, Lucinei Maria Bergami e a coordenadora do Tempo Integral de Serra, Alinne Scardini. Vê-se que os municípios de Aracruz e de Serra enviaram representantes da secretaria de Educação com ocupação hierárquica elevada e relacionada com o Tempo Integral, respectivamente. No caso de Colatina, a presença de uma assessora comissionada pode revelar certo desprestígio ou desinteresse da secretaria em concretizar a relação com o aparelho privado de hegemonia capixaba.[510]

No dia 10 de dezembro de 2021, a Prefeitura Municipal de Aracruz (PMA) já anunciava a adesão ao novo modelo de Tempo Integral a ser ofertado, inicialmente, em duas unidades do Centro Municipal de Educação Básica (Cmeb), Cmeb Prof. Maria Luiza Devens e Cmeb Esther Nascimento dos Santos, no ano letivo de 2022.[511] Contudo, o Acordo de Cooperação nº 005/2021 (Anexo I) só foi assinado no dia 20 de dezembro de 2021. Foram signatários do Acordo: o Município de Aracruz, por intermédio da secretária municipal de Educação Jenilza Spinassé Morellato, o Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação (Meesa), representado

---

[509] "Cariacica apresenta escola de modelo cívico-militar com educação integral" (Disponível em : https://es-acao.org.br/2022/09/01/cariacica-apresenta-escola-de-modelo-civico-militar-com-educacao-integral/. Acesso em: 29 abr. 2025).

[510] (Disponível em: https://es-acao.org.br/2021/09/19/es-em-acao-capacita-educadores-de-aracruz-colatina-e-serra/. Acesso em: 22 abr. 2025).

[511] "Município de Aracruz terá duas escolas em tempo integral a partir de 2022" (Disponível em: https://www.aracruz.es.gov.br/noticias/11019-municipio-de-aracruz-tera-duas-escolas-em-tempo-integral-a-partir-de-2022#:~:text=Trata%2Dse%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20integral,habilidades%20cognitivas%2C%20sociais%20e%20emocionais. Acesso em: 22 abr. 2025).

pelo seu diretor-presidente, Fábio Brasileiro (Vale), e a Associação Movimento Empresarial de Aracruz e Região (Amear), representado pelo seu presidente, Bruno Carlesso dos Reis (Imetame).

Na ocasião da assinatura, estiveram presentes, ainda, o Prefeito Luiz Carlos Coutinho (Cidadania, à época), o vice-prefeito Carlos Alberto Loureiro Vieira (PSB), o Executivo de Educação do Meesa, Luciano Gollner e as diretoras do Cmebs, Roseli Pianca Gripa e Ana Luiza Soares.[512] Posteriormente ao início do ano letivo, foi sancionada e publicada a Lei nº 4.447, de 1º de abril de 2022, que instituiu o Programa Municipal de Educação Integral em Escolas de Tempo Integral do município de Aracruz.[513]

A situação de Linhares é idiossincrática por alguns aspectos. Primeiro, diferente dos demais municípios, observou-se que, antes do início do ano letivo de 2022, a legislação pertinente ao programa já havia sido aprovada e publicada. A Lei nº 4.033, de 24 de janeiro de 2022, sancionada pelo prefeito Guerino Zanon (MDB), estabeleceu o Programa Municipal de Educação Integral em Tempo Integral no município de Linhares. Segundo, a formação inicial voltada aos professores, gestor escolar, técnico pedagógico, articulador de aprendizagem (Escola Palmital) e a equipe de implantação da Escola em Tempo Integral que atuariam no programa ocorreu na segunda semana de fevereiro de 2022 (10 e 11/02),[514] meses antes da assinatura do Acordo de Cooperação, que só foi efetivada no dia 19 de abril de 2022.

É provável que o contexto municipal conturbado politicamente tenha atrasado o processo de formalização da adesão, visto que pesavam contra o prefeito Guerino Zanon (MDB)[515] denúncias de improbidade administrativa, realizadas pelo Sindicato dos Servidores Públicos de Linhares (SISPML). Assim, depois que a Câmara Municipal de Linhares instalou

---

[512] "Prefeitura e entidades assinam Termo de Cooperação para Implantação de Escolas Integrais" (Disponível em: https://aracruz.es.gov.br/noticias/11048-prefeitura-e-entidades-assinam-termo-de-cooperacao-para-implantacao-de-escolas-integrais. Acesso em: 22 abr. 2025)

[513] (Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/es/a/aracruz/lei-ordinaria/2022/445/4447/lei-ordinaria-n-4447-2022-institui-o-programa-municipal-de-educacao-integral-em-escolas-de-tempo-integral-no-ambito-do-municipio-de-aracruz-es-estabelece-suas-diretrizes-e-daoutras-providencias. Acesso em: 22 abr. 2025).

[514] "Espírito Santo em Ação ministra formação para profissionais que vão atuar na escola em tempo integral de Linhares" (Disponível em: https://linhares.es.gov.br/2022/02/09/espirito-santo-em-acao-ministra-formacao-para-profissionais-que-vao-atuar-na-escola-em-tempo-integral-de-linhares/. Acesso em: 22 abr. 2025).

[515] Guerino Zanon é um político tradicional do município e região, foi prefeito de Linhares em cinco mandatos, deputado estadual por dois mandatos e secretário estadual de Esportes e Lazer em parte de dois mandatos de Paulo Hartung (2005-2006 e 2016). Em 2013, ficou preso por 55 dias, no âmbito da Operação Derrama, que investigava acusados de ilegalidades em contratos das prefeituras com uma empresa que trabalha com a recuperação de tributos municipais. Essa operação levou para a prisão ex-procuradores municipais, advogados, empresários e políticos. Em 2015, procurador geral da Justiça, Éder Pontes, determinou o arquivamento do processo (Disponível em: https://g1.globo.com/espirito-santo/noticia/2015/06/guerino-zanon-tem-processo-na-operacao-derrama-arquivado.html. Acesso em: 22 abr. 2025).

uma Comissão Processante para apurar as denúncias, Guerino renunciou ao cargo em 28 de março de 2022. Com isso, o seu vice, Bruno Margotto Marianelli (Republicanos) foi empossado prefeito de Linhares no dia 31 de março de 2022.[516]

Com o novo chefe do executivo municipal, o Termo de Cooperação Técnica foi assinado na prefeitura da cidade, em 19 de maio de 2022, pelo prefeito Bruno Marianelli (Republicanos), pelo Executivo de Educação do Meesa, Luciano Gollner, pelo presidente da Associação para o Desenvolvimento de Linhares (Adel), Luiz Mario de Freitas e pelo vice-presidente do Sicoob Leste Capixaba, João Soeiro.[517] Nota-se outro aspecto específico do caso linharense, a participação direta de um banco no âmbito do acordo de cooperação. O Sicoob viria a selar outras relações com a Secretaria de Educação de Linhares nos anos seguintes, como o Programa "Financinhas nas Escolas".[518] Na ocasião da assinatura, estiveram presentes também as especialistas do Meesa, Polliana Aroeira (Gestão Educacional) e Ayone Sossai (Pedagógica), bem como as especialistas da equipe de implantação do município, Regina Petri e Ingrid Salaroli, além da diretora Pedagógica da rede municipal, Maria Colodetti Taquetti.[519]

Por fim, o triênio 2019-2022 do Meesa é finalizado com a adesão do município de Serra por meio do Acordo de Cooperação nº 006/2021 (Anexo J), assinado no dia 6 de julho de 2022, mas publicado no Diário Oficial do Município de Serra somente no dia 26 de julho. Constavam como partícipes do Termo a Prefeitura de Serra, representada pelo prefeito Sérgio Vidigal (PDT), a Secretaria Municipal de Educação de Serra, pela secretária Fabiana Negreli Moreira, o Meesa, representado pelo diretor-presidente, Fábio Brasileiro e a Associação dos Empresarios de Serra (Ases), pelo seu presidente, Giuliano Souza Rogério de Castro (Fibrasa). No entanto, no caso do Meesa, a assinatura foi efetivada por Luciano Gollner, executivo de Educação,[520] na companhia das consultoras educacionais, Ayone Sossai e Polliana Aroeira. Além disso, ainda

---

[516] "Guerino Zanon renuncia e Bruno Marianelli assume a prefeitura" (Disponível em: https://www.jornalterral.com.br/mt/guerino-zanon-renuncia-e-bruno-marianelli-assume-a-prefeitura. Acesso em: 22 abr. 2025).

[517] Procuramos o termo/acordo de cooperação no Portal Transparência de Linhares de forma exaustiva, mas não tivemos sucesso. Em virtude do pouco tempo entre a escrita desta parte da tese e a sua finalização, não conseguimos obter resposta na Lei de Acesso à Informação.

[518] (Disponível em: https://linhares.es.gov.br/wp-content/uploads/2024/05/Termo-de-Parceria-Programa-Financinhas-nas-Escolas-Linhares.pdf. Acesso em: 22 abr. 2025).

[519] "Linhares implanta primeira Escola de Tempo Integral" (Disponível em: https://es-acao.org.br/2022/05/21/linhares-implanta-primeira-escola-de-tempo-integral/. Acesso em: 22 abr. 2025).

[520] "ES em Ação e Ases assinam parceria para educação na Serra" (Disponível em: https://es-acao.org.br/2022/07/09/es-em-acao-e-ases-assinam-parceria-para-educacao-na-serra/. Acesso em: 23 abr. 2025).

marcaram presença a superintendente executiva da Ases, Fabrícia Avancini Régio, e a coordenadora de Educação Integral do município, Alinne Scardini.

No caso do município de Serra, o Projeto de Lei nº 106, de 22 de abril de 2024, de autoria do Executivo Municipal foi aprovado na Câmara de vereadores no mesmo dia de sua apresentação. No dia seguinte, dia 23 de abril de 2022, era sancionada, pelo prefeito Sérgio Vidigal (PDT), e publicada a Lei nº 5.984,[521] que estabelece regras e diretrizes para a implementação da Educação em Tempo Integral nas unidades de ensino da rede municipal de Serra.

Em todas essas adesões, as atribuições das Associações da Rede Empresarial eram as mesmas relacionadas à mobilização e articulação política (já indicadas no Quadro 22). Algumas, inclusive, com cadeira cativa em Fóruns e Conselhos Municipais de Educação, como no caso da Assevila e da Ases,[522] respectivamente. Em síntese, ressalvadas as idiossincrasias de Vila Velha e de Linhares, os acordos/termos de cooperação apresentavam a mesma redação. O *modus operandi* indicado no documento #EducaçãoTransforma (Meesa, 2020d), que enfatizava os aspectos críticos da implantação (a vontade política do executivo municipal, a sintonia do secretário de educação, a relação com os aparelhos privados, a criação de uma equipe interna à rede municipal, a instituição de marcos legais e mecanismos de governança compartilhada), foram incorporados em todos os processos de implementação que tivemos acesso.

Assim, tanto o Meesa quanto as associações da Rede Empresarial atuam para efetivar os seus anseios de ampliação e difusão do modelo de Escolas em Tempo Integral. O Meesa, especialmente, opera no processo de execução da implantação do modelo transferido do ICE para os seus prepostos do Núcleo de Educação que, por sua vez, transmitem para as redes municipais aderentes aos acordos de cooperação, potencializando a sua transformação em *Shark Tanks*. Por fim, formaliza-se esse modelo como política educacional via Decretos ou Leis, construídas sob as diretrizes do modelo educacional transferidas de um tubarão a outro.

Os Planos de Trabalho previstos nos anexos dos termos/acordos de cooperação também obedeciam a mesma sequência metodológica, levando-se em conta que cada rede fez a adesão de um certo número de escolas, fato que diferenciava toda logística e organização da

---

[521] (Disponível em: https://prefeiturasempapel.serra.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/L59842024.html. Acesso em: 23 abr. 2025).

[522] A Ases conta com representante no Conselho Municipal de Educação de Serra. O titular é Leandro Siqueira Lima (Multivix Serra) e o Suplente, Rayner Raulino e Silva (Unesc), ambos ocupam a posição desde 2020 até o momento (2025).

implementação. Até por isso, algumas formações, encontros, e treinamentos foram realizados de modo conjunto, com vistas a otimizar o trabalho da limitada equipe do Núcleo de Educação do Meesa, como foi o caso do Primeiro Workshop das Equipes de Implantação Integral, no auditório da Faesa, em Vitória, no dia 12 de maio de 2022. O evento foi organizado para as equipes de Aracruz, Cariacica, Cachoeiro de Itapemirim, Linhares, Serra e Vila Velha.[523] Porém, só estiveram presentes as equipes de Cachoeiro de Itapemirim, Linhares, Serra e Vila Velha, em um momento de "[...] compartilhamento das práticas do modelo da Escola em Tempo Integral pela Equipe de Implantação de Cachoeiro de Itapemirim; e uma troca e aprofundamento das experiências das equipes de implantação [...]"[524] mediados pelas consultoras Ayone Sossai e Polliana Aroeira.

O início do ano letivo de 2022 contou com diversas formações, bem como divulgações na mídia local[525] das novas adesões de municípios ao modelo de Escolas em Tempo Integral da "Escola da Escolha" e as respectivas formações. De acordo com a consultora do Núcleo de Educação do Meesa, Polliana Aroeira (2022):[526]

> O ES em Ação está formando mais de 700 profissionais da educação dos municípios, em um modelo que apresenta bases metodológicas, princípios educativos, conceitos, além do macroplanejamento e a Operacionalização da Gestão. A formação inicial é o pontapé do processo de inovações em conteúdo, método e gestão das nossas escolas que buscam uma educação de qualidade e excelência.

Algumas das formações que integram o processo de implantação operado pelo Meesa foram as seguintes: formação inicial da equipe de implantação da rede pública; formação inicial dos profissionais das Escolas em Tempo Integral (ETI); Primeiro Ciclo de acompanhamento Formativo (Meesa e secretaria de Educação); Primeiro Ciclo Formativo (Meesa e profissionais das ETI); Formação de aprofundamento em Protagonismo (Meesa e comunidade escolar); Workshops realizados pelo Meesa voltados para a Equipe de implantação da secretaria de educação; Workshops, visitas e intercâmbios (World Café) com outras secretarias, mediados pelo Meesa (Equipes de Implantação da secretaria); Formação de Gestão e Liderança Servidora (Equipes de Implantação da secretaria); Formação de Aprofundamento em Princípios

---

[523] "Dia 12 tem Workshop sobre Educação em Tempo Integral" (Disponível em: https://es-acao.org.br/2022/05/07/dia-12-tem-workshop-sobre-educacao-em-tempo-integral/. Acesso em: 23 abr. 2025).

[524] "Equipes do Tempo Integral trocam vivências em Workshop" (Disponível em: https://es-acao.org.br/2022/05/15/equipes-de-tempo-integral-trocam-vivencias-em-workshop/. Acesso em: 23 abr. 2025).

[525] "Escola de tempo integral: o que os profissionais precisam saber para ensinar as crianças" Bom Dia ES, Rede Gazeta, fev. 2022 (Disponível em: https://globoplay.globo.com/v/10292065/. Acesso em: 23 abr. 2025).

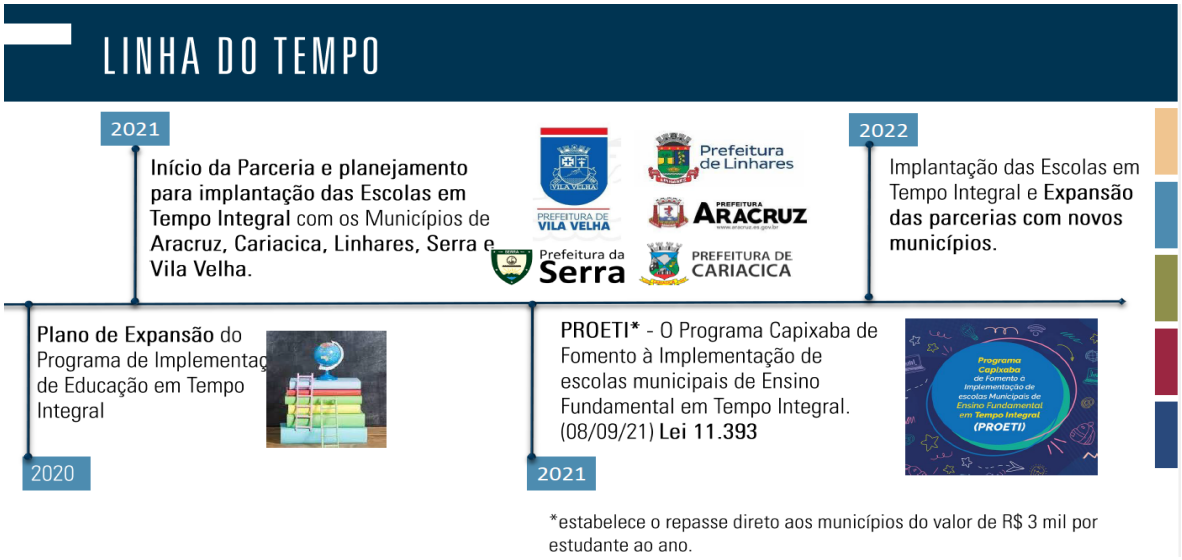
[526] "Formação de Tempo Integral avança sobre os municípios do ES" (Disponível em: https://es-acao.org.br/2022/02/12/formacao-em-tempo-integral-avanca-pelos-municipios-do-es/. Acesso em: 23 abr. 2025).

Educativos (profissionais das ETI) e outras. A seguir, detalhamos o Plano de Trabalho, isto é, as etapas do processo de implementação operacionalizado sob a direção do Meesa.

5.3.7 Das articulações e planejamentos à implantação das Escolas em Tempo Integral: o Programa de Implantação de Escolas em Tempo Integral

O Plano de Expansão do Programa de Implementação de Escolas em Tempo Integral construído em 2020 começa a ser operacionalizado no mesmo ano, com as articulações realizadas no contexto das eleições municipais. Mas é em 2021 que se efetiva o início das relações e o processo de planejamento da adesão dos municípios ao modelo da "Escola da Escolha" (Figura 3). Assim, em 2022, observa-se o início factual das implantações com os novos municípios aderentes ao modelo oferecido pelo Meesa (Meesa, 2022).

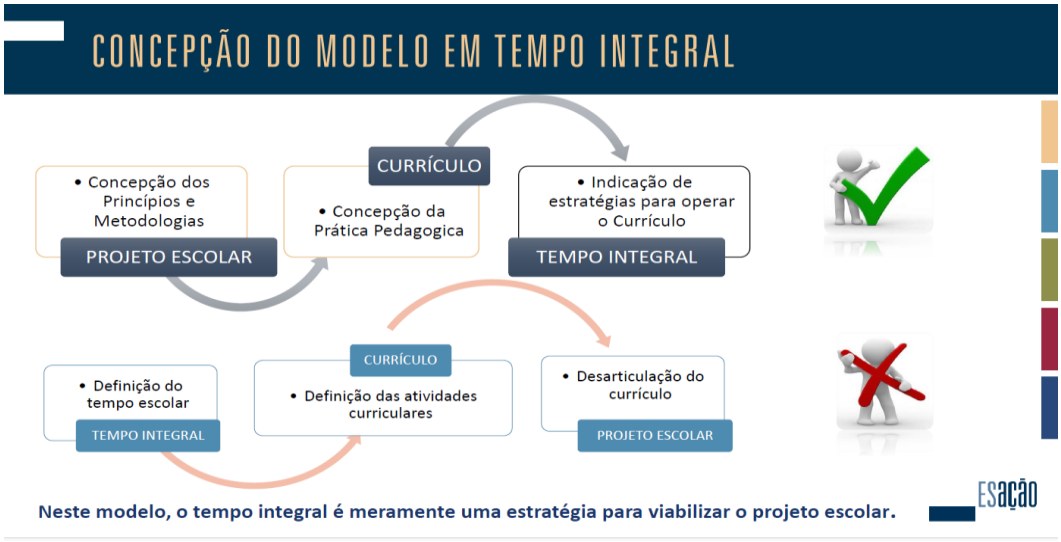
Figura 3 - Linha do Tempo Integral



Fonte: Meesa (2022).

O documento "Linha do Tempo Integral" (Meesa, 2022) apresenta o Programa de Implantação de Escolas de Tempo Integral de forma esquemática. No entanto, é possível extrair elementos para análise e compreensão, haja vista que tal programa ancora-se nos princípios construídos pelo ICE, analisados no capítulo anterior. No que diz respeito à concepção do modelo de tempo integral advogado pelo Meesa, o tempo integral é interposto como uma mera estratégia para viabilizar o Projeto Escolar (Figura 4).

Figura 4 - Concepção do Modelo em Tempo Integral



Fonte: Meesa (2022).

Sabemos que o Projeto Escolar se orienta por princípios, diretrizes e metodologias que buscam construir um determinado tipo de escola, formar um determinado tipo de estudante, sob determinadas concepções e visões de mundo. Diante disso, o que esperar de um Projeto Escolar formulado por aparelhos privados de hegemonia empresarial? Que tipo de escola projetam? Que tipo de estudante buscam forjar? Que tipo de currículo e que tipo de prática pedagógica defendem? De qual integralidade se trata?

As concepções inscritas na "Escola da Escolha" e que orientam o Projeto Escolar adotado pelo Meesa são baseadas nas seguintes premissas: Protagonismo juvenil; Formação Continuada; Corresponsabilidade; Excelência em Gestão; e replicabilidade/tecnologia (Meesa, 2022).

No que diz respeito à especificidade da metodologia pedagógica, o modelo centra-se em três pilares e as suas respectivas concepções/instrumentos (Meesa, 2022):

- Formação Acadêmica de Excelência: Avaliação Diagnóstica e Iniciação Científica;
- Formação para a Vida: Educação para Valores; Projeto de Vida; e Protagonismo Juvenil;
- Formação para o Mundo do Trabalho: Competências para o Séc. XXI.

O modelo sugere, ainda, os conceitos a seguir: estudantes em tempo integral; professores em tempo integral; novos ambientes de aprendizagem; biblioteca geral e de referência; e três refeições diárias (Quadro 30). O Meesa declara que o cerne desse modelo seria o Protagonismo Estudantil. Nessa linha, afirma o seguinte: "O estudante é a centralidade de todas as ações da escola" (Meesa, 2022).

Quadro 30 - Turno Único da ETI

7H30 às 7h50	**Acolhimento**	20
7h50 ás 8h40	Língua Portuguesa	50
8h40 às 9h30	Educação Física	50
9h30 às 9h50	Lanche/Recreio	20
9h50 às 10h40	Aula de Protagonismo	50
10h40 às 11h30	Matemática	50
11h30 ás 12h50	Almoço e Intervalo	80
12h50 às 13h	Eletivas	50
13h40 ás 14h30	Eletivas	50
14h30 ás 15h20	Geografia	50
15h20 às 15h40	Recreio/Jantar	20
15h40 às 16h30	Estudo Orientado	50

Fonte: Meesa (2022).

O documento apresenta também o Modelo de Gestão, denominado "Tecnologia de Gestão Educacional" (TGE), a qual é definida como "A arte de **integrar tecnologias específicas e educar pessoas por meio de procedimentos simples** e que facilmente podem ser implantados na rotina escolar" (Meesa, 2022, grifo do autor). Esse é o alicerce do Modelo Pedagógico que transforma intencionalidade em atividade.

A metodologia TGE opera no Tempo Integral com os seguintes conceitos: Descentralização e Delegação Planejada; Ciclo de Melhoria Contínua e Níveis de Resultados; Tecnologia da Informação ou Digital; e parcerias. A partir dessa base conceitual fundada no modelo de produção flexível (Toyotismo), a metodologia TGE encaminha a construção do "Macroplanejamento e Operacionalização da Gestão" por meio do Plano de Ação, do Programa de Ação e da Agenda (Meesa, 2022).

Adicionalmente, são apresentados três princípios essenciais ao desenvolvimento do modelo TGE, quais sejam: Círculo Virtuoso; Educação pelo Trabalho; e Comunicação. Esses princípios colocam em evidência as relações existentes entre a gestão pública, a escola e os estudantes, as empresas mantenedoras, a comunidade e como tais relações se retroalimentam por um sistema de comunicação. É estabelecida uma visão pedagógica na qual o processo educativo deve ocorrer para, pelo e no trabalho. Nesse aspecto, especificamente, o estudante "[...] aprende para trabalhar; na educação pelo trabalho, ele trabalha para aprender; e na educação no trabalho, ele se auto-educa. A Educação pelo Trabalho pode ser considerada a veia principal da TGE" (ICE, 2015b, p. 13).

A noção de protagonismo do aluno remete às bases da pedagogia escolanovista que, segundo Gramsci (2004), teriam avançado em relação à educação jesuítica, mas portava um horizonte político-pedagógico igualmente problemático. Sua reação à centralidade do professor

construiu-se não apenas em deslocar essa centralidade para o estudante, mas também em articular a isso a defesa do desenvolvimento humano individual, livre e espontâneo e dos chamados métodos ativos.

Para Gramsci (2004, v. 2, C12, §1. p. 19), a "escola é instrumento para elaborar intelectuais de diversos níveis". Se considerarmos essa forja escolar a partir dos interesses das classes subalternas, a diretividade se apresenta como elemento tático no processo de elevação cultural das massas. Afinal, como explica Martins (2018, p. 1006),

> [...] ao bel prazer, o discente se formará como ser caótico, síncrese das influências do ambiente. Exige-se, pois, autoridade do educador para intervir no processo de formação, instigando o aprendizado (com seminários, por exemplo) e almejando, ao partir do senso comum, alcançar a concepção filosófica (racionalização) necessária ao ser criativo, ativo e autônomo ético-politicamente, condições de superação da subalternidade.

Por certo, a proposta do Tempo Integral revigora concepções escolanovistas como forma de esvaziar a formação propiciada pela escola pública, *locus* por excelência de elevação cultural dos filhos e filhas da classe trabalhadora. Contudo, essa recuperação precisa ser vista dentro do fenômeno atual indicado por Duarte (2001, p. 36) e caracterizado pelas interfaces e "[...] elos entre ideários pedagógicos normalmente vistos por boa parte dos educadores brasileiros como ideários pertencentes a universos distintos". Portanto, às noções caras à escola nova, como centralidade no aluno e nos seus interesses, aprender a aprender, agrega-se, de modo complexo, a construção de competência (em suas diversas dimensões) orientadas pelo aprender fazendo, em um processo ininterrupto ao longo da vida, como forma de evitar a defasagem diante das aceleradas mudanças da chamada sociedade do conhecimento.

Nesse sentido, coloca-se a formação adaptativa para o mundo do trabalho:

> Trata-se de preparar aos indivíduos formando as competências necessárias à condição de desempregado, deficiente, mãe solteira etc. Aos educadores caberia conhecer a realidade social não para fazer a crítica a essa realidade e construir uma educação comprometida com as lutas por uma transformação social radical, mas sim para saber melhor quais competências a realidade social está exigindo dos indivíduos (Duarte, 2001, p. 38).

O projeto educacional do Meesa, alinhado com as bases da "Escola da Escolha", aglutinam vários ideários não críticos tendo em vista um projeto de adaptação social, objetivo revestido do sedutor discurso de preparar para a vida a partir de um protagonismo ilusório do indivíduo. Ademais, depreende-se que essa metodologia de gestão transfere para a rede escolar pública práticas do planejamento empresarial. Então, valoriza-se o Plano de Ação em detrimento do Projeto Político Pedagógico, as metas e resultados em desfavor do processo educativo, a execução de tarefas burocráticas em prejuízo ao tempo e a liberdade de planejamento e participação político-pedagógica. Em suma, os instrumentos, conceitos e

princípios da metodologia TGE assentam-se sob a lógica gerencial/empresarial e, por isso, visam avançar sobre o controle do processo educativo, assim como o fazem no processo produtivo.

Por conseguinte, o Projeto Escolar que o Meesa empreende lançar sobre as redes municipais de educação, o mesmo efetivado na rede estadual, em 2015, é um projeto que fortalece uma visão instrumental da educação pública, adaptada às dinâmicas do capitalismo contemporâneo e, por isso, voltada ao treinamento da futura força de trabalho para a empregabilidade.

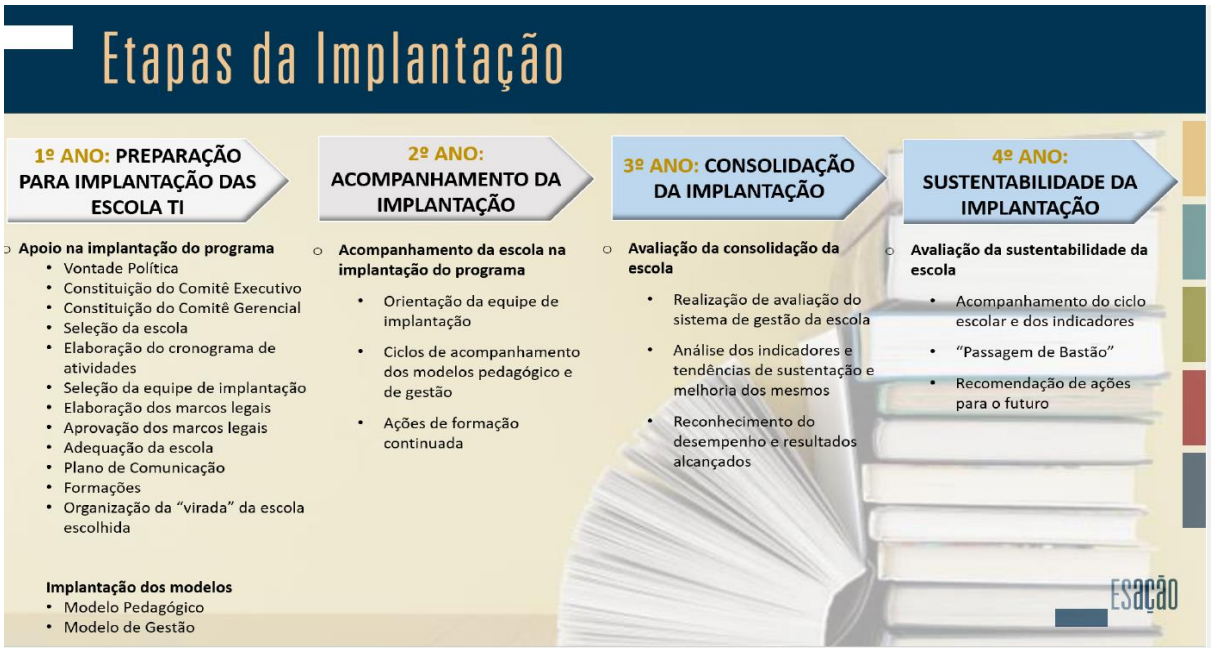
Assim, projetam a escola, em específico, e a educação, em geral, sob a perspectiva do empresariado, isto é, pautada em resultados mensuráveis e pela lógica da produtividade, das metas, do ranqueamento e competição. Buscam, com isso, forjar estudantes que serão cidadãos ativos, colaboradores, adaptáveis e flexíveis às demandas do capital, sujeitos treinados para ocupar postos subalternos na sociedade de classe. Além disso, entronizam o estudante em um protagonismo acrítico e emasculador, arraigado às quimeras do empreendedorismo. Para tal forja, defendem a implementação de um currículo fragmentado, debilitado e descolado das contradições sociais.

Mediante ao exposto, reforçamos a indagação: de que integralidade se trata? Unicamente do tempo. Apenas o tempo é integral, a menos que se advogue uma integralidade do fragmento, o que seria uma "pseudointegralidade", uma espécie de reverberação pedagógica da pseudoconcreticidade (Kosik, 1976), na medida em que pode aparentar ser ampla, pois é encasulada por modismos pedagógicos, inventividades metodológicas supostamente inovadoras, mas que apresentam uma essência profundamente contraditória, atrelada umbilicalmente ao projeto de dominação da classe trabalhadora. Posto isso, apresentamos agora a etapas do processo de implantação das Escolas em Tempo Integral.

5.3.8 Etapas de Implantação das Escolas em Tempo Integral

Como já visualizamos, os processos de implantação acordados nos termos de cooperação técnica foram programados para ocorrer em 48 meses (4 anos). Diante disso, o Núcleo de Educação do Meesa organizou as etapas, a partir da experiência absorvida pelas formações/consultorias do ICE. A Figura 4 detalha as etapas planejadas para serem efetivadas nos municípios aderentes às metodologias pedagógica e de gestão.

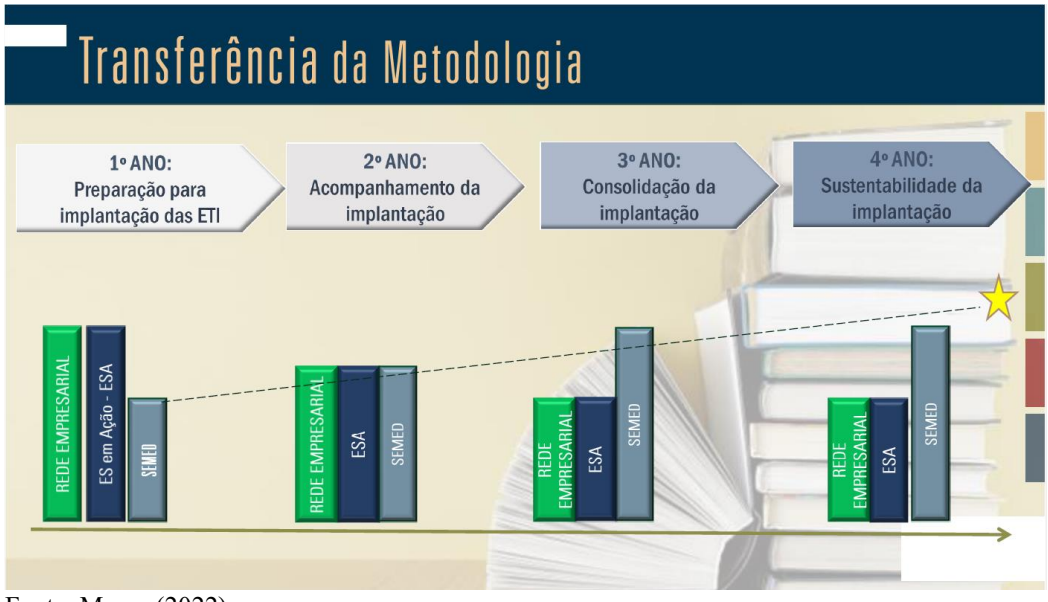
Figura 5 - Etapas da Implantação das ETI



Fonte: Meesa (2022)

O **primeiro ano de implantação (1ª etapa)** é de extrema relevância, pois, em muitos casos, exige-se um grande esforço de articulação política no trato com a secretaria municipal de educação. Nessa etapa, percebe-se um protagonismo maior do Meesa e da associação local da Rede Empresarial (como se vê no Gráfico 11), as quais conduzem as tratativas, estabelecem as diretrizes gerais que deverão ser legalizadas, normatizadas e providenciadas pelo aparelho estatal. Pelo que analisamos até aqui, entendemos que este é o momento mais sensível, em função da multiplicidade de demandas necessárias para que a implantação ocorra.

Gráfico 11 - Transferência da Metodologia da Pedagógica e de Gestão da "Escola da Escolha"



Fonte: Meesa (2022)

Assim, combinando consenso e coerção, a supremacia das frações empresariais capixabas (Gramsci, 2002, vo. 5, C19, § 24) se manifesta. Das articulações entre o aparelho privado e o aparelho estatal, constrói-se a vontade política (consenso) para a criação dos marcos legais e normativos (coerção) que buscam legitimar formalmente o programa do empresariado para a educação dos municípios aderentes.

Os Comitês Executivo e Gerencial revelam a relação dialética de unidade-distinção entre sociedade civil e sociedade política, ou seja, o Estado Integral (Gramsci, 2022, v. 3, C6, § 137), tendo em vista que tais comitês são ocupados por representantes dos aparelhos privados de hegemonia empresarial e do aparelho estatal.

Ademais, todo o processo de escolha das escolas, a seleção da equipe de implantação e da equipe escolar, a adequação das escolas e a sua organização ocorrem sob a orientação ideológica, pedagógica e gerencial do modelo de educação do empresariado. Contudo, os recursos para concretizar tais ações são todos públicos.

A primeira etapa se encerra com a implantação do modelo da "Escola da Escolha", realizada pelo Meesa via formações/treinamentos iniciais, que se estendem até o fim do segundo ano (2ª etapa) (como se detalha no Quadro 31). Esse modelo pedagógico e de gestão (TGE) é como uma espécie de *fast food* educacional, no qual os estudantes se alimentam de uma aprendizagem *Drive-Thru*, o professor é idealizado para ser operador/atendente de um cardápio pouco nutritivo (currículo), a equipe gestora é a encarregada de gerenciar o negócio de perto que, por sua vez, é supervisionada pela secretaria municipal de educação. Nessa metáfora, o Meesa ocupa a função de um investidor "intelectual", isto é, disponibiliza apenas o modelo de negócio. Para isso, contrata consultoras precarizadas para a realização de *delivery* de tal modelo.

O **segundo ano (2ª etapa)**, intitulado de "Acompanhamento da Implementação", realizado na escola em que a implementação está ocorrendo. Essa etapa é constituída por três conjuntos de ações, a saber: orientação da Equipe de Implantação; Ações de formação continuada; e os ciclos de Acompanhamento dos modelos Pedagógicos e de Gestão.

Quadro 31 - Formações realizadas pelo Meesa no contexto da implementação do modelo das ETI

Formação	**Realização**	**Público-alvo**	**Objetivo**
Formação Inicial da Equipe de Implantação	Núcleo de Educação do Meesa	Equipe de Implantação e Secretaria de Educação	Apresentar as bases metodológicas, princípios educativos, conceitos, além do macroplanejamento e a Operacionalização da Gestão
Workshop de Educação em Tempo Integral das Equipes de	Núcleo de Educação do Meesa e convidados	Equipe de Implantação e Coordenação do Tempo Integral do	Identificar as conquistas alcançadas no primeiro semestre do ano, compartilhar experiências, propor melhorias, debater os desafios e projetar possíveis avanços para

Implantação	(ex.: Cláudia Constin)	município	potencializar os resultados nas escolas.
Formação Inicial	Núcleo de Educação do Meesa	Toda equipe escolar (ETI)	Apresentar as bases metodológicas, princípios educativos, conceitos, além do macroplanejamento e a Operacionalização da Gestão
World Café	Núcleo de Educação do Meesa	Equipes de implantação, gestores das ETI, além de pedagogos e coordenadores administrativo-financeiro	Realizar uma avaliação das ações desenvolvidas e buscar soluções possíveis para superar os desafios. Permite projetar novas possibilidades de atuação, oportunizar novas ideias, despertando o senso colaborativo e o espírito de corresponsabilidade.
Formação em Liderança Servidora	Núcleo de Educação do Meesa	Gestores das ETI	Resgatar os conceitos e modelos relacionados à liderança; em compreender a liderança servidora como prática no dia a dia da gestão escolar, além de estudar o papel do líder servidor no processo motivacional e prover subsídios para autoavaliação e indicação de ações de desenvolvimento para o Programa de Ação do Gestor.
Formação Rotinas do Gestor	Núcleo de Educação do Meesa	Gestores das ETI	Aperfeiçoar e fortalecer o gestor escolar à luz das diretrizes do Modelo da Escola da Escolha e ampliar a visão sobre a articulação do Modelo Pedagógico e do Modelo de Gestão no cotidiano da gestão escolar.
Formação de aprofundamento em Rotinas Pedagógicas	Núcleo de Educação do Meesa	Equipe escolar das ETIs: Pedagogos, Articuladoras de Aprendizagem e Professores Coordenadores de Área	Orientar as atividades pedagógicas; descrever as competências relativas às equipes pedagógicas, e apresentar os procedimentos, instrumentos, rotinas e monitoramento do currículo; e preparar as equipes para trabalhar com os instrumentos de registro e devolutiva das constatações do acompanhamento para as escolas, para a gestão do programa e a gestão do município.
Formação em Protagonismo	Núcleo de Educação do Meesa	Equipe escolar das ETIs	Atualizar os fundamentos da metodologia para desenvolver com o estudante e entender como o protagonismo pode ajudar e potencializar as ações rotineiras da escola.

Fonte: elaborado pelo autor (2025), a partir dos artigos publicados endereço eletrônico oficial do Meesa.

Assim, a Equipe de Implantação das secretarias municipais de educação é orientada pelo Núcleo de Educação do Meesa, e as Ações de formação continuada se entrelaçam com os ciclos de Acompanhamento. Segundo a consultora Polliana Aroeira (2022), “Este acompanhamento é um elemento contributivo para a formação continuada das equipes escolares e apoio para os ajustes necessários para a melhoria contínua do projeto escolar”.

Sobre esse ciclo, a consultora do Meesa, Polliana Aroeira enfatiza ainda:

> O ciclo é realizado pelo time de consultores do ES em Ação, onde eles passam o dia inteiro na escola acompanhando as ações da instituição, da entrada a saída dos estudantes. Nesse dia, a equipe dialoga e faz as orientações sobre o Modelo à equipe

> gestora da escola (Gestores, Pedagogos, Coordenadores Administrativo Financeiros). Durante todo o dia, a equipe escolar é convidada a participar do Ciclo.

Em vista disso, a abordagem do ciclo se direciona à verificação dos meios utilizados pela equipe escolar na apropriação dos princípios do modelo, a introdução de instrumentos de monitoramento e acompanhamento (trimestral) e no apoio na orientação e no ajuste das iniciativas da escola (Meesa, 2022).[527] O gráfico 10 indica que, nesta etapa, há um compartilhamento mais horizontalizado das responsabilidades. Contudo, a centralidade da regência dos ciclos formativos e formações continuadas, além da organização de eventos, encontros e intercâmbios, ainda fica sob guarda do Núcleo de Educação do Meesa.

No **Terceiro ano (3ª etapa)**, da Consolidação da Implantação, as incumbências do Meesa inscrevem-se no processo de avaliação da consolidação da implantação por meio de três ações: avaliação do sistema de gestão da escola; análise dos indicadores (Ideb e Paebes) e tendências de sustentação e melhorias; e reconhecimento do desempenho e resultados alcançados. De acordo com o gráfico 10, a secretaria municipal de educação assume o protagonismo das ações, e ao Meesa cabe o monitoramento e avaliação.

Nesses termos, vê-se a subordinação da rede pública de educação aos olhos do empresariado que, por intermédio do Núcleo de Educação, valida a consolidação da implantação, a partir de critérios guiados pela lógica do capital. Desse modo, subordina-se a função pedagógica à lógica empresarial, pautada na mensuração de resultados, na responsabilização dos diretores e da equipe escolar e na meritocracia.

No **Quarto ano (4ª etapa)**, da Sustentabilidade da implantação, o Núcleo de Educação do Meesa faz a avaliação da sustentabilidade das escolas em que o modelo foi adotado e consolidado. Isso é realizado por meio da manutenção da avaliação do ciclo escolar e dos indicadores ao longo do 4º ano. Encerra-se o processo com recomendações de ações direcionadas a garantir a sustentabilidade do programa e, enfim, conclui-se o processo nas ETIs abarcadas pelo termo de cooperação. Todavia, a relação com o Meesa, longe de acabar, mantém-se com os outros possíveis acordos/termos e, sobretudo, com os espaços conquistados no aparelho estatal tendencialmente favorável a intermediação de relações para si e para outros aparelhos privados de hegemonia empresarial.

---

[527] "ES em Ação realiza ciclo Formativo nas Escolas em Tempo Integral" (Disponível em: https://es-acao.org.br/2022/07/02/es-em-acao-realiza-ciclo-formativo-nas-escolas-em-tempo-integral/. Acesso em: 24 abr. 2025).

Por fim, tratamos do momento em que o Meesa completa os seus 20 anos de atividade (2023). Assim, apresentamos a nova diretoria do triênio 2022-2025 e as principais ações do Núcleo de Educação do Meesa nesse período.

5.4 TRIÊNIO 2022-2025: 20 ANOS DA ATUAÇÃO DO APARELHO PRIVADO DE HEGEMONIA EMPRESARIAL CAPIXABA

No dia 18 de junho de 2022, o Meesa anunciou a Assembleia Geral Extraordinária de Eleição da Diretoria da organização para o triênio 2022-2025. Em 21 de junho, foi realizada a convocatória oficial, com informações pertinentes ao horário (16h30min), à data (30/06/2022) e ao formato (*on line*) da Assembleia. Dias antes, em 1º de junho, ocorrera a escolha do novo presidente do Conselho Deliberativo, Luiz Wagner Chieppe (Grupo Águia Branca).

Na ocasião da Assembleia, em 30 de junho, as alterações realizadas no Estatuto do Meesa[528] possibilitaram a participação na eleição de duas categorias, a saber: Associados Fundadores e Associados Participantes. No caso dos últimos, incluíam-se as pessoas que estivessem com o termo de associação vigente e que obedecessem a um dos três critérios: a) participem ativamente das atividades do ES em Ação ou; b) sejam representantes dos Mantenedores ou; c) sejam presidentes das entidades pertencentes à Rede Empresarial do Espírito Santo.[529] Observa-se que a modalidade de Associado Contribuinte é substituída por Associado Participante, alteração que, aparentemente, desobriga os associados de contribuírem financeiramente, além de inserir funcionários da equipe interna do Meesa na lista de associados, como no caso de Luciane Ventura (Comunicação), Larissa Venuto (Articuladora de Políticas Educacionais), Julia Zerlotini (Analista de Desenvolvimento de Projetos), Luan Soares Corcino (Financeiro) e Luciano Gollner (Executivo de Educação), os quais participaram daquela Assembleia (Figura 5).[530]

Figura 6 - Assembleia Extraordinária Geral de Eleição da Diretoria do triênio 2022-2025

---

[528] A última versão que tivemos acesso foi a de 2020. Nela não constam essas alterações. Na versão de 2020, há dois tipos de associados, Fundadores e Contribuintes.

[529] "Assembleia vai eleger nova diretoria do ES em Ação" (Disponível em: https://es-acao.org.br/2022/06/18/assembleia-vai-eleger-nova-diretoria-do-es-em-acao/. Acesso em: 25 abr. 2025).

[530] No anúncio da nova diretoria eleita feito no endereço eletrônico do Meesa, revela-se os *prints* das telas da reunião. Neles é possível identificar esses nomes integrantes da equipe interna. As consultoras do Núcleo de Educação do Meesa, mesmo as mais atuantes (Ayone e Polliana), não aparecem. Talvez isso se relacione ou com os limites de exposição dos participantes na tela ou com o lugar precarizado e subalternizado que os consultores ocupam na estrutura da organização (Disponível em: https://es-acao.org.br/2022/06/30/eleita-a-nova-diretoria-do-es-em-acao-para-2022-25/. Acesso em: 27 abr. 2025).





Fonte: Meesa (2022).

Com esse novo arranjo, em uma votação totalmente virtual e com a participação de 52 associados, elegeu-se por aclamação a única chapa inscrita, composta por três diretores do triênio anterior. Constituía-se, então, a seguinte mesa-diretora do Meesa para o triênio 2022-2025: diretor-presidente, Nailson Dalla Bernadina (Sicoob); diretor de Gestão, Relacionamento e Comunicação, Rimaldo Sá (Beta Rede); diretor de Redes, Sérgio Gonçalves Mileipe (Samarco S.A.); diretor de Formação de Lideranças, Gabriel Martins Feitosa (eMEG); diretor de Gestão Pública, Fernando Peixoto Saliba (EDP); diretor de Educação, Rodrigo de Oliveira Gama (ArcelorMittal); e o diretor de Desenvolvimento, Rodrigo Saba Ruggiero (VLI).

A posse da nova diretoria ocorreu em um evento suntuoso no cerimonial *Le Buffet*, em Vitória, no dia 26 de julho. O contexto coincide com a pré-campanha das eleições de 2022 e, até por isso, a posse contou com a presença do governador, pré-candidato à reeleição, Renato Casagrande (PSB), o ex-senador e pré-candidato a vice de Casagrande, Ricardo Ferraço (PSDB), o deputado federal Felipe Rigoni (União), o pré-candidato ao governo do estado e ex-presidente do Meesa, Aridelmo Teixeira (Novo), além da presença do secretário de Estado da Educação, Vitor de Ângelo e de prefeitos de algumas cidades do ES, como de Aracruz e Vila Velha.[531]

Segundo nota publicada no jornal *A Gazeta*, a posse foi marcada por discursos que ressaltavam a harmonia entre o empresariado e os governantes. Entretanto, a ocasião colocou em evidência as contradições entre a esfera estadual e nacional, visto que, enquanto o governador Renato Casagrande discursava e era saudado por todos presentes, à mesa do banquete empresarial uma iguaria era servida: "Lula frita".[532]

---

[531] "Fotos de quem prestigiou a posse do ES em Ação" (Disponível em: https://es-acao.org.br/2022/07/27/fotos-de-quem-prestigiou-a-posse-do-es-em-acao/. Acesso em: 27 abr. 2025); (Disponível em: https://www.agazeta.com.br/colunas/leticia-goncalves/curtas-politicas-as-autoridades-do-es-que-assinaram-carta-em-defesa-da-democracia-0722. Acesso em: 27 abr. 2025).

[532] "Curtas Políticas" (Disponível em: https://www.agazeta.com.br/colunas/leticia-goncalves/curtas-politicas-as-autoridades-do-es-que-assinaram-carta-em-defesa-da-democracia-0722. Acesso em: 27 abr. 2025).

Risum teneatis, caro leitor? Tal episódio com tons anedóticos revelam algumas disputas da conjuntura política estadual e nacional. Por um lado, a manutenção do projeto empresarial para o ES, no qual Casagrande e sua equipe eram os operadores no seio do aparelho estatal. Por outro, enquanto parte do empresariado nacional (Fiesp) assinava a carta "Em Defesa da Democracia e Justiça" (2022) e outra assinava a "Carta à brasileiras e aos brasileiros em defesa do Estado Democrático de Direito" (2022), elaborada pela Faculdade de Direito da USP, frações do empresariado capixaba refestelavam-se com "Lula frita".

Já indicamos (no capítulo 2) que, em 2020, os valores do Meesa foram modificados, a fim de englobar aspectos relacionados à "democracia" e ao "respeito ao Estado de Direito". No entanto, tal posição institucional não passou de verniz para encobrir a posição dos seus membros, majoritariamente apoiadores de Jair Bolsonaro naquele pleito de 2022, conforme apontou Abdo Filho, jornalista da Rede Gazeta, formado pelo ILA: "É bem verdade que o resultado nacional – o empresariado capixaba apoiou amplamente a reeleição do presidente Jair Bolsonaro (PL) – deu uma baqueada, mas o sentimento majoritário é de alívio" (Filho, 2022).[533]

O alívio mencionado era em relação à reeleição de Casagrande, apoiada pela maior porção do empresariado capixaba,[534] tendo em vista o cenário delicado da campanha, pois o candidato Bolsonarista ao governo do estado, Carlos Manato (PL), teve um desempenho acima das expectativas e das projeções realizadas que apontavam para a reeleição certa de Casagrande no 1º turno.[535]

A conjugação desses fatores levou a campanha de Casagrande a redirecionar a estratégia e a apostar na dobradinha "CasaNaro" ou "BolsoGrande".[536] Nesse movimento, Casagrande se inflexionou à direita com o objetivo de conquistar os votos bolsonaristas para o governo do estado, deixando o palanque estadual sem uma defesa da candidatura da frente amplíssima

---

[533] Fala (em reserva) de um dos mais influentes dirigentes empresariais do estado, segundo Filho: "Muito aliviado com o Espírito Santo. Será positivo para o Espírito Santo essa nova administração do governador Renato Casagrande. A composição com Ricardo Ferraço (PSDB) traz experiência e capacidade de execução para áreas que precisam avançar no Estado". FILHO, Abdo. Casagrande reeleito alivia tensão do empresariado capixaba. **A Gazeta**, Vitória, 30 out. 2022 (Disponível em: https://www.agazeta.com.br/colunas/abdo-filho/casagrande-reeleito-alivia-tensao-do-empresariado-capixaba-1022. Acesso em: 27 abr. 2025).

[534] Frações não hegemônicas do empresariado capixaba, por exemplo, aquela vinculada à Aridelmo Teixeira, apoiaram Carlos Manato (PL) (estadual) e Jair Bolsonaro (Federal) (Disponível em: https://www.agazeta.com.br/es/politica/aridelmo-declara-apoio-a-manato-nas-eleicoes-do-es-1022. Acesso em: 27 abr. 2025).

[535] "Pesquisa Real Time aponta vitória de Casagrande no 1º turno no Espírito Santo" (Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/politica/pesquisa-real-time-aponta-para-vitoria-de-casagrande-no-1o-turno-no-espirito-santo/. Acesso em: 27 abr. 2025).

[536] "Aliados do candidato de Lula no Espírito Santo pregam dobradinha com Bolsonaro" (Disponível em: https://valor.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/10/06/aliados-do-candidato-de-lula-no-esprito-santo-pregam-dobradinha-com-bolsonaro.ghtml. Acesso em: 27 abr. 2025).

liderada por Lula da Silva (PT).[537] Desse modo, Renato Casagrande (PSB) foi reeleito governador do ES com 53, 80% dos votos, enquanto Manato (PL), surfando a onda neoconservadora, teve 46,20%.

Logo no início desse segundo mandato consecutivo, em janeiro de 2023, em resposta às demandas empresariais pré-reeleição, Renato Casagrande (PSB) assinou a "Carta de Compromisso em Gestão Fiscal 2023",[538] que enumerava cinco compromissos do governo do estado: não elevação da alíquota modal de ICMS; segurança jurídica em matéria de Benefícios Fiscais; redução das desigualdades sociais e regionais e interiorização do desenvolvimento; responsabilidade fiscal e controle dos Gastos Públicos; e manutenção da Nota Máxima em capacidade de pagamento e gestão fiscal. Em comemoração às medidas de austeridade empenhadas por Casagrande, o Fórum de Entidade e Federações (FEF), ao qual o Meesa pertence, emitiu uma nota de apoio, ratificando a importância de tais medidas para os seus negócios.[539] Realizada esta contextualização, voltamo-nos para a estrutura do Meesa do triênio 2022-2025.

O quadro de funcionário do Meesa passou por algumas alterações em sua composição. Luciano Gollner assumiu o cargo de Superintendente do Meesa, mudança que ampliou as suas responsabilidades para além da área da educação, a qual continuou liderando. A partir de então, ele passou a atuar na gestão administrativo-financeira, bem como em cada eixo prioritário da instituição. A coordenação de Projetos foi atribuída a Débora Macedo; a supervisão do Programa Tempo Integral, a Ayone Sossai; a coordenação de Educação, a Polliana Aroeira; a coordenação Administrativo-Financeira, a Cláudia Luzes; a análise de Desenvolvimento e Projetos, a Natallie Reikdal Cervieri; a análise de Desenvolvimento e Projetos, a Julia Zerlotini de Lucas; e a análise Administrativo-Financeira coube a Luan Soares Corcino.

A partir dos dados do Quadro 32, em 2023, nota-se que, se por um lado as receitas operacionais não apresentam grandes alterações, por outro, ocorreu um considerável aumento nas despesas com pessoal em relação ao ano anterior.

---

[537] "Voto 'CasaNaro' afasta governador capixaba de Lula, em estado que deu vitória a Bolsonaro" (Disponível em: https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/10/voto-casanaro-afasta-governador-capixaba-de-lula-em-estado-que-deu-vitoria-a-bolsonaro.ghtml. Acesso em: 27 abr. 2025).

[538] "Carta de Compromisso de Gestão Fiscal 2023" (Disponível em: https://www.es.gov.br/Media/PortalES/Arquivos/Carta%20de%20Compromissos%20em%20Gest%C3%A3o%20Fiscal%20-%20GOVES%20e%20SEFAZ.pdf. Acesso em: 28 abr. 2025).

[539] (Disponível em: https://www.instagram.com/p/Cn5KW_1vBP4/?igsh=YmF1cW13dGs3Mzhl&img_index=3. Acesso em: 28 abr. 2025).

Quadro 32 - Demonstrativo Contábil do Meesa: exercícios 2022-2023

DEMONSTRATIVO CONTÁBIL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2023					
Receitas Operacionais	**2022**	**2023**	**Despesas Operacionais**	**2022**	**2023**
Contribuição de mantenedores	R$1.139.300	R$1.293.300	Pessoal	R$268.372	R$494.279
			Assessorias e Serviços Terceirizados	R$592.760	R$518.295
			Administrativo	R$302.828	R$404.347
			Operacional	-	-
			Comunicação/Eventos	R$379.667	R$158.084
			Outros	R$164.064	R$10.489
Doações para projetos	R$474.586	R$2.169.307	**Despesas com projetos**	R$474.586	R$2.129.086
Receitas financeiras	-	-			
Outras receitas	R$510.652	R$428.270			
Total	R$2.124.538	R$3.890.877	**Total**	R$2.094.729	R$3.698.703
ESPECIFICIDADE DOS PROJETOS DE EDUCAÇÃO NO DEMONSTRATIVO					
Parte das receitas para os projetos de Educação	**2022**	**2023**	**Despesas com projetos**	**2022**	**2023**
Doações para projetos	R$352.528 (equivalente a 74% do total doado)	R$519.244 (equivalente a 24% do total doado	Pessoal	R$6.592	R$24
			Serviços Terceirizados	-	-
			Administrativas	R$ 345.464	R$524.553
			Operacionais	-	-
			Outras	R$472	R$4.963
Total	R$352.528	R$ R$519.244	**Total**	R$352.528	R$539.540

Fonte: Elaborado pelo autor (2025), a partir do documento original (Disponível em: https://es-acao.org.br/wp-content/uploads/2024/05/245KP-012-PB-Movimento-Empresarial-ES.pdf. Acesso em: 2 abr. 2025).

Provavelmente o aumento com despesas com pessoal se deveu à promoção das consultoras Ayone Sossai e Polliana Aroeira aos postos de supervisora e coordenadora de educação, respectivamente. Além disso, outras contratações para a equipe central do Meesa ocorreram, mas o que mais desperta a atenção é a manutenção de valores elevados de despesas com assessorias, já que os serviços terceirizados foram de apenas R$ 47.325,000. Isso significa que a despesa com assessores foi de R$ 470.973,000. Deste montante, a maior porção foi direcionada para assessoria executiva (R$281.000,00) e o restante dividiu-se entre assessoria contábil, *backoffice*, comunicação e Tecnologia de Informação (TI). Tudo leva a crer que tais assessorias são pagamentos realizados aos prepostos da equipe interna do Meesa, sem constar para fins trabalhistas e previdenciários.

No que diz respeito às receitas dos projetos, percebe-se um elevado aumento de 2022 para 2023, em virtude de doações para os projetos *Radium* Hotel (Projeto Arquitetônico) e FEF

Governo (Planos de Ação junto às secretarias estaduais), os quais somaram mais de 70% do volume das doações. No caso da educação, mantém-se a média de valores doados, considerando os anos anteriores (desde 2018). Nesse caso, aguçam a nossa curiosidade os valores das despesas administrativas dos projetos que não são descriminadas no documento contábil. Mas, pelo número de consultores contratados no período (2022-2023) (indicado no Quadro 22), compreendemos que se trata de pagamentos direcionados aos consultores precarizados do Núcleo de Educação e demais consultorias para os outros projetos.

Nessa nova gestão, há a manutenção dos quatro eixos prioritários (Gestão Pública Eficiente; Estratégia a Longo Prazo; Formação de Lideranças; e Educação), porém, ocorre uma reestruturação dos Comitês estratégicos, visto que deixam de existir os comitês de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, Energias Renováveis e Inserção Competitiva. Tais demandas foram incorporadas dentro do novo comitê de Desenvolvimento, criado para coadunar as temáticas ligadas a agenda do desenvolvimento econômico do ES e para construir a atualização do Plano de Desenvolvimento do ES, que passa a ser denominado "ES 500 Anos", uma alusão aos quinhentos anos de colonização do estado a serem completados em 2035.

Os novos comitês inclinam-se à reformulação do Plano ES 500 Anos[540] e aos eixos prioritários supracitados. São seis comitês, cada qual com uma direção, vários membros voluntários e as seus respectivos principais planejamentos e ações para o ano de 2023, quais sejam (Meesa, 2023):

- **Comitê de Gestão Pública**, dirigido por Fernando Saliba (EDP) e composto por Vanessa Tavares (Vale S.A.), Ângelo Dalla Bernardina (Apex Partners), Nelson C. Saldanha (Cepemar), Fábio Ruschi (Grupo EcoRodovias) e Rodolpho Samorini (Samarco S.A.). Realização do Evento Município Digital e Transparente e do Ranking Capixaba de Transparência e Governança Pública, assim como o Selo homônimo, em 2023;
- **Comitê de Redes**, liderado por Sérgio Mileipe (Samarco S.A.) e formado por Leonardo Conde (Suzano), Hélio Pepe (SGMP Advogados) e Alexandre Schubert (VTO Polos

[540] Em 2023, foi publicado o documento "Análise situacional dos Indicadores e Estratégicas ES 2030, com o intuito de reformular o Plano (ES 500 Anos) a partir da nova realidade capixaba (Disponível em: https://es500anos.com.br/wp-content/uploads/2025/01/Analise-Situacional-dos-Indicadores-e-Estrategias-do-ES2030_4.pdf. Acesso em: 28 abr. 2025). Entre 20203 e 2024 foram realizadas Oficinas Regionais, as quais geraram Notas Técnicas enfatizando os desejos, potencialidades, problemas e desafios para o ES. Nesse caso, notamos que o vice-governador Ricardo Ferraço (MDB) esteve à frente como representante do Meesa, ao lado de Nailson Dalla Bernardina (diretor-presidente) e de Luciano Gollner (superintendente), nas Oficinas Regionais Litoral Sul, Nordeste e Metropolitana (Disponível em: https://es500anos.com.br/notas-tecnicas/. Acesso em: 28 abr. 2025). O documento final do Plano ES 500 Anos está programado para ser lançado em maio de 2025.

Empresariais). Ampliação da Rede Empresarial para 12 associações, com a inclusão da Associação Empresarial de Anchieta (AEA), a Associação Empresarial de Viana (AEV) e a Guarapari em Ação (GEA), somando mais de 620 associados ao total; Articulação do planejamento estratégico das associações, por meio de Workshops, mentorias da DVF e com outras associações; Encontros da Rede Capixaba de Inteligência (oito encontros), em 2023; e Realização do Simpósio de Inteligência;

- **Comitê de Desenvolvimento**, chefiado por Rodrigo Ruggiero (VLI), e composto por Vinícius Freitas (DVF), André Brito (Suzano) e Valéria Becalli Provete (Portocel). Articulação e estabelecimento da agenda de trabalho para o Desenvolvimento do ES, realizado com a Fórum de Entidades e Federações (FEF) junto ao governo do estado, sobretudo com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e a Secretaria de Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca do governo estadual do ES; e a construção e o lançamento do "Plano ES 500 Anos", realizado no Palácio Anchieta em dezembro de 2023[541];
- **Comitê de Gestão, Relacionamento e Comunicação**, comandado por Rimaldo de Sá (Beta Rede) e integrado por Orlando Bolsanelo Caliman, Gilvan Badke (eMEG) e Rachel Campagnaro Carminati (Vale S.A.). Lançamento do selo comemorativo do ES em Ação 20 anos, Projeto Institucional "Memórias em Ação", com gravação de depoimentos dos conselheiros e suas relações com o Meesa (2023) e meta de ampliar o quadro de mantenedores (2024);
- **Comitê Formação de Liderança**, dirigido por Gabriel Feitosa (eMEG) e constituído por Carolina Tavares (Vale S.A.), Alberto Souza Vieira (Suzano) e Bruno Buback (Advogado). Criação do Programa de Imersão, do Programa de Mentoria e da Comunidade Be Leader; realização do Encontro Anual da Rede Empresarial e dos eventos de Imersão "Conectando Lideranças", bem como de mentorias concretizadas (4 ciclos).
- **Comitê de Educação**, conduzido por Rodrigo Gama (ArcelorMittal) e com a participação de Sandra Helena (Sicoob), Tatiana Rodrigues (Vale S.A.) e Ivett Antunes

[541] "ES em Ação e Governo anunciam novo Plano de Desenvolvimento de longo prazo para o Estado" (Disponível em: https://es-acao.org.br/2023/12/18/es-em-acao-e-governo-anunciam-novo-plano-de-desenvolvimento-de-longo-prazo-para-o-estado/. Acesso em: 28 abr. 2025).

(Samarco S.A.).[542] Em decorrência da natureza do nosso trabalho, tratamos este comitê separadamente, a seguir.

5.4.1 COMITÊ E NÚCLEO DE EDUCAÇÃO DO MEESA NO TRIÊNIO 2022-2025

A atuação do Meesa na educação no início da nova diretoria, no segundo semestre de 2022, ficou mais restrita aos processos formativos e de acompanhamento da implementação das ETI que aderiram o modelo entre 2021 e 2022. Assim, no mês de agosto, ocorreram formações ministradas pelas consultoras Ayone Sossai e Polliana Aroeira voltadas para as temáticas de Protagonismo, Rotinas de Gestor e Liderança Servidora, nos municípios de Vila Velha, Linhares e Cariacica.[543]

No mês de novembro, ocorreu o 2º Workshop das Equipes de Implantação, nas dependências do Sicoob Vitória. O evento, organizado pelas consultoras Ayone Sossai, Polliana Aroeira, Beatriz Castro e Mylena Batista, reuniu as Equipes de Implantação de Aracruz, Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica, Linhares, Serra e Vila Velha. Sua programação contou com ações de intercâmbio de experiência entre as equipes municipais e com palestras, em especial, a palestra do CEO da Kuau, Gilberto Machado, intitulada "Projeto de Vida e Socioemocional na Escola". Estiveram presentes o diretor-presidente do Meesa, Nailson D. Bernardina, o diretor de Educação, Rodrigo Gama e o superintendente do Meesa, Luciano Gollner, bem como representantes das associações da Rede Empresarial (AEC, Assevila e Messes) e do comitê de Educação do Meesa, Tatiane Rodrigues.[544]

Nesse ínterim, uma visita de um grupo de empresários ao Meesa entre os dias 5 a 7 de outubro de 2022 despertou a atenção. O Grupo Empresarial Mato Grosso em Evolução (Gemte) veio ao ES para conhecer o modelo de atuação do Meesa. Para o diretor-executivo do Gemte, Guilherme Alves (2022):[545]

> Já seguimos e acompanhamos o trabalho do ES em Ação há muito tempo. O movimento empresarial nos inspira, inclusive, vem nos auxiliando em toda a orientação técnica, em alguns pontos administrativos e de atuação, desde o ano

---

[542] "Diretoria faz primeira reunião de trabalho com novos comitês" (Disponível em: https://es-acao.org.br/2022/08/27/diretoria-faz-1a-reuniao-de-trabalho-com-novos-comites/. Acesso em: 2 abr. 2025).

[543] "Consultoras realizam formações de educação nos municípios" (Disponível em: https://es-acao.org.br/2022/08/06/consultores-promovem-formacoes-de-educacao-nos-municipios/. Acesso em: 28 abr. 2025).

[544] "Workshop aborda ações da educação em 2023" (Disponível em: https://es-acao.org.br/2022/12/03/workshop-aborda-acoes-da-educacao-em-2023/. Acesso em: 28 abr. 2025).

[545] "Grupo empresarial vem ao estado conhecer o modelo de atuação do ES em Ação" (Disponível em: https://es-acao.org.br/2022/10/08/grupo-empresarial-vem-ao-estado-conhecer-o-modelo-de-atuacao-do-es-em-acao/. Acesso em: 28 abr. 2025).

> passado. Nós somos um grupo de empresários que criaram o GEMTE com o objetivo de atuar do ponto de vista estratégico na educação.

O depoimento de Guilherme Alves é relevante pelo fato de evidenciar o engajamento do Meesa com a sua visão institucional de, pretensiosamente, ser protagonista do pensamento empresarial. Os intercâmbios entre o Meesa e aparelhos privados de hegemonia empresarial de maior porte, como o TPE, certamente ampliaram os horizontes da organização, levando-a galgar alguma notoriedade entre o empresariado na temática educacional, como nesse caso, do intercâmbio com a Associação de Comercial da Bahia (ACB) e o Movimento Via Cidadã,[546] além do caso do movimento empresarial Atitude Pernambuco, em que o executivo Roberto Abreu, em visita ao Meesa, afirmou: "Estamos em um patamar inicial e desde o início da nossa fundação, nos inspiramos no que é feito aqui".[547] Por fim, o caso mais proeminente e antigo é o do movimento Sul da Bahia em Ação,[548] criado em 2016 sob a inspiração do modelo capixaba.

Desse modo, o Meesa difunde as suas estratégias de atuação entre as frações empresariais de outros estados, ao passo em que cativa o governo do estado e as redes municipais, com o auxílio das associações da Rede Empresarial. O planejamento desse sequestro se dá com o processo de articulação política e mobilização. Assim, uma vez elaborado o planejamento (Planos de Desenvolvimento, Estadual ou Municipal), o aparelho privado de hegemonia capixaba amplia o cativeiro para os eixos prioritários do seu domínio. Na educação, o domínio saiu da esfera corporativa, passou pela mobilização e apoio ao empresariamento da educação e chegou à execução desse processo. Dito de outra maneira, o Meesa mantém o processo de articulação, mobilização, monitoramento e apoio da rede estadual (Sedu). Já nas redes municipais, a atuação da organização conseguiu galgar o nível da execução da implantação do modelo da "Escola da Escolha" nas ETIs.

Especificamente na rede estadual, o Meesa, além do suporte contínuo à ampliação das ETI, apoia outras medidas de empresariamento da educação pública, assim como medidas compatíveis com os seus interesses de ampliação das ETI nas redes municipais e medidas de

---

[546] "Temos a missão de construir uma sociedade melhor e mais justa" (Disponível em: https://es-acao.org.br/2022/02/12/temos-a-missao-de-construir-uma-sociedade-melhor-e-mais-justa/. Acesso em: 28 abr. 2025).

[547] "Movimento de Pernambuco confere modelo de trabalho do ES em Ação e parceiros" (Disponível em: https://es-acao.org.br/2023/05/30/movimento-de-pernambuco-confere-modelo-de-trabalho-do-es-em-acao-e/. Acesso em: 28 abr. 2025).

[548] Toda a estrutura de operação e organização, bem como o layout do site foi inspirado no Meesa (Disponível em: https://suldabahiaemacao.org.br/#. Acesso em: 28 abr. 2025); (Disponível em: https://web.archive.org/web/20200920225352/http://suldabahiaemacao.org.br/sul-da-bahia-em-acao/. Acesso em: 28 abr. 2025).

cortes de gastos nas contas públicas. Foi o caso do apoio do Meesa à proposta do Tribunal de Contas do Estado do ES (TCE-ES). Tratou-se do Termo de Ajustamento de Gestão (TAG), que propõe acordo entre a rede estadual de educação e as redes municipais nos seguintes aspectos: a) eliminação da concorrência entre as redes de educação básica municipal e estadual; b) otimização e o reordenamento das redes de educação municipal e estadual; definição de critérios mínimos para a escolha do servidor que desempenhará as funções relativas à gestão escolar; e criação de uma câmara regional de compensação para a disponibilização de servidores entre as redes de educação básica.[549]

Essa medida foi proposta pelo ex-deputado estadual (PDT), ex-líder do governo Paulo Hartung (MDB) na Ales (2017)[550] e atual conselheiro do TCE-ES (eleito em 2018), Rodrigo do Coelho do Carmo (2022),[551] o qual destacou que:

> [...] o Tribunal de Contas pode contribuir para solucionar essas questões, com estratégias a que envolvem a área de governança e gestão, indicando soluções para eliminar a concorrência entre as redes, fazer um reordenamento das mesmas para que a oferta seja oferecida com racionalidade, em prédios com infraestrutura adequada, e formar e qualificar o acesso da gestão escolar.

Desconsiderando as realidades dos munícipios e o diálogo com as comunidades que seriam afetadas, o TCE encaminhou essas medidas neoliberais totalmente em sintonia com os compromissos de gestão fiscal firmados entre governo e empresariado capixaba. Inclusive, não foi por acaso que o conselheiro e vice-presidente do TCE-ES, Rodrigo Coelho, a secretária da Secretaria de Controle Externo de Políticas Públicas Sociais (SecexSocial), Cláudia Cristina Mattiello, e a coordenadora do Núcleo de Controle Externo de Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas de Educação (NEducação), Paula Rodrigues Sabra, apresentaram com exclusividade o TAG para a equipe do Meesa, em abril de 2023. Estiveram presentes, o diretor de Educação, Rodrigo Gama, o superintendente, Luciano Gollner e a coordenadora de Educação do Meesa, Polliana Aroeira.[552]

---

[549] (Disponível em: https://diario.tcees.tc.br/Noticia/BaixarDocumento?idDocumento=4093626. Acesso em: 28 abr. 2025).

[550] "Rodrigo Coelho é confirmado líder do governo na Assembleia" (Disponível em: https://www.seculodiario.com.br/politica/rodrigo-coelho-e-confirmado-lider-do-governo-na-assembleia/. Acesso em: 29 abr. 2025).

[551] "Rodrigo Coelho apresenta panorama da Educação do ES e ações do TCE para melhorar condições de ensino" (Disponível em: https://www.tcees.tc.br/noticias-capacitacao/rodrigo-coelho-apresenta-panorama-da-educacao-do-es-e-acoes-do-tce-para-melhorar-condicoes-de-ensino/. Acesso em: 28 abr. 2025).

[552] "Tribunal de Contas e ES em Ação" (Disponível em: https://www.instagram.com/espiritosantoemacao/p/CrmDYUoPGZU/?img_index=2. Acesso em: 29 abr. 2025).

Em síntese, quando se advoga a eliminação da concorrência entre as redes, o TAG propõe a municipalização das escolas estaduais de ensino fundamental nos municípios capixabas e a consequente concentração de responsabilidades na esfera municipal, haja vista que, em muitos casos, tal rede não tem estrutura nem condições para oferecer maior número de vagas do que já ofertam. O mesmo ocorre com a defesa da otimização e do reordenamento das redes, pois esse rearranjo administrativo, na verdade se trata da transferência de responsabilidades da esfera estadual para a municipal, saneando a administração estadual, com o alto custo social, por exemplo, fechando escolas, sobretudo, do campo. Por fim, ao estabelecer critérios para a seleção do servidor que desempenhará função de gestão, o TCE ratifica a visão autoritária do empresariado da educação que contesta a eleição livre para diretor escolar e tenta impor o modelo de gestão empresarial nas escolas.

Além do mais, tal proposição do TCE-ES foge das suas atribuições, conforme declara o professor da rede estadual e militante do coletivo Resistência e Luta, Swami Bérgamo (2022):[553]

> Essa é uma questão que não deveria partir do TCE-ES. Insistir em retomar esse tema, que já foi totalmente rechaçado pelas comunidades escolares, principalmente por quem é atendido ou trabalha com educação do campo. Não temos que admitir esse debate a partir do TCE. Há muitas questões em que ele pode contribuir com educação, mas nesse ponto ele não pode intervir. Ele está tentando definir políticas de Estado que cabem ao Executivo. Ele é fiscalizador dos recursos, não tem competência jurídica nem conhecimento de causa para entrar na parte técnica e pedagógica.

A TAG foi rechaçada e enfrentada por movimentos sociais, como o MST, coletivos de Educação, como o Resistência e Luta, associações, como a Associação de Moradores, Agricultores Familiares e Proprietários de São Sebastião de Belém e Rio das Pedras (Amaf) e a Associação de Pais e Amigos dos Estudantes (Assopaes), além do Comitê Estadual de Educação do Campo (Comeces).[554] Em especial, o Comeces apresentou uma "Moção de repúdio ao Termo de Ajustamento de Gestão (TAG) do Tribunal de Contas/ES e à prática de fechamento de escolas no Espírito Santo", na qual denunciava a pressão realizada pelo TCE-ES para que os municípios assinassem o TAG,[555] um termo elaborado sem a participação da universidade, de pesquisadores, da comunidade escolar e dos movimentos sociais. A Moção

---

[553] "'Antidemocrático e ilegal', TAG Educação é retomado pelo Tribunal de Contas" (Disponível em: https://www.seculodiario.com.br/educacao/antidemocratico-e-ilegal-segundo-educadores-tag-da-educacao-e-retomado-pelo-tce/. Acesso em: 28 abr. 2025).

[554] "Enfrentamento contra o TAG do Tribunal de Contas cresce no interior do Estado" (Disponível em: https://www.seculodiario.com.br/educacao/enfrentamento-contra-o-tag-do-tribunal-de-contas-cresce-no-interior-do-estado/. Acesso em: 28 abr. 2025).

[555] "Prefeitos e vereadores estão com medo de represálias do TCE, relata Comeces" (Disponível em: https://www.seculodiario.com.br/educacao/prefeitos-e-vereadores-estao-com-medo-de-represalias-do-tce-relata-comeces/. Acesso em: 29 abr. 2025).

apontava, ainda, as inconsistências na metodologia da TAG, o que poderia gerar aumento do custo para as redes municipais, não cobertos pelos repasses previstos e, com isso, vinham provocando o fechamento de escolas de municípios signatários.[556]

A despeito do enfrentamento e da resistência, o fato é que o TAG se sintonizava aos interesses do Meesa em três aspectos: primeiro, na orientação dos municípios aos mecanismos de gestão empresarial, compatível com o modelo pedagógico e de gestão incorporado pela organização via transferência do ICE; segundo, com a municipalização forçada, o campo de atuação do Meesa na implantação das ETI nos municípios é macroscopicamente ampliado. Por isso, o Meesa usou da sua capilaridade para articular com os municípios a adesão ao TAG; e terceiro, com esse rearranjo entre estado e municípios, há a abertura de espaço e orçamento para a rede estadual de educação, ao passo em que cultivam relações de empresariamento da educação, as quais ocuparão esses espaços, como no caso do Meesa e o Projeto "Escola do Futuro" que tratamos adiante.

Assim, no dia 15 de junho de 2023, nas dependências do TCE-ES, prefeitos da Região Metropolitana da Grande Vitória e do interior, juntamente com o governo do estado assinaram o TAG, sob o olhar atento de uma plateia, na qual estavam Rodrigo Gama, diretor de Educação do Meesa, e Polliana Aroeira, coordenadora de Educação da organização. O evento contou com palestras do prefeito de Sobral, Ceará, Ivo Gomes (PSB), responsável por reorganizar a rede de escolas entre municípios e estado e alterar a seleção de diretores, e da secretária de Educação do município de Oeiras, Piauí, Tiana Tapety, que relatou o processo de reordenamento da rede educacional.[557]

Nesse último triênio analisado, notamos uma maior conexão entre o Meesa e a rede estadual de educação. A começar pelo movimento do secretário de educação Vitor de Ângelo (Sedu) de apresentar ao Comitê de Educação do Meesa o Projeto "Escola do Futuro", no dia 15 de fevereiro de 2023, na sede da Sedu. O encontro teve como finalidade a elaboração de uma proposta de trabalho conjunto entre Sedu e Meesa. Tal projeto foi instituído meses depois pela Portaria nº 263-R, de 29 de novembro de 2023, com a proposição de desenvolver a cultura

---

[556] Dentre os municípios que fecharam escolas em justificativa ao TAG estão Baixo Guandu e Iconha (Disponível em: https://www.seculodiario.com.br/educacao/e-desumano-uma-crianca-de-cinco-anos-ficar-numa-van-por-uma-hora-ate-a-escola/. Acesso em: 29 abr. 2025); (Disponível em: https://www.seculodiario.com.br/educacao/a-escola-e-o-coracao-da-comunidade-o-encontro-de-todos-clama-campinho-de-iconha/. Acesso em: 29 abr. 2025).

[557] "Diretoria de Educação participa da assinatura do Termo de Ajustamento de Gestão (TAG)" (Disponível em: https://es-acao.org.br/2023/06/16/es-em-acao-participa-da-assinatura-do-termo-de-ajustamento-de-gestao-tag-da-educacao/. Acesso em: 28 abr. 2025).

digital a partir do uso de metodologias pedagógicas inovadoras e de tecnologias educacionais no cotidiano escolar.[558]

Assim, quase um ano depois, em agosto de 2024,[559] a Sedu e o Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação (Meesa) assinaram o Acordo de Cooperação Técnica nº 081/2024 (Processo nº 2024-LH709) para a viabilização do apoio técnico operacional, visando o desenvolvimento de ações tecnológico-científicas e pedagógicas para a consolidação e ampliação do modelo pedagógico e de gestão denominado "Escola do Futuro". Mesmo que a Cláusula terceira do termo indique que não há repasses de recursos entre os partícipes (Sedu e Meesa), o inciso 3.1.1 cria um espaço enorme para interpretações que podem favorecer o empresariado, a saber: "As despesas necessárias à consecução do objeto deste Instrumento serão assumidas pelos Partícipes, dentro dos limites de suas respectivas atribuições e nos termos das normas aplicáveis às finanças públicas". Quais limites são esses? Além do mais, inscreve-se nesse termo de cooperação a criação de uma rede entre escolas, empresas e comunidade a fim de fortalecer a relação firmada entre o aparelho privado e o aparelho estatal.

Tal acordo extrapola o marco temporal do nosso trabalho. Por isso e por não termos condições de tempo para a empreitada de sua análise, apenas indicamos que ele possibilitou a retomada da atuação direta do Meesa com o aparelho estatal educacional, criando condições para o aparelho privado hegemônico do empresariado capixaba abrir mais espaços para as Empresas Apoiadoras atuarem na rede pública estadual do ES,[560] viabilizando as ações do Programa "Escola do Futura" garantindo recursos tecnológicos, operacionais e pedagógicos.

---

[558] Portaria 263-R de 29 de novembro de 2023 (Sedu) (Disponível em: https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/Portarias%20e%20Editais/Portaria%20n%C2%BA%20263-R,%20de%2029%20de%20novembro%20de%202023%20que%20institui%20o%20Programa%20%E2%80%9CEscola%20do%20Futuro%E2%80%9D%20no%20%C3%A2mbito%20da%20rede%20escolar%20p%C3%BAblica%20estadual%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias.pdf. Acesso em: 28 abr. 2025).

[559] Embora o documento (Anexo M) esteja com a data de 16 de agosto de 2024, o endereço eletrônico do Meesa publicou matéria intitulada "ES em Ação firma parceria com a Sedu no Programa Escola do Futuro", indicando que a assinatura teria ocorrido dia 12 de novembro de 2024. Talvez a notícia trate da cerimônia de assinatura, já que o documento apresenta assinaturas virtuais em que cada partícipe assinou em uma data diferentes (Disponível em: https://es-acao.org.br/2024/11/14/es-em-acao-firma-parceria-com-a-sedu-no-programa-escola-do-futuro/. Acesso em: 28 abr. 2025).

[560] Um dos projetos realizados no âmbito da Escola do Futuro é a "Mentoria do Bem". Segundo a notícia publicada no eletrônico oficial da Sedu, no dia 4 de setembro de 2024, "A Secretaria da Educação (Sedu), em colaboração com o Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação, iniciou, em parceria com o Instituto UNIMED, nesta quarta-feira (04), os encontros do projeto "Mentoria do Bem". O objetivo é proporcionar a estudantes da 2ª e 3ª série do Ensino Médio uma imersão no meio corporativo e em áreas diversas, preparando-os para os desafios do mercado de trabalho e fornecendo uma base sólida para seus projetos de vida" (Disponível em: https://sedu.es.gov.br/Not%C3%ADcia/parceria-entre-sedu-e-espirito-santo-em-acao-resulta-em-projeto-mentoria-do-bem. Acesso em: 30 abr. 2025).

Retomando o período de 2023, no dia 15 de março, o Meesa realizou um encontro para debater "As prioridades para a Educação e Desenvolvimento do estado", realizado, no IJSN, em Vitória. Na ocasião, estiveram presentes diretores e mantenedores do Meesa, representantes da Rede Empresarial, além de autoridades públicas, como o governador Renato Casagrande, o vice Ricardo Ferraço, o secretário Vitor de Ângelo (Sedu) e demais convidados.

O enlace entre Meesa e governo estadual, na área da educação, ganhou mais profundidade nesse terceiro mandato de Casagrande (2023-2026). Ainda em dezembro de 2022, todavia, o Meesa já reivindicava maior participação no debate sobre educação profissional, conforme se observa na entrevista realizada com o superintendente Luciano Gollner (2022b) que declarou: "[...] outra frente que a gente começa a discutir agora com mais afinco é a educação profissional. A gente precisa criar aí um arranjo público-privado para se discutir educação profissional no ES, principalmente porque ela precisa estar alinhada a demanda do mercado [...]".[561]

Dessa maneira, em 2023, o Comitê de Educação do Meesa passou a participar dos "Estudos das demandas dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) no ES", no âmbito do Grupo de Trabalho (GT) Educação Profissional e Tecnológica, lançado em Portaria Conjunta nº 001-S entre a Sedu e a Sedes, de 9 de maio de 2023,[562] com participantes vinculados ao Fórum das Entidades e Federações (FEF), o titular Rodrigo Gama, diretor de Educação do Meesa e Luciano Gollner, Superintendente da instituição. Em 2023, ocorreram 4 encontros entre os sujeitos que compõem o GT.

Em suma, o objetivo do GT é a realização do levantamento de informações a fim de identificar as demandas dos APLs do estado e, a partir daí, definir a abertura de vagas de cursos técnicos.[563] De acordo com o relatório de atividades de 2023 do Meesa (Meesa, 2023), naquele ano foram ofertadas mais de 3.000 vagas via iniciativa privada. Isso evidencia que o esforço maior empreendido foi o do fortalecimento do mercado da educação profissional e tecnológica, colocando a oferta pública dessa modalidade em segundo plano.

---

[561] "ES Brasil entrevista Nailson Bernardina e Luciano Gollner" (Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=0IiKGXaWCuA. Acesso em: 30 abr. 2025).

[562] O GT é constituído por dois representantes (titular e suplente) de cada uma das seguintes instituições/órgãos: Sedu; Sedes; Secti; IJSN; ES em Ação; Findes; Fecomércio; Fetransporte; e Faes (Disponível em: https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/001-S-CONJUNTA-SEDU-SEDES-%20composi%C3%A7%C3%A3o%20de%20Grupo%20de%20Trabalho%20-%20%20Arranjos%20produtivos%20locais,%20com%20vistas%20%C3%A0%20oferta%20de%20vagas%20de%20cursos%20t%C3%A9cnicos%20-%20DIOES%20de%2010.05.2023.pdf. Acesso em: 28 abr. 2025).

[563] "Grupo de Trabalho debate a educação profissional no ES" (Disponível em: https://es-acao.org.br/2023/06/09/grupo-de-trabalho-debate-a-educacao-profissional-no-es/. Acesso em: 28 abr. 2025).

Segundo o superintendente do Meesa, Luciano Gollner, a proposta não se restringe ao levantamento das demandas dos APLs e a oferta de cursos alinhados a tais demandas "[...], mas também propor políticas públicas que envolvam a formação profissional e o desenvolvimento do capital humano, a médio e longo prazos".[564] Nesse caso, os aparelhos privados de hegemonia empresarial correspondem à maioria da composição do GT, o que possibilita que as demandas do capital sejam tratadas de forma naturalizadas, induzindo a formulação de políticas públicas enviesadas sob a sua perspectiva. Assim, tais aparelhos privados solucionam duas questões: os ganhos corporativos de suas empresas de ensino/treinamento e o treinamento de força de trabalho. Trabalham, então, no sentido de reproduzir a lógica do mercado da formação e da formação para o mercado (Lima, 2016).

No que diz respeito ao processo de ampliação da ETIs, o Relatório de Atividades de 2023 indica que o aparelho privado de hegemonia empresarial apoiou a implantação de mais 24 ETIs na rede estadual e fez o acompanhamento de 37 escolas municipais, somando mais de 9.000 vagas, por meio da realização de treinamentos de 1.166 profissionais, somando 800 horas de formação, 56 ciclos de Acompanhamento Formativo e 75 encontros com as Equipes de Implantação. O ano de 2023 marcou também a ampliação da execução do modelo pedagógico e de gestão para mais duas redes municipais, totalizando nove.

Desse modo, o ano de 2023 marcou o aprofundamento do processo de articulação e mobilização com o município de Viana[565] e de Anchieta,[566] por meio das recém criadas Associação Empresarial de Viana (AEC) e Associação Empresarial de Anchieta (AEA). Seguindo o mesmo *modus operandi* e as etapas da implantação, o Meesa e as associações da Rede Empresarial fazem o movimento de construir o consenso com o executivo municipal, a fim de conquistar a vontade política indispensável para avançar com os seus negócios.

No caso de Viana, o acordo foi apalavrado no dia 19 de julho de 2023, na sede da Prefeitura Municipal de Viana, onde foi realizada uma reunião entre o prefeito Wanderson

---

[564] "GT dialoga a ampliação da oferta da educação profissional no estado" (Disponível em: https://es-acao.org.br/2023/07/07/gt-dialoga-a-ampliacao-da-oferta-da-educacao-profissional-no-estado/. Acesso em: 28 abr. 2025).

[565] Em 2022, o prefeito de Viana sancionava a Lei nº 3.225 aprovada na Câmara Municipal, a qual estabelecia diretrizes para a oferta de educação em Tempo Integral nas escolas públicas da rede do município (Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/es/v/viana/lei-ordinaria/2022/323/3225/lei-ordinaria-n-3225-2022-estabelece-diretrizes-para-a-oferta-de-educacao-em-tempo-integral-nas-escolas-publicas-municipais-e-da-outras-providencias. Acesso em: 29 abr. 2025).

[566] Em 2022, o prefeito de Anchieta sancionava a Lei nº 1.537 aprovada na Câmara Municipal, a qual estabelecia diretrizes para a oferta de educação em Tempo Integral nas escolas públicas da rede do município (Disponível em: https://anchieta.splonline.com.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/L15372022.html?identificador=3300370031003300 3A004C00. Acesso em: 29 abr. 2025).

Bueno (Pode), a secretária de Educação, Ângela Merícia Cavati, o secretário de Desenvolvimento Econômico e ex-presidente da AEV (2022-2023), Rafael Ottaiano,[567] e os representantes do Meesa Nailson Dalla Bernardina (diretor-presidente), Gabriel Feitosa (diretor de Formação de Lideranças), além de membros da AEV, o vice-presidente Anderson Colodetti e a secretária executiva, Aline Saar. Estiveram presentes, ainda, o superintendente do Meesa, Luciano Gollner e a coordenadora de Educação Polliana Aroeira.[568]

Na ocasião, o prefeito Wanderson Bueno (Pode) (2023) declarou que "O intuito é dar condições aos nossos alunos para que sejam profissionais de qualidade e que tenham mais oportunidades ao ingressarem no mercado de trabalho". Tal declaração revela o caráter fragmentário do modelo de educação endossado e transmitido pelo Meesa, uma pseudointegralidade comprometida exclusivamente em conformar as frações de classe e grupos subalternos às dinâmicas do capitalismo contemporâneo.

Dessa maneira, no dia 12 de março de 2024, no gabinete do prefeito de Viana, o Acordo de Cooperação nº 004/2024 (Processo Administrativo nº 21641/2023) (Anexo K), para o desenvolvimento de ações no processo de implantação e consolidação das Escolas em Tempo Integral, foi assinado entre os convenentes Município de Vitória, Meesa e AEC, respectivamente representados pelo Prefeito Wanderson Bueno (Pode), o diretor-presidente Nailson Dalla Bernadina e presidente Phillipy Cassaro Machado (2024-2025). Também marcaram presença no ato de assinatura a secretária de Educação Municipal, Ângela Merícia Cavati, o diretor de Educação, Rodrigo Gama, o superintendente, Luciano Gollner e o diretor de Relações Institucionais do Grupo Águia Branca, Bruno Pretti Chieppe.[569]

Esse processo de implementação no município de Viana ocorreu concomitante ao de Anchieta. Inclusive, as secretarias dos municípios vivenciaram algumas experiências em conjunto, como visitas técnicas e formações, em 2023.[570] A situação de Anchieta seguiu a

---

[567] Empresário e sócio da ACX Derivados de Petróleo Ltda. Presidiu a AEV na gestão 2022-2023. Saiu em março de 2023, quando saiu para assumir a Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Viana entre abril de 2023 a março de 2024 (Disponível em: https://www.linkedin.com/in/rafaelottaiano/?originalSubdomain=br. Acesso em: 29 abr. 2025); (Disponível em: https://aeviana.com.br/eleicao-da-nova-diretoria-para-o-bienio-2022-2023/#:~:text=No%20dia%2004%20de%20dezembro,de%20Rela%C3%A7%C3%B5es%20Institucionais:%20Gerson%20Foeger. Acesso em: 29 abr. 2025).

[568] "ES em Ação apoiará Viana no Tempo Integral" (Disponível em: https://es-acao.org.br/2023/07/21/es-em-acao-apoiara-viana-na-metodologia-de-tempo-integral/. Acesso em: 29 abr. 2025).

[569] "Viana assina Termo de Cooperação para o Ensino em Tempo Integral com o ES em Ação" (Disponível em: https://es-acao.org.br/2024/03/13/viana-assina-termo-de-cooperacao-para-tempo-integral-com-es-em-acao/. Acesso em: 29 abr. 2025).

[570] "ES em Ação promove intercâmbio entre secretarias de educação de Anchieta, Viana e Cachoeiro" (Disponível em: https://es-acao.org.br/2023/10/01/equipes-de-educacao-de-anchieta-e-viana-visitam-escola-de-cachoeiro/. Acesso em: 29 abr. 2025).

mesma tônica de Viana. Assim, em 16 de agosto de 2023, no gabinete do prefeito Fabrício Petri (PSB), representado pelo diretor de Educação, Rodrigo Gama, a coordenadora de Educação, Polliana Aroeira e a integrante do Comitê de Educação do Meesa, Ivete Antunes, o Meesa apresentou ao prefeito o plano de trabalho que será concretizado em conjunto com o município. Na ocasião, esteve presente também o presidente da AEA, Talles Porto (Porto Material de Construção). [571]

Essa articulação e mobilização culminou na assinatura do Acordo de Cooperação nº 003/2023 (Processo nº: 13911/2023) (Anexo L), celebrado entre o Meesa, a AEA e o município de Anchieta, por intermédio da secretaria Municipal de Educação, com o objetivo de desenvolver ações para implantar e consolidar as Escolas de Ensino Fundamental de Tempo Integral na rede municipal de Anchieta. Desse modo, o ano letivo de 2024, iniciou-se com o processo de implantação em cinco escolas do município de Anchieta, foram elas: Emeb Alcides Ceccon, Emeb São Mateus, EMEIEF Simpatia, Emeb Limeira, EMEIEF Duas Barras.[572]

De acordo com o relatório de atividades 2023, para o ano de 2024, a diretoria de Educação do Meesa havia planejado a captação de mais dois municípios para a implantação do tempo integral (Meesa, 2023). O fato é que, em 2025, apenas mais um município aparece na lista dos aderentes ao modelo de implantação do Meesa, o município de Alegre, que provavelmente ainda está na 1º etapa de implementação, visto que não encontramos informações adicionais sobre o caso.[573]

Outros projetos do Meesa foram: desenvolver o plano de universalização 100% do Tempo Integral na rede de ensino de Cachoeiro de Itapemirim; apoio do Programa Escola do Futuro; e a ampliação do número de vagas, bem como articular e fomentar políticas públicas de Educação Profissional e Tecnológica. Segundo o relatório, todos estes planos seguem em andamento (Meesa, 2023).

---

[571] "Anchieta terá apoio do ES em Ação na implementação do Tempo Integral" (Disponível em: https://es-acao.org.br/2023/08/19/anchieta-tera-apoio-do-es-em-acao-na-implementacao-do-tempo-integral/. Acesso em: 29 abr. 2025).

[572] "Relatório sobre a atuação do ES em Ação no Município de Anchieta" (Disponível em: https://anchieta.splonline.com.br/Arquivo/Documents/MetaDados/2024/08/09/20240809140604034249 2I1HQZ.pdf. Acesso em: 29 abr. 2025).

[573] "Educação em Tempo Integral: ES em Ação acompanha implementação em nove municípios capixabas" (Disponível em: https://es-acao.org.br/2025/01/08/educacao-em-tempo-integral-es-em-acao-acompanha-implementacao-em-nove-municipios-capixabas/#:~:text=A%20equipe%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20do%20ES%20em,Linhares%2C%20Serra%2C%20Viana%2C%20Vila%20Velha%20e%20Vit%C3%B3ria.&text=Desde%20ent%C3%A3o%2C%20o%20movimento%20aplica%20o%20modelo%20nos%20munic%C3%ADpios%20capixabas. Acesso em: 29 abr. 2025).

Afinal, considerando o que vimos no decorrer desse longo capítulo, inferimos que, no último triênio, o Meesa reafirmou as suas intenções de se projetar para o processo de execução da implantação da metodologia do tempo integral. Vislumbrando as redes municipais, em vista dos programas lançados pelo governo do estado (Funpaes e Proeti), o Meesa buscou formar os seus prepostos com intercâmbios e treinamentos realizados não apenas com o ICE ("Escola da Escolha"), mas também se voltou para temáticas vinculadas à educação infantil, sobretudo dedicadas a Primeira Infância (Fundação Maria Cecília Souto Vidigal) e Alfabetização na Idade Certa (Associação Bem Comum).

Outrossim, o Meesa buscou o apoio, o reconhecimento e o intercâmbio com intelectuais de grandes aparelhos privados hegemônicos do empresariado, como Priscila Cruz (TPE) e Cláudia Constin (FGV). Com efeito, projetou-se como aparelho privado hegemônico capixaba de maior notoriedade no campo educacional, figurando ou organizando eventos estaduais e nacionais e com inserções na mídia local, mantenedoras da organização. Consequentemente, passou a propagar o modelo de atuação na educação para grupos empresariais de outros estados (Gempe, Atitude Pernambuco e Associação Comercial da Bahia).

Com a rede estadual de educação, notadamente o Meesa consegue uma maior aproximação neste último triênio (2022-2025), voltando a atuar formalmente ("Escola do Futuro") e constituindo o Grupo de Trabalho de Educação Profissional e Tecnológica criado pela Sedu e Sedes, evidenciando a unidade-distinção entre aparelho privado e aparelho estatal, isto é, a constituição do Estado Integral no Espírito Santo.

Finalmente, os prognósticos de ampliação da atuação do Meesa na educação capixaba eram maiores do que de fato conseguiram galgar. Lembramos que os seus anseios do Meesa era de chegar a 2025 com até 21 redes municipais (Gollner, 2021c). Certamente, os conflitos existentes nos municípios, em relação ao cenário político, os enfrentamentos, resistências e desconfianças de algumas redes municipais de educação com o empresariado das associações da Rede Empresarial e com o Meesa e, sobretudo, as dificuldades técnicas, intelectuais, logísticas e operacionais do núcleo de Educação do Meesa, refrearam a gana pela ampliação do processo de difusão da execução do modelo nas redes municipais.

No entanto, o Meesa continua insistentemente na busca pela ocupação de espaços do aparelho estatal, procurando e criando oportunidades para fazer valer os seus interesses como se estivesse operando pelo bem comum. Dessa forma, forja o consenso diante da sociedade, ao mesmo tempo em que se articula ao aparelho estatal para influir nas normativas, regras, planos e leis que, coercitivamente, garantirão a realização dos seus projetos de classe para o estado,

conforme tem feito desde 2003 e que, atualmente, estão em processo de atualização com o "ES 500 anos".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em certas situações, a magnitude da pesquisa é sinalizada já no ponto de partida, fato que possibilita redimensionar e organizar a tarefa em tempos e esforços diferenciados. Em outras, porém, essa percepção só fica evidente mediante o enfrentamento das nuanças que compõem a própria realidade que se examina. Em outros termos, só se percebe o tamanho da empreitada no próprio desenvolvimento das análises teórico-empíricas. Este foi o nosso caso. Ao nos depararmos com os documentos e analisá-los, nossa tarefa revelou-se volumosa e mais vasta que prevíamos. Essa condição se deveu não apenas ao recorte temporal, à quantidade e variedade de documentos, mas também às determinações do objeto estudado, principalmente em virtude da complexa unidade-distinção entre aparelho privado e aparelho estatal.

Posto isso, recordamos que esta tese buscou responder à seguinte questão-problema: qual é o lugar que o Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação (Meesa) tem ocupado no campo das políticas educacionais no Espírito Santo? Quais têm sido os seus projetos para a educação capixaba e quem tem sido os seus intelectuais orgânicos nesse âmbito? Em que medida o Meesa expressa a lógica de organização dos movimentos empresariais nacionais e internacionais no campo da educação?

Para responder a esse conjunto de questões, estruturamos o trabalho em cinco capítulos. No primeiro, sob inspiração gramsciana, tratamos do processo de ascensão do neoliberalismo como intensificação americanismo, isto é, como aprofundamento dessa hegemonia no contexto da reestruturação do capitalismo global. A partir das análises de Freitas (2018), enfatizamos as influências das premissas neoliberais no processo de reforma educacional, que levaram às práticas de padronização, responsabilização, competição e, principalmente, privatizações e terceirizações de serviços educativos. Abordamos, também, os preceitos da Terceira Via de Anthony Giddens na reforma de Estado brasileiro, desde a década de 1990, e a ampliação dos mares para atuação "tubarões" do capital na educação, por meio das chamadas parcerias público-privadas (PPP). Além disso, sob o prisma dos institutos, fundações e associações, debatemos a atuação dos principais aparelhos privados de hegemonia empresarial na educação pública brasileira.

No segundo capítulo, apresentamos o objeto desta tese, o Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação (Meesa). Para isso, analisamos o contexto político-econômico de sua gênese, evidenciando a emaranhada relação entre aparelho privado e aparelho estatal desde o

ano de sua fundação, em 2003, durante o governo Paulo Hartung. Também expomos a sua estrutura, a sua organização interna e os vínculos com outras organizações (Cresce Minas, Ação Empresarial, Federação das Indústrias do Estado do Ceará e Movimento Brasil Competitivo) que inspiraram a sua constituição e o início de suas atividades. Por último, sob a base teórica gramsciana, elaboramos apontamentos iniciais sobre o processo de atuação do Meesa no estado capixaba a partir das categorias intelectual orgânico, partido, Estado Integral e bloco histórico.

No terceiro capítulo, voltamo-nos para a primeira década de atuação (2003-2013) do Meesa na educação e as suas primeiras formulações. Nesse contexto, nota-se uma atuação ainda pouco estruturada e organizada na área educacional, com o enfoque na construção de vantagens corporativas para as suas instituições mantenedoras do setor educacional, representadas pelo Sinepe-ES, com a apropriação do fundo público estadual via programas "Bolsa Sedu" e "Nossa Bolsa". Tais vantagens estavam, ainda, articuladas às demandas mais amplas do empresariado capixaba relativas ao anseio pelo desenvolvimento sustentado da economia capixaba, por meio do treinamento de força de trabalho inscritas nos Planos de Desenvolvimento do Espírito Santo "ES 2025" (2006) e na sua atualização com o "ES 2030" (2013). Tal atualização levou o Meesa a criar condições para se lançar sobre a educação básica pública, visando a melhoria dos indicadores das avaliações externas, com a intencionalidade de potencializar a geração do chamado capital humano para os seus negócios.

No quarto capítulo, analisamos o segundo momento do Meesa entre 2014 e 2018, quando se deu a consolidação das formulações dessa organização para a educação. Inicialmente, contextualizamos as disputas políticas pela operação do projeto do empresariado no seio do aparelho estatal (Paulo Hartung e Renato Casagrande). Em seguida, caracterizamos o início da atuação do aparelho de hegemonia empresarial capixaba na educação pública, por meio do Programa Coordenadores de Pais (PCP), em 2014. Esse momento também é marcado pela centralidade do preposto Aridelmo Teixeira (Fucape) à frente do Comitê de capital Humano e Inclusão Social do Meesa, bem como da criação do aparelho privado auxiliar, Instituto Fucape de Tecnologias Sociais (IFTS).

Nota-se uma proeminente readequação desse comitê às diretrizes reformuladas do ES 2030, incluindo-se demandas referentes ao treinamento de força de trabalho que desemboca na articulação para a implementação do modelo pernambucano da "Escola da Escolha" (ICE) na rede municipal de Vitória e na rede estadual de educação (Escola Viva), processos constituídos em meio a muitas contradições, caracterizados pelo choque neoliberal hartunguista e pelos movimentos contestatórios. Por fim, debatemos o triênio 2016-2019, último ato do segundo momento, quando o Núcleo de Educação do Meesa foi estruturado para iniciar o processo de

ampliação da atuação na educação pública, sob o esteio das cifras milionárias do recém-lançado Pacto pela Aprendizagem no Espírito Santo (Paes).

No último capítulo, abordamos a atuação do Meesa na educação no terceiro momento, quando há a difusão, a reprodução e execução das formulações para a educação, de 2019 a 2023. Iniciamos o capítulo com uma breve análise do contexto político capixaba das eleições de 2018 que recolocaram Renato Casagrande na operação do projeto empresarial das frações hegemônicas capixaba. Na sequência, apresentamos o processo de reestruturação do Núcleo de Educação do Meesa, que passou a ser liderado pelo executivo de Educação Luciano Gollner. Nessa ocasião, há uma ampliação precarizada da equipe de consultores que começaram a atuar no projeto de execução da implantação do modelo de Escolas em Tempo Integral via transferência de metodologias pedagógicas e de gestão importadas do ICE.

Discutimos, ainda, sob a perspectiva gramsciana, a atuação dos intelectuais orgânicos do Meesa, a divisão social do trabalho entre eles, os limites de sua atuação, bem como indicamos a presença de tubarões (ICE, ABC, TPE etc.) subsidiadores das formulações utilizadas pelo Núcleo de Educação do aparelho privado de hegemonia empresarial capixaba. Vimos ainda que, embora o Meesa conte com os seus intelectuais orgânicos mais proeminentes, os conselheiros-fundadores da organização, a atuação do movimento mais potente é a de intelectual orgânico coletivo, visto que é responsável por elaborar e difundir ideias, bem como construir unidade e estratégia de classe. Nesse sentido, o Meesa assume a função de partido (sentido amplo), ao tornar-se instrumento de direção política, moral e intelectual das frações empresariais que disputam e dominam a hegemonia no *bloco no poder*.

Em seguida, analisamos o projeto piloto realizado em Cachoeiro de Itapemirim, dentro do plano de difusão do Meesa para as redes municipais, com o auxílio das associações da Rede Empresarial. Percebe-se, desde então, uma a estruturação formal de três eixos de ação do Meesa na área educacional: eixo de Mobilização e Engajamento, com a promoção de debates, encontros, eventos e abertura de diálogo com as redes públicas de educação, além da criação da Rede pela Qualidade da Educação; o eixo de Monitoramento e Articulação, caracterizado pelo apoio e articulação e supervisão às redes públicas de ensino na adoção políticas educacionais sob a base empresarial, como nas relações mediadas com o "Programa de Formação de Lideranças" (Ensina Brasil) e o Programa Educar pra Valer (ABC e Fundação Lemann); e o eixo de Execução.

Este último eixo, de execução, é o grande diferencial dessa terceira fase do Meesa, no qual se observa o esforço de ocupação dos espaços nas redes municipais de educação, tendo em vista os recursos do Paes e do Proeti repassados pelo estado do ES às prefeituras. Para isso, o

Núcleo de Educação do Meesa buscou o intercâmbio e formações com aparelhos privados que deram suporte na empreitada de se lançar para o ensino infantil e fundamental, como a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal e a Associação Bem Comum. Além disso, o Meesa procurou visibilidade diante de grandes tubarões, como o TPE. Assim, conseguiu projetar-se como organização modelo para outras frações de classe de outros estados (MT, GO e BA).

Analisamos, também, o processo de articulação, mobilização e implantação do modelo pedagógico e de gestão do ICE na prefeitura de Vila Velha e a expansão para outras redes municipais, como Cariacica e Aracruz (2021), Serra e Linhares (2022) e Viana e Anchieta (2023), induzindo-as a se transformarem em *Shark Tanks*, em virtude da racionalidade privatista incutida ou reforçada pelo Meesa. Expomos e analisamos o Programa de Implantação das Escolas em Tempo Integral e as suas contradições, assim como as etapas de implementação. Por fim, enunciamos o fim do último triênio (2022-2025), o processo de reaproximação formal entre o Meesa e a rede estadual, com a participação do aparelho privado de hegemonia empresarial no GT Educação Profissional e Tecnológica, criado pela Sedu e Sede, e no âmbito do programa "Escola do Futuro", ao mesmo tempo em que se esmera para se difundir para mais redes municipais, dentro dos seus limites e das contradições no âmbito de cada município/rede.

Numa visão panorâmica, os documentos analisados indicam que o Meesa conseguiu galgar níveis de intervenção na educação desde a sua gênese. Se inicialmente a sua abordagem era explicitamente corporativa, ao longo dos anos, conseguiu construir o consenso em prol do Plano de Desenvolvimento do ES. Isso facilitou a sua atuação no campo educacional, pois se empenhou em advogar a ideia de trabalho "voluntário" do empresariado para o bem comum. Desde então, vem ampliando a ocupação privilegiada junto aos aparelhos estatais.

Especialmente, a partir de 2014, depois da reelaboração do Plano de Desenvolvimento do ES (ES 2030), o Meesa se lançou sobre a educação básica pública e, em 2015, esteve à frente do Programa Escola Viva mediando a relação com o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE) com o governo Hartung (MDB). Tal projeto "[...] representou a antecipação da Reforma do Ensino Médio no contexto capixaba, posto que estava em consonância com a Medida Provisória n.746/2016 e a Escola Viva de São Pedro, em Vitória, foi utilizada para a gravação da propaganda da reforma veiculada pelo Governo Federal" (Leal; Lima, 2024, p. 66-67). Em 2019, já no governo Casagrande (PSB), a Sedu organizou o "Novo Ensino Médio" no esteio das atividades diversificadas da experiência do Programa Escola Viva, a saber: Projeto de Vida, Estudo Orientado e Eletivas (Silva; Ferreira; Santos, 2021).

Concordamos com os trabalhos que indicam que o Programa Escola Viva antecipou a contrarreforma do ensino médio de Temer no contexto capixaba (Lima; Sperandio; Costa, 2020;

Leal; Lima, 2024), assim como ocorrera anteriormente em Pernambuco, com a sua especificidade local. De fato, esse modelo de educação incutido nesse projeto tem sido proposto por frações da burguesia brasileira, por meio dos seus aparelhos privados de hegemonia empresarial e os seus respectivos intelectuais orgânicos e "aguardava" brechas históricas para sua disseminação. Com o golpe contra Dilma Rousseff (PT), abrem-se espaços para a universalização de tal projeto empresarial para toda a nação. No Quadro 16 do capítulo 4 desta tese, indica-se o exponencial aumento dos estados que aderiram ao modelo do ICE após 2016.

Antes desse *boom*, os estados de Pernambuco e Espírito Santo funcionaram como laboratórios desse modelo, visto que as especificidades políticas e econômicas locais propiciaram essa antecipação. Com a usurpação da presidência efetivada por Temer (MDB), consegue-se generalizar o projeto do empresariado para todo o país. Naquele contexto, o alvo principal das proposições e ações da burguesia nacional e internacional foi o ensino médio, com a Lei 13.415/2017. Mas não se tratou de um projeto endereçado apenas a última etapa da Educação Básica. Nele se sintetiza o projeto empresarial de educação voltado para a classe trabalhadora brasileira que tem, no ensino médio, o seu limite máximo de formação.

Corroboramos as reflexões e conclusões realizadas por Ramos e Frigotto (2023) de que a contrarreforma do ensino médio (Lei nº 13.415/2017) e a BNCC (2017) configuraram uma dupla traição aos jovens da escola pública, haja vista as suas intencionalidades de destruir os avanços e possibilidades criadas no início do primeiro mandato de Lula da Silva (PT) pelo Decreto 5.154/2004, que previa a retomada do ensino médio integrado sob os fundamentos do trabalho, da ciência e da cultura como horizonte para uma formação *omnilateral*. Aliás, os governos petistas de Lula e Dilma, entre 2004 e 2016, foram guiados pela lógica da conciliação de classes, mas conseguiram assegurar alguns avanços significativos nas políticas sociais.

Contudo, os mesmos governos que criaram meios para tais possibilidades educacionais também fortaleceram a participação do empresariado na educação brasileira, conforme demonstramos no capítulo 1. No contexto de crise do capital e o seu acirramento no Brasil, frações desse mesmo empresariado nacional, as quais não suportavam os mínimos avanços dos governos petistas (Ramos; Paranhos, 2022), encaminharam, via seus representantes legislativos, o golpe contra Dilma, em 2016. A partir daí, nota-se uma regressão da política educacional às propositivas fragmentárias e dualistas da era FHC (PSDB) dos anos 1990.

Desse modo, destruiu-se "[...] a possibilidade da educação integral e de acesso ao patrimônio científico, cultural, social, ético, político, produzido pela humanidade" (Ramos; Frigotto, 2023, p. 247) para os jovens filhos da classe trabalhadora aos quais se destina o "[...]

acesso ao ensino médio mínimo, com uma formação mínima, para uma vida igualmente mínima" (Ramos; Frigotto, 2023, p. 237).

Ocorre, então, um violento sequestro do conhecimento da juventude da escola pública brasileira, cujo projeto de ensino médio que poderia criar condições aos filhos da classe trabalhadora pensar no acesso à universidade como uma realidade factível é substituído por uma política educacional de formação em que o ensino médio é a sua finalidade máxima, seu ponto máximo. Entretanto, nem tal finalidade pode ser atingida por todos os jovens, em função do Programa de Fomento à Implementação de Escolas em Tempo Integral, criada pela Medida Provisória nº 746/2016, convertida na Lei nº13.415/2017, que opera com a universalização do ensino médio por meio da ampliação da jornada escolar sem considerar a realidade concreta do jovem trabalhador e das necessidades básicas das classes e grupos subalternos (Lima; Maciel, 2022).

O objetivo incutido nesse tempo ampliado da jornada escolar inscreve-se na lógica do foco nos resultados, por meio do reforço das disciplinas de português e matemática visando avaliações de larga escala. Rebaixa-se o currículo, desnutrindo-o de disciplinas que trabalham dimensões científicas, sociológicas, filosóficas e estéticas, ao passo em que ofertam os chamados componentes diversificados voltados à adaptação da juventude à sociabilidade burguesa contemporânea (Ramos; Frigotto, 2023).

No Espírito Santo, analisamos esse movimento precoce mediado pelo Meesa inicialmente, junto com o aparelho estatal estadual e, posteriormente, ampliando-se para as redes municipais. O processo de formações pedagógicas realizados pelo ICE e pelo núcleo de educação do Meesa nessas redes colocaram, nas redes capixabas, a metodologia de "Rotinas Pedagógicas" para as disciplinas de português e matemática. Trata-se de uma intervenção vertical e autoritária das secretarias de educação que indicam um cronograma de aulas com metodologias e os conteúdos mínimos que devem ser seguidos e ministrados pelos docentes no dia a dia escolar, buscando minar a liberdade de cátedra instituída na CF 1988 e na LDB (1996) e a autonomia do professor no processo intelectual de planejamento pedagógico (Oliveira, 2025).

Não bastasse isso, no caso da rede estadual do ES, os estudantes ainda são expostos a Avaliações de Monitoramento da Aprendizagem (AMA), trimestralmente, desde 2023. Tal avaliação foi imposta à rede como instrumento avaliativo obrigatório, correspondendo a 1/3 da nota do trimestre. O seu objetivo é a preparação dos estudantes para as avaliações do Sistema Nacional de Avaliação Básica (Saeb) e do Programa de Avaliação da Educação Básica do

Espírito Santo (Paebes). Assim, “os resultados da avaliação suplantam a importância da própria formação” (Ramos; Frigotto, 2023, p. 230).

Portanto, essa formação advogada pela burguesia do Brasil, reverberada pelas frações empresariais capixabas, que se autopromove como uma “educação integral”, na verdade, refere-se a uma pseudo-integralidade. Reduz-se “[...] o conceito de formação integral ao desenvolvimento dos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais” (Ramos; Paranhos, 2022, p. 84), conduzindo a práticas espontaneístas e desprovidas de criticidade que, por sua vez, servem ao conformismo dos estudantes da rede pública à sociabilidade do capital.

Nesse caso, essa pseudo-integralidade se assenta em uma unilateralidade formativa amesquinhada, direcionada aos interesses da classe dominante e, por isso, esterilizadora do processo de enriquecimento do ser humano, antagonicamente distinta daquela possibilidade de horizonte formativo inscrita na concepção do ensino médio integrado. Pois nela vislumbrava-se como guia “[...] a emancipação de todo ser humano e do ser humano inteiro, sem hierarquia de faculdades e capacidades humanas; faculdades e capacidades humanas cultivadas e valorizadas em sua diversidade e complementaridade” (Della Fonte, 2020, p. 131).

De acordo com Ramos e Paranhos (2022, p. 73), “[...] a BNCC do ensino médio foi o ponto alto da retomada da pedagogia das competências que orientou as reformas curriculares em vários países e no Brasil, nos anos de 1990, com elementos de renovação ideológica representados na ênfase à ‘dimensão socioemocional’”. Diante dessa conjuntura de reatualizações, Saviani (2010) aponta as dificuldades em caracterizar o pensamento e as tendências pedagógicas contemporâneas no Brasil, pois, sob o clima cultural pós-moderno e a consequente desconfiança da razão e das metanarrativas, a ciência que outrora era objeto de desejo no campo pedagógico, tornara-se motivo de suspeita.

A ironia do recuo teórico que utiliza de prefixos “pós” ou “neo” para transformar o velho em novo tem base material firmada no processo de reestruturação produtiva e crise do capital. Em resumo, no Neoprodutivismo, refuncionaliza-se a Teoria do Capital Humano que passa a responder às demandas neoliberais de empregabilidade que, por seu turno, orientou o resgate e a ressignificação do lema escolanovista “aprender a aprender”, que inspirou o delineamento das bases didático-pedagógicas sem rigor científico e conceitual (Neo-escolanovismo). Por fim, o Neoconstrutivismo passou a esvaziar o caráter cognitivo do construtivismo, elidindo a busca pela verdade, ao mesmo tempo em que se funde ao neopragmatismo e reivindica a “pedagogia das competências” como mecanismos de adaptação do sujeito ao mundo natural (competências cognitivas) e ao mundo social (competências afetivo-emocionais). Dessa fusão, objetiva-se

atribuir aos indivíduos comportamentos flexíveis ajustados à dura realidade de um mundo sem garantia de emprego e de sobrevivência (Saviani, 2010).

Nesse sentido, a partir da reflexão de Saviani, entendemos que, apesar da dificuldade de caracterizar as tendências pedagógicas contemporâneas, reconhecemos dois relevantes pontos: primeiro, o processo de renovação e atualização de antigas defesas pedagógicas passam a ser readequadas ao novo contexto político-econômico; e segundo, há uma profunda conexão entre essas tendências de cunho não crítico, as quais criam aspectos de complementaridade que compõe o projeto hegemônico burguês para a educação.

Dessa maneira, as análises empreendidas no decorrer da pesquisa levam-nos a inferir que os projetos formativos com viés empresarial demonstram como essas tendências pedagógicas contemporâneas não críticas têm se mesclado e se materializado como políticas públicas de educação. O modelo pedagógico concebido pelo ICE, absorvido pelo núcleo de educação do Meesa e transmitido às redes públicas de educação capixaba, ilustra bem isso, na medida em que se ancora em premissas pós-modernas que coadunam elementos do neoprodutivismo (enfoque no Projeto de Vida e no Protagonismo Juvenil), do neo-escolanovismo (centrado no "aprender a aprender", na experimentação e nas metodologias ativas) e do neoconstrutivismo (Pedagogia da Presença).

As políticas públicas educacionais embebidas pela lógica empresarial tem reproduzido, ainda, o mantra dos organismos internacionais de "decisões baseadas em evidências", calcadas em correlações parciais e simples entre dados quantitativos estabelecidos por um grupo eleito como especialista a fim de influir nas políticas setoriais (Pronko, 2015).

Desse modo, a chamada "educação baseado em evidências", expressão que tem se tornado senso comum nas secretarias de educação, orienta-se pelos interesses de classe, fundamentando-se na lógica neoprodutivista de alardear dados estatísticos, com o intuito de legitimar os seus próprios projetos para a educação pública. Ao mesmo tempo, consegue radicalizar a adoção de medidas neoliberais no âmbito das redes públicas, sob o amparo de uma racionalidade instrumental que subordina a "ciência" aos interesses do capital (Minto, 2023).[574]

Recordamos, também, que as políticas encampadas pelo empresariado brasileiro na educação estão em fina sintonia com diretrizes de Organismos Internacionais. Tanto no que diz respeito às avaliações em larga escala e no endosso às ditas competências socioemocionais

[574] Minto (2023) elaborou uma crítica ao movimento "Educação Baseada em Evidência" (EBE). Para o autor, vários aparelhos privados de hegemonia atuam na educação imbuídos da legitimidade conferida pelo EBE, são eles: Instituto Alfa e Beta; Instituto Ayrton Senna; Rede Nacional de Ciência para a Educação (CpE); Fundação Lemann; e Todos pela Educação.

(OCDE) (Ramos; Magalhães, 2022), quanto no que concerne ao processo de descentralização e municipalização do ensino fundamental, na promoção dos processos de privatização e terceirização, bem como da desregulamentação da gestão escolar e nas alterações da legislação educacional (Banco Mundial) (Minto, 2006).

Nesse aspecto, em meio a contradições – dominação e luta –, ao se integrar aos aparelhos privados de hegemonia empresarial, aos seus intelectuais orgânicos e ao se apropriar das formulações e das políticas forjadas no núcleo interno das frações de classes dominantes, o aparelho estatal trabalha no sentido de educar o senso comum, garantindo a ampliação das propostas, ideias e políticas classistas a tal ponto que aparentam ser universais. Esse processo, portanto, é concebido por uma educação que gera a subordinação da classe e de grupos subalternizados à lógica da reprodução capitalista.

Compreendemos que a burguesia nacional tem se organizado de diversas maneiras para incidir nas políticas públicas e garantir a sustentabilidade dos seus negócios, rendimentos e projetos. Então, organizam-se: nas tradicionais federações representativas de segmentos específicos, como indústria (Findes, Fiesp, Firjan etc.), comércio (Fecomércio), transportes (Fetransportes) e outras; nos institutos, fundações e associações vinculados à pretensa "responsabilidade social", como no caso do Instituto Natura, Instituto Ayrton Senna, Fundação Lemann etc); e nos grupos, coletivos e movimentos temáticos, a exemplo do Todos Pela Educação e do Movimento Escola Sem Partido.

O Meesa, desde a sua gênese, buscou ampliar a posição setorial das federações e passou a catalisar várias frações empresariais de ramos distintos a fim de superar divisões internas para alcançar um objetivo superior de classe. Ao longo dos seus 20 anos, conseguiu ditar os rumos político-econômicos capixaba por intermédio dos Planos de Desenvolvimento do ES (ES 2025, ES 2030 e ES 500 Anos). Além disso, agregou várias facetas das formas de organização empresarial, articulando a representação político-econômica empresarial, encoberta com o verniz da "responsabilidade social" e da defesa do bem comum, com o objetivo explícito de intervir em diversas frentes das políticas públicas.

As recorrentes visitas, elogios e intercâmbios que o Meesa tem recebido de outros aparelhos privados de hegemonia empresarial locais (MT, PE e BA) e de intelectuais orgânicos dos grandes tubarões (Priscila Cruz do TPE e Cláudia Constin da FGV) indicam que seu modo de atuação desenvolvida expressa um novo *modus operandi* possível de ser apropriado por outras organizações de classe. Em outros termos, ao responder especificidades locais, o Meesa ilustra a existência do Estado Integral em uma nova experiência entre sociedade civil e sociedade política que, tendencialmente, amplia, sobremaneira, a hegemonia burguesa.

Os dados analisados revelam, também, que, em tempos mais recentes (2019-2023), no que concerne à educação, o Meesa se efetivou como forte agente na formulação de políticas educacionais nas redes municipais, onde passou a operacionalizar a implementação do modelo pedagógico e de gestão, haja vista que os decretos, as normativas e as leis aprovadas e sancionadas precisam estar em sintonia com a formatação do modelo do ICE transferido pelo Núcleo de Educação do Meesa para tais redes.

Inferimos que, nesse processo de difusão pelas redes municipais, o papel das associações da Rede Empresarial foi/tem sido imprescindível para dar capilaridade ao movimento, principalmente no que tange à articulação e mobilização política, isto é, no processo de convencimento dos prefeitos e secretários de educação, instâncias centrais na forma de atuação do movimento. Acrescenta-se a mobilização pelos meios de comunicação locais e redes sociais próprias, como ferramentas de construção do consenso diante da sociedade, o que não exclui as contradições e conflitos, bem como os mecanismos de coerção estatal, como no caso dos decretos que instituem os programas de ETI. A construção de uma Rede Empresarial dotada de associações regionais articuladas ao Meesa dá profundidade e extensão ao empresariado capixaba no processo de consolidação hegemônica.

A tática de mobilização e articulação efetivada pelo Meesa e pelas associações afiliadas à Rede Empresarial se baseia em uma postura sedutora-agressiva, pois não há repasses de recursos públicos para as consultorias e demais ações do núcleo de Educação do aparelho privado. No entanto, ao controlar a metodologia pedagógica e de gestão que será implantada na rede pública, o Meesa ataca indiretamente o direcionamento dos recursos públicos do Paes e do Proeti, criando condições para se criar um mar de oportunidades aos tubarões da educação, um verdadeiro *Shark Tank*.

Embora os termos de cooperação assinados com estado e municípios enfatizem o não repasse de dinheiro público para o Meesa e demais associações, devemos lembrar que os recursos advêm de empresas mantenedoras que usufruem de mecanismos de benefícios e renúncias fiscais. Um desafio suscitado por esta pesquisa é o escaneamento das renúncias fiscais concedidas às empresas mantenedoras do Meesa, sobretudo aquelas que aparecem como principais doadoras para os projetos educacionais, como ArcelorMittal, Grupo Águia Branca, Samarco, Sicoob, Vale S.A. e outras.

Uma proposta dessa natureza enfrentaria desafios. Desde 2015, o estado capixaba convive com grandes mistérios referentes aos benefícios, isenções e renúncias fiscais, em função da Emenda Constitucional nº 103/2015 que revogou o Art. 145 da Constituição Estadual do ES, o qual obrigava o poder público do estado e dos municípios, no prazo de 180 dias após

o encerramento do exercício financeiro, a publicizar informações pertinentes aos benefícios e incentivos fiscais concedidos, bem como isenções ou reduções de impostos, indicando os beneficiários e o montante reduzido ou dispensado.[575]

Sabemos que essas grandes empresas mantenedoras do Meesa apresentam ganhos bilionários, como no caso da ArcelorMittal, Samarco, Sicoob e Vale. Conforme demonstramos no capítulo 5, a média anual de valores doados para os projetos de educação para arcar com as consultorias fica em torno de R$500 mil, valor irrisório se considerarmos, tanto os lucros bilionários obtidos anualmente, quanto as renúncias fiscais também bilionárias.[576] Essa constatação remove qualquer verniz de "responsabilidade social" e interesse pelo bem comum, pois opera-se com um recurso ínfimo que circula dentro do próprio movimento e para os objetivos da própria classe.

Enfim, as análises empreendidas ao decorrer desta tese possibilitaram a visualização de um amplo campo para futuras pesquisas. Na área educacional, sob o enfoque do empresariamento da educação e no âmbito da expansão da atuação do Meesa para as redes municipais, notamos que, em cada processo de mobilização, articulação e assédio frente às secretarias, há particularidades que só podem ser captadas enfrentando-as de maneira aproximada. Assim, a relação entre a Amear e o aparelho estatal de Aracruz contém elementos inerentes à realidade local, à economia, à cultura e à política que precisam ser considerados sob a orientação da totalidade. Esse procedimento analítico deve servir para as demais adesões municipais realizadas pelo Meesa no processo de ampliação das Escolas em Tempo Integral (Alegre, Anchieta, Cariacica, Linhares, Serra, Viana e outras que vierem a aderir).

No que se refere à especificidade das políticas educacionais, abre-se o horizonte de pesquisas focadas nas análises dos decretos, leis e normativas instituídas nas secretarias de educação que aderiram o modelo mediado pelo Meesa, bem como nos contextos de suas construções parlamentares e executivas, considerando as tensões entre aparelhos privados e aparelho estatal na construção do aparato legal.

Outra possibilidade de pesquisa assenta-se sobre a realidade escolar nas unidades que foram palco da implementação do modelo transferido pelo Meesa. Captar as contradições

---

[575] (Disponível em: https://www3.al.es.gov.br/arquivo/documents/legislacao/html/coe11989.html. Acesso em: 6 maio. 2025).

[576] Segundo o jornal O Globo, em 2023, o lucro líquido da Vale S.A. foi de R$39,940 bilhões (Disponível em: https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/02/22/vale-registra-lucro-de-us-7983-bi-em-2023-queda-de-52percent-enquanto-comando-segue-indefinido.ghtml. Acesso em: 6 maio 2025). De acordo com o relator do TCU, a Vale S.A. se beneficiou com R$19,2 bilhões em renúncias fiscais, em 2023 (https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/tcu-faz-alerta-sobre-legitimidade-de-renuncias-fiscais-e-cita-32-novos-beneficios-so-em-2023/. Acesso em: 6 maio 2025).

internas, os discursos dos sujeitos, os possíveis conflitos, enfrentamentos e resistências é uma tarefa que contribuiria muito para a compreensão do lugar do magistério nesses processos.

Afinal, visualizamos as instituições de formação de liderança vinculadas ao Meesa e à Rede Empresarial como um amplíssimo campo para novas pesquisas. A começar pelo Instituto Líderes do Amanhã (ILA), formador de prepostos que atuam nas empresas mantenedoras, nos aparelhos privados e no aparelho estatal. Mapear as premissas, as diretrizes, a evolução dos ciclos formativos, as interrelações e intercâmbios com outros institutos nacionais e internacionais, e os espaços de privilégios no aparelho governamental corresponde a uma tarefa premente para compreender as particularidades de como os dominadores criam condições para a manutenção do seu domínio.

Adiciona-se, também, a Rede de Formação de Institutos de Lideranças, dirigida pelo ILA com a intenção de atender a demanda de formação de intelectuais orgânicos às associações da Rede Empresarial e de aprofundar a capilaridade do empresariado regionalmente e, por fim, o Be Leader voltado para a oferta de formação intelectual aos associados da Rede e da comunidade, com enfoque no empreendedorismo e na formação política.

Enfim, contemplamos ainda o processo de reformulação do Plano de Desenvolvimento do ES (ES 500 Anos) iniciado em 2024 e programado para ser terminado em 2025 que, no seu andamento, pode conter atualizações e adições sobre as percepções e formulações do empresariado sobre a temática educacional que precisam ser acompanhadas e estudadas.

Ao dialogar com Gramsci, Frosini (2020, p. 78) aponta que o poder burguês no contexto do Estado moderno "[...] resulta de um equilíbrio em constante mudança entre a inclusão do povo no Estado e o controle de sua vida em todos os aspectos, para que o povo não conquiste o protagonismo político que lhe é ambiguamente pelo outro lado". Traduzindo para o tempo presente e diante do movimento de aproximação com a realidade concreta efetivado nas análises dos documentos, compreendemos que o maior desafio no campo educacional capixaba é o do enfrentamento, da resistência e da luta política contra a hegemonia burguesa que atravessa toda a tecitura societária.

O cenário perturbador em que se encontra o magistério brasileiro, no geral, e o capixaba, no específico, com o sequestro das redes escolares pelos "tubarões" do capital, tem tornado o trabalho docente mais difícil. Os mecanismos de vigilância têm se intensificado, os espaços para liberdade e autonomia têm se estreitado, o tempo destinado ao planejamento docente tem sido ocupado por formações institucionais que visam direcionar o olhar dos professores para os resultados das avaliações externas e para metodologias vazias, em detrimento do processo de formação humana dos sujeitos históricos. Tudo isso, somado à burocratização da docência

(planilhas, formulários, sistemas etc.) e ao choque de gestão empresarial implementados nas unidades de ensino, tem tornado o ambiente escolar mais árido e menos humanizado, contribuindo para o esvaziamento do sentido do trabalho docente e no consequente adoecimento[577] da categoria ou no abandono da carreira.[578]

Entretanto, se o pessimismo deve orientar a nossa razão, unicamente para não negligenciarmos ingenuamente a realidade concreta profundamente contraditória, o otimismo da vontade deve orientar a posição de luta travada pelo magistério e por toda a classe trabalhadora. Assim, sob a orientação de Gramsci (2023, p. 78), precisamos adotar a palavra de ordem: "Preparar-se e preparar" enquanto coletividade, enquanto classe.

A nosso ver, o significado dessa palavra de ordem se expande do reconhecimento do terreno desfavorável, das particularidades do *modus operandi* burguês, das suas estratégicas e táticas, dos nexos classistas presentes em suas formulações/propostas/políticas, passa pela identificação das trincheiras, dos espaços, das brechas e limites existentes no campo de batalha e articula-se à preparação das armas do combate, ou seja, ao processo de formação teórico-prática dos intelectuais orgânicos, isto é, a formação moral e intelectual da classe trabalhadora, indispensável à efetivação da guerra de posição[579] na disputa por um novo senso comum, por uma nova hegemonia.

Portanto, a guerra de posição é uma exigência concreta relacionada às forças sociais em conflito. Assim, está contida na sociedade civil tanto os maiores empecilhos à superação da sociedade burguesa (os aparelhos privados de hegemonia da classe dominante), quanto à possibilidade de luta e construção de um novo senso comum por parte dos grupos subalternos e da classe trabalhadora.

---

[577] "ES: a cada três horas, um professor pede licença por problemas psicológicos. Ansiedade e depressão estão entre os motivos de afastamento" (Disponível em: https://encurtador.com.br/1Muxl. Acesso em: 7 maio. 2025).

[578] "Oito em cada 10 professores já pensaram em desistir da carreira" (Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2024-05/oito-em-cada-dez-professores-ja-pensaram-em-desistir-da-carreira. Acesso em: 7 maio 2025).

[579] Concordamos com Galastri (2019) ao nos contrapormos à interpretação reformista dada aos escritos de Gramsci, que coloca a guerra de posição como única possível no horizonte de lutas sociais. Tal linha argumentativa culturalista atribui à Gramsci a exclusividade de uma estratégia de luta institucionalizada, dentro da ordem, com graduais e lentas transformações. Contudo, dadas as condições de resistência e complexidade das trincheiras e fortificações, a guerra de posição é uma exigência concreta relacionada às forças sociais em conflito. Portanto, a guerra de movimento não é suspensa, mas sim reduzida, pois "A verdade é que não se pode escolher a forma de guerra que se quer, a menos que se tenha imediatamente uma superioridade esmagadora sobre o inimigo [...]" (Gramsci, 2022, v. 3, C13, § 24, p. 72). A guerra de movimento é inescapável no horizonte revolucionário entendido por Gramsci.

Cientes de que "[...] é possível prever 'cientificamente' apenas a luta, mas não os momentos concretos dela, que não podem deixar de ser resultados de forças contrastantes em contínuo movimento" (Gramsci, 2022, v. 1, C11, § 15, p. 122), compreendemos que a previsão só pode se traduzir como a criação de uma vontade coletiva e da direção histórico-política. Assim, ao passo em que se atua na luta, coopera-se, de forma concreta, para engendrar o resultado previsto, sendo a previsão entendida como "[...] expressão abstrata do esforço que se faz, o modo prático de criar uma vontade coletiva" (Gramsci, 2022, v. 1, C11, § 15, p. 122).

A partir de Gramsci, apreendemos que a "realidade efetiva" deve ser compreendida como "[...] uma relação de forças em contínuo movimento e mudança de equilíbrio" (Gramsci, 2022, v. 3, C13, § 16, p. 35), de tal modo, desvinculamo-nos do realismo político mecanicista, que compreende a "realidade efetiva" apenas no âmbito do "ser", ao mesmo tempo em que nos afastamos de interpretações espontaneístas, a fim de entender o "dever ser" como "[...] algo concreto, ou melhor, somente ele é interpretação realista e historicista da realidade, somente ele é a história em ato e filosofia em ato, somente ele é política" (Gramsci, 2022, v. 3, C13, § 16, p. 35).

Ao preservar a unidade-distinção entre sociedade civil e sociedade política e, com isso, vinculando o Estado Integral "[...] dialeticamente às dinâmicas político-culturais-hegemônicas da sociedade civil" (Semeraro, 2006, p. 166), Gramsci aponta o horizonte do alvorecer de um Estado-nacional-popular, fruto da "vontade coletiva nacional-popular" (Gramsci, 2022, v. 3, C13, § 1, p. 18). Tal concepção de Estado, concebida com caráter nacional-popular, coloca a ênfase no povo, nas classes subalternas, mediadas pelos seus intelectuais orgânicos para "[...] criar o terreno para um novo desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular no sentido da realização de uma forma superior e total de civilização moderna" (Gramsci, 2022, v. 3, C13, § 1, p. 18).

Trata-se, então, da elaboração do poderoso sentimento nacional-popular dostoievskiano,[580] no qual é tomada a "Consciência de uma missão dos intelectuais diante do povo, que talvez seja 'objetivamente' constituído por 'humildes', mas deve ser libertado desta 'humildade', transformado, regenerado" (Gramsci, 2022, v. 6, C, § 3, p. 18). Assim, com vistas a criar um "bloco nacional-popular" (Gramsci, v. 5, C9, § 55, p. 254) entre intelectuais orgânicos e povo-nação, estabelece-se "[...] uma adesão orgânica, na qual o sentimento-paixão torna-se compreensão e, desta forma, saber (não de maneira mecânica, mas vivida), só então a

[580] Gramsci faz referência à expressão utilizada por Fiódor Dostoievski, título do romance "Humilhados e ofendidos" (Gramsci, 2014, v. 6, C 21, § 3, p. 30).

relação é de representação [...], isto é, realiza-se a vida do conjunto, a única que é força social; cria-se o ‘bloco histórico’” (Gramsci, 2022, v. 1, C11, § 67, p. 223-224).

Finalmente, se, no agitado mar da história poetizado por Maiakóvski (1987), os tubarões metaforizados por Brecht (2013) têm efetivado os seus domínios na educação, faz-se urgente que os peixes pequenos se auto-organizem, ocupem os espaços educativos e formativos para ensinar-aprender sobre a história dos mares revoltos e a sua constituição, a fim de desnaturalizar o domínio dos tubarões e de compreender as suas armadilhas de predador, bem como criem estratégias e táticas de enfrentamento, em cardume, contra os tubarões. Somente assim, o cardume pode atravessar as ondas do mar da história, rompendo-as como uma quilha rumo à plena emancipação.

REFERÊNCIAS

ADLER, Elisa. **Impactos e Resultados do ES em Ação**. (transcrição da fala). 2021, Vídeo (6min31s). Canal: Espírito Santo em Ação. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=bFC1G2XYnqA&t=190s. Acesso em: 13 abr. 2025).

ALIGHIERI, Dante. **A divina comédia**. Trad. Eugênio Vinci de Moraes. Porto Alegre: L&P, 2018.

ÂNGELO, Vitor. **Educação em Tempo Integral**: Meta 6 do Plano Estadual de educação. (transcrição da fala). 2021a: Vídeo (2h11min43s). Canal: IJSN. (Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=xTUJO2bC5tg. Acesso em: 14 abr. 2025).

ÂNGELO, Vitor de. **Educação em Tempo Integral no Espírito Santo**. (transcrição da fala). 2021b. Vídeo (2h35m35s). Canal: IJSN. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=otEM5BJC20A. Acesso em: 15 abr. 2025.

AROEIRA, Polliana. Declaração. **ES em Ação realiza ciclo Formativo nas Escolas em Tempo Integral**. 2022. Disponível em: https://es-acao.org.br/2022/07/02/es-em-acao-realiza-ciclo-formativo-nas-escolas-em-tempo-integral/. Acesso em: 24 abr. 2025.

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (ADUFES). Adufes assina manifesto dos capixabas à sociedade brasileira contra a mercantilização da educação. ADUFES, 08 jun. 2018. Disponível em: https://wp.adufes.org.br/2018/06/adufes-assina-manifesto-dos-capixabas-a-sociedade-brasileira-contra-a-mercantilizacao-da-educacao/. Acesso em: 5 mar. 2025.

ALVES, Juliane Aguilar de Castro; FERRAZ, Fernando Toledo; KAMEL, José Augusto. Gestão do Investimento Social Privado em Projetos de Desenvolvimento Local- O Caso de uma Escola de Turismo no Estado do Espírito Santo. **Sistemas & Gestão**. v. 7, n. 2, p. 262-273, 2012. Disponível em: < https://www.revistasg.uff.br/sg/article/view/V7N2A9> Acesso em: 21 nov. 2021.

ALVIM, Valdir. (2004). Neoliberalismo, globalização e americanismo: as estratégias dos organismos financeiros multilaterais. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 7, n. 1, p. 99-110, 2004. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/6923. Acesso em: 16 maio 2024.

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. Campinas: Autores Associados, 2005.

AEQUUS CONSULTORIA. Finanças do estado do Espírito Santo: do Plano Real à crise de 2009. Vitória, 2010. Disponível em: http://aequus.com.br/cartilhas/livro%20financas%202010%20ES.pdf. Acesso em: 8 jun. 2024.

ARAÚJO, Gilda. Federalismo cooperativo e arranjos de desenvolvimento da educação: o atalho silencioso do empresariado para a definição e regulamentação do regime de cooperação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico**

científico editado pela ANPAE, *[S. l.]*, v. 28, n. 2, 2012. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/37419. Acesso em: 11 jun. 2024.

ARTICULAÇÃO de esquerda critica 'escolhas' do PT no processo eleitoral deste ano. **Século Diário**, 2014. Disponível em: https://www.seculodiario.com.br/politica/articulacao-de-esquerda-critica-escolhas-do-pt-no-processo-eleitoral-deste-ano/. Acesso em: 15 jan. 2025.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**. Trigésima sexta sessão ordinária da primeira sessão legislativa ordinária da décima oitava legislatura**, realizada em 12 de maio de 2015 e publicada no DPL no dia 19 de maio de 2015. Disponível em: http://www.al.es.gov.br/appdata/anexos_sptl/ata_sessao_plenaria/Ordin%C3%A1ria_36_12.05.2015.pdf. Acesso em: 29 jan. 2025.

ASSIS, Machado. **Quincas Borba**. São Paulo: Moderna, 1994.

ASSIS, Machado. **Dom Casmurro**. São Paulo: Ciranda Cultural, 2019.

AUDIÊNCIA pública é palco de denúncias contra sucateamento nas escolas de Vitória. **Século Diário**, 19 abr. 2016. Disponível em: https://www.seculodiario.com.br/educacao/audiencia-publica-e-palco-de-denuncias-contra-sucateamento-nas-escolas-de-vitoria/. Acesso em: 30 jan. 2025.

BALL, Sthefen John; OLMEDO, Antonio. A "nova" filantropia, o capitalismo social e as redes de políticas globais em educação. In: PERONI, Vera Maria Vidal (org.). **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado:** implicações para a democratização da educação. Brasília: Liber Livro, 2013, p. 33-47.

BALZAC, Honoré. **Ilusões perdidas**. Trad. Ernesto Pelanda e Mário Quintana. São Paulo: Abril Cultural, 1981.

BALZAC, Honoré. **O pai Goriot**. Trad. Celina Portocarrero e Ilana Heineberg. Porto Alegre: L&P, 2006.

BALZAC, Honoré. **Eugênia Grandet**. Trad. Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2002.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre desenvolvimento mundial**: o Estado num mundo em transformação. Washington / DC: Banco Mundial, 1997.

BANCO MUNDIAL. **Aprendizado para todos**: investir nos conhecimentos e competências das pessoas para promover o desenvolvimento. 2011. Disponível em: https://documents1.worldbank.org/curated/pt/461751468336853263/pdf/644870WP00PORT00Box0361538B0PUBLIC0.pdf. Acesso em: 1 ago. 2023.

BARBOSA, Zulene Muniz. Ideologia neoliberal e estratégias de passivização. **Revista de Políticas Públicas**, v. 22, p. 419-436, 27 set. 2018. Disponível em: https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/9792. Acesso em: 13 jan. 2025.

BARBOSA, John Mateus; SILVA, Jamerson Antônio Almeida da. Modernização-restauradora e transformismo na política do ensino médio pernambucano: estratégias de apassivamento da hegemonia empresarial. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 40, e42109, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edur/a/Tty739NNPDqm8sQz75RPCDq/?lang=pt. Acesso em: 17 fev. 2025.

BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: LIMA SOBRINHO, Barbosa et al. **Em Defesa do Interesse Nacional**: Desinformação e Alienação do Patrimônio Público, São Paulo: Paz e Terra, 1994.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006.

BEHRING, Elaine Rossetti. Estado no Capitalismo: notas para uma leitura crítica do Brasil recente. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti; LIMA, Rita de Lourdes de (Orgs). Marxismo, política social e direitos. Cortez: São Paulo, 2018, p. 39-72.

BIANCHI, Alvaro. **Um mistério dos industriais**: a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo nas crises da década de 1980 e 1990. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

BIANCHI, Alvaro. **O laboratório de Gramsci**: filosofia, história e política. Porto Alegre: Editora Zouk, 2018.

BIANCHI, Alvaro. Olavo de Carvalho e a guerra cultural das novas direitas. [Entrevista concedida a] ZAMBELLO, A. V.; MATOS E SILVA, I.H.; DI CARLO, J. **Em Tese**. Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 67-79, set./dez., 2021.

BOBBIO, Noberto. **O conceito de sociedade civil**. 2 ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (1999). **Dicionário de política**, 2 vols., 12. ed. Brasília: Editora UnB.

BORGO FILHO, Arnaldo. Declaração. **ES em Ação leva Tempo Integral às escolas municipais de Vila Velha**. 2021. Disponível em: https://es-acao.org.br/2021/09/01/es-em-acao-assevila-e-pmvv-assinam-termo-de-cooperacao-tecnica/. Acesso em: 16 abr. 2025.

BOTIGLIERI, Monica Fernanda; BEZERRA NETO, Luiz. O neoliberalismo, o Banco Mundial e a educação: alguns apontamentos. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 14, n. 57, p. 19–31, 2014. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640401. Acesso em: 15 maio. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Mais Educação**: passo a passo. Brasília, DF: MEC, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/mais_educacao.pdf. Acesso em: 25 jan. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 971, de 9 de outubro de 2009. Institui, no âmbito do Ministério da Educação, as Diretrizes para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Disponível em:

https://portal.mec.gov.br/docman/documentos-pdf/1634-port-971/file/. Acesso em: 20 abr. 2025.

BRECHT, Bertold. **Teatro Completo**: em 12 volumes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BRETCH, Bertold. **Histórias do Sr. Keuner.** São Paulo: Editora 34, 2013.
BUGIATO, Caio. A cadeia imperialista das relações interestatais: a teoria do imperialismo de Nicos Poulantzas. **Quaestio Iuris**. v. 7, n. 2, Rio de Janeiro, 2014. pp. 453-468. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/quaestioiuris/article/view/13420/10321 . Acesso em: 10 mar. 2024.

CALIMAN, Orlando. Crise das commodities como minério, celulose e aço afetam o estado: empresas cortam festas, demitem funcionários e não renovam contratos. A Gazeta, Vitória, 25 ago. 2013. Disponível em: http://biblioteca.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20160722_aj05747_economia_commodities.pdf. Acesso em: 05 nov. 2024.

CALIMAN, Orlando Bolsanelo. **Rede de Formação dos Institutos de Liderança**. (transcrição da fala). 2019. Vídeo (1min. 59s). Canal: Espírito Santo em Ação. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=wiPKTykY8GM. Acesso em: 1 abr. 2025.

CARDOSO, Mario Mariano Ruiz. **Catarse e educação**: contribuições de Gramsci e o significado na Pedagogia Histórico-Crítica. 2014. 217f. Dissertação (mestrado em Educação). Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2014.

CARMO, Márcia. Lula quer explicações dos EUA sobre Quarta Frota. **BBC Brasil**, 1 jul. 2008. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/07/printable/080701_lulamercosul_mc_ac. Acesso em: 14 jan. 2025.

CASAGRANDE, Renato. Gestão da Administração Pública com Renato Casagrande. **O Gestor**, episódio #80, 13 maio 2024. Entrevista conduzida por Gabriel Feitosa e Bruno Rigamenti. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/29228VCdE7IwGFQw2FuqBq?si=uYkxHjE5TUWVeoOi5b_CIQ&nd=1&dlsi=a19227a2cfbc40bb. Acesso em: 16 jan. 2025.

CASTRO, Maria Rosana de Oliveira. **Uma experiência do Programa Ensino Médio Inovador em Ananindeua- Pará**. Tese (doutorado em educação). 2017. 223f. Universidade Federal do Pará, 2017.

CÊA, Georgia Sobreira dos Santos; SOBRINHO, Renato José Dornellas. Propostas dos empresários leigos do ensino e a política educacional brasileira na primeira década dos anos 90. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **Educação e política no limiar do século XXI**. Campinas: Autores Associados, 2008, p. 133-146.

CÊA, Georgia Sobreira dos Santos; VIRIATO, Edaguimar Orquizas; CAVALCANTE, Francisco Leonardo dos Santos. (In) compreensões neoliberais sobre Antonio Gramsci: notas sobre o trabalho como princípio educativo e a noção de sociedade civil. **Trabalho &**

Educação, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 49–60, 2012. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8841. Acesso em: 27 maio. 2024.

CHAUÍ, Marilena. Fantasia da Terceira Via. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 dez. 1999. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1912199904.htm. Acesso em: 18 jul. 2023.

CHIEPPE, Luiz Wagner. Entrevista no programa Linha do Tempo. **Espírito Santo em Ação**, 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ZPVnjqGPxZw. Acesso em: 16 jan. 2025.

COELHO, Eurelino. **Esquerda para o capital**: crise do marxismo e mudanças nos Projetos Políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998). 2005. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, 2005.

COSTA, Eduardo José Monteiro da. **Arranjos Produtivos Locais, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional**. Brasília: Ministério da Integração Nacional/Governo do Estado do Pará, 2010.

COSTA E SILVA, Francely Priscila. **A reforma do ensino médio no governo do Michel Temer (2016-2018)**. 2019. 114f. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

COSTIN, Claudia. Avançar na qualidade da educação: o legado do Espírito Santo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 nov. 2018. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/colunas/claudia-costin/2018/11/avancar-na-qualidade-da-educacao-o-legado-do-espirito-santo.shtml. Acesso em: 4 mar. 2025).

COUTINHO, Carlos Nelson. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. In: COUTINHO, C. N.; NOGUEIRA, M.A. (org.). **Gramsci e a América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 103-127.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

DÁVILA, Sérgio**.** Sob polêmica, EUA reativam sua Quarta Frota. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 jul. 2008. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1307200801.htm. Acesso em: 14 jan. 2025.

DEL ROIO, Marcos. A mundialização capitalista e o conceito gramsciano de revolução passiva. In: MENDONÇA, Sueli Guadalupe de Lima et al (org.). **Marx, Gramsci e Vigotski:** aproximações. Araraquara: Cultura Acadêmica/Junqueira & Marin, 2009.

DELLA FONTE, S. S. Formação omnilateral e a dimensão estética em Marx. Curitiba: Appris, 2020.

DORNELLAS, Liege Coutinho Goulart. **O projeto educativo da Fundação Vale: uma investigação sobre o Programa Escola que Vale**: uma investigação sobre o Programa Escola que Vale. 2011. 97f. Dissertação (mestrado em educação), Universidade Federal de Juiz de Fora, 2011.

DUARTE, Newton. As pedagogias do “aprender a aprender” e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 18, p. 35-40, set./out./nov./dez. 2001.

ESPÍRITO SANTO. **Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2030**. Vitória, Secretaria de Estado de Economia e Planejamento, dez. 2013. Disponível em: https://planejamento.es.gov.br/Media/sep/Plano%20ES%202030/ES2030.pdf. Acesso em: 14 jun. 2022.

ESPÍRITO SANTO**. Projeto pedagógico** – Programa Escola Viva. Vitória: Secretaria de Estado da Educação, 2015. Disponível em: https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/pdf%20e%20Arquivos/Projeto%20Pedag%C3%B3gico%20-%20PROGRAMA%20ESCOLA%20VIVA-.pdf. Acesso em: 2 mar. 2025.

ESPÍRITO SANTO. Lei nº 10.631, de 02 de janeiro de 2017. Institui o Programa Escola Viva no âmbito do Estado do Espírito Santo e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Espírito Santo**, Vitória, 03 jan. 2017. Disponível em: https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LEI106312017.html. Acesso em: 3 mar. 2025.

ESPÍRITO SANTO. **Diário Oficial do Estado do Espírito Santo**. Vitória, n. 24751, p. 1, 08 jun. 2018. Disponível em: https://ioes.dio.es.gov.br/portal/edicoes/download/4110. Acesso em: 24 fev. 2025).

ESPÍRITO SANTO. Lei Complementar nº 914, de 17 de junho de 2019. Institui o Fundo Soberano do Estado do Espírito Santo – FUNSES e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Espírito Santo**, Vitória, 18 jun. 2019. Disponível em: https://fundosoberano.es.gov.br/Media/FUNSES/Legisla%C3%A7%C3%A3o/LEI%20COMPLEMENTAR%20N%C2%BA%20914%20de%2017%20de%20junho%20de%202019.pdf. Acesso em: 26 mar. 2025.

ESPÍRITO SANTO; INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES, IJSN. Educação em tempo integral no Espírito Santo. YouTube. Publicado em 28 set. 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=otEM5BJC20A. Acesso em: 27 fev. 2024.

EVANGELISTA, Olinda. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. In: ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima; RODRIGUES, Doriedson S. (org.). **A Pesquisa em Trabalho, Educação e Políticas Educacionais**. Campinas: Alínea Editora, 2012. p. 51-72.

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida Otto. Subsídios teórico-metodológicos para o trabalho com documentos de política educacional: Contribuições do marxismo. In: CÉA, Georgia Sobreira; RUMMERT, Sonia; GONÇALVES, Leonardo (org.). **Trabalho e educação: Interlocuções marxistas**. Rio Grande: Editora da FURG, 2019.

FACHETTI, Eduardo. A primeira promessa de PH começa a sair do papel. **Gazeta On Line**, Vitória, 6 mar. 2015. *Apud* OLIVEIRA, Ueber José de; LIRIO, Marcos Marcelo. O Projeto Escola Viva: a política de educação neoliberal de Paulo Hartung, no Espírito Santo (2003-

2016). **Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, n. 35, p. 273–295, 2017. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7186264. Acesso em: 24 nov. 2021.

FALLEIROS, Ialê; PRONKO, Marcela Alejandra; OLIVEIRA, Maria Tereza Cavalcanti de. Fundamentos históricos da formação/atuação dos intelectuais da nova pedagogia da hegemonia. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **Direita para o social e esquerda para o capital**: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil. São Paulo: Xamã, 2010, p. 37-95.

FARIAS, Adriana Medeiros. Estado ampliado e empresariamento da educação pública. Revista Trabalho Necessário, v. 20, n. 42, p. 01-24, 2022. Disponível em: https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/53532. Acesso em: 03 jun. 2024.

FIALHO, Marco Túlio Ribeiro. Declaração. **ES em Ação leva Tempo Integral às escolas municipais de Vila Velha**. 2021. Disponível em: https://es-acao.org.br/2021/09/01/es-em-acao-assevila-e-pmvv-assinam-termo-de-cooperacao-tecnica/. Acesso em: 16 abr. 2025.

FIGUEREDO, Cândido. **Novo Diccionario da Língua Portuguesa**. Nova edição essencialmente refundida, corrigida e copiosamente ampliada. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1913.

FONTES, Virgínia. A sociedade civil no Brasil contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980. In: LIMA, Júlio; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. (org.). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006, pp. 201-239.

FONTES, Virgínia. Capitalismo filantrópico? – múltiplos papéis dos aparelhos privados de hegemonia empresariais. **Marx e o Marxismo**, v.8, n.14, jan/jun, 2020. Disponível em: http://bit.do/fLZiR. Acesso em: 27 maio. 2024.

FOSTER, John Bellamy. **A Ecologia de Marx**: materialismo e natureza. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2014.

FREITAS, Luiz Carlos. Responsabilização, meritocracia e privatização: conseguiremos escapar ao neotecnicismo? In: SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO BRASILEIRA, 3., 2011, Centro de Estudos Educação e Sociedade, Campinas, fev. 2011.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os empresários e a política educacional: como o proclamado direito à educação de qualidade é negado na prática pelos reformadores empresariais. **Germinal**, Salvador, v. 1, n. 6, p.49-59, jun. 2014. Disponível em: https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/12594. Acesso em: 017 jul. 2023.

FREITAS, Luiz Carlos de. Notório saber.2016. Vire professor em cinco semanas. Disponível em: https://avaliacaoeducacional.com/2016/09/24/notorio-saber-vire-professor-em-5-semanas/. Acesso em: 12 ago. 2023.

FREITAS, Luiz Carlos de. Espírito Santo: overdose de avaliação destrói ensino. **Blog do Freitas**, 19 ago. 2017. Disponível em: https://avaliacaoeducacional.com/2017/08/19/espirito-santo-overdose-de-avaliacao-destroi-

ensino/#:~:text=A%20rede%20estadual%20do%20Esp%C3%ADrito,j%C3%A1%20existentes%20feitas%20na%20escola. Acesso em: 4 mar. 2025.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FREITAS, Rosana de Carvalho Martinelli; NÉLSIS, Camila Magalhães; NUNES, Letícia Soares. **A crítica marxista ao desenvolvimento (in)sustentável**. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 41-51, jan./jun. 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise Nogueira. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores. In: COSTA, H.; CONCEIÇÃO, M. (Org.). **Educação integral e sistema de reconhecimento e certificação educacional e profissional**. São Paulo: CUT, 2005. p. 19-62.

FROSINI, Fabio. Gramsci, a filosofia da práxis e a crítica ao economicismo. **Revista Práxis e Hegemonia Popular**, Marília, SP, v. 5, n. 7, p. 70–103, dez. 2020. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/PHP/article/download/11881/7219/38936. Acesso em: 7 maio 2025.

FUINI, Lucas Labigalini. Os Arranjos Produtivos Locais (APLs): uma breve explanação sobre o tema. **GeoTextos**, [S.I.], v. 9, n. 2, 2013. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/6985 . Acesso em 08 abr. 2024.

FUNDAÇÃO ITAÚ SOCIAL. **Programa Coordenadores de Pais**: guia de implementação e monitoramento – escola. São Paulo: Fundação Itaú Social, 2015. Disponível em: https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2018/05/50-guia-coordenadores-de-pais-escola_1510329777.pdf. Acesso em: 05 abr. 2024.

FUNDAÇÃO JOÃO MANGABEIRA. **Estado presente em defesa da vida**: um novo modelo para a segurança pública. Brasília: Fundação João Mangabeira, 2015. Disponível em: https://fjmangabeira.org.br/wp-content/uploads/2016/06/estado-presente-em-defesa-da-vida-1.pdf. Acesso em: 02 abr. 2024).

GALASTRI, Leandro de Oliveira. A construção do bloco histórico. In: LOMBARDI, José Claudinei; MAGALHAÉS, Lívia Rocha; SANTOS, Wilson da Silva (Org.). **Gramsci no limiar do século XXI**. Campinas, SP: Librum editora, 2013.

GALASTRI, Leandro de Oliveira. **Gramsci, marxismo e revisionismo**. Campinas: Autores Associados, 2015.

GALASTRI, Leandro de Oliveira. Antônio Gramsci e a violência dos subalternos: guerra, política e "arditismo popular". **Opinión Jurídica**, v. 18, n. 37, p. 251-272, 30 out. 2019.

GASPAR, Ronan Salomão. **As figurações na política estadual de educação em tempo integral**. 2016. 180f. Dissertação (mestrado em educação), Universidade Federal do Espírito Santo, 2016.

GIDDENS, Anthony. **A terceira via e os seus críticos**. Rio de Janeiro: Record, 2001a.

GIDDENS, Anthony. **A Terceira Via**: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. Rio de Janeiro: Record, 2001b.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenklan, 2008.

GOLLNER, Luciano. **Novos prefeitos recebem diagnóstico da educação**. Espírito Santo em Ação, 17 dez. 2020. Disponível em: https://es-acao.org.br/2020/12/17/novos-prefeitos-recebem-diagnostico-da-educacao/. Acesso em: 13 abr. 2025.

GOLLNER, Luciano. Declaração. **ES em Ação e Veveu Arruda em Encontro da Undime.** 2021a. Disponível em: https://es-acao.org.br/2021/02/07/es-em-acao-e-veveu-arruda-em-encontro-da-undime/. Acesso em: 16 abr. 2025.

GOLLNER, Luciano. Declaração. **ES em Ação oferece apoio a Undime para expansão do Tempo Integral.** 2021b. Disponível em: https://es-acao.org.br/2021/02/07/es-em-acao-e-veveu-arruda-em-encontro-da-undime/. Acesso em: 16 abr. 2025.

GOLLNER, Luciano. **Educação em Tempo Integral no Espírito Santo**. (transcrição da fala). 2021c. Vídeo (2h35m35s). Canal: IJSN. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=otEM5BJC20A. Acesso em: 15 abr. 2025.

GOLLNER, Luciano. **Mobilização Empresarial pela Qualidade da Educação**. (transcrição da fala). 2022a. Vídeo (1h33min04s). Canal: ACB Lives. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=T-KMczXsm5o. Acesso em: 13 abr. 2025.

GOLLNER, Luciano. **ES Brasil entrevista**: Nailson Dalla Bernardina e Luciano Gollner. (transcrição da fala). 2022b. Vídeo (25min41s). Canal: Revista ES Brasil. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=0IiKGXaWCuA&ab_channel=RevistaESBrasil. Acesso em: 30 abr. 2025.

GOMES, Deborah Gomes Moura. **O estabelecimento da educação escolar em tempo integral nos municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória/ES (2015-2019)**. 2020. 140 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020. Disponível em: https://sappg.ufes.br/tese_drupal//tese_14723_01.%20Vers%E3o%20final%20da%20disserta%E7%E3o.pdf. Acesso em: 28 jan. 2025.

GONÇALVES, Alyne dos Santos; SILVA, Marta Zorzal e; PALASSI, Márcia Prezotti. Associativismo e Representação Institucional: o Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação. In: XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2009, Rio de Janeiro. **Anais do XIV Congresso Brasileiro de Sociologi**a, 2009.

GONÇALVES, Alyne dos Santos; SILVA, Marta Zorzal e; PALASSI, Márcia Prezotti. Sociedade Civil e Representação Política: o caso da ONG Espírito Santo em Ação. In: **I Seminário Nacional e III Seminário Internacional Movimentos Sociais**, Participação e Democracia, Florianópolis, SC, 2010.

GONÇALVES, Alyne dos Santos; PATEZ, Mariana Luz; SILVA, Marta Zorzal. Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação: Trajetória, Redes e Poder sob a Perspectiva do Discurso

do Sujeito Coletivo. **Revista Sinais**, n. 10, 2011. Disponível em: https://www.periodicos.ufes.br/sinais/article/view/2825/2292 Acesso em: 24 nov. 2021.

GONÇALVES, Alyne dos Santos; SILVA, Marta Zorzal. As Elites Empresariais e o Estado: Intermediação de interesses, discursos e estratégias de poder numa fração do Estado brasileiro—o caso do Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação. **Anais do Seminário Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais-UFES**, v. 1, n. 1, 2011.

GOUVÊA, Gustavo. Escola Viva: professores, alunos e pais falam sobre projeto do Governo do ES. Vitória, abr. 2015. Disponível em: Disponível em: http://www.eshoje.jor.br/_conteudo/2015/04/noticias/educacao/28848-escola-viva-. Acesso em: 2 mar. 2025.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, V. 1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, V. 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, V. 5, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, V. 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

GRAMSCI, Antonio. **Os líderes e as massas**: escritos de 1921 a 1926. São Paulo: Boitempo, 2023.

GROPPO, Luís Antônio; MARTINS, Marcos Francisco. Terceira Via e políticas educacionais: um novo mantra para a educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, *[S. l.]*, v. 24, n. 2, 2008. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/19251. Acesso em: 18 jul. 2023.

HARTUNG, Paulo. Hartung anuncia os primeiros nomes da equipe do governo, no ES. **G1**, Vitória, 28 nov. 2014. Disponível em: https://g1.globo.com/espirito-santo/eleicoes/2014/noticia/2014/11/hartung-anuncia-primeiros-secretarios-de-governo-do-es.html. Acesso em: 17 jan. 2025.

HARVEY, David**. O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HARVEY, David**. Condição Pós-Moderna** São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos:** o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Princípios da filosofia do direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

HUXLEY, Aldous. **Admirável mundo novo**. São Paulo: Globo,2003.

INSTITUTO DE CORRESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO (ICE). **Introdução às Bases Teóricas e Metodológicas do Modelo Escola da Escolha**. 2015a. 1ª Edição (Disponível em: https://iema.ma.gov.br/wp-content/uploads/2022/11/Introducao-as-Bases-do-Modelo-da-Escola-da-Escolha.pdf. Acesso em: 17 fev. 2025).

INSTITUTO DE CORRESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO (ICE). **Tecnologia de gestão educacional.** 1. ed. Recife: Instituto de Corresponsabilidade pela Educação, 2015b. Disponível em: https://www.arcoverde.pe.gov.br/zaap/kcfinder/upload/files/arquivos/processo-seletivo/8-mg-tecnologia-de-gestao-educacional.pdf. Acesso em: 23 abr. 2025.

INSTITUTO DE CORRESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO (ICE). **Instituto**: o que é. 2016a. (Disponível em: https://web.archive.org/web/20160312220231/http://www.icebrasil.org.br/wordpress/index.php/instituto/o-que-e/. Acesso em: 16 fev. 2025).

INSTITUTO DE CORRESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO (ICE). **Instituto**: Missão. 2016b. (Disponível em: https://web.archive.org/web/20130924002107/http://www.icebrasil.org.br/wordpress/index.php/instituto/missao/ . Acesso em: 16 fev. 2025).

INSTITUTO DE CORRESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO (ICE). **Modelo pedagógico**: concepção do modelo pedagógico. 2.ed. Recife: ICE, 2019a.

INSTITUTO DE CORRESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO (ICE). **Modelo pedagógico**: princípios educativos. 2.ed. Recife: ICE, 2019b.

INSTITUTO DE CORRESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO (ICE). **Modelo de Gestão**: Tecnologia de Gestão Educacional. 2.ed. Recife: ICE, 2019c.

INSTITUTO DE CORRESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO (ICE). **Livreto Institucional**. 2023. 3ª Edição (Disponível em: https://icebrasil.org.br/wp-content/uploads/2023/08/Livreto-Institucional-ICE.pdf . Acesso em: 17 fev. 2025).

INSTITUTO ANTONIO HOUAISS. **Dicionário Houaiss de sinônimos e antônimos**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Educação Técnica e distribuição de renda no Espírito Santo**, Vitória, ES, 2011. Disponível em: https://ijsn.es.gov.br/Media/IJSN/PublicacoesAnexos/textosdiscussao/1012_ijsn_td33..pdf. Acesso em: 28 mar. 2024.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Cadernos da Juventude**: juventude e educação no Espírito Santo, Vitória, 2015. Disponível em:

https://juventudes.es.gov.br/Media/Juventude/Biblioteca/IJSN_Caderno_da_Juventude_01_Educacao.pdf . Acesso em: 04 abr. 2024.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). **Uma avaliação de impacto de política de segurança pública**: o programa Estado Presente no Espírito Santo. Vitória: IJSN, 2021. Disponível em: https://planejamento.es.gov.br/Media/Sep/estadopresente/publicacao/Uma%20Avalia%C3%A7%C3%A3o%20de%20Impacto%20de%20Pol%C3%ADtica%20de%20Segran%C3%A7a%20P%C3%BAblica%20o%20Programa%20Estado%20Presente%20no%20Esp%C3%ADrito%20Santo%20(IJSN).pdf. Acesso em: 21 jan. 2025.

IQE, Instituto Qualidade no Ensino. **O Instituto**. 2017. Disponível em: https://web.archive.org/web/20171006232626/http://www.iqe.org.br/instituto/instituto.php. Acesso em: 16 fev. 2025.

IQE, Instituto Qualidade no Ensino. **O Instituto**. 2022. Disponível em: https://web.archive.org/web/20171006232626/http://www.iqe.org.br/instituto/instituto.php. Acesso em: 16 fev. 2025.

JUNTOS de novo. **Século Diário**, 2014. Disponível em: https://www.seculodiario.com.br/colunas/juntos-de-novo/. Acesso em: 17 jan. 2025.

KLEIN, Cristian. Em Vitória, o bufão que pode derrotar o prefeito. **Valor Econômico**, Rio de Janeiro, 27 out. 2020. Disponível em: https://valor.globo.com/politica/coluna/em-vitoria-o-bufao-que-pode-derrotar-o-prefeito.ghtml. Acesso em: 03 fev. 2025.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LANG, Aline Elisa Maretto. **O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Espírito Santo e sua relação com a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos**. 2018. 140 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018. Disponível em: https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Disserta%C3%A7%C3%B5es%20e%20Teses/Pol%C3%ADtica%20Social/UFES_PPGPS_ALINE_ELISA_MARETTO_LANG.pdf. Acesso em: 21 jan. 2025.

LEAL, Érica de Andrade Silva. **Avaliação dos efeitos e dos impactos do programa de apoio à pesquisa em empresas - PAPPE** - subvenção econômica à inovação. 2018. 153 f. Tese (doutorado em Engenharia de Produção). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

LEAL, Fernando de Oliveira; LIMA, Marcelo. Escola Viva: implementação dos interesses do bloco no poder no Estado do Espírito Santo. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 30, n. 2, p. 179–193, 2021.Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/19848. Acesso em: 24 mar. 2024.

LEAL, Fernando; LIMA, Marcelo. Movimento social de resistência à reforma do ensino médio: análise das ocupações estudantis no Espírito Santo 2015-2016. **Germinal**: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 15, n. 2, p. 181–200, ago. 2023. Disponível em:

https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/54684/29938. Acesso em: 12 abr. 2025.

LEAL, Fernando de Oliveira; LIMA, Marcelo. Movimento social de resistência à reforma do ensino médio: análise das ocupações estudantis no Espírito Santo (2015-2016). In: MACIEL, Samanta Lopes; LIMA, Marcelo; SPERANDIO, Renan dos Santos (org.). **Ensino médio no Brasil e no Espírito Santo**: avanços e retrocessos políticos e pedagógicos. Vitória, ES: Edifes, 2024. p. 66–67. Disponível em: https://repositorio.ifes.edu.br/bitstream/handle/123456789/4827/2023_07_Samanta%20Lopes%20Maciel%20%281%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y/. Acesso em: 4 maio 2025.

LEHER, Roberto. Classes sociais e educação no Brasil contemporâneo. In: **Universidade e heteronomia cultural no capitalismo dependente**: um estudo a partir de Florestan Fernandes. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

LEHER, Roberto. Apontamentos para análise da correlação de forças na educação brasileira: em prol da frente democrática. **Educação & Sociedade**, v. 40, p. 1-18, e0219831, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/ZZSL6ddgp5mDHZ9S4kJjkYC/#ModalHowcite. Acesso em: 29 maio 2024.

LEHER, Roberto. **Educação no governo Bolsonaro**: inventário da devastação. São Paulo, Expressão Popular, 2023.

LENS, Cristina. **Cachoeiro de Itapemirim: Escola Viva nas escolas da rede municipal**. (transcrição da fala). 2022. Vídeo (5 min e 2s). Canal: Espírito Santo em Ação. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Sj0eMrXjEoA. Acesso em: 1 abr. 2025.

LENIN, Vladimir. **O Estado e a Revolução**. Campinas: FE/Unicamp, 2011.

LIMA, Marcelo. **Trabalho e educação no Brasil**: da formação para o mercado ao mercado da formação. Curitiba: CRV, 2016, 130 p.

LIMA, Marcelo. Problemas da educação profissional do governo Dilma: Pronatec, PNE e DCNEMs. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 21, n. 2, p. 73-91, 2012. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8736/6241. Acesso em: 24 mar. 2024.

LIMA, Marcelo; SPERANDIO, Renan dos Santos; COSTA, Débora Freitas. Interesses do Empresariado em torno do Projeto Escola Viva. **e-Mosaicos**, v. 9, n. 21, p. 120-133, 2020. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/e-mosaicos/article/view/46287/34432 Acesso em: 20 nov. 2021.

LIMA, Marcelo; PETERLE, Tatiana Gomes dos Santos; ALMEIDA, Jaqueline Ferreira de. O público e o privado nas políticas de educação profissional do Espírito Santo. **Educação em Perspectiva**, v. 7, n. 2, 2016. Disponível em: https://periodicos.ufv.br/educacaoemperspectiva/article/view/6848 Acesso em: 20 nov. 2021.

LIMA, Marcelo; PETERLE, Tatiana Gomes dos Santos. Mercantilização da educação: do gerencialismo ao empresariamento da oferta escolar. **Educação (UFSM)**, v. 46, n. 1, p. 20-1-22, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/37100/html Acesso em: 21 nov. 2021.

LIMA, Kátia Regina de Souza; MARTINS, André Silva. Pressupostos, princípios e estratégias. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A nova hegemonia da pedagogia**: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo, Xamã, 2005, p. 43-67.

LIMA, Maria Eliene. **A educação para a cidadania e a militarização para a Educação**. 2018. 187 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2018.

LIGUORI, G. **Roteiros para Gramsci**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007

LOPES, Andreia. Governador do ES pela 3ª vez, Hartung já descarta reeleição. **G1 Espírito Santo**, 27 out. 2014. Disponível em: https://g1.globo.com/espirito-santo/eleicoes/2014/noticia/2014/10/governador-do-es-pela-3-vez-hartung-ja-descarta-reeleicao.html. Acesso em: 15 jan. 2025.

LULA DA SILVA, Luís Inácio. **Carta ao povo brasileiro**. 2002. Disponível em: https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2010/02/cartaaopovobrasileiro.pdf. Acesso em: 29 jul. 2023.

LULA lembra acordo com Eduardo Campos, afaga Marta e fala da grosseria de Ciro. Entrevista concedida a **CUT Brasil,** 2019. Disponível em: https://www.cut.org.br/noticias/lula-lembra-acordo-com-eduardo-campos-afaga-marta-e-fala-da-grosseria-de-ciro-38e1. Acesso em: 15 jan. 2025.

MACHADO, Marcela Amaral de Miranda. **Tecendo palavras e contrapalavras sobre o Pacto pela Aprendizagem no Espírito Santo (PAES):** por uma alfabetização dialógica. 2021. 162f. Dissertação (mestrado em Ensino de Humanidades) Instituto Federal do Espírito Santo, 2021.

MACIEL, David. De Lula à Dilma Roussef: crise econômica, hegemonia neoliberal e regressão política. **Blog marxismo 21**, 2013. Disponível em: <marxismo21.org/wp-content/uploads/2013/06/D-Maciel-2.pdf>. Acesso em: 28 maio 2024.

MACROPLAN. **Plano de desenvolvimento Espírito Santo 2025**. Volume 1 a 10. Disponível em: https://planejamento.es.gov.br/Media/sep/Plano%20ES%202025/Plano%20de%20Desenvolvimento%20ES%202025.pdf. Acesso em: 30 mai. 2022.

MAGALHÃES, Marcos. **A juventude brasileira ganha uma nova escola de Ensino Médio**: Pernambuco cria, experimenta e aprova. São Paulo: Albatroz; Loqüi, 2008. Disponível em: https://alfredoreisviegas.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/07/ice.pdf. Acesso em: 14 fev. 2025.

MAGALHÃES, Matheus Albergaria de; RIBEIRO, Anna Paula Lage. **Ciclos de negócios no Espírito Santo**. Instituto Jones dos Santos Neves: Vitória, 2009. Disponível em: http://biblioteca.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20120821_304_td09.pdf. Acesso em: 8 jun. 2024.

MAGANE, Felipe Toledo. **Crítica ontológica à teoria da democracia como valor universal de Carlos Nelson Coutinho**. 2007. 154 f. Dissertação (Mestrado em História) –

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: https://tede2.pucsp.br/handle/handle/12990. Acesso em: 03 fev. 2025.

MAIO, Ana Maria Dantas de. **O papel da comunicação face a face nas organizações no contexto da sociedade midiatizada**. 2016. 291f. Tese (Comunicação Social), Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2016.

MAJESKI, Sérgio. Discurso na 36ª Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura (12 maio 2015). In: Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo. **Ata da 36ª Sessão Ordinária** [...]. Disponível em: http://www.al.es.gov.br/appdata/anexos_sptl/ata_sessao_plenaria/Ordin%C3%A1ria_36_12.05.2015.pdf. Acesso em: 29 jan. 2025.

MALINI, Eduardo. **O consenso como ponto de partida?** Uma análise do papel desempenhado pelos atores participantes na elaboração do Plano de Desenvolvimento da Educação. 2009. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

MARE (Ministério da Administração e Reforma do Estado). Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Brasília: Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado, 1995. Disponível em: http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/plano-diretor-da-reforma-do-aparelho-do-estado-1995.pdf. Acesso em: 30 jul. 2023.

MARTINS, Marcos Francisco. **Marx, Gramsci e o conhecimento**: ruptura ou continuidade. Campinas-SP: Autores Associados, 2008.

MARTINS, Marcos Francisco; GROPPO, Luís Antônio. **Sociedade civil e Educação**: fundamentos e tramas. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

MARTINS, Marcos Francisco. Gramsci, os intelectuais e suas funções científico-filosófica, educativo-cultural e política. **Pro-Posições**, v. 22, n. 3, p. 131-148, 2011.

MARTINS, Marcos Francisco. "Tradução" da escola unitária de Gramsci pela pedagogia histórico-crítica de Saviani. **ETD - Educação Temática Digital**, [S. l.], v. 20, n. 4, p. 997–1017, 2018. DOI: 10.20396/etd.v20i4.8649915. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8649915. Acesso em: 12 abr. 2022.

MARTINS, Marcos Francisco. SANTOS, Gislaine Gonçalves. **Gestão escolar democrática à luz de Gramsci**. *Pro-Posições*, v. 36, 2025. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pp/a/8KxVWpB6SDQFttgF67kX88Q/. Acesso em: 2 fev. 2025.

MARTINS, André Silva. Estratégias burguesas de obtenção do consenso nos anos de neoliberalismo da Terceira Via. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A nova hegemonia da pedagogia**: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo, Xamã, 2005, p. 127-174.

MARTINS, André Silva; OLIVEIRA, Daniele Motta de; NEVES, Lucia Maria Wanderley; MELO, Marcelo Paula de; SANTOS, Marco Antônio Carvalho. In: NEVES, Lúcia Maria

Wanderley (org.). **Direita para o social e esquerda para o capital**: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil. São Paulo: Xamã, 2010, p. 97-153.

MARTINS, André Silva. A educação básica no século XXI: o projeto do organismo "Todos pela Educação". **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v.4, n.1, p.21-28, jan./jun. 2009.

MARTINS, Erika Moreira. **Movimento Todos pela Educação**: Um projeto de nação para a educação brasileira. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 193f. 2013.

MARTINS, Erika Moreira. **Todos pela educação?** Como os empresários estão determinando a política educacional brasileira. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016.

MARTINS, Erika Moreira. **Empresariamento da educação básica na América Latina**: redes empresariais prol educação. 2019. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

MARTINS, Carlos Eduardo. Consenso de Washington. In: ENCICLOPÉDIA Latino-Americana. São Paulo: Boitempo, 2015. Disponível em: http://latinoamericana.wiki.br/verbetes/c/consenso-de-washington. Acesso em: 18 jul. 2021.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro 01, v. 01. 22. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **O capital**, Livro III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe.** São Paulo: Edipro, 2015.

MASCARENHAS, Raquel Mascarenhas. **Crítica a concepção hegemônica de "erradicação da pobreza"**. 2014. 171f. Dissertação (Mestrado em Política Social). Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

MASCARENHAS, Raquel Mota. PDES 2025: naturalização e gestão da barbárie no Espírito Santo. **Argumentum**, v. 12, n. 1, p. 186-206, 2020. Disponível em: < https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/21582> Acesso em: 24 nov. 2022.

MATOS, Luciane Martins de Oliveira; ALCÂNTARA, Alzira Batalha; COSTA, Roseli Maritan de Aboim. A Parceria Público-Privada no bojo da reforma neoliberal do estado e da

crise estrutural do capitalismo: o caso Espírito Santo. In: DORNELLAS, Liege Coutinho Goulart; MATOS, Luciane Martins de Oliveira; NASCIMENTO, Rosenery Pimentel (Org). **Políticas Educacionais e a Privatização**: concepções, ações e tendências na educação pública. Guarujá: Editora Científica Digital, 2021.

MATTOS, Hebe; BASSONE, Tânia; MAMIGONION, Beatriz G. (org.). **Historiadores pela democracia:** o golpe de 2016 e a força do passado. São Paulo: Alameda, 2016.

MELO, Marcelo Paula de; FALLEIROS, Ialê. Reforma da aparelhagem estatal: novas estratégias de legitimação. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A nova hegemonia da pedagogia**: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo, Xamã, 2005, p. 175-206.

MELO, Marcelo Paula de. Os Organismos Internacionais na condução de um novo bloco histórico. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A nova hegemonia da pedagogia**: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo, Xamã, 2005, p. 69-82.

MENEZES, Sabrina. Política pública e inclusão social: o caso do centro estadual de idiomas de Vitória/ES. In: BLANC, Manoela Vieira; VASCONCELOS, Flavia Nico (Org.). **Reflexões Sobre o Urbano no Espírito Santo:** do público ao político e algumas representações sociais. Vitória: Editora Milfontes, 2018, p. 99-139.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MINTO, Lalo Watanabe. Banco Mundial e educação. *In*: Glossário. Navegando pela história da educação brasileira. **Revista HISTEDBR On-line**, 2006. Disponível em: https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/banco-mundial-e-educacao#m1. Acesso em: 25 maio 2024.

MINTO, Lalo Watanabe. **O avesso das evidências***:* pesquisa e política educacional em tempos de negacionismo. Marília: Lutas Anticapital, 2023.

MONBIOT, George. **Democracia Aprisionada**: a história profunda do plano oculto da direita para a América. Esculca, 2018. Disponível em: https://esculca.gal/nancy-maclean-democracia-aprisionada-a-historia-profunda-do-plano-oculto-da-direita-para-a-america/. Acesso em: 10 jul. 2023.

MONTEIRO, Amanda**.** Governo Federal está "empenhado em compensar" o ES, diz ministra. **G1 Espírito Santo**, 11 abr. 2013. Disponível em: https://g1.globo.com/espirito-santo/noticia/2013/04/governo-federal-esta-empenhado-em-compensar-o-es-diz-ministra.html. Acesso em: 15 jan. 2025.

MOSCON, Eduardo Augusto; MOURA, Deborah Gomes; QUADROS, Denise Pinheiro; REBLIN, Juliana da Vitória. A educação pública nos municípios do Espírito Santo e a presença do setor privado: um estudo preliminar. In: Flávio Aparecido de Almeida. (Org.). **Políticas públicas educação e diversidade uma compreensão científica do real**. 1ed.Guarujá: Editora Científica Digital, 2021, p. 69-82.

MOTA, Vania. EVANGELISTA, Olinda. CASTELO, Rodrigo. Determinações do capital, empresariamento e educação pública no Brasil. **Germinal: marxismo e educação em debate**, *[S. l.]*, v. 13, n. 1, p. 1–8, 2021. Disponível em:

https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/44475. Acesso em: 17 ago. 2023.

MOVIMENTO COLABORA EDUCAÇÃO. **Sistematização do Pacto pela Aprendizagem do Espírito Santo**. Brasília, 2018. Disponível em: https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/sistematizacao-do-pacto-pela-aprendizagem-do-espirito-santo,401923a6-fe51-4cee-80a1-9c897b1eff7f. Acesso em: 3 mar. 2025.

MOVIMENTO EMPRESARIAL ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO. **Relatório Anual 2004/2005.** Atividade do Ano II.

MOVIMENTO EMPRESARIAL ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO. **Relatório Anual 2006/2007.** Atividade do Ano IV.

MOVIMENTO EMPRESARIAL ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO. **Relatório Anual 2007/2008.** Atividades do Ano V.

MOVIMENTO EMPRESARIAL ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO. **Relatório Anual 2009.**

MOVIMENTO EMPRESARIAL ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO. **Relatório Anual 2010.**

MOVIMENTO EMPRESARIAL ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO. **Relatório Anual 2011.**

MOVIMENTO EMPRESARIAL ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO. **Código de Ética. Espírito Santo**, 2010. Disponível em: https://web.archive.org/web/20101223232356/http://www.es-acao.org.br/_midias/pdf/114-4ab6a08679e3b.pdf. Acesso em: 25 jan. 2025.

MOVIMENTO EMPRESARIAL ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO. **Relatório educacional 2014-2017**. 2018. Disponível em: https://es-acao.org.br/wp-content/uploads/2020/06/Relat%C3%B3rio-Gest%C3%A3o-ES-EM-A%C3%87%C3%83O-2017_280x220mm-media-qualidade.pdf. Acesso em: 25 jan. 2025.

MOVIMENTO EMPRESARIAL ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO. **Estatuto do Espírito Santo em Ação**. 2019. Disponível em: https://es-acao.org.br/wp-content/uploads/2020/07/8%C2%AA-Altera%C3%A7%C3%A3o-Estatuto-Social.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

MOVIMENTO EMPRESARIAL ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO. **Código de Ética**. 2020a. Disponível em: https://es-acao.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Codigo-de-E%CC%81tica-Espi%CC%81rito-Santo-em-Ac%CC%A7a%CC%83o.pdf. Acesso em: 12 abr. 2023.

MOVIMENTO EMPRESARIAL ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO. **Eixos de atuação**. 2020b. Disponível em: https://es-acao.org.br/eixos-de-atuacao/ . Acesso em: 10 abr. 2025.

MOVIMENTO EMPRESARIAL ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO (MEESA). **Iniciativas**. Vitória, 2020c. Disponível em: https://web.archive.org/web/20200926110335/https://es-acao.org.br/iniciativas/. Acesso em: 8 abr. 2025.

MOVIMENTO EMPRESARIAL ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO (MEESA). **Diagnóstico da Educação:** municípios do Espírito Santo. Vitória, 2020d. Disponível em:

https://web.archive.org/web/20200926110335/https://es-acao.org.br/iniciativas/. Acesso em: 8 abr. 2025.

MOVIMENTO EMPRESARIAL ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO. **Relatório de atividades 2021**. Vitória: ES em Ação, 2021. Disponível em: https://es-acao.org.br/wp-content/uploads/2021/12/relatorio-atividades-esacao-2021.pdf%20. Acesso em: 8 abr. 2025.

MOVIMENTO EMPRESARIAL ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO (MEESA). **Linha do Tempo Integral**. Vitória: ES em Ação, 2022. Disponível em: https://es-acao.org.br/wp-content/uploads/2022/12/LINHA-DO-TEMPO-TEMPO-INTEGRAL.pdf. Acesso em: 8 abr. 2025.

MOVIMENTO EMPRESARIAL ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO. **Missão**. Disponível em: < https://es-acao.org.br/conheca-o-es-em-acao/> Acesso em: 20 jul. 2022.

MOVIMENTO EMPRESARIAL ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO (MEESA). **Relatório de Atividades 2023**. Vitória: ES em Ação, 2023. Disponível em: https://es-acao.org.br/wp-content/uploads/2024/05/Site-Relatorio-de-Atividades-2023.pdf. Acesso em: 20 abr. 2025.

NARDOTO, Cláudia de Souza. **Programa Ensino Médio Inovador no Espírito Santo:** perspectivas de mudança ou continuidade nas políticas do ensino médio. 2015. 160f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ano. Disponível em: https://sappg.ufes.br/tese_drupal//tese_9322_Disserta%E7%E3o%20Cl%E1udia%20Nardoto.pdf. Acesso em: 28 jan. 2025.

NEMER, Luiz Carlos. **Cachoeiro de Itapemirim: Escola Viva nas escolas da rede municipal**. (transcrição da fala). 2022. Vídeo (5 min e 2s). Canal: Espírito Santo em Ação. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Sj0eMrXjEoA. Acesso em: 1 abr. 2025.

NEVES, Lucia Maria Wanderley (org.) **A nova pedagogia da hegemonia:** estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **Direita para o social e esquerda para o capital**: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil. São Paulo: Xamã, 2010.

NUNES, Rodrigo Simões de Souza. Declaração. **ES em Ação leva Tempo Integral às escolas municipais de Vila Velha**. 2021. Disponível em: https://es-acao.org.br/2021/09/01/es-em-acao-assevila-e-pmvv-assinam-termo-de-cooperacao-tecnica/. Acesso em: 16 abr. 2025.

OLIVEIRA, Adilson de. Petróleo e desenvolvimento: oportunidades e desafios para o Espírito Santo. In: INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Espírito Santo**: instituições, desenvolvimento e inclusão social. Vitória, 2010. Disponível em: https://ijsn.es.gov.br/Media/IJSN/PublicacoesAnexos/livros/IJSN_Determinantes_Cresc_ES.pdf . Acesso em: 24 mar. 2024.

OLIVEIRA, Ueber José de; LIRIO, Marcos Marcelo. O Projeto Escola Viva: a política de educação neoliberal de Paulo Hartung, no Espírito Santo (2003-2016). **Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, n. 35, p. 273-295, 2017. Disponível em: < https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7186264> Acesso em: 24 nov. 2021.

OLIVEIRA, Márcio Alessandro de. Por que não acato as rotinas pedagógicas? *A* **Terra é Redonda**, 12 mar. 2025. Disponível em: https://aterraeredonda.com.br/por-que-nao-acato-as-rotinas-pedagogicas/?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=novas_publicacoes&utm_term=2025-03-12. Acesso em: 5 maio 2025.

PALASSI FILHO, Arlindo. **Instituições políticas e padrões de interação executivo-legislativo no Espírito Santo**: uma análise comparativa (2011 e 2015). 2016, 164f. Dissertação (mestrado em sociologia política). Universidade de Vila Velha, 2016. Disponível em: https://repositorio.uvv.br/bitstream/123456789/737/3/DISSERTA%2B%C3%A7%2B%C3%A2O%20FINAL%20DE%20ARLINDO%20PALASSI%20FILHO.pdf. Acesso em: 28 maio 2024.

PAZOLINI, Michele; LIMA, Marcelo. Programa Brasil Profissionalizado no Espírito Santo: cenário do legado para a educação profissional estadual. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 8, n. 53, p. 56–69, 2021. Disponível em: https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao. Acesso em: 23 fev. 2025.

PAULA, Júlia da Matta Machado de; MARTINS, Marcelo Lema Del Rio; ANGELO, Vitor Amorim de (org.). **Educação em tempo integral no Espírito Santo**: história, conceitos e metodologias. Espírito Santo: SEDU, 2021. Disponível em: https://sedu.es.gov.br/Media/sedu/Livro%20TM/Tempo_Integral_V5.pdf. Acesso em: 15 abr. 2025.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)**. 2009. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

PERONI, Vera Maria Vidal. A privatização do público: implicações para a democratização da educação. In: PERONI, Vera Maria Vidal (Org.). **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado**: implicações para a democratização da educação. Brasília: Liber Livro, 2013.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar** - Porto Alegre, Artmed, 2000.

PESTANA, Nayara Regio. O Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) no Espírito Santo: articulações e representações. **Anais do Seminário Nacional da Pós-graduação em Ciências Sociais**, Vitória, v. 1, n. 1, 2011. Disponível em: https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/4803/2011_pestana_partido_social_democracia.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 29 maio 2024.

PETERLE, Tatiana Gomes dos Santos; LIMA, Marcelo; ALVARENGA, Jefferson Ferreira. O gerencialismo e a educação no Espírito Santo. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 20, p. 1-22, 2020. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8654820 Acesso em: 20 nov. 2021.

PETERLE, Tatiana Gomes dos Santos; LIMA. O Gerencialismo e as políticas Educacionais no Espírito Santo. 2017. In: **Anais do IV Colóquio Nacional e Internacional – Educação Profissional**, Natal, 2017. Disponível em: < https://ead.ifrn.edu.br/coloquio/anais/2017_old/trabalhos/eixo1/E1A36.pdf> Acesso em 20 nov. 2021.

PIRES, Adriano. A indústria do petróleo e o caso do Espírito Santo. In: INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. Espírito Santo: instituições, desenvolvimento e inclusão social. Vitória, 2010. Disponível em: https://ijsn.es.gov.br/publicacoes/livros/espirito-santo-instituicoes-desenvolvimento-e-inclusao-social. Acesso em: 8 jun. 2024.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1977.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1977.

PRONKO, Marcela. O Banco Mundial no campo internacional da educação. In: PEREIRA, J.; PRONKO, M. (orgs.). **A demolição de direitos**: um exame das políticas do Banco Mundial para a educação e a saúde (1980-2013). Rio de Janeiro: EPSJV, 2015. p. 89-112. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/13399. Acesso em: 5 maio. de 2025.

RAINHA, Jamila. **Articulação de interesses entre setor privado e poder público**: o movimento empresarial Espírito Santo em Ação e o governo do estado do Espírito Santo. 2012. 161 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

RAMOS, Marise; MAGALHÃES, Jonas. Lo que ya no era sólido se desmorona en el aire: la insostenibilidad de la pedagogía de las competencias cognitivas y socioemocionales. **Revista Paradigma** (Edición Temática – Docência, Pesquisa e Formação ...), v. XLIII, p. 451 – 479, set. 2022.

RAMOS, Marise; PARANHOS, Michelle. Contrarreforma do ensino médio: dimensão renovada da pedagogia das competências? **Retratos da Escola**, Brasília, v. 16, n. 34, p. 71–88, jan./abr. 2022. Disponível em: https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1488/1095. Acesso em: 5 maio 2025.

REZENDE, Luciano. Declaração como prefeito de Vitória no *Relatório educacional 2014-2017*. In: MOVIMENTO EMPRESARIAL ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO. **Relatório educacional 2014-2017**. Vitória: Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação, 2018. Disponível em: https://es-acao.org.br/wp-content/uploads/2020/06/Relat%C3%B3rio-Gest%C3%A3o-ES-EM-A%C3%87%C3%83O-2017_280x220mm-media-qualidade.pdf. Acesso em: 25 jan. 2025.

RODRIGUES, Paulo da Silva. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar no Espírito Santo**: tensões entre Estado e mercado no processo pioneiro de terceirização. 2011. 212f. Dissertação (Mestrado em [Programa de Pós-Graduação]) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFES_65b6695ca7c04844805fb3f492b2031d. Acesso em: 28 jan. 2025.

RODRIGUES, Henrique Estrada. Escola Sem Partido": a escola do nosso tempo? In: MATTOS, Hebe; BASSONE, Tânia; MAMIGONION, Beatriz G. (org.). **Historiadores pela democracia:** o golpe de 2016 e a força do passado. São Paulo: Alameda, 2016.

RODRÍGUEZ, Margarita Victoria. Pesquisa Social: contribuições do método materialista histórico-dialético. In: CUNHA, Célio da; SOUZA, José Vieira de; SILVA, Maria Abádia (Org.). **O método dialético na pesquisa em educação**. Campinas: Autores Associados, 2014. p. 131-152.

RODRIGUES, Rodrigo Ferreira. **A ação social do "Movimento Colabora Educação" em políticas educacionais interfederativas**. 2020. 230 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020. Disponível em: https://sappg.ufes.br/tese_drupal/tese_14414_A%20A%C7%C3O%20SOCIAL%20DO%20MCE%20EM%20POL%CDTICAS%20EDUCACIONAIS%20INTERFEDERATIVAS%20VF.pdf. Acesso em: 03 mar. 2025.

SANDANIEL, Anieli. **A interferência dos grupos empresariais na gestão da educação básica brasileira**: um Estudo sobre o Programa Melhoria da Educação do Itaú Social. Dissertação (mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 290f. 2021.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, Carolina Julia Pinto dos. **A construção da memória positiva sobre a ditadura**: a narrativa da Federação das indústrias do Estado do Espírito Santo (1970-1983). 2018. 159 f. Dissertação (mestrado em Sociologia Política) – Universidade de Vila Velha, 2018. Disponível em: https://repositorio.uvv.br/handle/123456789/327. Acesso em: 04 abr. 2024.

SANTOS, Lucélia de Lima. **Cachoeiro de Itapemirim**: Escola Viva nas escolas da rede municipal (transcrição da fala). 2019. Vídeo (5 min 2 s). Publicado por ES em Ação, 22 mar. 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Sj0eMrXjEoA. Acesso em: 13 abr. 2025.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. 32. ed., Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Editora Autores Associados, 2007.

SAVIANI, Dermeval. Ciência e educação na sociedade contemporânea: desafios a partir da pedagogia histórico-crítica. **Faz Ciência**, Cascavel, v. 11, n. 17, p. 9–28, jan./jun. 2010. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/7434/5778. Acesso em: 5 maio 2025.

SAVIANI, Dermeval. Intelectuais, memória e política. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 16, n. 67, p. 141–153, 2016.

SEMERARO, Giovanni. Intelectuais "orgânicos" em tempos de pós-modernidade. **Cadernos CEDES** [online]. v. 26, n. 70, pp. 373-391, 2006a.

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis**. Aparecida: Ideias e Letras, 2006b.

SHAKESPEARE, William. **O mercador de Veneza**. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2013.

SHIROMA, Eneida Oto. Redes, experts e a internacionalização das políticas educacionais**. Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos em Política Educativa**, v. 5, e2014425, 2020. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/retepe/article/view/14425/209209212681. Acesso em: 26 maio 2024.

SILVA, Cintia Rufino Santos da. O caso Dreyfus, Émile Zola e a imprensa. **Revista Contemporaneos**. n. 11, p. 1-12. nov. 2012/abr. 2013. Disponível em: https://revistacontemporaneos.com.br/n11/dossie/Dossie4-dreifus.pdf Acesso em: 09 mar. 2022.

SILVA, Ana Paula Félix de Carvalho; FERREIRA, Eliza Bartolozzi; SANTOS, Kefren Calegari dos**.** O "novo ensino médio" no Espírito Santo. **Educação em Foco**, v. 19, n. 39, 2021. Disponível em: https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/47157/29242. Acesso em: 4 maio 2025.

SILVA, Simone; LEHER, Roberto; SARDINHA, Rafaela; CRUZ, Andreia Gomes da; NASCIMENTO, Luciane. Educação Superior Pública Federal no governo Bolsonaro. In: LEHER, Roberto. **Educação no governo Bolsonaro**: inventário da devastação. São Paulo, Expressão Popular, 2023, p. 187-214.

SILVA, Fabrício Fonseca; LAMOSA, Rodrigo de Azevedo Cruz. Estado, classe dominante e educação: uma análise crítica das propostas e das ações do Movimento Brasil Competitivo para a educação básica. **Germinal: marxismo e educação em debate**, *[S. l.]*, v. 13, n. 1, p. 138–151, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/43773. Acesso em: 8 ago. 2023.

SILVA JUNIOR, João dos Reis. Apresentação. In: Dossiê "Consequências do bolsonarismo sobre os direitos humanos, a educação superior e a produção científica no Brasil". **Revista Eletrônica de Educação**, v.14, 1-4, jan./dez. 2020.

SILVA PINTO, Luíz Maria da. **Diccionario da Lingua Brasileira**. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

SILVEIRA, Renê José Trentin. Hegemonia e educação: contribuição para a crítica do movimento Escola Sem Partido, a partir de Antonio Gramsci. **Crítica Educativa**, *[S. l.]*, v. 4, n. 2, p. 124–141, 2018. Disponível em: https://www.criticaeducativa.ufscar.br/index.php/criticaeducativa/article/view/347. Acesso em: 7 maio. 2024.

SOUZA, Silvana Aparecida de. **Educação, trabalho voluntário e responsabilidade social da empresa**: amigos da escola e outras formas de participação. 2008. 304 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SOUZA, Dayana. “Atual governo tropeçou nas próprias pernas”, critica o candidato Paulo Hartung. **ES Hoje**, Vitória, 29 jun. 2014. Disponível em: http://eshoje.sites.fiveedit.com.br/index.php?id=/noticias/materia.php&cd_matia=am. Acesso em: 15 jan. 2025.

SOUZA, Camila Azevedo. **Educação básica em disputa**: o jogo dos empresários no mercado mundial do conhecimento no século XXI. 2019. 383f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

SCHULTZ, Theodore. **O capital humano**: investimento em educação e pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

TEIXEIRA, Tatiana. **Os *Think Tanks* e sua influência na política externa dos EUA:** a arte de pensar o impensável. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2007.

TEIXEIRA, Aridelmo. Crise das commodities como minério, celulose e aço afetam o estado: empresas cortam festas, demitem funcionários e não renovam contratos. A Gazeta, Vitória, 25 ago. 2013. Disponível em: http://biblioteca.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20160722_aj05747_economia_commodities.pdf. Acesso em: 05 nov. 2024.

TEIXEIRA, Zilka Sulamita. **A trajetória histórica dos modelos de formação profissional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Espírito Santo (1952-2002)**. 2018. 263f. Dissertação (mestrado em educação), Universidade Federal do Espírito Santo, 2018.

UCZAK, Lucia Hugo. **O Preal e as políticas de avaliação para a América Latina**. 2014. 211 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

VESCOVI, Ana Paula. Governo do Estado com as contas em xeque: estudo questiona rumos da política fiscal do governo Casagrande”. **A Gazeta**, Vitória, 9 mar. 2014. Disponível em: http://biblioteca.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20160830_aj09370_financaspublicas.pdf. Acesso em: 14 jan. 2025.

VIEIRA, Larissa Haddad Souza. **Arranjos Produtivos Locais (APLs) no Estado do Espírito Santo**: política pública, processo decisório e percepção de atores. 2016. 223 f. Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, 2016. Disponível em: https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/ffeb43ff-932a-4c5d-b3ea-aefadb155933/content. Acesso em: 31 maio 2024.

VITÓRIA (Município). Vitória inicia ano letivo de 2015 com três escolas em tempo integral. **Prefeitura Municipal de Vitória**, 2014. Disponível em: https://www.vitoria.es.gov.br/noticia/vitoria-inicia-ano-letivo-de-2015-com-tres-escolas-em-tempo-integral-16369. Acesso em: 30 jan. 2025.

VITÓRIA (Município). **Política Municipal de Educação Integral da PMV**. Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória, 2018. Disponível em: https://antigo.ibade.org.br/Cms_Data/Contents/SistemaConcursoIBADE/Media/PMVEDUC2019/edital/Pol-ticas-Educa-o-Integral.pdf. Acesso em: 30 jan. 2025.

VITÓRIA (Município). Secretaria Municipal de Educação. **Políticas de Educação Integral**. Vitória: Prefeitura Municipal de Vitória, 2018. Disponível em: https://antigo.ibade.org.br/Cms_Data/Contents/SistemaConcursoIBADE/Media/PMVEDUC2019/edital/Pol-ticas-Educa-o-Integral.pdf. Acesso em: 28 jan. 2025.

ZANDONADI, Denise. Crise das commodities como minério, celulose e aço afetam o estado. **Gazeta**, 2013. Disponível em: http://biblioteca.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20160722_aj05747_economia_commodities.pdf. Acesso em: 15 jan. 2025.

ZORZAL E SILVA, Marta. Trajetória político-institucional recente do Espírito Santo. In: INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Espírito Santo**: instituições, desenvolvimento e inclusão social. Vitória, 2010. Disponível em: https://ijsn.es.gov.br/Media/IJSN/PublicacoesAnexos/livros/IJSN_Determinantes_Cresc_ES.pdf . Acesso em: 24 mar. 2024.

WIKILEAKS**.** Nos bastidores, o lobby pelo pré-sal. **WikiLeaks**, 2010. Disponível em: https://wikileaks.org/Nos-bastidores-o-lobby-pelo-pre.html. Acesso em: 14 jan. 2025.

WIKILEAKS. Brazil: illicit finance conference uses the "T" word, successfully. **WikiLeaks**, 2009. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/09BRASILIA1282_a.html. Acesso em: 14 jan. 2025.

APÊNDICE A – LISTA DOS DOCUMENTOS ANALISADOS

LISTA DE DOCUMENTOS ANALISADOS NA PESQUISA		
Nome do documento/ano	**Tipo de documento**	**Local/data do acesso**
Relatório Anual 2004/2005	Impresso	Biblioteca do IJSN/ fev. 2024.
Relatório Anual 2006/2007	Impresso	Biblioteca do IJSN/ fev. 2024.
Relatório Anual 2007/2008	Impresso	Biblioteca do IJSN/ fev. 2024.
Relatório Anual 2009	Impresso	Biblioteca do IJSN/ fev. 2024.
Relatório Anual 2010	Impresso	Biblioteca do IJSN/ fev. 2024.
Relatório Anual 2011	Impresso	Biblioteca do IJSN/ fev. 2024.
Relatório das atividades do Programa Escola em Tempo Integral (2014/2017) /2017	Digital/pdf	https://es-acao.org.br/wp-content/uploads/2022/12/Relatorio-Gestao-ES-EM-ACAO-2017_280x220mm-media-qualidade.pdf. 02 set. 2021.
Relatório de Atividades/2021	Digital/pdf	https://es-acao.org.br/wp-content/uploads/2021/12/relatorio-atividades-esacao-2021.pdf. 14 maio 2022.
Relatório Linha do Tempo Integral/2022	Digital/pdf	https://es-acao.org.br/wp-content/uploads/2022/12/LINHA-DO-TEMPO-TEMPO-INTEGRAL.pdf. 14 jun. 2023.
Apresentação Institucional ES em Ação/2019	Digital/pdf	https://repositorio.enap.gov.br/jspui/bitstream/1/3881/2/01_ES_A%C3%A7%C3%A3o_OrlandoCaliman.pdf. 14 maio 2022.
Estatuto Espírito Santo em Ação/2019	Digital/pdf	https://es-acao.org.br/wp-content/uploads/2020/07/8%C2%AA-Altera%C3%A7%C3%A3o-Estatuto-Social.pdf./. 14 maio 2024.
Código de ética do Meesa/2020	Digital/pdf	https://es-acao.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Codigo-de-E%CC%81tica-Espi%CC%81rito-Santo-em-Ac%CC%A7a%CC%83o.pdf. 14 maio 2022.
Plano ES 2025/ 2006	Digital/pdf	https://planejamento.es.gov.br/Media/sep/Plano%20ES%202025/Plano%20de%20Desenvolvimento%20ES%202025.pdf. 30 maio 2022.
Plano ES 2030/ 2013	Digital/pdf	https://planejamento.es.gov.br/Media/sep/Plano%20ES%202030/ES2030.pdf. 30 maio 2022.
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis/2018	Digital/pdf	https://es-acao.org.br/wp-content/uploads/2020/07/ES-em-A%C3%A7%C3%A3o-DFs-e-NEs-dezembro-de-2018.pdf.14 jun. 2022.
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis/2019	Digital/pdf	https://es-acao.org.br/wp-content/uploads/2020/07/ES-em-A%C3%A7%C3%A3o-DFs-e-NEs-dezembro-de-2019.pdf. 14 jun. 2022.
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis/2020	Digital/pdf	https://es-acao.org.br/wp-content/uploads/2021/05/ES-em-A%C3%A7%C3%A3o-DFs-e-NEs-dezembro-de-2020-Final.pdf. 14 jun. 2022.
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis/2021	Digital/pdf	https://es-acao.org.br/wp-content/uploads/2021/12/relatorio-atividades-esacao-2021.pdf. 14 jun. 2022.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis/2022	Digital/pdf	https://es-acao.org.br/wp-content/uploads/2023/04/ES-EM-ACAO-DFs-e-NEs-Dezembro-2022-Final.pdf. 14 jun. 2023.
ES em Ação! / 12/09/2006	Digital/vídeo	Canal Capixaba (Youtube) https://www.youtube.com/watch?v=-mA5OqW-ANE&t=3s. jan. 2024.
Entrevista Fernando Galdi, ILA, Espaço Capixaba/ 08/06/2010	Digital/vídeo	Canal do Meesa no Youtube (antigo) Parte I: https://www.youtube.com/watch?v=HxBkX0uALuE; parte II: https://www.youtube.com/watch?v=3ISjgbqor2Y. jan. 2024.
Entrevista Luiz Wagner Chieppe ao ES no ar/ 27/04/2010	Digital/vídeo	Canal do Meesa no Youtube (antigo) Parte I: https://www.youtube.com/watch?v=pmcqJ8EAVYY; Parte II: https://www.youtube.com/watch?v=Yywi1rKtR88. jan. 2024.
Alexandre Nunes Theodoro em entrevista ao Bom dia ES/ 21/07/2010	Digital/vídeo	Canal do Meesa no Youtube (antigo) https://www.youtube.com/watch?v=6iPzmAfJSlE. jan. 2024.
Aridelmo Teixeira – membro do Instituto Líderes do Amanhã – Espaço Capixaba/ 01//03/2011	Digital/vídeo	Canal do Meesa no Youtube (antigo) https://www.youtube.com/watch?v=RV0jVPhWQj0. jan. 2024.
Espírito Santo em Ação – Educação Fundamental/ 20/10/2011	Digital/vídeo	Canal do Meesa no Youtube (antigo) https://www.youtube.com/watch?v=EkBbiVogRHM. jan. 2024.
Negócios de sucesso – Entrevista com Alexandre Theodoro/ 11/06/2012	Digital/vídeo	Canal do Meesa no Youtube (antigo) https://www.youtube.com/watch?v=ZeF-J5r7sU0. jan. 2024.
Projeto Coordenadores de Pais – Espaço Capixaba/ 12/03/2013	Digital/vídeo	Canal do Meesa no Youtube (antigo) https://www.youtube.com/watch?v=i-jUsejy0YE. fev. 2024.
Pedro Henrique Coutinho – Pres. Do Instituto Líderes do Amanhã – Espaço Capixaba/ 06//06/2013	Digital/vídeo	Canal do Meesa no Youtube (antigo) https://www.youtube.com/watch?v=5AI8rcsSrtc. fev. 2024.
Presidente do Espírito Santo em Ação – Luiz Wagner Chieppe – Espaço Capixaba/ 14/02/2014	Digital/vídeo	Canal do Meesa no Youtube (antigo) https://www.youtube.com/watch?v=9j_mcsBv9sA. fev. 2024.
Oficina de trabalho da Rede Empresarial com Luiz Wagner Chieppe/ 07/07/2014	Digital/vídeo	Canal do Meesa no Youtube (antigo) https://www.youtube.com/watch?v=ZsgLyF4YiAg. fev. 2024.
Luiz Wagner Chieppe – Logística é a solução – Folha Vitória/ 07/07/2014	Digital/vídeo	Canal do Meesa no Youtube (antigo) https://www.youtube.com/watch?v=klFAkERU0fY. fev. 2024.

Luiz Wagner Chieppe – Programa Linha do Tempo/ 09/07/2014	Digital/vídeo	Canal do Meesa no Youtube (antigo) https://www.youtube.com/watch?v=ZPVnjqGPxZw. fev. 2024.
Projeto Educação em Tempo Integral/ 26/07/2016	Digital/vídeo	Canal do Meesa no Youtube (antigo) https://www.youtube.com/watch?v=KwAqf1wnW5U. fev. 2024.
TV ES em Ação #1(AridelmoTeixeira) / 29/09/2017	Digital/vídeo	Canal TV ES em Ação (novo) https://www.youtube.com/watch?v=ZfXiffzFgt0. fev. 2024.
Visita da comitiva da Worldfund na Escola Viva, em São Pedro/ 11/10/2017	Digital/vídeo	Canal TV ES em Ação (novo) https://www.youtube.com/watch?v=iDB3SOe6agI. fev. 2024.
Depoimentos do II Fórum Empresarial/ 25/10/2017	Digital/vídeo	Canal TV ES em Ação (novo) https://www.youtube.com/watch?v=iDB3SOe6agI. fev. 2024.
Reunião do Conselho Operacional/ 18/12/2017	Digital/vídeo	Canal TV ES em Ação (novo) https://www.youtube.com/watch?v=YvHXGlDLIXs. fev. 2024.
TV ES em Ação #2 (ILA)/ 03/01/2018	Digital/vídeo	Canal TV ES em Ação (novo) https://www.youtube.com/watch?v=jbmSVm4ybMk. fev. 2024.
TV ES em Ação #3 (Fórum Liberdade e Democracia) / 04/01/2018	Digital/vídeo	Canal TV ES em Ação (novo) https://www.youtube.com/watch?v=gLlabWcRKEc. fev. 2024.
TV ES em Ação #4 (Nailson Dalla Bernadina) / 25/01/2018	Digital/vídeo	Canal TV ES em Ação (novo) https://www.youtube.com/watch?v=jTjWnPrp0p0. fev. 2024.
TV ES em Ação #5 (João Brito/Edp) / 08/02/2018	Digital/vídeo	Canal TV ES em Ação (novo) https://www.youtube.com/watch?v=Jng30OKxjuE. fev. 2024.
Visita à Escola Viva Joaquim Beato na Serra/ 26/02/2018	Digital/vídeo	Canal TV ES em Ação (novo) https://www.youtube.com/watch?v=coDmcrZOD3E. fev. 2024.
1ª Reunião de 2018 do Conselho Operacional/ 26/02/2018	Digital/vídeo	Canal TV ES em Ação (novo) https://www.youtube.com/watch?v=1sHhwBP88_Y. fev. 2024.
TV ES em Ação #6 (Paulo Wanick) / 22/03/2018	Digital/vídeo	Canal TV ES em Ação (novo) https://www.youtube.com/watch?v=UfXof0WvFL4. fev. 2024.
Condecoração na Ordem Nacional do Mérito Educativo/ 06/04/2018	Digital/vídeo	Canal TV ES em Ação (novo) https://www.youtube.com/watch?v=RMt1a9UAhbA. fev. 2024.
Fórum Brasil GRC/ 12/04/2018	Digital/vídeo	Canal TV ES em Ação (novo) https://www.youtube.com/watch?v=kd_ghqLGL6U. fev. 2024.
TV ES em Ação #7 (Fórum GRC) / 17/04/2018	Digital/vídeo	Canal TV ES em Ação (novo) https://www.youtube.com/watch?v=AQQ5ws8hSF8. fev. 2024.
Programa de formação de secretários	Digital/vídeo	Canal TV ES em Ação (novo) https://www.youtube.com/watch?v=6PZQ5QPEmmI. fev. 2024.

executivos/ 25/05/2018		
Painel – Como transformar o Espírito Santo na porta de entrada de projetos inovadores/ 29/05/2018	Digital/vídeo	Canal TV ES em Ação (novo) https://www.youtube.com/watch?v=D4CqGEMNXGI. fev. 2024.
Secretário da Educação Ministério/ 08/06//2018	Digital/vídeo	Canal TVE ES (Youtube) https://www.youtube.com/watch?v=qOt42_U29eQ. fev. 2024.
Oficina de trabalho – Efetividade do Sistema de Avaliação Ambiental ES/ 08/06/2018	Digital/vídeo	Canal TV ES em Ação (novo) https://www.youtube.com/watch?v=95Nv5v-HbRw. fev. 2024.
Workshop: mudança de Mindset na educação/ 18/06/2018	Digital/vídeo	Canal TV ES em Ação (novo) https://www.youtube.com/watch?v=I4SFj4OG-kM. fev. 2024.
Visita à Escola Viva em São Pedro/ 28/06/2018	Digital/vídeo	Canal TV ES em Ação (novo) https://www.youtube.com/watch?v=NVi2N3-h3_g. fev. 2024.
Visita à Escola Viva Pastor Oliveira de Araújo/ 16//07/2018	Digital/vídeo	Canal TV ES em Ação (novo) https://www.youtube.com/watch?v=VeWR1RvvbUk. fev. 2024.
TV ES em Ação #8 (cidadania e inclusão social) / 16/07/2018	Digital/vídeo	Canal TV ES em Ação (novo) https://www.youtube.com/watch?v=47ZI0_4_WXc. fev. 2024.
Diálogo sobre a Reforma Trabalhista/ 17/07/2018	Digital/vídeo	Canal TV ES em Ação (novo) https://www.youtube.com/watch?v=K9aqqvZM-oA. fev. 2024.
Painel - Segurança Pública: desafios de gestão e políticas públicas/ 25/07/2018	Digital/vídeo	Canal TV ES em Ação (novo) https://www.youtube.com/watch?v=f_y1VGKLMYk. fev. 2024.
Visita à Escola de Tempo Integral Profissionalizante/ 01/08/2018	Digital/vídeo	Canal TV ES em Ação (novo) https://www.youtube.com/watch?v=6uwlHSlrFKY. fev. 2024.
TV ES em Ação #9 (Priscila Cruz, TPE) / 25/09/2018	Digital/vídeo	Canal TV ES em Ação (novo) https://www.youtube.com/watch?v=TXcqwMqbgAo. fev. 2024.
TV ES em Ação #10 (Orlando Caliman, diretor de educação) / 19/10/2018	Digital/vídeo	Canal TV ES em Ação (novo) https://www.youtube.com/watch?v=M44iHAAkkn8. fev. 2024.
TV ES em Ação #11 (6º Fórum Liberdade e Democracia, Cláudia Constin e cia) / 09/11/2018	Digital/vídeo	Canal TV ES em Ação (novo) https://www.youtube.com/watch?v=N3N_Px9TQ_Y. fev. 2024.
TV ES em Ação #12 (Poesia na escola) / 19/11/2018	Digital/vídeo	Canal TV ES em Ação (novo) https://www.youtube.com/watch?v=kFvl1EvK6LE. fev. 2024.
Vídeo manifesto do ES em Ação/ 19/12/2018	Digital/vídeo	Canal TV ES em Ação (novo) https://www.youtube.com/watch?v=QVGxmaP-cIQ. fev. 2024.

Rede de formação dos Institutos de Lideranças/ 29/01/2019	Digital/vídeo	Canal TV ES em Ação (novo) https://www.youtube.com/watch?v=wiPKTykY8GM. fev. 2024.
30 novos ensinas no município de Cariacica/08/02/2019	Digital/vídeo	Canal TV ES em Ação (novo) https://www.youtube.com/watch?v=7pjTHLKZUas. fev. 2024.
TV ES em Ação #13 (Ensina BR) / 11/02/2019	Digital/vídeo	Canal TV ES em Ação (novo) https://www.youtube.com/watch?v=_WkJv89bEOw. fev. 2024.
Cachoeiro de Itapemirim: Escola Viva nas escolas da rede municipal / 22/03/2019	Digital/vídeo	Canal TV ES em Ação (novo) https://www.youtube.com/watch?v=Sj0eMrXjEoA. fev. 2024.
TV ES em Ação #14 (2º GRC) / 11/04/2019	Digital/vídeo	Canal TV ES em Ação (novo) https://www.youtube.com/watch?v=Mse_3BlO8c8. fev. 2024.
Educação em debate – caminhos para modernizar o Ensino Médio e a educação no Brasil (Vitor de Ângelo, Claudia Constin etc.) / 31/05/2019	Digital/vídeo	Canal TV ES em Ação (novo) https://www.youtube.com/watch?v=sRvngLremOU. fev. 2024.
Educação em debate – prioridades na educação brasileira (núcleo educação e Priscila Cruz) / 19/07/2019	Digital/vídeo	Canal TV ES em Ação (novo) https://www.youtube.com/watch?v=mbzKPeMjHa0. fev. 2024.
Entrevista com Veveu Arruda / 14/08/2019	Digital/vídeo	Canal TV ES em Ação (novo) https://www.youtube.com/watch?v=m_DSC2kEFuY. fev. 2024.
Relatório Gestão 2016-2019 / 19//09/2019	Digital/vídeo	Canal TV ES em Ação (novo) https://www.youtube.com/watch?v=GonlE8jEu8E. fev. 2024.
Reforma Administrativa / 05/12/2019	Digital/vídeo	Canal TV ES em Ação (novo) https://www.youtube.com/watch?v=H7ud7PrltBY. fev. 2024.
Encontro de final do ano do ES em Ação (presença de Renato Casagrande) / 19/12/2019	Digital/vídeo	Canal TV ES em Ação (novo) https://www.youtube.com/watch?v=Zij1rtDvJGY. fev. 2024.
O futuro das CHICS (Cidades Inteligentes) / 19/08/2020	Digital/vídeo	Canal TV ES em Ação (novo) https://www.youtube.com/watch?v=Fc3DrlWY-cA&t=975s. fev. 2024.
Diretrizes 2020 – live Mobilidade / 25/08/2020	Digital/vídeo	Canal TV ES em Ação (novo) https://www.youtube.com/watch?v=daAIODrBN78. fev. 2024.
Diretrizes 2020 – live live Políticas Públicas e Equilíbrio Fiscal / 03/09/2020	Digital/vídeo	Canal TV ES em Ação (novo) https://www.youtube.com/watch?v=tyZWe4NFN04. fev. 2024.

Educação que transforma – Reunião Messes/ 11/05/2021	Digital/vídeo	Canal Messes (Youtube) https://www.youtube.com/watch?v=0ouEA9E17hk. fev. 2024.
Diretrizes 2020 – live live Urbanização e problemas urbanos / 15/09//2020	Digital/vídeo	Canal TV ES em Ação (novo) https://www.youtube.com/watch?v=_YlVdtfe3Fg. fev. 2024.
Diretrizes 2020 – live Educação / 10/09/2020	Digital/vídeo	Canal TV ES em Ação (novo) https://www.youtube.com/watch?v=_YlVdtfe3Fg. fev. 2024.
Diretrizes 2020 – Live Governo Digital / 24/09/2020	Digital/vídeo	Canal TV ES em Ação (novo) https://www.youtube.com/watch?v=ptuTin2aWJ4. fev. 2024.
Diretrizes 2020 – live Desenvolvimento Econômico / 13/10/2020	Digital/vídeo	Canal TV ES em Ação (novo) https://www.youtube.com/watch?v=7NXYuEG3eGE&t=3864s. fev. 2024.
Educação em Tempo Integral no Espírito Santo – Meta 6 do Plano Estadual de Educação/ 18/05/2021	Digital/vídeo	Canal do IJSN (Youtube) https://www.youtube.com/watch?v=xTUJO2bC5tg. fev. 2024.
Impactos e resultados do ES em Ação / 15/12/2021	Digital/vídeo	Canal TV ES em Ação (novo) https://www.youtube.com/watch?v=bFC1G2XYnqA&t=190s. fev. 2024.
Apresentação do Programa Aprender Valor/ 22/06/2021	Digital/vídeo	Canal Sicoob Espírito Santo (Youtube) https://www.youtube.com/watch?v=s_0XcPhPo5Y. fev. 2024.
Educação em Tempo Integral no Espírito Santo/ 22/09/2021	Digital/vídeo	Canal do IJSN (Youtube) https://www.youtube.com/watch?v=otEM5BJC20A. fev. 2024.
Mobilização Empresarial pela qualidade da educação/ 09/02/2022	Digital/vídeo	Canal ABC Lives (Youtube) https://www.youtube.com/watch?v=T-KMczXsm5o. fev. 2024.
ES Brasil Entrevista – Nailson Dalla Bernadina e Luciano Gollner/ 05/12/2022	Digital/vídeo	Canal Revista ES Brasil (Youtube) https://www.youtube.com/watch?v=0IiKGXaWCuA. fev. 2024.
Transformação digital dos municípios / 15/12/2022	Digital/vídeo	Canal TV ES em Ação (novo) https://www.youtube.com/watch?v=F9wYWnoZnc4 . fev. 2024.

APÊNDICE B – MANTENEDORAS E PARCEIRAS DO MOVIMENTO TPE

Organização	Perfil	Campo de Atuação	Abrangência de Atuação	Principais Iniciativas	Endereço Eletrônico
Movimento Bem Maior	Fundação/Instituto Independente; associado ao Gife.	Apoio à gestão de organizações da sociedade civil Desenvolvimento Comunitário/ de base Impacto social	Nacional	Incentivo à filantropia, arrecadação de recursos e engajamento social.	https://movimentobemmaior.org.br/
Itaú Educação e Trabalho (vínculo com a Fundação Itaú)	Fundação/Instituto Empresarial; associado ao Gife.	Educação Profissional e Tecnológica	Nacional	Apoio técnico e Acordos de Cooperação Técnica na implementação de Itinerários de formação Técnica nas redes estaduais (MG, ES, MA, SE, PB, MS e PI)[581], desenvolvimento de metodologias e Estudos e pesquisas.	https://www.itaueducacaoetrabalho.org.br/
Itaú Social vínculo com a Fundação Itaú)	Fundação/Instituto Empresarial; associado ao Gife.	Educação	Nacional	Pesquisas e programas de formação de gestores e docentes.	https://www.itausocial.org.br/
B3 Social	Fundação / Instituto Empresarial; associado ao Gife.	Educação, Esporte e Recreação, Formação de Jovens para o Trabalho e/ou Cidadania, Geração de Trabalho e Renda	SP	Melhoria da educação pública brasileira e fortalecimento de organizações da sociedade civil.	https://www.b3.com.br/pt_br/b3/b3-social/quem-somos/
Fundação Telefônica Vivo	Fundação / Instituto Empresarial; associado ao Gife.	Comunicação Defesa de Direitos Educação Formação de jovens para o trabalho e/ou para a cidadania Meio Ambiente	SP	Formação docente; oferta de conteúdos para o desenvolvimento de competências digitais nos estudantes e professores.	https://www.fundacaotelefonicavivo.org.br/
Fundação Vale	Fundação / Instituto Empresarial;	Educação, Defesa de Direitos, Esporte, Geração	ES, MA, MG, MS, PA, RJ	Projetos integrados às comunidades onde a Vale atua.	https://www.fundacaovale.org/

[581] (Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1uyBn-FpSCN47tqkMkNTt6QQU8gTt_TJ_/view . Acesso em 02 jun. 2024).

	associado ao Gife.	de Trabalho, Saúde			
Fundação Lemann	Fundação / Instituto Familiar (Jorge Paulo Lemann); associado ao Gife.	Educação, Impacto Social, Lideranças	Nacional	Apoio no suporte técnico em política de alfabetização, em boas práticas de gestão e formação de professores e recursos digitais.	https://fundacaolemann.org.br/
Instituto Unibanco	Fundação / Instituto Empresarial; associado ao Gife.	Educação, Defesa de Direitos	Nacional	Elabora soluções de gestão para melhorar os resultados do Ensino Médio em escolas públicas.	https://www.institutounibanco.org.br/
Instituto Natura	Fundação / Instituto Empresarial; associado ao Gife.	Apoio à gestão de organizações da sociedade civil Educação	Internacional	Apoio no suporte técnico em política de alfabetização e Educação e mobilização para as Consultoras de Beleza.	https://www.institutonatura.org/
Imaginable Futures	Fundação / Instituto Familiar (Grupo Omidyar) ; associado ao Gife.	Educação, Direitos Humanos e equidade racial	Internacional	Defesa de políticas afirmativas.	https://www.imaginablefutures.com/
Fundação Bradesco	Fundação / Instituto Empresarial; associado ao Gife.	Educação	Nacional	Ensino gratuito presencial e EaD com foco na inclusão social.	https://www.ev.org.br/
Instituto Gol	Fundação/Instituto Empresarial.	Educação, Cultura, Esporte e Meio Ambiente	Internacional	Apoio à programas educacionais, culturais, esportivos e ambientais.	https://www.voegol.com.br/sobre-a-gol/sustentabilidade
Instituto Península	Fundação / Instituto Familiar (Abílio Diniz); associado ao Gife.	Educação, Esporte	Nacional	Desenvolve um núcleo de pesquisas e estudos sobre políticas públicas de formação docente, com cursos, materiais etc.	Mantenedor https://www.institutopeninsula.org.br/
Fundação Lúcia & Pelerson Penido (FLUPP)	Fundação/Instituto familiar (Penido)	Desenvolvimento e defesa de direitos	SP	Ações de *Advocacy,* prêmios, seminários e parcerias em formações iniciais e continuadas.	https://www.flupp.org.br/
Instituto Ambikira	Fundação/Instituto Empresarial.	Educação, capacitação, gestão e assistência social	SP e RJ	Investimentos sociais e filantropia profissional.	https://ambikira.org.br/
Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal	Fundação / Instituto Familiar (Gastão	Educação, Primeira Infância, defesa	Nacional	Promoção do desenvolvimento na primeira infância, políticas públicas	https://www.fmcsv.org.br/pt-BR/

	Vidigal); associado ao Gife.	de direitos, assistência social		para crianças de 0 a 6 anos.	
Fundação Grupo Volkswagen	Fundação/Instituto Empresarial; associado ao Gife.	Desenvolvimento comunitário de base, mobilidade urbana e Educação	Nacional	Produção de conteúdo online, divulgação de cursos e oferta de planos de aula e materiais educativos.	https://fundacaogrupovw.org.br/
Fundação Educar DPaschoal	Fundação/Instituto Empresarial; associado ao Gife.	Educação, Assistência Social, Comunicação, Cultura e Artes, Defesa de Direitos, Esporte e recreação, Formação de jovens para o trabalho e/ou para a cidadania.	Nacional	Apoio à gestão de organizações da sociedade civil, formação profissional, rede de cooperação, oficinas, produção e distribuição de livros e materiais de apoio.	https://fundacaoeducar.org.br/
Fundação Roberto Marinho	Fundação / Instituto Familiar (Marinho); associado ao Gife.	Comunicação, Cultura e Artes, Educação, Geração de Trabalho e Renda, Meio Ambiente	Nacional	Apoio à gestão de organizações da sociedade civil, produção de conteúdo e Formação profissional e cidadã	https://www.frm.org.br/
MovimentoArredondar	Fundação / Instituto Independente; associado ao Gife.	Organizações da sociedade civil e Desenvolvimento	Nacional	Apoio à gestão de organizações da sociedade civil, conecta Ongs aos canais de doação.	https://arredondar.org.br/quem-somos/
Instituto Votorantim	Fundação/Instituto Empresarial; associado ao Gife.	Meio Ambiente, Saúde, Educação, Desenvolvimento dos objetivos do Milênio.	Nacional	Propósito de impulsionar negócios sustentáveis por meio de projetos, consultorias, investimento e rede de construção de conhecimento.	https://www.institutovotorantim.org.br/sobre/
Instituto Orizon	Fundação/Instituto Empresarial; associado ao Gife.	Comunidades e Desenvolvimento Local, Economia Circular, Economia de Baixo Carbono, Educação Ambiental, Juventudes, Mudanças climáticas e Sustentabilidade.	AL, GO, MG, MT, PB, PE, RJ, RO, SE e SP	Projetos voltados às Juventudes, eixos de atuação: educação ambiental, desenvolvimento local, cultura da circularidade e de baixo carbono, assim como o desenvolvimento de jovens talentos na área da inovação e sustentabilidade.	https://institutoorizonsocial.org.br/

Parceiros da Educação	Fundação/Instituto Empresarial	Assistência Social, Cultura, Patrimônio, Educação, Criança e adolescente, Esporte e Lazer.	SP	Responsável por estabelecer parcerias entre escolas e redes públicas com a sociedade civil nos âmbitos pedagógicos, gestão, comunitário e infraestrutura.	https://parceirosdaeducacao.org.br/
Instituto João e Maria Backheuser (IJMB)	Fundação / Instituto Familiar (Backheuser); associado ao Gife.	Educação	RJ	Oferta formação, gestão, e material para programa de alfabetização, Prêmio de Educação e campanhas de doação de livros.	https://ijmb.org.br/
Limmat Stiftung	Fundação / Instituto Empresarial	Organizações da sociedade civil e Desenvolvimento	Internacional	Oferta de soluções para doadores para implementação de ideias e projetos filantrópicos.	https://www.limmat.org/de/startseite/
Fundação Bracell	Fundação / Instituto Empresarial	Educação Infantil e Lideranças	Nacional	Formação e bolsa de estudos para formação de lideranças, apoio ao programa de aprendizagens na pré-escola e apoio ao Grupo de Trabalho sobre Primeira Infância do Conselhão (CDESS).	https://fundacaobracell.org.br/
Empresas	Ifood, Adega Alentejana, Prisma Capital e Suzano.				
Pessoas Físicas	Família Kishimoto, Milú Villela, Família Hallak, Álvaro de Souza, Eduardo Vassimon, Luiz Terepins, Roberto Bielawski e Marina Arnhold,				

Fonte: Elaborado pelo autor (2024), com base nas informações disponíveis no Gife (2024) e nos endereços eletrônicos das organizações.

APÊNDICE C – PRIMEIROS ASSOCIADOS ILA

Primeiros Associados do ILA (2011)	
Nome	**Empresas Representadas**
Alex Matilha	ArcelorMittal
Abdo José Bertollo Chequer	Rede Gazeta
Adelino Junior Thomazini	Conilon Brasil
Aniceto Frizzeto Neto	Rede Gazeta
Arthur Santos Fiorott	Conilon Brasil
Bento Ângelo Puziol Amaral	Magia do Sono
Carine Arruda Bolzan Oliveira	USM – Montagem e Manutenção Industrial
Carlos Gonzaga Souza Filho	Rede Gazeta
Carlos Henrique Sampaio D'andrea	ArcelorMittal
Caroline Jabour de França	Diagonal Empreendimentos e Gestão
Cristiane Lazzaro	ArcelorMittal

Daniel da Rocha Ramos Pereira	Vale
Djalma Quintino Malta Neto	Dikma Serviços Gerais
Eros Nicco Guimarães	Aymores Embalagens
Fábio Paiva Scardua	ArcelorMittal
Felipe Ribeiro Lorenzon	Lorenge Empreendimentos Imobiliários
Geraldo Nascimento Ramos	Rede Gazeta
Gilber dos Santos Régio	Fibravit Engenharia e Serviços
Guilherme Luciano Gollner de Oliveira	Torre de Pizza
Henrique de Assis Ottoni	Farmaderm
José Carlos Buffon Junior	BM Advogados
Larissa Ribeiro Lorenzon	Lorenge Empreendimentos Imobiliários
Liane Rangel Lorenzon	Lorenge Empreendimentos Imobiliários
Luiz Felipe Rigo	Loteria Carapina
Mayrielle Guiso de Abreu	Rede Gazeta
Milena Ribeiro de Souza	Rede Gazeta
Orlando Bolsanelo Caliman	Calimam e Teixeira de Freitas Advogados
Paula Roseli Rodrigues	Rede Gazeta
Pedro Henrique Mannato Coutinho	Projeta Sistema de Informação
Rafael Dias Nascimento	Rede Gazeta
Rafael Queiroz Silveira	Rede Gazeta
Renan Lima	Investcapital Gestão de investimentos
Renato Miguez de Menezes	Unimov Edificações
Roberto Leandro Mauri	Rede Gazeta
Thiago Borges de Oliveira	ArcelorMittal
Welington Luiz Pompermayer	Coopttec Cooperativa de Trabalho

APÊNDICE D – COMPOSIÇÃO DAS MESAS DIRETORAS (2003-2025)

Quadro. Diretoria Triênio 2003/2005

Diretoria Triênio 2003/2005			
Cargo	**Nome**	**Vínculo empresarial**	**Governo Estadual**
Coordenador	Ernesto Mosaner Junior	Carboderivados	

Subcoordenador	Walter Lídio Nunes	Aracruz Celulose	Paulo Hartung (PSB)
Tesoureiro	Sérgio Rogério de Castro	Fibrasa	

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das informações dos relatórios de atividade do Meesa (2024).

Quadro. Diretoria Triênio 2006/2008

Diretoria Triênio 2006/2008			
Cargo	**Nome**	**Vínculo empresarial**	**Governo Estadual**
Diretor Coordenador	Nilton Carlos Chieppe	Águia Branca	Paulo Hartung (PMDB)
Diretor Subcoordenador	Walter Lídio Nunes	Aracruz Celulose	
Diretor Tesoureiro	Ernesto Mosaner Junior	Carboderivados	

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das informações dos relatórios de atividade do Meesa (2024).

Quadro. Diretoria Triênio 2009/2010

Diretoria Triênio 2009/2010*			
Cargo	**Nome**	**Vínculo empresarial**	**Governo Estadual**
Presidente	Walter Lídio Nunes	Aracruz Celulose	Paulo Hartung (PMDB)
Vice-presidente operacional	Ernesto Mosaner Junior	Carboderivados	
Vice-presidentes institucional	Alexandre Nunes Theodoro	Faesa	
	João Gualberto Moreira Vasconcelos	Futura	
	Luiz Wagner Chieppe	Águia Branca	

***** Em 2010 uma nova eleição foi realizada em função do desligamento do presidente Walter Lídio Nunes da Fibria, que retorno para Porto Alegre (RS).
Fonte: Elaborado pelo autor a partir das informações dos relatórios de atividade do Meesa (2024).

Quadro. Diretoria Triênio 2010/2012

Diretoria Triênio 2010/2012			
Cargo	**Nome**	**Vínculo empresarial**	**Governo Estadual**
Presidente	Alexandre Nunes Theodoro	Faesa	Renato Casagrande (PSB)
Vice Presidente Operacional	Mario Amaro da Silveira	Águas de Cachoeiro S/A	
Vice-presidente institucional	José Teófilo Oliveira	Econos	
Vice-presidente institucional	Luiz Wagner Chieppe	Águia Branca	

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das informações dos relatórios de atividade do Meesa (2024).

Quadro. Diretoria Triênio 2013/2016

Diretoria Triênio 2013/2016			
Cargo	**Nome**	**Vínculo empresarial**	**Governo Estadual**
Presidente	Luiz Wagner Chieppe	Águia Branca	Renato Casagrande (PSB) (2013/2014)
Vice Presidente Operacional	Adilson Martinelli	ArcelorMittal	
Vice-presidente institucional	Aridelmo Teixeira	Fucape	Paulo Hartung (PMDB) (2015/2016)
Vice-presidente institucional	Leonardo de Castro	Fibrasa	

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das informações dos relatórios de atividade do Meesa (2024).

Quadro. Diretoria Triênio 2016/2018

Diretoria Triênio 2016/2019			
Cargo	**Nome**	**Vínculo empresarial**	**Governo Estadual**
Diretor-presidente	Aridelmo Teixeira	Fucape	Paulo Hartung (PMDB)
Diretor de Desenvolvimento	Luiz Wagner Chieppe	Águia Branca	
Diretor de Competitividade	Nailson Dalla Bernardina	Sicoob	
Diretor de Gestão	Paulo Wanick	Arcelor Mittal	
Diretor de Projetos	João Brito	EDP	

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das informações dos relatórios de atividade do Meesa (2024).

Quadro. Diretoria Triênio 2018/2019

Diretoria Triênio 2016/2019			
Cargo	**Nome**	**Vínculo empresarial**	**Governo Estadual**
Diretor-presidente	Luiz Wagner Chieppe	Águia Branca	Paulo Hartung (MDB)
Diretor de Educação e Políticas Públicas	Orlando B. Caliman	Apex Partners	
Diretor de Desenvolvimento	Fabio Brasileiro	Vale S.A.	
Diretor de Competitividade	Nailson Dalla Bernardina	Sicoob	
Diretor de Gestão	Paulo Wanick	Arcelor Mittal	
Diretor de Projetos	João Brito	EDP	

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das informações dos relatórios de atividade do Meesa (2024).

Quadro. Diretoria Triênio 2019/2022

Diretoria Triênio 2019/2022			
Cargo	**Nome**	**Vínculo empresarial**	**Governo Estadual**
Diretor-presidente	Fabio Brasileiro	Vale	Renato Casagrande (PSB)
Diretor de Gestão e Governo Digital	Nailson Dalla Bernardina	Sicoob	
Diretor de Formação de Lideranças	Paulo Wanick	Arcelor Mittal	
Diretor de Mobilização e Relacionamento	Rimaldo de Sá	Beta Rede	
Diretor de Inovação e Rede Empresarial	Sergio Mileipe	Samarco	

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das informações dos relatórios de atividade do Meesa (2024).

Diretoria Triênio 2022/2025			
Cargo	**Nome**	**Vínculo empresarial**	**Governo Estadual**
Diretor-presidente	Nailson Dalla Bernardina	Sicoob	Renato Casagrande (PSB)
Diretor de Gestão	Rimaldo de Sá	Beta Rede	
Diretor de Formação de Lideranças	Gabriel Martins Feitosa	eMeg	
Diretor de Redes	Sergio Mileipe	Samarco	
Diretor de Gestão Pública	Fernando Peixoto Saliba	EDP	
Diretor de Desenvolvimento	Rodrigo Saba Ruggiero	Vale	
Diretor de Educação	Rodrigo de Oliveira Gama	Arcelor Mittal	

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das informações do endereço eletrônico do Meesa (2024).

ANEXO A – TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 0113//2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 0113/2014
PROCESSO Nº 5688460/2014

TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 0113/2014, QUE CELEBRAM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, O MOVIMENTO EMPRESARIAL DO ESPÍRITO SANTO, O INSTITUTO FUCAPE DE TECNOLOGIAS SOCIAIS – IFTS, O INSTITUTO NATURA, O INSTITUTO DE CO-RESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO – ICE E O INSTITUTO QUALIDADE NO ENSINO – IQE.

O MUNICÍPIO DE VITÓRIA, Capital do Espírito Santo, pessoa jurídica de direito público interno com sede à Av. Mal. Mascarenhas de Moraes, n.º1927, Bento Ferreira, nesta Capital, CNPJ n.º 27.142.058/0001-26, neste ato representado pelo seu Prefeito **LUCIANO SANTOS REZENDE**, portador da carteira de identidade nº 440.563, expedida pela SSP/ES e inscrito no CPF sob o nº [redacted], por intermédio da Secretaria de Educação, neste ato representada pela Secretária Municipal de Educação **ADRIANA SPERANDIO**, brasileira, casada, pedagoga, portadora da CI nº [redacted] SSP/ES e CPF nº [redacted], doravante denominada simplesmente **PRIMEIRO PARTÍCIPE/PMV/SEME**, o **MOVIMENTO EMPRESARIAL DO ESPÍRITO SANTO** entidade civil sem fins econômicos, regularmente constituído e com endereço na Rua José Alexandre Buaiz, nº 190, sala 1413, Enseada do Suá, Vitória - ES, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.624.417.0001-49, doravante simplesmente designado **SEGUNDO PARTÍCIPE/ES em AÇÃO** neste ato representado pelo seu presidente **LUIZ WAGNER CHIEPPE**, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº [redacted], portador da cédula de identidade RG nº 150201 – SSP/ES, o **INSTITUTO FUCAPE DE TECNOLOGIAS SOCIAIS**, entidade civil sem fins econômicos, regularmente constituído e com endereço na Av. Fernando Ferrari, 1358, Bairro Boa Vista, Vitória – ES, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 20.317.623/0001-08, doravante simplesmente designado **TERCEIRO PARTÍCIPE/IFTS** neste ato representado pelo seu presidente **ARIDELMO JOSÉ**

232

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CAMPANHARO TEIXEIRA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF/MF sob o nº [redacted]2, portador da cédula de identidade RG nº [redacted]- SSP/ES, residente e domiciliado na Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 581, Enseada do Suá, Vitória – ES, o **INSTITUTO NATURA,** entidade civil sem fins econômicos, regularmente constituído e com endereço na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 201, Conj. 171, Condomínio Edifício Faria Lima, CEP 05.426-100, cidade de São Paulo - SP, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 12.384.445/001-00, doravante simplesmente designado **QUARTO PARTÍCIPE/iNatura** neste ato representado pelo seu presidente **PEDRO CRUZ VILLARES**, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº. [redacted]0 , portador da cédula de identidade RG nº[redacted]- SSP/SP, o **INSTITUTO QUALIDADE NO ENSINO - IQE,** entidade civil sem fins econômicos, regularmente constituída e com endereço na Av. Professor Alceu Maynard de Araujo, 153, sala 42, Várzea de Baixo, São Paulo – SP, CEP: 04726-160, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.000.633/0001-08, doravante designado simplesmente **QUINTO PARTÍCIPE/IQE**, neste ato representado, nos termos do Estatuto Social pelo Presidente Executivo, **JOSÉ HORÀCIO GAYOSO E ALMENDRA**, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº[redacted], portador da cédula de identidade RG nº[redacted]SSP/PE, residente e domiciliado na Rua Deputado Laércio Corte, nº 1200, apartamento 1061, Panamby – Morumbi - SP, e o **INSTITUTO DE CO-RESPONSABILIDADE PELA EDUCAÇÃO - ICE,** entidade civil sem fins econômicos, regularmente constituída e com endereço na Av. Engenheiro Antônio de Góes, nº 60 – 17º andar, bairro do Pina, CEP 51.010-000, cidade de Recife - PE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.364.274/0001-83, doravante designado simplesmente **SEXTO PARTÍCIPE/ICE**, neste ato representado, pelo Presidente do Conselho de Administração **MARCOS ANTÔNIO MAGALHÃES**, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o n[redacted], portador da cédula de identidade RG nº 628.332 – SSP/PE, residente e domiciliado na Alameda Argentina 482, Alphaville Residencial 2, Barueri, São Paulo –SP:

CONSIDERANDO que a causa da Educação e do Ensino Público, em especial do ensino básico, é dever e responsabilidade do Poder Público, mas sendo a base do bem comum, também implica corresponsabilidade da sociedade como condição para o aperfeiçoamento do desenvolvimento humano;

CONSIDERANDO que essa corresponsabilidade deve ser estimulada e disseminada na sociedade mediante as mais diversas formas de participação ativa, congregando entidade e pessoas como exercício de cidadania;

233

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer princípios e diretrizes em torno de uma parceria entre o setor público e entidades da sociedade civil corresponsáveis, que objetive intervir nas questões relativas ao Ensino Público Fundamental, assegurando sua universalidade e gratuidade, e ao mesmo tempo aperfeiçoando seus instrumentos de gestão e sobretudo melhoria de qualidade, com mecanismos de controle;

RESOLVEM celebrar o presente Termo de Cooperação, que será em tudo regido pelos preceitos e princípios de direito público, devendo ser executado com estrita observância das condições constantes das cláusulas e condições que aceitam e mutuamente se outorgam nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Termo tem como objeto o desenvolvimento de um conjunto de ações que visam à melhoria da oferta e da qualidade do ensino público fundamental do Município de Vitória, no processo de implantação de Escolas de Ensino Fundamental em Tempo Integral/Anos Finais, assegurando a efetividade desse dever do Estado no âmbito da rede pública.

1.2 Para consecução do objetivo principal e o desenvolvimento do ensino fundamental em Vitória, as partes envolvidas se comprometem formalmente a contribuir de modo permanente e efetivo, na forma adiante especificada, para a Causa de um Ensino Fundamental de Qualidade, Público e Gratuito, com gestão de qualidade e eficiência, sujeitas a aferição de resultados, mediante critérios objetivos previamente definidos e de conhecimento público.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PLANO DE TRABALHO

2.1 O Plano de Trabalho anexo ao presente instrumento é parte integrante dele, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATRIBUIÇÕES

3.1 Para a consecução das ações objeto do presente instrumento caberá aos partícipes as seguintes atribuições, sob forma de corresponsabilidade:

234
VDB

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

3.1.1 – PRIMEIRO PARTÍCIPE/ SEME

Compete ao município de Vitória, por meio da Secretaria Municipal de Educação - SEME, durante o tempo de execução do presente instrumento:

a) Definir e tornar disponível de forma gradual as escolas, sempre escolhidas após análises de conveniência, oportunidade, e adequação aos objetivos do programa, dentre outros, com a finalidade de nelas implantar "Escolas de Ensino Fundamental em Tempo Integral", cujos princípios básicos estarão previamente definidos, quanto a recursos – humanos, técnicos e materiais – e a ações a serem desenvolvidas;

b) Criar, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, uma equipe com dedicação exclusiva à implantação do programa, reportando-se diretamente ao(à) Secretário(a) de Educação, sem intermediações. Esta organização deverá ser empoderada para decidir quanto a todos os aspectos do modelo de gestão e pedagógico a ser implantado nas escolas em tempo integral, segundo este instrumento;

c) Oferecer as instalações físicas das unidades de ensino e do corpo técnico necessários à implantação das "Escolas em Tempo Integral", envidando todos os esforços a fim de que estas tenham a sua infraestrutura físico-pedagógica prontas, antes do início de cada ano letivo;

d) Selecionar os diretores, professores e pessoal de apoio que serão envolvidos na tarefa em cada uma das "Escolas em Tempo Integral", segundo critérios definidos que garantam, conforme o caso, o acesso mediante requisitos prévios, objetivos e públicos, bem como a universalidade e gratuidade, preservando a obediência às leis e a compatibilidade com os objetivos do termo firmado;

e) Prover os meios logísticos necessários ao deslocamento dos consultores no perímetro do município de Vitória, no desenvolvimento das ações previstas neste instrumento;

f) Expedir os instrumentos legais ou normativos que, a juízo das partes, sejam indispensáveis ou necessários ao desenvolvimento dos objetivos e atividades previstas no presente instrumento;

235
Verso

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

g) Garantir os espaços e os horários de formação para os gestores e educadores das escolas, bem como a efetividade da presença;

h) Participar dos encontros de acompanhamento e avaliação das ações implementadas, propondo ajustes e soluções.

3.1.2 – SEGUNDO PARTÍCIPE/ ES em AÇÃO e TERCEIRO CONVENETE/IFTS

a) Promover a mobilização de pessoas e empresas do setor privado com o objetivo de obter recursos necessários ao desenvolvimento das atividades do ICE e do IQE;

b) Assegurar os recursos financeiros demandados pelo ICE e IQE, para custear as atividades necessárias à implantação do objeto deste termo;

c) Participar do processo de concepção, planejamento, implantação, gestão e avaliação das atividades desenvolvidas em razão do presente instrumento, em cada uma das escolas escolhidas;

d) Assegurar a disponibilidade de equipe qualificada para receber a transferência de tecnologias educacional, organizacional e de gestão, necessárias ou suplementares às atividades a serem desenvolvidas nas Escolas de Educação Integral por meio do presente termo;

e) Estimular, a partir da experiência positiva das "Escolas em Tempo Integral", a participação e corresponsabilidade de pessoas, empresas e outras organizações da comunidade, nas ações relativas à causa do ensino fundamental público e gratuito, no município de Vitória.

3.1.3 – QUARTO PARTÍCIPE/ iNatura

a) Como parceiro do ICE, o Instituto Natura proverá suporte estratégico referente à implantação de inovações pedagógicas demandadas pelo programa.

3.1.4 – QUINTO PARTÍCIPE/ IQE

a) Assegurar a capacitação dos professores das Escolas em Tempo Integral a serem implantadas nos conteúdos e metodologias relativos às disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências da Natureza;

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

b) Orientar, promover e acompanhar a formação continuada em serviço dos educadores que atuam nas escolas participantes do projeto, na modalidade de estudos e desenvolvimento de atividades com o seu grupo na escola e oficinas presenciais (em grupos com outros educadores), em encontros semanais;

c) Prover o material pedagógico necessário para a formação dos professores e as sequencias didáticas para o apoio à aprendizagem dos alunos, respeitando os princípios e diretrizes conceituais da Secretaria Municipal de Educação de Vitória;

d) Realizar avaliações diagnósticas periódicas relativas às três disciplinas, em todos os alunos, com recomendação do apoio à aprendizagem necessário para suprir as deficiências de aprendizagem identificadas;

e) Orientar os procedimentos de Apoio aos alunos que revelarem defasagens de aprendizagem no processo avaliativo do programa (reforço escolar semestral - Língua Portuguesa e em Matemática, após cada processo avaliativo);

f) Criar uma base de dados que permita a escola e a Secretaria o acompanhamento da evolução da aprendizagem por aluno, por turma, por escola e para toda a rede;

g) Participar dos encontros de acompanhamento e avaliação das ações implementadas, propondo ajustes e soluções.

3.1.5 – SEXTO PARTÍCIPE/ ICE

a) Assegurar, diretamente através da sua equipe ou através de parcerias, a transferência de tecnologias educacional, organizacional e de gestão, necessárias ou suplementares às atividades a serem desenvolvidas nas Escolas em Tempo Integral, de modo a perpetuar na Secretaria Municipal de Educação e no Movimento Empresarial do Espírito Santo as tecnologias implantadas;

b) Participar, em sistema de cogestão e corresponsabilidade, do processo de concepção, planejamento, implantação, gestão e avaliação das atividades desenvolvidas em razão do presente termo de cooperação, em cada uma das escolas escolhidas;

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

c) Apresentar instrumentos de acompanhamento das atividades em implantação ou implantadas, de modo a avaliar a sua compleição, fazendo recomendações para ações corretivas sempre que se mostrarem necessárias.

CLÁUSULA QUARTA – DOS TERMOS COMPLEMENTARES

4.1 Fará parte integrante e complementar deste instrumento os Termos Complementares que forem implementados, na medida das necessidades, com novas definições ou ajustes, os quais se integrarão ao mesmo como se nele previsto e, uma vez publicados por extrato no Diário Oficial do Município, passarão a obrigar as partes relacionadas.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS

5.1 Os participes, excetuando-se a Secretaria Municipal de Educação, se comprometem a viabilizar entre si, o custeio de eventuais gastos necessários para execução do objeto do termo pelos QUINTO e SEXTO PARTÍCIPE.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESPONSABILIZAÇÃO DAS PARTES

6.1 O Termo de Cooperação deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada uma delas pelas consequências de sua inexecução total ou parcial a que tiver dado causa.

6.2 A utilização temporária de pessoal que se tornar necessária para a execução do objeto deste termo não configurará vínculo empregatício de qualquer natureza, nem gerará qualquer tipo de obrigação trabalhista ou previdenciária para o **PRIMEIRO PARTÍCIPE.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

7.1 O presente termo será publicado por extrato, no Diário Oficial Municipal, dando-se conhecimento do mesmo à Câmara de Vereadores, em cumprimento ao disposto no parágrafo 2º do artigo 116, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

8.1 O prazo inicial de vigência do presente instrumento, ressalvadas as hipóteses de rescisão adiante previstas, é de 05 (cinco) anos, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, por iguais e sucessivos períodos, justificado o interesse público e atendidos os critérios de conveniência e oportunidade

CLÁUSULA NONA – DO ADITAMENTO

9.1 As alterações porventura necessárias ao fiel cumprimento do objeto deste termo serão efetivadas mediante prévio Termo Aditivo, que o integrará para todos os efeitos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

10.1 O presente termo será rescindido antecipadamente caso se evidencie a inviabilidade ou impossibilidade de alcançar os objetivos estabelecidos.

10.2 No caso de denúncia do instrumento por uma das partes, ficam mantidas as obrigações previstas para os demais partícipes, devendo ser promovido novos ajustes quanto ao objeto por meio de termo aditivo específico, podendo acarretar indenização no caso de retirada antecipada por parte do Segundo Partícipe.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – AÇÃO PROMOCIONAL

11.1 Os partícipes ajustam que qualquer ação promocional relacionada com os objetivos deste termo terá, obrigatória e exclusivamente, finalidade institucional, informativa, impessoal e educativa, destacando a participação do PRIMEIRO PARTÍCIPE/SEME e de eventuais empresas privadas que venham a se associar aos esforços do SEGUNDO PARTÍCIPE/E.S. em AÇÃO e TERCEIRO PARTÍCIPE/IFTS e sempre que possível estimulando a participação corresponsável de pessoas e organizações da comunidade.

11.2 Todas as ações promocionais serão, previamente, autorizadas por todos os partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1 Fica desde já eleito pelas convenentes, o foro da Comarca de Vitória, para dirimir as dúvidas ou questões suscitadas na execução do presente instrumento.

239

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

E por estarem assim justas e acordadas, firmam o presente Termo em 05 (cinco) vias, de igual teor e forma para único efeito de direito. Na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

Vitória, 23 de setembro de 2014.

Luciano Santos Rezende
Prefeitura Municipal de Vitória

Adriana Sperandio
Secretaria Municipal de Educação

Luiz Wagner Chieppe
Movimento Empresarial do Espírito Santo

Aridelmo José Campanharo Teixeira
Instituto Fucape de Tecnologias Sociais

Pedro Cruz Villares
Instituto Natura

José Horácio Gayoso e Almendra
Instituto Qualidade no Ensino – IQE

240

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Marcos Antônio Magalhães
Instituto de Co-Responsabilidade pela Educação - ICE

TESTEMUNHAS:

1. _____ CPF nº [redacted]
2. _____ CPF nº _____

256
Verso

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

APOSTILAMENTO AO TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 0113/2014
PROCESSO Nº 5688460/2014

APOSTILAMENTO AO TERMO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 0113/2014 ENTRE O IQE-INSTITUTO QUALIDADE NO ENSINO E O MUNICÍPIO DE VITÓRIA

1.1.Fica inclusa a alínea "h" no item 3.1.4 da Cláusula Terceira – Das Atribuições. O referido item passa a ter a seguinte redação:

"h) implementar avaliação diagnóstica de aprendizagem dos alunos do 4º e 5º anos das escolas indicadas pela SECRETARIA, integrantes do Programa Educação Ampliada, no período de 01 de junho de 2015 a 30 de agosto de 2015"

1.2. Para implementação as partes deverão:

1. Secretaria:

a) Enviar as listas de alunos e escolas que participarão do processo avaliativo, de acordo com o formato indicado pelo INSTITUTO;
b) Orientar as equipes da secretaria para o acompanhamento e auxílio às escolas nas datas de aplicação;
c) Orientar os educadores das escolas sobre os procedimentos necessários para recebimento, aplicação e recolhimento das avaliações, de acordo com as orientações recebidas;
d) Organizar os encontros para as devolutivas nas datas acordadas.

2. IQE:

a) Receber a listagem da Secretaria e criar o banco de dados que possibilitará a organização do manuseio e relatórios das avaliações aplicadas;
b) Informar os procedimentos para orientação da equipe da secretaria e das escolas;
c) Elaborar os itens e procedimentos de correção;
d) Imprimir todos os materiais necessários para cada escola/turma, acondicionar em envelopes e caixas, enviar para as escolas na data acordada;
e) Recolher nas escolas as caixas com as folhas de respostas e avaliações de produção de texto, encaminhando para correção;
f) Receber os materiais e proceder ao processo de correção;
g) Analisar os resultados observados e conduzir as devolutivas de resultados, presencialmente, em Vitória.

257
Vop

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

1.3. O valor total para a implementação de todo o processo é de **R$ 47.973,06** (quarenta e sete mil, novecentos e setenta e três reais e seis centavos), que será custeado pelo IQE-INSTITUTO QUALIDADE NO ENSINO, **sem qualquer ônus para Secretaria de Educação**, em todos as etapas que se referem às atribuições do IQE, detalhados no item **2.**

Vitória, 1 de junho de 2015.

Adriana Sperandio
Secretaria Municipal de Educação

ANEXO B – AVISO DE CHAMADA PÚBLICA DO PROCESSO Nº 69806624



DIÁRIO OFICIAL DOS PODERES DO ESTADO — LICITAÇÕES

4

Vitória (ES), Quarta-feira, 01 de Abril de 2015.

Ratifico o procedimento acima adotado para contratação da Empresa Plantão Serviços de Vigilância Ltda, inscrita no CNPJ Nº 25.183.468/0003-51 por Dispensa de Licitação nos termos dispostos no art. 24, inciso IV, Lei 8.666/93.

Vitória, 31 de março de 2015.

EDUARDO MALINI
Subsecretário de Estado de Administração e Finanças
Protocolo 140733

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo nº 69800057/2015

A SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEDU torna pública a DISPENSA DE LICITAÇÃO, com a finalidade de contratar, em caráter emergencial, a empresa Plantão Serviços de Vigilância Ltda, objetivando a prestação de serviços de vigilância patrimonial nas dependências internas e externas da Unidade Central, Superintendência Regional de Educação e das Unidades Escolares, pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, referente à área de abrangência do lote 04, do Pregão Eletrônico nº 0094/2009, com fulcro no Art. 24, inc. IV, da Lei N.º 8.666/93.

Valor total: R$7.535.657,94 (sete milhões quinhentos e trinta e cinco mil seiscentos e cinquenta e sete reais e noventa e quatro centavos).

Maria da Penha Comper Abreu
Presidente CPL-1/SEDU

Ratifico o procedimento acima adotado para contratação da Empresa Plantão Serviços de Vigilância Ltda, inscrita no CNPJ Nº 25.183.468/0003-51 por Dispensa de Licitação nos termos dispostos no art. 24, inciso IV, Lei 8.666/93.

Vitória, 31 de março de 2015.

EDUARDO MALINI
Subsecretário de Estado de Administração e Finanças
Protocolo 140734

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo nº 69800278/2015

A SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEDU torna pública a DISPENSA DE LICITAÇÃO, com a finalidade de contratar, em caráter emergencial, a empresa Security Vigilância Patrimonial Ltda, objetivando a prestação de serviços de vigilância patrimonial nas dependências internas e externas das Superintendências Regionais de Educação e das Unidades Escolares, pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, referente à área de abrangência do lote 05, do Pregão Eletrônico nº 0094/2009, com fulcro no Art. 24, inc. IV, da Lei N.º 8.666/93.

Valor total: R$5.419.126,80 (cinco milhões quatrocentos e dezenove mil cento e vinte e seis reais e oitenta centavos).

Maria da Penha Comper Abreu
Presidente CPL-1/SEDU

Ratifico o procedimento acima adotado para contratação da Empresa Security Vigilância Patrimonial Ltda, inscrita no CNPJ Nº 00.332.087/0006-09 por Dispensa de Licitação nos termos dispostos no art. 24, inciso IV, Lei 8.666/93.

Vitória, 31 de março de 2015.

EDUARDO MALINI
Subsecretário de Estado de Administração e Finanças
Protocolo 140735

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo nº 69839247/2015

A SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEDU torna pública a DISPENSA DE LICITAÇÃO, com a finalidade de contratar, em caráter emergencial, a Empresa Security Vigilância Patrimonial Ltda, objetivando a prestação de serviços de vigilância patrimonial nas dependências internas e externas das Superintendências Regionais de Educação e das Unidades Escolares, pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, referente à área de abrangência do lote 02, do Pregão Eletrônico nº 0094/2009, com fulcro no Art. 24, inc. IV, da Lei N.º 8.666/93.

Valor total: R$4.767.345,36 (quatro milhões setecentos e sessenta e sete mil trezentos e quarenta e cinco reais e trinta e seis centavos).

Maria da Penha Comper Abreu
Presidente CPL-1/SEDU

Ratifico o procedimento acima adotado para contratação da Empresa Security Vigilância patrimonial Ltda, inscrita no CNPJ Nº 00.332.087/0006-09 por Dispensa de Licitação nos termos dispostos no art. 24, inciso IV, Lei 8.666/93.

Vitória, 31 de março de 2015.

EDUARDO MALINI
Subsecretário de Estado de Administração e Finanças
Protocolo 140737

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA

PROCESSO Nº 69806624

A SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEDU torna público aos interessados a necessidade de locação de espaço para instalação de uma escola no município de Vitória, com as seguintes características:
Localização: Município de Vitória, compreendendo os bairros Andorinhas, Bela Vista, Comdusa, Conquista, Estrelinha, Grande Vitória, Ilha das Caieiras, Inhanguetá, Joana D'arc, Nova Palestina, Redenção, Resistência, Santa Martha, Santa Tereza, Santo André, Santo Antônio, Santos Reis, São Cristóvão, São José, São Pedro, Tabuazeiro e Universitário.
Edificação: setor administrativo: 01 sala da direção, 01 secretaria, 01 arquivo da secretaria, 02 salas de pedagogo, 02 salas de coordenador, 01 sala de professores, 01 sala de planejamento para professores, 01 sanitário masculino para funcionários, 01 sanitário feminino para funcionários, 01 sala para instalação de equipamentos de distribuição dos pontos de lógica e telefônico, 01 depósito de material didático, 01 depósito de material pedagógico. **Setor pedagógico:** mínimo de 20 salas de aula com capacidade para 40 alunos cada, 01 sala de recursos, 01 laboratório de química/biologia climatizado com capacidade para 30 alunos, 01 laboratório de física/matemática climatizado com capacidade para 30 alunos, 01 sala de preparo para os laboratórios, 01 sala de artes climatizada com capacidade para 30 alunos, 01 depósito para sala de artes, 02 laboratórios de informática climatizados com capacidade para 21 máquinas cada, 01 sala de leitura climatizada, 04 sanitários para alunos (02 masculino e 02 feminino, inclusive PNE). **setor de vivência:** 01 auditório para 200 pessoas climatizado, 01 refeitório para 150 pessoas com cozinha industrial, estoque de alimentos, área de serviço para cozinha e central de gás, 01 quadra poliesportiva coberta com arquibancada, 01 vestiário masculino adaptado para PNE, 01 vestiário feminino adaptado para PNE, 01 depósito para material esportivo. **setor de serviço:** 01 área de serviço para escola, 01 vestiário masculino para funcionários, 01 vestiário feminino para funcionários, 01 copa para funcionários, 01 depósito de material de limpeza, 01 depósito geral e 01 casa de lixo. O imóvel deve possuir acessibilidade para pessoas com deficiência. Serão aceitas propostas cujos imóveis originais necessitem de adaptações, as quais ficarão a cargo do proponente, sendo necessária, nesse caso, a apresentação de planta detalhando as adequações a serem realizadas e cronograma de execução. O imóvel a ser locado deverá estar com a documentação, licenças e alvarás totalmente regularizados perante o Corpo de Bombeiros Militar do Espírito Santo, a Prefeitura Municipal e os devidos registros em cartório, além das Certidões de Regularidade Fiscal válidas do proprietário e do imóvel e Certidão Negativa de ônus dentro do prazo de validade. O valor máximo de locação a ser pago estará limitado pelo valor de avaliação que será realizada pelo Órgão competente do Estado do Espírito Santo. Os interessados deverão apresentar propostas ao Sr. Paulo Ferreira dos Santos, na Gerência de Rede Física Escolar (GERFE), sala 306, da Secretaria de Estado da Educação, localizada na Avenida César Hilal nº. 1111, Santa Lúcia, Vitória/ES (tel: 27 3636.7799), até o dia 15/04/2015.

Vitória-ES, 30 de março de 2015.

Paulo Ferreira dos Santos
Presidente CPL/OBRAS - SEDU
Protocolo 140500

Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS -

Instituto de Atendimento Sócio-Educativo do Espírito Santo - IASES -

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Nº 006/2015
Processo Nº66863864

O Instituto de Atendimento Sócio-Educativo do Espírito Santo - IASES, torna público que realizará licitação na modalidade "Pregão Eletrônico" sob o critério de "menor preço por lote", de acordo com as Leis Nº 8.666/93, Nº10.520/2002 e Decreto Nº 2458-R/2010, objetivando o Registro de Preços de Material de Consumo - LIMPEZA, para atendimento ao IASES, conforme lotes devidamente relacionados no anexo I, do presente edital, que está disponível no site: www.compras.es.gov.br.
INÍCIO DO ENVIO DE PROPOSTAS: Às 09h30min do dia 01/04/2015.
FIM DO ENVIO DE PROPOSTAS: Às 09h30min do dia 15/04/2015.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 09h31min do dia 15/04/2015.
ABERTURA DA SESSÃO DE DISPUTA: ÀS 10h00min do dia 15/04/2015.
Informações através do e-mail: pregoeiro@iases.es.gov.br.

Vitória, 01 de abril de 2015.

Gloriete Maria dos Santos
Pregoeira Oficial/IASES
Protocolo 140504

Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca - SEAG -

Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural - INCAPER -

PREGÃO Nº 004/2015

O INCAPER torna público que fará licitação na modalidade "Pregão Eletrônico", tipo menor preço, para prestação de serviços de **MONITORAMENTO E MANUTENÇÃO DE ALARMES COM PATRULHAMENTO**, de

Fonte: Diário Oficial do Espírito Santo (2015).

ANEXO C – DISPENSA DE LICITAÇÃO DO PROCESSO Nº 69806624

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO N.º 69806624/2015

A SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO/SEDU, através da Comissão Permanente de Licitação de Obras e Serviços de Engenharia, torna pública a **DISPENSA DE LICITAÇÃO** para locação de imóvel de propriedade da **ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DE VITORIA - AEV**, inscrita no CNPJ nº 32.478.380/0001-60, situada à Rodovia Serafim Derenzi, 3115 Inhanguetá, Vitória/ES, com a finalidade de implementação do Programa de Escolas Estaduais de Ensino Médio em Turno Único, denominado "Escola Viva", por um período de 60 (sessenta meses) nos moldes do art. 24, inciso X, da Lei nº 8666/93.

VALOR MENSAL: R$ 62.400,00 (sessenta e dois mil e quatrocentos reais).

PAULO FERREIRA DOS SANTOS
Presidente CPL/OBRAS - SEDU

Ratifico o procedimento acima adotado para locação do imóvel de propriedade da ***ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DE VITORIA - AEV***, inscrito no ***CNPJ nº 32.478.380/0001-60***, por Dispensa de Licitação nos termos do Art. 24, inciso X, da Lei nº 8666/93.

Vitória, 16 de junho de 2015.

HAROLDO CORRÊA ROCHA
Secretário de Estado da Educação
Protocolo 159276

Fonte: Diário Oficial do Espírito Santo (2015).

ANEXO D – CONTRATO DE ALUGUEL DE IMÓVEL ENTRE SEDU E AEV

SEDU
GECON
FL: _____
PROCESSO Nº 69806624
Rub.: aebr

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GERENCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO

Contrato nº 034/2015
Processo nº 69806624/2015

Publicado no Diário Oficial
em, 24/06/15

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEDU E A ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DE VITÓRIA-AEV.

O Governo do Estado do Espírito Santo, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEDU**, órgão da Administração Direta do Poder Executivo, inscrita no CNPJ/MF sob o no 27.080.563/0001-93, com sede na Avenida César Hilal, nº. 1.111 - Santa Lúcia - Vitória/ ES, representada legalmente pelo titular da pasta **Sr. HAROLDO CORRÊA ROCHA** [redacted] residente neste Estado, adiante denominado **LOCATÁRIO** e a **ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DE VITÓRIA – AEV**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.478.380/0001-60, sediada na Rod. Serafim Derenzi nº 3.115, Inhangetá, Vitória/ES, CEP: 29.032-060, neste ato representada pelo seu presidente Sr. **ALEXANDRE NUNES THEODORO**, [redacted] doravante denominado **LOCADOR** ajustam o presente CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, especialmente do artigo 62, §3º do referido diploma legal, e da Lei Federal nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, e suas alterações posteriores, e de acordo com o processo administrativo nº 69806624/2015, parte integrante deste instrumento independentemente de transcrição, juntamente com o laudo de vistoria e avaliação do imóvel, datado de 22/05/2015, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA– DO OBJETO

1.1 - Este contrato tem por objeto a locação de parte do imóvel localizado na Rodovia Serafim Derenzi, nº 3.115, São Pedro, Vitória/ES, composto pelo Bloco 4 (subsolo, térreo, 1º e 2º andares), com 3.855,60m², Bloco 3 I-J com 2.065,80m², Bloco 2 (auditório) com 732,54m², Quadra esportiva com 594,00m², Ginásio com 2.572,61m² e Restaurante com 355,85m², matriculado no Cartório de Imóveis 1ª Zona, Comarca da Capital - Vitória/ES sob o nº 14.687, livro 02, páginas 1 e 2.

1.2 – Ficam expressamente excluídos da locação o, blocos 1, bloco 3 (de A até H), 3° pavimento e telhado do bloco 4, quiosque e garagem náutica, do imóvel localizado na Rodovia Serafim Derenzi, nº 3.115, São Pedro, Vitória/ES.

CLÁSULA SEGUNDA - DA FINALIDADE PÚBLICA A SER ATENDIDA

2.1 - A presente locação visa a atender finalidade pública, sendo o imóvel locado utilizado para instalação e funcionamento do Centro Estadual de Ensino Médio em Tempo Integral São Pedro.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Fica convencionado entre as partes que, por razões de interesse público, poderá o LOCATÁRIO alterar a finalidade pública a ser atendida pela presente locação, a qualquer tempo, sem que isso acarrete rescisão do contrato, multa ou o dever de pagar qualquer indenização ao LOCADOR.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A modificação na destinação a ser dada ao imóvel será formalizada através de termo aditivo, previamente analisado pela Procuradoria Geral do Estado.

CLÁSULA TERCEIRA - DO PRAZO

3.1 - O prazo da presente locação é de 60 (sessenta) meses, iniciando-se a partir da data de publicação e cessando de pleno direito em 60 (sessenta) meses, independente de notificação, aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, obrigando-se o LOCATÁRIO a desocupar o imóvel ora locado, na data antes referida, entregando-o nas condições previstas neste instrumento contratual.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O contrato poderá ser sucessivamente prorrogado pelas partes, enquanto houver necessidade pública a ser atendida através da presente contratação, mediante assinatura de termo aditivo, após apresentação de justificativa por escrito e autorização da autoridade competente para celebrar o contrato em nome do LOCATÁRIO.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Para a extensão do prazo contratual é indispensável prévia análise por parte da Procuradoria Geral do Estado, órgão ao qual deve ser encaminhado o pedido de renovação, em tempo hábil para a devida apreciação.

PARÁGRAFO TERCEIRO

É vedada a prorrogação automática do presente contrato e, na hipótese de irregularmente verificar-se a continuidade de utilização do imóvel pelo LOCATÁRIO após findo o prazo ajustado entre as partes não ocorrerá a transformação do contrato em pacto por prazo indeterminado, porém deverá

SEDU
GECON
Fl.: _____
PROCESSO Nº 69806624
Rub.: aebr

o LOCATÁRIO indenizar o LOCADOR, desde que atendidas a legislação em vigor.

CLÁUSULA QUARTA - DO ALUGUEL

4.1 - Tendo em vista o acordo celebrado entre as partes, confeccionado após vistoria e avaliação do imóvel por parte do LOCATÁRIO, datado de 22/05/2015, elaborado em consideração às características do bem e aos valores praticados no mercado imobiliário da região, as partes fixam o aluguel inicial mensal em R$ 62.400,00 (setenta e dois mil e quatrocentos reais), a ser pago a partir de 20/07/2015, data em que a Secretaria de Estado da Educação recebe o imóvel para início das atividades letivas.

4.2 – O imóvel será recebido, mediante termo de vistoria, pela Secretaria de Estado da Educação, na data de 20/07/2015, data em que o imóvel estará apto para início do período letivo, conforme cronograma de execução das modificações e adequações previsto no item 7.1, VI, deste Contrato e anexos, partes integrantes deste instrumento, como se aqui estivessem integralmente transcritos.

4.3 – O imóvel deverá ter todas as adequações e melhorias solicitadas pela Secretaria de Estado da Educação concluídas até a data de 18/09/2015, devendo ser providenciado pela Secretaria de Estado da Educação relatório de visita atestando a conclusão dos serviços descritos nos anexos ao contrato, partes integrantes deste instrumento, como se aqui estivessem integralmente transcritos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O LOCADOR anui expressamente com o resultado do laudo de vistoria e avaliação mencionado nesta cláusula.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Nos termos da Lei Federal nº 10.192, de 14.02.2001, a cada período de 12 (doze) meses, contados da data da proposta ou do último reajuste, poderá ser reajustado o valor do aluguel, tendo em vista a necessidade de solicitação pelo LOCADOR.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O reajuste do preço contratado levará em consideração o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro índice que vier a substituí-lo.

PARÁGRAFO QUARTO

Compete ao LOCADOR a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso de cada reajuste a ser aprovado pela LOCATÁRIA, juntando-se a respectiva memorial de cálculo do reajuste.

Av. César Hilal n. º 1.111, Santa Lúcia, Vitória/ES - CEP 29056-083
☎ (27) 36367680 36367682

SEDU
GECON
Fl.: _____
PROCESSO Nº 69806624
Rub.: aebr

PARÁGRAFO QUINTO

O reajuste será efetuado por meio de simples apostilamento, nos termos do artigo 65, parágrafo 8º, da Lei Federal nº. 8.666/93, dispensada a análise prévia pela Procuradoria Geral do Estado.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1 - O LOCATÁRIO pagará ao LOCADOR o aluguel do mês de referência até o quinto dia útil do mês subsequente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Na hipótese de atraso no pagamento incidirá multa financeira nos seguintes termos:

$$V.M = V.F \times \frac{12}{100} \times \frac{ND}{360}$$

Onde:

V.M. = Valor da Multa Financeira.

V.F. = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A liquidação das despesas obedecerá rigorosamente às disposições da Lei Federal nº 4.320/64, assim como da Lei Estadual nº 2.583/71 (Código Financeiro), e suas alterações posteriores.

PARÁGRAFO TERCEIRO

É defeso ao LOCADOR exigir o pagamento antecipado do aluguel.

PARÁGRAFO QUARTO

O pagamento será realizado através de transferência bancária, para conta corrente a ser informada pelo LOCADOR.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1- As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da atividade nº 12.362.0858.4348 – Apoio ao Funcionamento das Unidades de Ensino Médio, Elemento de Despesa nº 3.3.90.39 do orçamento da SEDU para o exercício de 2015, Fonte 102000001.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR

SEDU
GECON
Fl.: _____
PROCESSO Nº 69806624
Rub.: aebr

7.1 - O LOCADOR é obrigado a:

I – entregar ao LOCATÁRIO o imóvel alugado em estado de servir ao uso a que se destina e na data fixada neste instrumento;

II – garantir, durante o tempo da locação, o uso pacífico do imóvel locado;

III – responder pelos vícios e defeitos anteriores à locação;

IV – fornecer ao LOCATÁRIO recibo discriminado das importâncias a este pagas, vedada a quitação genérica;

V – pagar as taxas de administração imobiliária e de intermediações, se existirem;

VI – pagar os impostos e taxas, e ainda o prêmio de seguro contra fogo, que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel;

VI – Realizar as benfeitorias solicitadas pela Secretaria de Estado da Educação, com vistas às modificações ao imóvel, em até 90 dias a contar da assinatura do contrato, conforme relatório de visita técnica, memorial detalhado e projetos arquitetônicos anexos, partes integrantes deste instrumento, como se aqui estivessem integralmente transcritos.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO

8.1- O LOCATÁRIO é obrigado a:

I – pagar pontualmente o aluguel;

II – utilizar o imóvel para atendimento de finalidade pública;

III – restituir o imóvel, finda a locação, no estado em que o recebeu incluindo as modificações e adequações realizadas pelo locador, salvo as deteriorações decorrentes de seu uso normal e aquelas decorrentes de caso fortuito ou força maior;

IV – levar imediatamente ao conhecimento do locador o surgimento de qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba, bem como as eventuais turbações de terceiros;

V – realizar a imediata reparação dos danos verificados no imóvel ou nas suas instalações provocados por si ou seus agentes ou decorrentes do uso do bem posteriormente à locação;

VI – realizar a devida manutenção do imóvel e dos equipamentos que integram a locação, como, por exemplo, predial, elétrica, iluminação, preventiva, corretiva, jardinagem, áreas verdes e aparelhos de ar condicionado;

SEDU
GECON
Fl.: _____
PROCESSO Nº 69806624
Rub.: aebr

VII – entregar imediatamente ao LOCADOR os documentos de cobrança de tributos e de sua responsabilidade, bem como qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública, ainda que dirigida a ele, LOCATÁRIO;

VIII – pagar as despesas relativas ao consumo de energia elétrica, gás, água e esgoto e ao serviço de telefonia ou outros meios de comunicação;

IX – permitir a vistoria do imóvel pelo locador ou por seu mandatário, mediante combinação prévia, de dia e hora, bem como admitir que seja o mesmo visitado por terceiros, na hipótese de alienação do mesmo em quando não possuir interesse no exercício de seu direito de preferência de aquisição;

X- permitir que o locador ou pessoas pelo mesmo autorizadas, elencadas em lista prévia que ficará em poder do LOCATÁRIO, tenham acesso ao bloco 1, bloco 3 (de A até H), 3º pavimento do bloco 4, quiosque e garagem náutica do imóvel localizado na Rodovia Serafim Derenzi, nº 3.115, São Pedro, Vitória/ES, que foram expressamente excluídos da locação;

XI – permitir a realização de reparos urgentes cuja realização incumba ao LOCADOR, com direito a abatimento do valor do aluguel na hipótese de os reparos durarem mais de 10 (dez) dias e a rescindir o contrato caso seja ultrapassado o prazo de 30 (trinta) dias.

XII - obter previamente, junto às autoridades competentes, todas as permissões, licenças ou autorizações necessárias à realização das atividades relacionadas à locação ora ajustada;

XIII - Não transferir este contrato, não sublocar, não ceder ou emprestar sob qualquer pretexto, salvo concordância expressa e por escrito do LOCADOR.

CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

9.1 - O LOCATÁRIO responsabiliza-se, por danos materiais e pessoais, na hipótese de qualquer sinistro que venha a ocorrer contra terceiros, em decorrência da utilização do imóvel e realização das atividades às quais se propõe.

9.2 - O LOCATÁRIO se compromete a indenizar e/ou isentar o LOCADOR de responsabilidade por reclamações ou danos diretos relativos ao uso do imóvel locado, e pela instalação, uso, manutenção, reparo ou remoção de seus bens e equipamentos, inclusive por seus empregados, agentes, ou representantes autorizados, exceto se tais reclamações ou danos forem comprovadamente imputáveis ao LOCADOR ou resultantes de atos praticados por seus empregados, agentes, prepostos ou qualquer terceiro.

9.3 - Se o LOCADOR for autuado, notificado, citado, intimado ou condenado em razão do não cumprimento, em época própria, de qualquer obrigação atribuível ao LOCATÁRIO, seja de natureza civil, fiscal, trabalhista, previdenciária, ambiental ou de qualquer outra espécie, o LOCATÁRIO satisfará a respectiva obrigação, ou excluirá o LOCADOR do polo passivo da autuação, notificação, citação, intimação ou condenação, sob pena, de assim não procedendo, arcar

SEDU
GECON
Fl.: _____
PROCESSO Nº 69806624
Rub.: aebr

com os custos relativos à defesa dos interesses do LOCADOR, bem como com os danos materiais causados ao LOCADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PRERROGATIVAS DO LOCATÁRIO

10.1 - Com base no §3º do artigo 62 e no artigo 58, I e II da Lei nº 8.666/93 são atribuídas ao LOCATÁRIO as seguintes prerrogativas:

I - modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação ao atendimento da finalidade de interesse público a que se destina, sendo sempre assegurada ao LOCADOR a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do ajuste;

II - rescindir unilateralmente o contrato, independentemente do pagamento de multa ou de aviso prévio, após autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, pelos motivos a seguir:

a) não cumprimento ou cumprimento irregular das obrigações do LOCADOR;

b) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade a que está subordinado o órgão que intermedeia o presente ajuste, e exaradas no processo administrativo a que se refere o contato;

c) ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO

Rescindido o contrato pelos motivos enumerados nas alíneas "b" e "c" desta cláusula, sem que haja culpa do LOCADOR, será o mesmo ressarcido dos prejuízos comprovadamente sofridos e terá direito ao pagamento dos aluguéis relativos ao período em que vigeu o ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DEMAIS FORMAS DE RESCISÃO

11.1 - Além das hipóteses de rescisão unilateral por parte do LOCATÁRIO enumeradas na cláusula anterior, poderá ser rescindido o presente contrato:

I - por mútuo acordo entre as partes;

II - em decorrência da prática de infração legal ou contratual por quaisquer das partes;

III – em decorrência da falta de pagamento do aluguel e demais encargos pelo LOCATÁRIO;

IV – em virtude de desapropriação do imóvel, desocupação determinada pelo Poder Público ou incêndio.

SEDU
GECON
Fl.: _____
PROCESSO Nº 69806624
Rub.: asbr

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Rescindido o contrato pelos motivos enumerados nos incisos "II" e "III", sem que haja culpa do LOCADOR, será o mesmo ressarcido dos prejuízos comprovadamente sofridos e terá direito ao pagamento dos aluguéis relativos ao período em que vigeu o ajuste, salvo no caso previsto na Cláusula Décima Nona.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Na hipótese de ser o locador pessoa física, sua morte acarreta a transmissão da locação aos herdeiros.

CLÁSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS BENFEITORIAS

12.1 - O LOCATÁRIO fica desde já autorizado a realizar no imóvel locado toda e quaisquer obra e benfeitoria necessária para a execução da finalidade pública a ser atendida pela presente locação, sendo desnecessário prévio e expresso consentimento do LOCADOR. As obras e benfeitorias úteis ou voluptuárias somente poderão ser realizadas mediante autorização prévia e por escrito do LOCADOR.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O valor de toda e qualquer benfeitoria útil ou necessária não removível sem causar danos ao imóvel realizada pelo LOCATÁRIO poderá ser abatido dos alugueis a serem pagos, até o limite máximo de 20% (vinte por cento) de cada parcela mensal, até integral ressarcimento. Abatimentos acima do percentual indicado poderão ser realizados após expresso consentimento por escrito do LOCADOR.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Na impossibilidade de ressarcimento pelas benfeitorias realizadas nos termos do parágrafo primeiro desta cláusula, fica o LOCATÁRIO autorizado a reter o imóvel, até que seja integralmente indenizado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

13.1 - Nos termos do artigo 27 e seguintes da Lei nº 8.245/91, no caso de venda, promessa de venda, cessão, promessa de cessão de direitos ou dação em pagamento do imóvel locado, o LOCATÁRIO tem preferência para adquirir o imóvel locado, em igualdade de condições com terceiros, devendo o LOCADOR dar-lhe ciência do negócio mediante notificação judicial ou extrajudicial.

PARÁGRAFO ÚNICO

O LOCATÁRIO terá prazo de 30 (trinta) dias para manifestar de forma inequívoca sua intenção

Av. César Hilal n. º 1.111, Santa Lúcia, Vitória/ES - CEP 29056-083
☎ (27) 36367680 36367682

SEDU
GECON
Fl.: _____
PROCESSO Nº 69806624
Rub.: aebr

em adquirir o imóvel.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA CONTINUIDADE DA LOCAÇÃO

14.1 - Na hipótese de o LOCATÁRIO não possuir interesse em adquirir o imóvel locado, fica desde já acertado, conforme artigo 8º da Lei nº 8.245/91, que, para o caso de sua alienação ou cessão a terceiros, permanecerá vigente o presente contrato de locação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DA PUBLICIDADE

15.1 - O presente contrato será publicado na imprensa oficial, na forma do parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93, como condição indispensável à sua eficácia.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA AVERBAÇÃO

16.1 - O presente contrato será averbado pelo LOCADOR junto à matrícula do imóvel logo após a sua publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS ADITAMENTOS

17.1 - Toda e qualquer modificação dos termos do presente ajuste será formalizada através de termo aditivo, após prévia manifestação da Procuradoria Geral do Estado, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 21 da Lei Complementar Estadual nº 88/96.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – MANUTENÇÃO DE ANTENAS

18.1 – Fica ressalvado ao LOCADOR o direito de locar o topo do bloco 4 do imóvel localizado na Rodovia Serafim Derenzi, nº 3.115, São Pedro, Vitória/ES, para instalação, por terceiros, de antenas de comunicação, comprometendo-se o LOCADOR a fazer observar toda a legislação aplicável à espécie.

18.2 - Tais equipamentos são de inteira responsabilidade do LOCADOR, no entanto o LOCATÁRIO envidará esforços no sentido de viabilizar a manutenção das antenas, sempre que sua participação for necessária, especialmente observando o disposto na cláusula oitava, IX, do presente instrumento.

18.3 – Para fins de autorização pelo LOCATÁRIO para realização da manutenção das antenas ao LOCADOR, caberá ao LOCADOR indicar o nome dos técnicos responsáveis, a data e a hora a ser realizada, para que o LOCATÁRIO indique o servidor que acompanhará as manutenções.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA OPÇÃO DE COMPRA

19.1 – O LOCATÁRIO poderá submeter ao LOCADOR proposta de compra do imóvel objeto deste contrato, até o 30º (trigésimo) mês de vigência do ajuste.

SEDU
GECON
Fl.: _____
PROCESSO N 69806624
Rub.:

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

CLÁUSULA QUINTA - Do Foro

5.1 As dúvidas que por ventura surgirem por força deste Contrato de Cessão de Uso, serão resolvidas administrativamente.

5.2 E por estarem assim juntos e acertados, lavrou-se este termo, em 03 (três) vias de igual teor, que são assinadas pelos participantes e testemunhas e que comporá o Contrato de Locação nº 034/2015 como anexo.

Vitória/ES, 22 de junho de 2015

HAROLDO CORRÊA ROCHA
Secretaria de Estado da Educação
Cessionário

ALEXANDRE NUNES THEODORO
Associação Educacional de Vitória – AEV
Cedente

Testemunhas:
1) Ass.:.....CPF:[redacted]
Nome: Ana Eremita Bravim Ribeiro
Gerente de Contratos e Convênios
Nº Funcional: 3881893-61
SEDU/SEAP/GECON

2) Ass.:.....CPF:[redacted]
Nome: Augusta Isabel Scárdua
Técnico/GECON/SEDU

AEV
Associação Educacional de Vitória

PROJETO DE ADAPTAÇÃO

ADEQUAÇÃO DO MODELO "ESCOLA VIVA" PARA OS EDIFÍCIOS DO CAMPUS II DA FAESA

Arq. CELSO BASTOS

Arq. ROSANA NUNES

Vitória
2015

AEV

CRONOGRAMA FÍSICO						
ENTREGAS PREVISTAS		1º ENTREGA	2º ENTREGA			
ETAPAS E PRAZOS PARCIAIS		30 DIAS	37 DIAS	44 DIAS	60 DIAS	90 DIAS
EDIFICAÇÕES	LOCALIZAÇÃO E DECRIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS	1º ETAPA	2º ETAPA	3º ETAPA	4º ETAPA	5º ETAPA
BLOCO 4	Pavimento subsolo				19/08/15	
	Pavimento térreo: setor administrativo, sala de recursos e grêmio; rampa	20/07/15				
	Pavimento térreo: sala de eventos e sanitários deste ambiente				19/08/15	
	1º Pavimento: rampa, pedagogo 3 e coordenação 2		27/07/15			
	1º Pavimento: biblioteca e sanitários			03/08/15		
	1º Pavimento: sala de artes, depósito da sala de artes e área de serviço			03/08/15		
	1º Pavimento: sala de vivências e práticas de protagonismo, estudo orientado 01 e 02, sala de projeto de vida				19/08/15	
	2º Pavimento: rampa, laboratório de informática 01, sanitários, laboratório de química/biologia, sala de preparo e área de serviço		27/07/15			
	2º Pavimento: laboratórios de informática 02 e 03			03/08/15		
	2º Pavimento: laboratório de física/matemática, sala de aprofundamento de estudo 01 e 02, sala multiuso			03/08/15		
	Fachadas: pintura das fachadas, instalação de brises e instalação da rede de proteção nos corredores dos pavimentos				19/08/15	
BLOCO 3	Pavimento térreo: salas de aula 01, 02, 03, 04, 05 e 06; sala de apoio; circulações e rampa; bloco de sanitários e subsolo dos sanitários	20/07/15				
	1º Pavimento: salas de aula 07, 08, 09, 10, 11 e 12; circulações e rampa	20/07/15				
	2º Pavimento: salas de aula 13, 14, 15, 16, 17 e 18; circulações e rampa e vedação do subsolo em alvenaria				19/08/15	
	Fachadas: pintura das fachadas e instalação de brises			03/08/15		
REFEITÓRIO	Pavimento térreo: todos os ambientes da cozinha e salão de refeições	20/07/15				
QUADRA ESPORTIVA	Pavimento térreo completo		27/07/15			
AUDITÓRIO	Pavimento térreo: todos os ambientes do pavimento		27/07/15			
	1º Pavimento: todos os ambientes do pavimento		27/07/15			
GINÁSIO	Pavimento térreo: vestiários existentes masculino e feminino		27/07/15			
	Pavimento térreo: adequação de acessibilidade com rampas internas					18/09/15
	Pavimento térreo: sanitários dos visitantes, 2 sanitários PNE e 2 vestiários PNE masculino e feminino					18/09/15
GUARITA E PÓRTICO	Pintura geral, instalação de lavatório e bacia sanitária			03/08/15		
CERCAMENTO	Execução do alambrado em todo o perímetro da área a ser ocupada					18/09/15

14

AEV

CRONOGRAMA FÍSICO						
ENTREGAS PREVISTAS		1º ENTREGA	2º ENTREGA			
ETAPAS E PRAZOS PARCIAIS		30 DIAS	37 DIAS	44 DIAS	60 DIAS	90 DIAS
EDIFICAÇÕES	LOCALIZAÇÃO E DECRIÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS	1º ETAPA	2º ETAPA	3º ETAPA	4º ETAPA	5º ETAPA
BLOCO 4	Pavimento subsolo				19/08/15	
	Pavimento térreo: setor administrativo, sala de recursos e grêmio; rampa	20/07/15				
	Pavimento térreo: sala de eventos e sanitários deste ambiente				19/08/15	
	1º Pavimento: rampa, pedagogo 3 e coordenação 2		27/07/15			
	1º Pavimento: biblioteca e sanitários			03/08/15		
	1º Pavimento: sala de artes, depósito da sala de artes e área de serviço			03/08/15		
	1º Pavimento: sala de vivências e práticas de protagonismo, estudo orientado 01 e 02, sala de projeto de vida				19/08/15	
	2º Pavimento: rampa, laboratório de informática 01, sanitários, laboratório de química/biologia, sala de preparo e área de serviço		27/07/15			
	2º Pavimento: laboratórios de informática 02 e 03			03/08/15		
	2º Pavimento: laboratório de física/matemática, sala de aprofundamento de estudo 01 e 02, sala multiuso			03/08/15		
	Fachadas: pintura das fachadas, instalação de brises e instalação da rede de proteção nos corredores dos pavimentos				19/08/15	
BLOCO 3	Pavimento térreo: salas de aula 01, 02, 03, 04, 05 e 06; sala de apoio; circulações e rampa; bloco de sanitários e subsolo dos sanitários	20/07/15				
	1º Pavimento: salas de aula 07, 08, 09, 10, 11 e 12; circulações e rampa	20/07/15				
	2º Pavimento: salas de aula 13, 14, 15, 16, 17 e 18; circulações e rampa e vedação do subsolo em alvenaria				19/08/15	
	Fachadas: pintura das fachadas e instalação de brises			03/08/15		
REFEITÓRIO	Pavimento térreo: todos os ambientes da cozinha e salão de refeições	20/07/15				
QUADRA ESPORTIVA	Pavimento térreo completo		27/07/15			
AUDITÓRIO	Pavimento térreo: todos os ambientes do pavimento		27/07/15			
	1º Pavimento: todos os ambientes do pavimento		27/07/15			
GINÁSIO	Pavimento térreo: vestiários existentes masculino e feminino		27/07/15			
	Pavimento térreo: adequação de acessibilidade com rampas internas					18/09/15
	Pavimento térreo: sanitários dos visitantes, 2 sanitários PNE e 2 vestiários PNE masculino e feminino					18/09/15
GUARITA E PÓRTICO	Pintura geral, instalação de lavatório e bacia sanitária			03/08/15		
CERCAMENTO	Execução do alambrado em todo o perímetro da área a ser ocupada					18/09/15

14

RESTAURANTE	
AMBIENTE	**MODIFICAÇÕES**
Varanda	- retirar balcão e porta de aço indicadas em projeto;
Área de Recebimento	- trocar cubas redondas existentes por cubas retangulares e mais profundas;
	- fazer fechamento em gesso acartonado sobre balcão existente;
	- retirada de porta existente e fechamento de vão com instalação de bancada conforme projeto
Área de Distribuição	- demolir paredes indicadas em projeto;
	- instalação de nova bancada;
	- demolição de parede para instalação de guichê de distribuição conforme detalhe;
	- remoção de cubas e assentamento de granito a fim de tornar a bancada seca;
Cozinha e Estoque de Alimentos	- cortar bancada existente para prever espaço para o forno;
	- remoção de portas e demolição de paredes conforme projeto
	- construção de alvenaria em formato 'H' para fixação de 6 prateleiras (h=2,00m);
	- fixação de 10 prateleiras novas a alvenaria existente conforme projeto;
	- fechamento de vão de porta retirada e de janela, assentando uma fiada de cobogó (40x280cm) na parte mais alta do vão;
	- lacrar todos os pontos hidrossanitários existentes no compartimento do material de limpeza;
Área de Preparo e Lavagem de Panelões	- demolição de parede e retirada de janela conforme projeto;
	- construção de paredes indicadas em projeto;
	- instalação de 4 bancadas conforme projeto;
	- construção de 2 tanques de alvenaria conforme projeto;
	- realocação de janela existente conforme projeto;
Hortifruti	- retirar porta;
Acesso de Serviço	- assentar piso sobre área cimentada existente;
NÃO HÁ ALTERAÇÕES A SEREM EXECUTADAS NOS DEMAIS AMBIENTES	

ATENÇÃO: Refazer o acabamento de piso e gesso nos locais onde houver alteração de alvenaria

IMPLANTAÇÃO	
LOCAL	**MODIFICAÇÕES**
Área ocupada	- instalar cercamento em mourões de concreto com alambrado conforme projeto
BLOCO 3 (I-J)	
LOCAL	**MODIFICAÇÕES**
subsolo	- vedação do porão com alvenaria em bloco de concreto aparente
térreo	- instalar alambrado entre o prédio e o muro de divisa
Fachadas	instalar brises na fachada noroeste conforme projeto
GINASIO	
LOCAL	**MODIFICAÇÕES**
vestiários existentes	NÃO HÁ ALTERAÇÕES A SEREM EXECUTADAS
sanitários existentes masculino e feminino	- adequação dos 2 sanitários existentes com implantação de 2 cabines PNE conforme projeto
sala de aula de educação física	- construção de 2 vestiários masculino e feminino PNE conforme projeto
hall de entrada	- execução derrampas para adequação a acessibilidade

SEDU
GECON
Fl.: _____
PROCESSO N 69806624
Rub.:

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

CONTRATO Nº. 034/2015

ANEXO

TERMO DE CESSÃO DE USO DE BENS PATRIMONIAIS

O Estado do Espírito Santo, pessoa de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 27.080.530/0001-43, doravante denominada **CESSIONÁRIO**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEDU**, órgão da Administração Pública Direta, com sede na Avenida César Hilal, nº 1.111, Santa Lúcia – Vitória/ES, neste ato representado pelo secretário, Sr. **HAROLDO CORRÊA ROCHA**, brasileiro, casado, economista, portador da Carteira de Identidade nº [redacted], expedida pela SPTC/ES, inscrito no CPF/MF sob o nº. [redacted] residente neste Estado, adiante denominado **CESSIONÁRIO** e a **ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DE VITÓRIA – AEV**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.478.380/0001-60, sediada na Rod. Serafim Derenzi nº 3.115, Inhangetá, Vitória/ES, CEP: 29.032-060, doravante denominado **CEDENTE**, neste ato representada pelo seu presidente Sr. **ALEXANDRE NUNES THEODORO**, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado na cidade de Vitória/ES, portador da cédula de identidade nº 485.248, expedida pela SSP/ES e inscrito no CPF/MF sob o nº [redacted], em conformidade com os autos do Processo nº. 69806624/2015, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

1.1 - Constitui objeto do presente Termo de Cessão de Uso de Bens Móveis, em cessão gratuita ao Governo do Estado do Espírito Santo por meio da Secretaria de Estado da Educação, conforme relacionados nos autos, parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – Dos Materiais

SEDU
GECON
Fl.: _____
PROCESSO N 69806624
Rub.:

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

2.1 - O presente Instrumento abrange apenas o direito dos materiais constantes na tabela abaixo, não importando sua entrega em alienação da propriedade.

Item	Descrição	Quant	Condições de Uso
1	Aparelho de ar cond.mod. janela 7.500 BTU's	4	Regular
2	Aparelho de ar cond.mod. janela 10.000 BTU's	1	Regular
3	Aparelho de ar cond.mod. janela 10.560 BTU's	1	Regular
4	Aparelho de ar cond.mod. janela 18.000 BTU's	2	Regular
5	Aparelho de ar cond.mod. janela 30.000 BTU's	3	Regular
6	Aparelho de ar cond. mod. split 8.000 BTU's	1	Regular
7	Aparelho de ar cond. mod. split 12.000 BTU's	1	Regular
8	Aparelho de ar cond. mod. split 18.000 BTU's	1	Regular
9	Aparelho de ar cond. mod. split 30.000 BTU's	1	Regular
10	Aparelho de ar cond. mod. split 60.000 BTU's	6	Regular
11	Tela elétrica de projeção multimídia	1	Regular
12	Microfone sem fio	1	Regular
13	Mesa de som	1	Regular
14	Amplificador de som	1	Regular
15	Monitor LCD	1	Regular
16	Alto-falante	4	Regular
17	Caixa de som	2	Regular
18	Púlpito de madeira	1	Regular
19	Microfone fixo para púlpito	1	Regular
20	Projetor multimídia marca Epson S4	1	Regular
21	Mastro de madeira para bandeira	3	Regular
22	Cadeira giratória estofada mod. diretor	9	Regular
23	Cadeira giratória estofada mod. presidente	1	Regular
24	Mesa de madeira para auditório	3	Regular
25	Longarina com assentos estofados	72	Regular

CLÁUSULA TERCEIRA - Das Obrigações entre as partes

Constituem-se obrigações e responsabilidades:

3.1 – O CEDENTE compromete-se a:

SEDU
GECON
Fl.: _____
PROCESSO N 69806624
Rub.:

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

3.1.1 ceder à Secretaria de Estado da Educação, os bens descritos nos autos, em perfeitas condições de uso e conservação;

3.1.2 extinguir o presente Termo, retornando os bens cedidos caso ocorra inadimplemento de qualquer das condições aqui estabelecidas.

3.2 - O CESSIONÁRIO compromete-se a:

3.2.1 devolver ao CEDENTE, no termo final da presente Cessão de Uso, independentemente de notificação, os bens descritos na Cláusula Segunda, no mesmo estado em que se encontravam por ocasião da Cessão, salvo alterações em seu estado, decorrentes do desgaste natural pelo uso e do tempo de utilização;

3.2.2 responsabilizar-se pela guarda, manutenções e reparos dos bens cedidos;

3.2.3 responsabilizar-se pelo uso, dentro das finalidades, pelos possíveis danos causados a pessoas e bens, em decorrência da execução deste Termo de Cessão de Uso;

3.3 - Constituem condições especiais e indeclináveis:

3.3.1 O CESSIONÁRIO utilizará os bens exclusivamente para o atendimento do objeto;

3.3.2 caso ocorra sinistro com os bens cedidos, serão de inteira responsabilidade da parte que deu causa ao evento danoso.

CLÁUSULA QUARTA – Do Prazo de Duração

4.1 O presente Termo terá duração de 60 (sessenta) meses, prazo este contado a partir da data de assinatura deste instrumento, sendo que poderá ser prorrogado mediante acordo entre as partes.

SEDU
GECON
Fl.: _____
PROCESSO N 69806624
Rub.:

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

CLÁUSULA QUINTA - Do Foro

5.1 As dúvidas que por ventura surgirem por força deste Contrato de Cessão de Uso, serão resolvidas administrativamente.

5.2 E por estarem assim juntos e acertados, lavrou-se este termo, em 03 (três) vias de igual teor, que são assinadas pelos participantes e testemunhas e que comporá o Contrato de Locação nº 034/2015 como anexo.

Vitória/ES, 22 de julho de 2015

HAROLDO CORRÊA ROCHA
Secretaria de Estado da Educação
Cessionário

ALEXANDRE NUNES THEODORO
Associação Educacional de Vitória – AEV
Cedente

Testemunhas:

1) Ass.:.....CPF:.....

Nome:.....

2) Ass.:.....CPF:[redacted]

Augusta Isabel Scárdua
Técnica/GECON/SEDU

Nome:.....

SEDU/GECON
Fls. Nº:
Nº Processo:
Rubrica:

ORDEM DE SERVIÇO nº 643-S, DE 23/06/2015 - Incluir na Ordem de Serviço nº 236-S, de 09/03/2015, publicada no Diário Oficial de 12/03/2015, que aprovou escala de férias relativas a 2015, conforme segue (PROC. 68012586):

Nome	NºFunc./Vinc.	Mês
Rondnely Pacheco Kort Kamp	2991748-1	Julho/2015

ORDEM DE SERVIÇO nº 644-S, DE 23/06/2015 - Interromper, por necessidade de serviço, as férias referentes ao exercício de 2015 do servidor abaixo relacionado, ressalvando-lhe o direito de gozar os dias restantes oportunamente (PROC. 70433275):

Nome	N Funcional/ Vínculo	A partir de	Dias Rest.
Geanne Darc de Vete Alves	535221-13	22/04/2015	15

Vitória, 23 de junho de 2015.

JOÃO DOS SANTOS PIRES FILHO
Gerente de Gestão de Pessoas SEDU

Protocolo 160942

AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 23/2015
PROCESSO 70026904/2015

Contratante: Secretaria de Estado da Educação.

Contratada: STILLO'S COMERCIAL LTDA - ME

Objeto: Compra de materiais esportivos perfazendo um valor total de **R$ 6.015,49 (seis mil e quinze reais e quarenta e nove centavos).**

Dotação Orçamentária:
Empenho nº 2015NE04516
Atividade 1236208588683
Elemento de despesa 339030-14, fonte 131.

Vitória, 09 de junho de 2015.
Haroldo Corrêa Rocha
Secretário de Estado da Educação

Protocolo 160843

RESUMO DO CONTRATO N.º. 034/2015

Empenho: 2015NE04950
Contratante: Estado do Espírito Santo, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação - SEDU.
Contratada: Associação Educacional de Vitória-AEV.
CNPJ: 32.478.380/0001-60;
Objeto: Locação de imóvel localizado à Rod. Serafim Derenzi, nº 3.115, São Pedro, Vitória-ES.
Valor Mensal: R$ 62.400,00 (sessenta e dois mil e quatrocentos reais).
Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho: 10.42.101.12.362.0858.4348.
Elemento de Despesa: 3.3.90.39
Fonte: 102000001
Vigência do Contrato: 60 (sessenta) meses, iniciando-se a partir da data de publicação.
Processo nº. 69806624/2015

Protocolo 160709

RESUMO DO CONTRATO N.º. 032/2015
Carta Convite nº 003/2015
Empenho: 2015NE04598
Contratante: Estado do Espírito Santo, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação - SEDU.
Contratada: Líder Edificações Ltda - ME
CNPJ: 11.935.110/0001-61
Objeto: Execução de obra de construção de subestação aérea na S.R.E Nova Venécia, no município de Nova Venécia/ES, com fornecimento de mão de obra e materiais
Valor Total: R$ 49.043,45 (quarenta e nove mil quarenta e três reais e quarenta e cinco centavos).
Dotação Orçamentária:
Programa de Trabalho: 10.42.101.12.122.0721.1666
Elemento de Despesa: 4.4.90.51
Fonte: 331.
Vigência: Prazo de vigência do contrato: A vigência do contrato será de 150 (cento e cinquenta) dias, a contar do dia subsequente à sua publicação na imprensa oficial, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.
Prazo de execução da obra: O prazo de execução da obra é de 90 (noventa) dias, a contar do dia subsequente à data da emissão da Ordem de Serviço pela CONTRATANTE.
Processo nº. 685533934/2015

Protocolo 160847

RESUMO DO CONTRATO N.º. 033/2015
Carta Convite nº 004/2015
Empenho: 2015NE00901
Contratante: Estado do Espírito Santo, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação - SEDU.
Contratada: Líder Edificações Ltda - ME
CNPJ: 11.935.110/0001-61
Objeto: Execução de obra de implantação do centro de idiomas na EEEFM Hunney Everest Piovesan, no município de Cariacica/ES, com fornecimento de mão de obra e materiais.
Valor Total: R$ 55.507,61 (cinquenta e cinco mil quinhentos e sete reais e sessenta e um centavos).
Dotação Orçamentária:
Programa de Trabalho: 10.42.101.12.362.0858.1673
Elemento de Despesa: 4.4.90.51
Fonte: 114.
Vigência: Prazo de vigência do contrato: A vigência do contrato será de 150 (cento e cinquenta) dias, a contar do dia subsequente à sua publicação na imprensa oficial, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.
Prazo de execução da obra: O prazo de execução da obra é de 90 (noventa) dias, a contar do dia subsequente à data da emissão da Ordem de Serviço pela CONTRATANTE.
Processo nº. 70434018/2015

Protocolo 160857

RESUMO DO CONTRATO N.º. 035/2015
Carta Convite nº 005/2015
Empenho: 2015NE04928 e 2015NE04929
Contratante: Estado do Espírito Santo, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação - SEDU.
Contratada: G-4 Construtora Eireli ME
CNPJ: 21.344.807/0001-11
Objeto: Serviços de desmontagem da estrutura metálica da quadra poliesportiva da EEEFM Profª Maria Olinda de Oliveira Menezes, no município de Serra/ES, com fornecimento de mão de obra e materiais.
Valor Total: R$ 28.285,41 (vinte e oito mil duzentos e oitenta e cinco reais e quarenta e um centavos).
Dotação Orçamentária:
Programa de Trabalho: 10.42.101.12.361.0721.1672
10.42.101.12.362.0858.1673
Elemento de Despesa: 4.4.90.51
Fonte: 331.
Vigência: Prazo de vigência do contrato: A vigência do contrato será de **120 (cento e vinte)** dias, a contar do dia subsequente à sua publicação na imprensa oficial, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.
Prazo de execução da obra: O prazo de execução da obra é de **60 (sessenta)** dias, a contar do dia subsequente à data da emissão da Ordem de Serviço pela CONTRATANTE.
Processo nº. 70482128/2015

Protocolo 160866

RESUMO DO CONTRATO N.º. 031/2015
Carta Convite nº 002/2015
Empenho: 2015NE04392
Contratante: Estado do Espírito Santo, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação - SEDU.
Contratada: MATIXCONSTRUTORA LTDA - ME
CNPJ: 19.478.201/0001-27
Objeto: Execução de obra de isolamento do muro na EEEFM Taquara I, no município de Serra, com fornecimento de mão de obra e materiais.
Valor Total: R$ 26.487,11 (vinte e seis mil quatrocentos e oitenta e sete reais e onze centavos).
Dotação Orçamentária:
Programa de Trabalho: 10.42.101.12.361.0721.1672
Elemento de Despesa: 4.4.90.51
Fonte: 331.
Vigência:
Prazo de vigência do contrato: A vigência do contrato será de 120 (cento e vinte) dias, a contar do dia subsequente à sua publicação na imprensa oficial, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.
Prazo de execução da obra: O prazo de execução da obra é de 60 (sessenta) dias, a contar do dia subsequente à data da emissão da Ordem de Serviço pela CONTRATANTE.
Processo nº. 70224838/2015

Protocolo 160878

RESUMO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº. 090/2012.
REGISTRO SECONT nº 009810/2012
CONCEDENTE: Governo do Estado do Espírito Santo, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação - SEDU
CNPJ/MF nº. 27.080.563/0001-93
CONVENENTE: Município de Iconha
CNPJ/MF nº. 27.165.646/0001-85
OBJETO: O presente termo aditivo ao convênio nº 090/2012 tem por objeto o acréscimo de R$ 178.006,27 (cento e setenta e oito mil seis reais e vinte e sete centavos) no valor da CONTRAPARTIDA do município, totalizando o valor de R$ 562.817,71 (quinhentos e sessenta e dois mil oitocentos e dezessete reais e setenta e um centavos), alterando a CLÁUSULA TERCEIRA do Convênio Originário n.º 090/2012.
Prorrogar o prazo de vigência do Convênio Originário nº 090/2012 no período de 31/07/2015 a 31/12/2015, visando à execução dos serviços de reforma de 1.814,10 m² da EMEF Padre Assis.
Processos nº. 46093796/2009.

Protocolo 160869

RETIFICAÇÃO
Na Portaria nº 622-S, de 12 de maio de 2015, publicada no Diário Oficial de 13 de maio de 2015, referente à professora **HELIDA AMON RAMOS**, nº funcional 269119, vínculo 52 - (Proc. nº 68885598),

Onde se lê:
...a partir de 27/02/2015,...

Leia-se:
...a partir de 01/02/2015,...

Protocolo 160948

IMPRENSA OFICIAL/ES

SEDU / GECON
Fl.: _____
PROCESSO Nº 69806624/2015
Rub.: JLMJ

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GERENCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

Contrato nº 034/2015
Processo nº 69806624/2015
Dispensa de Licitação

Publicado no Diário Oficial em 26/06/20

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 034/2015 DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEDU E A ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DE VITÓRIA-AEV.

O Governo do Estado do Espírito Santo, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEDU**, órgão da Administração Direta do Poder Executivo, inscrita no CNPJ/MF sob o no 27.080.563/0001-93, com sede na Avenida César Hilal, nº. 1.111 - Santa Lúcia - Vitória/ ES, representada legalmente pelo titular da pasta Sr. **VITOR AMORIM DE ANGELO**, [redacted], adiante denominado **LOCATÁRIO** e a **ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DE VITÓRIA – AEV**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.478.380/0001-60, sediada na Rod. Serafim Derenzi nº 3.115, Inhangetá, Vitória/ES, CEP: 29.032-060, neste ato representada pelo seu presidente Sr. **ALEXANDRE NUNES THEODORO**, [redacted], doravante denominado **LOCADOR** resolvem de comum acordo celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato de Locação nº 034/2015, que tem por objeto a locação de imóvel urbano, elaborado conforme o disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente **Termo Aditivo** tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 034/2015 pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar de **25/06/2020 até 25/06/2021**, conforme autorização prevista na clausula Terceira do contrato original.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1 O valor do aluguel mensal será de R$ 76.074,23 (setenta e seis mil e setenta e quatro reais e vinte três centavos), conforme disposto no Contrato nº 034/2015.
2.2 O reajustamento previsto em cláusula contratual será formalizado através de Apostilamento, assim que for divulgado o IPCA, relativo ao período de junho/2020 a maio/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Av. César Hilal n. º 1.111, Santa Lúcia, Vitória/ES - CEP 29056-083
☎ (27) 3636-7680 3636-7682

SEDU / GECON
Fl.: _____
PROCESSO Nº 69806624/2015
Rub.: JLMJ

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GERENCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

3.1 A liberação dos recursos financeiros far-se-á mediante publicação deste Termo Aditivo no Diário Oficial do Estado, de acordo com as disponibilidades financeiras da Secretaria de Estado da Educação – SEDU.

3.2 As despesas correrão por conta do Programa de Trabalho n.º 10.42.101.12362.0032.4348 e do Elemento de Despesas 339039, previstos no orçamento de 2020.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CONDIÇÕES

4.1 O Contrato nº 034/2015, poderá ser rescindido antecipadamente pela contratante sem gerar qualquer direito indenizatório à Contratada, desde que formalmente notificada com antecedência de 30 dias.

4.2 ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições anteriormente avençadas, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

Por estarem justos e contratados, assinam o presente Termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza os seus efeitos legais.

Vitória/ES 25 de Junho de 2020.

VITOR AMORIM DE ANGELO
Secretário de Estado da Educação
Locatário

...rreto de Andrade
...ubsecretário de Estado de
Administração e Finanças
SEDU/SEAF

ALEXANDRE NUNES THEODORO
Locador

Testemunhas:

1) Ass:..... CPF 001.682.167-01

Nome: JOSÉ LUIZ ANDRADE

2) Ass:..... CPF 099.098.367-36

Nome:.....

João Luiz Mourencio Junior
Nº Funcional: 3.349.396
Aux. de Secretaria Escolar
SEDU/SEAF/GECON

Av. César Hilal n. º 1.111, Santa Lúcia, Vitória/ES - CEP 29056-083
☎ (27) 3636-7680 3636-7682

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
RESOLUÇÃO CEE-ES Nº 5.549/2020

Renova o Credenciamento da EEEFM Domingos José Martins, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais, considerando a Resolução CEE-ES nº 02 de 12 de março de 2020 que instituiu a **COMISSÃO INTERNA REVISORA DE PROCESSOS,** e nos termos do Parecer CEE-ES nº. 5.906/2020 (Processo CEE-ES nº. 040/2019/SEP nº. 84309385/2019), aprovado na Sessão Plenária do dia 19-05-2020, com fundamento na Resolução CEE-ES nº. 3.777/2014,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o credenciamento da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Domingos José Martins, situado na Avenida Simão Soares, s/nº. Bairro Barra de Itapemirim, município de Marataízes, ES, mantida pelo Governo do Estado do Espírito Santo, pelo período de 05 (cinco) anos, a partir de 1º de janeiro de 2020.

Art. 2º Aprovar o Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI e o Programa de Autoavaliação Institucional- PAI, pelo período de 05 (cinco) anos, a partir de 1º de janeiro de 2020.

Art. 3º Aprovar a oferta do Ensino Fundamental, na modalidade de Ensino de Educação de Jovens e Adultos - EJA-2º segmento, pelo período de 05 (cinco) anos, a partir de 1º de janeiro de 2020, retroagindo seus efeitos a partir do segundo semestre de 2019, ofertado no anexo no Centro de Detenção Provisória de Marataízes - Sistema Prisional de Marataízes.

Art. 4º Aprovar a oferta do Ensino Médio, na modalidade da Educação de Jovens e Adultos-EJA, pelo período de 05 (cinco) anos, a partir de 1º de janeiro de 2020, retroagindo seus efeitos a 2007.

Art. 5º Aprovar a oferta do Ensino Fundamental-anos finais, pelo período de 05 (cinco) anos, a partir de 1º de janeiro de 2020, retroagindo seus efeitos ao início do ano letivo de 2019.

Art. 6º Renovar a aprovação do Ensino Médio, pelo período de 05 (cinco) anos, a partir de 1º de janeiro de 2020.

Art. 7º Aprovar para efeito de expedição de diplomas/certificados e históricos escolares dos estudantes concluintes do Curso Técnico em Açúcar e Álcool, integrado ao Ensino Médio, Eixo Tecnológico Produção Industrial, no ano de 2019, conforme ata de resultados finais arquivadas na SRE de jurisdição da instituição e na EEEFM Domingos José Martins.

Art. 8º O representante da instituição deverá providenciar as documentações do prédio, conforme o disposto na Res. CEE/ES Nº 5.425/2020, publicada no DO de 10-03-2020, no prazo de até dois anos, a partir da publicação da presente resolução.

Parágrafo único. O não atendimento do disposto no *caput* implicará o descredenciamento da instituição.

Vitória, 03 de junho de 2020.

ARTELÍRIO BOLSANELLO
Presidente do CEE

Homologo
Em 03 de junho de 2020.

VITOR AMORIM DE ANGELO
Secretário de Estado da Educação
Protocolo 591578

PORTARIA Nº 409-S, DE 25 DE JUNHO DE 2020.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei nº 3.043/75,

RESOLVE:

Art. 1º Dispensar da Função Gratificada de Assessoria - FGA-II, a servidora **IVANE DA PENHA JURRI MATIELO,** nº funcional 294990, vínculo 51, **a partir da publicação.** (processo nº 2020-170KS).

Art. 2º Considerar localizada em caráter provisório, **a partir da publicação até 31/01/2021** a servidora **IVANE DA PENHA JURRI MATIELO,** MaPA - V.14, nº funcional 294990, vínculo 51, para atuar no CEEJA de Cachoeiro de Itapemirim, município de Cachoeiro de Itapemirim, com carga horária de 25 (vinte e cinco) horas semanais, nos termos do Inciso I, do Artigo 2º da Portaria 088-R, publicada no D.O. de 07/06/2006 (processo nº 2020-170KS)

Vitória, 25 de junho de 2020.

VITOR AMORIM DE ANGELO
Secretário de Estado da Educação
Protocolo 591585

RESUMO DO CONTRATO
N.º. 102/2020
Pregão Eletrônico nº 0007/2020
Empenho: 2020NE03569

Contratante: Estado do Espírito Santo, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação - SEDU.
Contratada: Realtime Comércio de Software Eireli EPP.
CNPJ/MF: 12.043.987/0001-00.
Objeto: Aquisição Licenciamento Microsoft na modalidade School Pil 3 (três) anos.
Valor: R$ 396.000,00 (trezentos e noventa e seis mil reais).
Dotação Orçamentária:
Plano de Trabalho:
10.42.101.12.126.0033.8651
Elemento de Despesa: 339040
Fontes: 0131.
Vigência: O prazo de vigência contratual terá início no dia subsequente ao da publicação do resumo do contrato no Diário Oficial e terá duração de 38 (trinta e oito) meses, que é resultado da soma de 2 (dois) meses de trâmites para a entrega efetiva do licenciamento e 36 (trinta e seis) meses de licenciamento.

Processo nº. 85639141/2019
Protocolo 591463

RESUMO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º. 034/2015

Contratante: Estado do Espírito Santo, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação - SEDU.
Contratado: Associação Educacional de Vitória-AEV.
CNPJ: 32.478.380/0001-60;
Objeto do Contrato: locação de parte do imóvel localizado na Rodovia Serafim Derenzi, nº 3.115, São Pedro, Vitória/ES, composto pelo Bloco 4 (subsolo, térreo, 1º e 2º andares), com 3.855,60m², Bloco 3 I-J com 2.065,80m², Bloco 2 (auditório) com 732,54m², Quadra esportiva com 594,00m², Ginásio com 2.572,61m² e Restaurante com 355,85m². **Objeto do Termo Aditivo:** Prorrogação da vigência do Contrato nº 034/2015 pelo prazo 12 (doze) meses a partir de 25/06/2020 com duração até 25/06/2021.
A redução de valor do Contrato de Locação nº 034/2015, no percentual de 15% (quinze por cento).
Valor: R$ 64.663,10 (sessenta e quatro mil seiscentos e sessenta e três reais e dez centavos), mensais.
Dotação Orçamentária:
Programa de Trabalho: 10.42.101.12.362.0032.4348
Elemento de Despesa: 339039
Fonte:114.

Processo nº. 69806624/2015
Protocolo 591445

RESUMO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º. 053/2013
Dispensa de Licitação

Contratante: Estado do Espírito Santo, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação - SEDU.
Contratada: ASSOCIAÇÃO DE MORADORES NOVA ESPERANÇA.
CNPJ: 27.559.384/0001-33
Objeto do Contrato: Contrato de locação de imóvel localizado à Avenida Evandi Américo Comarela, n.º 675, Centro - Venda Nova do Imigrante/ES, para funcionamento da EEEFM "Fioravante caliman".
Objeto do Aditivo: prorrogação da vigência do Contrato Originário por mais 12 (doze) meses a partir de 06/07/2020 com duração até 06/07/2021.
Valor: Valor mensal de R$ 29.722,38 (vinte e nove mil setecentos e vinte e dois reais e trinta e oito centavos).

Processo nº. 72058854/2015.
Protocolo 591587

RESUMO DO CONVÊNIO
Nº 001/2020
REGISTRO SIGEFES Nº 200067
CONCEDENTE: Governo do Estado do Espírito Santo, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação.
CNPJ/MF nº. 27.080.563/0001-93
CONVENENTE: Município de Linhares/ES.
CNPJ/MF nº. 27.167.410/0001-88
OBJETO: construção da Escola Municipal de Ensino Fundamental - EMEF "Baixo Quartel", no município de Linhares/ES, conforme plano de trabalho (Anexo A).
VIGÊNCIA: a partir do primeiro dia seguinte ao da publicação de seu extrato na imprensa oficial até 29/10/2021 (29 de outubro de 2021).
CONCEDENTE: R$ 7.154.832,03 (sete milhões cento e cinquenta e quatro mil oitocentos e trinta e dois reais e três centavos)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Programa de Trabalho: 10.42.101.12.361.0033.4089
Elemento Despesa: 4.4.40.42
Fonte: 0331

PROCESSO Nº 81582439/2018
Protocolo 591470

Faculdade de Música do Espírito Santo - FAMES -

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO FAMES Nº. 28 de 25/06/2020.

O Diretor da Faculdade de Música do Espírito Santo - FAMES, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto nº. 685-S de 07/02/2019, Regimento Interno e a Lei Complementar nº. 304 de 10/12/2004 e tendo em vista o que consta no processo nº. 87649004.

RESOLVE:

Art. 1º - Convocar a candidata, Sra. **CLAUDIMEIA DO ROSÁRIO ALMEIDA**, habilitado no Edital de Processo Seletivo Simplificado de Pessoal n. 02/2019 na área/subárea "Ciências Humanas: Filosofia e Educação - Sociologia da Educação - Música e Sociologia - Metodologia da Pesquisa - Metodologia Científica", para comparecer na Faculdade de Música do Espírito Santo - FAMES, situada à Praça Américo Poli Monjardim, 60, Centro - Vitória/ES, para avaliação de proposta junto a assessoria acadêmica da FAMES, dentre os dias 29 e 30/06/2019 ou 01/08/2020 nos horários de 09:00 ás 12:00 ou 14:00 ás 17:00.

Art. 2º - No ato da avaliação da proposta a candidata deverá apresentar:
I. Declaração de não acumulação de cargo público;
II. Atestado médico admissional, expedido pela medicina do trabalho;
III. Cópia do diploma obtido em instituição estrangeira devidamente revalidada, de acordo com os itens 5.4 e 5.16;
IV. Os candidatos estrangeiros deverão comprovar, no ato da contratação, o visto temporário ou visto permanente, de acordo com a legislação vigente;
V. Todos os documentos comprobatórios originais apresentados no ato da inscrição.

Vitória/ES, 25 de junho de 2020.

Fabiano Araújo Costa

Diretor Geral da FAMES
Protocolo 591581

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Data: Quinta-feira, 25 de Junho de 2020 às 23:59:33
Código de Autenticação: 4da7e16b

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

Publicado no Diário Oficial
Em. 07 / 08 / 20

Contrato nº 034/2015
Processo nº 69806624/2015
Dispensa de Licitação

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 034/2015 DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEDU E A ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DE VITÓRIA-AEV.

O Governo do Estado do Espírito Santo, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEDU,** órgão da Administração Direta do Poder Executivo, inscrita no CNPJ/MF sob o no 27.080.563/0001-93, com sede na Avenida César Hilal, nº. 1.111 - Santa Lúcia - Vitória/ ES, representada legalmente pelo titular da pasta Sr. **VITOR AMORIM DE ANGELO**[redacted], adiante denominado LOCATÁRIO e a **ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DE VITÓRIA – AEV**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.478.380/0001-60, sediada na Rod. Serafim Derenzi nº 3.115, Inhanguetá, Vitória/ES, CEP: 29.032-060, neste ato representada pelo seu presidente Sr. **ALEXANDRE NUNES THEODORO**, [redacted] doravante denominado LOCADOR resolvem de comum acordo celebrar o presente **Termo Aditivo ao Contrato de Locação nº 034/2015**, que tem por objeto a locação de imóvel urbano, elaborado conforme o disposto na Lei Federal n° 8.666/93 e demais normas pertinentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto, a alteração da Cláusula Primeira do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 034/2015, com a inclusão do item 1.2 que trata do período em que será aplicado o percentual de redução no valor do aluguel, ficando assim a redação da referida Cláusula:

"CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 034/2015 pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar de 25/06/2020 até 25/06/2021, conforme autorização prevista na clausula Terceira do contrato original.

1.2 - Em razão das ações de enfrentamento em função do combate à disseminação do COVID 19 e o Decreto nº 4580-R, será aplicada a redução de valor no Contrato de Locação nº 034/2015, no percentual de 15% (quinze por cento), referente ao período de 01/06/2020 até 31/12/2020."

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1 O valor do aluguel mensal, referente ao período de 01/06/2020 a 31/12/2020, será de R$ 64.663,10 (sessenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e três reais e dez centavos), conforme tabela abaixo:

VALOR ATUAL	R$ 76.074,23
REDUÇÃO	15%
SUPRESSÃO	R$ 11.411,13
VALOR FINAL	R$ 64.663,10

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 A liberação dos recursos financeiros far-se-á mediante publicação deste Termo Aditivo no Diário Oficial do Estado, de acordo com as disponibilidades financeiras da Secretaria de Estado da Educação – SEDU.

3.2 As despesas correrão por conta do Programa de Trabalho n.º 10.42.101.12362.0032.4348 e do Elemento de Despesas 339039, previstos no orçamento de 2020.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CONDIÇÕES

4.1 O Contrato nº 034/2015, poderá ser rescindido antecipadamente pela contratante sem gerar qualquer direito indenizatório à Contratada, desde que formalmente notificada com antecedência de 30 dias.

4.2 ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições anteriormente avençadas, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

Por estarem justos e contratados, assinam o presente Termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza os seus efeitos legais.

Vitória/ES, 03 de agosto de 2020.

Josivaldo Barreto de Andrade
Subsecretário de Estado de Administração e Finanças
SEDU/SEAF

VITOR AMORIM DE ANGELO
Secretário de Estado da Educação - Locatário

ALEXANDRE NUNES THEODORO
Associação Educacional de Vitória – AEV - Locador

Testemunhas:

1) Ass.: _____ – CPF: 001.632.167-01

Nome: JOSÉ LUIZ ANDRADE

2) Ass.: _____ – CPF: 961.870.017-87

Nome: _____

Elza Mara Cunha dos Santos
Nº Funcional: 3.899.861/1
Aux. de Secretaria Escolar
SEDU/SEAF/GECON

sua publicação, dando ciência do sobrestamento à servidora investigada e ao seu procurador, em atendimento ao art. 260 da LC nº 46/94.

Vitória/ES, 6 de agosto de 2020 de 2020.

GIVALDO VIEIRA DA SILVA
Diretor Geral do DETRAN-ES
Protocolo 601402

Secretaria de Estado da Educação - SEDU -

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
RESOLUÇÃO CEE-ES Nº 5.452/2020

Renova a aprovação da oferta do Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática, Eixo Tecnológico Informação e Comunicação, na EEEFM Honório Fraga.

O PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais e considerando os termos do Parecer CEE/ES nº. 5.804/2020 (Processo CEE-ES nº. 199/2019/ SEP nº. 87157136), aprovado na Sessão Plenária do dia 27-03-2020, com fundamento na Resolução CEE-ES nº. 3.777/2014,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar a aprovação da oferta do Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática, Eixo Tecnológico Informação e Comunicação, na forma concomitante, ministrado na modalidade presencial, com 40 (quarenta) vagas semestrais, no turno noturno, na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Honório Fraga, situada na Rua Nossa Senhora Aparecida, nº. 214, Bairro São Silvano, município de Colatina, ES, mantida pelo Governo Estado do Espírito Santo, pelo período de 03 (três) anos, a partir de 1º de fevereiro de 2020.

Parágrafo Único. A Organização Curricular do curso citado no *caput* está anexa a essa Resolução.

Vitória, 25 de junho de 2020.

ARTELÍRIO BOLSANELLO
Presidente do CEE

Homologo
Em 25 de junho de 2020.

VITOR AMORIM DE ANGELO
Secretário de Estado da Educação

ANEXO À RESOLUÇÃO CEE/ES Nº. 5.452/2020

MÓDULOS	COMPONENTES CURRICULARES	Nº. DE AULAS	CARGA HORÁRIA
I	Aplicativos Computacionais	02	40
	Eletricidade e Eletrônica Básica	02	40
	Inglês Instrumental	02	40
	Arquitetura e Montagem de Computadores	03	60
	Fundamentos de Redes	03	60
	Fundamentos de TI	03	60
SUBTOTAL		15	300
II	Redes de Computadores	02	40
	Instalação, Configuração e Manutenção	03	60
	Sistemas Operacionais	03	60
	Ética e Legislação de Informática	02	40
	Servidores Windows	03	60
	Empreendedorismo	02	40
SUBTOTAL		15	300
III	Ferramenta de Suporte	03	60
	Segurança da Informação	02	40
	Gestão da Tecnologia da Informação	02	40
	Redes Wireless	02	40
	Servidores Linux	03	60
	Projeto de Redes e Manutenção	03	60
SUBTOTAL		15	300
IV	Higiene e Segurança do Trabalho	03	60
	Aplicativos de Multimídia	02	40
	Fundamentos do Desenvolvimento Web	02	40
	Metodologia Científica Aplicada	02	40
	Lógica e Linguagem de Programação	03	60
	Banco de Dados	03	60
SUBTOTAL		15	300
TOTAL GERAL DO CURSO			1.200

Protocolo 601329

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
RESOLUÇÃO CEE-ES Nº 5.510/2020

Renova o Credenciamento do Centro Educacional Projetar, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais e considerando os termos do Parecer CEE-ES nº. 5.868/2020 (Processos CEE-ES nºs. 340/2016 e 419/2016/SEP nºs. 75902125 e 76275329), aprovado na Sessão Plenária do dia 27-03-2020, com fundamento na Resolução CEE-ES nº. 3.777/2014,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar o Credenciamento do Centro Educacional Projetar, situado na Avenida João Felipe Calmon, s/nº. Bairro Centro, município de Linhares, ES, mantido pelo Centro Educacional Projetar Ltda., CNJPJ nº. 27.472.398/0001-15, pelo período de 05 (cinco) anos, a partir de 28-03-2019.

Art. 2º Reconhecer a oferta da Educação Infantil - Creche e Pré-Escola e do Ensino Fundamental - anos iniciais, pelo período de 05 (cinco) anos, a partir de 28-03-2019.

Vitória, ES, 07 de julho de 2020.

ARTELÍRIO BOLSANELLO
Presidente do CEE

Homologo
Em 07 de julho de 2020.

VITOR AMORIM DE ANGELO
Secretário de Estado da Educação
Protocolo 601330

PORTARIA Nº 478-S, DE 06 DE AGOSTO DE 2020.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei nº 3.043/75,

RESOLVE:

CESSAR OS EFEITOS da Portaria Nº 400-S, de 22/06/2020, publicada no Diário Oficial em 23/06/2020, apenas no que se refere a localização da servidora **LARISSA VITORINO DE OLIVEIRA E LIMA**, nº funcional 3791998, vínculo 1, **a partir de 15/07/2020.**

Vitória, 06 de agosto de 2020.

VITOR AMORIM DE ANGELO
Secretário de Estado da Educação
Protocolo 601334

RESUMO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º. 034/2015

Contratante: Estado do Espírito Santo, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação - SEDU.
Contratado: Associação Educacional de Vitória-AEV.
CNPJ: 32.478.380/0001-60;
Objeto do Contrato: Locação de parte do imóvel localizado na Rodovia Serafim Derenzi, nº 3.115, São Pedro, Vitória/ES, composto pelo Bloco 4 (subsolo, térreo, 1º e 2º andares), com 3.855,60m², Bloco 3 I-J com 2.065,80m², Bloco 2 (auditório) com 732,54m², Quadra esportiva com 594,00m², Ginásio com 2.572,61m² e Restaurante com 355,85m². **Objeto do 2º Termo Aditivo:** Alteração da Cláusula Primeira do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 034/2015, com a inclusão do item 1.2 que trata do período em que será aplicado o percentual de redução no valor do aluguel, ficando assim a redação do referido item: "Em razão das ações de enfrentamento em função do combate à disseminação do COVID 19 e o Decreto nº 4580-R, será aplicada a redução de valor no Contrato de Locação nº 034/2015, no percentual de 15% (quinze por cento), referente ao período de 01/06/2020 até 31/12/2020."
Valor: R$ 64.663,10 (sessenta e quatro mil seiscentos e sessenta e três reais e dez centavos), mensais.
Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho: 10.42.101.12.362.0032.4348 Elemento de Despesa: 339039 Fonte:114.

Processo nº. 69806624/2015
Protocolo 601338

RESUMO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º. 073/2018
Pregão Eletrônico nº. 0016/2018
Lotes nº. 02 e 08

Contratante: Estado do Espírito Santo, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação - SEDU.
Contratada: Águia Transportes Ltda. - ME.

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Data: Quinta-feira, 6 de Agosto de 2020 às 23:40:31
Código de Autenticação: 5e2e2e26

SEDU / GECON
Fl.: _____
PROCESSO Nº 69806624/2015
Rub.: JLMJ

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GERENCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

Contrato nº 034/2015
Processo nº 69806624/2015
Dispensa de Licitação

Publicado no Diário Oficial
Em, 29 / 05 / 2021

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 034/2015 DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEDU E A ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DE VITÓRIA-AEV.

O Governo do Estado do Espírito Santo, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEDU**, órgão da Administração Direta do Poder Executivo, inscrita no CNPJ/MF sob o no 27.080.563/0001-93, com sede na Avenida César Hilal, nº. 1.111 - Santa Lúcia - Vitória/ ES, representada legalmente pelo titular da pasta Sr. **VITOR AMORIM DE ANGELO** [redacted], adiante denominado **LOCATÁRIO** e a **ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DE VITÓRIA – AEV**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.478.380/0001-60, sediada na Rod. Serafim Derenzi nº 3.115, Inhangetá, Vitória/ES, CEP: 29.032-060, neste ato representada pelo seu presidente Sr. **ALEXANDRE NUNES THEODORO** [redacted] doravante denominado **LOCADOR** resolvem de comum acordo celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato de Locação nº 034/2015, que tem por objeto a locação de imóvel urbano, elaborado conforme o disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 034/2015 pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar de 26/06/2021 até 26/06/2022, no valor mensal de R$ 76.074,23(setenta e seis mil setenta e quatro reais e vinte três centavos) conforme autorização prevista na clausula Terceira do contrato original.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 A liberação dos recursos financeiros far-se-á mediante publicação deste Termo Aditivo no Diário Oficial do Estado, de acordo com as disponibilidades financeiras da Secretaria de Estado da Educação – SEDU.

2.2 As despesas correrão por conta do Programa de Trabalho n.º12.362.0032.4348 e do Elemento de Despesas 339039, Fonte de Recursos: 0102.

SEDU / GECON
Fl.: _____
PROCESSO Nº 69806624/2015
Rub.: JLMJ

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GERENCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CONDIÇÕES

3.1 O Contrato nº 034/2015, poderá ser rescindido antecipadamente pela contratante sem gerar qualquer direito indenizatório à Contratada, desde que formalmente notificada com antecedência de 30 dias.

3.2 ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições anteriormente avençadas, não alteradas pelo presente Termo Aditivo.

Por estarem justos e contratados, assinam o presente Termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza os seus efeitos legais.

Vitória/ES 21 de maio de 2021.

VITOR AMORIM DE ANGELO
Secretário de Estado da Educação
Locatário

José Mauro Barreto de Andrade
Subsecretário de Estado de Administração e Finanças
SEDU/SEAF

ALEXANDRE NUNES THEODORO
Locador

Testemunhas:

1) Ass:..... CPF [redacted]

Nome:.....

João Luiz Mourencio Junior
Nº Funcional: 3.349.396
Aux. de Secretaria Escolar
SEDU/SEAF/GECON

2) Ass:..... CPF [redacted]

Nome:.....

Elza Mara Cunha dos Santos
Nº Funcional: 3899861
SEDU/SEAF/GECON

PORTARIA Nº 430-S, DE 27 DE MARÇO DE 2021.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o Artigo 65, da Lei Complementar nº 46, de 31/01/94,

RESOLVE:

Exonerar, nos termos do Artigo 61, § 2º, Letra "a", da Lei Complementar nº 46 de 31/01/94, os servidores dos cargos em comissão, desta Secretaria de Estado da Educação, a partir da publicação:

NOME	CARGO	Referência
ENDY DE ALBUQUERQUE SILVA	Subgerente de Avaliação Educacional	QCE-05
DÉBORA RESENDE MARANHÃO	Gerente de Informação e Avaliação Educacional	QCE-03
WOLMAR MARVILLA MELO	Gerente de Monitoramento de Programas e Projetos	QCE-03

Vitória, 27 de março de 2021.

VITOR AMORIM DE ANGELO
Secretário de Estado da Educação

Protocolo 672345

PORTARIA Nº 431-S, DE DE 29 MARÇO DE 2021.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Lei nº 3.043/75,

RESOLVE:

Cessar os efeitos da Portaria nº 1.221-S, de 14 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial de 15 de outubro de 2019, que designou **MARIA FERNANDA ALVES FAIÇAL BONGESTAB**, para responder pelo cargo de Subgerente de Inspeção Escolar, Ref. QCE-05, a partir da publicação.

Vitória, 29 de março de 2021.

VITOR AMORIM DE ANGELO
Secretário de Estado da Educação

Protocolo 672347

PORTARIA Nº 473-S, DE 09 DE ABRIL DE 2021.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o Artigo 65, da Lei Complementar nº 46, de 31/01/94,

RESOLVE:

Exonerar, nos termos do Artigo 61, § 2º, Letra "a", da Lei Complementar nº 46 de 31/01/94, **IZAURA DA CONCEIÇÃO MALVERDI BARBOZA**, do cargo em comissão de Subgerente de Transporte Escolar, Ref. QCE-05, desta Secretaria de Estado da Educação, a partir da publicação.

Vitória, 09 de abril de 2021.

VITOR AMORIM DE ANGELO
Secretário de Estado da Educação

Protocolo 672349

PORTARIA Nº 474-S, DE 09 DE ABRIL DE 2021.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o Artigo 65, da Lei Complementar nº 46, de 31/01/94,

RESOLVE:

Exonerar, nos termos do Artigo 61, § 2º, Letra "a", da Lei Complementar nº 46 de 31/01/94, **MARCOS DOS SANTOS SILVA**, do cargo em comissão de Supervisor I, Ref. QC-01, desta Secretaria de Estado da Educação, a partir da publicação.

Vitória, 09 de abril de 2021.

VITOR AMORIM DE ANGELO
Secretário de Estado da Educação

Protocolo 672351

PORTARIA Nº 475-S, DE 09 DE ABRIL DE 2021.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Lei 3.043/75,

RESOLVE:

Designar a servidora **IZAURA DA CONCEIÇÃO MALVERDI BARBOZA**, para exercer a Função Gratificada de Assessoria - FGA-I - nesta Secretaria de Estado da Educação, a partir da publicação.

Vitória, 09 de abril de 2021.

VITOR AMORIM DE ANGELO
Secretário de Estado da Educação

Protocolo 672354

PORTARIA Nº 562-S, DE 21 DE MAIO DE 2021.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o Artigo 65, da Lei Complementar nº 46, de 31/01/94,

RESOLVE:

Exonerar, nos termos do Artigo 61, § 2º, Letra "a", da Lei Complementar nº 46 de 31/01/94, **Tatiana Moure dos Reis Vieira**, do cargo em comissão de Assessor Especial Nível IV, Ref. QCE-03, desta Secretaria de Estado da Educação, a partir da publicação.

Vitória, 21 de maio de 2021.

VITOR AMORIM DE ANGELO
Secretário de Estado da Educação

Protocolo 672356

PORTARIA Nº 563-S, DE 21 DE MAIO DE 2021.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei nº. 3.043/75,

RESOLVE:

Designar Priscila Berger Roepke para responder pelo cargo de Assessor Especial Nível IV, Ref. QCE-03, desta Secretaria de Estado da Educação, a partir da publicação.

Vitória, 21 de maio de 2021.

VITOR AMORIM DE ANGELO
Secretário de Estado da Educação

Protocolo 672358

RESUMO DO TERMO DE RESCISÃO AO CONVÊNIO DE CESSÃO DE SERVIDOR Nº. 9001/2020.

CEDENTE: Governo do Estado do Espírito Santo, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação - SEDU.
CNPJ/MF nº. 27.080.563/0001-93
CESSIONÁRIO: Município de Anchieta//ES.
CNPJ/MF nº. 27.142.694/0001-58
OBJETO: Rescisão do Convênio Originário n. º 9001/2020, a contar do dia 22/04/2021, referente à Cessão do Servidor **FRANCISCO ASSIS XAVIER** nº funcional 418174, vínculo 17, do quadro de pessoal da Secretaria de Estado da Educação - SEDU.
Processo nº. 2020-BG897

Protocolo 672124

RESUMO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º. 034/2015

Contratante: Estado do Espírito Santo, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação - SEDU.
Contratado: Associação Educacional de Vitória-AEV.
CNPJ: 32.478.380/0001-60;
Objeto do Contrato: locação de parte do imóvel localizado na Rodovia Serafim Derenzi, nº 3.115, São Pedro, Vitória/ES, composto pelo Bloco 4 (subsolo, térreo, 1º e 2º andares), com 3.855,60m², Bloco 3 I-J com 2.065,80m², Bloco 2 (auditório) com 732,54m², Quadra esportiva com 594,00m², Ginásio com 2.572,61m² e Restaurante com 355,85m².
Objeto do Termo Aditivo: Prorrogação da vigência do Contrato nº 034/2015 pelo prazo 12 (doze) meses a partir de 26/06/2021 com duração até 26/06/2022.
Valor: R$ 76.074,23 (setenta e seis mil setenta e quatro reais e vinte e três centavos), mensais.
Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho: 10.42.101.12.362.0032.4348 Elemento de Despesa: 339039 Fonte:0102.

Processo nº. 69806624/2015

VITOR AMORIM DE ANGELO
SECRTARIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Protocolo 672196

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Sexta-feira, 21 de Maio de 2021 às 23:37:02 Código de Autenticação: bb6e426b

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GERENCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

Contrato nº 034/2015
Processo nº 2021-P4C81
Dispensa de Licitação

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 034/2015 DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEDU E A ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DE VITÓRIA-AEV.

O Governo do Estado do Espírito Santo, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEDU**, órgão da Administração Direta do Poder Executivo, inscrita no CNPJ/MF sob o no 27.080.563/0001-93, com sede na Avenida César Hilal, nº. 1.111 - Santa Lúcia - Vitória/ ES, representada legalmente pelo titular da pasta Sr. **VITOR AMORIM DE ANGELO**[redacted] adiante denominado **LOCATÁRIO** e a **ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DE VITÓRIA – AEV**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.478.380/0001-60, sediada na Rod. Serafim Derenzi nº 3.115, Inhangetá, Vitória/ES, CEP: 29.032-060, neste ato representada pelo seu presidente Sr. **ALEXANDRE NUNES THEODORO**[redacted] doravante denominado **LOCADOR** resolvem de comum acordo celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato de Locação nº 034/2015, que tem por objeto a locação de imóvel urbano, elaborado conforme o disposto na Lei Federal n° 8.666/93 e demais normas pertinentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 034/2015 pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar de 27/06/2022 até 27/06/2023, no valor mensal de R$ 76.074,23(setenta e seis mil setenta e quatro reais e vinte três centavos) conforme autorização prevista na clausula Terceira do contrato original.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 A liberação dos recursos financeiros far-se-á mediante publicação deste Termo Aditivo no Diário Oficial do Estado, de acordo com as disponibilidades financeiras da Secretaria de Estado da Educação – SEDU.

2.2 As despesas correrão por conta do Programa de Trabalho n.º12.362.0032.4348 e do Elemento de Despesas 339039, Fonte de Recursos: 0102.

Av. César Hilal n. º 1.111, Santa Lúcia, Vitória/ES - CEP 29056-083
☎ (27) 3636-7680 3636-7682

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

3.1 O Contrato poderá ser sucessivamente prorrogado pelas partes, enquanto houver necessidade pública a ser atendida através da presente contratação. Mediante assinatura do termo aditivo, após apresentação de justificativa por escrito e autorização da autoridade competente para celebrar o contrato em nome do LOCATÁRIO.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CONDIÇÕES

4.1 O Contrato nº 034/2015, poderá ser rescindido antecipadamente pela contratante sem gerar qualquer direito indenizatório à Contratada, desde que formalmente notificada com antecedência de 30 dias.

4.2 ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições anteriormente avençadas, não alteradas pelo presente Termo Aditivo, ressalvada o direito da contratada ao reajuste/revisão do seu valor, relativo a fato ou período anterior à assinatura deste Termo Aditivo, na forma prevista no Contrato.

Por estarem justos e contratados, assinam o presente Termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza os seus efeitos legais.

Vitória/ES, Maio de 2022.

VITOR AMORIM DE ANGELO
Secretário de Estado da Educação
Locatário

ALEXANDRE NUNES THEODORO
Locador

Av. César Hilal n. º 1.111, Santa Lúcia, Vitória/ES - CEP 29056-083
☎ (27) 3636-7680 3636-7682

RESUMO DO TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 016/2022

CONTRATANTE: Estado do Espírito Santo, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação - SEDU
CNPJ: 27.080.563/0001-93
CONTRATADA: EDUCAVIX Educação e Recursos Humanos Ltda.
CNPJ: 19.090.572/0001-37
OBJETO: A presente rescisão se dá, retroativamente, a partir de 18/04/2022, em razão do previsto na Cláusula Nona - item II, alínea "a" do TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA supracitado.
Processo: 2021-5LCDD

Vitor Amorim de Angelo
Secretário de Estado da Educação

Protocolo 856745

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 099/2022

Contratante: Secretaria de Estado da Educação - SEDU
Processo Nº: 2022-HW27Q
Forma de Contratação: ARP nº 020/2021 - Concorrência Pública nº 001/2020 - Lote 2.
Contratado: CONSTRUMIX - CONSTRUÇÕES E ENGENHARIA LTDA
CNPJ: 10.609.553/0001 -08
Objeto: Execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva na EEEM ARNULPHO MATTOS
Valor: R$ 445.733,93
Vigência: 26/05/22 a 20/01/23
Fonte: 102

Josivaldo Barreto de Andrade
Subsecretário de Administração e Finanças/SEDU

Protocolo 856757

EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 096/2022

Contratante: Estado do Espírito Santo, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação - SEDU.
Processo Nº: 2021-5HKFW
Forma de Contratação: Concorrência Pública nº 004/2021
Contratado: CAJ CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI
CNPJ: 26.754.495/0001-38
Objeto: Execução de serviços de REFORMA NA CEEMTI PROFESSOR FERNANDO DUARTE RABELO E IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO DO ES - CEFOPE, localizada no município da Vitória/ES.
Valor: R$ 2.920.750,95
Vigência: 26/05/2022 a 13/07/2024
Fonte: 102, 0131 e 0114

Vitor Amorim de Angelo
Secretário de Estado da Educação

Protocolo 856998

RESUMO DO TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO Nº. 167/2020

CONTRATANTE: Estado do Espírito Santo, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação - SEDU
CONTRATADA: CF CONSTRUÇÕES E REFORMAS EIRELI.
CNPJ: 24.601.847.0001-90
OBJETO: O presente termo tem por objeto a Rescisão Amigável do Contrato Nº 167/2020 OBRA DE RECONSTRUÇÃO DA QUADRA E REFORMA DA EEEFM WALLACE CASTELLO DUTRA, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS.

Processo: 2020-WHZP7

Protocolo 857003

RESUMO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 034/2015

Contratante: Estado do Espírito Santo, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação - SEDU.
Contratado: Associação Educacional de Vitória-AEV.
CNPJ: 32.478.380/0001-60;
Objeto do Termo Aditivo: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 034/2015 pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar de 27/06/2022 até 27/06/2023, no valor mensal de R$ 76.074,23 (setenta e seis mil setenta e quatro reais e vinte três centavos) conforme autorização prevista na clausula Terceira do contrato original.
Dotação Orçamentária: Programa de Trabalho: 10.42.101.12.362.0032.4348
Elemento de Despesa: 339039
Fonte:0102.
Processo nº 2021-P4C81

VITOR AMORIM DE ANGELO
SECRTARIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Protocolo 856222

RETIFICAÇÃO

No art.1º da Portaria nº 443-S, publicada no Diário Oficial em 14/04/2022, apenas no que se refere à servidora Eliene Silva Ribeiro, nº funcional 3222063, vínculo 1 (processo nº 2022-XC385),

Onde se lê:
...a partir de 05/04/2022.

Leia-se:
...a partir de 11/04/2022.

Vitória, 24 de maio de 2022.

VITOR AMORIM DE ANGELO
Secretário de Estado da Educação

Protocolo 856857

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quarta-feira, 25 de Maio de 2022 às 15:50:10 Código de Autenticação: d6a540f7

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GERENCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

Contrato nº 034/2015
Processo nº 2021-P4C81
Dispensa de Licitação
Protocolo para SIGEFES
2021017128141

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 034/2015 DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEDU E A ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DE VITÓRIA-AEV.

O Estado do Espírito Santo, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEDU**, órgão da Administração Direta do Poder Executivo, inscrita no CNPJ/MF sob o no 27.080.563/0001-93, com sede na Avenida César Hilal, nº. 1.111 - Santa Lúcia - Vitória/ ES, representada legalmente pelo titular da pasta Sr. **VITOR AMORIM DE ANGELO**, [redacted], adiante denominado **LOCATÁRIO** e a **ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DE VITÓRIA – AEV**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.478.380/0001-60, sediada na Rod. Serafim Derenzi nº 3.115, Inhangetá, Vitória/ES, CEP: 29.032-060, neste ato representada pelo seu presidente Sr. **GUILHERME ALEXANDRE NUNES THEODORO** [redacted], doravante denominado **LOCADOR** resolvem de comum acordo celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato de Locação nº 034/2015, que tem por objeto a locação de imóvel urbano, elaborado conforme o disposto na Lei Federal n° 8.666/93 e demais normas pertinentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 034/2015 pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar de 28/06/2023 até 27/06/2024, no valor mensal de R$ 84.998,60 (oitenta e quatro mil, novecentos e noventa e oito reais e sessenta centavos), perfazendo o valor total de R$ 1.019.983,20 (um milhão e dezenove mil e novecentos e oitenta e três reais e vinte centavos) conforme autorização prevista na clausula Terceira do contrato original.

Av. César Hilal n. º 1.111, Santa Lúcia, Vitória/ES - CEP 29056-083
☎ (27) 3636-7680 3636-7682

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GERENCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

Período		Dias	Vr. Total no Período	Valor por Exercício Financeiro
28/06/2023	30/06/2023	03	R$ 8.499,86	
01/07/2023	31/07/2023	30	R$ 84.998,60	
01/08/2023	31/08/2023	30	R$ 84.998,60	R$ 518.491,46
01/09/2023	30/09/2023	30	R$ 84.998,60	
01/10/2023	31/10/2023	30	R$ 84.998,60	
01/11/2023	30/11/2023	30	R$ 84.998,60	
01/12/2023	31/12/2023	30	R$ 84.998,60	
Valor total			R$	
01/01/2024	31/01/2024	30	R$ 84.998,60	
01/02/2024	28/02/2024	30	R$ 84.998,60	
01/03/2024	31/03/2024	30	R$ 84.998,60	R$ 501.491,74
01/04/2024	30/04/2024	30	R$ 84.998,60	
01/05/2024	31/05/2024	30	R$ 84.998,60	
01/06/2024	27/06/2024	03	R$ 76.498,74	
Valor total			R$	

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 A liberação dos recursos financeiros far-se-á mediante publicação deste Termo Aditivo no Diário Oficial do Estado, de acordo com as disponibilidades financeiras da Secretaria de Estado da Educação – SEDU.

2.2 As despesas correrão por conta do Programa de Trabalho n.º 12.362.0032.4348 e do Elemento de Despesas 339039, Fonte de Recursos: 500.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

3.1 O Contrato poderá ser sucessivamente prorrogado pelas partes, enquanto houver necessidade pública a ser atendida através da presente contratação. Mediante assinatura do termo aditivo, após apresentação de justificativa por escrito e autorização da autoridade competente para celebrar o contrato em nome do LOCATÁRIO.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CONDIÇÕES

4.1 O Contrato nº 034/2015, poderá ser rescindido antecipadamente pela contratante sem gerar qualquer direito indenizatório à Contratada, desde que formalmente notificada com antecedência de 30 dias.

Av. César Hilal n. º 1.111, Santa Lúcia, Vitória/ES - CEP 29056-083
☎ (27) 3636-7680 3636-7682

4.2 ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições anteriormente avençadas, não alteradas pelo presente Termo Aditivo, ressalvada o direito da contratada ao reajuste/revisão do seu valor, relativo a fato ou período anterior à assinatura deste Termo Aditivo, na forma prevista no Contrato.

Por estarem justos e contratados, assinam o presente Termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza os seus efeitos legais.

Vitória/ES, Junho de 2023.

VITOR AMORIM DE ANGELO
Secretário de Estado da Educação
Locatário

GUILHERME ALEXANDRE NUNES THEODORO
Presidente da ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DE VITÓRIA – AEV
Locador

Av. César Hilal n. º 1.111, Santa Lúcia, Vitória/ES - CEP 29056-083
☎ (27) 3636-7680 3636-7682

RESOLVE:

LOCALIZAR, a partir de 01/06/2023, **MONIQUE MARTINS**, nº funcional 3892077, vínculo 3, Agente de Suporte Educacional, do Quadro Permanente, na **SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO COLATINA**, nos termos do Art. 34 e do inciso I do Art. 35 da Lei Complementar nº 46, publicado no D.O. de 31/01/1994 e da Portaria Nº 090-R, publicada no D.O. de 14/04/2022.

Vitória, 06 de junho de 2023.

VITOR AMORIM DE ANGELO
Secretário de Estado da Educação

Protocolo 1102603

RESUMO DE TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO

Contrato nº 014/2023
Processo nº 2023-5WFW3
LOCATÁRIA: Secretaria de Estado da Educação -SEDU.
LOCADOR: SELMA PEREIRA DA SILVA MARINHO
Objeto O presente termo tem por objeto a rescisão amigável do CONTRATO EMERGENCIAL DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO DE Nº 014/2023, que tem como objeto a Locação emergencial de imóvel localizado na Rua Tina Mazzelli de Almeida, nº 255, Bairro Jardim Santa Rosa, no município de Guarapari/ES, destinado à alocação da unidade escolar EEEFM Leandro Escobar, **a partir do dia 06/06/2023**.
Fundamento Legal: art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e art. 79, inciso III da Portaria SEGER/PGE/SECONT nº 049-R/2010.

Vitor Amorim de Angelo
Secretário de Estado da Educação

Protocolo 1102583

EXTRATO DE CONTRATO Nº 031/2023

Contratante: Secretaria de Estado da Educação - SEDU
Processo Nº: 2022-1XXXM
Forma de Contratação: Dispensa de licitação - Nos Termos do Art. 24 - Inciso IV - Lei 8.666/93
Protocolo SIGEFES: 2022001592059
ID CidadES/TCE-ES: 2023.500E0600020.09.0012
Contratado: Selma Pereira da Silva Marinho, inscrita no CPF 002.981.437-55
Objeto: Locação de imóvel localizado na Rua Tina Mazzelli de Almeida, nº 255, Bairro Jardim Santa Rosa, no município de Guarapari/ES, destinado à alocação da unidade escolar EEEFM Leandro Escobar.
Valor Total: R$ 576.000,00
Vigência: 36 meses a partir da data da publicação
Fonte: 500100100

Josivaldo Barreto de Andrade Subsecretário de Estado de Administração e Finanças

Protocolo 1102586

RESUMO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 0008/2022
REGISTRO SIGEFES Nº 220571

CONCEDENTE: Governo do Estado do Espírito Santo, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação.
CNPJ/MF nº. 27.080.563/0001-93
CONVENENTE: Município de Ponto Belo/ES.
CNPJ/MF nº. 01.614.334/0001-18
OBJETO: prorrogar o prazo do Convênio Originário nº 0008/2022 a partir de 08/06/2023 com duração até 31/10/2023 (31 de outubro de 2023), conforme previsto na Cláusula Quinta do Convênio Originário, de acordo com o Plano de Trabalho.
PROCESSO 2022-1HS57

Protocolo 1102515

RESUMO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º. 034/2015

Contratante: do Espírito Santo, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação - SEDU.
Contratado: Associação Educacional de Vitória-AEV.
CNPJ: 32.478.380/0001-60;
Objeto do Termo Aditivo: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 034/2015 pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar de 28/06/2023 até 27/06/2024. **Valor Mensal:** R$ 84.998,60
Fonte: 500
Processo nº 2021-P4C81

VITOR AMORIM DE ANGELO
SECRTARIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Protocolo 1102589

RESUMO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO DE CESSÃO DE SERVIDOR Nº. 9009/2023

CEDENTE: Governo do Estado do Espírito Santo, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação - SEDU.
CNPJ/MF nº. 27.080.563/0001-93
CESSIONÁRIO: Município de Vila Velha/ES
CNPJ/MF nº. 27.165.554/0001-03
OBJETO: Alterar a CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
Processo nº. 2023-19Q45

Protocolo 1102596

RESUMO DO CONVÊNIO DE CESSÃO Nº 15/2023

CEDENTE: Município de Colatina/ES
CNPJ/MF nº 27.165.729/0001-74
CESSIONÁRIO: Governo do Estado do Espírito Santo, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação - SEDU. CNPJ/MF nº. 27.080.563/0001-93
OBJETO: Cessão da servidora integrante do quadro do CEDENTE, **MARIA APARECIDA COSME BONGIOVANI**, matrícula nº 333603, para atuar na Função Gratificada de Coordenadora Pedagógica na Secretaria de Estado da Educação - SEDU.
VIGÊNCIA: O termo vigência a partir da data do dia 22/05/2023, com duração até 31/12/2024.
PROCESSO N º: 2023-9WZNR
09238/2022 P. M. de Colatina/ES

Protocolo 1102069

RESUMO TERMO DE RESCISÃO AO CONVÊNIO DE CESSÃO DE SERVIDOR Nº. 9041/2021

CEDENTE: Governo do Estado do Espírito Santo, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação - SEDU.
CNPJ/MF nº. 27.080.563/0001-93
CESSIONÁRIO: Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo - ALES
CNPJ/MF nº. 36.046.217/0001-80
OBJETO: Rescisão do convênio originário nº 9041/2021, a contar do dia 08/05/2023, referente a cessão da servidora **Leticia Coelho Nogueira**, nº

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Quarta-feira, 7 de Junho de 2023 às 10:20:11 Código de Autenticação: 70d98e5e

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Av. César Hilal nº. 1.111 - Santa Lúcia - Vitória/ES - CEP 29.056-085 - CNPJ: 27.080.563/0001-93
Tel (27) 3636-7600

Contrato nº 034/2015
Processo nº 2021-P4C81
Dispensa de Licitação
Protocolo para SIGEFES
2021017128141

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 034/2015 DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEDU E A ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DE VITÓRIA-AEV.

O Estado do Espírito Santo, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEDU**, órgão da Administração Direta do Poder Executivo, inscrita no CNPJ/MF sob o no 27.080.563/0001-93, com sede na Avenida César Hilal, nº. 1.111 - Santa Lúcia - Vitória/ ES, representada legalmente seu Secretário, Sr. **VITOR AMORIM DE ANGELO**, adiante denominado **LOCATÁRIO** e a **ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DE VITÓRIA – AEV**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.478.380/0001-60, sediada na Rod. Serafim Derenzi nº 3.115, Inhangetá, Vitória/ES, CEP: 29.032-060, neste ato representada pelo seu presidente Sr. **GUILHERME ALEXANDRE NUNES THEODORO,** doravante denominado **LOCADOR** resolvem de comum acordo celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato de Locação nº 034/2015, que tem por objeto a locação de imóvel urbano, elaborado conforme o disposto na Lei Federal n° 8.666/93 e demais normas pertinentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 034/2015 pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar de 28/06/2024 até 27/06/2025, conforme autorização prevista na clausula Terceira do contrato original.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1. O valor do aluguel mensal será de R$ **88.344,00** (oitenta e oito mil, trezentos e quarenta e quatro reais), conforme disposto no Contrato nº 034/2015 e tabela em anexo.

Os dados do representante da contratada estão registrados nos autos à peça #259 e #260, a qual foi classificado como sigiloso no E-docs, em conformidade com as disposições da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), para atender as normas de privacidade estabelecidas.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Av. César Hilal nº. 1.111 - Santa Lúcia - Vitória/ES - CEP 29.056-085 - CNPJ: 27.080.563/0001-93
Tel (27) 3636-7600

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 A liberação dos recursos financeiros far-se-á mediante publicação deste Termo Aditivo no Diário Oficial do Estado, de acordo com as disponibilidades financeiras da Secretaria de Estado da Educação – SEDU.

3.2 As despesas correrão por conta do Programa de Trabalho n.º 12.362.0032.2356 e do Elemento de Despesas 339039, Fonte de Recursos: 500.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO

4.1 O Contrato poderá ser sucessivamente prorrogado pelas partes, enquanto houver necessidade pública a ser atendida através da presente contratação. Mediante assinatura do termo aditivo, após apresentação de justificativa por escrito e autorização da autoridade competente para celebrar o contrato em nome do LOCATÁRIO.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CONDIÇÕES

5.1 O Contrato nº 034/2015, poderá ser rescindido antecipadamente pela contratante sem gerar qualquer direito indenizatório à Contratada, desde que formalmente notificada com antecedência de 30 dias.

5.2 Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições anteriormente avençadas, não alteradas pelo presente Termo Aditivo, ressalvada o direito da contratada ao reajuste/revisão do seu valor, relativo a fato ou período anterior à assinatura deste Termo Aditivo, na forma prevista no Contrato.

Por estarem justos e contratados, assinam o presente Termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza os seus efeitos legais.

VITOR AMORIM DE ANGELO
Secretário de Estado da Educação
Locatário

GUILHERME ALEXANDRE NUNES THEODORO
Presidente da ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DE VITÓRIA – AEV
Locador

Os dados do representante da contratada estão registrados nos autos à peça #259 e #260, a qual foi classificado como sigiloso no E-docs, em conformidade com as disposições da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), para atender as normas de privacidade estabelecidas.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Av. César Hilal nº. 1.111 - Santa Lúcia - Vitória/ES - CEP 29.056-085 - CNPJ: 27.080.563/0001-93
Tel (27) 3636-7600

ANEXO

Período		Dias	Vr. Total no Período	Valor por Exercício Financeiro
28/06/2024	30/06/2024	03	R$ 8.834,40	
01/07/2024	31/07/2024	30	R$ 88.344,00	
01/08/2024	31/08/2024	30	R$ 88.344,00	R$ 538.898,40
01/09/2024	30/09/2024	30	R$ 88.344,00	
01/10/2024	31/10/2024	30	R$ 88.344,00	
01/11/2024	30/11/2024	30	R$ 88.344,00	
01/12/2024	31/12/2024	30	R$ 88.344,00	
Valor total			R$ 538.898,40	
01/01/2025	31/01/2025	30	R$ 88.344,00	
01/02/2025	28/02/2025	30	R$ 88.344,00	
01/03/2025	31/03/2025	30	R$ 88.344,00	R$ 521.229,60
01/04/2025	30/04/2025	30	R$ 88.344,00	
01/05/2025	31/05/2025	30	R$ 88.344,00	
01/06/2025	27/06/2025	27	R$ 79.509,60	
Valor total			R$ 521.229,60	

Os dados do representante da contratada estão registrados nos autos à peça #259 e #260, a qual foi classificado como sigiloso no E-docs, em conformidade com as disposições da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), para atender as normas de privacidade estabelecidas.

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO Nº 2024.000084.42101.05
Contratante: Secretaria de Estado da Educação-SEDU
ID da contratação: 2022.500E0600020.02.0001
Processo Nº: 2024-CD09F
Forma de Contratação: Pregão Eletrônico Nº 009/2022 - Processo Nº 2021-40899.
Ata de Registro de Preços: ARP nº 004/2023 - SEDU - Lote Único
Contratado: BELCHAIR COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI
CNPJ: 29.209.847/0001-62
Objeto: Aquisição de conjuntos de refeitórios para atender as escolas da Rede Pública Estadual.
Valor: R$ 476.688,00
Prazo de Execução: 20 (vinte) dias úteis.
Data de Assinatura: 17/04/2024
Fonte: 500
Responsável pela assinatura: Josivaldo Barreto de Andrade
Cargo: Subsecretário de Administração e Finanças-SEAF

Protocolo 1304786

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º. 034/2015
Contratante: Estado do Espírito Santo, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação - SEDU.
Contratado: Associação Educacional de Vitória-AEV.
CNPJ: 32.478.380/0001-60;
Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 034/2015 pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar de 28/06/2024 até 27/06/2025, conforme autorização prevista na clausula Terceira do contrato original.
Valor Mensal: R$ 88.344,00
Fonte: 500
Processo nº 2021-P4C81
Vitor Amorim de Angelo
SECRETARIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Protocolo 1305013

RETIFICAÇÃO
Na Publicação do Resumo do Termo de Cooperação nº 072/2024, publicado no DIO-ES dia 17/04/2024- página 33, referente ao Termo de Cooperação celebrado entre a SEDU e a Escola de Servidores Públicos do Espírito Santo- Esesp- Processo nº 2024-2LGH2.

Onde se lê:
Data da Assinatura: 15/04/2023
Leia-se:
Data da Assinatura: 15/04/2024

Josivaldo Barreto de Andrade
Subsecretário de Administração e Finanças
Protocolo 1304823

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

ERRATA

Errata referente ao Artigo **1º** da **Resolução CEE-ES nº 6.934/2023**, publicada no Diário Oficial de **13-09-2023**, processo E-Docs nº 2022-T00HT/CEE nº 504/2022, que renova a autorização da oferta do Curso Técnico em Agropecuária, Eixo Tecnológico de Recursos Naturais, integrado ao Ensino Médio, na Escola Família Agrícola de Alfredo Chaves,

Onde se lê:
Art. 1º "a partir da publicação da referida resolução, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de janeiro de 2023".

Leia-se:
Art. 1º "pelo período de 03 (três) anos, a partir da publicação da referida resolução, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de janeiro de 2023".

Vitória, 15 de abril de 2024.

ARTELÍRIO BOLSANELLO
PRESIDENTE DO CEE/ES

Protocolo 1305362



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

SEDU
GECON
FL: 522
PROCESSO Nº 69806624
Rub.: aebr

Contrato nº 034/2015
Processo nº 69806624/2015

PRIMEIRO APOSTILAMENTO

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEDU, órgão da Administração Direta do Poder Executivo, inscrita no CNPJ sob o n.º. 27.080.563/0001-93, com sede à Avenida César Hilal n.º 1.111, Santa Lúcia, Vitória/ES, representado pelo Titular da Pasta, Sr. **HAROLDO CORRÊA ROCHA**, [redacted] adiante denominada **LOCATÁRIA** e a **ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DE VITÓRIA – AEV**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.478.380/0001-60, sediada na Rod. Serafim Derenzi nº 3.115, Inhangetá, Vitória/ES, CEP: 29.032-060, neste ato representada pelo seu presidente Sr. **ALEXANDRE NUNES THEODORO** [redacted], resolvem de comum acordo celebrar o presente Apostilamento ao Contrato nº 034/2015 conforme condições abaixo:

1.1 - Atendendo aos Parágrafos Segundo e Terceiro da Cláusula Quarta do Contrato 034/2015 o valor mensal da locação será reajustado com base na variação o IPCA/IBGE no período de 15/06/2015 a 15/06/2016 apurada em percentual correspondente a 9,3217%, corrigindo o valor da parcela mensal de R$ 62.400,00 (sessenta e dois mil e quatrocentos reais) para R$ 68.216,74 (sessenta e oito mil e duzentos e dezesseis reais e setenta e quatro centavos).

1.2 – a aplicação do rejuste gera um acréscimo anual de R$ 69.800,88 (sessenta e nove mil e oitocentos reais e oitenta e oito centavos) e o montante total de R$ 279.203,52 (duzentos e setenta e nove mil e duzetnos e três reais e cinquenta e dois centavos) ao valor do contrato 034/2015.

1.3 – Ficam mantidas as demais cláusulas do contrato originário não alteradas ou contrárias ao presente Apostilamento.

Vitória/ES, 11 de agosto de 2016.

HAROLDO CORRÊA ROCHA
Secretário de Estado da Educação
Locatário

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

SEDU
GECON
Fl.: 540
PROCESSO Nº 69806624
Rub.: aebr

Contrato nº 034/2015
Processo nº 69806624/2015

SEGUNDO APOSTILAMENTO

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEDU, órgão da Administração Direta do Poder Executivo, inscrita no CNPJ sob o n.º. 27.080.563/0001-93, com sede à Avenida César Hilal n.º 1.111, Santa Lúcia, Vitória/ES, representado pelo Titular da Pasta, Sr. **HAROLDO CORRÊA ROCHA**, [redacted] adiante denominada **LOCATÁRIA** e a **ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DE VITÓRIA – AEV**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.478.380/0001-60, sediada na Rod. Serafim Derenzi nº 3.115, Inhangetá, Vitória/ES, CEP: 29.032-060, neste ato representada pelo seu presidente Sr. **ALEXANDRE NUNES THEODORO** [redacted] resolvem de comum acordo celebrar o presente Apostilamento ao Contrato nº 034/2015 conforme condições abaixo:

1.1. O objeto do presente Apostilamento é a alteração do item 6.1 - da Fonte que passará a ser 0114 - FUNDEB.

1.2. Ficam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato nº. **034/2015**, não alteradas ou contrárias ao presente Apostilamento.

Vitória, 29 de agosto de 2016.

HAROLDO CORRÊA ROCHA
Secretário de Estado da Educação
Contratante

Eduardo Malini
Subsecretário de Estado de Administração e Finanças
Nº Funcional: 2965174

SEDU
GECON
Fl.: 598
PROCESSO Nº 69806624
Rub.: Mário

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

Contrato nº 034/2015
Processo nº 69806624/2015

TERCEIRO APOSTILAMENTO

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEDU, órgão da Administração Direta do Poder Executivo, inscrita no CNPJ sob o n.º. 27.080.563/0001-93, com sede à Avenida César Hilal n.º 1.111, Santa Lúcia, Vitória/ES, representado pelo Titular da Pasta, Sr. **HAROLDO CORRÊA ROCHA**, [redacted] adiante denominada **LOCATÁRIA** e a **ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DE VITÓRIA – AEV**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.478.380/0001-60, sediada na Rod. Serafim Derenzi nº 3.115, Inhangetá, Vitória/ES, CEP: 29.032-060, neste ato representada pelo seu presidente Sr. **ALEXANDRE NUNES THEODORO**, [redacted] resolvem de comum acordo celebrar o presente Apostilamento ao Contrato nº 034/2015 conforme condições abaixo:

1.1. O objeto do presente Apostilamento é a alteração do valor mensal da parcela do contrato nº 034/2015 com base na variação do IPCA/IBGE para o periodo de Junho/2016 a Maio/2017 apurado em percentual correspondente a 3,5971300%, passando de R$ 68.216,74 (sessenta e oito mil, duzentos e dezesseis reais e setenta e quatro centavos) para R$ 70.670,58 (setenta mil seiscentos e setenta reais e cinquenta e oito reais); conforme estabelecido aos Parágrafos Segundo e Terceiro da Clausula Quarta do contrato.

1.2. Ficam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato nº. **034/2015**, não alteradas ou contrárias aos presentes Apostilamentos.

Vitória, 26 de julho de 2017.

HAROLDO CORRÊA ROCHA
Secretário de Estado da Educação
Contratante.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

SEDU
GECON
Fl.: _____
PROCESSO Nº 69806624
Rub.: JLMJ

Contrato nº 034/2015
Processo nº 69806624/2015

QUARTO APOSTILAMENTO

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEDU, órgão da Administração Direta do Poder Executivo, inscrita no CNPJ sob o n.º. 27.080.563/0001-93, com sede à Avenida César Hilal n.º 1.111, Santa Lúcia, Vitória/ES, representado pelo Titular da Pasta, Sr. **HAROLDO CORRÊA ROCHA**, [redacted] adiante denominada **LOCATÁRIA** e a **ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DE VITÓRIA – AEV**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.478.380/0001-60, sediada na Rod. Serafim Derenzi nº 3.115, Inhangetá, Vitória/ES, CEP: 29.032-060, neste ato representada pelo seu presidente Sr. **ALEXANDRE NUNES THEODORO**, [redacted] resolvem de comum acordo celebrar o presente Apostilamento ao Contrato nº 034/2015 conforme condições abaixo:

1.1. O objeto do presente Apostilamento é a alteração do valor mensal da parcela do contrato nº 034/2015 com base na variação do IPCA/IBGE para o periodo de Junho/2017 a Maio/2018 apurado em percentual correspondente a 2,8548900%, passando de R$ 70.670,58 (setenta mil seiscentos e setenta reais e cinquenta e oito centavos) para R$ 72.688,15 (setenta e dois mil seiscentos e oitenta e oito reais e quinze centavos); conforme estabelecido aos Parágrafos Segundo e Terceiro da Clausula Quarta do contrato.

1.2. Ficam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato nº. **034/2015**, não alteradas ou contrárias aos presentes Apostilamentos.

Vitória ES, 28 de junho de 2018.

HAROLDO CORRÊA ROCHA
Secretário de Estado da Educação
Contratante.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

SEDU
GECON
Fl.: _____
PROCESSO Nº 69806624
Rub.: JLMJ

Contrato nº 034/2015
Processo nº 69806624/2015

QUINTO APOSTILAMENTO

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEDU, órgão da Administração Direta do Poder Executivo, inscrita no CNPJ sob o n.º. 27.080.563/0001-93, com sede à Avenida César Hilal n.º 1.111, Santa Lúcia, Vitória/ES, representado pelo Titular da Pasta, **Sr. VITOR AMORIM DE ANGELO**, [redacted] adiante denominada **LOCATÁRIA** e a **ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DE VITÓRIA – AEV**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.478.380/0001-60, sediada na Rod. Serafim Derenzi nº 3.115, Inhangetá, Vitória/ES, CEP: 29.032-060, neste ato representada pelo seu presidente Sr. **ALEXANDRE NUNES THEODORO**[redacted] doravante denominado **LOCADOR** resolvem de comum acordo celebrar o presente Apostilamento ao Contrato nº 034/2015 conforme condições abaixo:

1.1. O objeto do presente Apostilamento é a alteração do valor mensal da parcela do contrato nº 034/2015 com base na variação do IPCA/IBGE para o periodo de Junho/2018 a Maio/2019 apurado em percentual correspondente a 4,658360%, passando de R$ 72.688,15 (setenta e dois mil seiscentos e oitenta e oito reais e quinze centavos) para R$ 76.074,23 (setenta e seis mil setenta e quatro reais e vinte três centavos); conforme estabelecido aos Parágrafos Segundo e Terceiro da Clausula Quarta do contrato.

1.2. Ficam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato nº. **034/2015**, não alteradas ou contrárias aos presentes Apostilamentos.

Vitória ES, 18 de Junho de 2019.

VITOR AMORIM DE ANGELO
Secretário de Estado da Educação
Contratante.

José Paulo Barreto de Andrade
Subsecretário de Estado de Administração e Finanças
SEDU/SEAF

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

SEDU
GECON
Fl.: _____
PROCESSO Nº 69806624
Rub.: JLMJ

Contrato nº 034/2015
Processo nº 2021-P4C81

SEXTO APOSTILAMENTO

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEDU, órgão da Administração Direta do Poder Executivo, inscrita no CNPJ sob o n.º. 27.080.563/0001-93, com sede à Avenida César Hilal n.º 1.111, Santa Lúcia, Vitória/ES, representado pelo Titular da Pasta, **Sr. VITOR AMORIM DE ANGELO**, [redacted] adiante denominada **LOCATÁRIA** e a **ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DE VITÓRIA – AEV**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.478.380/0001-60, sediada na Rod. Serafim Derenzi nº 3.115, Inhangetá, Vitória/ES, CEP: 29.032-060, neste ato representada pelo seu presidente Sr. **ALEXANDRE NUNES THEODORO** [redacted] doravante denominado **LOCADOR** resolvem de comum acordo celebrar o presente Apostilamento ao Contrato nº 034/2015 conforme condições abaixo:

1.1. O objeto do presente Apostilamento é a alteração do valor mensal da parcela do **contrato nº 034/2015** com base na variação do IPCA/IBGE para o periodo de **Junho/2021 a Maio/2022** apurado em percentual correspondente a **11,7311%,** passando **de R$ 76.074,23** (setenta e seis mil setenta e quatro reais e vinte três centavos) para **R$ 84.998,60** (Oitenta e quatro mil novecentos e noventa e oito reais e sessenta centavos); conforme estabelecido aos Parágrafos Segundo e Terceiro da Clausula Quarta do contrato.

1.2. Ficam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato nº. **034/2015**, não alteradas ou contrárias aos presentes Apostilamentos.

Vitória ES, junho de 2022

VITOR AMORIM DE ANGELO
Secretário de Estado da Educação
Contratante.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

SEDU
GECON
Fl.: _____
PROCESSO N° 69806624
Rub.: JLMJ

Contrato nº 034/2015
Processo nº 2021-P4C81

7º APOSTILAMENTO

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEDU, órgão da Administração Direta do Poder Executivo, inscrita no CNPJ sob o n.º. 27.080.563/0001-93, com sede à Avenida César Hilal n.º 1.111, Santa Lúcia, Vitória/ES, representado pelo Titular da Pasta, **Sr. VITOR AMORIM DE ANGELO**, [redacted] adiante denominada **LOCATÁRIA** e a **ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DE VITÓRIA – AEV**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.478.380/0001-60, sediada na Rod. Serafim Derenzi nº 3.115, Inhangetá, Vitória/ES, CEP: 29.032-060, neste ato representada pelo seu presidente Sr. **GUILHERME ALEXANDRE NUNES THEODORO** [redacted], doravante denominado **LOCADOR** resolvem de comum acordo celebrar o presente Apostilamento ao Contrato nº 034/2015 conforme condições abaixo:

1.1. O objeto do presente Apostilamento é a alteração do valor mensal da parcela do **contrato nº 034/2015** com base na variação do IPCA/IBGE para o periodo de **Junho/2022 a Maio/2023** apurado em percentual correspondente a **3,935830%,** passando **de R$ 84.998,60** (oitenta e quatro mil novecentos e noventa e oito reais e sessenta centavos) para **R$ 88.344,00** (oitenta e oito mil, trezentos e quarenta e quatro reais); conforme estabelecido aos Parágrafos Segundo e Terceiro da Clausula Quarta do contrato.

1.2. Ficam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato nº. **034/2015**, não alteradas ou contrárias aos presentes Apostilamentos.

Vitória ES, 21 de junho de 2023

VITOR AMORIM DE ANGELO
Secretário de Estado da Educação
Contratante.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
Av. César Hilal nº. 1.111 - Santa Lúcia - Vitória/ES - CEP 29.056-085 - CNPJ: 27.080.563/0001-93
Tel (27) 3636-7600

Contrato nº 034/2015
Processo nº 2021-P4C81

OITAVO APOSTILAMENTO

O Estado do Espírito Santo, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEDU**, órgão da Administração Direta do Poder Executivo, inscrita no CNPJ/MF sob o no 27.080.563/0001-93, com sede na Avenida César Hilal, nº. 1.111 - Santa Lúcia - Vitória/ ES, representada legalmente seu Secretário, Sr. **VITOR AMORIM DE ANGELO**, adiante denominado **LOCATÁRIO** e a **ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DE VITÓRIA – AEV**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.478.380/0001-60, sediada na Rod. Serafim Derenzi nº 3.115, Inhangetá, Vitória/ES, CEP: 29.032-060, neste ato representada pelo seu presidente Sr. **GUILHERME ALEXANDRE NUNES THEODORO,** doravante denominado **LOCADOR** resolvem de comum acordo celebrar o presente Apostilamento ao Contrato nº 034/2015 conforme condições abaixo:

1.1. O objeto do presente Apostilamento é a alteração do valor mensal da parcela do **contrato nº 034/2015** com base na variação do IPCA/IBGE para o periodo de **junho/2023 a maio/2024** apurado em percentual correspondente a **3,925950%,** passando **de R$ 88.344,00** (oitenta e oito mil, trezentos e quarenta e quatro reais) para **R$ 91.812,34** (noventa e um mil, oitocentos e doze reais e trinta e quatro centavos); conforme estabelecido aos Parágrafos Segundo e Terceiro da Clausula Quarta do contrato.

1.2. Ficam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato nº. **034/2015**, não alteradas ou contrárias aos presentes Apostilamentos.

VITOR AMORIM DE ANGELO
Secretário de Estado da Educação
Contratante.

*Os dados do representante da contratada estão registrados nos autos à peça #259 e #260, a qual foi classificado como sigiloso no E-docs, em conformidade com as disposições da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), para atender as normas de privacidade estabelecidas.

INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO
Documento capturado em 11/02/2025 14:49:08 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por ANDRÉ LUIZ BATISTA DA SILVA (GERENTE QCE-03 - GECON - SEDU - GOVES)
Valor Legal: CÓPIA SIMPLES | Natureza: DOCUMENTO DIGITALIZADO
Conferência: CONFERIDO COM DOCUMENTO CÓPIA SIMPLES EM SUPORTE PAPEL.

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: https://e-docs.es.gov.br/d/2025-HFRR54

ANEXO E – TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 12/2015 (PROCESSO Nº 70554897)

SEDU
GECON
Fl.: _____
PROCESSO Nº 70554897
Rub.:

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 012/2015
Processo Nº 70554897

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEDU E O MOVIMENTO EMPRESARIAL DO ESPÍRITO SANTO.

O Estado do Espírito Santo, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº. 27.080.530/0001-43, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO,** doravante denominada SEDU, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 27.080.563/0001-93, com sede na Avenida César Hilal, nº 1.111, Santa Lúcia - Vitória/ES, CEP: 29056-085, neste ato, representada pelo titular da pasta, Sr. **HAROLDO CORREA ROCHA**, brasileiro, casado, economista, portador da Carteira de Identidade nº. [redacted], expedida pelo SPTC/ES, inscrito no CPF sob o nº. [redacted] e **MOVIMENTO EMPRESARIAL DO ESPÍRITO SANTO,** pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.624.417/0001-49, com sua sede Rua José Alexandre Buaiz, Nº 190 - Salas 1413/1414. Enseada do Suá – Vitória - ES, neste ato, representada por seu Presidente, Sr. **LUIZ WAGNER CHIEPPE**, brasileiro, casado, portador do CPF nº 244.155.537-53, Carteira de Identidade 150.201 - SSP/ES e por seu Vice Presidente Institucional, Sr. **ARIDELMO JOSÉ CAMPANHARO TEIXEIRA**, brasileiro, portador do CPF nº [redacted], Carteira de Identidade [redacted] SSP/ES, resolvem celebrar o presente **Termo de Cooperação Técnica**, com base na Lei Federal 8.666/93, mediante as disposições expressas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Cooperação Técnica tem por objeto a união de esforços entre os partícipes para viabilizar o desenvolvimento de um modelo pedagógico e de gestão, doravante denominado **Programa de Escolas Estaduais de Ensino Médio em Turno Único**, conforme especificado no Plano de Trabalho, parte integrante deste Termo de Cooperação Técnica.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1 COMPETE AO MOVIMENTO EMPRESARIAL DO ESPÍRITO SANTO:

2.1.1 Identificar e buscar junto às empresas e instituições localizadas ou que atuam no Estado do Espírito Santo, apoio técnico e financeiro para o

Av. César Hilal, n.º 1.111 –Santa Lúcia - Vitória/ES - CEP 29056-085
Tel *(027)36367680 e 36367682*

ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO JURÍDICO

SEDU
GECON
Fl.: _____
PROCESSO Nº 70554897
Rub.:

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

desenvolvimento e execução do **Programa de Escolas Estaduais de Ensino Médio em Turno Único;**

2.1.2 Firmar parcerias com **Empresas Apoiadoras** buscando a garantia de recursos técnicos e financeiros para viabilizar o **Programa de Escolas Estaduais de Ensino Médio em Turno Único**;

2.1.3 Caso sejam firmadas parcerias com **Empresas Apoiadoras** para viabilizar o **Programa de Escolas Estaduais de Ensino Médio em Turno Único**, caberá ao **MOVIMENTO EMPRESARIAL DO ESPÍRITO SANTO**:

2.1.3.1 Contratar os serviços de uma empresa de consultoria especializada para elaborar e executar o **Programa de Escolas Estaduais de Ensino Médio em Turno Único**, devendo notificar a **Secretaria Estadual de Educação** quem é a empresa contratada e os responsáveis pela execução do projeto;

2.1.3.2 Arcar com todos os custos provenientes da contratação de empresa especializada que executará o **Programa de Escolas Estaduais de Ensino Médio em Turno Único**, utilizando-se de recursos provenientes de **Empresas Apoiadoras**;

2.1.3.3 Efetuar todos os pagamentos à empresa especializada contratada para a execução do **Programa de Escolas Estaduais de Ensino Médio em Turno Único**.

2.1.4 Doar ao Estado o produto do trabalho da empresa de consultoria especializada contratada para elaborar e executar o **Programa de Escolas Estaduais de Ensino Médio em Turno Único**. Entende-se pelo produto a metodologia pedagógica, de gestão, avaliação, além da formação do corpo docente e técnico nesses modelos e nas práticas de laboratório.

2.2 COMPETE À SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO:

Caso sejam firmadas parcerias com **Empresas Apoiadoras** para viabilizar o **Programa de Escolas Estaduais de Ensino Médio em Turno Único:**

2.2.1 Designar o coordenador do **Programa de Escolas Estaduais de Ensino Médio em Turno Único** que atuará em comum acordo com os representantes dos demais partícipes;

2.2.2 Criar um Comitê de Acompanhamento do Programa com a participação de representantes do **Governo do Estado**, **Movimento Empresarial do Espírito Santo, Empresas Apoiadoras** e **Consultoria Contratada** para execução do **Programa de Escolas Estaduais de Ensino Médio em Turno Único**;

2.2.3 Aprovar tecnicamente os produtos elaborados pela Consultoria Contratada;

ESPÍRITO SANTO EMAÇÃO JURÍDICO

Av. César Hilal, n.º 1.111 –Santa Lúcia - Vitória/ES - CEP 29056-085
Tel *(027)36367680 e 36367682*

SEDU
GECON
Fl.: _____
PROCESSO Nº 70554897
Rub.:

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

2.2.4 Utilizar e garantir que o **modelo pedagógico e de gestão** sejam utilizados para os fins específicos motivadores do presente Termo de Cooperação Técnica.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 - O presente Termo de Cooperação Técnica não importará em transferência de recursos financeiros de qualquer espécie.

CLÁUSULA QUARTA – DAS AÇÕES DE PUBLICIDADE

4.1 – Eventual publicidade ou de quaisquer outros atos executados em função deste Termo de Cooperação Técnica ou que com ele tenham relação, deverá ter caráter meramente informativo, nela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos em geral.

CLÁUSULA QUINTA – DA DENÚNCIA E RESCISÃO

5.1 - O presente Termo de Cooperação Técnica poderá ser denunciado por qualquer uma das partes ou rescindido mediante acordo entre os partícipes, através de comunicação por escrito acompanhada de memorial justificativo, que produzirá efeitos após 60 (sessenta) dias, contados do recebimento pelo destinatário, fazendo-se os acertos e as prestações de contas relativas às obrigações assumidas.

CLÁUSULA SEXTA – DOS ADITAMENTOS

6.1 - A formalização de futuros entendimentos entre as Partes, que de qualquer forma, implique em detalhamento, regulamentação dos objetos e princípios gerais neste instrumento, será consubstanciada em TERMOS ADITIVOS bilaterais e específicos, com expressa referência a este instrumento principal e integrados para fins efetivos de direito.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

7.1 - As omissões e os conflitos decorrentes deste Termo de Cooperação Técnica deverão ser preferencialmente resolvidos administrativamente entre os partícipes, levando em consideração o interesse público, e os princípios estatuídos no art. 37 "caput" da Constituição Federal, bem como os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, desde que não comprometam a finalidade pública institucional dos partícipes envolvidos.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

8.1 - O presente Termo de Cooperação Técnica terá vigência de 36 (tinta e seis) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante

Av. César Hilal, n.º 1.111 –Santa Lúcia - Vitória/ES - CEP 29056-085
Tel *(027)36367680 e 36367682*

ESPÍRITO SANTO EMAÇÃO JURÍDICO

SEDU
GECON
Fl.: _____
PROCESSO Nº 70554897
Rub.:

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

prévia justificativa e autorização expressa da autoridade competente e celebração de *"termo aditivo"*.

CLÁUSULA NONA – DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES

9.1 - A CONVENVIADA manterá o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, materiais, pormenores, informações, documentos, que venha a ter conhecimento ou acesso, sejam eles de interesse da própria CONVENENTE ou de terceiros, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, revelar, reproduzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros, sob as penas da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1 - Fica eleito, de comum acordo, o foro de Vitória - Comarca da Capital, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos do presente instrumento.

10.2 E por estarem justas e de comum acordo com as cláusulas e condições aqui estabelecidas, assinaram o presente instrumento na presença de 02 (duas) testemunhas infrafirmadas, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para os signatários.

Vitória - ES, 15 de junho de 2015.

HAROLDO CORRÊA ROCHA
Secretário de Estado da Educação

LUIZ WAGNER CHIEPPE
Presidente do Movimento Empresarial do Espírito Santo

ARIDELMO JOSÉ CAMPANHARO TEIXEIRA
Vice Presidente Institucional do Movimento Empresarial do Espírito Santo

Testemunhas:

1) Ass.....
Nome:..... CPF [redacted]

2) Ass.....
Nome:..... CPF [redacted]

Ana Eremita Bravim Ribeiro
Gerente de Contratos e Convênios
Nº Funcional:368183-51
SEDU/SEAF/GECOM

ESPÍRITO SANTO EMPREENDEDOR JURÍDICO
Rafael H. G. Teixeira de Freitas
OAB/ES 14064

Av. César Hilal, n.º 1.111 –Santa Lúcia - Vitória/ES - CEP 29056-085
Tel *(027)36367680 e 36367682*

SEDU
GECON
Fl.: _____
PROCESSO Nº 70554897
Rub.:

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

ANEXO I

PLANO DE TRABALHO

PROGRAMA DE ESCOLAS ESTADUAIS DE ENSINO MÉDIO EM TURNO ÚNICO

"ESCOLA VIVA"

Vitória, junho de 2015

1 - APRESENTAÇÃO

O debate sobre Educação Integral e a oferta de Educação em Tempo Integral, de acordo com as políticas públicas de Educação Básica e, em especial, com a aprovação do Plano Nacional de Educação 2014-2024 - PNE, tem como objetivo repensar a prática pedagógica, a organização curricular e redimensionar o tempo e os espaços escolares no sentido de estabelecer uma política educacional voltada à ampliação de oportunidades de aprendizagens.

A partir deste ano, será implantado e implementado na rede pública estadual de ensino, o *Programa de Escolas Estaduais de Ensino Médio em Turno Único*, denominado **"Programa Escola Viva"**, vinculado à Secretaria de Estado da Educação (SEDU), com o objetivo de planejar, executar e avaliar um conjunto de ações inovadoras em conteúdo, método e gestão, direcionadas à melhoria da oferta e da qualidade do ensino médio na rede pública do Estado, assegurando, assim, a criação e a implementação de uma rede de Escolas de Ensino Médio em Turno Único.

A proposta desse Programa nasce do contexto das políticas públicas para a Educação Básica, pois, legalmente, a oferta de Educação Integral encontra respaldo na Constituição Federal, artigos 205, 206, e 207; no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 9.089/90; na LDB 9.394/96, artigos 34 e 87; no Plano Nacional de Educação, Lei 13.005/15; no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação e de Valorização dos Profissionais da Educação, Lei nº 11.494/07 e Resolução CNE/CEB Nº 7/10.

É possível afirmar que o Programa traz em seu cerne os fundamentos de uma escola inclusiva, no sentido pleno da palavra. Uma escola que atua de forma a garantir educação de qualidade para todos, independente de toda e qualquer

Av. César Hilal, n.º 1.111 –Santa Lúcia - Vitória/ES - CEP 29056-085
Tel *(027)36367680 e 36367682*

ESPÍRITO SANTO EMAÇÃO JURÍDICO

SEDU
GECON
Fl.: _____
PROCESSO Nº 70554897
Rub.:

circunstância que possa acometer o adolescente ou o jovem. Uma escola, que se vale de pesquisas para saber quem são as pessoas que compõem seu grupo.

Direcionada à comunidade e parceira dos pais, atua de forma a atingir uma melhora na aprendizagem, ancorando-se em processos de colaboração e cooperação por meio da definição e, quando necessário, da mudança de papéis e responsabilidades, o que impulsiona o permanente desenvolvimento profissional de sua equipe técnica. Cuidando de suas pessoas, essa escola busca, também, garantir o acesso, o estabelecimento de infraestrutura de serviços adequados para o público com o qual atua, em ambientes educacionais flexíveis, valendo-se de novas formas de avaliação.

É desafio e tarefa dos educadores e de todos aqueles que atuam em um sistema público de ensino (educadores públicos) reconhecer que ações inovadoras, como a adoção de Escolas de Tempo Integral em Turno Único, ampliando o tempo de aprendizagens dos estudantes no cotidiano escolar. Isso gera oportunidades de oferecer aos estudantes o direito de aprender, de viver, de relacionar-se, de se divertir, de conviver e de ser.

Com relação à implantação e implementação da oferta de Escolas de Tempo Integral em Turno Único, a SEDU, contará com o apoio de uma empresa de consultoria, a qual tem como propósito fazer para influir, por meio do seu modelo pedagógico, de gestão e avaliação diagnóstica, para a transformação de políticas públicas.

O presente projeto de cooperação técnica é fruto de um alinhamento entre a **SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO** e o **MOVIMENTO EMPRESARIAL DO ESPÍRITO SANTO**.

Destaca-se ainda, que o **Programa Escola Viva** está inserido na carteira de Projetos Estruturantes do Governo do Estado do Espírito Santo como prioridade de ação no período de 2015-2018, alinhada às diretrizes do Plano de Desenvolvimento do Espírito Santo 2030.

2 - JUSTIFICATIVA

O **Programa das Escolas Estaduais de Ensino Médio em Turno Único** terá uma proposta pedagógica e de gestão diferenciadas, visando favorecer a vivência de atividades dinâmicas, contextualizadas e significativas nos diversos campos das ciências, das artes, das linguagens e da cultura corporal, das práticas sociais, das atividades de laboratório e da realização dos Projetos de Vida dos estudantes. Para tanto, é fundamental um aporte metodológico que atenda as especificidades desse novo modelo.

ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO JURÍDICO

Av. César Hilal, n.º 1.111 –Santa Lúcia - Vitória/ES - CEP 29056-085
Tel *(027)36367680 e 36367682*

SEDU
GECON
Fl.: _____
PROCESSO Nº 70554897
Rub.:

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

Sendo assim, diante da importância de ressignificar a prática pedagógica escolar, bem como a prática de gestão escolar, faz-se necessário o apoio e aquisição de um modelo pedagógico e de gestão, que aborde a concepção desse novo modelo institucional e pedagógico, buscando potencializar ações que reflitam em uma melhor aprendizagem dos estudantes capixabas, visando refletir na redução das taxas de reprovação e de abandono nesse nível de ensino (que são relativamente elevadas no Espírito Santo).

Com o objetivo de atender esse novo desafio e na busca de uma metodologia apropriada, a **Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo (SEDU)** buscou metodologias de sucesso e isso veio de encontro a estudos realizados pelo **Movimento Empresarial do Espírito Santo,** que há algum tempo tem acompanhado projetos desenvolvidos com a metodologia de Escolas de Tempo Integral.

E nesse contexto, o **Movimento Empresarial do Espírito Santo** propôs uma parceria com a **SEDU**, na qual se responsabilizaria pela contratação de uma empresa de consultoria para dar suporte a implementação do modelo e implantação das Escolas de Tempo Integral em Tempo Único.

Assim, considerando que o estado do Espírito Santo, além dos resultados insatisfatórios nas avaliações de larga escala, possui elevadas taxas de reprovação e de abandono no Ensino Médio, e que almeja reduzir essas taxas e melhorar a aprendizagem, a Cooperação Técnica entre as partes é pertinente para subsidiar um conjunto de ações inovadoras em conteúdo, método, gestão e formação, direcionadas à melhoria da oferta e da qualidade do ensino médio na rede pública do Espírito Santo.

3 - OBJETIVOS

3.1. OBJETIVO GERAL

- *Ampliar as oportunidades de aprendizagens para os jovens com a implantação de um modelo de educação integral em tempo integral, por meio de uma metodologia pedagógica e de gestão com foco na formação plena, com desenvolvimentos de práticas e vivências a partir de um currículo diferenciado e integrado, de forma a promover sujeitos autônomos, solidários e competentes.*

3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Instituir política pública de Educação Integral, de Educação em Tempo Integral por meio de Escolas de Tempo Integral em Turno Único, ampliando o tempo de permanência dos estudantes na escola.

Av. César Hilal, n.º 1.111 –Santa Lúcia - Vitória/ES - CEP 29056-085
Tel *(027)36367680 e 36367682*

ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO JURÍDICO

SEDU
GECON
Fl.: _____
PROCESSO Nº 70554897
Rub.:

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

- Promover a formação para a vida buscando ampliar as referências do estudante com relação aos valores e princípios que ele constitui ao longo de sua vida nos diversos meios com os quais interage.
- Possibilitar, ao estudante, conhecimentos, práticas e vivências contextualizadas que aprimorem a sua aprendizagem assegurando o pleno domínio do conhecimento a ser desenvolvido na Educação Básica.
- Desenvolver um conjunto pleno de competências cognitivas, bem como um conjunto de outras competências essenciais nos domínios da emoção e da natureza social.
- Estimular os estudantes para que eles respondam aos desafios do mundo contemporâneo de maneira autônoma, solidária e competente, a prática pedagógica deve ser reconceitualizada em suas ações.
- Construir uma nova identidade de escola, incrementando os tempos e espaços escolares, as dimensões curriculares, a metodologia e a prática pedagógica.
- Contribuir para a redução do índice de abandono e aumentar a aprovação dos estudantes no Ensino Médio da rede pública estadual.
- Contribuir para minimizar os riscos de vulnerabilidade social.

4 ABRANGÊNCIA

O presente processo de cooperação técnica tem como abrangência a implantação e qualificação do Ensino Médio em Tempo Integral de Turno Único, denominado **Programa Escola Viva**, em 30 escolas da rede pública estadual do Estado do Espírito Santo até 2018.

5 OBJETO DA COOPERAÇÃO TÉCNICA

O Convênio de Cooperação Técnica tem por objeto a formalização da parceria entre a **Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo** e o **Movimento Empresarial do Espírito Santo,** para viabilizar, por meio de uma empresa de consultoria especializada, o desenvolvimento de um modelo pedagógico, de gestão e formação em práticas de laboratório para a implantação do Programa Escola Viva.

O termo aditivo de Cooperação Técnica entre as partes será assinado:

SEDU – Sr. Haroldo Corrêa Rocha - Secretário Estadual de Educação;

MOVIMENTO EMPRESARIAL DO ESPÍRITO SANTO – Sr. Luiz Wagner Chieppe – Presidente e Sr. Aridelmo José Campanharo Teixeira – Vice-presidente Institucional.

6 DA GESTÃO DA PARCERIA

A gestão da parceria na SEDU será de responsabilidade da Gerência da Escola Viva.

ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO JURÍDICO

Av. César Hilal, n.º 1.111 –Santa Lúcia - Vitória/ES - CEP 29056-085
Tel *(027)36367680 e 36367682*

SEDU
GECON
Fl.: _____
PROCESSO Nº 70554897
Rub.:

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
Gerente: Flávia Nascimento Ribeiro

7 METODOLOGIA

As ações que serão realizadas pela SEDU serão subsidiadas pela empresa de consultoria, a partir de materiais disponibilizados, formações aos professores e equipe de gestores das escolas onde será implantado o Programa Escola Viva.

A Secretaria Estadual de Educação selecionará e avaliará escolas já existentes na rede estadual, outros espaços para locação e construção de novas unidades escolares, a partir do modelo idealizado que visa atender a qualidade na educação.

A cooperação da empresa de consultoria irá diminuindo de forma gradativa, no primeiro ano participará da preparação da implantação das escolas, no segundo ano fará o acompanhamento e no terceiro e último ano será a consolidação da implantação.

A parceria e atuação da empresa de consultoria se dará com a transferência de conhecimento dos modelos pedagógicos, de gestão e de formação em práticas de laboratório, finalizando após três anos quando todo o conhecimento for transferido a Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo e 30 escolas Estaduais de Ensino Médio em Turno Único implantadas.

8 EXECUÇÃO DO PROJETO

O **Programa Escola Viva** será desenvolvido pela Secretaria Estadual de Educação do Espírito Santo.

9 RESPONSABILIDADES DAS PARTES

9.1 Compete ao MOVIMENTO EMPRESARIAL DO ESPÍRITO SANTO:

I - Identificar e buscar junto às empresas e instituições localizadas ou que atuam no Estado do Espírito Santo, apoio técnico e financeiro para o desenvolvimento e execução do **Programa de Escolas Estaduais de Ensino Médio em Turno Único;**

II – Firmar parcerias com **Empresas Apoiadoras** buscando a garantia de recursos técnicos e financeiros para viabilizar o **Programa de Escolas Estaduais de Ensino Médio em Turno Único**;

III - Caso sejam firmadas parcerias com **Empresas Apoiadoras** para viabilizar o **Programa de Escolas Estaduais de Ensino Médio em Turno Único**, caberá ao **MOVIMENTO EMPRESARIAL DO ESPÍRITO SANTO**:

ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO JURÍDICO

Av. César Hilal, n.º 1.111 –Santa Lúcia - Vitória/ES - CEP 29056-085
Tel *(027)36367680 e 36367682*

SEDU
GECON
Fl.: _____
PROCESSO Nº 70554897
Rub.:

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

11 DESCRIÇÃO DO PÚBLICO ALVO BENEFICIADO

Alunos do Ensino Médio do Estado do Espírito Santo.

12 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

O acompanhamento e avaliação do modelo implantado serão realizados pela Gerência da Escola Viva da SEDU – Central.

13 CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Para a apropriação do modelo pedagógico, de gestão e formação não está previsto repasse financeiro por parte da Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo.

Anexo I

CRONOGRAMA 2015

Atividades/Mês	1	2	3	4	5	6	7
Visita e avaliação de Escolas Estaduais	X						
Visita e avaliação de Escolas Particulares	X						
Tramitação na Assembleia Legislativa	X						
Formação da Equipe da Unidade Central	X						
Elaboração de Diretrizes Operacionais – Equipe Gestora e Professores		X					
Seleção das escolas	X						
Formação de Professores e Equipe Pedagógica		X					
Formação da Equipe Gestora da unidade escolar		X					
Elaboração dos Programas de Ação da Comunidade Escolar		X					
Elaboração do Plano de Ação da unidade escolar alinhado as Metas e Estratégias de Secretaria de Educação.		X					
Execução do modelo pelos Professores e Equipe Pedagógica		X	X	X	X	X	X
Gerência Escola Viva - Acompanhamento e orientação à equipe pedagógica e de gestão da unidade escolar		X	X	X	X	X	X

ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO JURÍDICO

Av. César Hilal, n.º 1.111 –Santa Lúcia - Vitória/ES - CEP 29056-085
Tel *(027)36367680 e 36367682*

SEDU
GECON
Fl.: _____
PROCESSO Nº 70554897
Rub.:

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

CRONOGRAMA 2016

Atividades/Mês	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Implantação de novas escolas	X											
Formação de Professores e Equipe Pedagógica	X											
Formação da Equipe Gestora da unidade escolar	X											
Elaboração dos Programas de Ação da Comunidade Escolar		X										
Elaboração do Plano de Ação da unidade escolar alinhado as Metas e Estratégias de Secretaria de Educação.		X										
Execução do modelo pelos Professores e Equipe Pedagógica			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Gerência da Escola Viva - Acompanhamento e orientação à equipe pedagógica e de gestão da unidade escolar			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

CRONOGRAMA 2017

Atividades/Mês	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Implantação de novas escolas	X											
Formação de Professores e Equipe Pedagógica	X											
Formação da Equipe Gestora da unidade escolar	X											
Elaboração dos Programas de Ação da Comunidade Escolar		X										
Elaboração do Plano de Ação da unidade escolar alinhado as Metas e Estratégias de Secretaria de Educação.		X										
Execução do modelo pelos Professores e Equipe Pedagógica		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Av. César Hilal, n.º 1.111 –Santa Lúcia - Vitória/ES - CEP 29056-085
Tel *(027)36367680 e 36367682*

ESPÍRITO SANTO EM AÇÃO JURÍDICO

SEDU
GECON
Fl.: _____
PROCESSO Nº 70554897
Rub.:

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

Gerência da Escola Viva - Acompanhamento e orientação à equipe pedagógica e de gestão da unidade escolar		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

CRONOGRAMA 2018

Atividades/Mês	1	2	3		5	6	7	8	9	10	11	12
Conclusão da Implantação de novas escolas	X											
Formação de Professores e Equipe Pedagógica	X											
Formação da Equipe Gestora da unidade escolar	X											
Elaboração dos Programas de Ação da Comunidade Escolar		X										
Elaboração do Plano de Ação da unidade escolar alinhado as Metas e Estratégias de Secretaria de Educação.		X										
Execução do modelo pelos Professores e Equipe Pedagógica		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Gerência da Escola Viva - Acompanhamento e orientação à equipe pedagógica e de gestão da unidade escolar		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

ESPÍRITO SANTO EMAÇÃO JURÍDICO

Av. César Hilal, n.º 1.111 –Santa Lúcia - Vitória/ES - CEP 29056-085
Tel *(027)36367680 e 36367682*

II - Vigência Data de início: Junho/15 Data de término: Novembro/15.

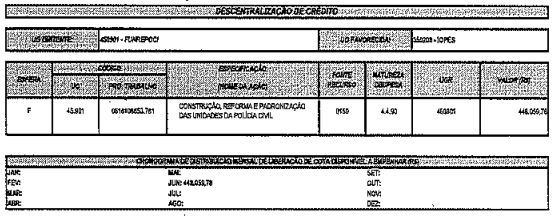
III - De/Concedente:

Órgão: 45.000 - Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social - SESP.
UO: 45.901 - Fundo Especial de Reequipamento da Polícia Civil.
UG: 450901 - FUNREPOCI

IV - Para/Executante:

Órgão: 35.000 - Secretaria de Estado dos Transportes e Obras Públicas - SETOP
UO: 35.208 - Instituto de Obras Públicas do Estado do Espírito Santo
UG: 350208 - IOPES

V - Crédito



DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITO

UG EMITENTE	450901 - FUNREPOCI	UG FAVORECIDA	350208 - IOPES

ESFERA	CÓDIGO UNID.	CÓDIGO PROG. TRABALHO	ESPECIFICAÇÃO PROGRAMA/AÇÃO	FONTE RECURSO	NATUREZA DESPESA	UGR	VALOR (R$)
F	45.901	06161098553.761	CONSTRUÇÃO, REFORMA E PADRONIZAÇÃO DAS UNIDADES DA POLÍCIA CIVIL	0153	4.4.90	450901	448.059,78

CRONOGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO MENSAL DE LIBERAÇÃO DE COTA (EXPRESSO EM R$ 1,00)

JAN:	MAI:	SET:	
FEV:	JUN: 448.059,78	OUT:	
MAR:	JUL:	NOV:	
ABR:	AGO:	DEZ:	

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Espírito Santo, 16 de Junho de 2015.

ANDRÉ DE ALBUQUERQUE GARCIA
Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa Social
Protocolo 159274

EXTRATO DE SEGUNDO TERMO ADITIVO

CONVÊNIO Nº 005/2011

PROCESSO Nº: 51482380
PARTÍCIPES:
- Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social - **SESP**;
- Secretaria de Estado dos Transportes e Obras Públicas - **SETOP**;
- Departamento Estadual de Trânsito - **DETRAN**;
- Sindicato das Empresas de Transporte Metropolitano da Grande Vitória - **GVBUS**.

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência do Convênio Original por mais 12 (doze) meses, a partir do dia 29 de Junho de 2015.
Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e Condições não modificadas direta ou indiretamente por este instrumento.

Em 15 de junho de 2015.

ANDRÉ DE ALBUQUERQUE GARCIA
Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa Social
Protocolo 159326

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº: 031/2013
PROCESSO Nº: 61807001
CONTRATANTE: Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social - **SESP**.
CONTRATADA: **AYNIL SOLUÇÕES S/A.**
OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato Original, conforme parágrafo 4º do artigo 57 da Lei 8.666/93, por mais 12 (doze) meses, **a partir de 12 de junho de 2015**.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do Contrato Original.

Em 11 de junho de 2014.

André de Albuquerque Garcia
Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa Social
Protocolo 159531

Polícia Civil - PC-ES -

EDITAL Nº 019/15 DE NOTIFICAÇÃO E CITAÇÃO E PAUTA DE JULGAMENTO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES

O Conselho da Polícia Civil do Estado do Espírito Santo, por meio de seu Presidente e por deliberação do órgão Colegiado no dia 07.03.2012, **AVISA** que no dia 24.6.2015 (quarta-feira), às 9 horas, no Plenário do Conselho da Polícia Civil, localizado no 3º andar do Prédio da Chefia da Polícia, sito na Av. Nossa Senhora da Penha, 2.290, Santa Luíza, Vitória/ES (tel. 3137-9109), irá(ão) a julgamento o(s) processo(s) abaixo discriminado(s), ficando desde já o(s) advogado(s) e o(s) policial(is) civil(s) notificado(s) e citado(s), respectivamente, para comparecerem à referida sessão, a fim de, se assim desejarem, apresentarem sustentação oral.
PAD 059/2013 em desfavor **PC APC IZIDIO MOTTA NETTO** (Defensor: dr. Rafael Roldi de Freitas Ribeiro - OAB/ES 9.888).
PAD 025/2013 em desfavor **PC IP JOÃO LUIZ COLOMBO SARNAGLIA** (Defensor: dr. Christian Luiz T. de Rezende Lugon - OAB/ES 11.597)

Vitória, 17 de junho de 2015.

GRACIMERI VIEIRA SOEIRO DE CASTRO GAVIORNO
PRESIDENTE DO CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL
Protocolo 159356

Secretaria de Estado da Educação - SEDU -

PORTARIA Nº 705-S, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Lei 3.043/75, e Decreto nº 2924-R, publicado em 29 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

DESIGNAR a servidora **SIMONE SAMPAIO DO NASCIMENTO**, nº funcional 3509923, para substituir a Chefe do Grupo Financeiro Setorial, Mirella Carla Mendes Christ, no período de 08 de junho de 2015 a 28 de junho de 2015, por motivo de férias, na Secretaria de Estado da Educação. (Proc. nº 70641528).

Vitória, 17 de junho de 2015.

HAROLDO CORRÊA ROCHA
Secretário de Estado da Educação
Protocolo 159470

PORTARIA Nº 706-S, DE 17 DE JUNHO DE 2015.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Lei nº 3.043/75, e considerando o disposto no Edital nº 007, publicado no Diário Oficial de 17/06/2015,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os profissionais abaixo relacionados para constituírem a Comissão responsável pela elaboração e correção do texto dissertativo, da 2ª etapa do processo seletivo simplificado de profissionais efetivos do magistério da rede estadual para atuação nas unidades escolares do Programa Estadual de Ensino Médio em Turno Único, denominado "Escola Viva", a ser implantado a partir do 2º semestre de 2015, em atendimento ao Edital nº 07/2015, publicado no Diário Oficial de 17/06/2015:

I - Adriana Luchi Riva - Gerência de Educação Infantil e Ensino Fundamental
II - Alaíde Schinaider Rigoni - Gerência de Planejamento
III - Alfredo Carvalho Sampaio - Gerência de Estudos, Pesquisa, Qualificação e Desenvolvimento dos Profissionais do Magistério
IV - Cássia Olinda Nunes - Assessoria Especial de Legislação e Normas
V - Cláudia Simões Mariano - Assessoria de Apoio Curricular e Educação Ambiental (AE011)
VI - Maria Solimar Lievori do Rego - Gerência de Monitoramento de Programas e Projetos
VII - Rafaela Teixeira Possato de Barros - Gerência de Ensino Médio
VIII - Rogério Carvalho de Holanda - Gerência de Educação Infantil e Ensino Fundamental
IX - Silvana de Oliveira Medeiros - Gerência de Educação Infantil e Ensino Fundamental

Parágrafo único. Fica designado Alfredo Carvalho Sampaio como coordenador desta Comissão.

Art. 2º - Compete à comissão:
I - elaborar e corrigir o texto dissertativo;
II - analisar recursos referentes à 2ª etapa previstos no Edital de abertura.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Vitória, 17 de junho de 2015.

HAROLDO CORRÊA ROCHA

Secretário de Estado da Educação
Protocolo 159580

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO assinou o seguinte ato:

PORTARIA Nº 707-S, DE 17/06/2015 - Considerar localizado, a pedido, a partir da publicação, a servidora **Cristina Eduardo Rios Piovesan**, nº funcional 487135, vínculo 2, Agente de Suporte Educacional, do Quadro Permanente, na EEEF Dr. Edward Abreu do Nascimento, município de Pedro Canário, nos termos do inciso I do Art. 34 e do Art. 35 da Lei Complementar nº 46, publicado no D.O. de 31/01/1994. (Proc. nº 70345171).
Protocolo 159582

RESUMO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 012/2015

CONCEDENTE: Governo do Estado do Espírito Santo, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação.
CNPJ/MF nº. 27.080.563/0001-93
CONVENENTE: Movimento

Empresarial do Espírito Santo
CNPJ/MF nº. 05.624.417/0001-49
OBJETO: firmar Cooperação Técnica para a formalização da parceria entre a **SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO** e o **MOVIMENTO EMPRESARIAL DO ESPÍRITO SANTO** para viabilizar o desenvolvimento de um modelo pedagógico e de gestão, doravante denominado **Programa de Escolas Estaduais de Ensino Médio em Turno Único**, conforme especificado no Plano de Trabalho, parte integrante deste Termo de Cooperação Técnica.
VIGÊNCIA: a partir da assinatura com vigência por 36 (trinta e seis) meses.
Processo nº. 70554897/2015
Protocolo 159474

RESUMO DO 3º. TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO N.º. 078/2014
Processo: 66128218/2014
Espécie: 3º Termo Aditivo ao Termo de Cooperação para Descentralização de Crédito Orçamentário nº 078/2014.
Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Termo de Cooperação nº 078/2014.
Prazo de Vigência: 08.2015 a 09.2016.
Data da Assinatura: 11.06.2015
Assinam: Pela Secretaria de Estado da Educação - SEDU / Haroldo Corrêa Rocha / Secretário de Estado da Educação e pelo Instituto de Obras Públicas do Espírito Santo - IOPES / Claudio Daniel Passos Rosa/ Diretor Geral
Protocolo 159614

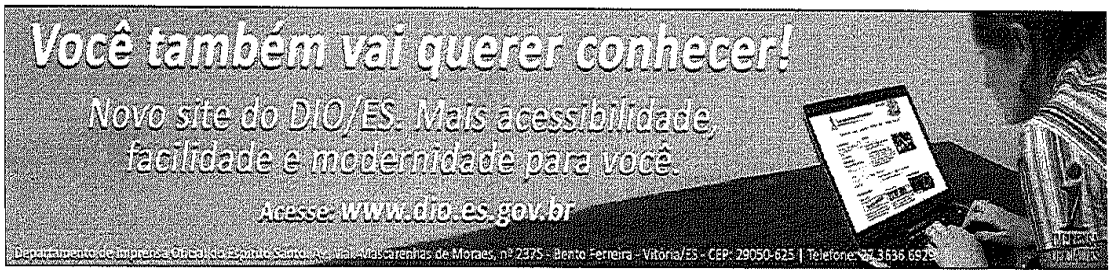
Faculdade de Música do Espírito Santo - FAMES -

RESUMO DA ORDEM DE SERVIÇO EMITIDA REFERENTE AO EDITAL CREDENCIAMENTO Nº. 001/2015, PUBLICADO DIO/ES de 05/05/2015.
Nº. da Ordem de Serviço: 157/2015.
Credenciada: Joicemara Aparecida do Amaral - Prestação de serviço como Instrumentista Pedagógico, "Oboé" para alunos da Graduação nos Grupos Sinfônicos da FAMES.
Vigência: 10/06/2015 a 30/06/2015 e 01/08/2015 a 30/11/2015.
Valor: R$ 57,00 (Cinqüenta e Sete Reais) hora/aula.
Total de Horas Trabalhadas/ Máximo: até 30 (Trinta) horas Mensal.
Dotação Orçamentária: 10.42.201.12.364. 0152.2688 - Elemento de Despesa 339036 - Fonte 102 000001.

Vitória/ES, 09 de junho de 2015.

Paulo Henrique Avidos Pelissari
Diretor Geral da FAMES.
Protocolo 159372





INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 27/11/2024 11:14:13 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)

por ANDRÉ LUIZ BATISTA DA SILVA (GERENTE QCE-03 - GECON - SEDU - GOVES) Valor Legal: CÓPIA SIMPLES | Natureza: DOCUMENTO DIGITALIZADO

2024-2S9PJT - E-DOCS - CÓPIA SIMPLES 27/11/2024 11:14 PÁGINA 15 / 15

ANEXO F – ORDENS DE PAGAMENTOS REALIZADOS PELA SEFAS EM FAVOR DA FUCAPE

Governo do Estado do Espírito Santo

Despesas pagas por Credor - FUCAPE (OB)

24/02/2025

Credor / Unidade Gestora / Ordem Bancária	Despesas e RAP Pagos
03812374000108 - FUCAPE FUND.INST.CAP.PES.EM CONT.ECON.E FIN.	**465.983,24**
220101 - SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	**465.983,24**
2014OB03671 - PAGAMENTO REFERENTE NOTA FISCAL 49641 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS PARA SERVIDORES DA SEFAZ CONTRATO 022/2014 NOVEMBRO/2014	22.120,00
2015OB00113 - PAGAMENTO RPP NF. 50483 CONT. 022/2014, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS(PÓS GRADUAÇÃO) P/ 15(QUINZE)SERVIDORES DA SEFAZ DEZEMBRO/2014.	23.503,30
2015OB00305 - PAGAMENTO DA NF. 51293 CONT. 022/2014, PRESTAÇÃO DE SERV. EDUCACIONAIS DE PÓS GRADUAÇÃO(MBA E MESTRADO) P/ SERVIDORES DA SEFAZ, JANEIRO/2015.	21.918,30
2015OB00530 - PAGAMENTO DA NF. 54905 CONT. 022/2014, PRESTAÇÃO DE SERV. EDUCACIONAIS DE PÓS GRADUAÇÃO(MBA E MESTRADO) P/ SERVIDORES DA SEFAZ, FEVEREIRO/2015.	21.918,30
2015OB00849 - PAGAMENTO DA NF. 55180 CONT. 022/2014, PRESTAÇÃO DE SERV. EDUCACIONAIS DE PÓS GRADUAÇÃO(MBA E MESTRADO) P/ SERVIDORES DA SEFAZ, MARÇO/2015.	21.918,30
2015OB01164 - PAGAMENTO DA NF. 56026 CONT. 022/2014, PRESTAÇÃO DE SERV. EDUCACIONAIS DE PÓS GRADUAÇÃO(MBA E MESTRADO) P/ SERVIDORES DA SEFAZ, ABRIL/2015.	21.918,30
2015OB01485 - PAGAMENTO DA NOTA FISCAL 58365 CONT. 022/2014, PRESTAÇÃO DE SERV. EDUCACIONAIS DE PÓS GRADUAÇÃO(MBA E MESTRADO) P/ SERVIDORES DA SEFAZ, MAIO/2015.	21.918,30
2015OB01987 - PGAMENTO CONT.022/2014, REFERENTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EDUCACIONAIS POS GRADUAÇÃO MB E MESTRADO(15) QUINZE SERVIDORES/SEFAZ, MES JUNHO/2015.	20.514,00
2015OB02057 - PAGAMENTO COMPLEMENTAR CONT. 022/2014, REF. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EDUCACIONAIS PÓS GRADUAÇÃO MB E MESTRADO(15) QUINZE SERVIDORES/SEFAZ, MÊS JUNHO/2015.	0,30
2015OB02402 - PAGAMENTO DA NF. 59821 CONT. 022/2014 PARCELA 9/23, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS DE PÓS GRADUAÇÃO(MBA E MESTRADO) JULHO/2015. INFORMAMOS QUE HOUVE GLOSA NO VALOR DE R$ 1,92 NA FATURA DA 9ª PARCELA, TENDO EM VISTA QUE FOI COBRADO A MAIOR R$ 0,96 NA 8ª E NA 9ª PARC.	20.512,38
2015OB02660 - PAGAMENTO DA NF. 60218 CONT. 022/2014 PARCELA 10/23, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS DE PÓS GRADUAÇÃO (MBA E MESTRADO), AGOSTO/2015.	20.513,34
2015OB03039 - PAGAMENTO DA NF. 60896 CONT. 022/2014 PARC. 11/23, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS DE PÓS GRADUAÇÃO, SETEMBRO/2015.	20.513,34
2015OB03341 - PAGAMENTO DA NF. 61790 CONT. 022/2014 PARC. 12/23, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS DE PÓS GRADUAÇÃO, OUTUBRO/2015.	20.513,34
2015OB03693 - PAGAMENTO DA NF. 62616 CONT. 022/2014 PARC. 13/23, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS DE PÓS GRADUAÇÃO, NOVEMBRO/2015.	18.928,34
2016OB00134 - PAGAMENTO DA NF. 63454 CONT. 022/2014, CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO DEZEMBRO/2015.	18.928,34
2016OB00620 - PAGAMENTO 63791 POS GRADUAÇÃO LATU SENSU 15(QUINZE)SERVIDORES/SEFAZ, CONT. 022/2014, MES JANEIRO/2016. PARCELA 15/23.	10.000,00
2016OB00621 - PAGAMENTO COMPLEMENTAR DA 2016NL00SPESAS NF. 63791, POS GRADUAÇÃO LATU SENSU SERVIDORES/SEFAZ, CONT.022/2014, MES JANEIRO/2016. PARCELA 15/23.	8.928,34
2016OB00919 - PAGAMENTO NF 64420 CURSO DE MBA E MESTRADO CONTRATO 022/2014 MÊS FEVEREIRO/2016.	18.928,34
2016OB01148 - PAGAMENTO NF 65123 CURSO DE MBA E MESTRADO CONTRATO 022/2014 MES MARÇO/2016.	18.928,34
2016OB01459 - PAGAMENTO NF 65866 CURSO DE MBA E MESTRADO CONTRATO 022/2014 MÊS ABRIL/2016.	18.928,34
2016OB01911 - PAGAMENTO NF 66488 CURSO DE MBA E MESTRADO CONTRATO 022/2014 MÊS MAIO/2016.	18.928,34
2016OB02329 - PAGAMENTO NOTA FISCAL 67254, CONT.022/2014, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS DE POS GRADUAÇÃO LATU SENSU , DENOMINADO mba E MESTRADO CAPACITAÇAO DE 15(QUINZE) SERVIDORES/SEFAZ,MES JUNHO/2016.	18.928,34
2016OB02499 - PAGAMENTO NOTA FISCAL 67890, CONT. 022/2014, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS DE POS GRADUAÇÃO LATU SENSU , DENOMINADO mba E MESTRADO CAPACITAÇAO DE 15(QUINZE) SERVIDORES/SEFAZ,MES JULHO/2016.	18.928,34
2016OB02846 - PAGAMENTO CONT. 022/2014 NF 68109, PRESTAÇÃO DE SERVÇOS EDUCACIONAIS DE PÓS GRADUAÇÃO LATU SENSU, MBA E MESTRADO, REF. AGOSTO/2016.	18.928,34
2017OB00644 - PAGAMENTO DE RPNP, NF. 68931 REF. A 17ª PARCELA CONT. 022/2014, CURSO DE MBA E MESTRADO ABRIL/2016.	18.918,34
06105333000161 - FUCAPE PESQUISA E ENSINO S/A	**20.520,00**
220101 - SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	**20.520,00**
2024OB05572 - Pagamento da Nota Fiscal 123965, do Contrato Administrativo nº 2024.000062.22101.01, referente à contratação de 12 (doze) vagas no curso de pós-graduação stricto sensu – "Mestrado Profissional em Ciências Contábeis e Administração", em favor da empresa FUCAPE PESQUISA E ENSINO S/A, com quem celebrou esta Secretaria. Mês 12/2024. Autorização para pagamento à peça #57, p.2/3. Do E-Docs 2024-PX029.	0,00

Impresso por 3_RELATÓRIOS_GEFIN/SEFAZ em 24/02/2025 18:51

Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do ES - Gestão da SEFAZ

Página 1/2

2025-XQDLHS - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 25/02/2025 12:37 PÁGINA 1 / 3

Credor / Unidade Gestora / Ordem Bancária	Despesas e RAP Pagos
2024OB05631 - Pagamento da Nota Fiscal 123965, do Contrato Administrativo nº 2024.000062.22101.01, referente à contratação de 12 (doze) vagas no curso de pós-graduação stricto sensu – "Mestrado Profissional em Ciências Contábeis e Administração", em favor da empresa FUCAPE PESQUISA E ENSINO S/A, com quem celebrou esta Secretaria. Mês 12/2024. Autorização para pagamento à peça #57, p.2/3. Do E-Docs 2024-PX029.	19.535,04
- - -	984,96
Total	486.503,24

ANEXO G – ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 002/2021 (PROCESSO Nº 48850/2021)

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA

Acordo de Cooperação nº 002/2021.

Processo nº 48.850/2021

ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE VILA VELHA (ES), POR SUA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, MOVIMENTO EMPRESARIAL DO ESPÍRITO SANTO E ASSOCIAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS DE VILA VELHA.

Aos 31 dias do mês de agosto de 2021, de um lado o **MUNICÍPIO DE VILA VELHA**, por meio da Secretaria Municipal de Educação, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Educação Interino, **Rodrigo de Souza Simões Nunes,** portaria nº 512/2021, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº 1976484 SSP/DF e inscrito no CPF sob o nº 926.163.051-00, doravante denominado **MUNICÍPIO** e de outro, **o MOVIMENTO EMPRESARIAL DO ESPÍRITO SANTO**, associação apartidária e privada sem fins econômicos, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.624.417/0001-49, com sua sede localizada na Rua Ten. Mário Francisco Brito, 420, sala 501 - Edifício Vértice – Vitória/ES, neste ato representada pelo seu Presidente, **Fabio Costa Brasileiro da Silva**, portador da carteira de identidade nº 661104 SSP/E e inscrito no CPF sob o nº [redacted] doravante denominada **ES EM AÇÃO** e **a ASSOCIAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS DE VILA VELHA,** inscrita no CNPJ sob o nº. 09.238.172/0001-72, com sua sede localizada na Rua Luciano das Neves, nº 209, Ed. Don Estevam, Centro, Vila Velha - ES, neste ato representado pelo seu presidente **Marco Tulio Ribeiro Fialho**, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº 1612108 expedida pela SPTC/ES e inscrito no CPF sob o nº [redacted] doravante denominada ASSEVILA, com fundamento nos artigos 2º e 29 da Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações, no Decreto Municipal nº 060/2017, assinam o presente ACORDO DE COOPERAÇÃO, mediante as seguintes CLÁUSULAS e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

1.1. O presente ACORDO DE COOPERAÇÃO reger-se-á por toda a legislação aplicável à espécie, em especial, pelas normas gerais da Lei Federal nº 13.019, de 31.07.2014 e suas alterações; Decreto Municipal nº 060/2017; as quais as ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE

CIVIL declaram conhecer e se obrigam a respeitar, ainda que não transcritas neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. O presente ACORDO DE COOPERAÇÃO objetiva conjugar os esforços dos partícipes para o desenvolvimento e implementação, de um conjunto de ações que visam a melhoria da oferta e da qualidade do ensino público fundamental do município de Vila Velha/ES, no processo de implantação e consolidação de "Escolas de Ensino Fundamental em Tempo Integral", assegurando efetividade desse dever do Município no âmbito da rede pública, bem como a promoção de todas as atividades constantes do Plano de Trabalho (Anexo I).

2.1.1. Para consecução do objetivo principal e o desenvolvimento do ensino fundamental no município, as partes envolvidas se comprometem formalmente a construir e implementar um programa permanente e efetivo, na forma adiante especificada, para a causa de um ensino fundamental público e de qualidade, com gestão eficiente, sujeito a aferição de resultados, através do IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

3.1. Para a operacionalização do presente ACORDO DE COOPERAÇÃO cabe:

3.1.1. Ao **MUNICÍPIO**:

(a) Definir e tornar disponível as escolas, a partir de um plano de ação para expansão na rede de ensino do município sempre escolhidas após análise de conveniência, oportunidade, e adequação aos objetivos do programa, com a finalidade de nelas implantar o programa "Escolas de Ensino Fundamental em Tempo Integral", cujos princípios básicos estarão previamente definidos, no plano de trabalho (anexo), quanto a recursos – humanos, técnicos e materiais – e as ações a serem desenvolvidas;

(b) Instituir no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, uma equipe com **dedicação exclusiva, sob regime de 40 horas,** voltada à implantação do programa, reportando-se diretamente ao (a) Secretário (a) e subsecretário (a) de Educação, sem intermediações. Esta organização deverá ser empoderada para decidir quanto a todos os aspectos do modelo de gestão e pedagógico a ser implantado nas "Escolas de Ensino Fundamental em Tempo Integral", segundo este instrumento;

(c) Constituir e compor uma Governança formada por: um Comitê Executivo, em nível estratégico, para definições de diretrizes e orientações estratégicas, composto pelos partícipes deste instrumento; e um Comitê Gerencial, em nível tático, para monitoramento do "Cronograma de Ações", acompanhamento das atuações das Escolas em Tempo Integral, composto pelos partícipes deste instrumento".

(d) Oferecer as instalações físicas das unidades de ensino e o corpo técnico necessários à implementação das "Escolas de Ensino Fundamental em Tempo Integral", envidando todos os esforços a fim de que estas tenham a sua infraestrutura físico-pedagógica prontas, conforme as necessidades especificadas no anexo – Perfil - Escola Candidata para Tempo Integral, antes do início de cada ano letivo;

(e) Selecionar os diretores, professores e pessoal para atuação em cada uma das "Escolas de Ensino Fundamental em Tempo Integral", por meio de processo seletivo, segundo critérios definidos que garantam o acesso mediante requisitos prévios, objetivos e públicos, bem como a universalidade e gratuidade, preservando a obediência às leis e a compatibilidade com os objetivos do termo firmado;

(f) Fornecer traslado, para deslocamento dos consultores e equipes do programa, previamente identificados e indicados pelo Es em Ação, para implementação das ações previstas neste instrumento;

(g) Expedir os instrumentos legais ou normativos que, a juízo das partes, sejam indispensáveis ou necessários ao desenvolvimento dos objetivos e atividades previstas no presente instrumento, incluindo-se a legislação/norma necessária para a implementação do programa objeto do presente acordo, sendo este imprescindível para a criação e implementação do mesmo.

(h) Garantir os espaços e horários de formação para os gestores e educadores das escolas, bem como a efetividade da presença;

(i) Implementar, caso não exista, instrumento normativo próprio, o qual permita a avaliação de desempenho permanente e específica dos profissionais das "Escolas de Ensino Fundamental em Tempo Integral", sendo que esta deve agregar elementos de pontualidade, assiduidade e atribuições pedagógicas e funcionais;

(j) Utilizar e garantir que o modelo pedagógico e de gestão sejam utilizados para os fins específicos motivadores do presente Acordo de Cooperação;

(k) Participar dos elementos de acompanhamento e avaliação das ações implementadas, propondo ajustes e soluções.

(l) através da Subsecretaria Pedagógica da SEMED, supervisionar, fiscalizar, monitorar e avaliar a execução do presente acordo;

(m) elaborar Relatório Técnico e de Monitoramento e Avaliação.

3.1.2. À ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

3.1.2.1. Compete ao **ES em Ação**, durante o tempo de execução do presente instrumento:

a) Assegurar os recursos financeiros demandados pelo programa, para custear as atividades necessárias à implantação e consolidação do objeto deste acordo;

b) Participar do processo de concepção, planejamento, implantação, gestão, acompanhamento e avaliação das atividades desenvolvidas em razão do presente instrumento, em cada uma das escolas escolhidas;

c) Assegurar, diretamente através da sua equipe ou através de parcerias, a transferência de tecnologias educacional, organizacional e de gestão, necessárias ou suplementares as ações a serem desenvolvidas nas "Escolas de Ensino Fundamental em Tempo Integral", de modo a perpetuar na Secretaria Municipal de Educação as tecnologias implantadas;

d) Apresentar para o comitê gerencial e equipe de implantação relatórios de acompanhamento das atividades das escolas em implantação ou implantadas, de modo a avaliar seu desenvolvimento, fazendo recomendações para ações corretivas sempre que necessárias;

e) Firmar parcerias com empresas apoiadoras buscando a garantia de recursos técnicos e financeiros para viabilizar o programa;

f) Compor a Governança para acompanhamento de todas as etapas da implantação do programa; com a participação de no mínimo 02 (dois) representantes em cada Comitê: Executivo e Gerencial, do Programa de "Escolas de Ensino Fundamental em Tempo Integral";

3.1.2.2.. Compete a **ASSEVILA**, durante o tempo de execução do presente instrumento:

a) Promover a mobilização junto a formadores de opinião, empresas, e sociedade geral do município sobre a importância da educação pública de qualidade;

b) Compor a Governança para acompanhamento de todas as etapas da implantação do programa; com a participação de 01 (um) representante em cada Comitê: Executivo e Gerencial, do Programa de "Escolas de Ensino Fundamental em Tempo Integral";

c) Acompanhar e contribuir no diálogo e articulação junto aos poderes constituídos e organizações ligadas a Educação Municipal para a viabilização do programa.

3.1.3. Compete a ambas Entidades, ES em Ação e ASSEVILA:

(a) desenvolver, em conjunto com o MUNICÍPIO, o objeto da parceria conforme o Plano de Trabalho (Anexo I);

(b) permitir a supervisão, fiscalização, monitoramento e avaliação do MUNICÍPIO sobre o objeto da presente parceria;

(c) manter atualizadas as informações cadastrais junto ao MUNICÍPIO comunicando-lhe imediatamente quaisquer alterações em seus atos constitutivos;

(d) responsabilizar-se pelos atos de seus empregados ou prestadores de serviços, bem como pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no presente ACORDO DE COOPERAÇÃO, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO pelos respectivos pagamentos;

(e) permitir o livre acesso dos agentes da administração pública aos processos, aos documentos e às informações relacionadas ao ACORDO DE COOPERAÇÃO, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

(f) divulgar a presente parceria na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações a presente parceria, na forma do Artigo 11 da Lei nº 13.019/2014;

(g) Observar as normas contidas na Lei Federal n.º 8.069/90.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os recursos financeiros mencionados na presente cláusula limitam-se ao custeio exclusivos da implementação do programa, ou seja, a contratação de consultores. Não compete ao **SEGUNDO PARTÍCIPE/ ES em AÇÃO** assegurar recursos financeiros para o custeio dos seguintes itens: construção, manutenção ou adequação de escolas, aquisição de mobiliários ou insumos, contratação de mão de obras (tais como professores, auxiliares, coordenadores, secretários, operacionais), todas ações de comunicação para divulgação do programa e materiais gráficos necessários para a execução (tais como cópias reprográficas de apostilas/cartilha/cadernos).

PARÁGRAFO SEGUNDO: Considerando que os recursos financeiros demandados pelo programa, e levantados pelo **SEGUNDO PARTÍCIPE/ ES em AÇÃO** são provenientes exclusivamente da iniciativa privada, e compete a este partícipe destinar tais recursos, na maneira que melhor lhe aprouver, visando unicamente atender ao plano de trabalho proposto,

não cabendo ao primeiro participe requerer prestações de contas dos investimentos e/ou influenciar na aplicação dos mencionados recursos.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO

4.1. O prazo do presente ACORDO DE COOPERAÇÃO é de 48 (quarenta e oito) meses, a contar da publicação do extrato.

§1º O prazo descrito no *caput* poderá ser prorrogado, limitado à duração máxima de 60 (sessenta) meses.

§2º A vigência da parceria poderá ser alterada, mediante solicitação da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada junto ao MUNICÍPIO em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência, ou por solicitação do MUNICÍPIO dentro do período de sua vigência.[1]

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS

5.1. A execução do presente ACORDO DE COOPERAÇÃO não implica em transferência de recursos financeiros entre os partícipes.

CLÁUSULA SEXTA - DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES

6.1. Os partícipes, bem como seus representantes, empregados, prestadores de serviços e servidores, comprometem-se, sem prejuízo da infração penal cabível, a:

(i) utilizar os dados que lhe forem fornecidos somente nas atividades que, em virtude de lei lhes competem exercer, não podendo transferi-los ou divulgá-los a terceiros, seja a título oneroso ou gratuito, ou, de qualquer forma, publicá-los, sob pena de extinção imediata deste ACORDO DE COOPERAÇÃO; e

(ii) adotar as medidas de segurança adequadas, no âmbito das atividades sob seu controle, para a manutenção do sigilo das informações.

Parágrafo Único: A utilização, no todo ou em parte, de todo e qualquer material produzido no âmbito deste ACORDO DE COOPERAÇÃO deverá ser autorizada por ambos os partícipes, e concedido o devido crédito à fonte.

[1] Em qualquer hipótese dos parágrafos primeiro e segundo, a prorrogação da vigência somente produzirá efeitos se autorizada pela autoridade pública responsável, dentro do período de vigência, com a respectiva publicação no D.O.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FORMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

7.1. Cabe à Subsecretaria Pedagógica elaborar Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação, ao final de cada ano letivo, à respeito das ações planejadas e executadas referente ao presente acordo.

CLÁUSULA OITAVA - DA DENÚNCIA

8.1. O presente instrumento pode ser denunciado antes do término do prazo inicialmente pactuado, após manifestação expressa, por ofício ou carta remetida ao outro partícipe, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1. No caso de detecção de quaisquer irregularidades cometidas pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, o MUNICÍPIO poderá rescindir o presente ACORDO DE COOPERAÇÃO, sem necessidade de antecedência de comunicação.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RETOMADA DOS BENS E ASSUNÇÃO DE RESPONSABILIDADE

10.1. No caso de inexecução por culpa exclusiva da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, somente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, o MUNICÍPIO poderá, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

(i) retomar os bens públicos em poder da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;
(ii) assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA MANUTENÇÃO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

11.1. A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá manter as condições de habilitação demonstradas quando da formalização do presente ACORDO DE COOPERAÇÃO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

12.1. Até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, deverá ser providenciada a publicação do presente instrumento, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, em extrato, no Diário Oficial do Município de Vila Velha, à conta do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. A eventual publicidade ou quaisquer outros atos executados em funções deste Acordo de Cooperação ou que com ele tenham relação, deverá ter caráter meramente informativo, nela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos em geral.
13.2. Todas as ações promocionais serão, previamente, autorizadas pelos partícipes.
13.3. No desempenho deste Acordo, as partes se comprometem a cumprir todas as leis anticorrupção aplicáveis e declaram que proíbem, dentre outras condutas, a oferta, a promessa, a doação, o pagamento, a solicitação ou a aceitação de qualquer espécie de dinheiro, objeto, favor, bem ou postura com reflexo financeiro/patrimonial, seja direta ou indiretamente, para/de qualquer pessoa, incluindo oficiais públicos, para obter ou manter um negócio ou para garantir qualquer outra vantagem indevida ou benefício ilegal.
PARÁGRAFO ÚNICO. "Oficiais Públicos" incluem quaisquer funcionários públicos, candidatos a cargos públicos, funcionários de empresas controladas ou de propriedade do Estado, organizações internacionais públicas, partidos políticos ou seus candidatos, nacionais ou estrangeiros, ou qualquer outra pessoa física ou jurídica agindo em nome de ou para o benefício de quaisquer Órgãos ou Oficiais Públicos."

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1. Fica eleito o foro da Comarca da Capital de Vila Velha, Vara dos Feitos da Fazenda Pública Municipal, renunciando, desde já, as ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL a qualquer outro que porventura venha a ter, por mais privilegiado que seja.

14.2. E, por estarem justos e acertados, firmam o presente TERMO em 03 (três) vias de igual teor e validade, juntamente com as testemunhas abaixo assinadas.

Vila Velha (ES), 31 de agosto de 2021.

MUNICÍPIO DE VILA VELHA
Rodrigo de Souza Simões Nunes
Secretário Municipal de Educação Interino

MOVIMENTO EMPRESARIAL DO ESPÍRITO SANTO
Fabio Costa Brasileiro Silva

ASSOCIAÇÃO DOS EMPRESÁRIO DE VILA VELHA
Marco Tulio Ribeiro Fialho

Testemunhas:

.....

Nome e CPF

.....

Nome e CPF

PREFEITURA DE VILA VELHA
SEMED

PLANO DE TRABALHO

DADOS CADASTRAL

1. SEMED

NOME	CNPJ/CPF
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	27.165.554/0006-00
ENDEREÇO AV. CASTELO BRANCO, Nº 1803, SALA 202, CENTRO VILA VELHA/ES	CEP 29100-041
NOME DO RESPONSÁVEL RODRIGO DE SOUZA SIMÕES NUMES	CPF 926.163.051-00
CI/ÓRGÃO EXPEDIDOR 1976484 SSP/DF	CARGO SECRETÁRIO INTERINO

2. ENTIDADE

NOME	CNPJ/CPF
MOVIMENTO EMPRESARIAL DO ESPÍRITO SANTO/ Espírito Santo em Ação	05.624.417/0001-49,
ENDEREÇO Rua Ten. Mário Francisco Brito, 420, sala 501 - Edifício Vértice – Vitória/ES	CEP 29066-380
NOME DO RESPONSÁVEL FABIO COSTA BRASILEIRO DA SILVA	CPF 936.044.677-72

NOME	CNPJ/CPF
ASSOCIAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS DE VILA VELHA	09.238.172/0001-72
ENDEREÇO Av. Luciano das Neves, 3233 - Praia de Itaparica, Vila Velha - ES,	CEP 29102-06
NOME DO RESPONSÁVEL MARCO TÚLIO RIBEIRO FIALHO	CPF 084.892.287-52

PREFEITURA DE VILA VELHA
SEMED

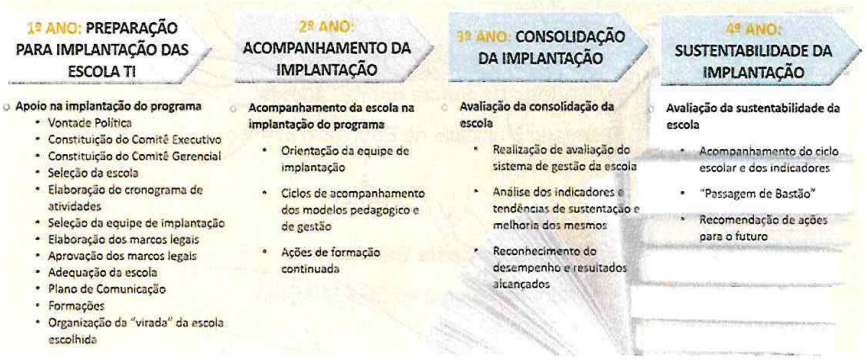
3. DESCRIÇÃO DO PROJETO

TÍTULO DO PROJETO	**PERÍODO DE EXECUÇÃO**	
ESCOLA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL	01/09/2021	31/12/2025
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO		
O presente Acordo tem como objeto o desenvolvimento e implementação, de um conjunto de ações que visam a melhoria da oferta e da qualidade do ensino público fundamental do município de Vila Velha/ES, no processo de implantação e consolidação de "Escolas de Ensino Fundamental em Tempo Integral", assegurando efetividade desse dever do município no âmbito da rede pública.		
OBJETIVO GERAL DO PROJETO Implantar e consolidar Escolas de Ensino Fundamental de Tempo Integral, construindo e implementando um programa permanente e efetivo, operando com currículo integrado pelos componentes da BNCC articulado a Parte Diversificada, oportunizando experiências contextualizadas aos estudantes, considerando suas necessidades e interesses.		
JUSTIFICATIVA Em decorrência da decretação de emergência em saúde pública de importância nacional, declarada por meio da Portaria nº 188/2020 do Ministério da Saúde; em observância ao Decreto Municipal nº 014/2021 que mantém o estado de calamidade pública no município, e, ainda, em decorrência ao Decreto Estadual nº 4593-R, 13/03/2021 e Portaria Conjunta SESA/SEDU nº 01/2021, que determinaram a suspensão das aulas, cabe à SEMED, buscar alternativas no intuito de manter a qualidade do estudo e meios para a sua melhoria. **CONSIDERANDO** que a causa da Educação e do Ensino Público, em especial do ensino básico, é dever e responsabilidade do Poder Público, mas sendo a base do bem comum, também implica corresponsabilidade da sociedade como condição para o aperfeiçoamento de desenvolvimento humano; **CONSIDERANDO** que essa corresponsabilidade deve ser estimulada e disseminada na sociedade mediante as mais diversas formas de participação ativa, congregando entidades e pessoas como exercício de cidadania; **CONSIDERANDO** a necessidade de estabelecer princípios e diretrizes em torno de uma parceria entre o setor público e as entidades da sociedade civil corresponsáveis, que objetive intervir nas questões relativas ao Ensino Público Fundamental, assegurando sua universalidade e gratuidade, e ao mesmo tempo aperfeiçoando seus instrumentos de gestão e sobretudo melhoria de qualidade, com mecanismos de controle; **CONSIDERANDO** que o ES em Ação, desde 2014 é parceiro na implantação da "Escola em Tempo Integral", baseada no modelo educacional desenvolvido pelo ICE (Instituto de Corresponsabilidade pela Educação), visa primordialmente a melhoria da qualidade da educação pública no Brasil,		

através do currículo integrado pelos componentes da Base Nacional Comum Curricular articulado à Parte de Formação Diversificada; Diante disso, a SEMED vem buscando parcerias para implantar e consolidar Escolas de Ensino Fundamental em Tempo Integral de qualidade, com gestão eficiente, por meio da implementação de um programa permanente e efetivo, para a causa de um ensino fundamental de educação integral público e de qualidade.
ABRANGÊNCIA DO PROJETO E PRODUTO A SER ALCANÇADO O Acordo irá abranger os estudantes da rede pública municipal de ensino, nos termos da Lei Municipal nº 6436, de 05/04/2021. Espera-se com este Acordo de Cooperação assegurar a transferência de tecnologias educacional e de gestão, necessárias ou suplementares as ações a serem desenvolvidas nas "Escolas de Ensino Fundamental em Tempo Integral", de modo a perpetuar a política pública na Secretaria Municipal de Educação as tecnologias implantadas.
META DE ATENDIMENTO As Escolas de Tempo Integral serão abertas em novas unidades de ensino. No ano de 2022 está prevista a entrega de 06 UMEF´s do município para ano de 2021, com a previsão de atendimento de 3 mil alunos, conforme Plano de Expansão.

4. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO – ATIVIDADES – PRAZOS

O cronograma detalhado é construído ao longo do processo com a Equipe de Implantação da SEMED.



PREFEITURA DE VILA VELHA
SEMED

5. CUSTOS

5.1. O presente Acordo de Cooperação não importará em transferência de recursos financeiros de qualquer espécie entre os partícipes.

6. SUPERVISÃO:

- Instituir no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, uma equipe com dedicação exclusiva, sob regime de 40 horas, voltada à implantação do programa, reportando-se diretamente ao (a) Secretário (a) e subsecretário (a) de Educação, sem intermediações. Esta organização acompanhará as ações relacionadas a todos os aspectos do modelo de gestão e pedagógico a ser implantado nas "Escolas de Ensino Fundamental em Tempo Integral".
- Constituir e compor uma Governança formada por: um Comitê Executivo, em nível estratégico, para definições de diretrizes e orientações estratégicas, composto pelos partícipes deste instrumento; e um Comitê Gerencial, em nível tático, para monitoramento do "Cronograma de Ações", acompanhamento das atuações das Escolas em Tempo Integral, composto pelos partícipes deste instrumento".

7. APROVAÇÃO

Aprovamos o plano de trabalho, parte integrante do Acordo de Cooperação nº 002/2021 e todas as condições nele dispostas.

Vila Velha/ES, 31 de agosto de 2021.

Rodrigo de Souza Simões Nunes
Secretário Municipal de Educação Interino

Fábio Costa Brasileiro
Diretor Presidente do ES EM AÇÃO

Marco Túlio Ribeiro Fialho
Representante legal do ASSEVILA

ANEXO H – ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 033/2021 (PROCESSO Nº22071/2021)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria Municipal de Educação de Cariacica
Gabinete

PUBLICADO
DATA: 25 / 11 / 2021
DIO-ES ☐ Pág.
DOM ☒ Pág. 05
DOU ☐ Pág.

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 033/2021

PROCESSO Nº. 22071/2021

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA MÚTUA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MOVIMENTO EMPRESARIAL DO ESPÍRITO SANTO, AASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE CARIACICA EA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO POR INTERMÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA/ESVISANDO O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES QUE MELHOREM A OFERTA E A QUALIDADE DO ENSINO PÚBLICO FUNDAMENTAL NO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE ESCOLAS EM TEMPO INTEGRAL.

O MUNICÍPIO DE CARIACICA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Mário Gurgel, Nº 2.502, bairro Alto Laje, Cariacica, Espírito Santo, CEP: 29.151 -900, inscrito no CNPJ sob o nº 27.150.549/0001-19, neste ato representado por seu Prefeito **SR. EUCLÉRIO DE AZEVEDO SAMPAIO JUNIOR**, brasileiro, casado, profissão advogado, inscrito no CPF sob nº. 761.380.387-20 e portador de Carteira de identidade nº. 512.140-SESP/ES, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CARIACICA,** Rua da Laje, Nº. 13, Itaquari, Cariacica/ES, CEP 29.151-480, inscrita no CNPJ sob o nº 27.150.549/0006-23, neste ato representada por seu Secretário o **SR. JOSÉ ROBERTO MARTINS AGUIAR**, nomeado através da Portaria/GP/n.º 001, de 01 de Janeiro de 2021, daqui por diante designado **SEME,** e do outro lado o **MOVIMENTO EMPRESARIAL DO ESPÍRITO SANTO**, associação apartidária e privada sem fins econômicos, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.624.417/0001-49, com sede localizada à rua Ten. Mário Francisco Brito, nº 420, sala 501, Edifício Vértice, Vitória/ES, neste ato representado pelo **SR. FABIO COSTA BRASILEIRO DA SILVA,** Diretor/Presidente, brasileiro,

ANEXO I – ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 005/2021

ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 005/2021 CELEBRADO ENTRE O MOVIMENTO EMPRESARIAL DO ESPÍRITO SANTO, A ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO EMPRESARIAL DE ARACRUZ E REGIÃO E O MUNICÍPIO DE ARACRUZ/ES POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Para arquivo 29/12/2021

O **MUNICÍPIO DE ARACRUZ - ES**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 27.142.702/0001-66, com sede na Avenida Morobá, nº. 20, Bairro Morobá, Aracruz - ES, doravante denominado **CONTRATANTE,** neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Srª **JENILZA SPINASSÉ MORELLATO**, brasileira, casada, pedagoga, portadora do CPF 962.238.807-82 e CI nº 850.584 SGPC ES, residente no Sítio Lagoa Nova - Piraqueaçu - João Neiva – ES, denominada simplesmente **PRIMEIRO PARTÍCIPE/SEMED ARACRUZ, o MOVIMENTO EMPRESARIAL DO ESPÍRITO SANTO**, associação apartidária e privada sem fins econômicos, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.624.417/0001-49, com sua sede localizada na rua Ten. Mário Francisco Brito, 420, sala 501 - Edifício Vértice – Vitória/ES, doravante simplesmente designado **SEGUNDO PARTÍCIPE/ES em AÇÃO,** neste ato representado pelo seu presidente FABIO COSTA BRASILEIRO DA SILVA, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade [redacted] expedida pela SSP/ES e inscrito no CPF sob o nº [redacted] e a **ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO EMPRESARIAL DE ARACRUZ E REGIÃO - AMEAR,** inscrita no CNPJ sob o nº. 09.191.025/0001-94, com sua sede na Rua Ephifânio Pontin, nº 985, Bairro Vila Nova, Aracruz - ES, neste ato representado pelo seu presidente BRUNO CARLESSO DOS REIS, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº 1528212 SPTC/ES e inscrito no CPF sob o nº [redacted] doravante simplesmente designado **TERCEIRO PARTÍCIPE/AMEAR,** celebraram o presente **Acordo de Cooperação,** com base na Lei Federal 13.019/14, mediante as disposições expressas nas cláusulas seguintes:

CONSIDERANDO que a causa da Educação e do Ensino Público, em especial do ensino básico, é dever e responsabilidade do Poder Público, mas sendo a base do bem comum, também implica corresponsabilidade da sociedade como condição para o aperfeiçoamento de desenvolvimento humano;

CONSIDERANDO que essa corresponsabilidade deve ser estimulada e disseminada na sociedade mediante as mais diversas formas de participação ativa, congregando entidade e pessoas como exercício de cidadania;

ANEXO J – ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 006/2021

nº 44406, para exercer a função de Fiscal do Contrato nº 171/2019 e seus Aditivos,(Processo Administrativo nº 19234/2019), referentes à prestação de serviços de locação de veículos, cuja prestadora dos serviços é a Empresa Master Automotores Ltda - ME.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor nesta data.

Art. 3º Fica revogada a Portaria P Nº 240 de 22 de junho de 2021.

Secretaria Municipal de Educação, Serra (ES), 21 de julho de 2022.

FABIANA NEGRELI PASSOS MOREIRA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Protocolo 899271

PORTARIA P Nº 198/2022

Designa Gestor de Contrato.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DA SERRA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais e considerando a determinação do Artigo 67 da Lei nº 8666/1993;

R E S O L V E:

Art. 1º Designar o servidor **MARCIO ROGERIO VILLELA DOS SANTOS** - estatutário, Matrícula 44439 para exercer a função de Gestor e a servidora **SIBERLE LUZIA RIBEIRO DELUNARDO**, estatutária, matrícula nº 44406, para exercer a função de Fiscal do Contrato nº 50/2021, oriúndo do Pregão Eletrônico Nº 016/2020, Ata de Registro de Preço nº 201/2020, e seus Aditivos, (Processo Administrativo nº 26642/2021), referente à contratação de empresa especializada para manutenção da frota municipal de veículos, cuja prestadora dos serviços é a Empresa Ticket Gestão em Manutenção EZEC. S.A.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor nesta data.

Art. 3º Fica revogada a Portaria P Nº 303 de 21 de setembro de 2021.

Secretaria Municipal de Educação, Serra (ES), 21 de julho de 2022.

FABIANA NEGRELI PASSOS MOREIRA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Protocolo 899272

PORTARIA P Nº 316/2022

Designa Gestor de Contrato.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DA SERRA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais,.

R E S O L V E:

Art. 1º Designar o servidor **MARCIO ROGERIO DOS SANTOS VILLELA** - estatutário, Matrícula, 44439 para exercer a função de Gestor e a servidora **SIBERLE LUZIA RIBEIRO DELUNARDO**, estatutária, matrícula nº 44406, para exercer a função de Fiscal do Contrato nº 88/2020, oriundo do pregão eletrônico nº 025/2020 (Processo Administrativo nº 7357/2020), referentes à prestação de serviços de Gerenciamento do Abastecimento de combustíveis de veículos, tendo como Empresa vencedora a Empresa Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor nesta data.

Art. 3º Fica revogada a Portaria P nº 224 de 29 de abril de 2021.

Secretaria Municipal de Educação, Serra (ES), 21 de julho de 2022.

FABIANA NEGRELI PASSOS MOREIRA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Protocolo 899273

Instrução de Serviço

RATIFICAÇÃO DE EXECUÇÃO DA ATA SERP - PART. SIST. EST DE REG (NÃO CARONA)
A **PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA**, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, RATIFICA o procedimento adotado para **aquisição do medicamento** VALPROATO DE SÓDIO 288MG EQUIVALENTE A 250MG DE ACIDO VALPRÓICO - CÁPSULA, **processo** nº 39572/2022, referente a **Ata de Registro de Preços** 1269/2021 - **Modalidade: SERP - PART. SIST. EST DE REG (NÃO CARONA)** 17 - 166/2022.
Fornecedor: **COSTA CAMARGO COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA**
CNPJ: **36.325.157/0001-34**
Valor: **R$ 77.000,00**

Bernadete Coelho Xavier
Secretária Municipal de Saúde

Protocolo 898637

OFÍCIO PROGER/CMRF Nº 348/2022
Serra/ES, 25 de julho de 2022.

Informo a Vossa(s) Senhoria(s), que será realizado, neste Conselho Municipal de Recursos Fiscais, o julgamento do processo nº 10252/2019 e apensos, no dia **29/07/2022, às 14:00 horas, de forma virtual, por intermédio de *link* a ser informado via e-mail**, podendo ser julgado nesta ou na sessão subsequente, sem necessidade de nova intimação.

Para recebimento do link e acompanhamento da sessão online é necessário **ENTRAR EM CONTATO, ATÉ 24H ANTES DA SESSÃO, PELO E-MAIL conselho2020.serra@gmail.com**, encaminhando:
*CÓPIA DO **DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE**;
*CÓPIA DA **PROCURAÇÃO** (caso não seja o titular do processo ou sócio da empresa);
***IDENTIFICAÇÃO DO NOTIFICADO** A SER REPRESENTADO, **TELEFONE DE CONTATO E E-MAIL DO REPRESENTANTE** QUE IRÁ ACOMPANHAR E/OU APRESENTAR SUSTENTAÇÃO ORAL;

Atenciosamente,

ANDREIA COSTA DA SILVA
Secretária do CMRF

À FIBRIA CELULOSE S/A
RODV. ARACRUZ X BARRA DO RIACHO, S/N KM-25, PORTARIA PRICIPAL BARRA DO RIACHO ARACRUZ - ES

Protocolo 899200

ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 006/2021 CELEBRADO ENTRE O MOVIMENTO EMPRESARIAL DO ESPÍRITO SANTO, A ASSOCIAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS DA SERRA E O MUNICÍPIO DE SERRA/ES POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

O município de Serra/ES, pessoa jurídica de direito público interno localizada à: Rua Maestro Antônio Cícero, nº 111, Centro - Serra/ES, CEP: 29176-100, neste ato

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Segunda-feira, 25 de Julho de 2022 às 21:18:43 Código de Autenticação: 4e4523d5

representado por seu Prefeito Sr. ANTONIO SERGIO ALVES VIDIGAL, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº 295.743 expedida pela SSP/ES e inscrito no CPF sob o nº 525.498.107-59, por intermédio da secretaria Municipal de Educação de Serra com sede a Rua Putiri, nº 150, Edifício Raul Ribeiro, bairro Caçaroca, Serra/ES, CEP: 29.176-424, neste ato representada pela Secretária Municipal de Educação, FABIANA NEGRELI PASSOS MOREIRA, brasileira, casada, portadora da carteira de identidade nº 836.739 expedida pela SSP/ES e inscrita no CPF sob o nº 009.728.567-65, doravante simplesmente designados **PRIMEIROS PARTÍCIPES/ OMS/SEDU-SERRA, o MOVIMENTO EMPRESARIAL DO ESPÍRITO SANTO**, associação apartidária e privada sem fins econômicos, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.624.417/0001-49, com sua sede localizada na rua Ten. Mário Francisco Brito, 420, sala 501 - Edifício Vértice - Vitória/ES, doravante simplesmente designado **SEGUNDO PARTÍCIPE/ES em AÇÃO**, neste ato representado pelo seu presidente FABIO COSTA BRASILEIRO DA SILVA, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº 661104, expedida pela SSP/ES e inscrito no CPF sob o nº 936.044.677-72, **e a ASSOCIAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS DA SERRA**, inscrita no CNPJ sob o nº. **27.457.308/0001-17**, com sua sede na Avenida Eldes Scherrer Souza, 2162 - Shopping Montserrat, salas 327/328 - Colinas de Laranjeiras, Serra-ES, neste ato representado pelo seu presidente **Giuliano Souza Rogério de Castro**, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº 1252593, expedida pela SSP/ES e inscrito no CPF sob o nº 031.417.857-08, doravante simplesmente designado **TERCEIRO PARTÍCIPE/ASES**, celebraram o presente **Acordo de Cooperação**, com base na Lei Federal 13.019/14, mediante as disposições expressas nas cláusulas seguintes:

CONSIDERANDO que a causa da Educação e do Ensino Público, em especial do ensino básico, é dever e responsabilidade do Poder Público, mas sendo a base do bem comum, também implica corresponsabilidade da sociedade como condição para o aperfeiçoamento de desenvolvimento humano;

CONSIDERANDO que essa corresponsabilidade deve ser estimulada e disseminada na sociedade mediante as mais diversas formas de participação ativa, congregando entidade e pessoas como exercício de cidadania;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer princípios e diretrizes em torno de uma parceria entre o setor público e as entidades da sociedade civil corresponsáveis, que objetive intervir nas questões relativas ao Ensino Público Fundamental, assegurando sua universalidade e gratuidade, e ao mesmo tempo aperfeiçoando seus instrumentos de gestão e sobretudo melhoria de qualidade, com mecanismos de controle;

CONSIDERANDO que o ES em Ação, desde 2014 é parceiro na implantação da "Escola em Tempo Integral", baseada no modelo educacional desenvolvido pelo ICE (Instituto de Corresponsabilidade pela Educação), visa primordialmente a melhoria da qualidade da educação pública no Brasil, através do currículo integrado pelos componentes da Base Nacional Comum Curricular articulado à Parte de Formação Diversificada.

RESOLVEM celebrar o presente Acordo de Cooperação, que será em tudo regido pelos preceitos e princípios de direito público, devendo ser executado com estrita observância das condições constantes das cláusulas e condições que aceitam e mutuamente se outorgam nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Acordo tem como objeto o desenvolvimento e implementação, de um conjunto de ações que visam a melhoria da oferta e da qualidade do ensino público fundamental do município de Serra/ES, no processo de implantação e consolidação de "Escolas de Ensino Fundamental em Tempo Integral", assegurando efetividade desse dever do município no âmbito da rede pública.

1.2 Para consecução do objetivo principal e o desenvolvimento do ensino fundamental no município, as partes envolvidas se comprometem formalmente a construir e implementar um programa permanente e efetivo, na forma adiante especificada, para a causa de um ensino fundamental público e de qualidade, com gestão eficiente, sujeito a aferição de resultados, através do IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PLANO DE TRABALHO

2.1 O plano de trabalho anexo ao presente instrumento é parte integrante e indissociável deste Acordo de Cooperação, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATRIBUIÇÕES

3.1 Para a consecução das ações objeto do presente instrumento caberá aos partícipes as seguintes atribuições, sob forma de corresponsabilidade:

3.1.1 **PRIMEIROS PARTÍCIPES/PMS/SEDU - SERRA**

Compete ao município de Serra/ES por meio da Secretaria Municipal de Educação, durante o tempo de execução do presente instrumento:

a) Definir e tornar disponível as escolas, a partir de um plano de ação para expansão na rede de ensino do município sempre escolhidas após análise de conveniência, oportunidade, e adequação aos objetivos do programa, com a finalidade de nelas implantar o programa "Escolas de Ensino Fundamental em Tempo Integral", cujos princípios básicos estarão previamente definidos, no plano de trabalho (anexo), quanto a recursos - humanos, técnicos e materiais - e as ações a serem desenvolvidas;

b) Instituir no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, uma equipe com **dedicação exclusiva, sob regime de 40 horas**, voltada à implantação do programa, reportando-se diretamente ao (a) Secretário (a), sem intermediações. Esta organização deverá ser empoderada para decidir quanto a todos os aspectos do modelo de gestão e pedagógico a ser implantado nas "Escolas de Ensino Fundamental em Tempo Integral", segundo este instrumento;

c) Constituir e compor uma Governança formada por: um Comitê Executivo, em nível estratégico, para definições de diretrizes e orientações estratégicas, composto pelos partícipes deste instrumento; e um Comitê Gerencial, em nível tático, para monitoramento do "Cronograma de Ações", acompanhamento das atuações das Escolas em Tempo Integral, composto pelos partícipes deste instrumento".

d) Oferecer as instalações físicas das unidades de ensino e o corpo técnico necessários à implementação das "Escolas de Ensino Fundamental em Tempo Integral", envidando todos os esforços a fim de que estas tenham a sua infraestrutura físico-pedagógica prontas, conforme as necessidades especificadas no anexo - Perfil - Escola Candidata para Tempo Integral, antes do início de cada ano letivo;

e) Selecionar os diretores, professores e pessoal para atuação em cada uma das "Escolas de Ensino Fundamental em Tempo Integral", por meio de processo seletivo, segundo critérios definidos que garantam o acesso mediante requisitos prévios, objetivos e públicos, bem como a universalidade e gratuidade, preservando a obediência às leis e a compatibilidade com os objetivos do termo firmado;

f) Fornecer traslado, para deslocamento dos

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Segunda-feira, 25 de Julho de 2022 às 21:18:43 Código de Autenticação: 4e4523d5

consultores e equipes do programa, previamente identificados e indicados pelo Es em Ação, para implementação das ações previstas neste instrumento;
g) Expedir os instrumentos legais ou normativos que, a juízo das partes, sejam indispensáveis ou necessários ao desenvolvimento dos objetivos e atividades previstas no presente instrumento, incluindo-se a legislação/ norma necessária para a implementação do programa objeto do presente acordo, sendo este imprescindível para a criação e implementação do mesmo.
h) Garantir os espaços e horários de formação para os gestores e educadores das escolas, bem como a efetividade da presença;
i) Implementar, caso não exista, instrumento normativo próprio, o qual permita a avaliação de desempenho permanente e específica dos profissionais das "Escolas de Ensino Fundamental em Tempo Integral", sendo que esta deve agregar elementos de pontualidade, assiduidade e atribuições pedagógicas e funcionais;
j) Utilizar e garantir que o modelo pedagógico e de gestão sejam utilizados para os fins específicos motivadores do presente Acordo de Cooperação;
k) Participar dos elementos de acompanhamento e avaliação das ações implementadas, propondo ajustes e soluções.

3.1.2 **SEGUNDO PARTÍCIPE/ ES em AÇÃO**
Compete ao ES em Ação, durante o tempo de execução do presente instrumento:
a) Assegurar os recursos financeiros demandados pelo programa, para custear as atividades necessárias à implantação e consolidação do objeto deste acordo;
b) Participar do processo de concepção, planejamento, implantação, gestão, acompanhamento e avaliação das atividades desenvolvidas em razão do presente instrumento, em cada uma das escolas escolhidas;
c) Assegurar, diretamente através da sua equipe ou através de parcerias, a transferência de tecnologias educacional, organizacional e de gestão, necessárias ou suplementares as ações a serem desenvolvidas nas "Escolas de Ensino Fundamental em Tempo Integral", de modo a perpetuar na Secretaria Municipal de Educação as tecnologias implantadas;
d) Apresentar para o comitê gerencial e equipe de implantação relatórios de acompanhamento das atividades das escolas em implantação ou implantadas, de modo a avaliar seu desenvolvimento, fazendo recomendações para ações corretivas sempre que necessárias;
e) Firmar parcerias com empresas apoiadoras buscando a garantia de recursos técnicos e financeiros para viabilizar o programa;
f) Compor a Governança para acompanhamento de todas as etapas da implantação do programa; com a participação de no mínimo 02 (dois) representantes em cada Comitê: Executivo e Gerencial, do Programa de "Escolas de Ensino Fundamental em Tempo Integral";

3.1.3 **TERCEIRO PARTÍCIPE**
Compete a ASES, durante o tempo de execução do presente instrumento:

a) Promover a mobilização junto a formadores de opinião, empresas, e sociedade geral do município sobre a importância da educação pública de qualidade;
b) Compor a Governança para acompanhamento de todas as etapas da implantação do programa; com a participação de 01 (um) representante em cada Comitê: Executivo e Gerencial, do Programa de "Escolas de Ensino Fundamental em Tempo Integral";
c) Acompanhar e contribuir no diálogo e articulação junto aos poderes constituídos e organizações ligadas a Educação Municipal para a viabilização do programa.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os recursos financeiros mencionados na presente cláusula limitam-se ao custeio exclusivos da implementação do programa, ou seja, a contratação de consultores. Não compete ao **SEGUNDO PARTÍCIPE/ ES em AÇÃO** assegurar recursos financeiros para o custeio dos seguintes itens: construção, manutenção ou adequação de escolas, aquisição de mobiliários ou insumos, contratação de mão de obras (tais como professores, auxiliares, coordenadores, secretários, operacionais), todas ações de comunicação para divulgação do programa e materiais gráficos necessários para a execução (tais como cópias reprográficas de apostilas/cartilha/ cadernos).

PARÁGRAFO SEGUNDO: Considerando que os recursos financeiros demandados pelo programa, e levantados pelo **SEGUNDO PARTÍCIPE/ ES em AÇÃO** são provenientes exclusivamente da iniciativa privada, e compete a este partícipe destinar tais recursos, na maneira que melhor lhe aprouver, visando unicamente atender ao plano de trabalho proposto, não cabendo ao primeiro participe requerer prestações de contas dos investimentos e/ou influenciar na aplicação dos mencionados recursos.

CLÁUSULA QUARTA - DOS TERMOS ADITIVOS

4.1 Fará parte integrante e complementar deste instrumento eventuais termos aditivos, que forem implementados, à medida que necessário, com novas definições ou ajustes, os quais se integrarão ao mesmo como se nele previsto e, uma vez publicados por extrato no Diário Oficial do Município, passarão a obrigar as partes relacionadas.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS

5.1 O presente Acordo de Cooperação não importará em transferência de recursos financeiros de qualquer espécie.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIZAÇÃO DAS PARTES

6.1 O Acordo de Cooperação deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada uma delas pelas consequências de sua inexecução total ou parcial que tiver dado causa.

6.2 A utilização temporária de pessoal que se tornar necessária para a execução do objeto deste termo não configurará vínculo empregatício de qualquer natureza, nem gerará qualquer tipo de obrigação trabalhista ou previdenciária para os **PRIMEIROS PARTÍCIPES/ PMS/SEDU-SERRA.**

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

7.1 O presente acordo será publicado por extrato, no Diário Oficial Municipal, dando-se conhecimento do mesmo à Câmara de Vereadores, em cumprimento ao disposto no parágrafo 2º do artigo 116, da Lei 8.666/93.

PARÁGRAFO ÚNICO: O presente acordo está sendo celebrado após a previa aprovação do plano de trabalho contido no anexo, que é parte indissociável do presente em observância ao previsto no §1º do artigo 116 da lei 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

8.1 O prazo inicial de vigência do presente instrumento, ressalvadas as hipóteses de rescisão adiante previstas, é de 04 (quatro) anos, contados da data de sua assinatura com efeitos retroativos ao início do ano letivo de 2022, podendo ser prorrogada, por iguais e sucessivos períodos, justificado o interesse público e atendidos os critérios de conveniência e oportunidade.

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Segunda-feira, 25 de Julho de 2022 às 21:18:43 Código de Autenticação: 4e452345

CLÁUSULA NONA - DO ADITAMENTO

9.1 As alterações porventura necessárias ao fiel cumprimento do objeto deste acordo serão efetivadas mediante prévio **Termo Aditivo**, que o integrará para todos os efeitos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1 O presente Acordo de Cooperação poderá ser denunciado por qualquer uma das partes ou rescindido mediante acordo entre os partícipes, através de comunicação por escrito acompanhada de memorial justificado, que produzirá efeitos após 60 (sessenta) dias, contados do recebimento pelo destinatário, fazendo-se os acertos e as prestações de contas relativas às obrigações assumidas.

10.2 O não cumprimento nas etapas que confere os fatores críticos para o sucesso das ações pactuadas, citadas a saber: Vontade Política; Alinhamento e Liderança entre Prefeito (a) e Secretário (a); Equipe da secretaria exclusivamente dedicada; Instituição dos Marcos Legais; Processo Seletivo dos Profissionais que comporão as Equipes Escolares das Escolas em Tempo Integral; e Criação do modelo de Governança impactará na descontinuidade do presente Acordo de Cooperação entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS AÇÕES DE PUBLICIDADE

11.1 A eventual publicidade ou quaisquer outros atos executados em funções deste Acordo de Cooperação ou que com ele tenham relação, deverá ter caráter meramente informativo, nela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos em geral.

11.2 Todas as ações promocionais serão, previamente, autorizadas pelos partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS

12.1 As omissões e os conflitos decorrentes deste Acordo de Cooperação deverão ser preferencialmente resolvidos administrativamente entre os partícipes, levando em consideração o interesse público, e os princípios estatuídos no art.37 "caput" da Constituição Federal, bem como os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, desde que não comprometam a finalidade pública institucional dos partícipes envolvidos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ANTICORRUPÇÃO

14.1 No desempenho deste Acordo, as partes se comprometem a cumprir todas as leis anticorrupção aplicáveis e declaram que proíbem, dentre outras condutas, a oferta, a promessa, a doação, o pagamento, a solicitação ou a aceitação de qualquer espécie de dinheiro, objeto, favor, bem ou postura com reflexo financeiro/patrimonial, seja direta ou indiretamente, para/de qualquer pessoa, incluindo oficiais públicos, para obter ou manter um negócio ou para garantir qualquer outra vantagem indevida ou benefício ilegal.

PARÁGRAFO ÚNICO - "Oficiais Públicos" incluem quaisquer funcionários públicos, candidatos a cargos públicos, funcionários de empresas controladas ou de propriedade do Estado, organizações internacionais públicas, partidos políticos ou seus candidatos, nacionais ou estrangeiros, ou qualquer outra pessoa física ou jurídica agindo em nome de ou para o benefício de quaisquer Órgãos ou Oficiais Públicos."

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

15.1 Fica desde já, eleito pelas convenentes, o foro da Comarca de Serra/Es, para dirimir as dúvidas ou questões suscitadas na execução do presente instrumento. E por estarem assim justas e acordadas, firmam o presente Acordo e, 03 (três) vias, de igual teor e forma para único efeito de direito. Na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

Serra/ES, de de 2022.

ANTONIO SÉRGIO ALVES VIDIGAL
PREFEITO MUNICIPAL DA SERRA

FABIANA NEGRELI P. MOREIRA
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

FABIO COSTA BRASILEIRO DA SILVA
PRESIDENTE DO MOVIMENTO EMPRESARIAL DO ESPÍRITO SANTO

GIULIANO SOUZA ROGÉRIO DE CASTRO
ASES - ASSOCIAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS DA SERRA

TESTEMUNHAS:

1) _____
CPF nº

2) _____
CPF nº

Protocolo 899274

Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos - SEAD

Portaria

PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DIVISÃO DE CADASTRO, DIREITOS E VANTAGENS

PORTARIA DRH Nº 89 DE 26 DE MAIO DE 2022

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS,DA PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA - ES, no uso da delegação que foi conferida pela Portaria nº 73/99 de 01 de Maio de 1999,
R E S O L V E:

CONCEDER ao(a) servidor(a) FERNANDO BARBOSA, matricula nº 41650, GRATIFICAÇÃO DE ASSIDUIDADE equivalente 10 % (dez por cento) em caráter permanente com base no art. 153, § 1º da Lei Municipal n.º 2360/2001, conforme processo nº 19910/2022 referente ao período de 27/04/2012 a 27/04/2022, a partir de 27/04/2022.

Em cumprimento ao Art. 8º, Inciso IX da Lei 173/2020 o período compreendido entre 28/05/2020 e 31/12/2021 não foi contabilizado.

Registre, dê ciência e cumpra-se.

DIRETOR(A) DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA DRH Nº 95 DE 31 DE MAIO DE 2022

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, DA REFEITURA

Assinado digitalmente pelo DIO - DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO Data: Segunda-feira, 25 de Julho de 2022 às 21:18:43 Código de Autenticação: 4e452345

ANEXO K – RESUMO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 004/2024

DOM/ES - Edição Nº2.483
quarta-feira, 27 de Março de 2024 327

Convênio

RESUMO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 004/2024

Processo Administrativo nº 21641/2023

Convenentes: O MUNICÍPIO DE VIANA/ES o MOVIMENTO EMPRESARIAL DO ESPÍRITO SANTO e a ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE VIANA.

Objeto: O PRESENTE ACORDO TEM COMO OBJETO O DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO, DE UM CONJUNTO DE AÇÕES QUE VISAM A MELHORIA DA OFERTA E DA QUALIDADE DO ENSINO PÚBLICO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE VIANA/ES, NO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE "ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL EM TEMPO INTEGRAL", ASSEGURANDO EFETIVIDADE DESSE DEVER DO MUNICÍPIO NO ÂMBITO DA REDE PÚBLICA.

Vigência: O prazo inicial de vigência do presente instrumento, ressalvadas as hipóteses de rescisão adiante previstas, é de 04 (quatro) anos, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, por iguais e sucessivos períodos, justificado o interesse público e atendidos os critérios de conveniência e oportunidade.

Viana/ES, 01 de março de 2024.
WANDERSON BORGHARDT BUENO
PREFEITO MUNICIPAL DE VIANA/ES
Protocolo 1290636

Vila Valério

Decreto

DECRETO Nº 132, DE 28 DE JUNHO DE 2023.

"Regulamenta a classificação de risco das atividades econômicas no Município de Vila Valério e dá outras providências".

O Prefeito do Município de Vila Valério, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO as diretrizes de desburocratização estabelecidas pela Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIM por meio da Lei Federal nº 11.598, de 03 de dezembro de 2007;

CONSIDERANDO a Declaração dos Direitos da Liberdade Econômica esculpida pela Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019;

CONSIDERANDO a Lei de Ambiente de Negócios instituída pela Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021;

CONSIDERANDO o grau de risco das atividades econômicas definido pelo CGSIM - Comitê Gestor para Simplificação do Registro e Legalização de Empresas e Negócios, através das Resoluções nº 22 de 22 de junho de 2010, nº 48, de 11 de outubro de 2018, nº 51, de 11 de junho de 2019, nº 57, de 21 de maio de 2020, nº 58, de 12 de agosto de 2020 e nº 59, de 12 de agosto de 2020;

CONSIDERANDO o grau de risco sanitário determinado pela Resolução nº 153, de 26 de abril de 2017, atualizada pela 418, de 01 de setembro de 2020, e Instrução Normativa nº 66, de 01 de setembro de 2020 da ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária e Portaria nº 33-R, de 25 de março de 202 da SESA - Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo;

CONSIDERANDO o impacto local e o potencial poluidor ambiental das atividades econômicas constante da Resolução nº 02, de 03 de novembro de 2016 do CONSEMA - Conselho Estadual de Meio Ambiente e as atividades de baixo risco ambiental da IN nº 09-N, de 10 dezembro de 2021, do IEMA - Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos;

CONSIDERANDO o Código Tributário do Município, Lei Complementar nº 956, de 30 de dezembro de 2021 e suas atualizações;

CONSIDERANDO a necessidade de determinar o grau de risco das atividades econômicas no Município, nos termos da Lei Municipal nº 418, de 19 de fevereiro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto define o grau de risco das atividades econômicas para estabelecimentos comerciais, industriais, prestadores de serviços e outros de qualquer natureza no Município de Vila Valério/ES.

Parágrafo único. As normas deste instrumento devem ser observadas pelos órgãos e entidades de competência sanitária, ambiental, fazendária, uso e ocupação do solo e por todos aqueles envolvidos no processo de registro, alteração, baixa e licenciamento mercantil no âmbito municipal.

Art. 2º Para fins desta regulamentação, considerar-se-á:

ANEXO L – EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 003/2023

DOM/ES - Edição Nº2.494
28
segunda-feira, 15 de Abril de 2024

os fatos narrados no administrativo digital nº 11042/2023.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições, previstas no Art. 183 § único, tendo em vista o disposto no artigo 185 da Lei Complementar nº 27, de 02 de junho de 2012 e considerando o que consta do Processo Administrativo Digital nº 11042/2023.
Resolve:
Art. 1º Prorrogar por 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão da Sindicância Investigativa referente ao Processo Administrativo Digital nº 11042/2023, sob a responsabilidade da 2ª Comissão Permanente de Disciplina, instaurada através da Portaria nº 1006 de 01 de agosto de 2023, publicada no D.O.M. em 09 de agosto de 2023, prorrogada conforme Portarias nº 1216 de 16/10/2023, nº 1287 de 06/11/2023, nº 1319 de 13/11/2023, nº 378 de 12/04/2024 e nº 379 de 12/04/2024, e em face das razões apresentadas pela Presidente da 2ª CPD, constantes no **Memorando 037/2024**.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia **05 de fevereiro de 2024**.

Registre-se. Publique-se e cumpra-se.

Anchieta/ES, 12 de abril de 2024.

Fabrício Petri
Prefeito de Anchieta

Protocolo 1301679

PORTARIA Nº 381/2024, DE 12 DE ABRIL DE 2024.

Dispõe sobre prorrogação de prazo para apurar os fatos narrados no administrativo digital nº 11042/2023.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições, previstas no Art. 183 § único, tendo em vista o disposto no artigo 185 da Lei Complementar nº 27, de 02 de junho de 2012 e considerando o que consta do Processo Administrativo Digital nº 11042/2023.
Resolve:
Art. 1º Prorrogar por 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão da Sindicância Investigativa referente ao Processo Administrativo Digital nº 11042/2023, sob a responsabilidade da 2ª Comissão Permanente de Disciplina, instaurada através da Portaria nº 1006 de 01 de agosto de 2023, publicada no D.O.M. em 09 de agosto de 2023, prorrogada conforme Portarias nº 1216 de 16/10/2023, nº 1287 de 06/11/2023, nº 1319 de 13/11/2023, nº 378 de 12/04/2024, nº 379 de 12/04/2024 e nº 380 de 12/04/2024, e em face das razões apresentadas pela Presidente da 2ª CPD, constantes no **Memorando 038/2024**.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia **06 de março de 2024**.

Registre-se. Publique-se e cumpra-se.

Anchieta/ES, 12 de abril de 2024.

Fabrício Petri
Prefeito de Anchieta

Protocolo 1301681

PORTARIA Nº 382/2024, DE 12 DE ABRIL DE 2024.

Dispõe sobre prorrogação de prazo para apurar os fatos narrados no administrativo digital nº 11042/2023.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições, previstas no Art. 183 § único, tendo em vista o disposto no artigo 185 da Lei Complementar nº 27, de 02 de junho de 2012 e considerando o que consta do Processo Administrativo Digital nº 11042/2023.
Resolve:
Art. 1º Prorrogar por 30 (trinta) dias, o prazo para a conclusão da Sindicância Investigativa referente ao Processo Administrativo Digital nº 11042/2023, sob a responsabilidade da 2ª Comissão Permanente de Disciplina, instaurada através da Portaria nº 1006 de 01 de agosto de 2023, publicada no D.O.M. em 09 de agosto de 2023, prorrogada conforme Portarias nº 1216 de 16/10/2023, nº 1287 de 06/11/2023, nº 1319 de 13/11/2023, nº 378 de 12/04/2024, nº 379 de 12/04/2024, nº 380 de 12/04/2024 e nº 381 de 12/04/2024, e em face das razões apresentadas pela Presidente da 2ª CPD, constantes no **Memorando 039/2024**.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia **05 de abril de 2024**.

Registre-se. Publique-se e cumpra-se.

Anchieta/ES, 12 de abril de 2024.

Fabrício Petri
Prefeito de Anchieta

Protocolo 1301686

Termos

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 003/2023

Acordo de Cooperação CELEBRADO ENTRE O MOVIMENTO EMPRESARIAL DO ESPÍRITO SANTO, A ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE ANCHIETA, E O MUNICÍPIO DE ANCHIETA/ES POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.
Objeto: Tem como objeto o desenvolvimento e implementação, de um conjunto de ações que visam a melhoria da oferta e da qualidade do ensino público fundamental do município de Anchieta/ES, no processo de implantação e consolidação de "Escolas de Ensino Fundamental em Tempo Integral", assegurando efetividade desse dever do município no âmbito da rede pública.
Vigência: 04 (quatro) anos
Processo: 13911/2023

Protocolo 1300840

ANEXO M –ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 081/2024

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

ACORDO DE COOPERAÇÃO N.º 081/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 2024-LH709
PROTOCOLO PARA SIGEFES 2024014991309

ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR INTERMÉDIO DA **SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEDU** E O **MOVIMENTO EMPRESARIAL DO ESPÍRITO SANTO- ES EM AÇÃO**, TENDO POR OBJETO A UNIÃO DE ESFORÇOS ENTRE OS PARTÍCIPES PARA VIABILIZAR APOIO TÉCNICO E/OU OPERACIONAL, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS E PEDAGÓGICAS PARA A CONSOLIDAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO MODELO PEDAGÓGICO E DE GESTÃO, DORAVANTE DENOMINADO PROGRAMA ESCOLA DO FUTURO.

O Estado do Espírito Santo, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO adiante denominada SEDU, órgão da Administração Direta do Poder Executivo, inscrito no CNPJ/ MF sob o no 27.080.563/0001-93, com sede na Avenida César Hilal – nº 1.111 - Santa Lúcia - Vitória/ ES - CEP 29.056-085, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, neste ato representado legalmente pelo seu Secretário de Estado, Sr. **VITOR AMORIM DE ANGELO**, nomeado pelo Decreto nº 097-S, de 01/01/2019, publicado no DIO de 02/01/2019, e o **MOVIMENTO EMPRESARIAL DO ESPÍRITO SANTO- ES EM AÇÃO**, inscrito no CNPJ sob o n° 05.624.417/0001-49, com sede à rua Tenente Mário Francisco Brito, 420- salas 501 a 504- Edifício Vértice- Enseada do Suá- Vitória/ ES, CEP: 29.050-555, doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, neste ato representado pelo Diretor Presidente, o senhor **NAILSON DALLA BERNADINA**[1], endereço eletrônico: nailson.bernadina@sicoob.com.br, resolvem celebrar o presente Acordo de Cooperação, regendo-se pelo disposto na Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, e, naquilo que couber, na Lei Federal n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, por força de seu art. 184, consoante o processo administrativo nº **2024-LH709** e mediante as cláusulas e condições seguintes:

2024-0ZQC4T - E-DOCS - DOCUMENTO ORIGINAL 03/09/2024 14:08 PÁGINA 1 / 19

[1] Os dados do Diretor Presidente, representante da Instituição estão acostados aos autos à Peça #70, a qual foi classificada como sigilosa no E-DOCS, em conformidade com as disposições da Lei n° 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), para atender as normas de privacidade estabelecidas, constantes no Informativo Gecov 004- documento 2024-CZ0FC9.